



As obras de arte reproduzidas neste relatório foram criadas pelo artista Valerio Adami e fazem parte da coleção de arte contemporânea da Fundação Farmafactoring.

Toda a coleção de cerca de 250 obras do período pós-guerra até ao início dos anos 2000 criada por artistas como Valerio Adami, Enrico Baj, Alberto Burri, Hsiao Chin, Mario Schifano, Arnaldo Pomodoro e Joe Tilson está permanentemente em exposição nos escritórios italianos do BFF em Milão e Roma.

A primeira metade de 2021 assistiu à distribuição do livro de arte, em língua inglesa, publicado por Skira editore Milan Genève Paris, "**Art Factor. The Pop Legacy in Post-War Italian Art**" (*Fator arte. O legado pop na arte italiana pós-guerra*), que relata a viagem italiana em direção à Arte Pop através das obras de Valerio Adami, Franco Angeli, Enrico Baj, Lucio Del Pezzo, Gianfranco Pardi, Mario Schifano e Emilio Tadini.

O volume artístico representa o primeiro passo de um projeto mais extenso envolvendo a promoção da coleção no estrangeiro, numa exposição itinerante por toda a Europa, que terminará em 2023.

[www.art-factor.eu](http://www.art-factor.eu)

**BFF Bank S.p.A.**

Empresa-mãe do BFF Banking Group

Sede social sita em Milão - Via Domenichino 5

Capital social 142 851 591,88 € (integralmente realizado)

Registo Comercial de Milão n.º

Código fiscal e NIF n.º 07960110158

Relatório Anual

2022



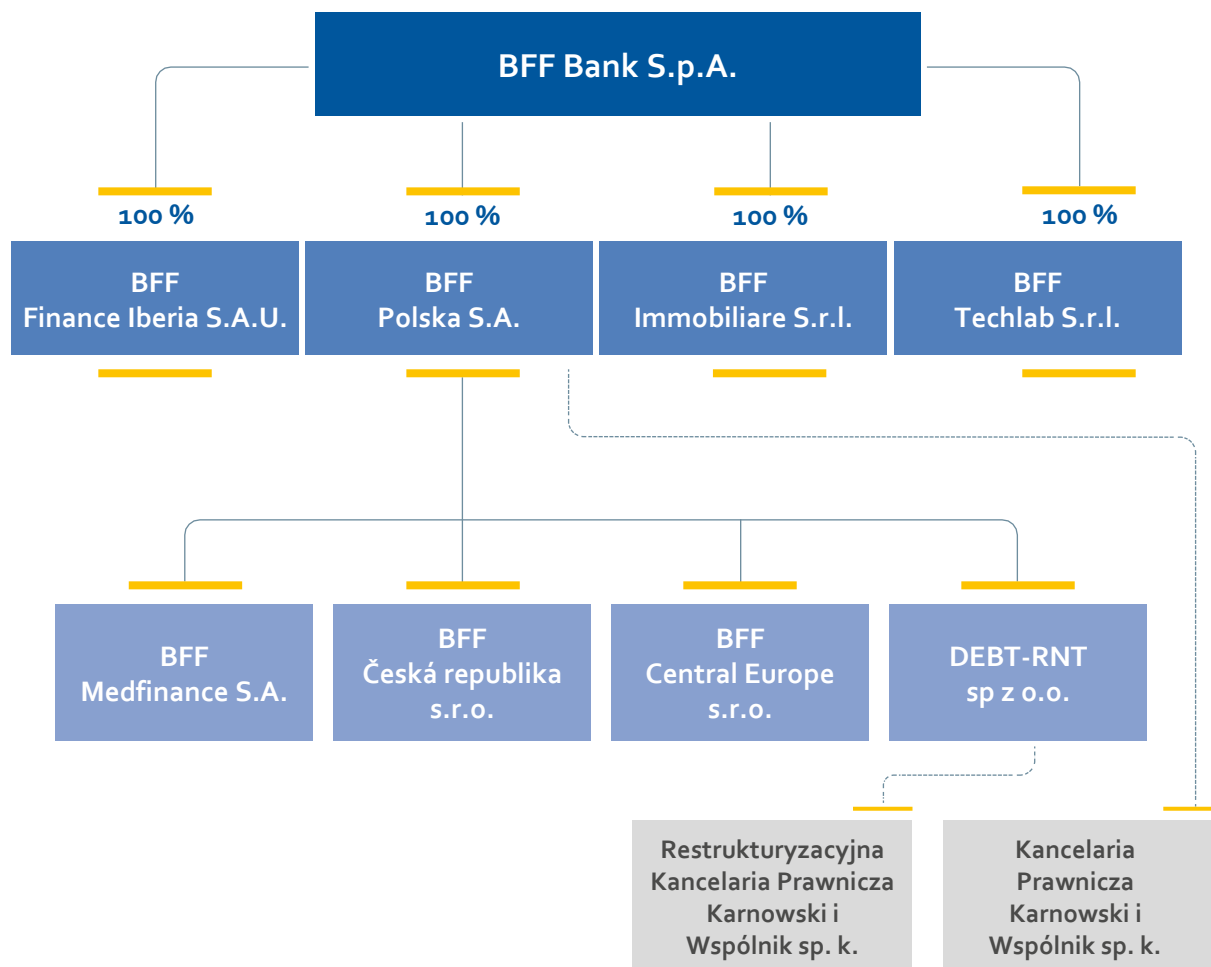
# Índice

Estrutura do grupo	4
Órgãos sociais a 31 de dezembro de 2022	5
Carta do Presidente do Conselho de Administração	8
<b>01 Relatório relativo às Operações</b>	<b>12</b>
1. Evolução do BFF: Líder sustentável em finanças especializadas	14
2. Contexto operacional e acontecimentos significativos	23
3. Resultados operacionais	34
4. Objetivos e políticas do banco em matéria de assunção, gestão e cobertura de riscos	65
5. Sistema de controlo interno	70
6. Outras informações	74
7. Capital social, estrutura acionista e outros indicadores de desempenho	78
8. Perspetivas de negócio	82
9. Distribuição dos lucros do BFF Bank S.p.A.	83
10. Proposta à assembleia de acionistas	84
<b>02 Demonstrações financeiras</b>	<b>86</b>
Demonstração da situação financeira	88
Demonstração de resultados	90
Demonstração de rendimento integral	91
Demonstração de alterações no capital próprio	92
Demonstração de fluxos de caixa	94
Notas às demonstrações financeiras	96
Parte A - Políticas contabilísticas	97
Parte B - Informação sobre a demonstração da situação financeira	146
Parte C - Informação sobre a Demonstração de Resultados	195
Parte D - Rendimento integral	210
Parte E - Informação sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco	212
Parte F - Informações sobre os capitais próprios	265



Parte G - Concentrações de atividades empresariais de empresas ou unidades de negócio	274
Parte H - Transações com partes relacionadas	277
Parte I - Pagamentos com base em ações	280
Parte M - Relato por locações	282
Outras informações	283
<b>03</b> Certificação pelo Responsável de Relato Financeiro	<b>285</b>
<b>04</b> Relatório do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas	<b>288</b>
<b>05</b> Relatório dos Auditores Independentes	<b>318</b>
Resoluções da assembleia ordinária de acionistas	<b>328</b>

## Estrutura do grupo



## Órgãos sociais a 31 de dezembro de 2022

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Presidente</b>	Salvatore Messina	
<b>Presidente da Comissão Executiva</b>	Massimiliano Belingheri	
<b>Vice-presidente</b>	Federico Fornari Luswergh	
<b>Administradores</b>	Anna Kunkl (*) Michaela Aumann Piotr Henryk Stępniaik	Domenico Gammaldi Monica Magrì (**) Giovanna Villa

O Conselho de Administração permanecerá em funções até à assembleia de acionistas que aprovará as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023.

### FUNÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E REQUISITOS DE INDEPENDÊNCIA

NOME	CARGO NO BFF	EXECUTIVO	NÃO EXECUTIVO	INDEPENDÊNCIA
Salvatore Messina	Presidente		✓	
Federico Fornari Luswergh	Vice-Presidente		✓	
Massimiliano Belingheri	Presidente da Comissão Executiva	✓		
Anna Kunkl	Administradora		✓	✓
Michaela Aumann	Administradora		✓	✓
Piotr Henryk Stępniaik	Administrador		✓	
Domenico Gammaldi	Administrador		✓	✓
Monica Magrì	Administradora		✓	✓
Giovanna Villa	Administradora		✓	✓

A composição do Conselho de Administração do BFF cumpre os critérios de diversidade e de género recomendados pelo Código de Governo Societário, tal como estabelecido nos Estatutos da Empresa, nos Regulamentos do Conselho de Administração e na Política de Diversidade do Conselho de Administração aprovada mais recentemente pelo Conselho de Administração a 28 de julho de 2021.

(\*) Nomeada por cooptação pelo Conselho de Administração a 1 de março de 2022, em substituição de Amélie Scaramozzino, que se demitiu a 24 de fevereiro de 2022, cuja nomeação foi confirmada pela Assembleia de Acionistas de 31 de março de 2022.

(\*\*) Nomeada por cooptação pelo Conselho de Administração a 10 de fevereiro de 2022, em substituição de Barbara Poggiali, que se demitiu a 3 de fevereiro de 2022, cuja nomeação foi confirmada pela Assembleia de Acionistas de 31 de março de 2022.

## CONSELHO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

<b>Presidente</b>	Nicoletta Paracchini
<b>Auditores permanentes</b>	Fabrizio Riccardo Di Giusto Paolo Carbone
<b>Auditores suplentes</b>	Carlo Carrera Francesca Masotti

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas permanecerá em funções até à Assembleia de Acionistas que aprovará as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2023.

## AUDITORES INDEPENDENTES

KPMG S.p.A.

## RESPONSÁVEL DE RELATO FINANCEIRO

Giuseppe Manno

## Composição das Comissões a 31 de dezembro de 2022

### COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Giovanna Villa	Administradora Independente	Presidente
Domenico Gammaldi	Administrador Independente	Membro da Comissão
Piotr Henryk Stepniak	Administrador Não Executivo	Membro da Comissão

### COMISSÃO PARA A AVALIAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E ENTIDADES ASSOCIADAS

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Anna Kunkl	Administradora Independente	Presidente
Giovanna Villa	Administradora Independente	Membro da Comissão
Michaela Aumann	Administradora Independente	Membro da Comissão

### COMISSÃO DE NOMEAÇÕES

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Domenico Gammaldi	Administrador Independente	Presidente
Monica Magri	Administradora Independente	Membro da Comissão
Federico Fornari Luswergh	Administrador Não Executivo	Membro da Comissão

### COMISSÃO DE CONTROLO E RISCOS<sup>(\*)</sup>

NOME	QUALIFICAÇÕES	CARGO
Michaela Aumann	Administradora Independente	Presidente
Domenico Gammaldi	Administrador Independente	Membro da Comissão
Federico Fornari Luswergh	Administrador Não Executivo	Membro da Comissão

(\*) A partir de 2020, o Conselho de Administração atribuiu as seguintes responsabilidades na área de Ambiente, Social e Governo («ESG») à Comissão de Controlo e Riscos: funções de investigação, aconselhamento e proposição e, de uma forma mais geral, apoio ao Conselho de Administração em questões de sustentabilidade, incluindo a revisão periódica de atualizações sobre o progresso das medidas de sustentabilidade e o consequente impacto na demonstração não financeira.

## Carta do Presidente do Conselho de Administração

Senhores acionistas,

os acontecimentos dos últimos doze meses trouxeram à luz, de um modo geral, a necessidade de avaliar e procurar novos equilíbrios.

Na primeira parte do ano, o nosso país tinha conseguido travar a propagação violenta original da pandemia que começou em 2020, mas em fevereiro a invasão da Ucrânia lançou o mundo num estado de incerteza global, caracterizado pelo aumento dos custos da energia, pela subida da inflação e por condições de crédito mais rigorosas.

As crises multiplicam-se também a nível regional e local, tendo-se iniciado uma situação repleta de riscos, que exige uma retoma imediata da colaboração internacional.

Seja qual for o desfecho do conflito Rússia-Ucrânia, este terá - e já começou a ter - um efeito amargo e duradouro nos processos de desenvolvimento, no crescimento, na dívida pública e na inflação em todo o mundo.

Os académicos mais renomados destacaram que nunca, antes destes últimos anos, o planeta se viu confrontado com escolhas tão radicais, que representassem verdadeiros pontos de viragem capazes de remodelar o futuro das próximas gerações.

Estas crises em curso estão a convergir e a combinar-se, dando origem a um quadro global de mudanças profundas, com novos desenvolvimentos na logística internacional e a procura de novos equilíbrios energéticos no seu centro, também para dar os passos necessários para a transição ecológica.

Deixando de parte o que foi descrito acima sobre a nova ordem mundial, em termos de estabilidade financeira, importa salientar que a atividade económica abrandou, em geral, no segundo semestre de 2022.

O risco de uma recessão, especialmente em países produtores como a Alemanha e a Itália, é concreto, embora os indicadores económicos mais recentes apontem para uma recessão curta e não muito profunda.

O ciclo económico mundial continua a ser fortemente condicionado pela inflação e pelas dificuldades de aprovisionamento energético e alimentar causadas pelo conflito em curso na Ucrânia, que foi ainda agravado pela seca e pelo abrandamento económico na China.

As condições nos mercados globais deterioraram-se desde a primavera passada e os riscos para a estabilidade financeira também aumentaram em Itália, embora o sistema bancário, as famílias e as empresas estejam globalmente mais sólidos do que em anteriores períodos de turbulência. Em particular, os bancos estão a beneficiar da recuperação da margem financeira e da melhoria da qualidade do crédito, com os seus rácios de empréstimos improdutivos a atingirem mínimos históricos.

Quanto aos restantes países da Zona Euro, o aumento dos riscos deve-se principalmente à persistência da instabilidade geopolítica, à pressão inflacionista e a condições de crédito mais restritivas.

As condições das finanças públicas beneficiaram da recuperação económica de 2021 e 2022.

Neste quadro, será importante manter o controlo da despesa pública e conseguir um aumento significativo e estável do potencial de crescimento, alavancando também a implementação eficaz e rápida do Programa Nacional de Recuperação e Resiliência (PNRR).

Os riscos para a estabilidade financeira associados à situação das famílias continuam a ser limitados, embora as perspetivas tenham diminuído no segundo semestre do ano devido à persistência de uma inflação elevada. As condições financeiras das empresas são afetadas pelo abrandamento da atividade económica, pelo aumento dos preços da energia e pela subida das taxas de juro.

A situação dos bancos é globalmente sólida, embora condições macroeconómicas mais fracas, pressões inflacionistas e certos efeitos das taxas de juro mais elevadas possam afetar negativamente as demonstrações financeiras dos intermediários.

O grau de liquidez manteve-se elevado em relação aos períodos anteriores.

Em todo o caso, a economia mundial entrou numa fase de indecisão, com alguns fatores positivos que levam a prever uma normalização progressiva: os preços da energia baixaram consideravelmente, a inflação começou a diminuir nos principais países e os bancos centrais concluíram a maior parte dos seus aumentos das taxas de juro.

Nos últimos meses, o nosso sistema de produção demonstrou a sua grande capacidade de resistência: as exportações estão a demonstrar a sua capacidade de resiliência e o mercado do trabalho dá sinais positivos de estabilidade, pelo que o temido risco de recessão deve ser encarado com a prudência necessária. No terceiro trimestre do ano passado, o emprego e o número de horas trabalhadas estabilizaram nos níveis elevados do período anterior à crise pandémica. O crescimento dos empregos permanentes manteve-se. A procura de mão de obra começou a aumentar novamente, de forma limitada, no período de outubro-novembro. Embora os salários estejam a recuperar, as tendências continuam a ser moderadas.

Embora seja certo que esta fase de incerteza está a ter repercussões na competitividade das empresas, também é bom recordar que, no passado, assistimos a processos virtuosos de investimento e de melhoria tecnológica que ajudaram a ultrapassar momentos de dificuldade.

Para tal, as empresas terão de olhar para as megatendências internacionais, como, em primeiro lugar, a inovação tecnológica e a transição ambiental.

As famílias, que em 2022 enfrentaram uma diminuição do poder de compra causada por uma inflação elevada graças às consideráveis poupanças acumuladas durante a pandemia, terão necessariamente de reduzir a procura em 2023.

As ações do governo devem ser orientadas pelo objetivo de aumentar a produtividade, combinado com a gestão da emergência energética e a implementação do Programa Nacional de Recuperação e Resiliência, que constitui a maior oportunidade para relançar realmente a economia e iniciar um caminho de crescimento sustentável e de transformação estrutural do nosso sistema económico e produtivo.

Itália não pode evitar este desafio, que constitui também uma oportunidade, não só devido aos custos extremamente elevados que um país como o nosso seria obrigado a suportar em caso de inação, mas também porque somos um dos principais países produtores do mundo e podemos dar um contributo significativo para uma economia mais sustentável.

Olhando para os nossos setores operacionais, o ano de 2022 foi mais uma vez rico em termos de recompensa, com um lucro líquido consolidado recorde e uma revisão em alta do objetivo de lucro líquido corrigido para o exercício de 2023.

Em condições de mercado caracterizadas por elevada incerteza e volatilidade, o *factoring* posiciona-se como uma das soluções financeiras preferidas das empresas para gerir o risco do negócio e otimizar o capital de exploração.

O BFF soube aproveitar as múltiplas oportunidades geradas pelo contexto económico, confirmando a sua liderança pan-europeia como operador de apoio aos fornecedores do sistema de saúde e da Administração Pública, e registando um forte crescimento da sua carteira de empréstimos para 5,4 mil milhões de euros: um novo máximo histórico para o Grupo.

Subjacente a esta realização está a capacidade de responder rapidamente às mudanças no contexto de referência e à evolução das necessidades dos clientes, também através de novas soluções destinadas a reforçar a quota de mercado.

Este é também o significado da criação do *BFFTechlab*, resultante da aquisição da MC3 Informatica, o nosso parceiro tradicional na implementação do sistema de *core-factoring*, que nos permitirá integrar verticalmente todas as atividades de desenvolvimento ligadas à gestão e evolução contínua do sistema informático do Grupo, de forma a aumentar a velocidade de resposta aos estímulos do mercado, melhorar constantemente a experiência do cliente e expandir a nossa vantagem competitiva.

É precisamente a nossa missão de nos mantermos próximos dos nossos clientes que foi reconhecida em 2022 com a renovação e o reforço das atuais colaborações com os nossos maiores clientes, sinal da profunda relação de confiança que construímos ao longo dos anos.

Simultaneamente, o contexto atual obriga o Banco a enfrentar desafios significativos, aos quais terá de responder com rapidez e flexibilidade: o atual crescimento das taxas de juro exige considerações estratégicas e comerciais importantes para proteger a nossa rentabilidade e a dos nossos clientes; o contexto regulamentar constitui um elemento adicional de atenção, que exigirá que o Banco continue a adaptar os seus processos operacionais e as suas políticas de gestão do risco.

Continuamos a ser um Grupo com uma elevada qualidade de ativos e uma posição de capital muito sólida, com um rácio entre os fundos próprios principais de nível 1 de 16,9 % e um rácio de capital total de 22,3 %.

2022 marca também a transição para a distribuição de dividendos semestrais, em abril, com base nos resultados do exercício e, em agosto, com base nos resultados do primeiro semestre, acelerando ainda mais o retorno de capital para os acionistas.

No final do ano, o retorno total da colocação da OPI foi de 153 %, em comparação com o retorno total de 40 % do Índice FTSE Italia All-Share.

O ano que agora termina foi também positivo para o setor dos pagamentos. O BFF assinalou a entrada de um conjunto de novos e importantes clientes pertencentes ao panorama bancário e financeiro italiano, reforçou as suas parcerias e melhorou os seus serviços de valor acrescentado.

Em 2023, enfrentaremos novos desafios, tendo em conta a evolução contínua que o setor está a sofrer a nível europeu e mundial: esperamos uma crescente difusão dos pagamentos imediatos, na sequência de alterações à regulamentação europeia, e estamos a envidar esforços para os apoiar; continuaremos a visar a inovação e a digitalização do setor dos pagamentos, concentrando-nos, por exemplo, na transição adequada e eficaz para a consolidação T2-T2s; continuaremos a apoiar os nossos clientes, atuando como um banco de serviços para otimizar os investimentos.

No setor dos Serviços de Títulos, os resultados de 2022 foram certamente influenciados pelo desempenho dos mercados de ações e obrigações. No entanto, ao longo do ano que agora termina, o nosso Banco alargou a oferta de serviços de valor acrescentado, destacando-se como uma referência pela qualidade e inovação da sua oferta.

Em 2022, consolidámos ainda mais a nossa quota de mercado no segmento dos Fundos de Pensões Fechados, o que nos torna atualmente o principal banco de custódia em Itália, com uma quota de mercado de 37,4 %.

Olhando para o ano que acaba de começar, gostaríamos de continuar a trabalhar em serviços de valor acrescentado e de empréstimos para oferecer aos nossos clientes o melhor nível de personalização e de inovação, acompanhando ao mesmo tempo a evolução contínua da regulamentação. Pretendemos continuar a crescer na área dos fundos alternativos, aproveitando as oportunidades significativas que o mercado nos oferece, e no que respeita aos fundos de pensões, consolidando e reforçando a nossa liderança no mercado.

Estamos a acompanhar atentamente a futura edição do decreto sobre os Fundos de Pensões, que também orientará estas entidades na escolha de um banco de custódia. O potencial neste domínio é muito significativo e permitiria ao BFF tornar-se o banco de custódia de referência também neste setor.



Para além da atividade principal do BFF, a empresa-mãe continua empenhada em apoiar a cultura, em linha com as políticas sociais e de sustentabilidade do Grupo.

Nesta perspetiva, adquiriu uma participação de 1,25 % no Istituto dell'Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani [Instituto da Enciclopédia Italiana fundado por Giovanni Treccani]. Esta iniciativa permite ao nosso Grupo reforçar as suas políticas culturais, associando-se a um dos principais centros italianos de produção e difusão do conhecimento.

Ao mesmo tempo, o contínuo crescimento das iniciativas artísticas e culturais do BFF é para nós um motivo de orgulho e responde a um sentido de responsabilidade que nos leva a devolver ao público em geral parte do património que temos em nossa posse.

De acordo com esta abordagem, decidimos expor as obras de arte contemporânea italiana que a casa-mãe coleciona desde os anos 1980. A digressão internacional já mencionada no último relatório anual, e que gostaríamos de concluir em 2024 na «Casa BFF», a nova sede do Grupo em Milão, prossegue, estando prevista a criação de um espaço museológico para acolher uma exposição permanente das obras.

O nosso desejo consiste em partilhar e devolver ao ambiente que nos rodeia parte da riqueza que geramos, com vista à responsabilidade para com o bem comum, valores que nos inspiram, e que também deram origem às nossas iniciativas de sustentabilidade, que descreveremos na Divulgação Não Financeira.

Face a estes aspetos, mais uma vez este ano podemos olhar com satisfação para o futuro do BFF, cujo crescimento é fruto do trabalho e empenho dos seus recursos humanos, da sua direção e dos seus administradores. A todos eles, expresso os meus mais sinceros agradecimentos.

**Salvatore Messina**

Presidente do Conselho de Administração do  
BFF Bank S.p.A.





01

Relatório relativo às  
Operações

# 1. Evolução do BFF: Líder sustentável em finanças especializadas

## 1985-2009

### Nasce o BFF e estabelece-se no mercado

Fundado por um grupo de **empresas farmacêuticas** para responder às suas necessidades de gestão e cobrança de contas comerciais a receber junto do sistema de saúde, o BFF tornou-se imediatamente **líder no mercado**.

## 2010-2014

### Resiliente durante a crise, começa o processo de internacionalização e transformação

Expansão para **novos países europeus**: em **Espanha** em 2010; em **Portugal** em 2014.

Os produtos e serviços do BFF são oferecidos a **todos os fornecedores de organismos públicos**, sempre em conformidade com as necessidades dos seus clientes.

Torna-se um banco em 2013.

## 2015-2020

### Cotação e liderança europeia

O BFF cresce na **Europa Central e Oriental** através de uma importante aquisição na **Polónia** (2016), e é cotado na **bolsa de valores italiana** (2017).

A oferta internacional também está presente na **Grécia**, na **Croácia** e na **França**.

O negócio em Espanha consolida-se com a aquisição da **IOS Finance** (2019).

## ATUALIDADE

### Líder em finanças especializadas

O BFF é a única plataforma pan-europeia - **presente em nove países** - especializada na gestão e aquisição sem recurso de contas comerciais a receber da Administração Pública e dos sistemas nacionais de saúde.

**Em 2021** a fusão com o DEPObank alarga o âmbito da atividade e das competências a **Serviços de títulos e serviços de pagamento bancário**, nos quais é líder em Itália.

LÍDER EM MERCADOS COM  
ABUNDANTES OPORTUNIDADES DE  
CRESCIMENTO

UMA EQUIPA DE  
GESTÃO COM  
EXPERIÊNCIA  
SIGNIFICATIVA

UMA BASE DE  
CLIENTES ESTÁVEL  
COM ELEVADA  
QUALIDADE DE  
CRÉDITO

**Posicionado para se  
destacar e assegurar  
resultados  
sustentáveis**

AMPLA DISPONIBILIDADE  
DE FINANCIAMENTO A  
BAIXO CUSTO

ESPECIALIZADO  
EM MERCADOS  
COM ELEVADAS  
BARREIRAS À  
ENTRADA

ALTA GERAÇÃO DE CAPITAL E  
DIVERSIFICAÇÃO EM ATIVOS COM  
BAIXA ABSORÇÃO DE CAPITAL

CAPACIDADE COMPROVADA DE  
EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

## BFF 2023: um banco *como nenhum outro*

O BFF é o maior operador financeiro especializado em Itália, bem como um dos líderes na Europa na gestão e alienação sem recurso de créditos comerciais devidos pelas Administrações públicas, Serviços de Títulos e serviços de pagamento.



## OFERTA

## OPORTUNIDADE

Factoring sem recurso

Financiamento para o setor público e cuidados de saúde

Gestão de créditos

> 400 mil milhões de euros em contas comerciais a receber por ano

< 10 % penetração no mercado

Entidade de custódia

Custódia global

Contabilidade de fundos

Agente de transferência

Crescimento a longo prazo dos ativos sob gestão e administração em Itália

Intermediário de pagamento

Pagamentos de empresas

Cheques e faturas

Transição histórica de pagamentos em numerário para pagamentos digitais em Itália

**CRESCIMENTO ORGÂNICO**

## Modelo de negócio

O Grupo opera em Itália, na Croácia, em França, na Grécia, em Espanha e em Portugal, onde exerce atividades de *factoring* sem recurso e de gestão de créditos junto da Administração Pública. Mantém também operações na Polónia, Chéquia e Eslováquia, oferecendo uma gama diversificada de serviços financeiros concebidos para assegurar o acesso ao crédito, bem como para fornecer um apoio em termos de liquidez e de solvência ao sistema privado de empresas que fazem interface com a Administração Pública.

Para além de fornecer os serviços de *Factoring* e Empréstimos acima mencionados, o Grupo é líder em Itália em serviços de títulos e serviços de pagamento bancário. Presta estes serviços a mais de 400 clientes, incluindo fundos de investimento, bancos, instituições de pagamento e monetárias, grandes empresas e Organismos de administração pública.

**O BFF gere a complexidade operacional, facilita a redução de custos e elimina os riscos para os clientes, inclusive através de:**

### FACTORING E EMPRÉSTIMOS

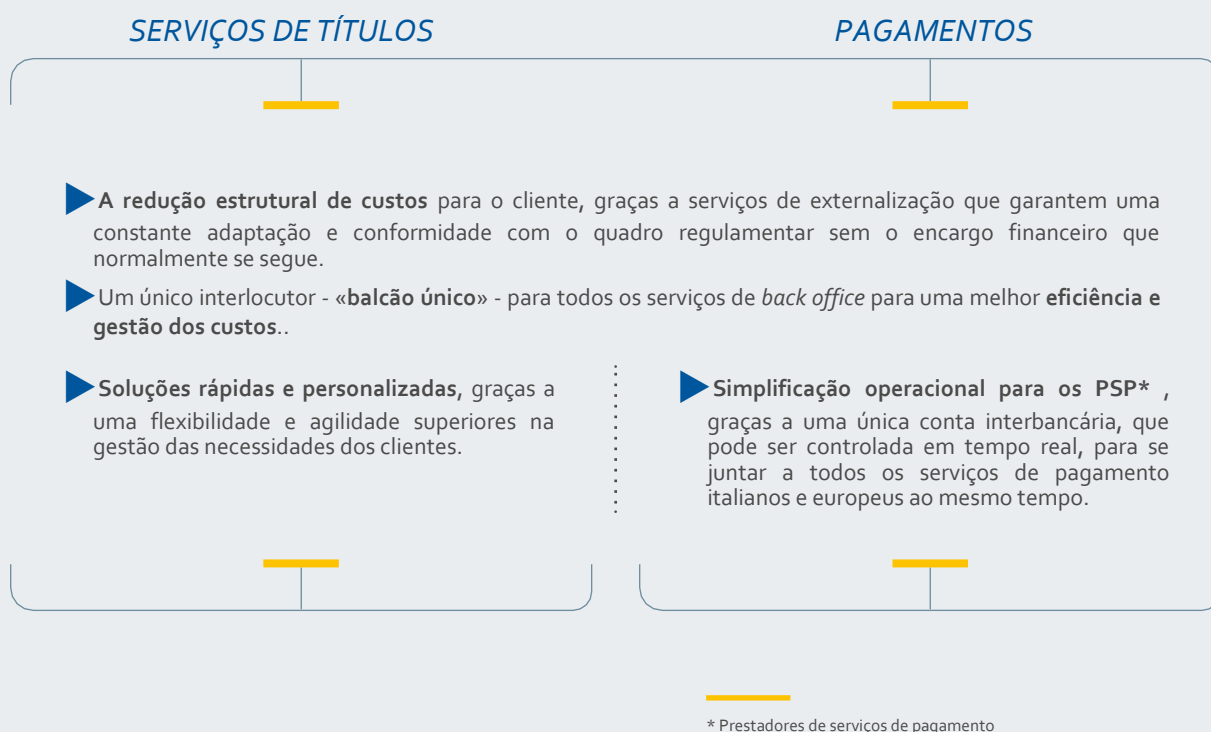
- ▶ **A otimização da liquidez** e a gestão do capital de exploração de empresas privadas que operam com a Administração Pública.
- ▶ **Planeamento e manutenção de um prazo alvo de cobrança**, independentemente dos prazos de pagamento reais dos Organismos de administração pública.
- ▶ **Melhoria dos rácios das demonstrações financeiras**, graças à possibilidade de desconsolidar definitivamente a exposição a organismos públicos.
- ▶ **Redução dos custos operacionais** graças a acordos renováveis para a atribuição de contas comerciais a receber e um modelo de negócio integrado que combina serviços de *factoring* sem recurso e de gestão de créditos para garantir o melhor desempenho possível dos empréstimos concedidos e dos valores a receber.
- ▶ **Financiamento direto de organismos públicos** na Europa Central e de Leste, com soluções de financiamento de fornecedores e empréstimos concedidos para investimentos de médio/longo prazo.
- ▶ **Operações multi-países**, para uma melhor e mais eficiente gestão do risco do país e da exposição de multinacionais aos nove países europeus onde o Grupo opera.



O modelo de negócio descrito acima baseia-se em valores essenciais, tais como:

- ▶ a honestidade,
- ▶ a transparência,
- ▶ o respeito pelas pessoas,
- ▶ a valorização dos recursos,

assegurar a liderança em matéria de inovação e execução nos mercados-alvo do BFF.



## A nossa missão

Ser os líderes em inovação, serviço ao cliente e execução nos nossos mercados de referência, com um baixo perfil de risco e alta eficiência operacional, em linha com as melhores práticas de governo societário para empresas públicas.

## A nossa visão

Ser líder em nichos de finanças especializadas na Europa, aproveitando a nossa posição de liderança em serviços financeiros para os fornecedores de Organismos de administração pública.

## Os nossos valores



### Pessoas

Valorizamos as nossas pessoas e investimos nelas, promovendo o mérito e a inclusão.



### Integridade

Operamos com honestidade e transparência.



### Excelência

Asseguramos aos nossos clientes a execução e a conclusão em tempo útil.

## Sustentabilidade no modelo de negócio do BFF Banking Group

O BFF Banking Group - consciente da importância crescente dos fatores ESG - debruça-se diariamente sobre temas ligados à sustentabilidade, de forma a avaliar os impactos que os negócios e a conduta do Banco geram em termos ambientais, sociais e de boa governação.

Desde 2019, o BFF elabora uma Divulgação não financeira consolidada, que complementa as Demonstrações Financeiras do Grupo com os principais dados e informações não financeiras.

O Grupo identificou e avaliou os impactos no âmbito das suas operações quotidianas e através de discussões com as suas partes interessadas, também em conformidade com a nova norma de elaboração de relatórios GRI, relativa à definição dos temas materiais que devem ser abordados na Divulgação não financeira consolidada de 2022.

A nova análise, que representa uma primeira aplicação da dupla materialidade, regida pela regulamentação europeia a ser implementada em breve (Diretiva CISE - Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas ), considerou, ao contrário do que foi feito no passado, tanto uma avaliação dos impactos gerados pelo Grupo como as implicações financeiras para o mesmo, a ser implementada já a partir da Divulgação não financeira consolidada de 2022.

O Conselho de Administração - apoiado pelo Comité de Controlo e Riscos e pelo Comité ESG - supervisionou o processo e analisou e aprovou os temas materiais identificados.

## Objetivos ESG alcançados ao longo de 2022

Em linha com os objetivos declarados aquando da publicação da Divulgação não financeira consolidada 2021, o BFF prosseguiu o seu caminho rumo à integração dos fatores ESG na sua estratégia, com ações que visam a criação de valor a longo prazo em benefício das suas partes interessadas internas e externas.

Em 28 de julho de 2022, o Conselho de Administração do BFF Bank estabeleceu e aprovou o Regulamento do Comité ESG, enquanto órgão de gestão com funções de proposta e aconselhamento do Presidente da Comissão Executiva no que respeita a avaliações e decisões relativas a questões de sustentabilidade, relacionadas com as operações de negócio do Banco e do Grupo e a sua dinâmica de interação com todas as partes interessadas.

Mais concretamente, o Comité tem funções de investigação em matéria de sustentabilidade a submeter ao Diretor Executivo, apoiando-o na gestão de todas as questões de responsabilidade social e assegurando o posicionamento do Grupo nestas matérias nas várias áreas de referência.

A criação de um Comité de Sustentabilidade:

- ▶ É um testemunho da importância que o BFF atribui à integração de questões de sustentabilidade nas suas atividades comerciais e à promoção de uma cultura de sustentabilidade na organização.
- ▶ Permite a gestão intersetorial e a integração de questões de sustentabilidade na empresa, assegurando o empenho e a participação de todas as funções.
- ▶ Permite a gestão eficaz, homogénea e coordenada dos processos e iniciativas relacionados com a sustentabilidade.
- ▶ Permite o desenvolvimento de uma governação definida e partilhada para a identificação das prioridades de gestão estratégica, de modo a que sejam mensuráveis e verificáveis para todos os cargos.

No decurso de 2022, o BFF iniciou um percurso de diálogo com as principais agências de notação ESG («Ambiente, Social e Governo») com vista a melhorar continuamente o seu desempenho nas notações ESG mais acreditadas. Esta abordagem, que conduziu a uma melhoria das seguintes notações de risco ESG, representa mais um incentivo para o BFF continuar na sua trajetória de crescimento sustentável.

Em 5 de setembro de 2022, a agência de notação Sustainalytics, no âmbito de uma avaliação independente relativa a todo o Grupo BFF, atribuiu ao BFF uma classificação de risco ESG (Ambiental, Social, Governo) de 18,1 e registou uma melhoria evidente em relação ao passado, colocando a empresa na categoria de «Baixo Risco».

A classificação atribuída pela Sustainalytics contribui para aumentar a transparência e a visibilidade do percurso de crescimento sustentável do BFF e mede a exposição da empresa aos riscos ESG materiais específicos do setor, bem como o nível e a qualidade da gestão desses riscos.

Assim, o BFF transitou do «Risco Médio» para «Risco Baixo» e encontra-se no percentil 9 do subsetor «Bancos Regionais», no percentil 17 da categoria «Bancos» e no percentil 19 de todo o universo Sustainalytics. Além disso, o BFF ficou em segundo lugar na subindústria de referência das empresas com uma capitalização bolsista de 1,1-1,2 mil milhões de dólares.

Por último, em 22 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a Política de Diversidade e Inclusão (D&I) com vista a definir os princípios que inspiram a atuação do BFF, visando:

- i) Promover e apoiar constante e progressivamente a diversidade e a inclusão no seio do Grupo e
- ii) Favorecer continuamente um ambiente de trabalho inclusivo para todos os colaboradores do Banco e das empresas do Grupo.

O que precede baseia-se no pressuposto de que a diversidade e a inclusão devem ser consideradas valores que têm efeitos concretamente positivos para todas as partes interessadas do Banco.

O BFF reconhece os valores acima referidos como verdadeiros recursos fundamentais para a inovação e para o crescimento da produtividade e sustentabilidade do Banco e das suas Subsidiárias.

No que diz respeito ao objetivo relacionado com o desenvolvimento das atividades da Fundação Farmafactoring, em 2022, esta redefiniu o seu impacto estratégico, em conformidade com as exigências da comunidade.

Neste contexto, a Fundação desenvolveu um novo objetivo: «Ser um motor de transformação sustentável e inclusivo nos sistemas de bem-estar e proteção individuais e comunitários.»

O objetivo, validado por uma intensa atividade de envolvimento das partes interessadas, responde a uma nova necessidade: trabalhar de forma integrada nos domínios da saúde, da segurança social e da inclusão financeira.

Na intranet da empresa - que está disponível para todo o Grupo - o BFF criou uma nova secção «Sustentabilidade» inteiramente dedicada aos temas ESG (disponível em inglês e italiano) com o objetivo de difundir uma cultura atenta e sensível à utilização dos recursos. Mais especificamente, alguns dos elementos que foram disponibilizados nessa secção incluem: i) uma ferramenta para monitorizar a utilização pessoal de impressoras ao longo do tempo, para obter uma maior consciência do impacto negativo correspondente no ambiente (consumo de CO<sub>2</sub>, utilização de recursos naturais e energia) e ajudar o Grupo a limitar ao máximo a utilização de papel e ii) uma área dedicada à partilha de mensagens de sensibilização e à divulgação de boas práticas, que cada funcionário pode sugerir livremente a todos os colegas.

## 2. Contexto operacional e acontecimentos significativos

### Panorama económico internacional

O ano de 2022 foi marcado, a nível geopolítico, pela invasão da Ucrânia pela Rússia, pelas tensões que se seguiram entre a Rússia e os países ocidentais e, a nível económico, por um aumento da inflação em todos os principais países e pelo consequente aumento generalizado das taxas de juro.

Os preços no consumidor foram impulsionados, especialmente pelos custos mais elevados da energia, causados por interrupções nas cadeias de abastecimento mundiais devido à pandemia e acentuados após o início da guerra na Ucrânia, bem como pela recuperação da procura pós-Covid e pelo reforço do mercado de trabalho. De facto, as taxas de desemprego caíram para mínimos históricos nos Estados Unidos e na Zona Euro, provocando um aumento da inflação subjacente (isto é, sem as componentes mais voláteis dos produtos alimentares e da energia) para os níveis mais elevados registados em mais de quarenta anos nos EUA e desde o início da moeda única no Velho Continente.

A fim de limitar a inflação induzida pela procura, os bancos centrais tornaram a sua orientação mais restritiva, aumentando as taxas de juro oficiais em várias ocasiões. Especificamente, a Reserva Federal aumentou as suas taxas dos fundos federais de 0,00 %-0,25 % para 4,25 %-4,50 %, e o BCE aumentou a sua taxa das operações de refinanciamento de 0,00 % para 2,50 %.

O choque inflacionista desencadeou um abrandamento decisivo nas principais economias e existe um elevado risco de recessão no horizonte. Os principais indicadores do ciclo estão a evoluir nesse sentido.

No entanto, os preços da energia baixaram consideravelmente, após os picos atingidos pelo gás em agosto e pelo petróleo em junho, antecipando uma descida significativa da inflação em 2023.

### A economia europeia

#### OS PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS DA UNIÃO EUROPEIA

Indicadores	2020	2021	2022	2023
PIB real (variação anual)	-5,5 %	5,4 %	3,4 %	0,4 %
Taxa de inflação (variação anual)	0,6 %	2,7 %	8,9 %	6,4 %*
Taxa de desemprego	7,6 %	7,4 %	6,7 %	6,9 %*
Balança de pagamentos (% do PIB)	1,9 %	2,3 %	1,0 % <sup>(*)</sup>	1,3 %*
Saldo do Orçamento Público (% do PIB)	-6,9 %	-4,8 %	-3,4 %*	-3,5 %*

(\*) Estimativas de consenso da Bloomberg, atualizadas a 20 de fevereiro de 2023.

Em 2022, o crescimento económico europeu abrandou, afetado pelo aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares. A produção industrial manteve-se estável, mas as encomendas diminuíram e, na segunda metade do ano, os fabricantes tornaram-se pessimistas. O consumo parou, influenciado pela confiança das famílias, que tinha caído para mínimos históricos em resultado do aumento da inflação e apesar de a taxa de desemprego ter caído para o seu nível mais baixo de sempre, 6,1 %. Estavam assim criadas as condições para um forte abrandamento económico em 2023. Neste sentido, as estimativas de consenso apontam para um abrandamento do crescimento do PIB este ano para 0,4 %, face aos 3,4 % em 2022.

Em dezembro, a inflação atingiu 10,4 %, face aos 5,3 % em dezembro de 2021 e após ter atingido o nível recorde de 11,5 % em outubro, com o valor de base (excluindo as componentes voláteis dos alimentos, energia, álcool e tabaco) a situar-se em 6,2 % (face aos 3,0%).

Para fazer face ao crescimento da inflação muito acima do seu objetivo (2 %), o Banco Central Europeu tornou a política monetária menos acomodatória, pondo fim à flexibilização quantitativa e iniciando a inversão do ciclo das taxas de juro em julho. As três taxas de referência foram aumentadas em 2,5 pontos percentuais: a taxa dos depósitos foi aumentada para 2,00 %, a taxa das operações principais de refinanciamento para 2,50 % e a taxa das operações marginais de refinanciamento para 2,75 %. Consequentemente, os investidores reviram decisivamente em alta as suas expectativas em relação às taxas europeias de curto prazo, com as taxas a prazo da Euribor a três meses a subirem de 0,06 % pontos base no final de 2021 para 3,65 % no final de 2022 para o vencimento de dezembro de 2023.

O aumento da inflação, as expectativas de uma política monetária mais restritiva e a subida acentuada das taxas norte-americanas (236 pontos base no Tesouro a 10 anos, entre o final de 2021 e o final de 2022) provocaram uma subida substancial das taxas de rendibilidade das obrigações europeias a três e a dez anos, respetivamente 322 e 275 pontos base. Além disso, o receio de que a contração do crédito decretada pelo BCE pudesse pesar sobre as despesas com juros fez subir os *spreads* dos países com dívidas mais elevadas, como a Itália e a Grécia. Em particular, o diferencial de rendimento entre o Btp e o Bund no prazo de dez anos, entre o final de 2021 e o final de 2022, aumentou 79 pontos base para 214. A combinação de uma subida acentuada das taxas de juro internacionais e de um prémio de risco ligeiramente mais elevado para a detenção do BTP conduziu, assim, a uma queda acentuada do mercado obrigacionista italiano, que perdeu 14,8 % (com base no índice global MTS) durante o ano, impulsionado em baixa pelos BTP com maturidades superiores a 6 anos (-24,4 %).

A tendência de redução do défice público europeu prosseguiu, beneficiando do aumento das receitas gerado por um maior crescimento nominal e da eliminação progressiva das medidas temporariamente tomadas em resposta à pandemia, e apesar das medidas tomadas para conter o impacto do aumento dos preços da energia nas famílias e nas empresas e para ajudar os ucranianos que fogem da guerra. Com base nas estimativas de consenso, prevê-se que o défice diminua para 3,4 % do PIB em 2022 (de 4,8 % no ano passado), para depois aumentar ligeiramente para 3,5 % em 2023.

Após o estímulo recebido em 2020-2021 para lidar com a pandemia, a despesa pública em percentagem do PIB deverá reduzir-se para 49,8 % em 2022 e para 49,7 % em 2023 (de acordo com as estimativas da Comissão Europeia), a partir do pico de 52,8 % atingido em 2020 (e 51,5 % em 2021). Além disso, graças ao crescimento significativo do PIB nominal, em 2022 o aumento da despesa pública na UE deverá ter sido de quase 5 %, e para o próximo ano a Comissão prevê um aumento de 5,8 %.

## PERSPETIVAS DA DESPESA PÚBLICA NOS PAÍSES ONDE O BFF ESTÁ PRESENTE

Países	Despesa pública em 2021 (mil milhões de euros)	Despesa pública em 2021 (% do PIB)	Alt. 2021/2020	Despesa pública em 2022 (mil milhões de euros)	Despesa pública em 2022 (% do PIB)	Alt. 2022/2021	Despesa pública em 2023 (mil milhões de euros)	Despesa pública em 2023 (% do PIB)	Alt. 2023/2022
União Europeia (27 países)	7480	51,5	5,2 %	7847	49,8	4,9 %	8302	49,7	5,8 %
França	1476	59,0	3,8 %	1525	57,9	3,3 %	1613	58,1	5,8 %
Itália	985	55,3	4,4 %	1031	54,1	4,6 %	1052	53,3	2,1 %
Espanha	611	50,6	5,1 %	635	48,7	3,9 %	657	47,9	3,6 %
Polónia	254	44,2	0,1 %	296	44,1	16,5 %	345	46,3	16,5 %
Chéquia	111	46,5	8,7 %	120	45,2	8,6 %	132	46,0	10,1 %
Portugal	103	47,8	3,8 %	108	45,9	5,8 %	114	45,5	5,0 %
Grécia	104	57,4	5,6 %	114	54,4	9,0 %	117	52,4	2,7 %
Eslováquia	46	46,3	9,1 %	48,5	45,0	6,3 %	57,2	47,1	18,0 %
Croácia	33	48,5	20,7 %	35,7	47,2	8,5 %	38,4	47,4	7,8 %

Fonte: Cálculos do BFF baseados nas Previsões Económicas Europeias, outono de 2022 e dados do Eurostat.

A tendência da despesa pública em bens e serviços tem sido, até à data, significativamente mais animada do que a da despesa pública global. Os valores anuais acumulados até ao terceiro trimestre do ano (ou seja, a soma dos dados entre o quarto trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022) mostram, de facto, um crescimento anual de 7,2 %. No que se refere aos países onde o BFF opera, o crescimento é particularmente consistente na Grécia (12,7 %), na Polónia (12,1 %) e na Croácia (11,6 %), enquanto é mais limitado em França (4,9 %), onde, no entanto, o peso no PIB é já relativamente elevado (11,6 %), embora não superior ao observado globalmente na União Europeia.

Em Itália, a despesa pública em bens e serviços em relação ao PIB ascendeu a 8,8 %, um decréscimo de 2,8 % em comparação com o que foi registado globalmente na UE; como o valor relativo ao consumo intermédio foi basicamente alinhado (6 %), a diferença reside nos benefícios sociais em espécie, que representam cerca de metade (2,7 %) do observado na União Europeia (5,6 %). Com a lei orçamental aprovada no final do ano, o Governo italiano pretende reduzir a despesa pública em bens e serviços para 170,9 mil milhões de euros em 2023 (de 166,9 em 2022), em comparação com 165,6 na ausência de medidas financeiras.

## TENDÊNCIA DA DESPESA PÚBLICA EM BENS E SERVIÇOS NOS PAÍSES ONDE O BFF ESTÁ PRESENTE

Países	Consumo intermédio T3 2022(*) (mil milhões de euros)	Consumo intermédio T3 2022(*) (% do PIB)	Alt. no período homólogo	Benefícios sociais em espécie no 3.º trimestre de 2022(*) (mil milhões de euros)	Benefícios sociais em espécie no 3.º trimestre de 2022(*) (% do PIB)	Alt. no período homólogo	Despesa pública em bens e serviços no 3.º trimestre de 2022(*) (mil milhões de euros)	Despesa pública em bens e serviços no 3.º trimestre de 2022(*) (% do PIB)	Alt. no período homólogo
União Europeia (27 países)	930,7	6,0	7,2 %	859,3	5,6	7,2 %	1789,9	11,6	7,2 %
França	136,1	5,2	8,2 %	165,4	6,4	2,3 %	301,4	11,6	4,9 %
Itália	113,2	6,1	5,3 %	50,3	2,7	7,3 %	163,5	8,8	5,9 %
Espanha	74,7	5,8	6,8 %	37,5	2,9	7,6 %	112,2	8,6	7,1 %
Polónia	37,5	5,9	14,1 %	12,0	1,9	6,4 %	49,5	7,8	12,1 %
Chéquia	15,5	5,8	15,7 %	9,1	3,4	8,7 %	24,6	9,2	13,0 %
Portugal	12,9	5,5	7,0 %	4,6	2,0	11,7 %	17,5	7,5	8,2 %
Grécia	11,5	5,8	14,4 %	5,8	2,9	9,4 %	17,3	8,7	12,7 %
Eslováquia	6,4	6,1	14,4 %	3,7	3,5	13,8 %	10,1	9,6	14,2 %
Croácia	5,0	7,8	13,5 %	1,4	2,1	5,3 %	6,4	9,9	11,6 %

Fonte: Cálculos do BFF com base em dados do Eurostat.

(\*) Valores anuais acumulados.

A despesa pública em bens e serviços inclui o consumo intermédio e os benefícios sociais em espécie adquiridos no mercado. O consumo intermédio consiste em todos os bens e serviços destinados a serem transformados em processos de produção para a prestação direta de serviços de saúde e bem-estar e a prestação de prestações sociais e de segurança social em dinheiro. Os benefícios sociais em espécie adquiridos no mercado dizem respeito aos bens e serviços produzidos por entidades que não fazem parte dos Organismos de administração pública e disponibilizados diretamente às famílias; as despesas com esses bens e serviços dizem respeito aos Cuidados de Saúde (despesas para assistência farmacêutica e para serviços de saúde prestados sob contrato) e às funções de Proteção Social para a aquisição de serviços de bem-estar.



## O mercado do *factoring* na Europa

No primeiro semestre de 2022, com um volume de negócios total de 1144 mil milhões de euros e representando 12,5 % do PIB, o *factoring* na Europa registou um crescimento anual recorde de 21,5 %, duplicando o aumento registado no primeiro semestre de 2021 (11 %). Esta tendência é o resultado de múltiplos fatores: a retoma da procura após a forte contração causada pela pandemia, a necessidade de liquidez para reembolsar os empréstimos do Estado, o impacto da inflação no montante nominal do volume de negócios e nos volumes transferidos e o efeito da crise Rússia-Ucrânia na formação de novas necessidades financeiras nos países da Europa Oriental, ligadas ao financiamento de rubricas de custos decorrentes da gestão dos fluxos migratórios e das intervenções humanitárias.

O volume de negócios registado em junho de 2022 pelos países onde o Grupo BFF está presente foi superior a 546 mil milhões de euros, marcando um crescimento médio superior à tendência europeia.

Este resultado foi impulsionado em termos absolutos pela França (203,5 mil milhões de euros) e pela Itália (139,8 mil milhões de euros), mas também influenciado em termos relativos pela Chéquia, Grécia e Polónia, que registaram uma taxa de crescimento anual significativamente superior à média dos países europeus<sup>1</sup>.

Especificamente, olhando para o mercado de *factoring* em Itália, o volume de negócios de 2022 ascendeu a 287 mil milhões de euros, registando um crescimento anual de 14,6 %, contra um total de empréstimos concedidos em dívida no final do ano de 69,5 mil milhões de euros, um aumento de 5,9 % em comparação com o final de 2021.

Restringindo a análise apenas ao *factoring* para a administração pública, em dezembro de 2022 registou-se uma redução de 30,3 % do volume de negócios em termos homólogos, com um valor total de 19,3 mil milhões de euros, equivalente a 6,8 % do volume de negócios total do *factoring*.

A tendência observada prende-se com a crescente complexidade do contexto regulamentar de referência, na sequência da entrada em vigor da nova definição de incumprimento prevista no Regulamento Europeu relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, que privilegia os operadores altamente especializados e, simultaneamente, impulsiona a avaliação de soluções alternativas em relação ao setor dos financiamentos estruturados.

No que se refere aos empréstimos concedidos em curso a entidades públicas, registou-se uma redução de 1,7 % em relação ao ano anterior, para um valor total de 8,5 mil milhões de euros em dezembro de 2022<sup>2</sup> devido ao menor volume de negócios e ao aumento dos dias médios de pagamento.

A composição dos empréstimos pendentes alterou-se ligeiramente em comparação com 2021, com os valores a receber do setor da saúde a aumentarem de 34 % para 36 % e os valores a receber reclamados às administrações central e local e a outras entidades públicas a diminuírem de 66 % para 64 %.

1 Fonte: EU Federation - Dados semestrais de 30 de junho de 2022.

2 Fonte: Assifact - Fevereiro de 2023.

## O mercado italiano de Serviços de Títulos

O BFF é o principal interveniente independente em Itália no domínio dos serviços bancários de custódia, contabilidade de fundos, agente de transferência e serviços de custódia de títulos.

O desempenho das atividades de **Serviços de Fundos e Custódia Global** do Banco, que estão altamente correlacionadas entre si, foi influenciado pela tendência descendente do valor equivalente dos ativos sob gestão em Itália, que diminuiu 14,6 % para 2216 mil milhões de euros durante o ano. Esta diminuição foi causada pela forte desaceleração do mercado - tanto no mercado de ações como no mercado obrigacionista - e ocorreu apesar de as entradas líquidas terem sido positivas em quase 20 mil milhões de euros.

### O SETOR DAS POUPANÇAS GERIDAS EM ITÁLIA

Gestão	Entradas líquidas 2022(*) (A)	(A)/Ativos sob gestão dez. 2021	Entradas líquidas jan.-set. 2022(*) (B)	(B)/Ativos sob gestão dez. 2021	Ativos sob gestão dez. 2022(*)	Ativos sob gestão dez. 2022/ dez. 2021	Ativos sob gestão set. 2022(*)	Ativos sob gestão set. 2022/ dez. 2021	Ativos sob gestão dez. 2021(*)
<b>Gestão coletiva</b>	<b>15 477</b>	<b>1,1 %</b>	<b>14 646</b>	<b>1,1 %</b>	<b>1 160 158</b>	<b>-14,1 %</b>	<b>1 150 159</b>	<b>-14,9 %</b>	<b>1 351 254</b>
Fundos abertos	9338	0,7 %	10 028	0,8 %	1 074 708	-15,5 %	1 066 725	-16,2 %	1 272 588
Fundos de direito italiano			-566	-0,2 %			223 413	-13,7 %	258 969
Fundos ao abrigo do direito estrangeiro			10 594	1,0 %			843 312	-16,8 %	1 013 619
Fundos fechados	6139	7,8 %	4619	5,9 %	85 449	8,6 %	83 435	6,1 %	78 666
Fundos de direito italiano			1299	2,0 %			68 516	3,2 %	66 409
Fundos ao abrigo do direito estrangeiro			3319	27,1 %			14 919	21,7 %	12 257
<b>Gestão de carteiras</b>	<b>4288</b>	<b>0,3 %</b>	<b>-7274</b>	<b>-0,6 %</b>	<b>1 055 458</b>	<b>-15,1 %</b>	<b>1 040 900</b>	<b>-16,3 %</b>	<b>1 242 988</b>
Gestão de produtos de seguros			-4034	-0,5 %			663 890	-17,5 %	804 388
Gestão de ativos de retalho	7316	4,5 %	5336	3,3 %	144 428	-12,0 %	141 739	-13,6 %	164 097
Gestão dos ativos da segurança social			1709	1,5 %			99 191	-13,0 %	114 017
Fundos de pensões abertos			1285	5,0 %			22 255	-12,6 %	25 475
Fundos de pensões negociados			1355	2,4 %			50 256	-9,8 %	55 742
Fundos de pensões pré-existent			17	0,1 %			12 312	-13,5 %	14 236
Fundos de pensões			-214	-3,1 %			5487	-19,4 %	6806
Outras formas de segurança social			-734	-6,2 %			8881	-24,5 %	11 759
Outra gestão			-10 285	-6,4 %			136 080	-15,2 %	160 486
<b>Total de poupanças geridas</b>	<b>19 765</b>	<b>0,8 %</b>	<b>7372</b>	<b>0,3 %</b>	<b>2 215 616</b>	<b>-14,6 %</b>	<b>2 191 059</b>	<b>-15,5 %</b>	<b>2 594 242</b>

(\*) Montantes em milhões de euros.

Fonte: Cálculo do BFF Bank com base em dados da Assogestioni.

Em detalhe, as entradas líquidas cresceram 9,3 mil milhões de euros para os fundos abertos, 6,1 mil milhões de euros para os fundos fechados e 7,3 mil milhões de euros para a gestão de ativos de retalho, enquanto diminuíram 3,0 mil milhões de euros para a gestão de carteiras institucionais; aliás, no que respeita a esta última, os dados do final de setembro mostram que os fundos de pensões - e especificamente os fundos de pensões negociados, importantes para a atividade do BFF - contrariaram a tendência, aumentando 1,7 mil milhões de euros (com os fundos de pensões negociados a aumentarem 1,4 mil milhões de euros). Na gestão coletiva, o aumento das entradas líquidas, com base nos dados relativos aos primeiros nove meses do ano, foi quase inteiramente atribuível a fundos estrangeiros (+13,9 mil milhões de euros) e apenas de forma modesta (+0,7 mil milhões de euros) a fundos italianos.

Assim, os ativos sob gestão aumentaram, no final de dezembro, para 1075 mil milhões de euros para os fundos abertos (48,5 % do total), 85,4 mil milhões de euros para os fundos fechados (3,9 %), 144,4 mil milhões de euros para a gestão de carteiras de retalho (6,5 %) e 911,0 mil milhões de euros para a gestão de carteiras institucionais (41,1%). Concretamente, no final de setembro, os ativos dos fundos de pensões negociados ascendiam a 50,3 mil milhões de euros, o que corresponde a cerca de metade do total dos ativos da segurança social sob gestão.

## O mercado de pagamentos em Itália

2022 foi mais um ano de progresso para os pagamentos digitais. O mercado dos cartões de pagamento é o principal motor desta expansão: Enquanto se aguardam os dados consolidados de 2022, o primeiro semestre do ano registou um aumento das transações com cartões pré-pagos em +19 % e com cartões de débito em +24 %, enquanto a categoria de cartões de crédito - depois de um 2021 com um crescimento ainda muito limitado devido aos efeitos a médio prazo da Covid - beneficiou da recuperação do consumo de elevado montante para serviços, turismo e viagens de negócios, com um crescimento de +21 %.

Embora em menor grau, as operações de levantamento de dinheiro com cartão em caixas automáticos cresceram num total de 85 mil milhões de euros (+14 %).

Nas lojas físicas, o cartão *contactless* confirma-se como o método de pagamento mais utilizado, representando 64 % das transações digitais (uma percentagem que sobe para 69 % se considerarmos também as transações através de telemóveis, *smartwatches* e outros dispositivos NFC) e que aumentou 49 % em comparação com o primeiro semestre de 2021, para um total de 79 mil milhões de euros.

No que diz respeito aos pagamentos bancários, de acordo com o relatório semestral do Banco de Itália, registou-se um aumento dos instrumentos SEPA, começando pelas transferências bancárias (+6,1 % no primeiro semestre de 2022, em comparação com o primeiro semestre de 2021) e os Débitos diretos SEPA (+6,5 %); por outro lado, outras formas de cobrança doméstica, Ribas (ordem de pagamento) ou MAV (pagamento contra aviso), diminuíram ligeiramente (-1,5 %). Outros instrumentos de pagamento «tradicionais», como cheques e cheques bancários (-6,8 %) e faturas (-6,9 %), também registaram uma diminuição no primeiro semestre de 2022 em comparação com 2021.

Do ponto de vista das iniciativas de pagamento, a entrada em vigor da Consolidação T2-T2S em março de 2023 constitui um desafio para os bancos, tanto a nível operacional como em termos de investimentos, enquanto os pagamentos imediatos, embora comecem a ser aceites por muitos bancos, ainda lutam para se estabelecerem como um serviço de pagamento líder. A sua aplicação obrigatória, determinada em novembro de 2022 pela Comissão Europeia, continuará a estender-se ao longo dos próximos dois anos.

A evolução e a digitalização do Sistema Europeu de Pagamentos continuam a ser objeto de atenção por parte da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu (BCE), que estão empenhados em definir as linhas estratégicas para os próximos anos. Ambas as instituições estão a prestar especial atenção ao desenvolvimento de pagamentos imediatos e à realização de um euro digital. O ano de 2022 marcou também o início do processo de revisão da DSP que conduzirá, provavelmente em 2023-2024, a uma nova atualização da Diretiva dos Serviços de Pagamento («DSP3»), que poderá abrir ainda mais o mercado à concorrência.

## Principais acontecimentos

Esta secção apresenta os principais acontecimentos ocorridos em 2022.

Em 2 de fevereiro de 2022, o BFF anunciou o acordo com a Fondazione Fiera Milano para a aquisição da área onde será construída a nova sede do Banco.

O edifício estará concluído em 2024 e acolherá os mais de 500 funcionários que trabalham atualmente em Milão em três locais diferentes. A nova sede, que se chamará «**Casa BFF**», faz parte de um processo de renovação progressiva dos ambientes de trabalho do Grupo, como já foi feito para os escritórios em Madrid (2020) e na Polónia, em Łódź (2019), no complexo Brama Miasta.

Em preparação para a execução do projeto, a 19 de janeiro de 2022, a **BFF Immobiliare S.r.l.**, uma empresa que gere o desenvolvimento e a valorização da Casa BFF e, no futuro, de todos os ativos imobiliários detidos pelo Grupo.

Em 9 de março de 2022, após a conclusão do procedimento *Accelerated Book-Building* sobre aproximadamente 14 milhões de ações ordinárias do BFF detidas pela Equinova UK HoldCo Limited<sup>3\*</sup>, as ações livres do Banco, já superiores a 80 % em 31 de dezembro de 2021, atingiram quase 100 % do capital social, tornando assim o BFF **uma das poucas empresas italianas cotadas em bolsa com uma ampla base de acionistas**.

Em 31 de março de 2022, foi realizada uma Assembleia de acionistas que aprovou um **Plano de Incentivo de Longo Prazo** que contribuirá para a criação de valor futuro através, entre outros aspetos, do reforço da retenção e da prossecução de objetivos de sustentabilidade. A Assembleia acionistas aprovou também o **Relatório sobre a Política de Remunerações** e emitiu um voto consultivo favorável sobre o **Relatório de Remunerações Pagas**.

Em 21 de abril de 2022, na sequência da deliberação dos acionistas de março do mesmo ano, o BFF distribuiu um dividendo bruto por ação de 0,679 € , num total de 125 280 399 €.

2022 marca também a transição para a **distribuição semestral de dividendos**, em agosto, com base nos resultados do primeiro semestre do ano, acelerando ainda mais o retorno do capital aos acionistas. Por conseguinte, foi feito um pagamento de 68 549 894 € em 24 de agosto de 2022.

Além disso, durante o ano, o BFF otimizou a sua estrutura de capitais de forma a ter uma maior flexibilidade, bem como uma margem mais alargada em termos de alavancagem e limites de grandes exposições. Por conseguinte:

- ▶ Em 19 de janeiro de 2022, foi finalizada a emissão de um instrumento subordinado Adicional Perpétuo de Nível 1 NC 2027 com um montante nominal de 150 milhões de euros, e
- ▶ em 2 de março de 2022, foi exercida a opção de compra para resgatar o instrumento subordinado de nível 2 10YNC5 emitido em março de 2017, com um montante nominal de 100 milhões de euros.

Em 29 de junho de 2022, o montante residual de 42 milhões de euros da obrigação preferencial sénior de um montante original de 200 milhões de euros, emitida em 2017 e sujeita a recompra de caixa e a recompras subsequentes a partir de junho de 2021, foi reembolsado na data de vencimento.

3 Equinova é a holding da Advent International Corporation, Bain Capital Private Equity Europe LLP e Clessidra SGR S.p.A., que era o principal acionista do DEPObank (a 1 de março de 2021, detinha uma participação de 91,6 % no capital social).

Na segunda metade do ano, para abrandar a inflação, o Banco Central Europeu iniciou um ciclo de política monetária restritiva, pondo assim fim à era das taxas negativas. Entre julho e dezembro, as taxas de juro oficiais foram aumentadas quatro vezes (em julho, setembro, outubro e dezembro), num total de 250 pontos de base, e foi decretada uma subida adicional de 50 pontos base em fevereiro de 2023. Em maior detalhe, as taxas diretoras dos depósitos e das operações principais e marginais de refinanciamento foram aumentadas para 2,50 %, 3,00 % e 3,25 %, respetivamente. Além disso, em 15 de dezembro, o BCE anunciou o lançamento do Aperto Quantitativo, ou seja, a redução da carteira de ativos a partir de março de 2023, ao ritmo de 15 mil milhões de euros por mês (montante que a instituição de Frankfurt se reserva o direito de alterar a partir de julho).

Em 5 de setembro de 2022, a agência de notação Sustainalytics, no âmbito de uma avaliação independente relativa a todo o Grupo BFF, atribuiu ao BFF uma classificação de risco ESG de 18,1. O Grupo passou assim da categoria de «Risco médio» para a categoria de «Risco baixo», situando-se no percentil 9 do subsetor «Bancos Regionais», no percentil 17 da categoria «Bancos» e no percentil 19 de todo o universo Sustainalytics. Além disso, o BFF ficou em segundo lugar na subindústria de referência das empresas com uma capitalização bolsista de 1,1-1,2 mil milhões de dólares.

Em 23 de setembro de 2022, o Banco de Itália emitiu várias interpretações mais rigorosas sobre a nova «Definição de incumprimento» (ou «Nova DoD»), orientações sobre a aplicação da definição de incumprimento nos termos do Art. 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013) que resultou no registo, em 30 de setembro de 2022, de um aumento do nível de exposições vencidas objeto de imparidade, embora não sintomático de um aumento do perfil de risco de crédito real da carteira.

Em 20 de outubro de 2022, em resultado do acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, que constitui a interpretação vinculativa para os acórdãos nacionais de todos os Estados-Membros, o BFF obteve a confirmação do seu direito de recuperar pelo menos 40 € por cada fatura vencida em relação à Administração Pública.

Ainda em outubro de 2022, nasce o **BFF Techlab**, a partir da aquisição pelo BFF de 100 % do capital social da MC3 Informatica Srl, empresa de consultoria que ao longo dos últimos anos tem apoiado o BFF na implementação do atual sistema central de *factoring* e na definição de outras arquiteturas aplicacionais. A transação é consistente com a trajetória de crescimento delineada pelo Banco no Plano de Negócios 2023, uma vez que permite a integração vertical de todas as atividades de desenvolvimento da MC3 relacionadas com a gestão e evolução do sistema de informação do Grupo.

Na sequência da saída da Arca e da Anima, cujos cancelamentos foram comunicados em 2021 e cujas migrações cessantes foram concluídas no decurso de 2022, pelo que se verificou uma redução significativa de várias atividades dentro da UN Serviços de Segurança, o banco iniciou ações com vista à redefinição da estrutura organizacional, reajustando-a às necessidades atualizadas do negócio. Em particular, note-se que está em curso um processo de reestruturação que envolve atualmente 23 cargos.

Assim, no dia 4 de novembro teve início o Processo de Consulta, nos termos do Art. 22.º da Convenção Coletiva Nacional de Trabalho de Crédito, relativa à gestão dos trabalhadores despedidos daí resultantes. Note-se que, em janeiro de 2023, na sequência do acima descrito, foi iniciado um procedimento de despedimento coletivo, nos termos dos Art. 4.º e 24.º da Lei n.º 223, de 23 de julho de 1991, sobre a redução do número de cargos (dos 49 inicialmente previstos para 23 cargos), na sequência de saídas voluntárias e recolocações internas. Este procedimento está ainda em fase de discussão com os sindicatos.

Em 22 de dezembro de 2022, o BFF entrou na estrutura acionista do **Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.P.A.** através da subscrição de uma participação de 1,25 %, no âmbito do aumento de capital social aprovado pela Empresa.

Esta transação insere-se nas iniciativas e estratégias de sustentabilidade e de compromisso público do BFF, e permite ao Banco apoiar outros prestigiados representantes - públicos e privados - do tecido cultural e económico do país, empenhando-se ao lado de um dos maiores centros italianos de produção e difusão da cultura.

Por último, note-se que, no que respeita às mudanças ocorridas nos órgãos sociais:

1. Na sequência da demissão dos Administradores i) Barbara Poggiali, em 3 de fevereiro de 2022, e ii) Amélie Scaramozzino, em 24 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da empresa-mãe nomeou, através do procedimento de cooptação urgente - nos termos do art. 2386.º do Código Civil italiano, em 10 de fevereiro de 2022 e 1 de março de 2022, respetivamente - Monica Magri e Anna Kunkl, em substituição dos Administradores cessantes, posteriormente confirmadas pela Assembleia de acionistas de 31 de março de 2022.
2. Em 18 de fevereiro de 2022, a Sra. Paola Carrara, Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, demitiu-se com efeitos a partir da primeira das seguintes datas: i) data da Assembleia de Acionistas convocada para aprovar as demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e ii) 31 de março de 2022.

Na sequência das demissões acima referidas, o Conselho de Administração do Banco convocou a Assembleia Ordinária de Acionistas para i) nomear novos membros para o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas para o período remanescente do triénio 2021-2023 e ii) nomear o novo Presidente desse órgão social. Em 31 de março de 2022, a Assembleia de Acionistas aprovou a nomeação de Francesca Sandrolini como Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, nomeada com base numa proposta de candidatura «única» apresentada pelo Studio Legale Trevisan & Associati em nome de um grupo de acionistas, uma vez que as provisões dos Estatutos e da lei que exigem a utilização do mecanismo de votação em lista não se aplicavam.

Em 22 de abril de 2022, Francesca Sandrolini demitiu-se do cargo de Auditora Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas com efeitos imediatos, por razões estritamente pessoais. Consequentemente, nos termos da lei e dos Estatutos, a partir da mesma data, a Sra. Mezzabotta - anteriormente Auditora Suplente do Banco, eleita na única lista apresentada na Assembleia Ordinária de Acionistas de 25 de março de 2021 - assumiu o cargo de Auditora Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, nos termos da lei e dos Estatutos, na sequência da demissão, na mesma data, da Sra. Francesca Sandrolini, nomeada pela Assembleia de Acionistas de 31 de março de 2022.

Depois de ter assumido automaticamente o cargo de Auditora Permanente, a Sra. Mezzabotta tornou-se também Presidente. Em 6 de maio de 2022, a Sra. Mezzabotta - uma vez que, entretanto, tinha sido nomeada Auditora Permanente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas de outro emitente cotado, e tendo reconsiderado o número de funções importantes desempenhadas nessa data - apresentou a sua demissão irrevogável do cargo de Auditora Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas com efeitos imediatos.

Nos termos da lei e dos Estatutos, na mesma data, o Sr. Carlo Carrera, anteriormente Auditor Suplente também eleito na lista única apresentada à Assembleia Ordinária de Acionistas de 25 de março de 2021, assumiu o cargo de Auditor Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas.

Depois de o Sr. Carlo Carrera se ter tornado Auditor Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, este órgão social a) era constituído por membros do mesmo sexo e b) não tinha Auditor Suplente. Por conseguinte, o Conselho de Administração convocou a Assembleia Ordinária de Acionistas, por ser necessário: i) aditar ao Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, que não respeitava o equilíbrio entre os sexos, uma vez que era composto por representantes do mesmo sexo e, por conseguinte, nomear um Auditor Permanente para substituir o Sr. Carlo Carrera; ii) nomear o Presidente desse órgão de controlo e, simultaneamente, iii) nomear dois Auditores Suplentes, com o direito de confirmar o Sr. Carlo Carrera no cargo de Auditor Suplente.

Por último, em 22 de junho de 2022, a Assembleia Ordinária de Acionistas do BFF Bank S.p.A. completou o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas nomeando Nicoletta Paracchini como Auditora Permanente e Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, e Francesca Masotti e Carlo Carrera como Auditores Suplentes.

## 3. Resultados operacionais

### PRINCIPAIS DESTAQUES

#### BFF Bank

- ▶ O lucro do exercício foi de 216,4 milhões de euros e o lucro normalizado de 117,0 milhões de euros (+27,2 % em relação ao ano anterior).
- ▶ Crescimento de 56 % dos empréstimos e valores a receber de clientes em relação ao ano anterior.
- ▶ Aumento significativo das taxas de juro para os empréstimos concedidos ainda não faturados.

#### LPI + direitos «Custo de recuperação»

- ▶ Aumento da taxa de juro de mora de 8 % para 10,50 % a partir de 1 de janeiro de 2023. Aumento suplementar a partir de julho de 2023.
- ▶ Desde 31 de dezembro de 2022:
  - (i) «indenização de montante fixo por custos de recuperação ('40 euros')» contabilizada segundo o princípio da especialização dos exercícios, com base em estimativas de cobrança coerentes com as dos juros de mora, e
  - (ii) alteração da percentagem estimada de recuperação de juros de mora de 45 % para 50 %.
- ▶ Uma compensação positiva sobre o capital de 80 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

#### Capital e Dividendos

- ▶ Rácio CET1 de 11,7 % e TCR de 15,7 %.
- ▶ Dividendos de 2022 no valor de 146,0 milhões de euros, 68,5 milhões de euros já pagos em agosto de 2022, 77,5 milhões de euros (cerca de 0,42 € por ação) a pagar em abril de 2023, com base numa resolução dos acionistas. Dividendo intercalar adicional sobre o lucro de 2023 a ser pago em agosto de 2023 com base nos resultados do primeiro semestre de 2023.
- ▶ >615 milhões de euros em dividendos pagos aos acionistas a partir da OPI de 2017, cerca de 77 % do valor de mercado da OPI.



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR UNIDADE DE NEGÓCIO

(milhões de euros)

	AF 2022					AF 2021				
	Receitas líquidas	OPEX incl. D&A	Custo/R endimento (%)	Provisões	PBT	Receitas líquidas	OPEX incl. D&A	Custo/R endimento (%)	Provisões	PBT
<b>Factoring e Empréstimos - Lucros e perdas</b>	108,5	(23,8)	22 %	(0,8)	83,8	100,8	(21,2)	21 %	1,0	80,7
+										
<b>Serviços de Títulos - Lucros e perdas</b>	52,5	(24,7)	47 %	-	27,8	57,8	(28,8)	50 %	-	29,0
+										
<b>Pagamentos - Lucros e perdas</b>	63,3	(32,1)	51 %	-	31,3	62,1	(30,9)	50 %	-	31,1
+										
<b>Centro Corporativo incl. sinergias</b>	96,8	(70,1)	-	(0,1)	26,6	50,7	(81,4)	-	5,7	(25,0)
=										
<b>Corr. BFF Bank - Lucros e perdas</b>	321,2	(150,7)	47 %	(0,9)	169,5	271,4	(162,3)	60 %	6,7	115,8
<b>Correções*</b>	200,6	(15,1)	-	(10,0)	175,5	43,0	(2,5)	-	(1,5)	39,1
<b>Lucros e perdas comunicados pelo BFF Bank</b>	521,7	(165,8)	32 %	(10,9)	345,0	314,4	(164,7)	52 %	5,2	154,9

(\*) Rubricas não recorrentes em 2022 referentes a: reconhecimento de 50 % da provisão relativa à indemnização fixa para cobrança de dívidas («40 euros»), no valor de 94,5 milhões de euros, o efeito combinado do aumento da percentagem de recuperação estimada dos juros de mora de 45 % para 50 % e do aumento dos dias previstos para a respetiva cobrança, no valor de 27,4 milhões de euros, provisões extraordinárias contra um risco provável de decisão negativa, dividendos intragrupo no valor de 76,0 milhões de euros, outras rubricas não recorrentes no valor de 12,3 milhões de euros (custos das opções sobre ações, custos não recorrentes, custos de projetos especiais, ganhos de capital da alienação de imóveis, amortização de contratos com clientes, contribuições extraordinárias para o «FITD» e variações da diferença cambial coberta pela reserva de transposição).

As rubricas não recorrentes de 2021 referem-se a: aos PBT corrigidos do DEPObank no valor de 5,1 milhões de euros, despesas relativas ao «Plano de Opções de Compra de Ações» no valor de 4,2 milhões de euros, ganhos cambiais cobertos pela reserva de transposição no capital próprio no valor de 0,2 milhões de euros, *badwill* no valor de 76,9 milhões de euros, custos relacionados com iniciativas de gestão do passivo no valor de 13,4 milhões de euros, outros custos de transação e reestruturação no valor de 10,2 milhões de euros, despesas relacionadas com a contribuição extraordinária para o Fundo de Resolução Nacional no valor de 2,8 milhões de euros e a amortização do contrato de cliente do DEPObank no valor de 2,4 milhões de euros.

As demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022 apresentam os elementos patrimoniais e económicos do BFF Bank S.p.A., incluindo, a partir de 2021, o DEPObank recentemente adquirido e fundido.

A fusão com o DEPObank produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de março de 2021, pelo que só a partir dessa data é que os dados contabilísticos das duas empresas foram consolidados.

A partir dessa data, os resultados do BFF Bank passam a integrar a dinâmica dos setores em que opera, através das Unidades de Negócio que oferecem serviços aos clientes (*Factoring* e Empréstimos, Serviços de Títulos, Pagamentos) e da Unidade de Negócio Centro Corporativo que presta apoio a outras Unidades de negócio, gere o funding do Grupo (regulado internamente por um mecanismo de preços de transferência) e a utilização da liquidez em excesso das necessidades da Unidade de Negócio de *Factoring* e Empréstimos através de investimentos em obrigações de dívida pública, acordos de recompra e depósitos no BCE.

Em 2022, o Banco concentrou-se na consolidação das atividades do DEPObank recentemente adquiridas (Serviços de Títulos e Pagamentos) e no relançamento do *Factoring* e Empréstimos graças aos esforços de vendas e a um regresso gradual à normalidade nos países onde o Banco está presente, apesar de ainda estarem a gerir a longa onda dos efeitos da crise pandémica da Covid-19 que surgiu no primeiro trimestre de 2020 e apesar da fraqueza dos mercados financeiros afetados pela crise Rússia/Ucrânia. Além disso, o Banco concentrou-se em aperfeiçoar e acompanhar continuamente as iniciativas destinadas a gerar as sinergias previstas no plano de integração com o DEPObank, tanto em termos de financiamento como de custos.

Na vertente de financiamento, os esforços centraram-se na utilização dos recursos disponibilizados pelas Unidades de negócios Serviços de Títulos e Pagamentos para o financiamento dos seus empréstimos concedidos e, com vista à diversificação das fontes de financiamento, bem como à otimização do custo de financiamento, no relançamento do financiamento da Lokata Facto em zloty e, no final do semestre, da Cuenta Facto em euros.

O BFF prosseguiu com a sua política de investimento em títulos HTC (Hold-to-collect) garantidos por obrigações do Estado italiano, com horizontes de médio-longo prazo, com o objetivo de restabelecer uma duração média coerente com as registadas no passado. Especificamente, também em relação à dinâmica esperada das taxas de juro na área do euro, a atividade visou os instrumentos de taxa variável.

Por último, note-se que o BFF Bank não tem qualquer exposição comercial aos mercados russo e ucraniano e está empenhado em controlar rigorosamente as atividades de processamento da Unidade de Negócio de Pagamentos para garantir o cumprimento das restrições impostas à Rússia.

## Desempenho financeiro

### Lucro do exercício

Em termos de rentabilidade global, o desempenho acumulado das Unidades de negócio do Banco, influenciado pelos fenómenos acima indicados, conduziu a um resultado reportado de 261,4 milhões de euros, incluindo as rubricas não recorrentes que influenciaram o resultado do exercício, cujo detalhe é apresentado no quadro seguinte.

### Lucro normalizado

Eliminando as rubricas não recorrentes que afetaram os lucros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, e adicionando a estes os dois meses em falta do DEPObank (janeiro e fevereiro), apenas para fins comparativos, o lucro normalizado situar-se-ia em 117,0 milhões de euros (mais 27,2 % em termos homólogos).

Os principais elementos que afetam o desempenho normalizado podem ser resumidos da seguinte forma:

- ▶ aumento da margem financeira devido, essencialmente, ao aumento das taxas de rendibilidade líquidas dos empréstimos concedidos, também graças às iniciativas implementadas para realizar as sinergias de financiamento previstas no plano, e ao aumento do valor dos títulos HTC (Hold-to-collect) e dos empréstimos a clientes em carteira;
- ▶ As comissões da Unidade de negócios Serviços de Títulos e Pagamentos diminuíram face a 2021, apesar do desempenho comercial e também na sequência do desempenho negativo do mercado;
- ▶ Custos mais baixos graças a um controlo cuidadoso e às iniciativas levadas a cabo para alcançar o custo das sinergias previstas no plano.

Tudo isto foi conseguido num ano caracterizado por:

- ▶ guerra na Ucrânia e um choque energético;
- ▶ aumento mais acentuado das taxas de juro das últimas décadas;
- ▶ nível de inflação mais elevado desde a década de 1980;
- ▶ restrições impostas à política monetária e o fim do período de «taxas negativas»;
- ▶ volatilidade dos *spreads* soberanos;
- ▶ desempenho negativo do mercado de ações.

A tabela abaixo explica a transição do lucro reportado para os dados normalizados.

(Montantes em milhões de euros)

Correções	31.12.2021	31.12.2022	% no período homólogo
<b>BFF Bank - Resultados reportados</b>	<b>164,3</b>	<b>261,4</b>	<b>+59,1 %</b>
<b>Lucro normalizado pré-aquisição do DEPObank</b>	<b>5,1</b>		
Diferenças cambiais cobertas pela reserva de transposição em capital próprio	(0,1)	(1,7)	
Opções de compra de ações e Outorgas de ações	3,0	2,8	
<i>Badwill</i> e custos de transação e reestruturação, e Fusões e Aquisições	(70,5)	3,9	
Custos extraordinários associados à Gestão do passivo	9,5		
Desagravamento fiscal sobre o <i>goodwill</i> do DEPObank	(23,7)		
Fundo de Resolução Extraordinário e FITD	2,0	0,5	
Distribuição de dividendos das subsidiárias		(73,2)	
Amortização de contratos de clientes do DEPObank	2,4	3,1	
Evolução dos valores do ativo, incluindo os relativos aos juros de mora e à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros»)		(79,9)	
<b>BFF Bank - Lucro normalizado</b>	<b>91,9</b>	<b>117,0</b>	<b>+27,2 %</b>

Nas páginas seguintes, para uma apresentação precisa do desempenho das várias Unidades de negócio, os comentários referem-se a dados normalizados da demonstração de resultados, eliminando os elementos não recorrentes que influenciaram os resultados a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e incluindo os 2 meses em falta do DEPObank (janeiro e fevereiro de 2021).

A este respeito, note-se que, no decurso de 2021, a rubrica não recorrente mais significativa foi o *badwill* resultante da fusão com o DEPObank no valor de 76,9 milhões de euros, que impactou a rubrica da demonstração de resultados Outras receitas operacionais, líquidas, e em 2022 o Banco i) contabilizou 50 % da provisão relativa à indemnização fixa para cobrança de dívidas («40 euros») e ii) aumentou a percentagem estimada de recuperação de juros de mora de 45 % para 50 %, bem como os dias esperados para a respetiva cobrança de 1800 para 2100 dias. Estes efeitos, identificados como não recorrentes em 2022 e no montante de 121,9 milhões de euros, tiveram impacto nas rubricas da demonstração de resultados Outras receitas operacionais, líquidos e Juros e rendimentos similares e na rubrica da demonstração da posição financeira Empréstimos e contas a receber de clientes.

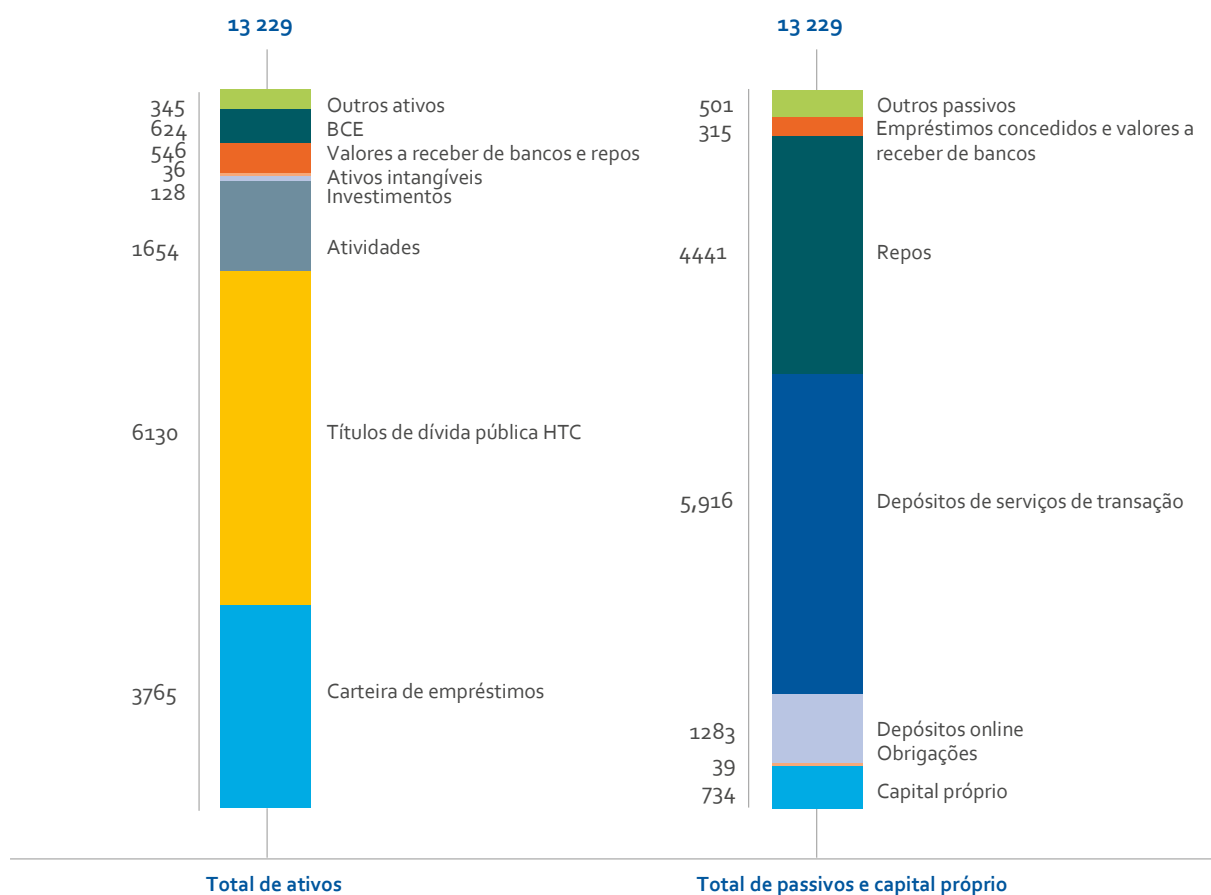
## Demonstração da situação financeira

No que diz respeito à Demonstração da Situação Financeira, tal como aconteceu a partir do segundo trimestre de 2021, durante 2022 o Banco continuou a concentrar-se na otimização das formas de financiamento geradas pelas atividades do antigo DEPObank, racionalizando os seus níveis e encerrando ou limitando as formas históricas de financiamento mais onerosas do BFF, mantendo uma certa diversificação.

Por outro lado, o Banco centrou-se numa melhor gestão das formas de utilização, retomando os investimentos em obrigações de dívida pública e eliminando o excesso de liquidez, com efeitos reforçados tanto na alavancagem como na rentabilidade.

O efeito de tudo isto, que se manifestou a partir do primeiro semestre de 2021, continuando também em 2022, foi uma demonstração da posição financeira que, apesar da fusão dos dois bancos, estava basicamente alinhada com a do antigo DEPObank, especialmente graças ao refinanciamento das formas de financiamento do BFF Bank «pré-aquisição».

(milhões de euros)



## Empréstimo

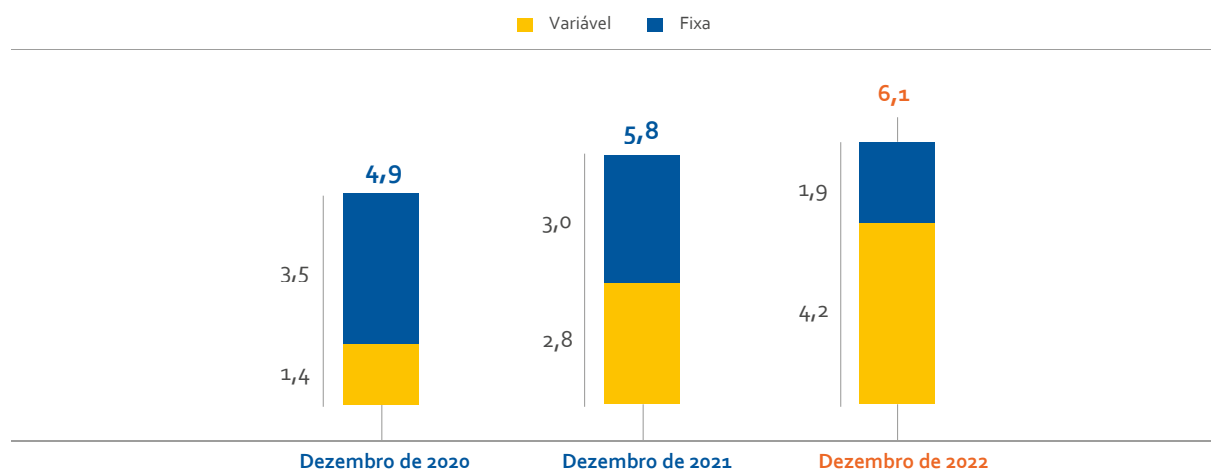
A Carteira de empréstimos concedidos de *Factoring* e Empréstimos foi de 3,8 mil milhões de euros, um aumento de 56 % em relação a 2021: O nível atingido pelos empréstimos concedidos e valores a receber de clientes marca um máximo histórico, também graças a um contexto favorável e confirmando a recuperação no período pós-pandemia, tendo-se registado um aumento em relação ao ano anterior em todos os países.

Carteira de empréstimos (milhões de euros)	31.12.2021(*)	31.12.2022(*)
Itália	2123	3383
Portugal	207	239
Grécia	70	131
Outros países (Croácia e França)	11	13
<b>Total</b>	<b>2410</b>	<b>3765</b>

(\*) Incluindo os ativos por impostos «Ecobonus» no valor de 221 milhões de euros (18 milhões de euros em 2021), contabilizados em Outros ativos na demonstração da situação financeira, e as provisões «na demonstração da situação financeira» relativas a juros de mora e à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros») no valor de 4,12 milhões de euros.

A carteira de obrigações de dívida pública atingiu 6,1 mil milhões de euros, mais 0,3 mil milhões de euros do que em 31 de dezembro de 2021. Com efeito, neste domínio, a empresa-mãe continuou com a sua política de investimento e de otimização da liquidez disponível. Especificamente, também em relação à tendência esperada para as taxas de juro na zona euro, as atividades centraram-se nos instrumentos de taxa variável.

### CARTEIRA DE TÍTULOS HTC (mil milhões de euros)



A Caixa e Equivalentes de Caixa foi igual a 0,6 mil milhões de euros e os Empréstimos concedidos e valores a receber com Bancos e Repos igual a 0,5 mil milhões de euros: nesta área, foram tomadas medidas de Gestão do ativo/passivo para otimizar a liquidez depositada junto do BCE, também em relação à evolução das manobras de política monetária decretadas pelo BCE a partir do segundo semestre do ano.

## Financiamento

Do lado dos passivos, a racionalização das fontes de financiamento prosseguiu através do relançamento dos depósitos online, da nova emissão de obrigações adicionais de nível 1, do reembolso com opção de compra da emissão de obrigações de nível 2 e do reembolso na data de vencimento da emissão de obrigações preferenciais não garantidas.

O departamento de Serviços de transação, com as suas Unidades de negócio de Serviços de Títulos e Pagamentos, arrecadou cerca de 6,0 mil milhões de euros face aos 8,5 mil milhões de euros em 2021, com um decréscimo da quota da Serviços de Títulos de 2,9 mil milhões de euros (6,1 mil milhões de euros vs 3,2 mil milhões de euros) devido à perda do cliente Arca e à alteração das políticas de investimento dos fundos, e com um aumento do montante gerado pelos Pagamentos de cerca de 0,5 mil milhões de euros (de 2,4 mil milhões de euros para 2,9 mil milhões de euros) graças ao esforço de vendas junto dos clientes existentes com o objetivo de reforçar a liquidez.

A empresa-mãe continuou a oferecer a solução de contas de depósito online destinada a clientes particulares e empresas e garantida pelo Fundo Interbancário de Garantia de Depósito em Itália com o Conto Facto, em Espanha, Países Baixos, Irlanda e Alemanha com o Cuenta Facto e, por último, na Polónia com o Lokata Facto.

Em 31 de dezembro de 2022, o total das receitas nominais do Conto Facto, do Cuenta Facto e do Lokata Facto ascendia a um total de 1,3 mil milhões de euros, um aumento de aproximadamente mil milhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2021.

Em particular, o crescimento registado em relação a 31 de dezembro de 2021 beneficiou das campanhas promovidas em todas as áreas geográficas, e especificamente na Polónia já a partir do início de 2022 e no resto da zona euro a partir do segundo semestre do ano.

No que diz respeito às atividades do mercado de capitais, em 19 de janeiro de 2022, foi emitido um instrumento subordinado Adicional Perpétuo de Nível 1 NC2027 no montante de 150 milhões de euros, ao par, com um cupão de taxa fixa de 5,875 % por ano, a pagar semestralmente.

Em 2 de março de 2022, a opção de resgate antecipado das obrigações de nível 2 de 100 milhões de euros foi exercida na sequência da autorização recebida do Banco de Itália.

Em 29 de junho de 2022, a obrigação prioritária um montante residual de 42,3 milhões de euros foi reembolsada na data de vencimento.

No que diz respeito às emissões preferenciais prioritárias não garantidas da empresa-mãe, note-se que, também em resultado de recompras marginais adicionais efetuadas durante 2022 e do reembolso na maturidade acima mencionado, os títulos em circulação em 31 de dezembro de 2022 ascendiam a 38,6 milhões de euros, em comparação com 82 milhões de euros em dezembro de 2021.

Tendo em conta o que precede, o montante nominal das emissões obrigacionistas em curso em 31 de dezembro de 2022 totaliza 188,6 milhões de euros (incluindo AT1), em comparação com 181,8 milhões de euros no ano anterior (incluindo de NÍVEL 2).

Por último, o BFF não tem empréstimos a refinarciado junto do Banco Central Europeu (BCE), nem ordinários (OMA) nem extraordinários (PELTRO, TLTRO, etc.).

## Capital próprio, fundos próprios e rácios de capitais próprios

O BFF Bank continua a manter a sua solidez de capital, considerando ainda que os rácios de capital e fundos próprios não incluem 146 milhões de euros relativos ao resultado normalizado do exercício.

Recorde-se que, já na altura das Demonstrações Financeiras de 2021, o BFF Bank tinha-se comprometido a implementar todas as iniciativas possíveis para pagar dividendos duas vezes por ano a partir de 2022; por conseguinte, em agosto de 2022, o BFF Bank distribuiu um dividendo intercalar de 68,5 milhões de euros, enquanto em abril de 2023 se prepara para distribuir um montante adicional de 77,5 milhões de euros, com base numa resolução dos acionistas, para um montante total igual a 146 milhões de euros, tal como acima referido.

O capital próprio ascendeu a 734 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 517 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Os fundos próprios do BFF Bank em 31 de dezembro de 2022 ascendiam a 590 milhões de euros e incluíam a obrigação de nível 1 adicional não garantida e subordinada com *rating* de 150 milhões de euros colocada em 19 de janeiro de 2022 e 115 milhões de euros de resultados do exercício não distribuídos; a exposição global a riscos, face à atividade desenvolvida, é mais do que adequada face ao nível de capitalização e ao perfil de risco identificado.

Com efeito, os rácios de capital CET1, Rácio de capital de Nível 1 e Rácio de Capital Total são de 11,7 %, 15,7 % e 15,7 %, respetivamente.

Além disso, importa recordar que o Banco não teve de aplicar as medidas de emergência disponibilizadas pelo BCE, pela EBA ou pelo pacote bancário COVID-19 da Comissão Europeia.

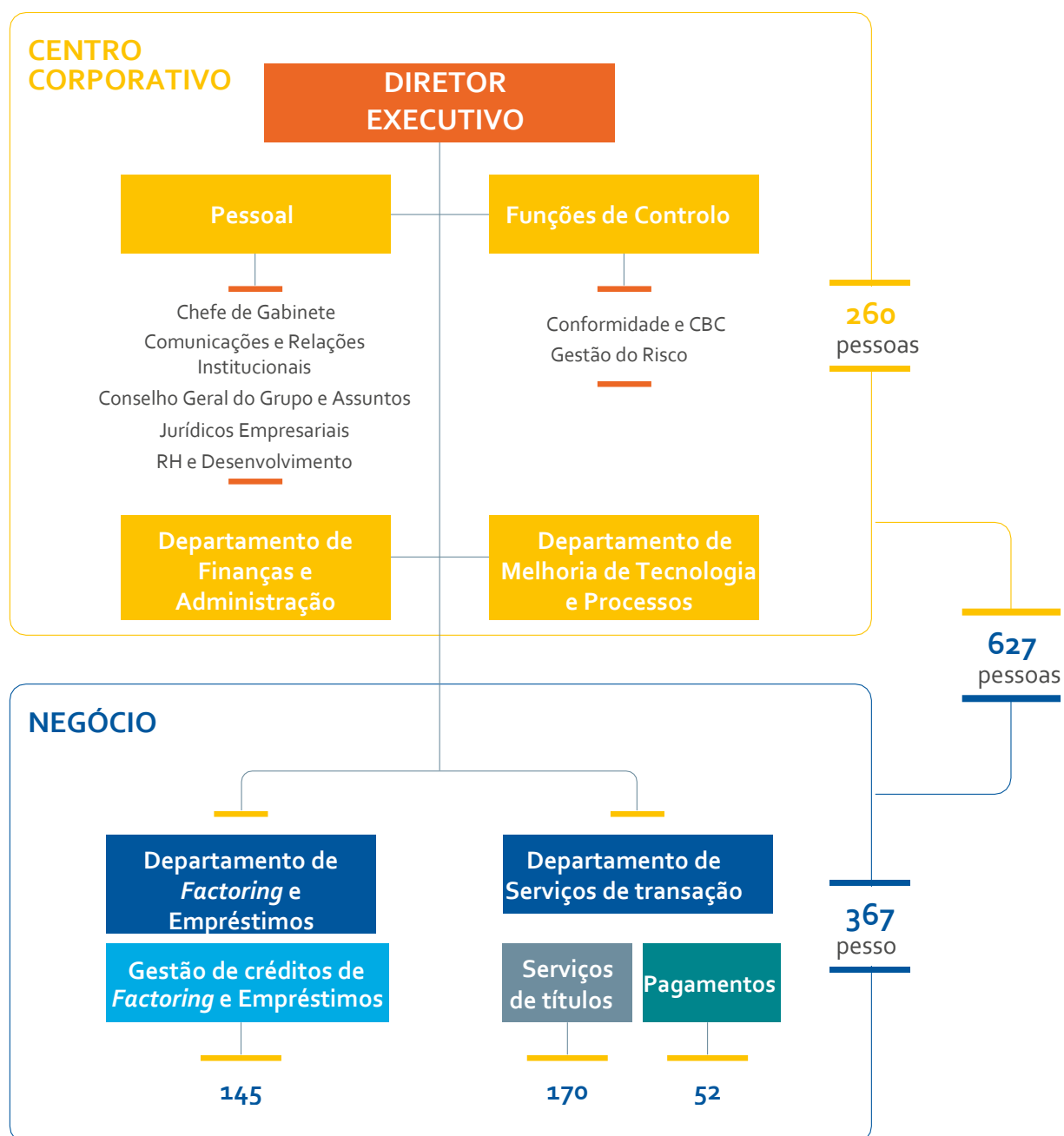
Por último, recorde-se que, em 19 de outubro de 2022, o Banco de Itália, enquanto Autoridade de Resolução, adotou o plano de resolução de 2021 para o BFF Banking Group, identificando a resolução como uma estratégia de gestão de crises para o BFF Banking Group.

	BFF Bank	
	31.12.2021	31.12.2022
Fundos Próprios	428,4	590,4
Rácio de capital CET1	11,8 %	11,7 %
Rácio de capital de Nível 1	11,8 %	15,7 %
Rácio de capital total	15,3 %	15,7 %



## Estrutura organizacional

Em 31 de dezembro de 2022, a empresa-mãe está organizada em três linhas de negócio, **Factoring e Empréstimos** (no âmbito do departamento com o mesmo nome), **Serviços de títulos** e **Pagamentos** (no Departamento de Serviços de Transação), apoiados pelo **Centro Corporativo**.



## Alterações no número de efetivos

Em 31 de dezembro de 2022, o número total de funcionários do BFF ascendia a 627 pessoas, das quais 42 integraram a empresa-mãe em 2022: 31 em Itália, 1 na Grécia, 3 em Espanha, 2 em Portugal e 5 na Polónia.

A distribuição do pessoal nos vários países revela uma redução de pessoal em 19 recursos, concentrada principalmente em Itália, na sequência da perda dos clientes Arca e Anima (tal como referido anteriormente).

Segue-se a distribuição por país:

31 de dezembro de 2021	Itália e FOS	Sucursal espanhola	Sucursal polaca	Grécia	Portugal	Total
Executivos de topo/Executivos	21	0	0	0	1	22
Diretor/Coordenador	93	3	7	3	1	107
Especialistas/Profissionais	466	6	32	5	8	517
<b>NÚMERO DE EFETIVOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>580</b>	<b>9</b>	<b>39</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>646</b>

31 de dezembro de 2022	Itália e FOS	Sucursal espanhola	Sucursal polaca	Grécia	Portugal	Total
Executivos de topo/Executivos	23	0	0	0	1	24
Diretor/Coordenador	97	5	8	3	2	115
Especialistas/Profissionais	442	4	29	6	7	488
<b>NÚMERO DE EFETIVOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>562</b>	<b>9</b>	<b>37</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>627</b>

A repartição da força de trabalho por género em 31 de dezembro de 2022 manteve-se basicamente inalterada em relação a 31 de dezembro de 2021, com 52 % de mulheres e 48 % de homens.

Segue-se uma distribuição por país em 31 de dezembro de 2022:

<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>Mulheres</b>		<b>Homens</b>		<b>Total</b>
Itália	294	51 %	286	49 %	580
Sucursal espanhola	5	56 %	4	44 %	9
Sucursal polaca	23	59 %	16	41 %	39
Grécia	4	50 %	4	50 %	8
Portugal	3	30 %	7	70 %	10
<b>Total por país</b>	<b>329</b>	<b>51 %</b>	<b>317</b>	<b>49 %</b>	<b>646</b>

<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>Mulheres</b>		<b>Homens</b>		<b>Total</b>
Itália	288	51 %	274	49 %	562
Sucursal espanhola	5	56 %	4	44 %	9
Sucursal polaca	24	65 %	13	35 %	37
Grécia	4	44 %	5	56 %	9
Portugal	3	30 %	7	70 %	10
<b>Total por país</b>	<b>324</b>	<b>52 %</b>	<b>303</b>	<b>48 %</b>	<b>627</b>

## Unidade de negócio de *Factoring* e Empréstimos

### Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Económicos

A Unidade de negócio de *Factoring* e Empréstimos exerce a atividade de empréstimos e oferece os seus serviços através de produtos como o *factoring* sem recurso, o empréstimo e a gestão de créditos a organismos da Administração Pública e a hospitais privados.

Atualmente, a empresa-mãe desenvolve estas atividades em 5 países (Itália, Croácia, França, Grécia e Portugal), todos eles profundamente afetados nos últimos anos pela crise pandémica da Covid-19 e que continuam até hoje a lidar com a longa vaga dos seus efeitos, juntamente com as implicações do conflito Rússia/Ucrânia.

Apesar das injeções de liquidez efetuadas pelos governos nacionais, e graças à subida das taxas de juro e de inflação, que estão a fazer com que as empresas reconsiderem as suas estratégias do capital de exploração e ao forte desempenho comercial, face a 2021 os principais indicadores da Unidade de negócio de *Factoring* e Empréstimos apresentaram fortes sinais de recuperação.

A carteira de empréstimos concedidos aumentou 56 % em comparação com o mesmo período do ano passado (3,8 mil milhões de euros contra 2,4 mil milhões de euros), enquanto os volumes de empréstimos e valores a receber adquiridos e desembolsados aumentaram significativamente em comparação com o ano passado (5 211 milhões de euros contra 3 447 milhões de euros) em praticamente todos os países, graças ao forte impulso comercial decretado num contexto macroeconómico favorável, que confirmou uma recuperação em relação ao período pandémico.

Os dias de vendas pendentes (DSO) registados pelo BFF nas atividades de *factoring* revelaram um alargamento dos prazos de cobrança em praticamente todos os países, com exceção de Portugal (na sequência do aumento das remessas, sobretudo no final do ano, por parte do governo central), Eslováquia, Croácia e França (onde o valor é, no entanto, influenciado pela dimensão do negócio).

#### Dias de vendas pendentes - dias (dados BFF, Aquisições e Gestão, Público e Privado):

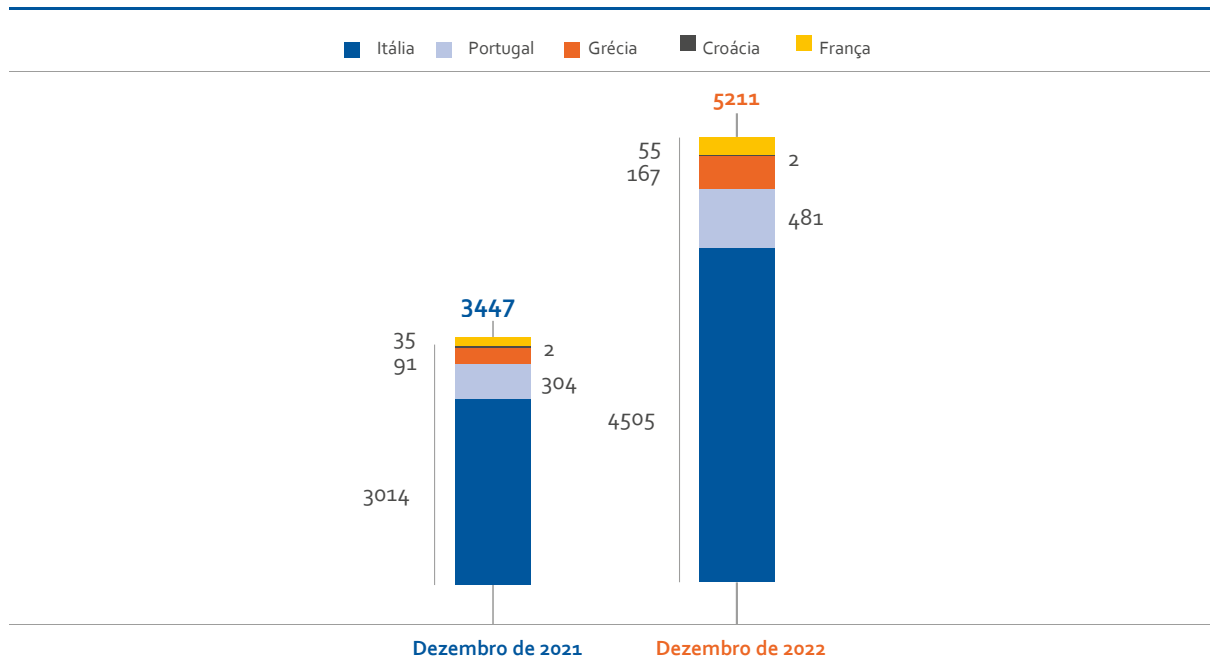
	31.12.2021	31.12.2022
Itália	119	132
Portugal	299	175
Grécia	210	248
Croácia	282	52
França	107	79

A provisão para juros de mora e a provisão relativa à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros»), bem como os montantes relativos não transferidos para a Demonstração de Resultados, continuaram a crescer em relação a 2021 (atingindo, respetivamente 686 e 191 milhões de euros, e 368 e 96 milhões de euros), enquanto os recebimentos relativos ascenderam a 61 e 10 milhões de euros, respetivamente, apesar do atraso registado na finalização dos acordos com os devedores.

(Montantes em milhões de euros)

	31.12.2021	31.12.2022
Volume de negócios adquirido	3447	5211
Carteira de empréstimos	2410	3765
Juros de mora cobrados	51	61
Indemnização fixa («40 euros») cobrada	5	10
Provisão para juros de mora	642	686
Provisão de indemnização de montante fixo	187	191
Provisão para juros de mora não transferidos para a demonstração de resultados	371	368
Provisão de indemnização de montante fixo não transferido para a demonstração de resultados	187	96

## VOLUMES POR PAÍS



A margem financeira normalizada ascendeu a 93,0 milhões de euros, em comparação com 88,5 milhões de euros em 2021, e foi afetada positivamente pelo *spread* «reescalonamento/ganhos de capital» e negativamente pelo atraso temporal, no que diz respeito ao financiamento, da reavaliação do preço dos empréstimos, cujos efeitos positivos (tanto na taxa de juro utilizada para os juros de mora como no preço aplicado aos clientes) serão observados no decurso de 2023 e 2024.

O *spread* «reescalonamento/ganhos de capital» incluído na margem financeira, ou seja, o diferencial entre os ganhos de capital gerados pelos recebimentos de juros de mora superiores a 45 % contabilizados de acordo com o regime de acréscimos e o reescalonamento, ou seja, os efeitos relacionados com o desconto de valores a receber não cobrados de acordo com as estimativas internas e, por isso, reprojitados no tempo, foi positivo face ao período homólogo do ano anterior. O resultado beneficiou de um excelente último trimestre, embora ainda abaixo dos níveis pré-Covid.

As outras receitas operacionais normalizadas, líquidas, beneficiaram de um montante de recebimentos relativos à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros») duas vezes superior ao registado em 2021 (cerca de 10 milhões em 2022 e cerca de 5 milhões em 2021).

Os custos diretos normalizados ascenderam a 23,8 milhões de euros, um aumento de cerca de 12 % em comparação com 2021, devido a volumes mais elevados, ao aumento das operações e a custos jurídicos mais elevados.

As perdas líquidas por imparidade normalizadas para o risco de crédito, embora mais elevadas do que em 2021, em resultado de perdas por imparidade coletivas mais elevadas (devido à maior carteira existente) e de perdas por imparidade individuais, principalmente na Polónia, em várias posições com uma contraparte privada, continuaram a manter-se em níveis limitados, graças ao acompanhamento cuidadoso do crédito, tanto na originação como na gestão.

Assim, o resultado normalizado antes de impostos das operações continuadas ascendeu a 83,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 3,1 milhões de euros em relação ao mesmo período do ano anterior, devido aos fenómenos descritos anteriormente.

Milhões de euros (valores normalizados)

	31.12.2021	31.12.2022
<b>Margem financeira</b>	<b>88,5</b>	<b>93,0</b>
<i>da qual o spread de «reescalonamento/ganhos de capital»</i>	<i>(0,6)</i>	<i>7,8</i>
Receitas líquidas de taxas e comissões	5,5	3,1
Outras receitas operacionais, líquidas	6,8	12,4
<b>Receitas líquidas totais</b>	<b>100,8</b>	<b>108,5</b>
Custos diretos e Amortizações, depreciações e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(21,2)	(23,8)
Perdas/ganhos por imparidade líquidos por risco de crédito e provisões líquidas para riscos e encargos	1,0	(0,8)
<b>Lucros antes de impostos das operações continuadas</b>	<b>80,7</b>	<b>83,8</b>

## Unidade de negócio de Serviços de Títulos

### Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Económicos

Os Serviços de Títulos dizem respeito à Unidade de negócio que se ocupa da custódia bancária de fundos de investimento e serviços conexos, tais como custódia global, contabilidade de fundos e agentes de transferência para gestores nacionais e vários fundos de investimento - tais como fundos de pensões, fundos mutualistas e fundos alternativos - bem como bancos e outras instituições financeiras (ou seja sociedades de corretagem de ações): este negócio está centrado no mercado italiano.

Durante o ano de 2022, a Unidade de negócio registou um bom desempenho comercial. Tal continuou a ser possível graças ao lançamento de iniciativas estratégicas que visavam i) uma maior expansão e melhoria da experiência comercial (através de novos serviços, tais como o processamento de liquidações nos vários mercados, o empréstimo de títulos para Fundos de Pensões de média e pequena dimensão; expansão das atividades dos Agentes Pagadores também a moedas estrangeiras; ii) alargamento da base de clientes (através da oferta de serviços de Banco Depositário a Fundos de Pensões, órgãos Religiosos e Fundações Bancárias e da participação nos concursos dos Fundos de Pensões, para além da oferta de serviços de Agente Pagador, Conta e Banco Depositário a clientes Empresariais) e iii) aproveitamento das oportunidades decorrentes de intervenções regulamentares (como a Consolidação T2-T2S, ECMs, CSDR, SHRD II, Spanish FT), que, por um lado, representam uma oportunidade para reforçar no mercado o papel de banco correspondente e parceiro de referência no âmbito da Custódia Global e, por outro, permitem oferecer novos produtos e serviços de valor acrescentado que poderão contribuir para um maior aumento das receitas do BFF.

O desenvolvimento do negócio atenuou a queda das receitas devido à fraqueza dos mercados financeiros, afetados primeiro pelos efeitos da Covid-19 e depois pela crise na Rússia/Ucrânia.

Por outro lado, o segundo semestre do ano foi caracterizado pela saída de dois grandes clientes, cujo impacto económico se refletirá plenamente no decurso de 2023.

Os principais indicadores da Unidade de negócio de Serviços de Títulos registaram uma evolução negativa face a 2021, embora exista um volume considerável de nova legislação que, no futuro, conduzirá a novos desenvolvimentos para a atividade, nomeadamente no que respeita às contribuições para os fundos complementares de pensões dos funcionários da Administração Pública e no âmbito dos serviços obrigatórios dos Fundos de Pensões.

Os ativos sob depósito (AuD) da Custódia ascenderam a 49,5 mil milhões de euros, uma diminuição em comparação com 2021. O desempenho negativo dos mercados financeiros foi apenas parcialmente compensado pelos efeitos positivos das iniciativas relacionadas com o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio, bem como por um saldo positivo entre entradas e saídas. Neste contexto, o BFF Bank manteve a sua posição de liderança no segmento italiano dos fundos de pensões fechados.

Os ativos sob custódia (AuC) da Custódia global, no valor de 153,1 mil milhões de euros, menos 11 % do que em 2021, mas com um crescimento de 9% excluindo os efeitos da Arca, foram afetados pelo desempenho negativo do mercado financeiro.

O saldo dos depósitos de clientes foi influenciado pela alteração das políticas de investimento adotadas por muitos fundos (devido ao novo cenário das taxas de juro de mercado, que transitaram de negativas para positivas) e diminuiu face a 2021 em 2,9 mil milhões de euros (dos quais mil milhões de euros são decorrentes da perda do Arca), atingindo 3,2 mil milhões de euros.

	31.12.2021	31.12.2022
Banco de custódia (AuD, milhões de euros)	83 573	49 524
Custódia global (AuC, milhões de euros)	172 625	153,065
Depósitos - Saldo final (milhões de euros)	6092	3167

A margem financeira normalizada ascendeu a 8,8 milhões de euros (em comparação com 10,8 milhões de euros em 2021) e foi negativamente afetada por depósitos mais baixos e pela tendência das taxas de juro do mercado, que se tornaram positivas durante o ano.

O nível das receitas líquidas de taxas e comissões normalizadas foi 8 % inferior ao do mesmo período do ano anterior e foi afetado negativamente pela saída de Arca em 1 de novembro de 2022.

O montante dos Custos Diretos normalizados diminuiu, conforme evidenciado pela monitorização eficiente dos custos em vigor e pela renegociação de alguns contratos com fornecedores, a continuar também em 2023.

Milhões de euros (valores normalizados)

	31.12.2021	31.12.2022
<b>Margem financeira</b>	<b>10,8</b>	<b>8,8</b>
Receitas líquidas de taxas e comissões	46,1	42,4
Outras receitas operacionais, líquidas	0,9	1,2
<b>Receitas líquidas totais</b>	<b>57,8</b>	<b>52,5</b>
Custos diretos e Amortizações, depreciações e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(28,8)	(24,7)
Provisões líquidas para riscos e encargos	-	-
<b>Lucros antes de impostos das operações continuadas</b>	<b>29,0</b>	<b>27,8</b>

O lucro normalizado antes de impostos das operações continuadas ascendeu, por conseguinte, a 27,8 milhões de euros, ou seja, menos 1,2 milhões de euros do que no ano transato, graças sobretudo à diminuição da margem financeira na sequência da redução dos depósitos, à diminuição das comissões de serviços e apesar da contenção dos custos.



## Unidade de negócio de Pagamentos

### Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Económicos

A Unidade de negócio de Pagamentos é a unidade de negócio que se ocupa do processamento de pagamentos, pagamentos de empresas e cheques e faturas e tem como clientes bancos italianos de média e pequena dimensão e empresas de média e grande dimensão e orgulha-se de uma parceria com a Nexi. O negócio está concentrado no mercado doméstico.

Como operador independente líder em Itália no domínio dos serviços de processamento dedicados aos PSP (Prestadores de Serviços de Pagamento: Bancos, IMEL, Instituições de Pagamento) e nos serviços estruturados de cobrança e pagamento para empresas e Administração Pública, o BFF beneficia de um mercado de pagamentos em crescimento graças à recuperação do consumo e à progressiva digitalização dos instrumentos de pagamento. Para já, não se observam efeitos negativos nem do aumento da inflação nem da guerra na Ucrânia.

Ao longo de 2022, a Unidade de negócio registou um bom desempenho comercial, com efeitos positivos na área do processamento interbancário, nos pagamentos de empresas e no setor das liquidações, mantendo-se o declínio na área dos cheques e faturas (área em declínio estrutural e ainda com tendência no mercado), em que, de qualquer forma, o efeito negativo das quebras de volume foi limitado com políticas de reapreçamento dedicadas.

Conforme observado em 2021, o mercado está a mostrar os efeitos da evolução e digitalização do Sistema de Pagamentos e da agregação de bancos em curso, para não mencionar o potencial aumento da competitividade no setor dos Pagamentos, também liderado pelo BCE e pela Comissão Europeia, juntamente com a entrada de muitos novos operadores no mercado de pagamentos, tais como Instituições de Pagamento, IMEL, terceiros prestadores de serviços (TPS) e operadores de tecnologia financeira (Fintech). Precisamente estes dois últimos fenómenos fizeram com que, em 2022, com a plena implementação da PSD2, o BFF tenha assistido a uma procura crescente de serviços de intermediação de pagamentos, uma tendência que o BFF espera que se mantenha em 2023. O início do processo de revisão da diretiva pode levar a um maior alargamento do mercado, gerando mais concorrência, mas também novas oportunidades.

Os principais indicadores da Unidade de negócio de Pagamentos, em termos de número de transações executadas face a 2021, registaram tendências positivas.

O número de operações de cobrança e de processamento de transferências aumentou 6 %, atingindo os 331 milhões. Registou-se um bom crescimento nos pagamentos imediatos, embora os números sejam ainda muito baixos devido à dificuldade de muitos bancos de pequena e média dimensão em encontrar um espaço para este serviço.

O negócio de liquidação com cartões cresceu 35 %, ultrapassando os níveis pré-Covid, devido ao aumento da atividade dos clientes bancários e à pressão concorrencial do segmento *contactless*.

O saldo dos depósitos, no valor de 2852 milhões de euros, aumentou em comparação com 2408 milhões de euros em 2021, graças aos esforços comerciais realizados com os clientes existentes, a fim de aumentar a liquidez.

	31.12.2021	31.12.2022
Processamento interbancário (n.º trans., milhões de euros)	312	331
Liquidações (n.º de transações, milhões de euros)	191	257
Depósitos - Saldo final (milhões de euros)	2408	2852

A margem financeira normalizada ascendeu a 6,6 milhões de euros em 2022 (em comparação com 7,2 milhões de euros em 2021).

O nível das receitas líquidas de taxas e comissões e dos custos diretos normalizados foi superior ao de 2021 e ascendeu a 45,4 milhões de euros e 32,1 milhões de euros, respetivamente, principalmente em resultado do aumento das operações.

*Milhões de euros (valores normalizados)*

	31.12.2021	31.12.2022
<b>Margem financeira</b>	7,2	6,6
Receitas líquidas de taxas e comissões	43,8	45,4
Outras receitas operacionais, líquidas	11,1	11,3
<b>Receitas líquidas totais</b>	<b>62,1</b>	<b>63,3</b>
Custos diretos e Amortizações, depreciações e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(30,9)	(32,1)
Provisões líquidas para riscos e encargos	-	-
<b>Lucros antes de impostos das operações continuadas</b>	<b>31,1</b>	<b>31,3</b>

Consequentemente, o lucro normalizado antes de impostos das operações continuadas foi de 31,3 milhões de euros, mais 0,2 milhões de euros em comparação com 2021, principalmente, devido a taxas e comissões mais elevadas.

## Unidade de negócio do Centro Corporativo

### Principais Indicadores-chave de Desempenho e Resultados Económicos

A Unidade de negócio do Centro Corporativo gere a tesouraria da empresa-mãe e a reafetação de fundos entre as várias Unidades de negócio e quaisquer outras formas de utilização. Incorpora todo o pessoal e funções de controlo, bem como os departamentos de Tecnologia e Melhoria de Processos, além de Finanças e Administração, para apoiar o negócio. Os seus resultados incluem tudo o que não é diretamente atribuível às outras Unidades de negócio. Esta é a área em que foram alcançadas sinergias de custos devido à integração com o DEPObank e onde, através do mecanismo interno de preços de transferência, foram consolidadas as sinergias de financiamento.

A Unidade de negócio do Centro Corporativo assegura, entre outros, a gestão das posições em moedas diferentes do euro, de forma a conter as posições abertas em valores globais abaixo dos limites regulamentares, de modo a evitar, de forma continuada, a absorção de capital que poderia ter origem em financiamentos e empréstimos de outras Unidades de negócio.

No que se refere ao recurso a obrigações e instrumentos de capital, note-se que:

- ▶ Em 19 de janeiro, foi finalizada a emissão ao par de um instrumento Adicional Perpétuo de Nível 1 NC2027 (ISIN XS2404266848) no montante de 150 milhões de euros, com um cupão de taxa fixa de 5,875 % por ano a ser pago semestralmente e uma notação Ba1.
- ▶ Em 2 de março de 2022, a opção de compra foi exercida e o instrumento subordinado de nível 2 no valor de 100 milhões de euros emitido em 2017 foi resgatado.
- ▶ Em 29 de junho de 2022, a Obrigação (ISIN XS1639097747) emitida por um montante original de 200 milhões de euros em junho de 2017 e em dívida na data de resgate no montante de 42,3 milhões de euros foi resgatada na data de vencimento.

Tendo em conta o acima exposto, a situação das emissões obrigacionistas a 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

Código ISIN	Data de emissão	Vencimento		Tipo de obrigação	Montante nominal (milhões de euros)	Cupão	Notações da Moody's
<b>Obrigações cotadas e objeto de notação</b>							
XS2068241400	23-out-19	23-maio-23	3,5A	Prioritária preferencial não garantida	38,6	1,75 %	Ba1
XS2404266848	19-jan-22	Perpétuo NC 2027 <sup>(*)</sup>		Nível 1 adicional	150	5,875 %	B2
<b>MONTANTE TOTAL DE OBRIGAÇÕES NÃO EXECUTADAS A PARTIR DE 30 DE JUNHO DE 2022</b>					<b>188,6</b>		

(\*) Primeira opção de compra, 19 de janeiro de 2027 - 19 de julho de 2027.

A Demonstração de Resultados da Unidade de negócio foi afetada pela subida das taxas de juro gerada pelo conflito Rússia/Ucrânia, bem como pelo impacto negativo da diminuição das receitas da antiga carteira de títulos do DEPObank, em resultado da avaliação do justo valor efetuada na data de fecho.

A margem financeira normalizada, que deve ser considerada juntamente com o custo dos derivados de cobertura utilizados para financiar e cobrir ativos em zloty e derivados de negociação, utilizados para exposições de coberturas a taxas de juro e moedas, ascendeu a 73,8 milhões de euros (em comparação com 34,2 milhões de euros em 2021) e apresentou uma tendência muito positiva graças às sinergias de financiamento previstas no plano de integração com o DEPObank.

A empresa-mãe procurou também melhorar as taxas de rendibilidade na área relativa às obrigações de dívida pública, através de novas aquisições de obrigações de dívida pública emitidas pela República Italiana, operando através de uma política de investimento destinada a repor a dimensão da carteira e a duração relativa nos níveis anteriores ao fecho, quando eram, respetivamente, superiores a 6 mil milhões de euros e da ordem de cerca de três anos, em média. Além disso, a fim de ter em conta as novas tendências das taxas de juro, a atividade de investimento em 2022 foi mais orientada para os títulos de taxa variável.

As outras receitas normalizadas, que aumentaram cerca de 6,0 milhões de euros em relação a 2021, foram influenciadas positivamente pelos dividendos recebidos, bem como pela rendibilidade de outras formas de empréstimo.

Os custos normalizados registaram uma redução significativa face a 2021, refletindo o controlo criterioso a que estão sujeitos, prerrogativa de todas as Unidades de negócio da empresa-mãe, e os efeitos das iniciativas tomadas para a concretização das sinergias previstas no plano com vista ao aumento da eficiência operacional da Unidade de negócio.

Os custos acima referidos incluem as contribuições que o Banco paga anualmente para o Fundo de Garantia de Depósitos e para o Fundo de Resolução.

No que diz respeito ao Fundo de Garantia de Depósitos, note-se que a Diretiva 2014/49 da UE (Diretiva relativa aos sistemas de garantia de depósitos - SGD) introduziu em 2015 um novo mecanismo de financiamento misto, baseado em contribuições ordinárias (*ex-ante*) e extraordinárias (*ex-post*) com base no montante dos depósitos cobertos e no grau de risco incorrido pelo respetivo banco membro.

A contribuição ordinária para o ano de 2022 ascendeu a 1415 milhares de euros, enquanto que para o ano de 2021 ascendeu a 1451 milhares de euros e para o ano de 2020 ascendeu a 1856 milhares de euros para o BFF e a 399 milhares de euros para o banco resultante da fusão DEPObank.

No que diz respeito ao Fundo de Resolução, recorde-se que o Regulamento (UE) n.º 806/2014 que rege o Mecanismo Único de Resolução, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016, criou o Fundo Único de Resolução Europeu (FUR), gerido pela nova autoridade europeia de resolução, o Conselho Único de Resolução. A partir dessa data, os Fundos de resolução nacionais (FRN) estabelecidos pela diretiva (UE) 2014/59 (Diretiva Recuperação e Resolução Bancárias - BRRB) e implementados em 2015, passaram a fazer parte do novo Fundo de resolução europeu.

A quota de contribuição anual ordinária solicitada ao BFF Bank pelo Banco de Itália para o ano de 2022, com uma nota datada de 27 de abril de 2022 e pagamento efetuado em maio de 2022, ascendeu a 3607 milhares de euros, em comparação com 8688 milhares de euros em 2021 (2963 milhares de euros de quota relativa ao ex-BFF e 5725 milhares de euros de quota relativa ao DEPObank).

Apresenta-se de seguida uma representação dos resultados da Unidade de negócio do Centro Corporativo:

Milhões de euros (valores normalizados)

	31.12.2021	31.12.2022
<b>Margem financeira (*)</b>	<b>34,2</b>	<b>73,8</b>
Receitas líquidas de taxas e comissões	(1,0)	(0,4)
Outras receitas	17,5	23,5
<b>Receitas líquidas totais</b>	<b>50,7</b>	<b>96,8</b>
Custos diretos e Amortizações, depreciações e perdas líquidas por imparidade em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento/ativos intangíveis	(81,4)	(70,1)
Perdas/ganhos por imparidade líquidos por risco de crédito e provisões líquidas para riscos e encargos	5,7	(0,1)
<b>Lucros antes de impostos das operações continuadas</b>	<b>(25,0)</b>	<b>26,6</b>

(\*) Incluindo o Lucro em transações comerciais de derivados utilizados para cobrir exposições a taxas de juro e divisas.

Por conseguinte, o lucro normalizado antes de impostos das operações continuadas ascendeu a 26,6 milhões de euros, um claro aumento em relação ao ano passado, em que se registou um prejuízo de 25,0 milhões de euros, graças à realização das sinergias de financiamento e de custos previstas no plano.

## Principais rubricas da posição de balanço

Apresentam-se de seguida breves comentários sobre as principais rubricas da demonstração da situação financeira.

### Caixa e equivalentes de caixa

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
a) Caixa	190	206	16
b) Contas correntes e depósitos à ordem nos Bancos Centrais	360 142	489 810	129 668
c) Contas correntes e depósitos à ordem nos bancos	182 895	133 959	(48 936)
<b>Total</b>	<b>543 227</b>	<b>623 975</b>	<b>80 748</b>

A partir de 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o disposto na 7ª atualização da circular 262/205 do Banco de Itália, a rubrica em questão, para além do numerário e dos depósitos à ordem nos Bancos Centrais, com exceção da reserva obrigatória, inclui também as contas à ordem, bem como os empréstimos à ordem e os valores a receber (contas à ordem e depósitos à ordem) junto dos bancos.

A partir de 31 de dezembro de 2022, esta rubrica inclui principalmente depósitos sem restrições no Banco de Itália, no montante de 490 milhões de euros, bem como contas correntes detidas pelo Banco em bancos terceiros, no montante de 134 milhões de euros.

### Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
a) Ativos financeiros detidos para negociação	4 095	211	(3 884)
c) Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	32 504	90 330	57 826
<b>Total</b>	<b>36 598</b>	<b>90 541</b>	<b>53 942</b>

A rubrica consiste essencialmente em i) Ativos financeiros detidos para negociação no valor de 211 mil euros, que inclui o justo valor positivo dos instrumentos derivados classificados como ativos de negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais do risco de taxa de juro a que a empresa-mãe está exposta e ii) Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor no valor de 90,3 milhões de euros, que incluem essencialmente as «unidades de participação em OIC». Em particular, os «Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor» registaram um aumento significativo na sequência da subscrição de unidades de participação de um fundo de investimento, num total de 60 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, parcialmente compensado por reembolsos relativos às unidades de participação de outros fundos detidos pelo Banco.

## Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Títulos de dívida pública - (HTC&S)			
Investimentos em capitais próprios			
Títulos de capital próprio	83 506	128 098	44 592
<b>Total</b>	<b>83 506</b>	<b>128 098</b>	<b>44 592</b>

A rubrica consiste, essencialmente, na participação no Banco de Itália, no valor de 125 milhões de euros, bem como em algumas ações e investimentos em capitais próprios no valor de 3 milhões de euros. No que respeita aos investimentos menores em títulos de capital próprio, é de notar que o Banco vendeu uma parte das ações da «Visa» (por 1183 mil euros) e da «Ausilia S.r.l.» (por 306 mil euros) e, no decurso do último trimestre de 2022, adquiriu uma participação na sociedade «Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.p.A.» no valor de 1 milhão de euros (1,17 %).

## Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Títulos de dívida pública - (HTC)	5 792 627	6 129 228	336 601
Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	403 898	478 203	74 305
Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	3 559 481	5 119 099	1 559 619
<b>Total</b>	<b>9 756 006</b>	<b>11 726 530</b>	<b>1 970 524</b>

O montante relativo à rubrica Títulos da dívida pública - (HTC) é composta integralmente por títulos da dívida pública classificados na carteira «Detida para cobrança» (HTC) e adquiridos para cobrir o risco de liquidez, num valor total de 6,1 mil milhões de euros.

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos» inclui a rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos centrais - Reserva obrigatória» relativa ao depósito de reservas Obrigatórias, incluindo os montantes depositados em cumprimento das reservas obrigatórias dos bancos clientes, para os quais o BFF presta indiretamente o serviço, bem como os montantes depositados junto do Banco de Espanha como CRM (*Coefficiente de Reservas Mínimas*) em relação às atividades de angariação de depósitos realizadas pela sucursal espanhola do Banco através da «Cuenta Facto», e junto do Banco Nacional da Polónia (Narodowy Bank Polski) para as atividades de angariação de depósitos levadas a cabo pela sucursal polaca através da «Lokata Facto». A rubrica também inclui «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Acordos de recompra invertidos», relativos a contratos regidos pelo Acordo principal global de recompra (GMRA - *Global Master Repurchase Agreement*), bem como «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Outros», decorrentes da prestação de atividades e serviços oferecidos.

No que diz respeito a «Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes», a rubrica inclui principalmente valores a receber comerciais referentes a atividades de *factoring* e empréstimos concedidos às subsidiárias. Note-se que, tal como indicado pelo Banco de Itália, os ativos por impostos ecobonus são reconhecidos em «Outros ativos» no montante de aproximadamente 221 milhões de euros.

Conforme referido anteriormente, a rubrica «Empréstimos e valores a receber de clientes» aumentou em 2022 também na sequência i) do reconhecimento de 50 % da provisão relativa à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros») e ii) do aumento da percentagem estimada de recuperação de juros de mora de 45 % para 50 %, bem como dos dias previstos para a respetiva cobrança de 1800 para 2100 dias: ambos os elementos tiveram um impacto de 119,1 milhões de euros.

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Atividades de <i>factoring</i> (compras a pronto, juros de mora e despesas de cobrança)	2 186 305	2 988 971	802 666
Valores a receber comerciais adquiridos abaixo do montante nominal	23 347	28 451	5103
Outras exposições	1 349 829	2 101 678	751 849
<b>Total</b>	<b>3 559 481</b>	<b>5 119 099</b>	<b>1 559 618</b>

## Qualidade do crédito

No que diz respeito à qualidade do crédito, o total das exposições líquidas objeto de imparidade aumentou 252,0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 84,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Para analisar as suas exposições creditícias, com o objetivo de, entre outros, identificar quaisquer perdas por imparidade sobre ativos financeiros em conformidade com a norma IFRS 9, a empresa-mãe classifica as exposições como «Produtiva» e «Improdutiva».

As exposições improdutivas, cujo montante bruto global era de 255,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, com perdas por imparidade no total de 3,2 milhões de euros, encontram-se divididas nas seguintes categorias.

## Empréstimos improdutivos

Existem exposições a partes que se encontram em estado de insolvência ou, basicamente, em situações semelhantes, independentemente de quaisquer previsões de perdas reconhecidas pelo Banco.

A 31 de dezembro de 2022, o valor total de empréstimos improdutivos, líquido de imparidades, ascendeu a 80,3 milhões de euros. Entre estas exposições improdutivas, 79,7 milhões de euros (99,2 % do total) diziam respeito a autoridades regionais em dificuldades financeiras.

Os empréstimos improdutivos brutos ascendiam a 82,4 milhões de euros e as correções relacionadas ascendiam a 2,1 milhões de euros.

Note-se que, no que se refere às exposições a Autoridades Locais (municípios e governos distritais), de acordo com a Circular n.º 272 do Banco de Itália, a parte sujeita ao procedimento de liquidação relevante, os créditos incluídos nos passivos da OSL, são classificados como improdutivos, apesar de todos os créditos poderem ser cobrados ao abrigo da lei no final do processo de insolvência.

## Posições com probabilidade reduzida de pagamento

A rubrica «Exposições com probabilidade reduzida de pagamento» reflete o parecer do intermediário sobre a improbabilidade, excluindo ações como a execução de garantias, de o devedor cumprir na íntegra (em termos de capital e/ou juros) as suas obrigações de crédito. Esta avaliação deve ser realizada independentemente da existência de quaisquer montantes vencidos e em dívida (ou prestações). Por conseguinte, não é necessário aguardar por um sinal claro de anomalia (por exemplo, falhar o reembolso) quando há fatores que indicam uma situação de risco de incumprimento para o devedor.

A 31 de dezembro de 2022, as exposições brutas classificadas como «com probabilidade reduzida de pagamento» totalizavam 1,6 milhões de euros e as correções relacionadas corresponderam a 0,8 milhões de euros, ou seja, um montante líquido de 0,8 milhões de euros.



## Exposições vencidas objeto de imparidade

As exposições vencidas objeto de imparidade consistem em posições face a entidades com uma situação de incumprimento, em que o montante global das posições em risco vencidas e/ou em atraso foi superior, durante pelo menos 90 dias consecutivos, (i) ao limiar de materialidade relativa (limite relativo de 1 % dado pelo rácio entre o montante total vencido e/ou em atraso e o montante total de todas as posições em risco de crédito sobre o mesmo devedor) e (ii) ao limiar de materialidade absoluta (limite absoluto igual a 100 € para as posições em risco sobre retalho e 500 € para as posições em risco não retalhistas). No que se refere aos devedores cedidos da Administração Pública, no âmbito das operações de *factoring* sem recurso, a contagem dos 90 dias consecutivos de atraso começa geralmente a partir do 181.º dia de atraso em relação à data de vencimento da fatura cedida.

A 31 de dezembro de 2022, o total de exposições líquidas vencidas ascendia a 170,9 milhões de euros.

As exposições brutas totalizavam 171,2 milhões de euros, tendo sido levadas a cabo correções pertinentes no valor de cerca de 0,3 milhões de euros.

O aumento do nível de exposições vencidas objeto de imparidade em comparação com 31 de dezembro de 2021 pode ser atribuído à adoção de critérios de interpretação novos e mais rigorosos sobre a definição de incumprimento, publicados pelo Banco de Itália em 23 de setembro de 2022. No entanto, este alinhamento não é sintomático de um aumento do perfil de risco de crédito real da carteira.

O quadro seguinte apresenta o montante dos empréstimos concedidos e valores a receber de clientes, com indicação de eventuais correções, desagregados por «Exposições produtivas» e «Ativos objeto de imparidade».

(Montantes em milhares de euros)

Tipo	31.12.2021			31.12.2022		
	Montante bruto	Perdas/ganhos por imparidade	Valor líquido	Montante bruto	Perdas/ganhos por imparidade	Valor líquido
Exposições objeto de imparidade adquiridas produtivas (Fase 3)	83 088	(3793)	79 295	249 484	(3176)	246 308
Exposições objeto de imparidade adquiridas improdutivas (Fase 3)	5493	(206)	5287	5678	(6)	5672
Exposições produtivas (Fases 1 e 2)	3 476 064	(1164)	3 474 899	4 867 749	(630)	4 867 119
<b>Total</b>	<b>3 564 645</b>	<b>(5163)</b>	<b>3 559 481</b>	<b>5 122 911</b>	<b>(3812)</b>	<b>5 119 099</b>

Além disso, para além de classificar as posições como produtivas e improdutivas, a empresa-mãe também mensura as exposições como reestruturadas, em conformidade com as Normas técnicas de execução pertinentes.

## Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento e ativos intangíveis

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	33 138	27 763	(5374)
Ativos intangíveis	34 308	36 142	1835
- dos quais goodwill			
<b>Total</b>	<b>67 445</b>	<b>63 906</b>	<b>(3540)</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» ascendia a um total de 27 763 mil euros.

O montante inclui essencialmente: i) terrenos no valor de 6325 mil euros, ii) edifícios (incluindo manutenção extraordinária capitalizada) no valor de 9631 mil euros, incluindo a propriedade em Roma na Via Elio Chianesi 110/d e o imóvel na Via Domenichino 5, iii) direitos de uso relacionados com a aplicação da norma IFRS 16 em locações no valor de 10 675 mil euros.

Os ativos intangíveis consistem, em grande parte, nas Relações com clientes reconhecidas na sequência da aquisição do DEPObank.

No que diz respeito à Relação com clientes da Unidade de negócios Serviços de Títulos surgida durante a PPA, relacionada com a concentração de atividades empresariais com o DEPObank, a rescisão recebida do cliente Arca Fondi SGR (recebida em novembro de 2021 a partir de 2023) constituiu um evento desencadeador nos termos das IFRS. Por conseguinte, a empresa-mãe, com o apoio de um perito independente, tal como exigido pela IAS 36, efetuou o teste de imparidade, que concluiu que era necessário reconhecer uma perda por imparidade de cerca de 1,1 milhões de euros.

Por último, a rubrica inclui outros ativos intangíveis com vida útil definida que se referem a investimentos em novos programas informáticos plurianuais, amortizados linearmente ao longo da sua vida útil estimada (quatro anos).

## Derivados de cobertura, investimentos em capitais próprios e passivos financeiros detidos para negociação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Ativos derivados de cobertura	13		(13)
Investimentos em capitais próprios	150 491	151 876	1384
Passivos financeiros detidos para negociação	2725	950	(1775)
Passivos derivados de cobertura	4814	14 314	9500

As rubricas Ativos e passivos derivados de cobertura incluem, respetivamente, os justos valores positivos e negativos a 31 de dezembro de 2022 relacionados com a utilização de contratos de *swap* cambial para cobertura de empréstimos desembolsados em zloty a subsidiárias polacas ao abrigo de acordos existentes entre empresas e o financiamento da Unidade de negócio Serviços de Transação em moedas diferentes do euro.

A rubrica Investimentos em capitais próprios, no montante de 152 milhões de euros, representa o valor dos investimentos no BFF Polska Group, BFF Finance Iberia, BFF Immobiliare S.r.l. (criada em janeiro de 2022) e BFF Techlab S.r.l. (adquirida em outubro de 2022), todas controladas exclusivamente pelo Banco, que detém 100% do capital, bem como pela Unione Fiduciaria, com um investimento em capitais próprios no valor de 26,46 % do capital social e resultante da fusão do DEPObank em março de 2021, reconhecida nas demonstrações financeiras por 8,6 milhões de euros. Todos os investimentos são registados de acordo com o método do custo.

A rubrica inclui o justo valor negativo em 31 de dezembro de 2022 dos instrumentos derivados classificados como ativos para negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais de risco da taxa de juro a que o Banco está exposto.

## Ativos e passivos por impostos

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
<b>Ativos por impostos</b>	<b>93 417</b>	<b>55 243</b>	<b>(38 173)</b>
correntes	37 778		(37 778)
diferidos	55 638	55 243	(395)
<b>Passivos por impostos</b>	<b>96 424</b>	<b>128 840</b>	<b>32 416</b>
correntes		22 548	22 548
diferidos	96 424	106 292	9868

Em 31 de dezembro, os ativos e passivos por impostos correntes ascendem a 55 243 mil euros e 128 840 mil euros, respetivamente, e incluem o saldo líquido das posições fiscais da empresa-mãe face às autoridades fiscais, de acordo com o disposto na IAS 12.

As principais componentes dos ativos por impostos diferidos incluem a parte de quantias dedutíveis em anos futuros de correções a empréstimos concedidos e valores a receber, o acréscimo para obrigações de benefícios a funcionários diferidos e a depreciação e amortização, cujo reconhecimento é diferido para efeitos de imposto.

Recorde-se que, em 2021, o valor fiscal e o valor contabilístico relativos ao *goodwill* de Pagamentos Bancários decorrente do DEPObank foram alinhados (ver o que está descrito na rubrica específica 100 «Ativos intangíveis» da Demonstração da Situação Financeira - Ativos) na sequência do pagamento de um imposto alternativo igual a 2,4 milhões de euros, resultando num efeito positivo líquido de 23,7 milhões de euros nos impostos sobre o rendimento do exercício. Além disso, a rubrica também inclui a quota-parte dos ativos por impostos diferidos decorrentes das demonstrações financeiras do DEPObank relativas ao *goodwill* e à perda fiscal realizada no final de 2020.

Os passivos por impostos diferidos dizem sobretudo respeito às taxas sobre os juros de mora, reconhecidos nas demonstrações financeiras num regime de acréscimo, mas que farão parte do lucro tributável em anos futuros posteriormente à cobrança, em conformidade com o artigo 109.º, parágrafo 7, do Decreto presidencial n.º 917 de 1986.

## Outros ativos e passivos

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Outros ativos	205 860	389 016	183 156
Outros passivos	415 755	382 205	(33 551)

As rubricas de Outros ativos e passivos incluem as rubricas transitórias e as rubricas a liquidar com saldo devedor e credor que se enquadram no âmbito da intermediação de pagamentos bancários e incluem as liquidações que foram suspensas nos primeiros dias úteis após a data de referência.

Outros ativos incluem também ativos por impostos de ecobonus adquiridos através de operações de *factoring* sem recurso no valor de 221,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

## Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Montantes devidos a bancos	781 959	1 165 557	383 598
Montantes devidos a clientes	8 906 799	10 728 674	1 821 875
- dos quais a instituições financeiras	-	-	-
Títulos emitidos	186 285	38 976	(147 309)
<b>Total</b>	<b>9 875 043</b>	<b>11 933 207</b>	<b>2 058 164</b>

A rubrica «Montantes devidos a bancos» consiste principalmente em «contas correntes e depósitos à ordem», resultantes sobretudo de operações de serviços de pagamento, e inclui os saldos das contas dos clientes bancários.

Os «Valores a pagar a clientes» referem-se sobretudo a «contas correntes e depósitos à ordem» relacionados com saldos de contas operacionais, ou seja, contas abertas para clientes (por exemplo, fundos, sociedades de gestão de ativos, clientes empresariais e outras instituições) relacionadas com a atividade principal do banco de custódia.

A rubrica inclui também contas de depósito em linha («conto facto») disponibilizadas em Itália, Espanha e Alemanha, Países Baixos, Irlanda e Polónia, num total de 1,3 mil milhões de euros entre depósitos com restrições e depósitos sem restrições, em comparação com 230 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

Os títulos de dívida emitidos são compostos por obrigações emitidas pela empresa-mãe, com um montante nominal total de 38,6 milhões de euros (181,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), reconhecidas nas demonstrações financeiras no valor de 38,9 milhões de euros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A diminuição em relação a 31 de dezembro de 2021 é atribuível ao resgate, em 2 de março de 2022, do instrumento subordinado de nível 2 no montante de 100 milhões de euros emitido em 2017 e, em 29 de junho de 2022, das obrigações (ISIN XS1639097747) emitidas por um montante original de 200 milhões de euros em junho de 2017 e pendentes na data de resgate no montante de 42,3 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica inclui apenas a obrigação prioritária não garantida (ISIN XS2068241400), com uma notação «Ba1» atribuída pela agência de notação Moody's, emitida em outubro de 2019, para um montante nominal remanescente de 38,6 milhões de euros, com vencimento em maio de 2023. As obrigações pagam um cupão anual de 1,75 %.

## Provisões para riscos e encargos

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Compromissos e outras garantias concedidos	58	225	167
Benefícios dos empregados	5901	7712	1811
Outras provisões	15 482	24 414	8931
<b>Total</b>	<b>21 441</b>	<b>32 351</b>	<b>10 910</b>

Em 31 de dezembro de 2022, as «Provisões para riscos e encargos» incluem principalmente dotações para «Pensões e obrigações similares» e dotações para «Outras provisões» para cobrir passivos contingentes.

## Principais rubricas da demonstração de resultados

A empresa-mãe realizou um lucro de 261,4 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação com 164,3 milhões de euros realizados no final do ano anterior. Normalizando ambos os resultados, ou seja, eliminando todas as rubricas não recorrentes que afetaram os resultados de ambos os períodos e corrigindo o resultado de 2021 para incluir os dois primeiros meses do DEPObank (isto é necessário para incluir os meses de janeiro e fevereiro, meses em que o DEPObank ainda não tinha sido adquirido e fundido), o resultado normalizado para 2022 situa-se em 116,9 milhões de euros, em comparação com 91,9 milhões de euros realizados em 2021.

### Rendimento total

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Juros de mora de contas comerciais a receber sem recurso	113 724	157 272	43 548
Rendimentos de juros sobre títulos	10 268	42 787	32 519
Outros rendimentos de juros	42 750	93 750	50 999
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>166 742</b>	<b>293 808</b>	<b>127 066</b>
<b>Despesas com juros</b>	<b>(37 931)</b>	<b>(91 494)</b>	<b>(53 563)</b>
<b>Margem financeira</b>	<b>128 811</b>	<b>202 314</b>	<b>73 503</b>
<b>Receitas líquidas de taxas e comissões</b>	<b>80 933</b>	<b>90 534</b>	<b>9601</b>
Dividendos e rendimentos similares	3676	85 758	82 082
Rendimento de negociação líquido	6747	9744	2997
Rendimento de cobertura líquido			
<b>Lucros (perdas) na alienação ou recompra de:</b>	<b>(12 650)</b>	<b>166</b>	<b>12 816</b>
a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		166	166
b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral			
c) passivos financeiros	(12 650)		12 650
<b>Lucros sobre outros ativos e passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados</b>			
b) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	2734	5154	2421
<b>Rendimento total</b>	<b>210 251</b>	<b>393 671</b>	<b>183 420</b>

A margem financeira em 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 202,3 milhões de euros, acima dos 128,8 milhões de euros do ano passado (valores normalizados de 174,9 milhões de euros e 137,2 milhões de euros, respetivamente) e beneficiou de:

- 1) as iniciativas postas em prática para alcançar as sinergias de financiamento previstas no plano de negócios (com efeito, a partir do 2.º trimestre de 2021, o BFF concentrou-se em i) utilizar o financiamento disponibilizado pelas Unidades de Negócio de Serviços de Pagamentos e de Títulos para financiar os seus empréstimos e diversificar ainda mais as suas fontes de financiamento, encerrando as mais caras, mantendo ainda uma certa diversificação de fontes de financiamento, ii) eliminar os efeitos económicos das taxas negativas esperadas dos depósitos do BCE);
- 2) o aumento do valor dos empréstimos aos clientes (graças ao crescimento do *Factoring* e Empréstimos);
- 3) o valor mais elevado dos títulos HTC na carteira;
- 4) o efeito combinado do aumento da percentagem estimada de recuperação dos juros de mora de 45 % para 50 % e o aumento dos dias previstos para a cobrança relativa.

O valor das receitas líquidas de taxas e comissões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 90,5 milhões de euros, acima dos 80,9 milhões de euros em 2021, mas não muito inferior aos 94,4 milhões de euros normalizados em 2021, e foi afetado negativamente pela saída da Arca em 1 de novembro de 2022.

O rendimento total em 31 de dezembro de 2022 ascendeu a 393,7 milhões de euros, 287,9 milhões de euros normalizados, acima dos 210,3 milhões de euros do ano anterior (241,5 milhões de euros normalizados), principalmente devido ao crescimento da margem financeira.

Por último, recorde-se que o reconhecimento das comissões de maturidade e dos juros de mora sobre as contas comerciais a receber adquiridas sem recurso na demonstração de resultados reflete o retorno efetivo da aplicação do critério do «custo amortizado» para a mensuração de contas comerciais a receber sem recurso, em conformidade com a IFRS 9. Tal pressupõe que os rendimentos sejam registados em relação ao retorno decorrente dos fluxos de caixa esperados. Note-se que, em 2022, a rubrica foi influenciada pelo aumento da percentagem de recuperação estimada dos juros de mora de 45 % para 50 %, bem como dos dias previstos para a respetiva cobrança de 1800 para 2100 dias, num montante global de 27,4 milhões de euros.

No que diz respeito aos empréstimos e valores a receber de clientes reconhecidos nas demonstrações financeiras, a atualização das séries cronológicas confirmou uma percentagem de cobrança estimada muito superior a 45 %. Por conseguinte, a percentagem utilizada para preparar as Demonstrações Financeiras de 2022 foi aumentada de 45 % para 50 %.

Por outro lado, para ter em consideração o prazo de cobrança da totalidade da provisão para juros de mora, a estimativa dos dias até à cobrança foi prudentemente aumentada de 1800 para 2100 dias. Esta prorrogação foi também implementada para ter em conta impactos externos que influenciaram a antiguidade da provisão, como os abrandamentos de pagamentos devido à crise pandémica da Covid-19, o bloqueio relativo dos tribunais e a suspensão das ações executivas na área da saúde, que influenciaram a suspensão dos prazos das atividades jurídicas e processuais e, conseqüentemente, o calendário de cobrança.

Ambas as alterações acima referidas foram contabilizadas no final do ano e geraram um montante total positivo não recorrente de 27,4 milhões de euros.

## Despesas administrativas

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022	Alterações
Gastos com pessoal	64 330	65 624	1294
Outras despesas administrativas	91 702	88 909	(2793)
<b>Total de despesas administrativas</b>	<b>156 032</b>	<b>154 533</b>	<b>(1499)</b>

As despesas administrativas em 31 de dezembro de 2022 ascenderam a cerca de 154,5 milhões de euros, 144,0 milhões de euros normalizados, e diminuíram em relação aos 156,0 milhões de euros (que não incluem os dois primeiros meses de custos do DEPObank) e aos 153,2 milhões de euros normalizados em 2021, graças às iniciativas implementadas para realizar as sinergias de custos estabelecidas no plano.

## Outras receitas operacionais, líquidas

Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica «Outras receitas operacionais, líquidas», a empresa-mãe registou um montante igual a 94,7 milhões de euros relativos ao efeito pontual do reconhecimento de 50 % da provisão relativa à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros») e, na mesma rubrica em 2021, foi reconhecido o montante definitivo de *badwill* resultante da operação de fusão com o DEPObank, no valor total de 76,9 milhões de euros.

Esta rubrica, líquida de rubricas não recorrentes, apresentou, por conseguinte, valores normalizados de 30,7 milhões de euros em 2022 e 28,2 milhões de euros em 2021.

## 4. Objetivos e políticas do banco em matéria de assunção, gestão e cobertura de riscos

### Divulgação sobre o pressuposto de entidade em continuidade

Em conformidade com a IAS 1, parágrafo 24, a empresa-mãe avalia a sua capacidade para continuar as atividades, tendo em conta a tendência dos seus principais indicadores essenciais e a informação disponível sobre o futuro, abrangendo pelo menos 12 meses após a data de relato.

Tendo em conta as considerações anteriores, associadas à revisão histórica e futura dos seus proventos e da sua capacidade para aceder a recursos financeiros, o Banco continuará as suas atividades operacionais com base no princípio da continuidade. Consequentemente, as presentes Demonstrações Financeiras são elaboradas com base nesse pressuposto.

Uma análise do desempenho dos últimos anos revela uma tendência positiva contínua. Os dados podem ser resumidos da seguinte forma:

- ▶ tendência de crescimento em termos de capitais próprios;
- ▶ adequação dos fundos próprios em relação aos riscos associados a atividades de concessão de empréstimos;
- ▶ recursos financeiros suficientes disponíveis;
- ▶ perspectivas comerciais positivas associadas à tendência de procura;
- ▶ elevada qualidade do crédito.

Abaixo poderá encontrar um resumo da informação quantitativa pertinente.

Rubricas	31.12.2021	31.12.2022
Margem financeira	133,4	202,3
Rendimento total	210,3	393,7
EBTDA (bruto de provisões)	161,2	356,5
<b>Lucro</b>	<b>164,3</b>	<b>261,4</b>
<b>RCP (Rendibilidade dos capitais próprios) (%)</b>	<b>31,8 %</b>	<b>35,6 %</b>
R.O.T.E. (Rendibilidade de capitais próprios tangíveis) (%)	34,1 %	37,5 %
Margem financeira/Juros e rendimentos similares (%)	80,0 %	68,9 %
Empréstimos improdutivos (líquidos de imparidade)/Empréstimos e valores a receber de clientes (%)	1,9 %	1,6 %
Fundos próprios/Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes (%)	26,8 %	24,2 %
<b>Rácio de alavancagem</b>	<b>3,1 %</b>	<b>4,45 %</b>
Capital próprio	516,7	734,2
Fundos Próprios	428,4	590,4

## Gestão do risco e conformidade com os regulamentos de supervisão prudencial

Os regulamentos de supervisão prudencial são regidos sobretudo pela Circular n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e pela Circular n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos» do Banco de Itália, datadas de 17 de dezembro de 2013, que adotam o regulamento harmonizado para bancos e sociedades de investimento contido no Regulamento CE RRFP (Regulamento Requisitos Fundos Próprios) e na diretiva europeia DRFP IV (Diretiva Requisitos de Fundos Próprios) de 26 de junho de 2013.

Estes regulamentos incluem normas estabelecidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (quadro 3 de Basileia), cuja aplicação, nos termos da Lei consolidada da atividade bancária, é da responsabilidade do Banco de Itália, e definem as formas como foram exercidos os poderes concedidos por regulamentos da UE às autoridades nacionais.

As circulares acima referidas descrevem um quadro regulamentar completo, orgânico e racional, integrado nas disposições da UE diretamente aplicáveis, que é complementado com o lançamento das medidas de execução contidas nas normas técnicas regulamentares e pela implementação de normas técnicas adotadas pela Comissão Europeia com base na proposta da EBA.

O regulamento aplicável a 31 de dezembro de 2022 assenta em três pilares.

### Pilar I - Adequação do capital para fazer face aos riscos típicos associados a operações financeiras

Do ponto de vista operacional, a absorção de riscos é calculada utilizando vários métodos:

- ▶ «Abordagem normalizada» para risco de crédito;
- ▶ «Abordagem da exposição original» para o risco de contraparte;
- ▶ «Abordagem de base» para risco operacional;
- ▶ «Abordagem normalizada» para risco do mercado.

### Pilar II – O relatório ICAAP/ILAAP

Em conformidade com as disposições de supervisão prudencial, e de modo a permitir que a Autoridade de supervisão realize uma avaliação rigorosa e abrangente das características qualitativas fundamentais dos capitais próprios e do processo de planeamento financeiro, a posição de risco e o consequente cálculo do total de fundos próprios internos e das reservas de liquidez pertinentes, o Banco, como empresa-mãe do Banking Group, elaborou o «Relatório ICAAP/ILAAP 2022» relativo aos processos internos para determinar a adequação de fundos próprios e de sistemas de governação e gestão do risco de liquidez.

### Pilar III - Divulgação ao público

Nos termos do artigo 433.º do RRFP, os bancos devem publicar as divulgações exigidas pelos regulamentos da UE pelo menos anualmente, a par da data de publicação das demonstrações financeiras. As disposições do Pilar III estabelecem obrigações específicas de divulgação periódica relativas à adequação de capital, posição de risco e características gerais dos sistemas associados para a identificação, mensuração e gestão desses riscos. O BFF Banking Group efetua a divulgação pública de acordo com as disposições em vigor, numa base consolidada. Para esse efeito, o Conselho de Administração do BFF aprovou um procedimento específico intitulado «Divulgação ao público (Pilar III)».



Nos termos deste procedimento, a divulgação deve ser:

- ▶ Aprovada pelo Conselho de Administração antes de ser relevado ao público;
- ▶ Publicada no sítio Web [www.bff.com](http://www.bff.com) pelo menos uma vez por ano, dentro do prazo para a publicação das demonstrações financeiras, e por conseguinte, dentro de 21 dias da data de aprovação das demonstrações financeiras por parte da assembleia de acionistas.

Relativamente às disposições da Circular n.º 285 do Banco de Itália, de 17 de dezembro de 2013, e posteriores atualizações, o BFF Group irá publicar, uma vez por ano, no respetivo sítio Web [www.bff.com](http://www.bff.com), dentro dos prazos estabelecidos para a publicação das demonstrações financeiras, um documento de relatório por país, que contém informações inerentes à atividade, volume de negócios e ao número de efetivos nos diferentes países em que o Grupo está presente.

A informação a publicar encontra-se definida pelo Anexo A, primeira parte, título III, capítulo 2 da Circular acima.

## Divulgação relativa à calendarização de provisões e vencimento passado

Com o objetivo de adotar uma abordagem cada vez mais prudente na classificação e cobertura dos NPE, a Comissão Europeia aprovou, em abril de 2019, uma atualização do Regulamento (UE) 575/2013 (RRFP) relativo à cobertura mínima dos empréstimos improdutivos. Para efeitos de avaliação das disposições prudenciais, a legislação em questão prevê que os empréstimos desembolsados e classificados como objeto de imparidade após 26 de abril de 2019 estejam sujeitos a “calendarização de provisões”. As exposições desembolsadas anterior e posteriormente classificadas como exposições improdutivas não serão sujeitas às disposições contidas na alteração ao Regulamento n.º 575 (RRFP). Esta atualização exige que os bancos mantenham um nível de provisão adequado, deduzindo do respetivo CET 1 quaisquer diferenças positivas entre as provisões prudenciais (identificadas através da ponderação do valor bruto de exposições improdutivas garantidas e sem garantia em determinadas percentagens) e alterando fundos e outros ativos (provisões, avaliação prudente, outras deduções de CET1).

Esta regra baseia-se no princípio de que a definição prudencial de incumprimento (ou seja, vencido, probabilidade reduzida de pagamento e improdutivo) define efetivamente um estado de deterioração da qualidade de crédito da exposição, não prevendo qualquer discricção e não assegurando que determinados casos não representativos de um agravamento do risco de crédito (como para a maioria das exposições do Grupo) sejam tratados de forma diferente.

Graças aos processos de gestão de crédito estabelecidos pelo Grupo BFF, a partir de 31 de dezembro de 2022, o impacto na CET 1 decorrente da aplicação da calendarização de provisões foi limitado a cerca de 178 mil euros, em comparação com 2021, quando totalizava zero euros.

Relativamente à classificação à NPE, note-se que em 27 de junho de 2019 o Banco de Itália introduziu algumas alterações à Circular n.º 272 relativa à qualidade de crédito e às regras sobre a nova definição de incumprimento e, em 15 de fevereiro de 2021, atualizou a sua nota contendo as orientações da Entidade de Supervisão sobre a aplicação do Regulamento Delegado (UE) n.º 171/2018 sobre o limiar de materialidade das obrigações de crédito vencidas, nos termos do art. n.º 178, n.º 2, alínea d) do RRFP (RD), e mais genericamente sobre a aplicação dos regulamentos RD. Por último, a empresa-mãe alinou-se com os novos critérios de interpretação sobre a definição de incumprimento, publicados pelo Banco de Itália em 23 de setembro de 2022.

Além disso, note-se que a empresa-mãe implementou uma série de ações e intervenções destinadas a melhorar ainda mais o processo de seleção e gestão do crédito, iniciativas que permitiram evitar impactos negativos específicos da nova legislação sobre o modelo empresarial.

Por último, note-se que o BFF está também a proceder às mais cuidadosas avaliações quanto à oportunidade de enveredar pela via da adoção do método baseado em notações internas (IRB) para o risco de crédito. Trata-se de uma metodologia que, sobretudo no que respeita às exposições à Administração Pública, permitiria i) representar de forma mais adequada o baixo perfil de risco real do BFF, uma vez que, para além da definição de incumprimento - e probabilidade de incumprimento (PD) - que pode ser adotada, os processos de recuperação do BFF evidenciariam a Perda em caso de incumprimento (ou seja LGD – Loss Given Default), que se sabe ser substancialmente nula, bem como ii) adotar abordagens mais representativas do risco efetivo no contexto das atividades de crédito decorrentes da compra de contas comerciais a receber, como a adoção do *Facility Level Approach* (FLA), que até à data apenas tem sido permitido para bancos e grupos que utilizam modelos internos.

## Monitorização e controlo da liquidez

Apesar do atual cenário macroeconómico, caracterizado pela continuação da pandemia COVID-19 e por fortes tensões geopolíticas, a empresa-mãe sempre pôde contar com um nível adequado de liquidez, respeitando largamente os requisitos regulamentares e posicionando-se em valores em linha com os níveis internos dos indicadores de comunicação (LCR, NSFR).

A empresa-mãe adota mecanismos sólidos de supervisão para acompanhar e reger a posição de liquidez e realiza (i) quando considerado necessário, análises de stress mais frequentes e mais detalhadas, bem como com impactos crescentes e variáveis, (ii) mantém uma parte importante dos ativos livremente disponíveis para satisfazer necessidades de liquidez imprevistas, verificando o seu nível de adequação em relação a fluxos de caixa futuros, (iii) acompanha os mercados através dos bancos com quem mantém relações, e (iv) acompanha as alterações nas tendências de cobrança dos devedores, particularmente da Administração Pública. Neste contexto, também através do acompanhamento de indicadores mais específicos, a empresa-mãe não identificou tensões de liquidez particulares, graças à sua capacidade de gerir potenciais situações de *stress* decorrentes da sua estrutura de financiamento e das alavancas que pode ativar, se necessário.

Além disso, a empresa-mãe atualiza anualmente o seu Plano de Financiamento de Contingência («PFC»), que é aprovado pelo Conselho de Administração do BFF Bank e implementado pelas Subsidiárias. O documento foi atualizado em janeiro de 2023. Este documento apresenta indicadores e limiares relacionados a fim de desencadear as ações apropriadas e os processos de escalada e decisão, com vista a prevenir e gerir uma possível crise de liquidez.

## Principais questões contabilísticas tratadas durante a epidemia e o conflito Rússia/Ucrânia

No que diz respeito às principais ações contabilísticas destinadas a representar corretamente os efeitos das rubricas nas demonstrações financeiras, destaca-se o seguinte.

A atualização anual dos parâmetros de risco (PD e LGD) tem em consideração a evolução dos efeitos da COVID-19 nas estimativas das perdas de crédito esperadas e, a partir de março de 2022, os efeitos do conflito Rússia/Ucrânia.

As previsões do cenário de referência, alto crescimento e recessão moderada fornecidas pelo fornecedor externo de informações foram atualizadas em junho de 2022 e fornecem as taxas de incumprimento previstas para os 20 trimestres seguintes à data de atualização. Em fevereiro de 2022, a eclosão do conflito Rússia/Ucrânia alterou significativamente o cenário geopolítico com consequências diretas na macroeconomia europeia e mundial. A Função de Gestão do Risco, tal como faz todos os trimestres do ano, realizou uma análise de sensibilidade a 31 de dezembro de 2022 entre os cenários macroeconómicos para o quarto trimestre do ano, fornecidos pelo fornecedor de informação externo, e os cenários macroeconómicos atualizados a 30 de junho de 2022. A análise mostra que 2023 será caracterizado por um declínio do crescimento do PIB e por um forte impulso inflacionista gerado pelo conflito Rússia/Ucrânia, que reduz, por um lado, os investimentos das empresas e, por outro, o rendimento disponível dos consumidores. No entanto, o mercado de trabalho não parece estar a sofrer tensões significativas, graças à recuperação das contratações após a COVID-19. O abrandamento económico não será suficiente para causar despedimentos generalizados e o mercado de trabalho continuará a beneficiar de um considerável excesso de procura. Por conseguinte, a estabilidade do mercado de trabalho será um dos principais fatores que poderão impedir a economia de entrar num ciclo recessivo. A análise comparativa dos cenários mostra que o PIB estimado em dezembro de 2022 é pior do que o atualmente utilizado no modelo e, por conseguinte, a Função de Gestão de Riscos está a avaliar os impactos dessa alteração no modelo de estimativa dos parâmetros de risco, a fim de compreender a sua magnitude, tendo também em consideração que o modelo de negócio do Grupo e - nesta área específica - o custo relativo do risco são menos sensíveis às tendências do PIB do que as exposições de crédito concentradas na área das empresas/retalho.

Além disso, a Função de Gestão do Risco comparou as estimativas macroeconómicas divulgadas pelo fornecedor externo de informações com as do Banco Central Europeu (BCE), observando, também neste caso, uma deterioração do PIB em 2023. As mesmas análises serão igualmente realizadas no final do primeiro trimestre de 2023, a fim de avaliar a possibilidade de atualizar antecipadamente os parâmetros de risco.

Em 31 de dezembro de 2022, a recém-adquirida *BFFTechlab* foi consolidada linha a linha. Adicionalmente, foi concluído o processo de afetação do preço de compra («PPA»), que resultou no reconhecimento de um *goodwill* ao nível do Grupo consolidado de 83 mil euros. Para mais informações, consultar a Parte G «Concentrações de atividades empresariais» das Notas.

Em 31 de dezembro de 2022, por último, foi efetuado o teste de imparidade ao ativo intangível «Contratos do Clientes» da Unidade de negócios Serviços de Títulos, resultante da finalização da PPA subsequente à fusão do DEPObank em 2021, e face às alterações significativas que se verificam na composição da carteira de clientes, considerou-se adequado o reconhecimento de uma perda por imparidade por via dos resultados. Para mais informações, consultar a Parte B das Notas na rubrica «Ativos Intangíveis».

## 5. Sistema de controlo interno

Para garantir uma gestão sólida e prudente, a empresa-mãe combina a rentabilidade do negócio com uma assunção consciente dos riscos e com uma conduta operacional inspirada por critérios de equidade.

Por conseguinte, em conformidade com os regulamentos legais e de supervisão e de acordo com as instruções do Código de Governo Societário para empresas cotadas em bolsa, o BFF criou um sistema de controlo interno adequado para identificar, mensurar e verificar continuamente os riscos típicos das suas atividades empresariais.

O CEO é o administrador responsável pelo sistema de Controlo interno, conforme previsto no Código de governo societário.

Em seguida, encontra-se a descrição do quadro organizacional do sistema de controlo interno, baseado nos três níveis de controlo seguintes, e as principais atividades desenvolvidas pelas funções de controlo durante o primeiro semestre do ano:

- ▶ **Os controlos de primeiro nível** (controlos de linha) visam assegurar que as transações são corretamente realizadas e que são realizadas pelas mesmas estruturas operacionais que executam as transações, contando ainda com o apoio de procedimentos de TI e com o acompanhamento constante pelas chefias das estruturas operacionais em questão.
- ▶ **Os controlos de segundo nível** visam assegurar a correta implementação do processo de gestão de riscos e a conformidade com o quadro regulamentar, incluindo o risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo. As funções responsáveis por esses controlos, a Gestão do Risco e *Compliance* e CBC, são distintas das funções empresariais e contribuem para a definição das políticas de governação do risco e do processo de gestão do risco. A Função de Gestão do Risco e a Função de *Compliance* e CBC - organizacional e funcionalmente autónomas e distintas - reportam ao Presidente da Comissão Executiva e são independentes da função de auditoria interna, uma vez que esta realiza auditorias sobre elas. As funções e respetivas responsabilidades são regidas pelos regulamentos internos pertinentes das mesmas funções.
- ▶ **Os controlos de terceiro nível e auditoria interna** são realizados pela função de auditoria interna da empresa-mãe, que responde diretamente perante o Conselho de Administração.

## Funções de Controlo

### Gestão do Risco

Em termos de controlos de segundo nível, a função assegura a coerência dos sistemas de medição e controlo do risco com os processos e metodologias das atividades da empresa, através da coordenação com as estruturas pertinentes da empresa; supervisiona a realização do processo interno de determinação da adequação dos fundos próprios e dos sistemas de gestão e governação do risco de liquidez ("ICAAP/ILAAP"); acompanha os controlos sobre a gestão de riscos, de modo a definir métodos de medição desses riscos; auxilia os órgãos sociais a conceber o Quadro de apetência pelo risco (QAR); verifica se estão a ser respeitados os limites atribuídos às várias funções operacionais; e verifica se as operações das áreas individuais estão em consonância com os objetivos de risco e retorno atribuídos

Em particular, durante o primeiro semestre do ano, a Função trabalhou principalmente no processo ICAAP/ILAAP, na revisão dos limiares e métricas de gestão do risco, na atualização do Plano de Financiamento de Contingência e do Plano de Recuperação e, por último, no relatório sobre os riscos operacionais e de segurança nos serviços de pagamento. Além disso, a partir de 1 de março de 2022, foi criada uma Área de validação e monitorização de crédito no âmbito da função de gestão do risco da empresa-mãe, com o objetivo de reforçar os controlos internos e garantir uma maior independência das atividades de validação em relação a

atividades de desenvolvimento. Como parte do processo de imparidade, a Função trabalhou na reavaliação dos parâmetros de risco da IFRS 9 com o objetivo de os tornar mais consistentes com as características específicas do Modelo de Negócio da empresa-mãe. Por último, em 2022, o Banco começou a efetuar uma série de avaliações cuidadosas sobre a possibilidade de adotar o método IRB (*Internal Rating Based*) para o risco de crédito, nas quais a Função de Gestão do Risco está envolvida em vários tópicos.

### **Compliance e Combate ao branqueamento de capitais (CBC):**

Esta função supervisiona, de acordo com uma abordagem baseada no risco, a gestão do risco de incumprimento dos regulamentos, no que diz respeito a todas as atividades abrangidas pelo quadro regulamentar da empresa-mãe - também através das suas pessoas de referência/funções locais nas suas filiais e/ou sucursais - verificando continuamente se os processos e procedimentos internos são adequados para prevenir esse risco; a função também tem o dever de prevenir e combater as transações de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, identificando, além disso, numa base contínua, os regulamentos aplicáveis nessa área.

Durante o ano, a Função avaliou o impacto do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia no BFF, atualizando regularmente todas as estruturas relevantes sobre a situação: i) regime de sanções previsto a nível da UE para as partes/entidades envolvidas no conflito e ii) chamadas de atenção das autoridades competentes.

O acompanhamento do risco de incumprimento, de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo prosseguiu de forma regular, de acordo com o programa anual de atividades do serviço aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2022.

A Função também continuou a atualizar o conjunto de regras internas - incluindo, por exemplo, a Política de Gestão do Risco de Não Conformidade e a Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Terrorismo - e prestou apoio contínuo às unidades organizacionais na interpretação das disposições regulamentares e na sua aplicação às operações da empresa.

Além disso, as atividades prosseguiram com o objetivo de reforçar os mecanismos de supervisão aplicados pela empresa-mãe através da implementação de ações corretivas e de ações de adaptação identificadas pela mesma Função.

### **Função de Auditoria Interna**

As auditorias internas são realizadas pela função de *Auditoria Interna* da empresa-mãe, reportando diretamente ao Conselho de Administração. A função de Auditoria Interna realiza controlos independentes para o Banco. O regulamento aprovado pelo Conselho de Administração especifica que a função de Auditoria interna, no âmbito dos controlos de terceiro nível, avalia o funcionamento global do sistema de controlo interno e comunica aos órgãos sociais quaisquer possíveis melhorias.

A direção da função de Auditoria interna dispõe da autonomia necessária e é independente das estruturas operacionais, em conformidade com o regulamento do Banco de Itália relativo aos controlos internos, o Código de Governo Societário e os regulamentos internos.

Em 2022, a função de Auditoria Interna realizou auditorias em conformidade com o Plano de Auditoria plurianual 2022-2024, elaborado de acordo com uma abordagem baseada no risco, aprovado pelo Conselho de Administração em março de 2022, dando seguimento às recomendações emitidas e comunicando trimestralmente o trabalho realizado aos órgãos de governação e de controlo do Banco, através do seu painel de controlo.

Mais concretamente, as auditorias foram realizadas nas estruturas internas do Banco e nas sucursais estrangeiras. Além disso, essa função realizou as auditorias previstas pelos regulamentos aplicáveis às atividades da empresa-mãe, incluindo as relativas às políticas de remunerações e incentivos, os processos ICAAP e ILAAP, o Plano de Recuperação e os aspetos de fiabilidade, segurança e adequação do sistema de TI. A função também redigiu os relatórios necessários estabelecidos pelos regulamentos bancários representados pelo «Relatório Anual de Auditoria Interna» e pelo «Relatório de Auditoria sobre funções críticas ou importantes externalizadas» (CIF).

O diretor da Função de Auditoria interna também é responsável pelo sistema de denúncia de irregularidades.

## Outras Funções e Organismos de Controlo

Por último, de acordo com as disposições e nos termos da lei, o pessoal que comunica ao Responsável de relato financeiro avalia a eficácia da supervisão prestada pelo Sistema de controlo interno relativamente ao Risco de relato financeiro. Concretamente, realiza avaliações e acompanhamento, avaliando a adequação da cobertura do risco potencial através da realização contínua de testes de adequação e eficácia dos controlos-chave, identificando possíveis pontos de melhoria no Sistema de Controlo Interno na área da contabilidade. Neste contexto, o Responsável de relato financeiro e o Presidente da Comissão Executiva da empresa-mãe certificam, conjuntamente, os seguintes aspetos através de relatórios específicos anexos às Demonstrações Financeiras anuais separadas: a adequação dos procedimentos contabilísticos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras; a conformidade da documentação com as normas internacionais de relato financeiro aplicáveis aprovadas pela União Europeia; se os livros e registos contabilísticos são adequados para apresentar de forma verídica e legítima da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa da empresa-mãe; e a fiabilidade do conteúdo, em relação a determinados aspetos, do relatório do Diretor relativo às operações.

### Entidade de supervisão nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001

O Banco dispõe de um Modelo de organização, gestão e controlo (doravante designado por «Modelo») nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001, de 8 de junho de 2001, (doravante também designado por «Decreto»), elaborado em conformidade com os requisitos do referido Decreto, assim como das diretrizes da ASSIFACT e ABI. A última revisão do Modelo, aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2022, foi efetuada para incorporar dois novos tipos de infrações introduzidos pela Lei n.º 22 de 9 de março de 2022 «Disposições relativas às infrações contra o património cultural», tais como i) «Crimes contra o património cultural», nos termos do Art. 25-septiesdecies do Decreto 231 e ii) os crimes de «Reciclagem de bens culturais e devastação e saque de bens culturais e paisagísticos» de acordo com o art. 25-duodevicies do Decreto.

O Modelo inclui uma Parte geral que apresenta uma descrição resumida do quadro regulamentar de referência, as principais características e funcionalidades do Modelo identificadas no âmbito das operações definidas como «sensíveis» para efeitos do Decreto, a estrutura e composição da Entidade de Supervisão, bem como a descrição do sistema de sanções para impedir o incumprimento das disposições contidas no Modelo. Inclui também Partes de especificações que incluem: i) a matriz de operações em risco de cometer uma infração penal, destinada a identificar as infrações penais que podem ser potencialmente cometidas no âmbito das operações da empresa-mãe; ii) os Protocolos dos Departamentos e Unidades Organizacionais da empresa-mãe, que detalham as operações, auditorias e mecanismos de reporte destinados a assegurar que o sistema organizacional e de controlo da empresa-mãe - incluindo as sucursais estrangeiras em Espanha, Portugal, Polónia e Grécia - cumpre as regras do Decreto; iii) Quadro de Fluxos de Informação à Entidade de Supervisão («Fluxos de Informação para a Entidade de Supervisão»).

O Banco adotou igualmente um Código de Ética, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de novembro de 2021. Este documento define o conjunto de valores éticos adotados pelo Grupo e que asseguram, entre outros aspetos, a prevenção de infrações penais nos termos do Decreto.

A empresa-mãe garante que todos os funcionários recebem formação adequada, especialmente no caso de atualizações dos regulamentos relativos aos tópicos definidos no Decreto.

A atividade da Entidade de Supervisão desenvolvida no decurso de 2022 teve como principal objetivo verificar a adequação do Modelo, verificar os fluxos de informação recebidos periodicamente das estruturas organizacionais, analisar temas ligados aos riscos informáticos em relação ao atual clima geopolítico, atualizar a atividade da Função de *Compliance* e CBC em relação à preparação de um Modelo *ad hoc* para as filiais italianas BFF Immobiliare Srl e BFFTechlab Srl e definir as auditorias sob a responsabilidade da Função de Auditoria Interna com 231 perfis de responsabilidade (Abuso de Mercado, Privacidade).

Além disso, a Entidade de Supervisão decidiu iniciar uma revisão da qualidade do Modelo em 2023, com o apoio de um consultor externo qualificado, a fim de verificar o seu alinhamento com as melhores práticas do mercado, e também em relação à evolução e ao crescimento do Banco nos últimos anos.

A Entidade de Supervisão informou o Conselho de Administração sobre o seu trabalho durante o ano de 2022. Concretamente, salientou que não tinha recebido, direta ou indiretamente, qualquer relato relevante para a correta aplicação do Modelo.

## 6. Outras informações

### Transações com partes relacionadas

Relativamente às relações com partes relacionadas e associadas, o Conselho de Administração do BFF S.p.A., aprovou, no dia 11 de novembro de 2016, com efeitos sujeitos ao início da negociação no Mercato Telematico Azionario gerido pela «Borsa Italiana» (e, portanto, a partir de 7 de abril de 2017), as «Políticas relativas aos controlos internos adotados pelo BFF Group para gestão de conflitos de interesses» (a chamada «Política para a gestão de conflitos de interesses») e o «Regulamento do BFF Group para a gestão de transações com partes em possível situação de conflito de interesses» (o «Regulamento RPT»), implementando as disposições em matéria de supervisão da Circular n.º 263 do Banco de Itália, de 27 de dezembro de 2006, título V, capítulo 5, e o Regulamento Consob relativo às transações com partes relacionadas, adotado por meio da resolução n.º 17221, de 12 de março de 2010, com a última redação que lhe foi dada pela resolução n.º 17389 de 23 de junho de 2010, após um parecer favorável emitido pelo Conselho dos revisores oficiais de contas e pelo Conselho de partes relacionadas.

Em 22 de dezembro de 2020, o Banco aprovou a atualização da política para gestão de conflitos de interesses e do Regulamento do RPT, a fim de atualizar as novas referências regulamentares resultantes da integração da Circular n.º 263 nas Disposições em matéria de Supervisão para os bancos.

A 30 de junho de 2021, o Banco aprovou a atualização da política de gestão de conflitos de interesses, o Regulamento RPT e o Regulamento do Comité RPT, a fim de os atualizar em conformidade com as alterações introduzidas no Regulamento Consob n.º 17221/2010 com a resolução n.º 21624, de 10 de dezembro de 2020, que entrou em vigor a 1 de julho de 2021.

Em 27 de outubro de 2022, o Banco aprovou a atualização apenas do Regulamento RPT de forma a incluir, no Art. 7.5.1, entre as operações «ordinárias» efetuadas pelas subsidiárias do Banco, as efetuadas pela *BFFTechlab S.r.l.* e *BFF Immobiliare S.r.l.*, detidas a 100 % pelo Banco.

A política de gestão de conflitos de interesses rege os processos de controlo destinados a assegurar a correta mensuração, acompanhamento e gestão dos riscos assumidos pelo Grupo em relação às Partes Relacionadas.

O Regulamento RPT visa supervisionar o risco de que a proximidade, se existente, dessas partes aos centros de decisão do Banking Group possa comprometer a objetividade e a imparcialidade das decisões tomadas relativas às transações que envolvam essas partes, introduzindo possíveis distorções no processo de afetação de recursos, a exposição da empresa-mãe a riscos não devidamente mensurados ou supervisionados e potenciais perdas para acionistas e partes interessadas.

O Regulamento para a gestão de transações com partes que possam estar em conflito de interesses e a Política do Grupo para gerir conflitos de interesses são comunicados ao público através do sítio Web da empresa-mãe na secção *Governance > Procedures and Regulations > Related-Party Transactions* (Governança > Procedimentos e Regulamentos > Transações com partes relacionadas).

A informação relativa às transações com partes relacionadas encontra-se na Parte H das Notas das demonstrações financeiras.



## Derrogação das obrigações de publicação de documentos de informação nos termos do artigo 70.º, n.º 8, e do artigo 71.º, n.º 1-A dos Regulamentos dos emitentes

A empresa-mãe cumpriu as disposições do artigo 70.º, n.º 8, e do artigo 71.º, n.º 1-A dos Regulamentos dos emitentes adotados pela Resolução Consob n.º 11971, de 14 de maio de 1999, com a última redação que lhe foi dada, e, por conseguinte, derogou-se das obrigações de publicação de documentos de informação exigidos em caso de fusões, cisões, aumentos de capital por meio de contribuição em espécie, aquisições e alienações.

## Divulgação da conformidade com os códigos de conduta nos termos do artigo 89.º-A dos Regulamentos dos emitentes

O Banco subscreveu o novo Código de Governo Societário (antigo Código de Conduta) para as empresas cotadas em bolsa, tal como definido pela Comissão do Governo Societário estabelecida pelas associações empresariais (ABI, ANIA, Assonime, Confindustria), a associação de investidores profissionais (Assogestioni) e a Borsa Italiana, aprovado a 31 de janeiro de 2020 e em vigor a 1 de janeiro de 2021.

Já em dezembro de 2020, o Banco adotou o novo Código de Governo Societário, atualizando os seus regulamentos internos de modo a incorporar - nos termos representados no Relatório sobre o Governo Societário de 2021 - as novas características introduzidas por esse Código.

## Investigação e desenvolvimento

Os projetos iniciados pela empresa-mãe em 2022 visam principalmente o desenvolvimento comercial, a eficiência dos processos internos e o reforço dos sistemas informáticos.

Mais concretamente, foram realizados os projetos importantes indicados de seguida:

- ▶ O lançamento de novos serviços de *factoring*, destinados tanto aos clientes existentes como a uma expansão gradual da atividade com as PME. Um projeto plurianual para a criação de uma nova e inovadora plataforma de apoio à atividade principal de *factoring* e empréstimos, através da revisão e da reestruturação dos processos subjacentes e de investimentos em sistemas de informação e nos processos existentes, com vista à gestão de novos tipos de serviços complementares ao *factoring* sem recurso solicitados pelos clientes nos vários países.
- ▶ Desenvolvimento de novas soluções tecnológicas para a gestão da conformidade regulamentar, com vista à introdução de mecanismos de automatização (RPA) nos processos administrativos e de *back office*, de modo a aumentar a eficiência dos tempos de processamento e a aumentar os controlos automáticos, mitigando os riscos operacionais associados ao processamento manual e melhorando também os níveis de serviço ao cliente.

## Transações pouco habituais ou atípicas

O banco não realizou quaisquer transações pouco habituais ou atípicas, tal como referido na Comunicação Consob n.º 6064293, de 28 de julho de 2006, durante o período de relato.

## Obrigações e notações

Em 31 de dezembro de 2022, as notações atribuídas ao BFF em 2022 pela agência Moody's tinham mudado em relação a 31 de dezembro de 2021:

- ▶ A avaliação de Perfil de Risco de Crédito Individual (BCA) é «ba2»;
- ▶ A notação do emitente a longo prazo é «Baz», com perspetiva «Estável»;
- ▶ A notação de depósitos bancários a longo prazo é «Baa3», com perspetiva «Negativa»;
- ▶ A notação dos depósitos bancários a curto prazo é «P-3».

Em 18 de novembro de 2022, a agência Moody's i) confirmou a notação do emitente, o BCA e o BCA ajustado do BFF em «ba2», ii) confirmou a perspetiva Estável das notações do emitente a longo prazo e da dívida prioritária não garantida e iii) baixou as notações dos depósitos bancários a longo prazo do BFF para «Baa3» de «Baa2» com uma perspetiva Negativa (anteriormente estável) e a notação dos depósitos bancários a curto prazo para «P-3» de «P-2».

A confirmação pela Moody's do BCA do BFF de «ba2» reflete várias alterações positivas no perfil de crédito do Banco após a conclusão da aquisição do DEPObank. Simultaneamente, a Moody's confirmou a notação do emitente a longo prazo e a notação da dívida prioritária não garantida de «Baz», em conformidade com a qualidade de crédito do BFF e a gravidade das perdas, que se mantiveram inalteradas. A ação de notação dos depósitos, que passou de «Baa2» para «Baa3», reflete a mecânica da metodologia de Perda em caso de falha (LGF) avançada da Moody's aplicada à estrutura de responsabilidades do BFF.

Em 12 de janeiro de 2022, na sequência da emissão de obrigações de Nível 1 adicional no montante de 150 milhões de euros destinadas a investidores institucionais, a Moody's atribuiu à emissão uma notação B2.

Para mais informações, consulte o comunicado de imprensa da Moody's publicado no sítio Web da agência e o sítio [Investors > Debt > Ratings](#) do sítio Web do Grupo.

## Acontecimentos posteriores à data de relato

### Perda da qualificação como Pequena/Média empresa nos termos do artigo 1.º, n.º 1, letra w-quater. 1) do Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 24 de fevereiro de 1998 («Lei consolidada das finanças»)

A partir de 1 de janeiro de 2023, a BFF Bank S.p.A. perdeu a sua qualificação como Pequena/Média Empresa («PME») nos termos do Art. 1.º, n.º 1, letra w-quater. 1) do Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 24 de fevereiro de 1998 («Lei consolidada das finanças»), nos termos do art. 2.º-ter do regulamento adotado pela resolução Consob n.º 11971 de 14 de maio de 1999 («Regulamento dos Emitentes»), uma vez que tinham decorrido dois anos desde a data de entrada em vigor da Lei n.º 120/2020, que converteu o Decreto-lei italiano n.º 76/2020, que identifica um volume de negócios máximo de 300 milhões de euros para os emitentes serem qualificados como PME.

Note-se que o Banco foi classificado como PME apenas com base no critério do volume de negócios consolidado, uma vez que o valor médio da capitalização bolsista já era superior ao limiar regulamentar de 500 milhões de euros.

Por conseguinte, o Banco deixará de constar da lista das PME emitentes cotadas publicada pela Consob no seu sítio Web. Além disso, a perda da qualificação como PME implica a aplicação de um limiar adicional relevante para efeitos das obrigações de informação sobre investimentos significativos em ações, nos termos do artigo. 120.º da Lei consolidada das finanças, igual a 3 % do capital social.

### Autorização de recompra de ações próprias

Em 1 de fevereiro de 2023, o BFF Bank S.p.A. recebeu, após ter iniciado o procedimento regulamentar comunicado ao mercado em 25 de novembro de 2022, a autorização do Banco de Itália nos termos dos Artigos 27.º e seguintes do Regulamento Delegado (UE) n.º 241, de 7 de janeiro de 2014, adotado pela Comissão Europeia, e Artigo 78.º do Regulamento (UE) n.º 575, de 26 de junho de 2013, para recompra de ações próprias do Banco, em execução da autorização concedida nos termos do Artigo 2387.º do Código Civil italiano pela Assembleia Ordinária de Acionistas de 31 de março de 2022, até ao montante máximo de 2,8 milhões de euros. A recompra de ações próprias tinha sido realizada na íntegra à data da redação do presente documento e o respetivo montante já tinha sido deduzido dos fundos próprios em 31 de dezembro de 2022.

A recompra de ações próprias, tal como já foi divulgado ao mercado, terá como objetivo dotar o Banco de instrumentos financeiros suficientes para satisfazer as exigências dos sistemas de remuneração e de incentivos, de acordo com a atual «Política de remuneração e de incentivos do Banking Group».

Em 20 de fevereiro de 2023, o programa de recompra de ações próprias foi concluído. No período entre 13 de fevereiro de 2023 e 17 de fevereiro de 2023, a empresa-mãe recomprou 291 888 ações ordinárias, correspondentes a 0,16 % do total das ações em circulação e que constituem o capital social (igual a 185 604 558 ações), por um valor equivalente total de 2 794 383,98 euros.

## 7. Capital social, estrutura acionista e outros indicadores de desempenho

### Capital social

Em 2022, o capital social aumentou de 185 312 690 ações, correspondentes a 142 690 771,22 de euros em 31 de dezembro de 2021, para 185 545 952 ações, correspondentes a 142 870 382,96 € (à data da aprovação do presente documento), em resultado da execução parcial do aumento de capital livre delegado no período compreendido entre 13 de janeiro de 2022 e 29 de dezembro de 2022, através da emissão de novas ações ordinárias do BFF no valor de 233 973\* por um valor nominal igual a 180 159,21 de euros e afetas ao pessoal do Grupo BFF para necessidades relacionadas com políticas de remuneração e incentivos (Plano de Gestão por Objetivos 2020 e Plano de Opções de Compra de Ações 2016).

### Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco detinha 570 728 ações próprias, representando 0,31 % do capital social nessa data, contra 974 461 em 31 de dezembro de 2021.

Durante o ano de 2022, o Banco não readquiriu ações próprias, tendo sido atribuídas 403 733 ações na sequência do exercício de opções de compra de ações e do pagamento de remunerações variáveis em instrumentos financeiros, das quais 267 325 ao Presidente da Comissão Executiva, 85 622 a outros beneficiários dos funcionários e 50 786 a beneficiários não pertencentes aos funcionários.

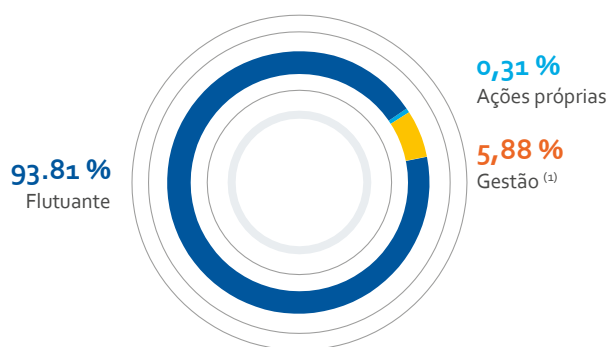
(\*) Na sequência da resolução da Assembleia extraordinária de acionistas, de 2 de abril de 2020 - aumentar o capital social do Banco sem contrapartida, de uma forma divisível e em várias parcelas, nos termos do art. 2349.º do Código Civil italiano, num montante total não superior a 5 254 563,16 euros, através da emissão de até 6 824 108 ações ordinárias para fins relacionados com as políticas de remuneração e incentivos da empresa-mãe, incluindo o «Plano de Opções de Compra de Ações de 2020 do Banca Farmafactoring Banking Group» (o Aumento de Capital de 2020) - o referido Aumento de Capital de 2020 foi parcialmente executado através da emissão de 233 262 novas ações ordinárias no período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022.

## Estrutura acionista

A composição da estrutura acionista do BFF a 31 de dezembro de 2022 reflete o resultado do procedimento de venda no mercado através de um processo de venda acelerado (*Accelerated Book-Building*) concluído a 9 de março de 2022 de cerca de 14 milhões de ações ordinárias do BFF detidas pela Equinova UK HoldCo Limited (ver secção «Principais acontecimentos do Grupo»), e os aumentos de capital social para servir os planos de opções de compra de ações que ocorreram durante o ano e foram divulgados ao mercado.

Por conseguinte, a 31 de dezembro de 2022, o free float do Banco, já superior a 80 % a 31 de dezembro de 2021, tinha atingido quase 100 % do capital social, confirmando a sua posição como uma das poucas empresas cotadas em Itália verdadeiramente orientadas para os acionistas.

Em 31 de dezembro de 2022, os Administradores e as suas Pessoas Estreitamente Associadas detinham 5,88 % do capital social, contra 5,59 % em 31 de dezembro de 2021. As ações próprias detidas pelo Banco - 570 728 - correspondem a 0,31 % do capital social.



**Número total de ações emitidas: 185 545 952**

Fonte: Formulários 120A - 120B - 120D e comunicações internas de negociação. A percentagem é calculada com base no número total de ações emitidas em 31/12/2022.

(1) Em 12/31/2022 o Presidente da Comissão Executiva Massimiliano Belingheri e as pessoas estreitamente relacionadas com ele (Bray Cross Ltd. e Scalve S.à. r.l., The Bomi Trust e Bomi S.a.r.l.) detinham 10,63 milhões de ações do BFF, o que corresponde a uma quota de 5,73 % do capital social. A quota remanescente da gestão refere-se às ações do BFF detidas pelos 4 vice-presidentes em funções nessa data e pelas respetivas pessoas estreitamente relacionadas.

No que diz respeito às opções concedidas ao abrigo do Plano de Opções de Compra de Ações de 2016, em 31 de dezembro de 2022, tinham sido concedidas 1 086 788 opções, das quais 854 788 adquiridas, mas ainda não exercidas e 232 000 ainda não exercíveis. O número de opções pendentes e ainda não exercidas em 31 de dezembro de 2021 era de 2 524 684.

No que se refere ao plano de opções de compra de ações de 2020, foram concedidas 8 384 500 opções, exercíveis a partir de 2023, enquanto no que se refere ao plano de opções de compra de ações de 2022 foram concedidas 6 698 000 opções em 31 de dezembro de 2022, das quais 2 547 000 sem envolver numerário e 4 151 000 sob a forma de ações fantasma, exercíveis a partir de 2025.

## Resoluções da assembleia de acionistas

Em 31 de março de 2022, a Assembleia ordinária de acionistas do Banco decidiu:

- ▶ distribuir aos acionistas parte dos lucros líquidos relativos ao exercício no valor de 125 280 399 euros, equivalente a aproximadamente 0,679 euros antes de impostos, por cada uma das 185 315 280 ações ordinárias não executadas à data do cupão (n.º 5) de 19 de abril de 2022 (ex data).
- ▶ acrescentar membros ao Conselho de Administração, confirmando:
  1. a nomeação da administradora Monica Magri, já cooptada pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2022;
  2. a nomeação da administradora já cooptada pelo Conselho de Administração em 1 de março de 2022, Anna Kunkl, que permanecerá em funções até à Assembleia de Acionistas convocada para aprovar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023;
- ▶ acrescentar um membro ao Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, nomeando Francesca Sandrolini como sua Presidente, cuja candidatura foi apresentada pelo escritório de advogados Trevisan & Associati em nome de um grupo de acionistas;
- ▶ para aprovar:
  - ▶ a «Política de Remuneração e Incentivos para 2022 dos membros dos Órgãos de Supervisão Estratégica, Gestão e Controlo e do Pessoal do BFF Banking Group» incluída na primeira secção do Relatório Anual relativa à Política de Remuneração e às Remunerações Pagas, nos termos do artigo 123.º-ter, n.º 3-A do Decreto Legislativo italiano n.º 58/1998, conforme alterado;
  - ▶ a políticas para determinar a indemnização em caso de cessação antecipada de funções ou de cessação do contrato de trabalho, incluindo limites a essa indemnização;
  - ▶ a segunda secção do relatório anual sobre a política de remuneração e as compensações pagas nos termos do artigo 123.º-ter, n.º 6 do Decreto Legislativo italiano n.º 58/1998;
  - ▶ o Plano de Incentivos do BFF Banking Group 2022;
  - ▶ a revogação da anterior autorização de recompra e alienação de ações próprias concedida pela Assembleia Geral de 25 de março de 2020 para a parte não executada até a data de 31 de março de 2022, e, portanto, sem prejuízo das transações entretanto realizadas, e autorizar o Conselho de Administração - nos termos e para os efeitos do Artigo 2357.º do Código Civil italiano - recomprar um máximo de 8 294 520 ações ordinárias do BFF, tendo em conta as ações já em *stock*, para os fins indicados em «Recompra de ações próprias».

Mais recentemente, em 22 de junho de 2022, a Assembleia Ordinária de Acionistas do Banco deliberou:

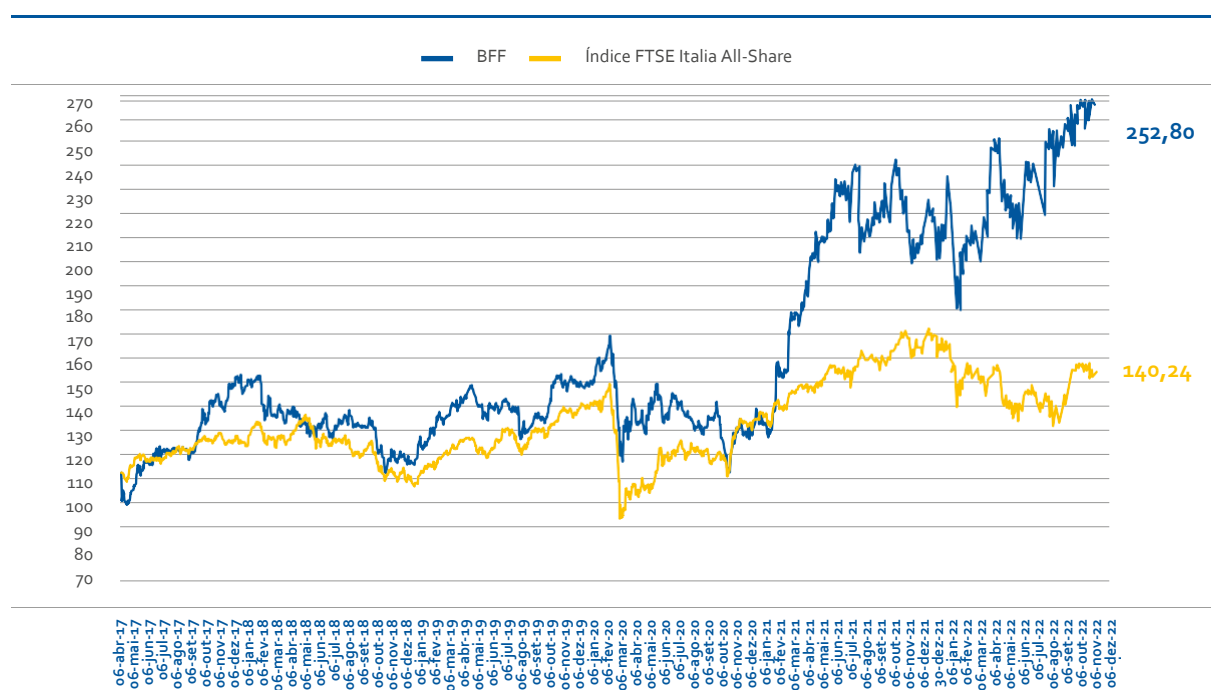
- ▶ acrescentar um membro ao Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, nomeando Nicoletta Paracchini como Presidente da entidade de supervisão, cuja candidatura foi apresentada pela sociedade de advogados Trevisan & Associati em nome de um grupo de acionistas;
- ▶ nomear a Sra. Francesca Masotti como Auditora Suplente e confirmar o Sr. Carlo Carrera - anteriormente Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas - no cargo de Auditor Suplente.

## Desempenho das ações

As ações do BFF Bank (código ISIN: IT0005244402 - *ticker* da bolsa de valores italiana: BFF) tem sido transacionada no mercado Euronext Milan da Borsa Italiana desde 7 de abril de 2017, no setor «Finanças» e no super setor «Serviços Financeiros».

O preço das ações do BFF em 30 de dezembro de 2022 era de 7,41 €, um aumento de 58 % em relação à cotação de colocação das ações no mercado de OPI no valor de 4,70 €. Desde a admissão à cotação até 30 de dezembro de 2022, o Banco distribuiu um dividendo bruto total de 2,993 € por ação. Tendo em conta os dividendos distribuídos, e assumindo que serão reinvestidos na ação BFF no ex-coupon, o retorno total para os acionistas em 30 de dezembro de 2022 em comparação com o preço de colocação da OPI foi de 153 %. O retorno total do índice FTSE Italia All-Share foi de 40 %.

### Retorno total desde a OPI, com dividendos reinvestidos\*



(\*) Em 31 de dezembro de 2022, a ação BFF faz parte dos seguintes índices FTSE: FTSE Italia All-Share Financials; FTSE Italia All-Share Financial Services; FTSE Italia All-Share Mid Cap; FTSE Italy SMID CapTradable Plus; FTSE Italia MIB Storico; FTSE Italia PIR PMI; FTSE Italia PIR PMI Cap; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small Net; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small; FTSE RAFI Developed ex US Mid Small 1500; FTSE RAFI Developed Mid Small ex US 1500; FTSE Italy Small Cap Index - Specialty Finance; e os seguintes índices STOXX e iSTOXX: STOXX Europe Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; EURO STOXX Total Market Value; STOXX Europe Total Market Small Net Return; EURO STOXX Total Market Price; STOXX Global Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; STOXX All Europe Total Market Price; EURO STOXX Total Market Small; iSTOXX Europe Value Factor Net Return; iSTOXX Europe Size Factor Net Return; STOXX Europe ex UK Total Market Small Price; STOXX Italy 45 Price Index; iSTOXX PPF Responsible SDG Net Return; iSTOXX PPF Responsible SDG Gross Return; STOXX Developed Markets Total Market Gross Return; EURO STOXX Total Market Value Small; STOXX Italy Total Market Price. A ação BFF também faz parte de um conjunto de índices MSCI (incluindo o MSCI Europe ex UK Small Cap; MSCI Europe Small Cap Special Tax Gross Return; MSCI ACWI Value Small USD e MSCI AC Europe IMI), Bloomberg (incluindo Bloomberg Italy Large, Mid & Small Cap Price Return; Bloomberg World ex US Small Cap Growth Price Total Return e Bloomberg Eurozone Developed Markets Large, Mid & Small Cap Price Return), S&P (incluindo S&P Developed Net Zero 2050 Carbon Budget (2022 Vintage); S&P Global BMI; S&P Developed Ex-U.S. SmallCap e S&P Pan Europe BMI) e Solactive (incluindo os índices Solactive Global SuperDividend e Solactive ISS ESG Screened Europe Small Cap).

## 8. Perspetivas de negócio

De acordo com o plano estratégico quinquenal, aprovado pelo Conselho de Administração do BFF em 29 de maio de 2019 («BFF 2023» ou o «Plano»), os objetivos da empresa-mãe para 2023 - confirmados pelas finanças atualizadas para 2021-2023 estabelecidas no plano de negócios na sequência da conclusão da transação com o DEPObank em 1 de março de 2021 e a aprovação dos orçamentos combinados para 2021, 2022 e 2023 - são:

1. Continuar a desenvolver a atividade principal atual, ou seja, *factoring*, Serviços de Títulos e pagamentos, melhorar ainda mais a eficiência operacional e reforçar a posição de liderança em Itália e no estrangeiro.
2. Manter o foco na limitação dos custos de financiamento, aproveitando o que já foi alcançado em 2021 em termos de sinergias resultantes da operação do DEPObank.
3. Consolidar a atividade existente e/ou expandir para outros nichos de mercado através de aquisições.

Face ao exposto, e perante uma redução gradual dos efeitos da pandemia e apesar da crise Rússia/ Ucrânia, a empresa-mãe espera, tal como já se verificou em 2022, uma recuperação em termos de volumes de negócio e de operações, com crescimento da margem de intermediação, também devido ao efeito das sinergias da integração com o DEPObank.

No que diz respeito ao risco de crédito, a natureza dos empréstimos da empresa-mãe torna o risco de perdas em Ativos Financeiros extremamente baixo, em relação ao modelo empresarial existente.

Note-se também que a emissão do instrumento elegível no nível 1 permite à empresa-mãe otimizar o limite de concentração em grandes exposições e alavancagem.

Por último, refira-se que no passado dia 9 de fevereiro, durante a Apresentação a Analistas dos resultados de 2022, o BFF Bank anunciou que tinha aumentado o seu objetivo em termos de lucro a realizar em 2023, último ano do Plano de Negócios, passando o intervalo dos anteriores 170-180 milhões de euros para os atuais 180-190 milhões de euros, essencialmente para ter em conta os impactos decorrentes de alterações de estimativas e o reconhecimento das percentagens de cobrança relativas aos «40 euros» e juros de mora e, para estes últimos, o *timing* relativo esperado para a cobrança, e apesar da perda do cliente Arca e de um período caracterizado por elementos negativos e de instabilidade, como a Guerra na Ucrânia e o choque energético, a subida mais acentuada das taxas de juro das últimas décadas, o nível de inflação mais elevado desde os anos 80, as restrições decretadas na política monetária e o fim do período de «taxas negativas», a volatilidade dos *spreads* soberanos e o desempenho negativo dos mercados acionistas.



## 9. Distribuição dos lucros do BFF Bank S.p.A.

Os lucros do Banco relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ascenderam a 261 438 215 euros. Este resultado inclui, conforme descrito anteriormente, algumas rubricas não recorrentes, que líquidos dos respectivos impactos fiscais ascendem a 144,5 milhões de euros: +73,2 milhões de euros em dividendos intragrupo, +68,5 milhões de euros relativos ao reconhecimento de 50 % da provisão relativa à indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros»), +18,6 milhões de euros relativos ao efeito combinado do aumento da percentagem estimada de recuperação de juros de mora de 45 % para 50 % e do aumento dos dias esperados para a respetiva cobrança, -7,2 milhões de euros relativos a provisões extraordinárias contra um risco provável de decisão negativa, -8,7 milhões de euros relativos a outras rubricas não recorrentes (custos com opções de compra de ações, custos não recorrentes, custos com projetos especiais, ganhos de capital com a alienação de imóveis, amortização de contratos com clientes, contribuições extraordinárias para o «FITD» e variações da diferença cambial coberta pela reserva de transposição).

Em consonância com a política de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, que permite pagamento aos acionistas de parte dos lucros líquidos consolidados normalizados do Grupo referentes ao exercício e não necessários para manter um Rácio do capital total mínimo de 15 % (calculado tendo em conta o âmbito do Banking Group, nos termos da Lei consolidada da atividade bancária e/ou do RRF), a intenção é de distribuir:

- i) 47,410 euros para a reserva legal (para elevar a reserva a 20 % do Capital Social a partir de hoje);
- ii) 115 361 074 euros para Resultados transitados;
- iii) 146 029 730 euros aos acionistas, dos quais 77 479 836 euros a distribuir em abril de 2023 e 68 549 894 euros já distribuídos em agosto de 2022 sob a forma de um dividendo intercalar.

Em relação à distribuição de lucros do BFF Bank S.p.A., a proposta que será apresentada à Assembleia de Acionistas do Banco em 13 de abril de 2023 é a que se apresenta abaixo.

## 10. Proposta à Assembleia de Acionistas

Senhores(as) Acionistas,

O Conselho de Administração convocou-os para esta assembleia ordinária, quinta-feira, 13 de abril de 2023, às 9:00 da manhã. (a «**Assembleia de Acionistas**») na sede social do BFF Bank S.p.A. (o «**Banco**» ou «**BFF**») em Milão, na Via Domenichino n.º 5 (a «**Sede Social**»), em convocatória única, para aprovar, entre outros, a proposta de distribuição dos resultados do exercício.

As Demonstrações Financeiras do Banco, a 31 de dezembro de 2022, a serem aprovadas pela Assembleia de acionistas, apresentam um lucro de 261 438 215 euros, que se propõe que seja distribuído da seguinte forma:

- i) 47,410 euros para a reserva legal (para elevar a reserva a 20 % do Capital Social a partir de hoje);
- ii) 115 361 074 euros para Resultados transitados;
- iii) 146 029 730 euros aos acionistas, dos quais 77 479 836 euros a distribuir em abril de 2023 e 68 549 894 euros já distribuídos em agosto de 2022 sob a forma de um dividendo intercalar.

Por conseguinte, os acionistas receberão um dividendo de cerca de 0,419 euros por cada uma das 185 623 140 ações.

Além disso, continuaram a ser admitidos à negociação no Mercado de Instrumentos Derivados (IDEM) contratos de opção do tipo americano, tendo como ativo subjacente ações do BFF. À luz do exposto e em conformidade com o estabelecido nas Instruções para a Regulação dos Mercados organizados e geridos pela Borsa Italiana (**Título IA.2, Secção IA.2.1, art. IA.2.1.3**), para a data de pagamento de dividendos a serem pagos pelas empresas emissoras de ações no índice FTSE MIB ou contratos derivados subjacentes sobre ações negociadas no mercado IDEM, a data de referência tem de coincidir com o primeiro dia de negociação subsequente à terceira sexta-feira de cada mês civil.

Por conseguinte, à luz do que precede, o mês para o pagamento de qualquer dividendo retirado dos resultados do exercício de 2022 será abril de 2023, com a data do cupão (n.º 7) de 24 de abril de 2023 (a data ex-cupão). Nos termos do artigo 83.º-terdecies do Decreto Legislativo italiano n.º 58, de 24 de fevereiro de 1998, com a redação que lhe foi conferida (**Lei Consolidada das Finanças**), é estabelecido o direito ao pagamento de dividendos com base nas contas do intermediário nos termos do artigo 83.º-quater, n.º 3, da Lei Consolidada das Finanças, no final da data a que se reportam as contas, 25 de abril de 2023 («data de registo»). O pagamento de tal dividendo, bruto das retenções exigidas por lei, está previsto para 26 de abril de 2023 («data de pagamento»).

\* \* \*

Por conseguinte, submetemos à vossa aprovação a seguinte proposta de resolução: «A assembleia de acionistas do BFF

Bank S.p.A., depois de analisar o relatório ilustrativo do Conselho de Administração, **decidiu**

- i) distribuir aos acionistas uma parte do lucro do exercício no valor de 77 479 836 euros, equivalente a aproximadamente 0,419 € antes de impostos, por cada uma das 185 623 140 ações ordinárias em circulação à data do cupão (n.º 7) de 24 de abril de 2023 (ex data). O referido dividendo inclui uma parte imputável a qualquer ação própria detida pela Empresa à data de registo. Nos termos do artigo 83.º-terdecies do Decreto Legislativo italiano n.º 58, de 24 de fevereiro de 1998, (Lei Consolidada das Finanças), é estabelecido o direito ao pagamento de dividendos com base nas contas do intermediário nos termos do artigo 83.º-quater, n.º 3, da Lei Consolidada das Finanças, no final da data a que se reportam as contas, 25 de abril de 2023 (data de registo);
- ii) afetar 47 410 euros à reserva legal;
- iii) afetar o restante valor dos lucros relativos ao exercício, equivalente a 115 361 074 euros, a Resultados transitados;
- iv) pagar o dividendo acima mencionado a partir de 26 de abril de 2023 (data de pagamento). O pagamento será efetuado através de intermediários autorizados com os quais foram registadas ações no âmbito do sistema Monte Titoli.

Conselho de Administração  
O PRESIDENTE  
Salvatore Messina

# 02

Demonstrações  
financeiras  
separadas





## Demonstração da Situação Financeira

(Montantes expressos em euros)

Ativos	31.12.2022	31.12.2021
10. Caixa e equivalentes de caixa	623 975 086	543 227 039
20. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados	90 540 554	36 598 343
<i>a) ativos financeiros detidos para negociação</i>	210 963	4 094 816
<i>c) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor</i>	90 329 591	32 503 527
30. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	128 097 995	83 505 780
40. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	11 726 530 357	9 756 005 874
<i>a) empréstimos concedidos e valores a receber de bancos</i>	478 203 260	403 898 197
<i>b) empréstimos concedidos e valores a receber de clientes</i>	11 248 327 097	9 352 107 677
50. Derivados de cobertura	-	13 098
70. Investimentos em capitais próprios	151 875 554	150 491 361
80. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	27 763 301	33 137 709
90. Ativos intangíveis	36 142 352	34 307 556
dos quais		
- <i>Goodwill</i>	-	-
100. Ativos por impostos	55 243 454	93 416 525
<i>a) correntes</i>	-	37 778 093
<i>b) diferidos</i>	55 243 454	55 638 432
120. Outros ativos	389 016 146	205 860 256
<b>TOTAL DE ATIVOS</b>	<b>13 229 184 799</b>	<b>10 936 563 541</b>

(Montantes expressos em euros)

<b>Passivos e capital próprio</b>		<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
<b>10.</b>	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	11 933 207 079	9 875 042 950
	<i>a) dívidas a bancos</i>	1 165 556 841	781 958 910
	<i>b) dívidas a clientes</i>	10 728 674 172	8 906 798 878
	<i>c) títulos emitidos</i>	38 976 066	186 285 162
<b>20.</b>	Passivos financeiros detidos para negociação	949 790	2 724 511
<b>40.</b>	Derivados de cobertura	14 313 592	4 814 350
<b>60.</b>	Passivos por impostos	128 840 015	96 423 957
	<i>a) correntes</i>	22 548 040	-
	<i>b) diferidos</i>	106 291 975	96 423 957
<b>80.</b>	Outros passivos	382 204 555	415 755 109
<b>90.</b>	Benefícios pós-emprego	3 117 800	3 709 582
<b>100.</b>	Provisão para riscos e encargos	32 351 133	21 441 439
	<i>a) compromissos e garantias concedidas</i>	225 466	58 051
	<i>b) pensões e obrigações similares</i>	7 712 116	5 900 894
	<i>c) outras provisões</i>	24 413 551	15 482 494
<b>110.</b>	Reservas de avaliação	5 421 320	4 060 028
<b>130.</b>	Instrumentos de capital próprio	150 000 000	-
<b>140.</b>	Reservas	180 627 582	146 250 932
<b>145.</b>	Dividendo intercalar	(68 549,894)	-
<b>150.</b>	Reserva de prémios de emissão	66 277 204	66 492 997
<b>160.</b>	Capital social	142 870 383	142 690 771
<b>170.</b>	Ações próprias	(3 883 976)	(7 132 434)
<b>180.</b>	Lucros (perdas) do exercício	261 438 216	164 289 349
<b>TOTAL DE PASSIVOS E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>13 229 184 799</b>	<b>10 936 563 541</b>

## Demonstração de Resultados

(Montantes expressos  
em euros)

Rubricas	31.12.2022	31.12.2021*
10. Juros e rendimentos similares	293 808 407	166 742 242
dos quais: proveitos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo	266 749 227	146 194 780
20. Juros e encargos similares	(91 494 370)	(37 931 409)
<b>30. Margem financeira</b>	<b>202 314 037</b>	<b>128 810 833</b>
40. Rendimento de encargos e comissões	127 458 212	109 413 419
50. Despesas com encargos e comissões	(36 924 009)	(28 480 140)
<b>60. Receitas líquidas de taxas e comissões</b>	<b>90 534 203</b>	<b>80 933 279</b>
70. Dividendos e rendimentos similares	85 757 800	3 675 911
80. Lucro líquido de negociação	9 744 486	6 747 278
90. Lucro (perda) líquido de cobertura	-	-
100. Lucros (perdas) na alienação ou recompra de:	165 940	(12 649 882)
a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	165 940	(6)
c) passivos financeiros	-	(12 649 876)
110. Lucros sobre outros ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados	5 154 401	2 733 566
b) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	5 154 401	2 733 566
<b>120. Rendimento total</b>	<b>393 670 867</b>	<b>210 250 984</b>
130. Perdas/ganhos por imparidade líquidos para risco de crédito associado a:	(180 088)	2 458 923
a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(180 088)	2 605 512
b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	-	(146 589)
<b>150. Rendimento líquido das atividades bancárias</b>	<b>393 490 779</b>	<b>212 709 907</b>
160. Despesas administrativas:	(154 533 127)	(156 032 243)
a) gastos com o pessoal	(65 624 429)	(64 330 143)
b) outras despesas administrativas	(88 908 698)	(91 702 100)
170. Provisões líquidas para riscos e encargos	(10 740 019)	2 752 524
a) compromissos e garantias concedidas	(139,792)	720 920
b) outras provisões líquidas	(10 600 227)	2 031 604
180. Depreciação e perdas por imparidade líquidas em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	(4 130 270)	(4 046 759)
190. Amortização e perdas líquidas por imparidade de ativos intangíveis	(7 163 491)	(4 670 994)
200. Outras receitas operacionais líquidas	128 075 729	104 192 287
<b>210. Custos operacionais</b>	<b>(48 491 178)</b>	<b>(57 805 185)</b>
260. Lucros antes de impostos das operações continuadas	344 999 601	154 904 722
<b>270. Impostos sobre o rendimento das operações correntes do exercício</b>	<b>(83 561 385)</b>	<b>9 384 627</b>
<b>280. Lucros após impostos das operações continuadas</b>	<b>261 438 216</b>	<b>164 289 349</b>
<b>300. Lucros (perdas) do exercício</b>	<b>261 438 216</b>	<b>164 289 349</b>
<b>Resultados básicos por ação</b>	<b>1,405</b>	<b>0,879</b>
<b>Resultados diluídos por ação</b>	<b>1,327</b>	<b>0,840</b>

((\*) Note-se que:

- a demonstração de resultados comparativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não inclui os balanços dos meses de janeiro e fevereiro do mesmo ano do DEPObank resultante da fusão;
- em 31 de dezembro de 2022, os encargos financeiros imputáveis ao exercício incorridos em operações com derivados foram reclassificados da rubrica 90 «Lucros (perdas) líquidos de cobertura» para a rubrica 20 «Juros e encargos similares». Para efeitos comparativos, a reclassificação também foi efetuada com base nos valores a 31 de dezembro de 2021;
- Em 31 de dezembro de 2022, as provisões relativas a custos com pensões e obrigações semelhantes para com os funcionários foram reclassificadas da rubrica 170 b) «Provisões líquidas para riscos e encargos - outras provisões líquidas» para a rubrica 160 a) «Gastos com pessoal», em conformidade com o disposto na Circular 262 de 2005 do Banco de Itália, atualizada. Consequentemente, para efeitos comparativos, a reclassificação foi igualmente efetuada nos valores de 31 de dezembro de 2021.



## Demonstração de Rendimento Integral

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	31.12.2022	31.12.2021
10. Lucros (perdas) do exercício	261 438 216	164 289 349
Outros componentes líquidos de impostos que não podem ser reclassificados para os lucros ou perdas		
20. Instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
30. Passivos financeiros designados ao justo valor por via dos resultados (alterações na qualidade de crédito)		
40. Coberturas de instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
50. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		
60. Ativos intangíveis		
70. Planos de benefícios definidos	524 946	(34 331)
80. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
90. Porção das reservas de avaliação relacionadas com investimentos em capitais próprios		
Outros componentes do rendimento líquidos de impostos reclassificados para os lucros ou perdas		
100. Cobertura de investimentos estrangeiros		
110. Diferenças cambiais	2289	(38 188)
120. Coberturas de fluxos de caixa		
130. Instrumentos de cobertura (elementos não designados)		
140. Ativos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	834 057	211 224
150. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
160. Porção das reservas de avaliação relacionadas com investimentos em capitais próprios		
170. Total de outros rendimentos integrais líquidos de impostos	1 361 292	138 704
180. Rendimento integral (Rubricas 10+170)	262 799 507	164 428 053

## Demonstração de Alterações no Capital Próprio

2022	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Alteração dos saldos iniciais	Saldos em 1 de janeiro de 2022	Distribuição de lucros do exercício anterior	
				Reservas	Dividendos e outras dotações
Capital social:					
a) ações ordinárias	142 690 771		142 690 771		
b) outras ações					
Reserva de prêmios de emissão	66 492 997		66 492 997		
Reservas:					
a) resultados transitados	137 607 343		137 607 343	39 008 950	
b) outros	8 643 589		8 643 589		
Reservas de avaliação	4 060 028		4 060 028		
Instrumentos de capital próprio					
Dividendo intercalar					
Ações próprias	(7 132 434)		(7 132 434)		
Lucro do exercício	164 289 349		164 289 349	(39 008 950)	(125 280 399)
Capital próprio	516 651 643		516 651 643		(125 280 399)

2021	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Alteração dos saldos iniciais	Saldos em 1 de janeiro de 2021	Distribuição de lucros do exercício anterior	
				Reservas	Dividendos e outras dotações
Capital social:					
a) ações ordinárias	131 400 994		131 400 994		
b) outras ações					
Reserva de prêmios de emissão	693 106		693 106		
Reservas:					
a) relacionadas com os resultados	161 677 823		161 677 823	140 049 858	
b) outros	7 414 381		7 414 381		
Reservas de avaliação	3 921 324		3 921 324		
Instrumentos de capital próprio					
Ações próprias	(3 517 312)		(3 517 312)		
Lucro do exercício	143 281 246		143 281 246	(140 049 858)	(3 231 388)
Capital próprio	444 871 562		444 871 562	-	(3 231 388)

(Montantes expressos em euros)

Alteração nas reservas	Alterações durante o exercício						Capital próprio a 31 de dezembro de 2022	
	Transações de capital próprio						Rendimento integral 2022	
	Emissão de novas ações	Recompra de ações próprias	Dividendo intercalar	Distribuição extraordinária de dividendos	Alterações nos instrumentos de capitais próprios	Derivados sobre ações próprias	Opções de compra de ações	Alterações nos interesses de capital próprio
	179 612							142 870 383
	(215 793)							-
								66 277 204
	(6 407 595)							170 208 698
	(293 900)						2 069 195	10 418 884
								1 361 292
					150 000 000			5 421 320
								150 000 000
			( 8 549 894)					(68 549,894)
	3 248 457							(3 883 976)
								261 438 216
	(3 668 831)	179 612	( 8 549 894)		150 000 000	2 069 195		262 799 507
								734 200 834

(Montantes expressos em euros)

Alteração nas reservas	Alterações durante o exercício						Capital próprio a 31 de dezembro de 2021	
	Transações de capital próprio						Rendimento integral 2021	
	Emissão de novas ações	Recompra de ações próprias	Distribuição extraordinária de dividendos	Alterações nos instrumentos de capitais próprios	Derivados sobre ações próprias	Opções de compra de ações	Alterações nos interesses de capital próprio	
	11 289 777							142 690 771
								-
	65 799 891							66 492 997
	1 155 080		(165 275 418)					137 607 342
	1 421 236					(192 028)		8 643 589
								138 704
								4 060 028
								-
	2 363 892	(5 979 014)						(7 132 434)
								164 289 349
	4 940 208	77 089 668	(5 979 014)	(165 275 418)		(192 028)		164 289 349
								164 428 053
								516 651 643

# Demonstração de Fluxos de Caixa

## Método indireto

(Montantes expressos em euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>A. ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>1. Operações</b>	<b>301 467 499</b>	<b>172 220 777</b>
- lucros (perdas) líquidos do exercício (+/-)	261 438 216	164 289 350
- ganhos/perdas em ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos/passivos mensurados ao justo valor por via de resultados (+/-)	530 806	(9 997 854)
- ganhos/perdas em operações de cobertura (+/-)	14 313 592	(2 576 529)
- perdas/ganhos por imparidade líquidos por risco de crédito (+/-)	180 088	(2 605 512)
- depreciações, amortizações e perdas líquidas por imparidade relativas a ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento e ativos intangíveis (+/-)	11 293 761	8 857 088
- dotações líquidas para provisões para riscos e encargos e outros custos/rendimentos (+/-)	10 740 019	11 885 700
- impostos, direitos e créditos fiscais não pagos (+/-)	83 561 385	2 368 535
- perdas por imparidade líquidas/reversões de perdas por imparidade em operações descontinuadas, líquido de efeito fiscal (+/-)		
- outras correções (+/-)	(80 590 368)	
<b>2) Fluxos de caixa consumidos pelos ativos financeiros</b>	<b>(2 224 732 772)</b>	<b>(4 806 631 374)</b>
- ativos financeiros detidos para negociação	3 353 046	(46 596 197)
- ativos financeiros designados ao justo valor		
- ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	(52 671 663)	
- ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	(45 426 272)	(83 341 855)
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.	(1 970 704 571)	(4 414 109 363)
- outros ativos	(159 283 313)	(262 583 959)
<b>3. Fluxos de caixa gerados pelos passivos financeiros (+/-)</b>	<b>1 981 018 752</b>	<b>5 162 003 917</b>
- passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	2 058 164 129	4 770 197 596
- passivos financeiros detidos para negociação	(1 774 721)	2 724 511
- passivos financeiros escriturados ao justo valor		
- outros passivos	(75 370 656)	389 081 810
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (+/-)</b>	<b>57 753 479</b>	<b>527 593 320</b>

(CONT.)

(Montantes expressos em euros)

	31.12.2022	31.12.2021
<b>B. ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>1. Liquidez gerada por</b>	<b>75 963 202</b>	<b>3 675 911</b>
- alienação de investimentos em capitais próprios		
- dividendos cobrados sobre investimentos em capitais próprios	75 963 202	3 675 911
- alienação de ativos fixos tangíveis		
- alienação de ativos intangíveis		
- alienação de unidades de negócio		
<b>2. Liquidez consumida por</b>	<b>(9 138 342)</b>	<b>(70 168 582)</b>
- aquisição de investimentos em capitais próprios	(1 384 193)	(8 564 073)
- aquisições de ativos fixos tangíveis	1 244 138	(27 191 029)
- aquisição de ativos intangíveis	(8 998 287)	(34 413 480)
- aquisição de unidades de negócio		
<b>Fluxos de caixa gerados/consumidos por atividades de investimento B (+/-)</b>	<b>66 824 860</b>	<b>(66 492 671)</b>
<b>C. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
- emissão/aquisição de ações próprias	-	(5 979 014)
- emissão/aquisição de instrumentos de capital próprio	150 000 000	77 089 668
- distribuição de dividendos e outros fins	(193 830 293)	(168 506 806)
<b>Fluxos de caixa gerados/consumidos por atividades de financiamento C (+/-)</b>	<b>(43 830 293)</b>	<b>(97 396 151)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS GERADOS/CONSUMIDOS DURANTE O EXERCÍCIO</b>	<b>80 748 046</b>	<b>363 704 498</b>
<b>D=A+/-B+/-C</b>		

## Reconciliação

(Montantes expressos em euros)

<b>Rubricas das demonstrações financeiras</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	543 227 039	179 522 541
Fluxo de caixa total gerado durante o exercício	80 748 046	363 704 498
Caixa e equivalentes de caixa: efeitos de alterações nas taxas de câmbio		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício G=E+/-D+/-F</b>	<b>623 975 085</b>	<b>543 227 039</b>

**Legenda:**  
 (+) gerado  
 (-) consumido

## NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Senhores(as) Acionistas,

As Notas anexas estão organizadas da seguinte forma:

Parte A - Políticas contabilísticas

Parte B - Informação sobre a demonstração da situação financeira

Parte C - Informação sobre a Demonstração de Resultados

Parte D - Rendimento integral

Parte E - Informação sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco

Parte F - Informações sobre os capitais próprios

Parte G - Concentrações de atividades empresariais de empresas ou unidades de negócios

Parte H - Transações com partes relacionadas

Parte I - Pagamentos com base em ações

Parte M - Relato por locações

## Parte A - Políticas contábilísticas

### A.1 GERAL

#### Secção 1 - Demonstração de conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro

As demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IASs/IFRS) emitidas pelo IASB, aprovadas pela Comissão Europeia, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 1606, de 19 de julho de 2002, relativo à aplicação das IAS/ IFRS e interpretações associadas (interpretações IFRIC), aprovadas pela Comissão Europeia e em vigor no final do período de relato.

A aplicação das IFRS é levada a cabo observando o «quadro sistemático» para a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras (o Quadro), com especial referência ao princípio fundamental de prevalência da substância sobre a forma jurídica e ao conceito de relevância ou importância da informação.

#### Secção 2 - Fundamento de apresentação

As demonstrações financeiras separadas foram elaboradas em conformidade com as instruções fornecidas pela Circular n.º 262 do Banco de Itália, de 22 de dezembro de 2005, «Demonstrações financeiras dos bancos: organização e elaboração», tal como posteriormente alterada.

As demonstrações financeiras incluem a demonstração da situação financeira, a demonstração de resultados, a demonstração de rendimento integral, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as notas anexas às demonstrações financeiras separadas, e são acompanhadas pelo relatório dos administradores relativo às operações.

Em conformidade com o disposto no artigo 5.º, n.º 2, do Decreto Legislativo italiano n.º 38, de 28 de fevereiro de 2005, as demonstrações financeiras separadas são redigidas em euros, quando não especificado de outra forma, e também mostram as comparações correspondentes com o exercício anterior.

As demonstrações financeiras separadas foram elaboradas com base no princípio geral de prudência e no princípio da continuidade das operações e de especialização económica, uma vez que, relativamente às operações e às posições financeiras e de capital próprio do Grupo, e após a análise dos riscos a que está exposto, os administradores não identificaram qualquer situação que pudesse levantar dúvidas quanto à capacidade do Banco de cumprir as suas obrigações num futuro próximo.

#### Normas, alterações e interpretações em vigor a partir de 2022

Durante 2022, as seguintes normas, alterações e interpretações aprovadas pela Comissão Europeia entraram em vigor e são aplicáveis às demonstrações financeiras separadas para períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2022:

- ▶ Alterações à IAS 16 - Ativos fixos tangíveis;
- ▶ Alterações à IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- ▶ Alterações à IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais;

- ▶ Melhorias anuais às IFRS do ciclo 2018-2020 (Reg. UE 2021/1080), especificamente alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

Na medida do aplicável, estas normas, alterações e interpretações não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras separadas do Banco.

## **Normas, alterações e interpretações em vigor a partir de 2023 ou alteradas e ainda não adotadas**

Na data das presentes demonstrações financeiras, as seguintes normas ou alterações foram adotadas e são aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2023:

- ▶ IFRS 17 - Contratos de Seguro (Reg. UE 2021/2036);
- ▶ Alterações à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (Reg. UE 2022/357);
- ▶ Alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e à Declaração de Práticas IFRS 2: Divulgação de políticas contabilísticas (Reg. UE 2022/357).

Por último, o IASB emitiu as seguintes normas e interpretações ou alterações, cuja aplicação está, no entanto, ainda sujeita à conclusão do processo de aprovação pelos organismos competentes da União Europeia, que ainda não foi concluído:

- ▶ Alterações à IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras: Classificação do passivo em corrente e não corrente - Diferimento da data de entrada em vigor (janeiro de 2020 e julho de 2020, respetivamente);
- ▶ Alterações à IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (maio de 2021);
- ▶ Alterações à IFRS 17 Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9: Informação comparativa (dezembro de 2021).

Os possíveis efeitos da adoção futura destas normas, interpretações e alterações, na medida em que sejam aplicáveis e relevantes para o Banco, são razoavelmente estimados como sendo imateriais.



## Secção 3 - Eventos posteriores à data de relato

### Autorização de recompra de ações próprias

Em 1 de fevereiro de 2023, o BFF Bank S.p.A. recebeu, após ter iniciado o procedimento regulamentar comunicado ao mercado em 25 de novembro de 2022, a autorização do Banco de Itália nos termos dos Artigos 27.º e seguintes do Regulamento Delegado (UE) n.º 241, de 7 de janeiro de 2014, adotado pela Comissão Europeia, e Artigo 78.º do Regulamento (UE) n.º 575, de 26 de junho de 2013, para recompra de ações próprias do Banco, em execução da autorização concedida nos termos do Artigo 2387.º do Código Civil italiano pela Assembleia Ordinária de Acionistas de 31 de março de 2022, até ao montante máximo de 2,8 milhões de euros. A recompra de ações próprias tinha sido realizada na íntegra à data da redação do presente documento e o respetivo montante já tinha sido deduzido dos fundos próprios em 31 de dezembro de 2022.

A recompra de ações próprias, tal como já foi divulgado ao mercado, terá como objetivo dotar o Banco de instrumentos financeiros suficientes para satisfazer as exigências dos sistemas de remuneração e de incentivos, de acordo com a atual «Política de remuneração e de incentivos do Banking Group».

Em 20 de fevereiro de 2023, o programa de recompra de ações próprias foi concluído. No período entre 13 de fevereiro de 2023 e 17 de fevereiro de 2023, a empresa-mãe adquiriu 291 888 ações ordinárias, correspondentes a 0,16 % do total das ações em circulação e que constituem o capital social (igual a 185 604 558 ações), por um valor equivalente total de 2 794 383,98 milhões de euros.

## Secção 4 - Outras questões

### Riscos, incertezas e impactos da epidemia Covid-19 e do conflito Rússia/Ucrânia

Entre os acontecimentos significativos de 2022 contam-se as tensões no ambiente geopolítico mundial decorrentes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que está a ter graves repercussões na situação macroeconómica europeia e mundial.

Também em termos prospetivos, o conflito representa um fator de instabilidade que, em geral, pode afetar significativamente o panorama macroeconómico dos países onde o BFF opera e as suas perspetivas de crescimento. Consequentemente, a nível consolidado, a empresa-mãe implementou uma monitorização contínua dos riscos a que o BFF poderia eventualmente estar exposto e efetuou as necessárias análises de impacto no negócio, cujos resultados se resumem a seguir.

- ▶ No que se refere ao risco de crédito decorrente do impacto nas empresas financiadas que têm operações comerciais significativas com a Rússia, a Bielorrússia ou a Ucrânia ou que estão mais expostas a alterações nos preços dos produtos de base, a empresa-mãe efetuou uma avaliação específica, identificando apenas determinadas contrapartes que poderiam ser potencialmente afetadas por aumentos dos preços dos produtos de base. Neste contexto, foi instituída uma monitorização adicional. Além disso, não foram identificados clientes com operações comerciais significativas com a Rússia, a Bielorrússia ou a Ucrânia.
- ▶ No que diz respeito à negociação de títulos, a empresa-mãe não detém títulos emitidos por emitentes particularmente expostos aos riscos decorrentes da atual conjuntura geopolítica e de conflitos.
- ▶ No que respeita à rentabilidade, note-se que as comissões do banco de custódia são calculadas com base nos fundos AuM, pelo que a desvalorização destes títulos na carteira dos fundos teve um impacto insignificante em comparação, por exemplo, com as volatilidades normais do mercado.
- ▶ No que diz respeito aos riscos operacionais relacionados com ciberataques, note-se que a empresa-mãe não registou quaisquer ataques desta natureza e, além disso, não existem operações nos países afetados pelo conflito.

Além disso, a Função de *Compliance* e CBC, com o envolvimento e o apoio das funções competentes, i) acompanha continuamente os desenvolvimentos regulamentares no que respeita ao regime restritivo e sancionatório aplicado a nível da UE aos indivíduos, entidades e bancos da Rússia e da Bielorrússia envolvidos no conflito; ii) divulga alertas de informações às várias Unidades de negócio sempre que existam atualizações e iii) apoia as várias Unidades de negócio na análise do cumprimento de requisitos operacionais específicos.

Em 2022, registou-se igualmente emergência e a propagação contínuas da COVID-19 (a seguir designada por «coronavírus»).

No que diz respeito às operações da empresa-mãe, note-se que os impactos para 2022 do conflito Rússia/Ucrânia e da contínua emergência e disseminação da COVID-19 foram contidos também graças ao desenvolvimento da atividade, tal como discutido na parte relativa aos aspetos comerciais.

Tendo em conta o modelo de negócio do Banco e a natureza das suas contrapartes de risco, nem a epidemia da COVID-19 nem o conflito Rússia/Ucrânia implicaram alterações ao modelo para determinação das perdas esperadas. No entanto, foram tomadas medidas a partir do segundo trimestre de 2020 que levaram a empresa-mãe a atualizar os cenários macroeconómicos de modo a incluir os efeitos da pandemia nas estimativas de perdas de crédito previstas e, nos primeiros meses de 2022, foram iniciadas discussões com o fornecedor de informação externo para acompanhar a evolução dos parâmetros de risco à luz da evolução do conflito, a fim de compreender qualquer impacto na determinação das perdas de crédito previstas (para mais pormenores, ver o parágrafo «IFRS 9 - Atualização para refletir a crise financeira devido à COVID-19 e ao conflito Rússia/Ucrânia»). São fornecidas informações sobre as seguintes questões e medidas tomadas em 2022:

▶ **Continuidade operacional:** a empresa-mãe tem acompanhado continuamente a situação e as suas operações têm sido garantidas sem quaisquer questões críticas. Neste contexto, tem sido dada particular atenção aos riscos operacionais e aos riscos decorrentes do conflito, tomando medidas adequadas para garantir as operações. Até à data, não têm havido quaisquer problemas ao nível da continuidade operacional. De facto, a estrutura de TI já foi reforçada no ano passado.

O pessoal está agora totalmente operacional, a trabalhar tanto à distância como presencialmente, e está equipado com as ferramentas necessárias para o teletrabalho. Os serviços prestados pelos fornecedores e subcontratados não sofreram qualquer deterioração em termos de qualidade ou quantidade, nem o serviço foi perturbado. Qualquer deterioração na qualidade do serviço - que em qualquer caso não é capaz de comprometer as operações do Grupo - está, de facto, sujeita a acompanhamento e avaliação/resolução numa aplicação interna específica.

▶ **Aspetos comerciais:** no que respeita à Unidade de negócio *Factoring* e Empréstimos, é de salientar a recuperação significativa dos volumes de *factoring* sem recurso e/ou de financiamento a clientes, fruto do esforço comercial e do gradual regresso à normalidade dos países onde a empresa-mãe opera.

No que respeita à Unidade de negócio de Serviços de Títulos, o desenvolvimento da atividade permitiu contrabalançar a debilidade dos mercados financeiros afetados pela crise Rússia/Ucrânia e pela consequente crise energética: de salientar o segmento dos FIA, com múltiplas iniciativas concluídas com êxito, nomeadamente através da aquisição de fundos a outras entidades de custódia concorrentes.

No que respeita à Unidade de negócio Pagamento, é de salientar, por fim, o bom desempenho de quase todos os segmentos, com destaque para o da liquidação por cartões e com exceção dos cheques e faturas, que continuam a apresentar uma tendência decrescente.

- ▶ **Liquidez:** apesar do atual cenário macroeconómico, caracterizado pela continuação da pandemia a COVID-19 e do conflito Rússia/Ucrânia, o Banco manteve as medidas necessárias para acompanhar e controlar a posição de liquidez. A empresa-mãe:
  - (i) quando considerado necessário, reserva-se o direito de realizar análises de stresse mais frequentes e mais detalhadas, bem como com impactos crescentes e variáveis;
  - (ii) mantém uma parte significativa dos ativos livremente disponíveis para fazer face a necessidades de liquidez imprevistas;
  - (iii) monitoriza os mercados, inclusive através de comparação contínua com operadores de mercado e bancos relacionados; e
  - (iv) continua a acompanhar de perto as tendências de cobrança dos devedores da Administração Pública.
- ▶ **Requisitos de capital:** não existe um impacto particular nos Fundos Próprios e nos requisitos regulamentares em resultado da atual conjuntura macroeconómica e geopolítica; no final do ano, os rácios de capital estavam ainda muito acima dos requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulador.

Por outro lado, as consequências da COVID e do conflito Rússia/Ucrânia não afetaram particularmente os contratos de locação (IFRS 16), os ganhos atuariais/as perdas relacionadas com os benefícios pós-emprego (IAS 19) e as condições de aquisição dos pagamentos com base em ações (IFRS 2).

## Nova «Definição de incumprimento»

Em 23 de setembro de 2022, o Banco de Itália emitiu uma nova e mais rigorosa «Definição de incumprimento», que resultou num aumento dos empréstimos vencidos líquidos, embora o risco de crédito da empresa-mãe tenha permanecido inalterado graças ao facto de quase todas as exposições serem à Administração Pública.

Tendo em conta o contexto deste novo quadro regulamentar, a empresa-mãe está a considerar a implementação de um novo modelo interno para o cálculo do risco de crédito (AIRB), que permitiria impactos menores sobre os créditos vencidos e a receber em comparação com o modelo padrão atual.

## Alterações contratuais devidas à COVID-19

Em conformidade com as orientações da EBA, de 2 de dezembro de 2020 «*Orientações que alteram as Orientações EBA/GL/2020/02 sobre moratórias legislativas e não legislativas relativas ao reembolso de empréstimos aplicadas à luz da crise da COVID-19*», a empresa-mãe não concedeu moratórias a nenhuma das suas contrapartes.

## Revisão legal de contas

A Assembleia de Acionistas do Banca Farmafactoring S.p.A. (agora BFF Bank S.p.A.) realizada a 2 de abril de 2020, nomeou a empresa de auditoria KPMG S.p.A. para realizar uma auditoria às demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2021 a 2029, nos termos do artigo 2409.º-a do Código Civil italiano e do Decreto Legislativo n.º 39/2010.

## A.2 - PRINCIPAIS RUBRICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Segue-se uma descrição das políticas de contabilidade adotadas para elaborar as demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com a IAS 1 e as instruções contidas na Circular n.º 262, de 22 de dezembro de 2005, do Banco de Itália, tal como alterada.

Estas políticas contabilísticas incluem os principais critérios para o reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos principais ativos e passivos, bem como para o reconhecimento de receitas e custos, juntamente com outras informações.

### Ativos financeiros

A IFRS 9 divide os ativos financeiros em três categorias:

- ▶ Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados;
- ▶ Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral;
- ▶ Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

### 1 - Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados

#### Critérios de classificação

Esta categoria inclui outros ativos financeiros para além dos classificados como ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral ou como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Especificamente, esta rubrica inclui:

- ▶ ativos financeiros detidos para negociação;
- ▶ ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor, representados pelos ativos financeiros que não cumprem os requisitos de mensuração ao custo amortizado ou ao justo valor por via de outro rendimento integral. Tratam-se de ativos financeiros cujas condições contratuais não preveem apenas o pagamento do capital e dos juros sobre o capital em dívida, ou que não são detidos em associação com um modelo de negócio de «Deter para cobrança», ou cujo objetivo é um modelo de negócio «Detido para cobrança e alienação»;
- ▶ ativos financeiros escriturados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros definidos desta forma no momento do reconhecimento inicial e em que os requisitos são satisfeitos. Nesses casos, no reconhecimento, uma entidade pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro como sendo mensurado ao justo valor por via dos resultados se e apenas se ao fazê-lo eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de reconhecimento.

Esta rubrica inclui, portanto:

- ▶ instrumentos de dívida e empréstimos que estão incluídos num outro modelo/modelo comercial (portanto, não relacionados com os modelos comerciais «deter para cobrança» ou «deter para cobrança e alienação») ou que não superam com sucesso o teste das características contratuais (teste SPPI);
- ▶ instrumentos de capital próprio - que não podem ser qualificados como de controlo ou associados - para os quais a designação ao justo valor por via de outro rendimento integral não tenha sido efetuada aquando do reconhecimento inicial;
- ▶ Unidades de participação em OIC.

A rubrica também inclui derivados, reconhecidos entre os ativos financeiros detidos para negociação, que são representados como ativos se o justo valor for positivo.

Em conformidade com as regras gerais da IFRS 9 relativas à reclassificação de ativos financeiros (exceto para títulos de capital próprio, para os quais não é permitida qualquer reclassificação), não são permitidas reclassificações para outras categorias de ativos financeiros, a menos que a entidade altere o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros. Nesses casos, que se espera que sejam muito pouco frequentes, os ativos financeiros podem ser reclassificados da categoria de ativos mensurados ao justo valor por via dos resultados para uma das outras duas categorias permitidas pela IFRS 9 (ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral). O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos da reclassificação prospetivamente a contar dessa data. Neste caso, a taxa de juro efetiva do ativo reclassificado é determinada com base no seu justo valor à data de reclassificação. Essa data é considerada como a data de reconhecimento inicial, para a atribuição da fase de risco de crédito para efeitos de imparidade.

## Critérios de reconhecimento

O reconhecimento inicial dos ativos financeiros tem lugar na data de liquidação dos instrumentos de dívida e instrumentos de capital próprio, na data de desembolso dos empréstimos, e na data de subscrição dos derivados.

Os ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados são inicialmente registados ao justo valor, normalmente representado pelo preço da transação, sem considerar os custos ou receitas da transação diretamente imputáveis ao próprio instrumento.

## Critérios de mensuração

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados são mensurados ao justo valor. Os efeitos da aplicação deste critério de mensuração são imputados à declaração de resultados.

Para determinar o justo valor de instrumentos financeiros listados num mercado ativo, são utilizados os preços de mercado. Na ausência de um mercado ativo, são utilizados os modelos de estimativa e avaliação comumente adotados. Estes têm em conta todos os fatores de risco relacionados com os instrumentos e baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por exemplo: a avaliação de instrumentos cotados com características semelhantes, cálculos de fluxos de caixa descontados, modelos de preços de opções, os valores registados de transações recentes comparáveis, etc.

Para instrumentos de capital e derivados não cotados num mercado ativo, o critério de custo é utilizado para estimar o justo valor apenas numa base residual e num número limitado de circunstâncias, nomeadamente se nenhum dos métodos de avaliação acima referidos puder ser aplicado ou se existir uma vasta gama de avaliações possíveis do justo valor, dentro das quais o custo é a estimativa mais significativa.

## Critérios de desreconhecimento

Os ativos financeiros ou partes de ativos financeiros são desreconhecidos se e só se a alienação implicar a transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados.

Especificamente, os ativos financeiros vendidos são desreconhecidos quando a entidade mantém os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo, mas assume uma obrigação simultânea de pagar esses fluxos de caixa e apenas esses fluxos de caixa a terceiros, sem atrasos significativos.

## 2 - Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral;

### Critérios de classificação

De acordo com a norma IFRS 9, um ativo financeiro é incluído nesta categoria se forem satisfeitas as duas condições seguintes:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da cobrança de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros (modelo de negócio HTC&S); e
- b) Os prazos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem apenas pagamentos de capital principal e juros sobre o montante de capital principal em dívida (superação do teste SPPI).

Em particular, esta rubrica inclui:

- ▶ instrumentos de dívida que estão incluídos num Modelo de Negócios de «Deter para Cobrança e Alienação» e que superam o teste das características contratuais (teste SPPI);
- ▶ instrumentos de capital próprio, que não podem ser qualificados como de controlo, associados ou conjuntamente controlados e que não são detidos para negociação, relativamente aos quais foi exercida a opção de designação ao justo valor por via de outro rendimento integral.

Além disso, os instrumentos de capitais próprios para os quais o Banco decidiu usar a opção FVOCI (justo valor por via de outro rendimento integral) também são mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral. A opção FVOCI prevê o reconhecimento em «outro rendimento integral» de todos os componentes de rendimento relativos a esses instrumentos, sem qualquer impacto (mesmo em caso de alienações) sobre os resultados.

O Banco decidiu utilizar a opção FVOCI para os instrumentos de capitais próprios detidos, cujo montante não é significativo.

## Modelo de negócio HTC&S

Os ativos financeiros classificados no âmbito do modelo de negócio HTC&S (Hold-to-collect & Sell) são detidos para cobrança de fluxos de caixa contratuais e para alienação de ativos financeiros. As alienações são, portanto, mais frequentes e significativas em comparação com um modelo de negócio «deter para cobrança». Tal deve-se ao facto de a alienação de ativos financeiros estar intrinsecamente associada à consecução do objetivo do modelo de negócio, em vez de apenas ser secundária.

Estes ativos podem ser detidos por um período de tempo indeterminado e podem satisfazer a necessidade de acesso a liquidez ou responder a oscilações nas taxas de juro, nas taxas de câmbio ou nos preços.

Por conseguinte, contrariamente ao caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (HTC), a IFRS 9 não requer a definição de limiares em termos de frequência e significância das alienações para o modelo de negócios HTC&S.

Neste contexto, assumindo uma abordagem prudente, a empresa-mãe definiu um rácio de volume de negócios anual máximo para a carteira de títulos, permitindo distinguir este modelo de negócio do «Outro modelo» (isto é, ativos detidos para negociação), calculado como o rácio do valor total de alienações relativamente ao stock médio relativo ao exercício  $[(\text{stock inicial} + \text{stock final})/2]$ .

Relativamente à reclassificação de ativos financeiros (excluindo títulos de capital próprio, que não são elegíveis para reclassificação), a IFRS 9 permite que uma entidade reclassifique os seus ativos financeiros noutras categorias de ativos financeiros se, e apenas se, o modelo de negócio para gestão desses ativos se alterar.

Nesses casos, que se espera que sejam muito pouco frequentes de acordo com a norma, os ativos financeiros podem ser reclassificados de FVOCI para uma das duas outras categorias previstas pela IFRS 9 (custo amortizado ou FVPL).

O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos da reclassificação prospetivamente a contar dessa data. Mais concretamente, se um ativo financeiro for reclassificado ao custo amortizado, o respetivo justo valor à data de reclassificação é corrigido de modo a refletir os resultados acumulados reconhecidos na reserva de avaliação. Pelo contrário, se um ativo financeiro for reclassificado ao FVPL (justo valor por via dos resultados), os resultados acumulados anteriormente reconhecidos na reserva de avaliação são reclassificados de «capitais próprios» para «resultados do período».

Não são permitidas reclassificações para outras categorias de ativos financeiros, a menos que a entidade altere o seu modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros. Nesses casos, que devem ser muito pouco frequentes, os ativos financeiros podem ser reclassificados de FVOCI para uma das duas outras categorias previstas pela IFRS 9 (custo amortizado ou FVPL). O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos prospetivamente a contar dessa data com os seguintes impactos:

- ▶ se um ativo financeiro for reclassificado ao custo amortizado, o respetivo justo valor à data de reclassificação é corrigido de modo a refletir os resultados acumulados reconhecidos na reserva de avaliação.
- ▶ Pelo contrário, se um ativo financeiro for reclassificado ao FVPL (justo valor por via dos resultados), os resultados acumulados anteriormente reconhecidos na reserva de avaliação são reclassificados de «capitais próprios» para «resultados do período».

## Critérios de reconhecimento

O reconhecimento inicial dos ativos financeiros tem lugar na data de liquidação dos instrumentos de dívida e de capital próprio.

Aquando do reconhecimento inicial, os ativos são mensurados ao justo valor, incluindo custos de transação ou rendimentos diretamente imputáveis ao instrumento.

## Critérios de mensuração

Relativamente aos títulos de dívida, estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, com os juros reconhecidos ao custo amortizado na demonstração de resultados sob a rubrica 10 «Juros e rendimentos similares». Os ganhos e perdas resultantes de uma alteração no justo valor são reconhecidos no capital próprio, na rubrica 110 «Reservas de reavaliação», exceto nos casos de perdas por imparidade, que são reconhecidas na rubrica 130 «Perdas/ganhos líquidos por imparidade para riscos de crédito associados a: b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral».

Os ganhos e perdas são reconhecidos em «Reservas de reavaliação» até à alienação do ativo financeiro, quando os resultados acumulados são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica 100 «Lucros (perdas) na alienação ou recompra de: b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral».

As alterações ao justo valor reconhecidas na rubrica 110 «Reservas de avaliação» também são relatadas na demonstração do rendimento integral.

Os instrumentos de capitais próprios (ações) não transacionados num mercado ativo, cujo justo valor não possa ser determinado rapidamente devido à falta de fiabilidade da informação necessária para a mensuração do justo valor, são mensurados ao respetivo último justo valor mensurado de forma fiável.

Os instrumentos de capital classificados nesta categoria são avaliados ao justo valor e os montantes reconhecidos como contrapartida no capital próprio (outro rendimento integral) não devem ser transferidos para a demonstração de resultados, nem mesmo em caso de alienação. Os únicos componentes dos instrumentos de capitais próprios abrangidos que são reconhecidos nas demonstrações de resultados são os dividendos pertinentes.

Para efeitos da IFRS 9, a imparidade de ativos financeiros incluídos nestas categorias é reconhecida em três fases diferentes com base no nível de risco de crédito pertinente.

Mais concretamente, para instrumentos de Fase 1 (ativos financeiros não sujeitos a imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e instrumentos que não registem um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial), as perdas de crédito esperadas a 12 meses são reconhecidas na data de reconhecimento inicial e em cada data de relato subsequente.

Quando se trate de instrumentos de Fase 2 (ativos que registem um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas não sujeitos a imparidade de crédito) e de instrumentos de Fase 3 (exposições sujeitas a imparidade de crédito), pelo contrário, são reconhecidas as perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida.

No que se refere aos instrumentos de dívida, quaisquer circunstâncias que indiquem que o mutuário ou emitente esteja em dificuldades financeiras, tais como que prejudiquem a cobrança de capital principal ou de juros, constituem evidências de uma perda por imparidade.

Se houver uma evidência objetiva de imparidade, a perda acumulada que foi inicialmente reconhecida no capital próprio na rubrica 110 «Reservas de reavaliação» é transferida para a demonstração de resultados na rubrica 130 «Perdas/ganhos líquidos por imparidade para riscos de crédito associados a: b) ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral». A quantia transferida para a demonstração de resultados é igual à diferença entre a quantia escriturada do ativo (valor aquando do reconhecimento inicial líquido de quaisquer perdas por imparidade anteriores já reconhecidas na demonstração de resultados) e o respetivo justo valor atual.

Se o justo valor de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder ser objetivamente atribuível a um evento relacionado com a melhoria da qualidade de crédito do devedor, que ocorra num período subsequente ao reconhecimento da imparidade na demonstração de resultados, o ganho por imparidade é reconhecido e o montante do ganho é reconhecido na mesma rubrica da demonstração de resultados. Isto não se aplica a títulos de capital próprio, que não são sujeitos a um teste de imparidade.



Após a reposição, a quantia escriturada não pode, em caso algum, exceder a mensuração ao custo amortizado, caso as perdas por imparidade não tenham sido reconhecidas.

As perdas/ganhos por imparidade são reconhecidos de acordo com os critérios de afetação por fases e com os seguintes parâmetros de risco: Probabilidade de incumprimento (PD), Perda em caso de incumprimento (LGD) e Exposição em caso de incumprimento (EAD) - definidos em conformidade com o parágrafo subsequente «Mensuração de perdas por imparidade em ativos financeiros».

Os instrumentos de capital próprio não são testados em termos de imparidade.

### Critérios de desreconhecimento

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados são desreconhecidos quando os direitos contratuais expiram e quando, após a alienação, praticamente todos os riscos e vantagens relativos ao ativo financeiro vendido são transferidos. Por outro lado, se os riscos e vantagens resultantes dos ativos financeiros alienados forem substancialmente retidos, estes continuarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, embora a legítima titularidade destes ativos tenha sido efetivamente transferida.

## 3 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

### Critérios de classificação

De acordo com a norma IFRS 9, um ativo financeiro é incluído nesta categoria se forem satisfeitas as duas condições seguintes:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais (modelo de negócio HTC); e
- b) Os prazos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem apenas pagamentos de capital principal e juros sobre o montante de capital principal em dívida (superação do teste SPPI).

Com base nas demonstrações contabilísticas previstas pela Circular n.º 262, de 22 de dezembro de 2005, do Banco de Itália, tal como alterada, esta rubrica da demonstração financeira deverá incluir:

- ▶ empréstimos concedidos e valores a receber de bancos nas diferentes formas técnicas;
- ▶ empréstimos concedidos e valores a receber de clientes, nas várias formas técnicas, que incluem também os títulos de dívida classificados no modelo de negócio HTC e que passaram no teste SPPI.

Os empréstimos e valores a receber de bancos referem-se essencialmente às contas correntes ordinárias e aos empréstimos com contrapartes bancárias nas várias formas técnicas.

Os empréstimos concedidos e valores a receber de clientes são compostos sobretudo por instrumentos de dívida, valores a receber de devedores relativos a atividades de factoring e juros de mora, calculados com base nos valores a receber adquiridos numa base sem recurso, em conformidade com a legislação em vigor (Decreto Legislativo italiano n.º 231/2002 «Aplicação da Diretiva 2000/35/CE que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais»), bem como empréstimos concedidos a clientes sob as várias formas técnicas.

Os valores a receber pelo BFF resultantes de transações de *factoring* dizem quase exclusivamente respeito a transações de aquisição sem recurso que envolvem a transferência integral de todos os riscos e vantagens associados aos valores a receber.

## Modelo de negócio HTC

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em obter fluxos de caixa contratuais recebendo pagamentos durante o tempo de vida do instrumento.

Nem todos os ativos deverão ser necessariamente detidos até à maturidade. A IFRS 9 apresenta os seguintes exemplos de casos em que a venda de ativos financeiros pode estar em consonância com o modelo de negócio HTC:

- ▶ As vendas são imputáveis ao risco de crédito acrescido de um ativo financeiro;
- ▶ As vendas são pouco frequentes (ainda que significativas em termos de valor) ou insignificantes a nível individual e na forma agregada (mesmo se frequentes);
- ▶ As vendas ocorrem próximo da maturidade do ativo financeiro e os rendimentos provenientes das vendas são próximos do montante dos fluxos de caixa contratuais remanescentes.

O Banco identificou limiares de significância em termos de frequência e volumes de vendas, necessários para analisar se o modelo de negócio HTC foi mantido.

Por conseguinte, no caso de alienações (em consonância com o modelo de negócio em questão), por força da prática do mercado comum, foi definida a percentagem de significância relativa aos volumes de vendas anuais, determinada como a soma do valor das alienações realizadas durante o exercício/a quantia escriturada da carteira HTC no início do exercício.

Relativamente à frequência das alienações, o BFF definiu um limiar mensal, conforme especificado no Quadro de Apetência pelo Risco (QAR), que é o quadro que define - em consonância com a capacidade de risco, o modelo de negócio e o plano estratégico - a apetência pelo risco, os limiares de tolerância em termos de risco, os limites de risco, as políticas de governação do risco e os processos pertinentes necessários para a sua definição e implementação.

Relativamente à reclassificação de ativos financeiros, a IFRS 9 permite que uma entidade reclassifique os seus ativos financeiros noutras categorias de ativos financeiros se, e apenas se, o modelo de negócio para gestão desses ativos se alterar.

Nesses casos, que se espera que sejam muito pouco frequentes de acordo com a norma, os ativos financeiros podem ser reclassificados do custo amortizado para uma das duas outras categorias previstas pela IFRS 9 (FVOCI ou FVPL).

O valor de transferência é o justo valor mensurado à data de reclassificação, aplicando-se os efeitos da reclassificação prospetivamente a contar dessa data. Os ganhos ou perdas resultantes da diferença entre o custo amortizado de um ativo financeiro e o respetivo justo valor são reconhecidos na demonstração de resultados no caso de uma reclassificação para FVPL, ou nos capitais próprios, no âmbito da reserva de avaliação pertinente, no caso de uma reclassificação para FVOCI.

## Critérios de reconhecimento

Relativamente aos valores a receber resultantes de transações de *factoring*, estes ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, que normalmente corresponde à retribuição paga, incluindo custos e rendimentos da transação, que são diretamente imputáveis à aquisição ou provisão do ativo financeiro, embora não ainda liquidados.

Especificamente, os valores a receber sem recurso:

- a) adquiridos sem recurso, com transferência substancial de todos os riscos e benefícios, bem como dos fluxos de caixa, são inicialmente reconhecidos ao justo valor, representado pelo valor nominal do valor a receber, líquido de encargos e comissões cobradas ao cedente;
- b) se comprados por quantias inferiores à quantia nominal, são reconhecidos pela quantia efetivamente paga no momento da compra.

Relativamente aos ativos financeiros relacionados com empréstimos concedidos originados pelo Banco, estes são reconhecidos inicialmente à data do empréstimo. Estes ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor incluindo os montantes desembolsados, incluindo os custos de transação ou rendimentos diretamente atribuíveis ao instrumento. No que diz respeito aos empréstimos concedidos em particular, a data de desembolso é normalmente a data à qual o contrato é assinado. Se não for esse o caso, aquando da celebração do contrato será incluído um compromisso de desembolso de fundos, a liquidar na data em que o empréstimo é levantado.

Os títulos de dívida HTC possuem pagamentos fixos e determináveis e uma maturidade fixa e podem ser utilizados para acordos de recompra, empréstimos concedidos ou outras operações de refinanciamento temporário.

Esses ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data de liquidação. Esta quantia normalmente corresponde à retribuição paga, incluindo os custos e rendimentos da transação.

## Critérios de mensuração

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado, igual ao valor original, deduzido do reembolso de capital principal e de perdas por imparidade, e acrescido de qualquer ganho por imparidade e amortização, calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva, tendo em conta a diferença entre a quantia desembolsada e a quantia a reembolsar aquando do vencimento, relativo a custos/rendimentos suplementares diretamente imputáveis ao valor a receber individual.

Concretamente, os valores a receber sem recurso adquiridos no âmbito das atividades de *factoring* levadas a cabo são mensurados ao custo amortizado, determinados com base no valor presente de futuros fluxos de caixa previstos, referentes ao capital principal e aos juros de mora corridos desde a data de vencimento do valor a receber e considerados como recuperáveis.

Dada a sua natureza, a nova data de vencimento desses valores a receber é a respetiva data prevista de cobrança, determinada no momento da fixação do preço e formalizada com o cedente no contrato de cessão.

Os rendimentos de juros (incluindo juros de mora) são reconhecidos na demonstração de resultados apenas se for provável que sejam gerados fluxos de caixa positivos para a entidade e se o respetivo montante puder ser estimado de forma fidedigna. No caso em apreço, em consonância com o «Documento n.º 7, de 9 de novembro de 2016, do Banco de Itália/Consob/Ivass» relativo ao «Tratamento de juros de mora nas demonstrações financeiras nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2002 relativo a aquisições sem recurso de valores a receber produtivos», o BFF também incluiu a estimativa dos juros de mora considerados recuperáveis no cálculo do custo amortizado, tendo em conta que:

- ▶ o modelo de negócio e a estrutura organizacional preveem que a recuperação sistemática dos juros de mora sobre os créditos produtivos a receber adquiridos sem recurso seja um elemento estrutural das atividades normais de gestão desses créditos;
- ▶ os referidos juros de mora, devido ao seu impacto sobre a composição de resultados, não constituem um elemento suplementar de transações de aquisição sem recurso, e foram considerados para uma análise completa dos perfis de rentabilidade prospetiva.

Além disso, a empresa-mãe possui séries cronológicas de dados relativos a percentagens e prazos de cobrança - adquiridos por meio de ferramentas de análise adequadas - que lhe permite considerar que a estimativa de juros de mora incluída no cálculo do custo amortizado é suficientemente fiável e cumpre os requisitos de reconhecimento estabelecidos pela IFRS 15. Estas séries cronológicas são atualizadas anualmente aquando da elaboração das demonstrações financeiras, a fim de determinar as percentagens de cobrança estimadas e os prazos a utilizar para calcular os juros de mora. A alteração nas cobranças é depois analisada trimestralmente para confirmar as referidas percentagens nos relatórios periódicos.

No que diz respeito aos valores a receber reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, a atualização das séries cronológicas confirmou uma percentagem de cobrança estimada muito superior a 45 %. Por conseguinte, a percentagem utilizada para preparar as demonstrações financeiras de 2022 foi aumentada de 45 % para 50 %.

Por outro lado, para ter em consideração o prazo de cobrança da totalidade da provisão para juros de mora, a estimativa dos dias até à cobrança foi prudentemente aumentada de 1800 para 2100 dias. Esta prorrogação foi também implementada para ter em conta impactos externos que influenciaram a antiguidade da provisão, tais como prazos de pagamento mais lentos devido à crise pandémica da Covid-19, o bloqueio relativo dos tribunais e a suspensão das ações executivas na área da saúde, que influenciaram a suspensão dos prazos das atividades jurídicas e processuais e, por conseguinte, o tempo de cobrança.

No que diz respeito ao tratamento nas Demonstrações Financeiras separadas do direito de receber a indemnização fixa por cobrança de dívidas («40 euros»), a empresa-mãe decidiu alterar a estimativa contabilística. Em especial, a partir de 2018, em conformidade com a Diretiva 2011/7/UE do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, que fixa um montante mínimo de 40 euros a título de indemnização pelas despesas de cobrança de dívidas (indemnização que, em todo o caso, pode ser aumentada, uma vez que a diretiva prevê que os custos razoáveis incorridos para o efeito também podem ser cobrados), a empresa-mãe começou a solicitar 40 euros aos devedores por cada fatura caducada, a título de reembolso fixo das despesas de cobrança de dívidas incorridas, em conformidade com a diretiva.

A interpretação do BFF foi confirmada pelo recente acórdão ganho pelo BFF no Tribunal de Justiça da União Europeia, em 20 de outubro de 2022, que constitui a interpretação vinculativa também para as decisões nacionais de todos os Estados-Membros, e confirmou o direito de recuperar, pelo menos, 40 euros por cada fatura vencida em relação à Administração Pública, independentemente do montante e de um determinado número de faturas fazer parte de um único acordo de pagamento.

Até 2021, os empréstimos concedidos e valores a receber reconhecidos nas Demonstrações Financeiras separadas contra o direito de cobrar o valor da indemnização por custos de cobrança de dívidas (doravante, «40 euros» ou simplesmente «indemnização») foram corrigidos na totalidade, dentro da mesma rubrica do ativo da demonstração da situação financeira «Ativos financeiros ao custo amortizado - empréstimos e valores a receber de clientes». O rédito foi reconhecido na demonstração de resultados, na rubrica «Outras receitas operacionais», quando essa indemnização foi efetivamente recebida: De facto, a correção foi desreconhecida e os montantes recebidos foram creditados na demonstração de resultados.

O montante cobrado e reconhecido na demonstração de resultados contribuiu para a determinação do rendimento tributável sobre o qual foram calculados os impostos correntes do exercício. Com base no modelo contabilístico aplicado até 2021, não foram reconhecidos impostos diferidos nas demonstrações financeiras separadas.

Até à data, com base nos instrumentos de análise já utilizados, que permitiram definir uma série cronológica de cobrança de «40 euros», a empresa-mãe é capaz de estimar de forma fiável o montante recebido em relação a essa indemnização. Em especial, esta estimativa aplica-se ao âmbito do BFF Bank, ou seja, a Itália, aos países em que opera sob o regime FOS e às sucursais em Portugal e na Grécia.

Note-se que, tal como acontece com os juros de mora e os juros compostos, os direitos a receber os «40 euros» também são considerados desde 2018 nos acordos de regularização com os devedores para garantir a sua recuperação. Os acordos com os devedores consideram a totalidade do montante devido, como um montante único que serve de base à liquidação e ao qual se aplicam as percentagens de desconto dos juros de mora. Como confirmação deste facto, com base nas análises efetuadas, o resultado das análises realizadas sobre a série cronológica dos juros de mora foi igualmente confirmado para os direitos de cobrança dos «40 euros», ou seja, que os recebimentos registados atingiram uma percentagem média significativamente superior a 50 % do direito original, tal como salientado pela análise anual sobre a série cronológica de cobrança, apresentada ao Conselho de Administração na sua reunião de 27 de janeiro de 2023.

Consequentemente, a partir das Demonstrações Financeiras separadas em 31 de Dezembro de 2022, a empresa-mãe decidiu contabilizar essa indemnização com base no princípio da especialização económica, com base na percentagem de cobrança identificada pelas séries cronológicas e nas análises realizadas em linha com as já aplicadas ao modelo de cálculo dos juros de mora.

A evolução das percentagens de cobrança ao longo dos anos, constituindo a série cronológica considerada é, como acima se salienta, significativamente superior a 50 % pelo que, por razões de prudência, esta percentagem foi utilizada como estimativa do montante relativo à referida indemnização que será cobrado no futuro e que foi reconhecido na rubrica 40 «Ativos Financeiros ao custo amortizado - empréstimos concedidos e valores a receber de clientes».

Consequentemente, de acordo com o princípio da especialização do exercício, os «40 euros» serão considerados acrescidos com base no número de faturas vencidas no período de referência multiplicado por 40 euros e subsequentemente multiplicado por uma percentagem de realização de 50 % e não seguirão a mensuração ao custo amortizado a que, em vez disso, estão sujeitos os juros de mora.

Em termos fiscais, a acumulação de receitas decorrentes do direito de cobrar os «40 euros» faz parte diretamente do lucro tributável, tal como previsto no artigo 109, n.º 1 do TUIR (Lei de imposto sobre o rendimento consolidado), («As receitas, as despesas e os outros elementos positivos e negativos, para os quais as regras anteriores da presente secção não estabelecem o contrário, contribuem para a formação do lucro do exercício; todavia, as receitas, as despesas e os outros elementos para os quais, durante o exercício de especialização, a existência não é ainda certa ou o montante não é ainda objetivamente determinável, contribuirão para a formação dessas receitas no exercício em que essas condições se verificam.»), contrariamente ao estabelecido para os juros de mora, cujo tratamento fiscal está sujeito ao n.º 7 do mesmo artigo do TUIR («Em derrogação do n.º 1, os juros de mora contribuem para a formação do rendimento no exercício em que são recebidos ou pagos»). Não são reconhecidos impostos diferidos nas demonstrações financeiras separadas.

De acordo com o definido na IAS 8, esta decisão é vista como uma alteração de estimativas contabilísticas, cujo impacto deve ser reconhecido na demonstração de resultados de forma prospetiva e não retroativa. Por conseguinte, esta alteração tem impacto nas Demonstrações Financeiras Separadas de 2022 e seguintes, mas não conduz a qualquer revisão das Demonstrações Financeiras Separadas anteriores.

Em 31 de dezembro de 2022, a empresa-mãe reconheceu um efeito pontual, bruto do efeito fiscal, relativo a 50 % da provisão de «40 euros» que consiste em todas as contas a receber acumuladas para a indemnização em questão no montante de 94,7 milhões de euros (68,7 milhões de euros líquidos do efeito fiscal) e, a partir de 1 de janeiro de 2023, calculará e reconhecerá nas demonstrações financeiras separadas de forma recorrente uma receita igual a 50 % de cada valor a receber individual de «40 euros» acumulado contra cada nova fatura vencida na data de relato.

Após o reconhecimento inicial ao justo valor, os títulos HTC são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva. O montante resultante da aplicação deste método é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica 10 «Juros e rendimentos similares».

O Banco realiza a análise da carteira de valores a receber e de títulos HTC de modo a identificar quaisquer imparidades nos respetivos ativos financeiros. A IFRS 9 introduziu o conceito de «perdas de crédito esperadas» para os ativos financeiros incluídos na presente rubrica da demonstração financeira. As perdas de crédito esperadas são uma estimativa da probabilidade ponderada de perdas de crédito durante o tempo de vida previsto do instrumento financeiro. De acordo com este conceito, não têm necessariamente de ocorrer perdas antes do seu reconhecimento nas demonstrações financeiras; por conseguinte, regra geral, todos os ativos financeiros implicarão o reconhecimento de uma provisão.

A abordagem adotada é representada pelo modelo geral de deterioração, que prevê uma classificação em 3 fases. Estas fases refletem a deterioração da qualidade do crédito dos instrumentos financeiros incluídos no âmbito de aplicação da IFRS 9.

A cada data de relato anual ou intercalar, a entidade avalia se terá ocorrido uma alteração significativa no risco de crédito face ao reconhecimento inicial. Em caso positivo, tal irá resultar numa mudança de fase: o modelo é simétrico, e os ativos podem ser movimentados entre as diferentes fases.

Para ativos classificados na Fase 1, a provisão para perdas relativa a cada ativo financeiro individual é determinada com base nas perdas de crédito esperadas no período de 12 meses (insuficiências dos fluxos de caixa contratuais estimadas tendo em conta o potencial incumprimento nos 12 meses seguintes), ao passo que para os ativos classificados nas Fases 2 e 3 os cálculos se baseiam nas perdas de crédito esperadas ao longo do tempo de vida (insuficiências dos fluxos de caixa contratuais estimadas tendo em conta o potencial incumprimento ao longo da vida residual do instrumento financeiro).

Se existirem evidências objetivas de imparidade e o ativo estiver classificado na Fase 3, as perdas são mensuradas como a diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, deduzidas utilizando a taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

O montante das perdas é determinado com base numa avaliação individual e, posteriormente, atribuído individualmente a cada posição, tendo em consideração informação prospetiva (*forward-looking*) e possíveis cenários de recuperação alternativos. Os ativos sujeitos a imparidade de crédito incluem instrumentos financeiros aos quais foi atribuído o estatuto de «crédito mal parado, com probabilidade reduzida de pagamento» ou «vencido/a descoberto» há mais de 90 dias, em conformidade com as regras do Banco de Itália, que estão em consonância com as disposições das IAS/IFRS e da regulamentação Europeia. Os fluxos de caixa estimados têm em conta o prazo de recuperação estimado e o valor realizável estimado de quaisquer garantias.

Aquando do reconhecimento da imparidade, a quantia escriturada do ativo é reduzida em conformidade e a perda é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica 130 «Perdas/ganhos por imparidade líquidos para riscos de crédito associados a: a) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado».

Se, num período subsequente, o montante de uma perda por imparidade diminuir e essa diminuição puder ser objetivamente atribuível a um evento relacionado com a melhoria da qualidade de crédito do devedor que ocorra após o reconhecimento da imparidade, é reconhecido um ganho por imparidade. Após o ganho, a quantia escriturada não pode, em caso algum, exceder a mensuração ao custo amortizado, caso as perdas por imparidade não tenham sido reconhecidas. O montante do ganho é reconhecido na mesma rubrica da demonstração de resultados.

As perdas e ganhos por imparidade são reconhecidos de acordo com os critérios de afetação de fases e com os seguintes parâmetros de risco: Probabilidade de incumprimento (PD), Perda em caso de incumprimento (LGD) e Exposição em caso de incumprimento (EAD) - definidos em conformidade com o parágrafo subsequente «Mensuração de perdas por imparidade em ativos financeiros».

## Critérios de desreconhecimento

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais a fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou se a entidade transferir o ativo financeiro e essa transferência cumprir os critérios de elegibilidade para desreconhecimento.

Os valores a receber alienados apenas são desreconhecidos se todos os riscos e vantagens relativos aos mesmos tiverem sido transferidos.

Por outro lado, se os riscos e vantagens forem retidos, os valores a receber alienados continuarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, embora a legítima titularidade desses ativos seja efetivamente transferida.

## 4 - Operações de cobertura

### Critérios de reconhecimento

O Banco exerceu a opção, ao abrigo da IFRS 9, de continuar a aplicar as regras da IAS 39 às operações de cobertura, mesmo após a introdução da IFRS 9.

As «operações de cobertura» envolvem a designação de um instrumento financeiro capaz de compensar em parte ou na totalidade os ganhos ou perdas resultantes de uma alteração do justo valor ou dos fluxos de caixa do instrumento coberto. A intenção de cobertura deve ser formalmente declarada, não deve ser retroativa e deve estar em consonância com a estratégia de cobertura de risco adotada pela direção do BFF. Nos termos da IAS 39, os derivados só podem ser contabilizados como instrumentos de cobertura em determinadas condições, ou seja, quando a relação de cobertura é:

- ▶ claramente definida e documentada;
- ▶ mensurável;
- ▶ atualmente eficaz.

Os instrumentos financeiros derivados designados como coberturas são inicialmente reconhecidos ao justo valor.

As operações de cobertura são designadas para compensar possíveis perdas atribuíveis a tipos de riscos

específicos. Os possíveis tipos de coberturas são os seguintes:

- ▶ Coberturas ao justo valor: destinam-se a cobrir a exposição a alterações no justo valor de uma rubrica da posição de balanço;
- ▶ Coberturas de fluxos de caixa: destinam-se a cobrir a exposição a alterações nos fluxos de caixa futuros associados a determinadas rubricas da posição de balanço;
- ▶ Coberturas de um investimento líquido numa operação estrangeira:

As coberturas podem ser realizadas utilizando contratos derivados (incluindo a compra de opções) e instrumentos financeiros não derivados (para cobrir apenas o risco cambial). No balanço, os instrumentos derivados de cobertura são classificados na rubrica 50 «Derivados de cobertura» entre os ativos ou na rubrica 40 «Derivados de cobertura» entre os passivos, respetivamente, dependendo do facto de o respetivo justo valor ser positivo ou negativo à data de relato anual ou intercalar.

### Critérios de mensuração

Os instrumentos financeiros derivados designados como coberturas são mensurados ao respetivo justo valor.

Quando um instrumento financeiro é classificado como uma cobertura, o Banco, tal como indicado acima, documenta formalmente a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, verificando tanto no início da relação como ao longo da sua duração, que a cobertura pelo derivado é efetiva na compensação de alterações do justo valor ou dos fluxos de caixa do elemento coberto. Uma cobertura é considerada efetiva se, tanto no início como durante o período de vida, as alterações no justo valor ou nos fluxos de caixa do elemento coberto forem compensadas por alterações no justo valor do derivado de cobertura.



Consequentemente, a eficácia é avaliada comparando as alterações acima mencionadas, tendo em conta o objetivo pretendido pela entidade ao entrar na cobertura. Uma cobertura é efetiva (dentro dos limites estabelecidos pelo intervalo de 80-125 %) quando as alterações esperadas e efetivas no justo valor ou nos fluxos de caixa do instrumento financeiro de cobertura compensam quase inteiramente as alterações no elemento coberto.

A eficácia é avaliada a cada data de relato anual ou intercalar, utilizando:

- ▶ testes prospetivos, que comprovam a aplicação da contabilização de cobertura, uma vez que estes confirmam a eficácia prevista da cobertura;
- ▶ testes retrospectivos, que indicam o nível de eficácia da cobertura alcançado no período a que estes se referem, mensurando em que medida os resultados reais divergiram face aos de uma cobertura perfeita.

O tratamento contabilístico dos resultados decorrentes das alterações do justo valor varia de acordo com o tipo de cobertura:

- ▶ Coberturas ao justo valor: as alterações no justo valor do elemento coberto atribuíveis exclusivamente ao risco coberto são reconhecidas na demonstração de resultados, tal como acontece com as alterações no justo valor do instrumento derivado de cobertura; quaisquer diferenças, se existirem, que representam a ineficácia parcial da cobertura, correspondem consequentemente aos resultados líquidos;
- ▶ Coberturas de fluxos de caixa: as alterações no justo valor do derivado são reconhecidas nos capitais próprios, no referente à parte efetiva da cobertura, e são reconhecidas nos resultados apenas quando, relativamente ao elemento coberto, exista uma variabilidade nos fluxos de caixa que tem de ser compensada, ou no referente à parte não efetiva da cobertura;
- ▶ Coberturas de um investimento líquido numa operação estrangeira: aplica-se o mesmo método de contabilização utilizado para as coberturas de fluxos de caixa.

A afetação de resultados às rubricas pertinentes da demonstração de resultados é efetuada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- ▶ As diferenças vencidas sobre instrumentos derivados de cobertura do risco da taxa de juro (além do juro das posições sujeitas a cobertura) são afetadas à rubrica 10 «Juros e rendimentos similares», ou à rubrica 20, «Juros e encargos similares», consoante o sinal da diferença, ou seja, se é positivo ou negativo;
- ▶ Os resultados no justo valor resultantes da mensuração ao justo valor de instrumentos derivados de cobertura ou de posições cobertas são afetados à rubrica 90 «Correções ao justo valor na contabilização de cobertura»;
- ▶ Os resultados no justo valor provenientes da mensuração de derivados de cobertura designados sob a forma de uma cobertura de fluxos de caixa, relativos à parte efetiva, são afetados a uma reserva de avaliação de capital próprio especial designada «Reserva de cobertura de fluxos de caixa», líquida do efeito de imposto diferido. No que se refere à parte não efetiva, estas alterações são registadas na demonstração de resultados da rubrica 90, «Rendimento líquido de cobertura (encargos)».

## Critérios de desreconhecimento

O tratamento contabilístico das operações de cobertura é interrompido nos seguintes casos: a) uma cobertura realizada através de um derivado cessa ou deixa de ser altamente eficaz; b) o elemento coberto foi vendido ou resgatado; c) a operação de cobertura é revogada antecipadamente; ou d) o derivado venceu, foi alienado, liquidado ou exercido.

Se a eficácia da cobertura não for confirmada, a parte do contrato de derivado que já não fornecer uma cobertura (*over-hedging*) é reclassificada como detida para negociação. Se a interrupção da relação de cobertura se dever à alienação ou liquidação do instrumento de cobertura, o elemento coberto deixa de o ser e é novamente mensurado de acordo com os critérios aplicáveis à carteira a que pertence.

Os ativos e passivos financeiros de cobertura são desreconhecidos quando deixam de existir direitos contratuais [por exemplo, expiração do contrato, encerramento antecipado exercido de acordo com as cláusulas contratuais - o chamado efeito financeiro (*unwinding*)] para receber fluxos de caixa dos instrumentos financeiros, dos ativos/passivos sujeitos a cobertura, e/ou do derivado designado sob a forma de cobertura ou quando os ativos/passivos financeiros são alienados, deste modo transferindo substancialmente todos os riscos e vantagens associados aos mesmos.

## 5 – Investimentos em capitais próprios

### Critérios de reconhecimento

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são registados nas demonstrações financeiras separadas pelo custo, igual ao justo valor da retribuição paga, ajustado por imparidade. O reconhecimento inicial dos investimentos em capitais próprios ocorre à data de liquidação se negociados de acordo com a prática do mercado (forma regular), e caso contrário, à data de negociação.

Os investimentos em capitais próprios são inicialmente reconhecidos ao custo.

### Critérios de classificação

O termo «investimento em capitais próprios» refere-se a investimentos no capital de outras empresas, geralmente representados por ações ou quotas e classificados como investimentos em subsidiárias e associadas. Concretamente:

- ▶ Subsidiária: uma empresa sobre a qual a empresa-mãe exerce um «controlo dominante», ou seja, o poder para determinar as escolhas administrativas e operacionais e para obter os benefícios relacionados;
- ▶ Associada: uma empresa sobre a qual o investidor exerce uma influência significativa e que não é uma subsidiária nem um empreendimento conjunto para o investidor.

A posse - direta ou indireta através de subsidiárias - de 20% ou mais dos votos exercíveis na assembleia de acionistas da empresa beneficiária é um pré-requisito para uma influência significativa.

### Critérios de mensuração

Os investimentos em capitais próprios em empresas subsidiárias não consolidadas são mensurados ao custo, corrigidos de perdas por imparidade conforme necessário.

Se existirem evidências objetivas de que o valor de um investimento em capitais próprios pode ter sido reduzido, o valor recuperável do investimento em capitais próprios será estimado tendo em conta o valor descontado dos fluxos de caixa futuros que o investimento em capitais próprios poderia gerar, incluindo o valor de alienação final, ou considerando a metodologia dos múltiplos de mercado como alternativa aos fluxos de caixa futuros (teste de imparidade).

Se não for possível reunir informação suficiente, o valor a utilizar é considerado o valor dos capitais próprios da empresa.

Caso a quantia recuperável seja inferior à quantia escriturada, a diferença é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica 220 «Lucros (perdas) de investimentos em capitais próprios».

Se os motivos de imparidade deixarem de se aplicar em resultado de um evento subsequente que ocorra após o reconhecimento da alteração de valor, as respetivas reduções são atribuídas à mesma rubrica da demonstração de resultados mas até ao limite do custo do investimento antes das reduções.

Os dividendos de sociedades participadas são registados no exercício em que são objeto de resolução na rubrica 70 «Dividendos e rendimentos similares».

## Critérios de desreconhecimento

Os investimentos em capitais próprios são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes dos ativos expiram, ou quando o investimento é alienado com uma transferência substancial de todos os riscos e vantagens relacionados.

## 6 - Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

### Critérios de classificação

Os ativos fixos tangíveis incluem terrenos, propriedades instrumentais, instalações técnicas, mobiliário, recheios e equipamentos de qualquer tipo.

Incluem também direitos de uso adquiridos com locações e relacionados com a utilização de um ativo fixo tangível e propriedade de investimento (para locadores), bem como melhorias e despesas incrementais incorridas em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento derivados de acordos de locação.

As melhorias e despesas incrementais incorridas em ativos de terceiros derivados de acordos de locação nos termos da IFRS 16, dos quais se esperam benefícios futuros, são reconhecidas:

- ▶ se forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «80. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento», na categoria mais apropriada;
- ▶ se não forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «80. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento», como um aumento dos direitos de utilização, reconhecido com base nas disposições da IFRS 16, a que se referem.

As melhorias e despesas incrementais incorridas em ativos de terceiros que não os acima mencionados são reconhecidas:

- ▶ se forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «80. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento», na categoria mais apropriada;
- ▶ se não forem independentemente identificáveis e separáveis, na rubrica «120. Outros ativos».

Propriedades instrumentais são as propriedades detidas (ou propriedades detidas ao abrigo de uma locação financeira) utilizadas na produção e prestação de serviços ou para fins administrativos, com uma vida útil superior a um ano.

## Critérios de reconhecimento

Os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento são inicialmente reconhecidos ao custo, que inclui todos os custos necessários para colocar o ativo em condições de ser utilizado para a sua utilização prevista (custos de transação, honorários profissionais, custos diretos de entrega incorridos para levar o ativo para o local atribuído, custos de instalação, custos de desmantelamento).

Os custos incorridos posteriormente são acrescentados à quantia escriturada do ativo ou reconhecidos como um ativo separado apenas quando for provável que existam benefícios económicos futuros superiores aos inicialmente previstos e que o custo possa ser mensurado de forma fidedigna (por exemplo, custos de manutenção extraordinários). Outras despesas incorridas posteriormente (por exemplo, custos de manutenção ordinários) são reconhecidas, no período incorrido, na demonstração de resultados na rubrica 160 b) «Outras despesas administrativas», se estas forem referentes a ativos utilizados nas atividades comerciais do Grupo.

Esta rubrica inclui também ativos utilizados pela empresa-mãe na qualidade de locatária em contratos de locação - «Ativos sob direito de uso» (RoU) (IFRS 16).

À data de entrada em vigor, o Banco, na qualidade de locatário, deve reconhecer o «ativo sob direito de uso» ao custo, que deverá incluir: a) o montante da mensuração inicial do passivo de locação; b) quaisquer pagamentos de locação efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de quaisquer incentivos de locação recebidos; c) quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo locatário, isto é, custos incrementais de obtenção de uma locação que não seriam incorridos se a locação não fosse obtida, exceto no referente aos custos incorridos por um fabricante ou comerciante locador em associação a uma locação; e d) uma estimativa dos custos a incorrer pelo locatário no desmantelamento e remoção do ativo subjacente, restituição do local em que o ativo está situado ou devolver o ativo subjacente ao estado exigido pelos termos e condições da locação, exceto se esses custos forem incorridos para produzir existências”.

O ativo sob direito de uso referente a locações vencidas à data de aplicação inicial da IFRS 16 foi reconhecido ao abrigo da «Abordagem retrospectiva alterada».

O Banco não considera o IVA como um componente de pagamentos de locação para efeitos de cálculo das medidas da IFRS 16 (Ativo sob direito de uso e passivo de locação, para o qual se deve consultar a linha da rubrica «Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado»).

## Critérios de mensuração

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento são escriturados pelo custo, líquido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade, se as houver.

Esses ativos são depreciados numa base linear ao longo dos respetivos períodos de vida útil estimados, entendido como o período durante o qual é expectável que um ativo ou bem contribua para as operações da empresa, adotando o método da linha reta como o critério de depreciação. A estimativa do período de vida útil é apresentada abaixo:

- ▶ edifícios: 33 anos;
- ▶ mobiliário: 9 anos;
- ▶ equipamentos: 5 anos;
- ▶ máquinas: 3 anos;
- ▶ outros: 4 anos.

Os terrenos e edifícios são tratados separadamente para efeitos contabilísticos, mesmo se adquiridos conjuntamente. Os terrenos não são sujeitos a depreciação uma vez que, por norma, possuem um período de vida útil indeterminado.

A vida útil estimada dos ativos fixos tangíveis e das propriedades de investimento é revista no final de cada período de relato anual ou intercalar, tendo em conta as condições de utilização dos ativos, as condições de manutenção, a obsolescência esperada, etc., e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a despesa de depreciação para o período corrente e para os períodos subsequentes é ajustada.

Os ativos artísticos não são depreciados, uma vez que o seu período de vida útil não pode ser estimado e o seu valor normalmente não diminui com o tempo.

À data em que as Normas internacionais de contabilidade foram adotadas pela primeira vez (1 de janeiro de 2005), os edifícios propriedade do Grupo e utilizados nas suas atividades empresariais (Milão e Roma) foram mensurados ao justo valor, tendo-se tornado a nova quantia escriturada dos ativos a partir dessa data.

Se existirem evidências objetivas de que um ativo foi sujeito a imparidade, a quantia escriturada do ativo é comparada com a quantia recuperável, igual ao justo valor mais alto deduzido dos custos de alienação e do respetivo valor de uso, isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros previsivelmente derivados do ativo. Quaisquer correções ao valor do ativo são reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica 180 «Correções/reversões líquidas de imparidade de ativos tangíveis».

Se uma perda por imparidade for revertida, a nova quantia escriturada não pode exceder a quantia escriturada líquida que teria sido atribuída ao ativo se não tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade em exercícios anteriores.

Em cada data de relato anual ou intercalar, a empresa-mãe avalia se existe qualquer indicação de imparidade das suas rubricas de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento. Se for identificada uma perda, a quantia escriturada é comparada com a quantia recuperável, entendida como a mais alta entre o justo valor e o valor de uso.

### **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento representados pelo direito de uso de ativos objeto de contratos de locação**

Segundo a IFRS 16, uma locação é um contrato ou parte de um contrato que transfere o direito de utilizar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de uma contrapartida. Uma locação financeira transfere essencialmente para o locatário (utilizador) todos os riscos e vantagens decorrentes da propriedade do ativo. Caso contrário, o contrato é classificado como uma locação operacional. O início de uma locação é a data a partir da qual o locatário está autorizado a exercer o seu direito de utilizar o ativo em regime de locação. Coincide com a data do reconhecimento inicial da locação e inclui mesmo períodos sem renda, ou seja, períodos contratuais em que o locatário utiliza o ativo gratuitamente. No início de um contrato, o locatário reconhece:

- ▶ um ativo que consiste no direito de uso do ativo subjacente ao contrato de locação. O ativo é reconhecido ao custo, calculado como a soma de:
  - o passivo de locação;
  - pagamentos de locação efetuados na ou antes da data efetiva de início da locação (líquidos dos incentivos de locação já recebidos);
  - custos diretos iniciais, e
  - quaisquer custos (estimados) para alienar ou restaurar o ativo subjacente à locação;
- ▶ um passivo financeiro decorrente do contrato de locação (passivo de locação) correspondente ao valor atual dos pagamentos devidos pela locação. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juro implícita, se determinável; caso contrário, é utilizada a taxa de juro de financiamento marginal do locatário.

Sempre que um contrato de locação contenha «componentes que não são de locação» (por exemplo, a prestação de serviços, tais como manutenção de rotina, a contabilizar de acordo com a IFRS 15), o locatário deve contabilizar separadamente as «componentes de locação» e as "componentes que não são de locação" e distribuir o preço do contrato entre as várias componentes com base nos respectivos preços.

O locatário pode optar por reconhecer os pagamentos de locação:

- ▶ diretamente, transpondo-os diretamente para demonstração de resultados, numa base linear durante todo o período de vigência do contrato de locação;
- ▶ de acordo com outro método sistemático representativo da forma como os benefícios económicos são recebidos, no caso de locações a curto prazo (com uma duração igual ou inferior a 12 meses) que não incluam uma opção de compra do ativo em regime de locação por parte do locatário e de locações em que o ativo subjacente seja de baixo valor.

O prazo de locação é determinado tendo em conta:

- ▶ os períodos abrangidos por uma opção de prorrogação, em que o exercício da opção de prorrogação é razoavelmente certo;
- ▶ os períodos abrangidos por uma opção de rescisão da locação, se o exercício da opção de rescisão for razoavelmente certo.

Durante o período de vigência do contrato de locação, o locatário deve:

- ▶ mensurar o direito de uso do ativo ao custo, líquido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade de valor acumuladas determinadas e contabilizadas de acordo com as disposições da IAS 36 - «Imparidade de ativos», corrigidos para ter em conta qualquer reexpressão de passivos de locação;
- ▶ aumentar o passivo decorrente da operação de locação após a acumulação de despesas com juros calculados à taxa de juro implícita da locação, ou, em alternativa, à taxa de financiamento marginal e reduzi-la para pagamentos de capital principal e juros.

Em caso de alterações nos pagamentos da locação, o passivo deve ser reexpresso; o impacto da reexpressão do passivo é contabilizado como uma contrapartida do ativo sob direito de uso.

## Critérios de desreconhecimento

Os ativos fixos tangíveis e as propriedades de investimento são desreconhecidos quando são alienados ou quando já não se esperam benefícios económicos futuros da sua utilização ou alienação.

Os ativos sob direito de uso decorrentes de contratos de locação são desreconhecidos no final da locação.

## 7 - Ativos intangíveis

### Critérios de classificação

Os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física que se espera que sejam utilizados durante mais de um exercício, controlados pelo Banco e dos quais é provável que surjam benefícios económicos futuros.

Caso alguma das características supracitadas não esteja presente, o custo para adquirir e gerar internamente o ativo é registado sob a forma de um custo no período em que este foi incorrido.

Os ativos intangíveis são compostos sobretudo por *software* para utilização a longo prazo e *goodwill*, resultantes de contratos ou de novas aquisições.

## Critérios de reconhecimento

Os ativos intangíveis são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas anuais ou intercalares ao custo de aquisição, incluindo custos diretos incorridos para colocar em uso o ativo e acrescidos de quaisquer custos incorridos posteriormente para aumentar as funções económicas iniciais, deduzidas quaisquer amortizações acumuladas e perdas por imparidade, se existentes.

Os ativos intangíveis também incluem *goodwill*, sendo a diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos da empresa adquirida, representativa da capacidade do investimento para produzir lucros futuros. Se esta diferença for negativa (*badwill*) ou se o investimento não for capaz de produzir lucros futuros, a diferença é imediatamente reconhecida na demonstração de resultados.

## Critérios de mensuração

Os ativos intangíveis com uma vida útil definida são sistematicamente amortizados numa base linear de acordo com as suas vidas úteis previstas. As vidas úteis são normalmente estimadas da seguinte forma:

- ▶ software: máximo de 4 anos;
- ▶ outros ativos intangíveis: máximo de 10 anos.

Se existirem evidências objetivas de que um ativo foi sujeito a imparidade, a quantia escriturada do ativo é comparada com a quantia recuperável, igual ao justo valor mais alto deduzido dos custos de alienação e do respetivo valor de uso, isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros previsivelmente derivados do ativo. Qualquer imparidade do ativo é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica 190 «Correções/reversões líquidas de imparidade de ativos intangíveis».

Se for reconhecido um ganho por imparidade, a nova quantia escriturada não pode exceder a quantia escriturada que teria sido atribuída ao ativo se não tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade em exercícios anteriores.

A este respeito, refira-se que em 31 de dezembro de 2022 foi realizado o teste de imparidade ao ativo intangível «Relações com Clientes» da Unidade de negócio de Serviços de Títulos, resultante da finalização da PPA subsequente à fusão do DEPObank em 2021, e face às alterações significativas que se verificam na composição da carteira de clientes. Os resultados desta atividade levaram ao reconhecimento de uma perda parcial por imparidade na quantia escriturada por via dos resultados. Para mais informações, consultar a Parte B das Notas anexas às demonstrações financeiras na rubrica «Ativos Intangíveis».

Os ativos com uma vida útil indefinida, como o *goodwill*, não são sistematicamente amortizados, mas são sujeitos a um teste de imparidade periódico quando as demonstrações financeiras separadas anuais ou intercalares são elaboradas.

## Critérios de desreconhecimento

Um ativo intangível é desreconhecido após a sua alienação ou quando já não forem expectáveis benefícios económicos futuros provenientes do seu uso ou alienação, e qualquer diferença entre os proventos da alienação ou a quantia recuperável e a quantia escriturada é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica 250 «Ganhos (perdas) na alienação de investimentos».

## 9 - Impostos correntes e diferidos

Os impostos sobre o rendimento são calculados em conformidade com a legislação fiscal em vigor nos diferentes países em que o Banco opera.

A carga fiscal consiste no montante total dos impostos sobre o rendimento correntes e diferidos, incluídos no cálculo do resultado do exercício.

Os ativos e passivos por impostos correntes incluem o saldo líquido das posições fiscais do Banco relativamente às autoridades fiscais. Em particular, estes elementos incluem o saldo líquido dos passivos por impostos correntes do ano, calculado de acordo com uma estimativa prudencial do encargo fiscal devido para o exercício, determinado com base no código fiscal corrente, e os ativos por impostos correntes representados por pré-pagamentos efetuados no decurso do exercício. Os impostos correntes correspondem à quantia de impostos sobre o rendimento devidos para o exercício.

Os passivos por impostos diferidos correspondem ao montante dos impostos sobre o rendimento devidos em períodos futuros e referem-se a diferenças temporárias tributáveis que surgiram durante o exercício ou em exercícios anteriores. Os ativos por impostos diferidos correspondem ao montante dos impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros e referem-se a diferenças temporárias dedutíveis que surgiram durante o exercício ou em exercícios anteriores.

A quantia do imposto de um ativo ou de um passivo é o valor atribuído ao ativo ou passivo em questão de acordo com a legislação fiscal em vigor. Um passivo por impostos diferidos é reconhecido em todas as diferenças temporárias tributáveis em conformidade com a IAS 12. Um ativo por impostos diferidos é reconhecido em todas as diferenças temporárias dedutíveis em conformidade com a IAS 12, apenas na medida em que é provável que venham a existir rendimentos tributáveis futuros face aos quais é possível compensar a diferença temporária dedutível.

Os ativos por impostos diferidos são registados na rubrica 100 b) dos ativos. Os passivos por impostos diferidos são registados na rubrica 60 b) dos passivos. Os ativos e passivos por impostos diferidos são constantemente acompanhados e são registados aplicando as taxas de tributação que é expectável serem aplicadas no período em que o ativo por impostos será realizado, ou em que o passivo por impostos será extinto, com base nas taxas de tributação e na lei fiscal estabelecidas pelas disposições em vigor.

A contrapartida contabilística referente a ativos e passivos por impostos correntes e diferidos normalmente é composta pela demonstração de resultados, rubrica 300 «Impostos sobre o rendimento sobre lucros (perdas) de operações continuadas».

Nos casos em que os ativos e passivos por impostos diferidos são referentes a transações que estão diretamente relacionadas com capitais próprios sem afetar os resultados (tais como as correções resultantes da adoção pela primeira vez da IFRS, e as mensurações de instrumentos financeiros ao justo valor por via de outro rendimento integral ou derivados de cobertura de fluxos de caixa), estes são reconhecidos através dos capitais próprios, afetando quaisquer reservas pertinentes (por exemplo, reservas de avaliação).

A dimensão da provisão para impostos é ajustada de modo a satisfazer encargos que possam surgir de quaisquer avaliações já transmitidas ou, em qualquer caso, de disputas pendentes com a autoridade tributária.

## 10 - Provisões para riscos e encargos

### Critérios de registo/classificação

As provisões para riscos e encargos cobrem custos e despesas de uma determinada natureza, cuja existência é certa ou provável, que, no final do exercício, são incertas relativamente à quantia ou à calendarização.



Os acréscimos às provisões para riscos e encargos apenas são reconhecidos quando:

- ▶ tenha surgido uma obrigação presente em resultado de um acontecimento passado;
- ▶ após a sua manifestação, a obrigação é onerosa;
- ▶ possa ser feita uma estimativa fiável do montante da obrigação.

### Provisões para riscos e encargos relativos a compromissos e garantias concedidos

Esta rubrica inclui provisões para risco de crédito destinadas a compromissos e garantias de empréstimo concedidos que se enquadram no âmbito das regras de imparidade constantes na IFRS 9. Neste caso, o Grupo adota os mesmos métodos para afetar rubricas às três fases de risco de crédito e calcular as perdas de crédito esperadas como as descritas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por via de outro rendimento integral.

### Benefícios pós-emprego e obrigações similares

Os benefícios pós-emprego são constituídos na implementação de acordos de empresa e são qualificados como planos de benefícios definidos. Os passivos relacionados com esses planos e o custo relativo do serviço corrente são determinados com base em pressupostos atuariais, aplicando o método atuarial do Método da Unidade de Crédito Projetada, que envolve a projeção de desembolsos futuros com base em análises estatísticas históricas e na curva demográfica, bem como o desconto financeiro de tais fluxos com base numa taxa de juro de mercado. As contribuições efetuadas em cada exercício são consideradas como unidades separadas, reconhecidas e avaliadas individualmente para determinar a obrigação final. A taxa de desconto é determinada com base nas rendibilidades do mercado relativas às datas de avaliação das principais obrigações societárias, tendo em conta a duração média residual do passivo. O valor presente da obrigação à data de relato também é corrigido pelo justo valor de quaisquer ativos ao serviço do plano.

Os ganhos e perdas atuariais (ou alterações no valor presente da obrigação decorrentes de alterações nos pressupostos atuariais e correções baseados na experiência passada) são apresentados na demonstração do rendimento integral.

Conforme exigido pela IAS 19, as provisões para riscos e encargos incluem a mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego.

A mensuração dessas obrigações nas demonstrações financeiras é efetuada, se necessário, com base em cálculos atuariais, determinando o encargo à data de mensuração com base em pressupostos demográficos e financeiros.

### Outras provisões

As provisões para riscos e encargos são passivos com um montante ou maturidade incertos reconhecidos nas demonstrações financeiras na medida em que:

- ▶ existe uma obrigação presente (legal ou implícita) devido a um evento passado;
- ▶ é provável um desembolso de recursos financeiros para cumprir a obrigação;
- ▶ é possível estimar com fiabilidade o provável desembolso futuro.

Tais provisões incluem montantes reservados para presumíveis perdas em processos judiciais contra o Banco.

Quando o elemento tempo é relevante, as provisões são descontadas utilizando as taxas de mercado atuais. A provisão e os aumentos devidos ao fator tempo são reconhecidos na demonstração de resultados. Em particular, quando o valor atual da provisão tiver sido reconhecido, o aumento da quantia escriturada da provisão registada nas demonstrações financeiras em cada ano para refletir a passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros.

As provisões reconhecidas, bem como os passivos contingentes, são revistos em cada data de relato anual ou intercalar e corrigidos de modo a refletir a melhor estimativa atual. Se já não for provável a necessidade de utilizar recursos para cumprir a obrigação, a provisão é revertida com uma contrapartida na demonstração de resultados.

As provisões para riscos e encargos também incluem as provisões para risco de crédito destinadas a compromissos de empréstimo e garantias concedidos que se enquadram no âmbito das regras de imparidade constantes na IFRS 9. Ao abrigo da IFRS 9, as perdas de crédito esperadas sobre compromissos e garantias concedidos serão determinadas com base no risco de crédito inicial do compromisso, com início na data em que esse compromisso foi assumido. Regra geral, neste caso, o Grupo adota os mesmos métodos para afetar rubricas às três fases de risco de crédito e calcular as perdas de crédito esperadas como as descritas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por via de outro rendimento integral.

A provisão para perdas relevante será reconhecida sob a forma de um passivo do balanço na rubrica 100: «Provisões para riscos e encargos: a) compromissos e garantias concedidos».

## Critérios de desreconhecimento

O desreconhecimento ocorre quando se extinguiram a obrigação ou o passivo contingente que geraram o reconhecimento de uma provisão.

## 11 - Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

### Critérios de classificação

Um instrumento financeiro emitido é classificado como um passivo quando, com base na substância do acordo contratual, existe uma obrigação contratual de fornecer dinheiro ou outro ativo financeiro a outra parte.

Esta rubrica inclui elementos como «Dívidas a bancos», «Dívidas a clientes» e «Títulos de dívida emitidos». Os instrumentos financeiros (além dos passivos negociáveis e dos mensurados ao justo valor) que representam as diferentes formas de financiamento de terceiros são afetados a essas rubricas.

Além disso, os valores a pagar incorridos pelo Grupo na qualidade de locatário ao abrigo de locações também estão incluídos.

As despesas com juros são registadas na demonstração de resultados na rubrica 20 «Juros e encargos similares».

### Critérios de reconhecimento

Esses passivos são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data de liquidação. Esta quantia normalmente corresponde à retribuição recebida deduzida dos custos da transação diretamente imputáveis ao passivo financeiro. Os títulos estruturados são desagregados nos respetivos elementos básicos, que são registados separadamente, quando os componentes de derivado implícitos nos mesmos são de natureza económica, os riscos presentes são diferentes dos existentes nos títulos subjacentes e podem ser configurados como derivados autónomos.

Este elemento da linha inclui também os valores a pagar relativos a ativos utilizados pela empresa-mãe na qualidade de locatário ao abrigo de locações - o chamado «Passivo da locação» (IFRS 16), que inclui os seguintes pagamentos relativos ao direito de uso do ativo subjacente: a) pagamentos fixos, deduzidos quaisquer incentivos de locação recebíveis; b) pagamentos de locação variáveis dependentes de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa conforme na data de entrada em vigor; c) montantes que se espera que sejam

passíveis de pagamento pela empresa-mãe ao abrigo de garantias de valor residual; d) o preço de exercício de uma opção de compra caso o locatário esteja razoavelmente certo de exercer essa opção; e e) pagamento de penalizações por rescisão da locação, caso o prazo de locação reflita o exercício por parte do locatário de uma opção para rescindir a locação.

Os juros são registados na demonstração de resultados na rubrica 20 «Juros e encargos similares».

### **Critérios de mensuração**

As quantias de dívidas a bancos e a clientes e títulos de dívida emitidos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juro efetivo.

Os títulos de dívida emitidos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juro efetivo.

Durante o período de uso do ativo, a quantia escriturada do Passivo de locação é acrescida pelos gastos com juros acumulados e reduzida pelos pagamentos efetuados ao locador.

### **Critérios de desreconhecimento**

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é extinta ou no seguimento de uma alteração substancial nas cláusulas contratuais do passivo.

O desreconhecimento de títulos de dívida emitidos também ocorre no caso de recompra de títulos emitidos previamente, mesmo se estes se destinarem a revenda subsequente. Os resultados sobre o reconhecimento da recompra como uma extinção são reconhecidos na demonstração de resultados quando o preço de recompra das obrigações é superior ou inferior à respetiva quantia escriturada. As alienações subsequentes de obrigações próprias no mercado são tratadas como a colocação de nova dívida.

## 12 - Passivos financeiros detidos para negociação

### Critérios de reconhecimento

Os critérios de reconhecimento e mensuração são semelhantes aos descritos para «Ativos financeiros classificados como detidos para negociação».

### Critérios de classificação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem contratos derivados detidos para negociação com valores negativos e passivos relacionados com descobertos técnicos sobre títulos.

Todos os passivos negociáveis são avaliados ao valor justo com a atribuição do resultado da mensuração à demonstração de resultados.

### Critérios de desreconhecimento

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é extinta ou no seguimento de uma alteração substancial nas cláusulas contratuais do passivo.

## 14 - Transações em moeda estrangeira

### Critérios de reconhecimento

As transações em moeda estrangeira são convertidas no reconhecimento inicial para a moeda funcional aplicando a taxa de câmbio em vigor na data da transação à quantia em moeda estrangeira.

### Critérios de mensuração

Em cada encerramento do balanço, as rubricas do balanço em moeda estrangeira são avaliadas da seguinte forma:

- ▶ as rubricas monetárias são convertidas à taxa de câmbio corrente à data de fecho;
- ▶ as rubricas não monetárias mensuradas pelo custo histórico são convertidas à taxa de câmbio na data da transação;
- ▶ as rubricas não monetárias mensuradas ao justo valor são convertidas usando a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de elementos monetários ou da conversão de elementos monetários a taxas diferentes das da conversão inicial, ou da conversão das demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas na Demonstração de Resultados do período em que ocorrem, enquanto que as relativas a elementos não monetários são registadas no Capital Próprio ou na Demonstração de Resultados de acordo com o método de registo dos lucros ou perdas que incluem este componente.

Os custos e receitas em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio quando são contabilizados, ou, quando no processo de acumulação, à taxa de câmbio em vigor à data de relato.

## 15 - Outras informações

### Ações próprias

As ações próprias detidas são deduzidas do capital próprio pelo valor pelo qual foram recompradas no mercado. De modo semelhante, os respetivos custos originais e os ganhos e perdas resultantes da sua venda subsequente devem ser reconhecidos como alterações nos capitais próprios.

No momento da atribuição a funcionários ou administradores, a Reserva de ações próprias é reduzida num montante calculado ao preço médio de aquisição das várias parcelas, com uma contrapartida nas reservas de instrumentos financeiros reconhecida nas demonstrações financeiras, com base em acordos de remuneração variável e na reserva «prémio de emissão».

### Benefícios pós-emprego

Em virtude do quadro legislativo introduzido pela Lei italiana n.º 296 de 2006, os benefícios pós-emprego adquiridos concedidos a funcionários até 31 de dezembro de 2022 (que continuam na Empresa), ao abrigo da rubrica 90 de passivos, são apurados estimando a restante duração da relação laboral, para pessoas individuais ou grupos homogéneos, com base em pressupostos demográficos:

- ▶ projetando os benefícios pós-emprego acumulados, utilizando pressupostos demográficos, para estimar o momento da cessação do emprego;
- ▶ descontando ao valor presente, à data de mensuração, a quantia de benefícios vencidos em 31 de dezembro de 2022, com base em pressupostos financeiros.

A IAS 19 (revista) exige que os ganhos e perdas atuariais sejam reconhecidos em «outro rendimento integral» no ano/período em vencem. Uma vez que os benefícios pós-emprego que vencem a partir de 1 de janeiro de 2007 devem ser transferidos para o Instituto de Segurança Social italiano (INPS) ou para fundos de complemento de pensões, estes são elegíveis como «planos de contribuição definida», visto que a obrigação da entidade patronal cessa assim que o pagamento é efetuado e a contribuição é registada na demonstração de resultados num regime de acréscimo.

Os custos de serviço do plano são registados em «Gastos com o pessoal», rubrica 160 «Despesas administrativas: a) gastos com o pessoal», como o total líquido de contribuições pago, contribuições vencidas em períodos anteriores e ainda não registadas, e rendimentos esperados de ativos de serviço do plano. Os resultados atuariais, tal como previsto pela IAS 19, são registados numa reserva de reavaliação no capital próprio.

### Critério de reconhecimento do rédito

O critério geral para o reconhecimento de componentes do rédito é o método da especialização económica, tendo também em conta a correlação entre custos e receitas.

### Receitas

As receitas são fluxos brutos de benefícios económicos derivados do desempenho de atividades empresariais ordinárias, quando tais fluxos causam aumentos no capital próprio que não sejam aumentos derivados de contribuições dos acionistas.

As receitas decorrentes de obrigações contratuais com clientes só são reconhecidas nas demonstrações financeiras se todos os critérios seguintes forem cumpridos:

- a) as partes do contrato aprovaram o contrato e comprometeram-se a cumprir as respectivas obrigações;
- b) a entidade é capaz de identificar os direitos de cada uma das partes no que respeita aos bens ou serviços a transferir;
- c) a entidade é capaz de identificar as condições de pagamento dos bens ou serviços a serem transferidos;
- d) o contrato tem substância comercial (ou o risco, a calendarização ou o montante dos fluxos de caixa futuros da entidade estão destinados a mudar na sequência do contrato);
- e) é provável que a entidade receba a contrapartida a que terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos para o cliente. Ao avaliar a probabilidade de receber a quantia da contrapartida, a entidade deve ter em conta apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar a quantia da contrapartida quando esta for devida.

## Rendimentos e despesas de juros

Os rendimentos e despesas de juros e rendimentos e despesas similares referem-se a juros decorrentes da atividade de *factoring*, caixa e equivalentes de caixa e ativos e passivos financeiros não derivados detidos para negociação, mensurados ao justo valor por via de outro rendimentos integral e mensurados ao custo amortizado.

Os rendimentos e as despesas de juros são reconhecidos na demonstração de resultados para todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

Mais especificamente:

- ▶ Os encargos e comissões cobrados ao cedente para a compra de valores a receber sem recurso são reconhecidos como receitas da transação e, portanto, fazem parte do retorno efetivo sobre o valor a receber reconhecido ao custo amortizado.
- ▶ De acordo com a IFRS 15, o rédito deve ser reconhecido apenas quando a sua quantia puder ser estimada de forma fidedigna e no momento em que o «controlo» total sobre os bens ou serviços permutados for transferido. No caso em apreço, em consonância com o «Documento n.º 7, de 9 de novembro de 2016, do Banco de Itália/Consob/Ivass» relativo ao «Tratamento de juros de mora nas demonstrações financeiras nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2002 relativo a aquisições sem recurso de valores a receber produtivos», o BFF também incluiu a estimativa dos juros de mora recuperáveis, incluindo os devidos pelas administrações fiscais. Além disso, o BFF possui séries cronológicas de dados relativos a percentagens e prazos de cobrança - adquiridos por meio de ferramentas de análise adequadas - que lhe permitem considerar que a estimativa de juros de mora incluída no cálculo do custo amortizado é suficientemente fiável e cumpre os requisitos de reconhecimento estabelecidos pela IFRS 15. Estas séries cronológicas são atualizadas anualmente aquando da elaboração das demonstrações financeiras separadas, a fim de determinar as percentagens de cobrança estimadas e os prazos a utilizar para calcular os juros de mora. A alteração nas cobranças é depois analisada trimestralmente a fim de monitorizar as tendências relativas e verificar a estabilidade do modelo.

Relativamente aos juros de mora totais estimados que se espera cobrar pelo BFF, as séries cronológicas foram atualizadas com montantes de cobrança relativos ao exercício de 2022. Este facto confirmou uma percentagem de recuperação estimada muito superior a 45 %. Por conseguinte, a percentagem utilizada para preparar as demonstrações financeiras de 2022 foi aumentada de 45 % para 50 %.

Por outro lado, para ter em consideração o prazo de cobrança da totalidade da provisão para juros de mora, a estimativa dos dias até à cobrança foi prudentemente aumentada de 1800 para 2100 dias. Esta prorrogação foi também implementada para ter em conta impactos externos que influenciaram a antiguidade da provisão, tais como prazos de pagamento mais lentos devido à crise pandémica da Covid-19, o bloqueio relativo dos tribunais e a suspensão das ações executivas na área da saúde, que influenciaram a suspensão dos prazos das atividades jurídicas e processuais e, por conseguinte, o tempo de cobrança.

No que se refere aos juros de mora sobre os ativos por impostos, dada a natureza particular desses juros e da contraparte, bem como os elementos de prova precisos obtidos, considera-se que estão reunidas as condições para reconhecer esses juros na íntegra.

Os rendimentos de juros sobre títulos de dívida em carteira e as despesas com juros sobre títulos emitidos pelo BFF são reconhecidos ao custo amortizado, isto é, aplicando ao valor nominal dos títulos a taxa de juro efetiva de rentabilidade (TJR), determinada como a diferença entre a taxa de juro de cupão e o preço de compra do mesmo título e tendo em consideração qualquer desconto na emissão.

O juro assim calculado é reconhecido na demonstração de resultados e de forma proporcional ao longo da duração do ativo ou passivo financeiro.

Os encargos e comissões relativos a valores a receber geridos em nome de cedentes são reconhecidos em duas fases sucessivas associadas à calendarização e à natureza do serviço prestado:

- ▶ quando os valores a receber são confiados para gestão (encargos e comissões sobre despesas de aceitação e gestão);
- ▶ quando os valores a receber são cobrados (encargos e comissões de cobrança).

## Encargos e comissões

Os encargos e as comissões, que resultam sobretudo das atividades realizadas pelas Unidades de Negócios de Serviços de Títulos e Pagamentos e atividades de gestão de cobrança de dívidas por conta de terceiros, são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado. Estes são sobretudo receitas associadas a encargos periódicos que poderiam incluir a prestação de múltiplos serviços, encargos de transação e receitas extraordinárias.

Os encargos e as comissões considerados no custo amortizado a fim de determinar a taxa de juro efetiva são excluídos, uma vez que são reconhecidos como juros.

A partir do final de 2020, quando os custos legais incorridos para a cobrança dos valores a receber adquiridos sem recurso são reconhecidos, a empresa-mãe reconhece receitas iguais à respetiva percentagem estimada de cobrança com base em séries cronológicas desenvolvidas internamente. De facto, os custos legais acima mencionados são em parte recuperados dos clientes, quer quando os processos de falência são concluídos ou quando os acordos de liquidação são finalizados e, por conseguinte, não têm um impacto total nas demonstrações financeiras separadas. Por conseguinte, este tratamento contabilístico resulta num maior alinhamento entre custos e receitas, num regime de acréscimo.

## Dividendos

Os dividendos são reconhecidos na demonstração de resultados quando a sua distribuição é aprovada.

## Custos e outros rendimentos integrais

Os custos são reconhecidos quando são incorridos em conformidade com o critério de correlação entre custos e receitas decorrentes, direta e conjuntamente, das mesmas transações ou eventos. Os custos que não podem ser associados a receitas são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Os custos diretamente ligados a instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e que podem ser determinados a partir da sua origem, independentemente do momento em que são pagos, são reconhecidos na demonstração de resultados aplicando a taxa de juro efetiva.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados no exercício em que são identificadas.

## Acordos de pagamento com base em ações

Os planos de remuneração do pessoal com base em ações (planos de opções de compra de ações) são registados nas contas de acordo com as disposições da IFRS 2. Estes são registados cobrando na demonstração de resultados, com o aumento correspondente em capitais próprios, um custo definido com base no justo valor dos instrumentos financeiros afetados à data de atribuição e dividido ao longo do período de concessão do plano. O justo valor de quaisquer opções é calculado utilizando um modelo que considera - além de informação como o preço de exercício e a duração da opção, o preço atual das ações e a respetiva volatilidade esperada, os dividendos esperados e a taxa de juro sem risco - as características específicas do plano atual. No modelo de valoração, a opção e a probabilidade de realização das condições nas quais as opções foram atribuídas são avaliadas separadamente. A combinação dos dois valores fornece o justo valor do instrumento atribuído.

Qualquer redução do número de instrumentos financeiros atribuídos deve ser contabilizada como o cancelamento de parte destes. Este desreconhecimento não terá impacto na demonstração de resultados, mas terá lugar com uma contrapartida na reserva de resultados transitados.

Em conformidade com as disposições estabelecidas na primeira parte, título IV, capítulo 2, secção III, parágrafo 2.1, 3 da Circular n.º 285 do Banco de Itália, o artigo 8.4.º da «Política de remuneração e de incentivos para membros dos órgãos com funções de supervisão estratégica, gestão e controlo, e pessoal do BFF Banking Group» estabelece que, pelo menos, 50 % da remuneração variável do chamado «Pessoal Chave» (Responsáveis pela Assunção de Riscos) tem de ser paga em instrumentos financeiros, nomeadamente:

- (i) em ações do BFF e instrumentos relacionados, incluindo o plano de opções de compra de ações; e
- (ii) nos casos em que seja possível, os restantes instrumentos identificados no Regulamento Delegado (UE) n.º 527, de 12 de março de 2014.

A definição de «remuneração variável» inclui pagamentos que, por vários motivos, estão associados a e dependem das atividades/do desempenho dos beneficiários ou de outros parâmetros (por exemplo, tempo de serviço) e que podem ser devidos no futuro por parte do BFF aos Responsáveis pela assunção de riscos,

- i) ambos nos termos do sistema de incentivos baseado em objetivos da empresa e individuais (chamado «MBO»),
- ii) e de modo a satisfazer quaisquer obrigações de pagamento nos termos de acordos de não concorrência («ANC»), caso no futuro algum dos Responsáveis pela assunção de riscos que assinaram os referidos acordos abandone a empresa-mãe.



## Plano de Opções de Compra de Ações do Farmafactoring Banking Group para 2016

A 5 de dezembro de 2016, a assembleia ordinária de acionistas do Banco aprovou a adoção de um plano de opções de compra de ações para funcionários e membros dos órgãos sociais. O plano apresenta as seguintes características:

- ▶ **Finalidade:** o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias da empresa-mãe recentemente emitidas ou ações que já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira da empresa-mãe quando a opção é exercida. A 31 de dezembro de 2022, o número de opções de compra de ações atribuídas e não exercidas ascendia a 1 086 788. Para 854 788 destas foi atingida a maturidade do período de aquisição, pelo que são exercíveis;
- ▶ **Beneficiários:** a identificação dos beneficiários e a concessão de opções são decididas pelos seguintes elementos:
  - a) O Conselho de Administração, após consulta da Comissão de Remunerações, no que se refere a administradores, executivos de topo e executivos que reportam diretamente ao Presidente da Comissão Executiva;
  - b) O Presidente da Comissão Executiva, dentro dos limites dos poderes que lhe incumbem, no que se refere a outros beneficiários cuja remuneração se enquadre no âmbito das suas obrigações;
- ▶ **Tipo de exercício:** exercício ordinário ou escritural. Em 28 de março de 2019, a assembleia ordinária de acionistas aprovou a introdução de um método alternativo para exercício de opções ao abrigo do plano, adicional à opção ordinária (designado «escritural»). De acordo com a nova opção de exercício, aos beneficiários autorizados que a tenham solicitado pode ser afetado um número de ações determinado com base no valor de mercado das ações à data do exercício, sem que estes estejam obrigados a pagar o preço de exercício.

## Plano de Opções de Compra de Ações do Banca Farmafactoring Banking Group para 2020

Em 2 de abril de 2020, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo Plano de Opção de Compra de Ações («Plano 2020») para funcionários e diretores que ocupam cargos executivos na empresa-mãe e em/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características:

- ▶ **Finalidade:** o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias do Banco recentemente emitidas, ou ações que já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira do Banco quando a opção é exercida.
- ▶ **Destinatários:** os beneficiários são identificados pelo Conselho de Administração e/ou pelo CEO a seu exclusivo critério - dentro dos limites previstos pela legislação aplicável e pelo plano - entre os funcionários e/ou Diretores com cargos executivos na Empresa e/ou nas suas subsidiárias;
- ▶ **Tipo de exercício:** exercício ordinário ou escritural.

Em 31 de dezembro de 2022, o número de opções atribuídas ascendia a 8 384 500, das quais nenhuma ainda exercível.

## Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022 do BFF Banking Group

Em 31 de março de 2022, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo «Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022» para os funcionários e administradores que ocupam cargos executivos no banco e/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características.

- ▶ **Assunto:** o plano prevê a atribuição de um máximo de 9 700 000 opções divididas em três parcelas. As opções podem ser de dois tipos: (i) Opções da Classe A, que concedem o direito de receber ações ordinárias da Empresa recentemente emitidas, «liquidadas com capital próprio», e (ii) Opções da Classe B, que concedem o direito de receber instrumentos equivalentes (ações *phantom*), a serem convertidos em dinheiro de acordo com as disposições do plano, «liquidação em dinheiro».

► **Condições de aquisição (exercício):** as opções concedidas ao abrigo de cada parcela são adquiridas após a conclusão do período de três anos a partir da data de concessão relevante. A aquisição de direitos está também sujeita ao cumprimento das seguintes condições: (i) manutenção do vínculo laboral com o BFF Group e/ou cargo no Conselho de Administração e ausência de comunicação de renúncia ou destituição; e (ii) cumprimento de KPIs (isto é, indicadores de desempenho da empresa), sem prejuízo das disposições de diferimento e *lock-up* aplicáveis aos funcionários mais significativos (isto é, Responsáveis pela Assunção de Riscos) do Banco e das demais previsões detalhadas do plano, já divulgadas ao mercado nos termos da regulamentação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2022, o número de opções atribuídas ascendia a 6 698 000 (das quais 2 547 000 sem dinheiro e 4 151 000 ações fantasma), das quais nenhuma ainda exercível.

## **Autorização de recompra e alienação de ações próprias e revogação, pela parte ainda não executada, da autorização concedida pela Assembleia de Acionistas de 25 de março de 2021.**

A Assembleia Ordinária de Acionistas da empresa-mãe, de 31 de março de 2022, após exame do Relatório ilustrativo relevante pelo Conselho de Administração, decidiu revogar a anterior autorização, concedida pela Assembleia de Acionistas de 25 de março de 2021, para a parte ainda não executada e autorizar o Conselho de Administração a proceder à recompra de ações ordinárias do BFF, numa ou mais ocasiões e por um período de 18 meses a partir da data da Assembleia de Acionistas, na prossecução dos objetivos definidos no referido Relatório ilustrativo; o número máximo de ações a adquirir é de 8 294 520, representativas de 5 % de 185 315 280 ações sem valor nominal que representam a totalidade do capital social subscrito e realizado da empresa-mãe em 10 de março de 2022, no montante de 142 692 765,52 euros (tendo em conta as ações próprias já em stock).

## **Utilização de estimativas e pressupostos na elaboração do relato financeiro**

Como parte da preparação das demonstrações financeiras separadas, a empresa-mãe teve de efetuar avaliações e estimativas que influenciam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de ativos, passivos, custos e receitas reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As avaliações significativas da empresa-mãe na aplicação das políticas contabilísticas e as principais fontes de incerteza das estimativas permanecem inalteradas em relação àquelas já ilustradas nas demonstrações financeiras da empresa-mãe e nas últimas demonstrações financeiras da empresa-mãe, encerradas em 31 de dezembro de 2021.

Em conformidade com as IFRS, a elaboração de estimativas pela administração constitui um pré-requisito para a elaboração das demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022. Este processo envolve a utilização de informação disponível e avaliações subjetivas, também baseadas no histórico de experiência, de modo a formular pressupostos razoáveis para a análise de operações. Estas estimativas e pressupostos podem variar de um período para o seguinte, pelo que não se pode excluir que, em períodos subsequentes, incluindo à luz da atual situação de emergência da Covid-19 («Coronavírus») e do conflito Rússia/Ucrânia, os valores atuais reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 possam diferir - mesmo significativamente - devido a uma alteração nas avaliações subjetivas.

As estimativas e os pressupostos são revistos periodicamente. Quaisquer alterações resultantes dessas revisões são reconhecidas no período em que a revisão é efetuada, desde que essa revisão apenas envolva esse período. Caso a revisão envolva períodos atuais e futuros, a alteração é reconhecida no período em que a revisão é efetuada, bem como nos períodos futuros relacionados.

O risco de incerteza nas estimativas está essencialmente relacionado com:

- ▶ O grau de recuperabilidade e os prazos de cobrança estimados para os juros de mora acumulados sobre as contas comerciais a receber adquiridas sem recurso e as indemnizações fixas («40 euros»), devidas ao BFF, com base numa análise dos dados históricos plurianuais da empresa;
- ▶ Perdas por imparidade em empréstimos concedidos e valores a receber e outros ativos financeiros em geral;
- ▶ O justo valor de instrumentos financeiros utilizados para efeitos de divulgação financeira;
- ▶ O justo valor de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos determinado com modelos de mensuração;
- ▶ Despesas registadas com base em valores provisórios que não são definitivas à data em que estas demonstrações financeiras foram elaboradas;
- ▶ Benefícios a funcionários com base em pressupostos atuariais e provisões para riscos e encargos;
- ▶ A recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- ▶ Qualquer imparidade de investimentos de capital próprio, *goodwill* e ativos intangíveis: face aos resultados em 31 de dezembro de 2022, não existem eventos desencadeadores que possam ter impacto na valorização dos investimentos de capital próprio e do *goodwill* registados em 31 de dezembro de 2022, com exceção dos intangíveis de Relações com Clientes da Unidade de negócios Serviços de Títulos, para os quais foi reconhecida uma perda por imparidade de acordo com o teste de imparidade realizado por um perito independente na sequência de alterações significativas na composição da carteira de clientes; para mais detalhes, consultar a rubrica «Ativos Intangíveis» na posição de balanço de ativos financeiros.

## Mensuração de perdas por imparidade em ativos financeiros

Em cada data de relato, em conformidade com a IFRS 9, os ativos financeiros diferentes dos mensurados ao justo valor por via dos resultados são testados de modo a avaliar se existem evidências de que a quantia escriturada dos ativos pode não ser totalmente recuperável. É realizada uma análise semelhante para compromissos de empréstimo e garantias concedidos que se enquadram no âmbito sujeito a imparidade, em conformidade com a IFRS 9. Caso existam evidências nesse sentido (chamadas «evidências de imparidade»), os ativos financeiros em questão - em consonância com os ativos remanescentes da mesma contraparte - são considerados sujeitos a imparidade e classificados na Fase 3. O Grupo deve reconhecer correções iguais às perdas de crédito esperadas ao longo da vida para estas exposições, que consistem em ativos financeiros classificados como empréstimos improdutivos, probabilidade reduzida de pagamento, e exposições vencidas e/ou em atraso, de acordo com a Circular n.º 262 do Banco de Itália/2005.

O modelo de imparidade caracteriza-se pelos seguintes elementos:

- ▶ a afetação das transações existentes na carteira a diferentes fases, com base numa avaliação do aumento do nível de risco de exposição/contraparte, considerando os «critérios de afetação de fases»;
- ▶ A utilização de parâmetros de risco assentes em vários períodos (por exemplo, a PD, LGD e EAD ao longo da vida) para quantificar perdas de crédito esperadas (ECL) para instrumentos financeiros sujeitos a um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial.

Abaixo encontram-se os critérios de afetação de fases, bem como os critérios para determinação dos parâmetros que a empresa-mãe utiliza como base para mensurar as perdas de crédito esperadas, ou seja, probabilidade de incumprimento (PD), perda em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD).

## Critérios de Afetação de Fases

No caso de ativos financeiros para os quais não existam evidências de imparidade (instrumentos financeiros produtivos), o Grupo deve avaliar se existe algum indício de que o risco de crédito da transação individual tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Essa avaliação acarreta as seguintes consequências em termos de classificação (ou, mais propriamente, de afetação de fases) e mensuração:

- ▶ Caso não exista um indício do gênero, o ativo financeiro é classificado na Fase 1. Neste caso, de acordo com as IFRS e mesmo na ausência de perdas por imparidade notórias, o Grupo deve reconhecer as perdas de crédito esperadas a 12 meses sobre o instrumento financeiro específico. Estas correções devem ser revistas em cada data de relato subsequente, de modo a avaliar regularmente se estão em consonância com as estimativas de perdas atualizadas constantemente, bem como para refletir a alteração no horizonte de previsão relativo às perdas de crédito esperadas caso exista um indício de que o risco de crédito «aumentou significativamente».
- ▶ Caso exista um indício do gênero, o ativo financeiro é classificado na Fase 2. Neste caso, de acordo com as IFRS e mesmo na ausência de perdas por imparidade notórias, a empresa-mãe deve reconhecer correções iguais às perdas de crédito esperadas ao longo do tempo de vida. Estas correções devem ser revistas em cada data de relato subsequente, de modo a avaliar regularmente se estão em consonância com as estimativas de perdas atualizadas constantemente, bem como para refletir a alteração no horizonte de previsão relativo às perdas de crédito esperadas caso já não exista um indício de que o risco de crédito «aumentou significativamente».

Por conseguinte, a afetação de um ativo à Fase 1 e não à Fase 2 não está associada ao risco absoluto (em termos de probabilidade de incumprimento), mas sim à ocorrência da alteração (positiva ou negativa) do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial.

Para afetar posições em risco sujeitas a imparidade a fases, a empresa-mãe adotou o método seguinte, que pode ser resumido em três critérios fundamentais:

- ▶ Critério quantitativo: definição de um limiar «delta rating» para a transferência para a fase 2;
- ▶ Critério qualitativo: uso de fatores desencadeadores lógicos da transferência, isto é, identificação de eventos que desencadeiam transferências entre fases.
- ▶ Expedientes práticos: utilização da Isenção de Baixo Risco de Crédito (LCRE) e 30 dias de não pagamento.

O **critério qualitativo** prevalece sobre o critério quantitativo e estabelece que as seguintes posições são afetadas à fase 2:

- ▶ Posições com medidas de reestruturação;
- ▶ Na lista de vigilância: ou posições sob controlo relativamente às quais tenha sido feita uma avaliação de um aumento significativo do risco de crédito.

Relativamente ao **critério quantitativo**:

- ▶ é definido um limiar relativo, que tem como finalidade mensurar a degradação da notação de risco (à data de relato relativamente à data inicial) para cada transação. Se o número de degradações for superior ao estabelecido pelo limiar, diferenciado de acordo com a escala de classificação principal utilizada, a posição é atribuída à Fase 2. O limiar relativo depende do número de classes de notação consideradas para cada segmento e é igual a 1 para os segmentos em que se aplicam as matrizes externas de Instituições financeiras e Soberanas (que têm 7 classes de notação), ao passo que é igual a 2 nos casos das contrapartes que pertencem aos segmentos para os quais é utilizada a matriz Societária (que tem 21 classes de notação).

Por último, no que respeita aos **expedientes práticos**:

- ▶ a «isenção de Baixo Risco de Crédito» isenta as transações referentes a contrapartes com notação de grau de investimento à data da análise da verificação de deterioração significativa, utilizando um limiar relativo. As posições definidas como de «baixo risco de crédito» não estão sujeitas ao controlo de uma descida de notação entre a data de análise e a data inicial da transação. Na ausência de fatores desencadeadores qualitativos, estas posições são afetadas diretamente à Fase 1. Esta exceção aplica-se às contrapartes referentes à Administração Pública e aos Municípios, às formas técnicas de Acordos de Recompra, devido à sua natureza garantida e às contas recíprocas de muito curto prazo. É excluída para as contrapartes privadas;
- ▶ A nível da transação individual, o número de dias vencidos é calculado comparando a data de análise (data de relato) com a «data de vencimento inicial prevista» (VIP). Se os dias vencidos forem superiores a 30, a transação individual será classificada na Fase 2.

Para as contrapartes sem notação na carteira, a atribuição de fases é efetuada aplicando apenas critérios qualitativos, e o indicador da lista de vigilância foi introduzido precisamente para ultrapassar a falta de notação e, por conseguinte, a aplicação de critérios quantitativos.

## Critérios de Imparidade

Os principais conceitos introduzidos pela IFRS 9 e exigidos para efeitos de cálculo de imparidades são os seguintes:

- ▶ um modelo prospetivo (*forward-looking*), que permite o reconhecimento imediato de todas as perdas esperadas ao longo da vida do instrumento. De acordo com a IFRS 9, as perdas devem ser reconhecidas com base na informação de suporte que se encontra disponível sem custos ou esforços adicionais, e inclui dados históricos, atuais e prospetivos;
- ▶ as perdas de crédito esperadas (ECL) são recalculadas em cada data de relato de modo a refletir quaisquer alterações no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro;
- ▶ as perdas de crédito esperadas (ECL) são mensuradas incorporando informação de momento específico (*point-in-time*) e prospetiva (*forward-looking*), bem como fatores macroeconómicos;
- ▶ introdução de um estatuto adicional relativamente à classificação binária de contrapartes «produtivas» e «improdutivas», para ter em conta o aumento no risco de crédito.

O modelo de cálculo das ECL requer uma avaliação quantitativa de fluxos de caixa futuros e parte do pressuposto de que estas são estimadas de forma fidedigna. Isto requer a identificação de determinados elementos, nomeadamente:

- ▶ modelos de probabilidade de incumprimento (PD) e pressupostos sobre a distribuição *forward* de eventos de incumprimento, para o cálculo da PD assente em vários períodos utilizados para determinar as perdas de créditos esperadas ao longo da vida;
- ▶ um modelo de perda em caso de incumprimento (LGD) em vários períodos;
- ▶ um modelo de exposição determinístico e estocástico em caso de incumprimento (EAD) que permite definir uma distribuição em vários períodos, bem como num prazo de 12 meses.

Além disso, na data de relato, as perdas de crédito esperadas serão descontadas utilizando a taxa de juro efetiva («EIR») da transação à data do reconhecimento inicial.

A partir de setembro de 2022, a empresa-mãe aperfeiçoou a sua metodologia de parâmetros de risco (PD e LGD) para a atividade de *factoring*, tornando-a mais consentânea às características específicas da atividade. Segue-se uma descrição das decisões metodológicas do Banco para efeitos de mensuração dos parâmetros e medidas acima.

## Probabilidade de Incumprimento (PD)

O parâmetro PD em vários períodos é interpretado pela empresa-mãe através da estimativa de uma estrutura a prazo da probabilidade de incumprimento a partir de uma recalibração das matrizes PD internas fornecidas pelas agências de notação em taxas de incumprimento internas a longo prazo (*Long Run Average Default Rate* ou *Central Tendency*), estas últimas devidamente diferenciadas de acordo com os fatores de risco relevantes. As estimativas de PD incluem os efeitos decorrentes da introdução da Nova Definição de Incumprimento nos termos do artigo 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021. A PD em vários períodos também incorpora correções de conversão de momento específico («Point-In-Time») e informação prospetiva («forward-looking»).

O requisito prospetivo (*forward-looking*) significa que a cada uma das transações existentes na carteira que envolva a mesma contraparte é atribuída uma probabilidade de incumprimento com início na data de relato. Para tal, o Banco define a PD como a probabilidade, ao longo de um horizonte temporal específico, de uma contraparte ser classificada como «em incumprimento».

O Banco adotou um modelo baseado sobretudo em fontes de informação externas (por exemplo, agências de notação financeira). As matrizes consideradas para as contrapartes objeto de notação dizem respeito aos segmentos Soberano, Empresas e Instituições Financeiras. Relativamente à carteira principal:

- ▶ A matriz Soberana estava associada a contrapartes públicas;
- ▶ As matrizes «Empresas» e «Instituições Financeiras» estavam associadas a contrapartes não públicas (segmentos «Empresas» e «Instituições Financeiras», respetivamente).

Após a identificação das matrizes acima referidas, foi adotada a seguinte abordagem para estimar a PD:

1. **Estimativa da PD TTC a 12 meses** através da recalibração das matrizes de migração externa ECAI para a carteira de empréstimos do BFF Bank S.p.A. e do BFF Finance Iberia S.A. Esta abordagem permite aperfeiçoar as estimativas da PD, tornando-as mais conformes com as características da atividade da empresa. Para a carteira de títulos e para as exposições em risco referentes à BFF Polska S.A. e às suas subsidiárias, as matrizes de migração externa da ECAI são adotadas como a melhor abordagem metodológica, uma vez que, no primeiro caso, por se tratar de instrumentos financeiros semelhantes a obrigações, a utilização das matrizes da ECAI já é, por si só, representativa do nível de risco relativo e, no segundo caso, as notações dos segmentos privados («Corporativo», «Empresas públicas» e «Retail») são obtidas ao nível de cada contraparte e, por conseguinte, fornecem uma estimativa mais precisa. A recalibração foi efetuada através da determinação de uma Tendência Central diferenciada para cada aglomerado, identificada, para a estimação, através das séries temporais de taxas internas de incumprimento, ajustadas para ter em conta a nova definição de incumprimento;
2. **Estimativa da PD TTC vitalícia** através do método *Markov* baseada em pressupostos de uniformidade e ausência de memória, que permite estimar a matriz de transição até ao ano "n", elevando a matriz a 1 ano para o n<sup>potência</sup>;
3. **Estimativa da PIT e da PD prospetiva** através do fator PIT (taxa de incumprimento a 1 ano prevista no modelo) e tendo em conta a informação Prospetiva fornecida pelas previsões sobre as taxas de incumprimento. Os cenários macroeconómicos para a definição das taxas de previsão são fornecidos por um fornecedor externo de informações, ponderados pela probabilidade relativa de ocorrência. O fornecedor externo fornece cenários específicos por **área geográfica** e **segmento de negócio**, com referência ao tipo de carteira a que devem ser aplicados.

No que se refere à metodologia de cálculo subjacente à criação destes cenários, é tido em conta o seguinte:

- ▶ fatores específicos observáveis atualmente de contrapartes em aglomerações identificadas (por exemplo, notação atual, perspetivas/estado da lista de vigilância);
- ▶ futuros desenvolvimentos em matéria de fatores macroeconómicos (por exemplo, a taxa de crescimento do PIB, taxa de desemprego, variações do «spread» de crédito).

Concretamente, foram utilizadas as seguintes técnicas estatísticas:

- ▶ sistemas de equações dinâmicas que representam componentes agregados de fornecimento e procura;
- ▶ reavaliações periódicas de equações para verificar a solidez do modelo e a precisão da previsão;
- ▶ utilização de técnicas econométricas para séries cronológicas e dados de painel para o processo de estimativa;
- ▶ implementação de simulações Monte Carlo para gerar desvios face ao cenário de referência e produzir distribuições de probabilidade empíricas.

Foram escolhidos três cenários para apurar a PD PIT e FLI:

- ▶ cenário de referência: trata-se de um cenário probabilístico que corresponde à previsão média;
- ▶ cenário de alto crescimento (subida): trata-se do cenário probabilístico de melhoria;
- ▶ cenário de recessão moderada (descida): trata-se do pior cenário probabilístico.

Foi associada uma probabilidade de ocorrência a cada cenário para obter um valor de probabilidade de incumprimento (PD) ponderado de momento específico (*Point-In-Time*) e prospetivo (*forward-looking*).

Após a obtenção das taxas de incumprimento esperadas, a abordagem metodológica escolhida consiste em aplicar fatores de majoração, iguais aos impactos sobre as taxas de incumprimento previstos para os cenários definidos (abordagem do fator de majoração), às PD estimadas em vários períodos ao longo do ciclo (TTC condicionadas).

Para cada classe de notação, o resultado são três curvas de PD *forward* a que serão aplicados o cenário de referência, o cenário de alto crescimento e o cenário de recessão moderada.

Para conferir continuidade às curvas e eliminar irregularidades devido a impactos excessivamente agressivos, o Banco aplica um algoritmo de suavização utilizando a atenuação exponencial às PD *forward*. Por conseguinte, o Banco identifica ponderadores em função do tempo a aplicar à curva TTC da PD e à curva recalculada após aplicação dos impactos.

## Perdas em caso de incumprimento (LGD)

Aquando da quantificação das perdas esperadas, o parâmetro LGD mensura as perdas previstas em caso de incumprimento da contraparte. Por conseguinte, as LGD são um componente significativo para apurar as perdas esperadas de acordo com a IFRS 9, quer em termos de posições classificadas na Fase 1 (horizonte temporal a um ano), e para as sujeitas a um aumento significativo no risco de crédito e foram, por conseguinte, classificadas na Fase 2 e avaliadas ao longo da vida.

A fim de estimar o parâmetro LGD, uma vez que não estão disponíveis modelos internos, a empresa-mãe decidiu utilizar as grelhas LGD obtidas a partir de uma ferramenta de cálculo específica fornecida pelo fornecedor de informações externo.

O Banco atribui um valor LGD a cada transação com base na segmentação da carteira apropriada, tendo em consideração os seguintes fatores de risco: a probabilidade de incumprimento associada à contraparte, o setor económico de referência e fatores específicos da transação (por exemplo, tipo de financiamento e posicionamento do financiamento no seio da estrutura de capital). Além disso, apenas para a carteira de *factoring* sem recurso, dadas as características específicas do processo de recuperação para essa forma técnica em comparação com as de outros tipos de produtos, a empresa-mãe refinou a análise da estimativa do parâmetro LGD calibrando as grelhas externas sobre taxas internas de recuperação a longo prazo. Esta escolha foi justificada por (i) a presença de uma profundidade de série cronológica suficientemente robusta para a estimativa de um modelo de perda em caso de incumprimento (LGD); (ii) o desejo de corrigir as estimativas de perda em caso de incumprimento (LGD) da ECAI sobre as recuperações, na maioria dos casos completos, historicamente registada pela empresa-mãe. A metodologia de calibração baseia-se no cálculo de uma

Tendência Central diferenciada por macro-segmento de clientes e a subsequente recalibração das grelhas externas com recurso ao modelo de otimização condicionada de Mínimos Quadrados Ordinários (OLS).

## Exposição em caso de incumprimento (EAD – Exposure at default)

Aquando da definição e modelação os parâmetros a utilizar em múltiplos períodos para mensurar o risco de crédito, o Grupo também considera a «Exposição em caso de incumprimento (EAD)».

De modo semelhante ao que já foi definido nos modelos de Basileia, para calcular as perdas de crédito esperadas (ECL) utilizando parâmetros de risco de crédito, a EAD ao abrigo da IFRS 9 permite a definição da exposição que um credor terá no momento de incumprimento num momento específico ao longo da vida do instrumento financeiro.

Por conseguinte, o parâmetro EAD tem de estar em consonância com o horizonte de previsão ao longo do tempo de vida previsto pelo modelo de imparidade, para permitir o apuramento da tolerância também para transações para as quais a norma exige o reconhecimento ao longo do tempo de vida.

O Banco identificou os seguintes fatores para o cálculo da EAD ao longo do tempo de vida:

- ▶ tipo de exposição;
- ▶ data de vencimento.

A partir destes fatores de distinção para a modelação da Exposição em caso de Incumprimento, foram definidos os seguintes casos:

- ▶ exposições com um plano de reembolso determinístico (fluxos de caixa);
- ▶ exposições sem um plano de reembolso (sem fluxos de caixa).

Relativamente às exposições com planos de reembolso determinísticos, a EAD ao longo do tempo de vida é definida utilizando o plano de reembolso e os respetivos fluxos de caixa reais. Por conseguinte, a modelação estocástica não é necessária para estas transações.

Por outro lado, no que diz respeito às exposições com fluxos de caixa desconhecidos e/ou data de vencimento (ou exposições sem plano de reembolso), estas são desagregadas através de duas metodologias de estimativa para determinar a data de vencimento:

1. uma metodologia qualitativa, com base na qual a data de vencimento é determinada com base nas condições do contrato ou na análise efetuada pela U.O. de avaliação de crédito;
2. uma metodologia quantitativa aplicada se não for possível aplicar a metodologia qualitativa que estima a duração comportamental das contas individuais.

## IFRS 9 - Atualização para refletir a crise financeira devida à COVID-19 e ao conflito Rússia/Ucrânia

A atualização anual dos parâmetros de risco (PD e LGD) tem em consideração a evolução dos efeitos da COVID-19 nas estimativas das perdas de crédito esperadas e, a partir de março de 2022, os efeitos do conflito Rússia/Ucrânia. As previsões do cenário de referência, alto crescimento e recessão moderada fornecidas pelo fornecedor externo de informações foram atualizadas em junho de 2022 e fornecem as taxas de incumprimento previstas para os 20 trimestres seguintes à data de atualização. Em fevereiro de 2022, a eclosão do conflito Rússia/Ucrânia alterou significativamente o cenário geopolítico com consequências diretas na macroeconomia europeia e mundial. A Função de Gestão do Risco, como faz todos os anos, realizou uma análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022 entre os cenários macroeconómicos para o quarto trimestre do ano, fornecidos pelo fornecedor de informações, e os cenários macroeconómicos atualizados em 30 de junho de 2022. A análise mostra que 2023 será caracterizado por um



declínio do crescimento do PIB e um forte impulso inflacionista gerado pelo conflito Rússia/Ucrânia, que reduz, por um lado, os investimentos das empresas e, por outro, o rendimento disponível dos consumidores. No entanto, o mercado de trabalho não parece estar a sofrer tensões significativas, graças à recuperação das contratações após a COVID-19. O abrandamento económico não será suficiente para causar despedimentos generalizados e o mercado de trabalho continuará a beneficiar de um considerável excesso de procura. Por conseguinte, a estabilidade do mercado de trabalho será um dos principais fatores que poderão impedir a economia de entrar num ciclo recessivo. A análise comparativa dos cenários mostra que o PIB estimado em dezembro de 2022 é pior do que o atualmente utilizado no modelo e, por conseguinte, a Função de Gestão de Riscos está a avaliar os impactos dessa alteração no modelo de estimativa dos parâmetros de risco, a fim de compreender a sua magnitude, tendo também em consideração que o modelo de negócio do Grupo e - nesta área específica - o custo relativo do risco são menos sensíveis às tendências do PIB do que as exposições de crédito concentradas na área das empresas/retalho.

Além disso, a Função de Gestão do Risco comparou as estimativas macroeconómicas divulgadas pelo fornecedor externo de informações com as do Banco Central Europeu (BCE), observando, também neste caso, uma deterioração do PIB em 2023.

As mesmas análises serão igualmente realizadas no final do primeiro trimestre de 2023, a fim de avaliar a possibilidade de atualizar antecipadamente os parâmetros de risco.

### **IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais**

A transferência de controlo de uma empresa (ou de um conjunto integrado de atividades e ativos, conduzido e gerido pela mesma parte) constitui uma concentração de atividades empresariais.

Em conformidade com a IFRS 3, cada concentração de atividades empresariais exige a identificação de um adquirente. Este último tem de ser identificado na entidade que obtém o controlo de outra entidade ou grupo de empresas.

A aquisição e, portanto, a primeira consolidação da adquirida, têm de ser contabilizadas na data em que o adquirente obtém o controlo efetivo da empresa ou dos ativos adquiridos. Quando a aquisição ocorre por meio de uma transação de permuta simples, geralmente a data de permuta coincide com a data de aquisição. No entanto, é sempre necessário verificar a existência de quaisquer acordos entre as partes que possam envolver uma transferência de controlo antes da data de permuta.

A contrapartida transferida numa concentração de atividades empresariais deve ser mensurada como a soma do justo valor, à data da troca, dos ativos vendidos, dos passivos incorridos ou assumidos, e dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo adquirente em troca do controlo.

Nas transações que preveem o pagamento em dinheiro (ou quando é expectável o pagamento através de instrumentos financeiros semelhantes a dinheiro), o preço é a contrapartida acordada, possivelmente descontada se for esperado um pagamento em prestações num período mais longo do que a curto prazo. Se o pagamento for efetuado através de um instrumento que não em dinheiro, portanto, através da emissão de instrumentos de capital próprio, o preço é igual ao justo valor do meio de pagamento líquido dos custos diretamente atribuíveis à transação de emissão de capital.

As correções sujeitas a eventos futuros são incluídas na contrapartida da concentração de atividades empresariais à data de aquisição se previstas pelos acordos e apenas se forem prováveis, determináveis de forma fiável e realizadas no prazo de 12 meses a contar da data de aquisição do controlo, enquanto a compensação pela redução do valor dos ativos utilizados não é considerada como já considerada, quer no justo valor dos instrumentos de capital próprio, quer como uma redução do prémio ou um aumento do desconto na emissão inicial no caso da emissão de instrumentos de dívida.

Os custos relacionados com a aquisição são as despesas incorridas pelo adquirente para completar a concentração de atividades empresariais.

O adquirente deve contabilizar os custos relacionados com a aquisição sob a forma de despesas nos períodos em que estes custos são incorridos e os serviços são recebidos, com exceção dos custos de emissão de ações ou instrumentos de dívida que devem ser reconhecidos de acordo com a IAS 32 e a IFRS 9.

As concentrações de atividades empresariais são contabilizadas utilizando o «método de aquisição», que requer que os ativos identificáveis adquiridos (incluindo quaisquer ativos intangíveis não reconhecidos anteriormente pela adquirida) e os passivos assumidos (incluindo passivos contingentes) sejam mensurados aos seus justos valores à data de aquisição.

Além disso, para cada concentração de atividades empresariais, qualquer participação minoritária na empresa adquirida pode ser reconhecida ao justo valor (com o conseqüente aumento da contrapartida transferida) ou proporcionalmente à parte da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis das empresas adquiridas.

O excesso entre a contrapartida transferida (representada pelo justo valor dos ativos transferidos, dos passivos incorridos ou dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo adquirente), eventualmente complementado pelo valor dos interesses minoritários (determinado conforme acima estabelecido) e o justo valor dos interesses já detidos pelo adquirente, e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos devem ser reconhecidos como *goodwill*. Contudo, se estes últimos forem superiores à soma da contrapartida, dos interesses minoritários e do justo valor das ações já detidas, a diferença deve ser imputada à demonstração de resultados.

A contabilização de uma concentração de atividades empresariais pode ser efetuada numa base provisória no final do exercício em que a concentração é efetivada, mas tem de ser aperfeiçoada no prazo de 12 meses a contar da data de aquisição.

As transações destinadas a controlar uma ou mais empresas que não constituem uma atividade comercial ou um controlo temporário ou, por último, se a concentração de atividades empresariais for realizada para fins de reorganização, portanto entre duas ou mais empresas ou atividades comerciais que já fazem parte do BFF, e que não envolvam uma mudança nas estruturas de controlo independentemente da percentagem de direitos minoritários antes e depois da operação (as chamadas concentrações de atividades empresariais sujeitas a controlo comum) não constituem concentrações de atividades empresariais.

## A4 - DIVULGAÇÃO DO JUSTO VALOR

### Informação qualitativa

As normas IAS/IFRS exigem que os instrumentos financeiros classificados como «Ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados», «Ativos financeiros ao justo valor por via de outro rendimento integral» e «Passivos financeiros detidos para negociação» sejam mensurados ao justo valor.

O justo valor é o preço que seria recebido por uma venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo numa transação normal entre operadores de mercado (por outras palavras, não uma liquidação forçada ou venda abaixo do custo) na data da mensuração. O justo valor é um critério de mensuração do mercado não específico da entidade. Uma entidade precisa de avaliar o justo valor de um ativo ou passivo adotando os pressupostos que os operadores de mercado utilizariam ao determinar o preço do ativo ou passivo, assumindo que os operadores de mercado agem com vista a satisfazer os seus próprios interesses económicos da melhor forma possível.

Na determinação do justo valor de um instrumento financeiro, a IFRS 13 estabelece uma hierarquia de critérios em termos de fiabilidade do justo valor de acordo com o grau de discricção aplicado pelas entidades, dando prioridade à utilização de parâmetros de mercado observáveis que reflitam os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam na avaliação (fixação do preço) de um ativo/passivo. São identificados três níveis de «input» diferentes:

- ▶ Nível 1: «inputs» representados por preços (inalterados) cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que podem ser acedidos à data de mensuração;
- ▶ Nível 2: «inputs» que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são direta (como no caso dos preços) ou indiretamente (isto é, como derivados dos preços) observáveis para os ativos ou passivos a serem mensurados;
- ▶ Nível 3: «inputs» não observáveis para o ativo ou passivo.

A escolha entre os métodos acima mencionados não é opcional, uma vez que devem ser aplicados por ordem hierárquica. É dada prioridade absoluta aos preços oficiais disponíveis nos mercados ativos para os ativos e passivos a mensurar (Nível 1) ou para os ativos e passivos mensurados utilizando técnicas de avaliação baseadas em parâmetros de mercado observáveis que não os preços do instrumento financeiro (Nível 2), e é dada uma menor prioridade aos ativos e passivos cujo justo valor é calculado utilizando técnicas de avaliação baseadas em parâmetros que não são observáveis no mercado e que são, portanto, mais discricionários (Nível 3).

Em conformidade com as regras acima descritas, o preço de mercado registado no final do período de relato é utilizado para instrumentos cotados em mercados ativos (Nível 1). O justo valor de instrumentos financeiros não listados em mercados ativos foi determinado utilizando técnicas de avaliação baseadas sobretudo no desconto de fluxos de caixa. As técnicas de avaliação utilizadas incorporam todos os fatores considerados pelo mercado aquando da fixação do preço e baseiam-se sobretudo nos «inputs» do mercado observáveis (Nível 2).

Concretamente:

- ▶ As obrigações são mensuradas descontando os fluxos de caixa futuros previstos no plano contratual do título, utilizando as taxas de mercado ajustadas ao risco de contraparte;
- ▶ Os contratos derivados, que consistem em *swaps* de taxa de juro *overnight* (OIS), são mensurados com base em modelos de avaliação de mercado que utilizam as taxas de mercado como parâmetros predominantes, ajustados ao risco de contraparte. Quando relevante, este risco inclui tanto as alterações na qualidade de crédito da contraparte como as alterações na qualidade de crédito (risco de crédito próprio);

- No caso dos capitais próprios, existe uma hierarquia e uma ordem de aplicação de métodos de mensuração que considera, antes de mais, quaisquer transações no título registadas durante um período de tempo suficientemente curto em comparação com o período de avaliação, transações comparáveis de empresas que operam no mesmo setor e a aplicação de métodos de avaliação analítico-financeiros, baseados em rendimentos e baseados em capitais próprios. O método de mensuração de um instrumento financeiro é adotado numa base contínua, e só é alterado se houver variações significativas no mercado ou nas condições subjetivas do emitente do instrumento financeiro. O Banco não detém quaisquer instrumentos financeiros de Nível 3, exceto os de valor imaterial.

#### **A.4.1 Níveis 2 e 3 de justo valor: técnicas de mensuração e *inputs* utilizados**

As técnicas de avaliação utilizadas são adaptadas às características específicas dos ativos e passivos a avaliar. A escolha dos *inputs* visa maximizar a utilização dos que podem ser observados diretamente no mercado, minimizando a utilização de estimativas internas.

Relativamente aos instrumentos financeiros de Nível 2, representados sobretudo por SWAPS e empréstimos concedidos a clientes e a bancos mensurados ao custo amortizado, as avaliações em 31 de dezembro de 2022 basearam-se em taxas de juro e fatores de volatilidade derivados do mercado. Tendo em conta as transações limitadas do banco no segmento de derivados do mercado de balcão e as suas transações, sobretudo com as contrapartes mais relevantes, baseadas em acordos de garantia de atenuação do risco, as correções efetuadas na mensuração dos instrumentos de Nível 2 para incorporar o risco de contraparte não foram significativas.

Em relação às unidades de participação em OIC de Nível 2, o valor é determinado utilizando o valor oficial líquido do ativo.

O único instrumento classificado como de Nível 3 é o montante devido pelo regime voluntário do Fundo Interbancário de Garantia de Depósitos.

#### **A.4.2 Processos e sensibilidade da mensuração**

Em 31 de dezembro de 2022, conforme mencionado acima, o único instrumento financeiro classificado como Nível 3 é o valor devido pelo esquema voluntário do Fundo Interbancário de Garantia de Depósitos. Foi adotada a mais recente estimativa do justo valor recebida pelo Fundo e preparada por uma grande empresa de consultoria.

#### **A.4.3 Hierarquia do justo valor**

A 31 de dezembro de 2022, tal como em 2021, não havia quaisquer transferências entre o Nível 1, o Nível 2 e o Nível 3.

## A.4.5 Hierarquia do justo valor

### A.4.5.1 Ativos e passivos valorizados ao justo valor numa base recorrente: desagregação por níveis de justo valor

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/passivos financeiros mensurados ao justo valor	31.12.2022			31.12.2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados	7	90 429	104	9	36 484	104
a) ativos financeiros detidos para negociação	7	204		9	4087	
b) ativos financeiros escriturados ao justo valor						
c) outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor		90 225	104		32 400	104
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	225	127 873		167	83 339	
3. Derivados de cobertura					13	
4. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento						
5. Ativos intangíveis						
<b>Total</b>	<b>232</b>	<b>218 303</b>	<b>104</b>	<b>176</b>	<b>119 838</b>	<b>104</b>
1. Passivos financeiros detidos para negociação		950			2725	
2) Passivos financeiros mensurados ao justo valor						
3. Derivados de cobertura		14 314			4814	
<b>Total</b>		<b>15 263</b>			<b>7539</b>	

#### A.4.5.2 Alterações anuais em ativos mensurados ao justo valor numa base recorrente (Nível 3)

(Montantes em milhares de euros)

	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados;			Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Derivados de cobertura	Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	Ativos intangíveis
	Total	dos quais: a) ativos financeiros detidos para negociação	dos quais: b) ativos financeiros escriturados ao justo valor				
<b>1. Saldos iniciais</b>				<b>104</b>			
<b>2. Aumentos</b>							
2.1 Aquisições							
2.2 Lucros reconhecidos em:							
2.2.1 Demonstração de resultados							
- dos quais ganhos							
2.2.2 Capitais próprios		X	X	X			
2.3 Transferências de outros níveis							
2.4 Outros aumentos							
<b>3. Reduções</b>							
3.1 Vendas							
3.2 Resgates							
3.3 Perdas reconhecidas em:							
3.3.1 Demonstração de resultados							
- dos quais perdas							
3.3.2 Capitais próprios		X	X	X			
3.4 Transferências para outros níveis							
3.5 Outras reduções							
<b>4. Saldos finais</b>				<b>104</b>			

A.4.5.4 Ativos e passivos não mensurados ao justo valor ou mensurados ao justo valor numa base não recorrente: desagregação por níveis de justo valor

(Montantes em milhares de euros)

Ativos e passivos não mensurados ao justo valor ou mensurados ao justo valor numa base não recorrente	31.12.2022				31.12.2021			
	QE	N1	N2	N3	QE	N1	N2	N3
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	11 726 530	5 946 465		5 597 303	9 756 006	5 839 220		3 963 385
2. Propriedades de investimento								
3. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas								
<b>Total</b>	<b>11 726 530</b>	<b>5 946 465</b>		<b>5 597 303</b>	<b>9 756 006</b>	<b>5 839 220</b>		<b>3 963 385</b>
1. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	11 933 207	38 648		11 894 231	9 875 043	188 861		9 688 758
<b>Total</b>	<b>11 933 207</b>	<b>38 648</b>		<b>11 894 231</b>	<b>9 875 043</b>	<b>188 861</b>		<b>9 688 758</b>

**Legenda:**

QE = Quantia Escriturada

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

## A.5 INFORMAÇÃO SOBRE O «1.º DIA DE RESULTADOS»

O Banco não detém nem deteve quaisquer ativos financeiros a que esta informação seja aplicável, nos termos da IFRS 7, parágrafo 28.

## Parte B - Informação sobre o Balanço

Todos os montantes indicados nas tabelas são expressos em milhares de euros.

### ATIVOS

#### Secção 1 - Caixa e equivalentes de caixa – Rubrica 10

623 975 mil euros

##### 1.1 Caixa e equivalentes de caixa: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
a) Caixa	206	190
b) Contas correntes e depósitos à ordem nos Bancos Centrais	489 810	360 142
c) Contas correntes e depósitos à ordem nos bancos	133 959	182 895
<b>Total</b>	<b>623 975</b>	<b>543 227</b>

A partir de 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o estabelecido na 7.ª atualização da circular n.º 262/205 do Banco de Itália, a rubrica em questão, para além dos depósitos em numerário e à ordem nos Bancos Centrais, com exceção da reserva obrigatória, também inclui contas à ordem, bem como empréstimos à ordem e os valores a receber (contas correntes e depósitos à ordem) dos bancos.

A partir de 31 de dezembro de 2022, esta rubrica inclui principalmente depósitos sem restrições no Banco de Itália, no montante de 490 milhões de euros (em comparação com 360 milhões de EUR em 31 de dezembro de 2021), bem como contas correntes detidas pela empresa-mãe em bancos terceiros no final de 2022, no montante de 134 milhões de euros.

#### Secção 2 - Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados - Rubrica 20

90 541 mil euros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

- ▶ Ativos financeiros detidos para negociação no valor de 211 mil euros, que inclui sobretudo o justo valor positivo de instrumentos derivados classificados como ativos de negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais de risco de taxa de juro a que a empresa-mãe está exposta;
- ▶ Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor no valor de 90 226 milhões de euros, que incluem sobretudo as «Unidades de participação em OIC» geridas em parte pelo «Fundo italiano de Investimento SGR» e, em menor medida, pelo «Fundo Atlante» e, a partir de 2022, um fundo em que a empresa-mãe tinha subscrito unidades no valor de 60 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. O valor das Unidades de participação em OIC reconhecido nas demonstrações financeiras separadas foi atualizado de acordo com o último valor oficial líquido do ativo disponível disponibilizado por estes fundos.



## 2.1 Ativos financeiros detidos para negociação: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021		
	N1	N2	N3	N1	N2	N3
<b>A. Posição de balanço de ativos financeiros</b>						
1. Títulos de dívida	6			8		
1.1 Títulos estruturados						
1.2 Outros títulos de dívida	6			8		
2. Títulos de capital próprio	1			1		
3. Unidades de participação em OIC						
4. Empréstimos concedidos						
4.1 Acordos de recompra invertidos						
4.2 Outros						
<b>Total (A)</b>	<b>7</b>			<b>9</b>		
<b>B. Derivados</b>						
1. Derivados financeiros		204		4086		
1.1 detidos para negociação		204		4086		
1.2 ligados à opção de justo valor						
1.3 outros						
2. Derivados de crédito						
2.1 detidos para negociação						
2.2 ligados à opção de justo valor						
2.3 outros						
<b>Total (B)</b>		<b>204</b>		<b>4086</b>		
<b>Total (A + B)</b>	<b>7</b>	<b>204</b>		<b>9</b>	<b>4086</b>	

**Legenda:**

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

## 2.2 Ativos financeiros detidos para negociação: desagregação por mutuário/emissor/contraparte

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>A. Posição de balanço de ativos financeiros</b>		
<b>1. Títulos de dívida</b>	<b>6</b>	<b>8</b>
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública	3	4
c) Bancos	2	4
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
<b>2. Títulos de capital próprio</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
a) Bancos		
b) Outras sociedades financeiras:		
das quais: companhias de seguros		
c) Sociedades não financeiras	1	1
d) Outros emitentes		
<b>3. Unidades de participação em OIC</b>		
<b>4. Empréstimos concedidos</b>		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
f) Agregados familiares		
<b>Total A</b>	<b>7</b>	<b>9</b>
<b>B. Derivados</b>	<b>204</b>	<b>4086</b>
a) Contrapartes centrais		
b) Outros	204	4086
<b>Total B</b>	<b>204</b>	<b>4086</b>
<b>Total (A + B)</b>	<b>211</b>	<b>4095</b>

## 2.5 Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021		
	N1	N2	N3	N1	N2	N3
<b>1. Títulos de dívida</b>						
1.1 Títulos estruturados						
1.2 Outros títulos de dívida						
<b>2. Títulos de capital próprio</b>			104			104
<b>3. Unidades de participação em OIC</b>		90 226			32 399	
<b>4. Empréstimos concedidos</b>						
4.1 Acordos de recompra invertidos						
4.2 Outros						
<b>Total</b>		<b>90 226</b>	<b>104</b>		<b>32 399</b>	<b>104</b>

**Legenda:**  
 N1 = Nível 1  
 N2 = Nível 2  
 N3 = Nível 3

## 2.6 Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor: desagregação por mutuário/emitente

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>1. Títulos de capital próprio</b>	104	104
dos quais: bancos		
dos quais: outras sociedades financeiras	104	104
dos quais: outras sociedades não financeiras		
<b>2. Títulos de dívida</b>		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
<b>3. Unidades de participação em OIC</b>	90 226	32 399
<b>4. Empréstimos concedidos</b>		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
f) Agregados familiares		
<b>Total</b>	<b>90 330</b>	<b>32 503</b>

## Secção 3 – Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral – Rubrica 30

128 098 mil euros

A 31 de dezembro de 2022, esta rubrica incluía:

- ▶ a participação no Banco de Itália no valor de 125 milhões de euros;
- ▶ outros pequenos investimentos no valor aproximado de 3 milhões de euros.

Em comparação com o ano passado, a rubrica aumentou significativamente em resultado da aquisição de um investimento adicional no Banco de Itália (de 80 milhões de euros em 2021 para 125 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022), elevando o investimento em capital próprio da empresa-mãe de 1,07 % para 1,67 %.

No que respeita aos investimentos menores em títulos de capital próprio, é de notar que o Banco vendeu uma parte das ações da «Visa» (por 1183 mil euros) e da «Ausilia S.r.l.» (por 306 mil euros) e, no decurso do último trimestre de 2022, adquiriu uma participação na sociedade «Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.p.A.» no valor de 1 milhão de euros (1,17 %).

### 3.1 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: desagregação por tipo

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021		
	N1	N2	N3	N1	N2	N3
<b>1. Títulos de dívida</b>						
1.1 Títulos estruturados						
1.2 Outros títulos de dívida						
<b>2. Títulos de capital próprio</b>	225	127 873		167	83 339	
<b>3. Empréstimos concedidos</b>						
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>127 873</b>		<b>167</b>	<b>83 339</b>	

Legenda:

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

### 3.2 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: desagregação por mutuário/emitente

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>1. Títulos de dívida</b>		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
<b>2. Títulos de capital próprio</b>	<b>128 098</b>	<b>83 506</b>
a) Bancos	125 432	80 374
b) Outros emitentes:	<b>2666</b>	<b>3132</b>
- outras sociedades financeiras	1379	2844
das quais: companhias de seguros		
- sociedades não financeiras	287	288
- outros	1000	
<b>3. Empréstimos concedidos</b>		
a) Bancos Centrais		
b) Organismos de administração pública		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras		
das quais: companhias de seguros		
e) Sociedades não financeiras		
f) Agregados familiares		
<b>Total</b>	<b>128 098</b>	<b>83 506</b>

## Secção 4 - Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Rubrica 40

11 726 530 mil euros

Esta rubrica tem a seguinte composição:

- ▶ Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos no valor de 478 203 mil euros;
- ▶ Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes no valor de 11 248 327 mil euros, que, com base nas orientações da nova IFRS 9, a partir de 1 de janeiro de 2018 inclui também a carteira de títulos «Deter para cobrança» (HTC) no valor de 6 129 228 mil euros.

## Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos

478 203 mil euros

### 4.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de montantes a receber de bancos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022						Total 31.12.2021					
	Quantia Escriturada			Justo valor			Quantia Escriturada			Justo valor		
	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3
<b>A. Empréstimos concedidos e valores a receber de Bancos Centrais</b>	185 349			185 349			156 038			156 038		
1 Depósitos a prazo	11 714			X	X	X	154			X	X	X
2 Reserva obrigatória	173 635			X	X	X	155 885			X	X	X
3. Acordos de recompra invertidos				X	X	X				X	X	X
4 Outros				X	X	X				X	X	X
<b>B. Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos</b>	292 854			292 854			247 860			247 860		
1. Empréstimos concedidos	292 854			292 854			247 860					
1.1 Contas correntes				X	X	X				X	X	X
1.2 Depósitos a prazo	2910			X	X	X	2643			X	X	X
1.3. Outros empréstimos concedidos:	289 943			X	X	X	245 217			X	X	X
- Acordos de recompra invertidos	183 994			X	X	X	160 438			X	X	X
- Empréstimos concedidos para locações				X	X	X				X	X	X
- Outros	105 950			X	X	X	84 779			X	X	X
2. Títulos de dívida												
2.1. Títulos estruturados												
2.2. Outros títulos de dívida												
<b>Total</b>	<b>478 203</b>			<b>478 203</b>			<b>403 898</b>			<b>403 890</b>		

**Legenda:**

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

Tal como mencionado acima, a partir de 31 de dezembro de 2021, em conformidade com o disposto na 7.ª atualização da Circular n.º 262/205 do Banco de Itália, todos os depósitos à ordem nos Bancos Centrais, com exceção da reserva obrigatória, bem como as contas correntes e os empréstimos à ordem e valores a receber (contas correntes e depósitos à ordem) junto de bancos foram reclassificados para a rubrica 10 «Caixa e equivalentes de caixa» da Posição de balanço.

Por conseguinte, em 31 de dezembro de 2022, a rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de Bancos Centrais - Reserva Obrigatória», no montante de 174 milhões de euros, inclui também os montantes depositados em cumprimento das reservas obrigatórias dos bancos clientes, para os quais a empresa-mãe presta o serviço indiretamente, enquanto a rubrica «Depósitos a prazo» inclui o saldo do montante depositado junto do banco nacional da Polónia (*Narodowy Bank Polski*) para o financiamento efetuado pela sucursal polaca através do «Lokata Facto», no montante de 11 714 mil euros.

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - depósitos a prazo» refere-se, no montante de 2910 mil euros, ao montante depositado no Banco de Espanha como CRM (Coeficiente de Reservas Mínimas), relativo ao financiamento efetuado pela sucursal espanhola do Banco através da «Cuenta Facto».

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Acordos de recompra invertidos, no montante de 184 milhões de euros, refere-se a contratos regidos por Acordos principais globais de recompra (GMRA) com outros bancos.

Os «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos - Outros» consistem principalmente em contas comerciais a receber, ou seja, contas comerciais a receber relativas a transações ligadas à prestação de serviços e, em particular, a posições diárias relacionadas com a prestação de serviços de liquidação por meio de cartões de pagamento.

A rubrica não inclui quaisquer ativos sujeitos a imparidade.

## Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes

11 726 530 mil euros, incluindo títulos da carteira «Deter para cobrança» (HTC) no valor de 6 130 036 mil euros

A partir de 1 de janeiro de 2018, a rubrica «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes» inclui títulos de dívida na carteira «Deter para cobrança (HTC)», para além de empréstimos a clientes, de acordo com as atualizações da Circular n.º 262 do Banco de Itália, em conformidade com a nova IFRS 9.

Esta rubrica inclui sobretudo empréstimos concedidos a clientes no valor de 5 119,1 milhões de euros (sobretudo montantes a receber de devedores relacionados com atividades de *factoring*) e 6 129,2 milhões de euros em títulos de dívida da carteira HTC.

Os valores a receber de clientes por parte do BFF são mensurados ao custo amortizado, determinados com base no valor presente de futuros fluxos de caixa estimados.

Os valores a receber sem recurso incluem capital principal e juros de mora corridos desde a data de vencimento do valor a receber. Para o apuramento do custo amortizado, incluindo os juros de mora reconhecidos com base no princípio da especialização económica, o BFF Bank atualiza anualmente as séries cronológicas de dados relativos às percentagens de cobrança de juros de mora e aos prazos, altura em que são elaboradas as demonstrações financeiras. Após esta análise, em 31 de dezembro de 2022, com base nas séries cronológicas, o Banco decidiu alterar a sua abordagem para estimar os juros de mora a incluir no custo amortizado, assumindo assim uma percentagem de cobrança de 50 % em vez dos anteriores 45 %, e alterando o prazo médio de cobrança de 1800 para 2100 dias devido aos impactos da crise provocada pela pandemia da COVID-19, que influenciou a suspensão dos prazos das atividades processuais.

O valor cumulativo de juros de mora a que o BFF Bank tem direito, mas ainda não cobrados, relativos a valores a receber adquiridos a título definitivo (Provisão para juros de mora), ascendeu a 686,3 milhões de euros, dos quais apenas 317,9 milhões de euros foram reconhecidos na demonstração de resultados do período e em períodos anteriores.

Esta rubrica inclui igualmente as despesas de cobrança («40 euros»). O Decreto Legislativo italiano n.º 231 de 10/9/2002, que aplica a Diretiva 2000/35/CE que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, estabelece



a título de indemnização por despesas de cobrança que *«É devido ao credor, sem que seja necessária a colocação em incumprimento, um montante fixo de 40 euros a título de indemnização por perdas e danos, sem prejuízo da prova de danos superiores, que podem incluir despesas de assistência à cobrança da dívida»*.

A interpretação do BFF foi confirmada pelo recente acórdão ganho pelo BFF no Tribunal de Justiça da União Europeia, em 20 de outubro de 2022, que constitui a interpretação vinculativa também para as decisões nacionais de todos os Estados-Membros, e confirmou o direito de recuperar pelo menos 40 euros por cada fatura vencida em relação à Administração Pública, independentemente do montante e de um determinado número de faturas fazer parte de um único acordo de pagamento.

Por conseguinte, a empresa-mãe acompanhou as cobranças das despesas de cobrança para desenvolver uma série cronológica que tem atualmente uma profundidade de 4 anos. Tendo em conta a jurisprudência recente, a tendência de aumento da cobrança e as percentagens crescentes de cobrança alinhadas com as dos juros de mora, foi tomada a decisão de incluir este tipo de receitas nas demonstrações financeiras, modificando o método de estimativa das receitas, contabilizando 50 % no momento do acréscimo e reconhecendo simultaneamente o respetivo valor a receber.

O valor cumulativo das despesas de cobrança a que o BFF Bank tem direito, mas ainda não cobradas, relativas a valores a receber adquiridos a título definitivo («provisão de 40 euros») ascendeu a 190,5 milhões de euros, dos quais apenas 94,5 milhões de euros reconhecidos na demonstração de resultados do exercício, em resultado da transição da contabilidade de caixa para a contabilidade de exercício durante o exercício.

Os títulos de dívida classificados na carteira HTC, no valor de 6129 milhões de euros, são mensurados ao custo amortizado. Os juros pertinentes são, por conseguinte, reconhecidos na demonstração de resultados utilizando a taxa de rendimento efetiva.

Em 31 de dezembro de 2022, esta carteira é composta exclusivamente por títulos de dívida pública adquiridos para cobrir o risco de liquidez e otimizar o custo do dinheiro. Esta apresenta um valor nominal total de 6125 milhões de euros e um justo valor de 5946 milhões de euros, com um desvio negativo (antes de impostos) de cerca de 183 milhões de euros em relação à quantia escriturada à mesma data, não reconhecida nas demonstrações financeiras.

## 4.2 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de empréstimos concedidos a clientes

11 726 530 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022						Total 31.12.2021					
	Quantia Escriturada			Justo valor			Quantia Escriturada			Justo valor		
	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	dos quais: adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	N1	N2	N3
<b>1. Empréstimos concedidos</b>	<b>4 867 119</b>	<b>246 308</b>	<b>5672</b>			<b>5 119 099</b>	<b>3 474 899</b>	<b>79 295</b>	<b>5287</b>			<b>3 559 481</b>
1.1 Contas correntes	30 986	391		X	X	X	20 498	1141				X X X
1.2 Reposição inversa «reverse repo»	67 897			X	X	X	127 451					X X X
1.3 Hipotecas				X	X	X						X X X
1.4 Cartões de crédito e empréstimos concedidos pessoais, incluindo empréstimos com garantia salarial	173			X	X	X	469					X X X
1.5 Locações financeiras				X	X	X						X X X
1.6. <i>Factoring</i>	2 507 838	224 021	5672	X	X	X	1 985 606	76 462	5287			X X X
1.7 Outros empréstimos concedidos	2 260 225	21 896		X	X	X	1 340 875	1692				X X X
<b>2. Títulos de dívida</b>	<b>6 129 228</b>		<b>5 946 465</b>				<b>5 792 627</b>		<b>5 839 220</b>			
2.1. Títulos estruturados												
2.2. Outros títulos de dívida	6 129 228		5 946 465				5 792 627		5 839 220			
<b>Total</b>	<b>10 996 347</b>	<b>246 308</b>	<b>5672</b>	<b>5 946 465</b>		<b>5 119 099</b>	<b>9 267 526</b>	<b>79 295</b>	<b>5287</b>	<b>5 839 220</b>		<b>3 559 481</b>

**Legenda:**

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

- ▶ O *factoring* de exposições produtivas ascendeu a um total de 1 2 507 838 mil euros e consistiu exclusivamente em valores a receber adquiridos a título definitivo, registados sob o nome do devedor atribuído, com as condições de desreconhecimento, e mensurados ao custo amortizado.

As contas comerciais a receber sem recurso são adquiridas sobretudo já vencidas, e a respetiva parte em capital é considerada cobrável. O direito aos juros de mora acrescidos e corridos sobre os mesmos e o direito às despesas de cobrança no seu vencimento são adquiridos aquando da compra.

As contas comerciais a receber adquiridas abaixo do valor nominal totalizaram 25 041 mil euros relativos a juros de mora e 3410 mil euros relativos a despesas de cobrança.

- ▶ Outros empréstimos produtivos a receber de clientes ascendiam a 2 260 225 mil euros. Estes incluíam sobretudo:
  - Juros de mora acumulados no valor aproximado de 176.306 mil euros. Esta quantia já foi reconhecida na demonstração de resultados no exercício em curso e em exercícios anteriores e apenas se refere a juros de mora acrescidos sobre o capital principal já cobrados. Por conseguinte, dos 318 milhões de euros de juros de mora reconhecidos na demonstração de resultados, e referentes à provisão existente em 31 de dezembro de 2022, 176 milhões de euros referem-se à rubrica

em análise, enquanto o montante remanescente de 130 milhões de euros foi reconhecido na rubrica «*factoring*» e 11 milhões de euros na rubrica de «outros créditos vencidos»;

â Despesas de cobrança no valor de 84 304 mil euros; este montante, juntamente com os 7 521 mil euros classificados em empréstimos objeto de imparidade, já foi transferido para a demonstração de resultados e refere-se a despesas de cobrança já acumuladas sobre créditos comerciais adquiridos a título definitivo.

â Empréstimos entre empresas concedidos à subsidiária BFF Finance Iberia e ao BFF Polska Group num total de 1509 172 milhões de euros;

â Depósitos de títulos de aproximadamente 242 176 mil euros para atividades de liquidação relacionadas com as transações típicas das áreas de negócio de Serviços de Títulos e Pagamentos Bancários;

â Depósitos de títulos para transações em vigor com a «Cassa Compensazione e Garanzia» no valor de 268 305 milhões de euros.

▶ Acordos de recompra invertidos no valor de 67 897 mil euros. Estes são exposições decorrentes de contratos com clientes regulados pelo Acordo principal global de recompra (GMRA).

▶ Os serviços de crédito em conta corrente no valor de 30 986 mil euros destinam-se à utilização de linhas de crédito concedidas a empresas de gestão de ativos e fundos que utilizam os serviços do banco depositário (como parte dos serviços oferecidos pela unidade de negócios Serviços de Títulos) ou por clientes empresariais a quem são prestados serviços de cobrança e pagamento (como parte dos serviços prestados pelo Departamento de Pagamentos Bancários).

▶ Os ativos objeto de imparidade líquidos do BFF totalizavam 251 980 mil euros. Estes incluem:

â Os empréstimos improdutos são exposições a partes que se encontram em estado de insolvência ou em situações basicamente semelhantes, independentemente de quaisquer projeções de perdas feitas pela empresa-mãe.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de empréstimos improdutos, líquido de imparidades, ascendeu a 80271 mil euros, dos quais 5672 mil euros adquiridos já sujeitos a imparidade. Os empréstimos improdutos líquidos relativos a municípios italianos e a governos distritais em dificuldades financeiras ascendiam a 79 662 mil euros, representando 99,2 % do total. Este caso é classificado como «improdutivo», em conformidade com as indicações fornecidas pela Autoridade de Supervisão, não obstante o facto de o BFF ter direito a receber 100 % do capital principal e juros de mora no final do processo de insolvência.

A parte da provisão para juros de mora relativa a exposições improdutivas, reconhecida no momento da alteração nas estimativas em 2014, era igual a 997 mil euros, integralmente sujeito a imparidade. Ao ter em conta também esta quantia, os empréstimos improdutos brutos ascenderam a 83 358 mil euros e as correções relevantes totalizaram 3087 mil euros.

â A rubrica «Exposições com probabilidade reduzida de pagamento» reflete o parecer do intermediário sobre a improbabilidade de - excluindo ações como a execução de garantias - o devedor cumprir na íntegra (em termos de capital e/ou juros) as suas obrigações em matéria de crédito. Esta avaliação deve ser realizada independentemente da existência de quaisquer montantes vencidos e em dívida (ou prestações).

A 31 de dezembro de 2022, as exposições brutas classificadas como «com probabilidade reduzida de pagamento» ascendiam a 1593 mil euros, amortizados em 774 mil euros. A exposição líquida ascende, por portanto, a 819 mil euros.

â As exposições líquidas vencidas totalizaram 170 890 mil euros, dos quais 166 892 mil euros (97,7 %) atribuíveis a contrapartes da administração pública e empresas do setor público. O valor manteve-se alinhado com o registado a 30 de setembro de 2022, data em que as contas comerciais a receber classificadas como vencidas aumentaram em resultado das interpretações mais rigorosas sobre a nova «Definição de Incumprimento» (ou «Nova DoD», Orientações sobre a aplicação da definição de incumprimento nos termos do Artigo 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013) emitido pelo Banco de Itália em 23 de setembro de 2022. No entanto, não se verificou um aumento do perfil de risco efetivo da carteira de empréstimos.

## Justo valor

A rubrica «Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes» da demonstração financeira refere-se sobretudo a contas comerciais a receber sem recurso, para os quais não existe um mercado ativo e líquido. Existem, nomeadamente, contas comerciais vencidas a receber de organismos da administração pública para as quais não pode ser determinado facilmente um preço numa transação hipoteticamente independente, em parte devido à dificuldade em avaliar razoavelmente o risco de liquidez que seria aceite pelo mercado para essas transações.

Consequentemente, a quantia escriturada (determinada com base no custo amortizado e tendo em conta qualquer imparidade individual e coletiva), em relação à natureza, tipo, duração desses ativos e projeções de cobrança relacionadas, foi considerada como sendo substancialmente representativa do justo valor dessas contas comerciais a receber à data de relato.

### 4.3 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por mutuário/emitente de empréstimos a clientes

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021		
	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade	Fase 1 e Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade
<b>1. Títulos de dívida</b>	<b>6 129 228</b>			<b>5 792 627</b>		
a) Organismos de administração pública	6 129 228			5 792 627		
b) Outras sociedades financeiras:						
das quais: companhias de seguros						
c) Sociedades não financeiras						
<b>2. Empréstimos concedidos a:</b>	<b>4 867 119</b>	<b>246 308</b>	<b>5672</b>	<b>3 474 900</b>	<b>79 295</b>	<b>5287</b>
a) Organismos de administração pública	2 702 696	241 080	5672	2 092 928	77 056	5287
b) Outras sociedades financeiras:	1 997 982	391		1 261 221	1141	
das quais: companhias de seguros	605			4		
c) Sociedades não financeiras	117 572	2748		85 070	719	
d) Agregados familiares	48 869	2088		35 681	379	
<b>Total</b>	<b>10 996 347</b>	<b>246 308</b>	<b>5672</b>	<b>9 267 526</b>	<b>79 295</b>	<b>5287</b>

As exposições a sociedades financeiras referem-se principalmente a empréstimos concedidos às subsidiárias BFF Finance Iberia e BFF Polska Group (num montante total de 1 509 milhões de euros) e à *Cassa di Compensazione e Garanzia* no valor de 268,3 milhões de euros.

#### 4.4 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: montante bruto e correções totais

(Montantes em milhares de euros)

	Valor bruto					Total de correções				Anul ações (*) (write- offs) totais parciais
	Fase 1 dos quais: instrumen- tos com baixo risco de crédito	Fase 2	Fase 3 Adquiridos ou originados objeto de imparidad e de crédito	Fase 1 Adquiridos ou originados objeto de imparidad e de crédito	Fase 2	Fase 3	Fase 3 Adquiridos ou originados objeto de imparidad e de crédito	Fase 3 Adquiridos ou originados objeto de imparidad e de crédito		
Títulos de dívida	6 130 036					809				
Empréstimos	4 415 955	930 007	249 484	5678	445	194	3176	6		
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>10 545 991</b>	<b>- 930 007</b>	<b>249 484</b>	<b>5678</b>	<b>1254</b>	<b>194</b>	<b>3176</b>	<b>6</b>		
<b>Total 31.12.2021</b>	<b>8 963 223</b>	<b>- 709 997</b>	<b>83 088</b>	<b>5493</b>	<b>1679</b>	<b>118</b>	<b>3793</b>	<b>206</b>		

(\*) Valor fornecido para fins informativos.

### Secção 5 - Derivados de cobertura - Rubrica 50

A rubrica é igual a zero.

#### 5.1 Derivados de cobertura: desagregação por tipo de cobertura e nível

(Montantes em milhares de euros)

	Justo valor 31.12.2022			VN 31.12.2022	Justo valor 31.12.2021			VN 31.12.2021
	N1	N2	N3		N1	N2	N3	
<b>A. Derivados financeiros</b>								<b>17 403</b>
1) Justo valor								
2) Fluxos de caixa								17 403
3) Investimentos estrangeiros								
<b>B. Derivados de crédito</b>								
1) Justo valor								
2) Fluxos de caixa								
<b>Total</b>							<b>13</b>	<b>17 403</b>

**Legenda:**

VN = Valor nocional

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

A rubrica inclui o justo valor positivo relativo a coberturas de *swap* de taxa de juro com nocional em zlotis definido com o objetivo de cobrir os empréstimos desembolsados em zlotis às subsidiárias polacas ao abrigo dos atuais acordos entre empresas. Esta rubrica em 31 de dezembro de 2022 é igual a zero.

## 5.2 Derivados de cobertura: desagregação por carteiras cobertas e tipo de cobertura

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica em questão era igual a zero.

## Secção 7 - Investimentos em capitais próprios - Rubrica 70

151 876 mil euros

A rubrica totalizou 152 milhões de euros e consistiu em investimentos no BFF Polska Group, BFF Finance Iberia, BFF Immobiliare S.r.l. (criada em janeiro de 2022) e BFF Techlab S.r.l. (adquirida em outubro de 2022), todas controladas exclusivamente pela empresa-mãe BFF Bank, que detém 100 % do capital, bem como pela Unione Fiduciaria, com um investimento em capitais próprios no valor de 26,46 % do capital social e resultante da fusão do DEPObank em março de 2021, reconhecida nas demonstrações financeiras por 8,6 milhões de euros.

Todos os investimentos são registados nas demonstrações financeiras separadas de acordo com o método de custo.

### 7.1 Investimentos em capitais próprios: informações sobre relações de investimento

Nome	Sede social	Escritório de operações	Participação %	Direitos de voto %
A. Empresas inteiramente controladas				
1. BFF Finance Iberia, S.A.	Madrid (Espanha)	Madrid (Espanha)	100 %	100 %
2. BFF Polska S.A.	Łódź (Polónia)	Łódź (Polónia)	100 %	100 %
3. BFF Immobiliare S.r.l.	Milão (Itália)	Milão (Itália)	100 %	100 %
4. BFF TechLab S.r.l.	Brescia (Itália)	Brescia (Itália)	100 %	100 %
B. Empresas controladas conjuntamente				
C. Empresas sobre as quais é exercida uma influência significativa				
1. Unione Fiduciaria	Milão (Itália)	Milão (Itália)	26,46 %	26,46 %

## 7.5 Investimentos em capitais próprios: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>A. Saldo inicial</b>	150 491	141 927
<b>B. Aumentos</b>		
B.1 Aquisições	1384	
B.2 Ganhos por imparidade		
B.3 Reavaliações		
B.4 Outras alterações		8564
<b>C. Reduções</b>		
C.1 Vendas		
C.2 Perdas por imparidade		
C.3 Imparidade		
C.4 Outras alterações		
<b>D. Saldo final</b>	151 876	150 491
<b>E. Total de reavaliações</b>		
<b>F. Total de correções</b>		

Os aumentos referem-se às participações de 100 % na recém-criada BFF Immobiliare S.r.l. e na recém-adquirida BFF TechLab S.r.l. (equivalentes a 1 milhão de euros e 384 mil euros, respetivamente).

## Secção 8 - Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento - Rubrica 8o

27 763 mil euros

### 8.1 Ativos tangíveis com utilização funcional: desagregação dos ativos mensurados ao custo

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/Montantes	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>1. Ativos detidos</b>		
a) terrenos	6325	6326
b) edifícios	9361	11 017
c) mobiliário	165	210
d) sistemas eletrónicos	925	1344
e) outros	312	448
<b>2. Ativos sob direito de uso</b>		
a) terrenos		
b) edifícios	10 188	13 097
c) mobiliário		
d) sistemas eletrónicos		
e) outros	487	696
<b>Total</b>	<b>27 763</b>	<b>33 138</b>
dos quais: obtidos da aplicação de garantias recebidas		

### 8.6 Ativos tangíveis com utilização funcional: alterações anuais

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» ascendia a um total de 27 763 mil euros. A rubrica era composta sobretudo por:

- ▶ Terrenos no valor de 6 325 mil euros,
- ▶ Edifícios (incluindo manutenção extraordinária capitalizada) no valor de 9 631 euros, incluindo também o imóvel de Roma na Via Elio Chianesi 110/d, propriedade do DEPObank, bem como o imóvel na Via Domenichini 5;
- ▶ Ativos sob direito de uso relacionados com a aplicação da IFRS 16 sobre locações no valor de 10 675 mil euros, dos quais 10 188 mil euros relativos a ativos em regime de locação pela empresa-mãe e pelas suas sucursais no estrangeiro. Para informação adicional sobre esta questão, consultar a Secção M das Notas anexas.

No decurso de 2022, a empresa-mãe vendeu o imóvel em Roma na via Bertoloni, realizando ganhos de capital brutos do efeito fiscal de 317 mil euros.

Nas demonstrações financeiras separadas, no que se refere ao âmbito do BFF, os terrenos e edifícios detidos em Milão (Via Domenichino 5) foram reconhecidos separadamente com base numa avaliação levada a cabo pela mesma empresa que determinou o seu valor.



## Secção 9 - Ativos intangíveis - Rubrica 90

36 142 mil euros

### 9.1 Ativos intangíveis: desagregação por tipo de ativo

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/Montantes	Total 31.12.2022		Total 31.12.2021	
	Vida útil definida	Vida útil indefinida	Vida útil definida	Vida útil indefinida
<b>A.1 Goodwill</b>		X		X
<b>A.2 Outros ativos intangíveis</b>	36 142		34 308	
dos quais: <i>software</i>	10 993		7 469	
A.2.1 Ativos mensurados ao custo:				
a) ativos intangíveis gerados internamente				
b) outros ativos	36 142		34 308	
A.2.2 Ativos mensurados ao justo valor:				
a) ativos intangíveis gerados internamente				
b) outros ativos				
<b>Total</b>	<b>36 142</b>		<b>34 308</b>	

**Legenda:**

DEF: vida útil definida

INDEF: vida útil indefinida

Os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, líquido de amortização, calculado com base na respetiva vida útil estimada.

Em conformidade com a IAS 38, parágrafo 118, alínea a), as taxas de amortização aplicadas baseiam-se nas vidas úteis previstas dos ativos intangíveis.

A rubrica da linha é composta, em grande parte, pelo montante de Contratos de Cliente igual a 21 828 mil euros (ativos intangíveis com uma vida útil definida, resultantes da finalização da Afetação do Preço de Compra na aquisição do antigo DEPObank).

#### Mensuração do justo valor do Contrato de Cliente reconhecido nas demonstrações financeiras e relativo à Unidade de negócio de Serviços de Títulos.

No que diz respeito ao Contrato de Cliente da Unidade de negócios Serviços de Títulos surgida durante a PPA, relacionada com a concentração de atividades empresariais com o DEPObank, a rescisão recebida do cliente Arca Fondi SGR (recebida em novembro de 2021 a partir de 2023) constituiu um evento desencadeador nos termos das IFRS. Por conseguinte, já em 2021, o seu justo valor foi estimado.

Em particular, o acontecimento em questão teve como consequência:

- (i) a necessidade de repetir a medição em 31 de dezembro de 2021 (em conformidade com a IAS 36),
- (ii) a necessidade de avaliar se a vida útil remanescente (de acordo com a IAS 38) do ativo intangível (que durante a PPA foi assumida como sendo igual a 10,5 anos) tinha mudado.

Conforme consta das demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2021, a partir desse ano a estimativa do valor de uso que surgiu foi alinhada com os resultados da PPA e, portanto, a estabilidade do valor dos ativos intangíveis reconhecidos nas Demonstrações Financeiras separadas foi confirmada.

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a IAS 36, a empresa-mãe repetiu o teste de imparidade para verificar se o contrato de cliente em questão tinha mantido o seu valor.

Em particular, no que respeita à avaliação efetuada em 2021, em 31 de dezembro de 2022:

- a) foi confirmada a utilização de uma taxa que não tem em conta o risco decorrente de uma elevada concentração de clientes;
- b) foi considerada a receita (receitas líquidas de taxas e comissões) estimada para 2023 em relação aos clientes existentes em 31 de dezembro de 2022;
- c) foi utilizada uma vida residual igual à da PPA, reduzida pelo tempo decorrido desde a data de avaliação;
- d) foi considerada a mesma margem das relações com clientes assumida para a PPA;
- e) foi utilizado um custo de oportunidade do capital próprio estimado em 11,26 %. Para estimar o custo de oportunidade do capital próprio (custo do capital próprio - «coe») foi utilizado o Modelo de avaliação dos ativos financeiros, ajustado para considerar a dimensão reduzida do BFF e das suas UGC, com base no qual:

$$Coe = Sem\ risco_t + \beta \times (Prémio\ por\ risco\ do\ capital\ próprio) + Prémio\ de\ dimensão$$

Sem risco t = para considerar os efeitos da guerra Rússia/Ucrânia, como sugerido pela ESMA e pela Autoridade de Avaliação Italiana, e para incorporar a tendência de subida das taxas de juro, em descontinuidade parcial com o método utilizado no ano anterior, a taxa sem risco foi estimada com base no rendimento até à maturidade da taxa do governo italiano a dez anos, correspondente à média de 6 meses à data de 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2021 foi considerada a média de 1 ano) dos rendimentos até à maturidade da referência em títulos do governo a dez anos da fonte Datastream;

$\beta$  = coeficiente que exprime o risco de um título, estimado para as UGC como sendo igual a 0,97x e baseado, em continuidade com o método aplicado no ano anterior, nos rendimentos históricos mensais a 5 anos dos títulos de empresas comparáveis (a operar no setor dos Serviços de Títulos) e nos respetivos índices do mercado local.

Prémio de risco de capital próprio = prémio de risco de mercado. Com o novo cenário de taxas, optou-se por tomar como medida do prémio de risco do capital próprio o prémio de risco histórico estimado pelo Credit Suisse (Credit Suisse Global Investment Returns Yearbook 2022) dos diferentes países da UE, ponderado pelo peso de cada país, tal como calculado pela agência da UE BEREC (Organismo dos Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas) no documento datado de 06.09.2022 e intitulado «WACC parameter calculations according to the European Commission's WACC Notice of 6th November 2019 (WACC parameters Report 2022)». Este prémio de risco está alinhado em 5,7 %.

Prémio por dimensão = prémio de risco por dimensão reduzida e alinhado com o prémio por risco histórico inquirido pelos académicos Fama e franceses desde 1970. Esta estimativa em 31 de dezembro de 2022 é de 1,9%.

Assim sendo, o justo valor estimado da Relação com Clientes em 31 de dezembro de 2022 era de 9,6 milhões de euros, inferior à quantia escriturada do ativo intangível na mesma data, tornando-se assim necessário registar uma perda por imparidade (de 1,1 milhões de euros) de forma a ajustar a quantia escriturada aos resultados do teste de imparidade.

Por último, para além dos contratos com os clientes, a rubrica inclui também outros ativos intangíveis com vida útil definida que se referem a investimentos em novos programas informáticos plurianuais, amortizados linearmente ao longo da sua vida útil estimada (4 anos).

## 9.2 Ativos intangíveis: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Goodwill	Outros ativos intangíveis: gerados internamente		Outros ativos intangíveis: outros		Total
		DEF	INDEF	DEF	INDEF	
<b>A. Saldo inicial</b>				<b>38 979</b>		<b>38 979</b>
A.1 Total das perdas líquidas por imparidade				(4671)		(4671)
A.2 Saldos iniciais líquidos				<b>34 308</b>		<b>34 308</b>
<b>B. Aumentos</b>						
B.1 Aquisições				12 910		<b>12 910</b>
B.2 Aumentos em ativos gerados internamente	X					
B.3 Reversões de perdas por imparidade	X					
B.4 Aumentos no justo valor						
- no património líquido	X					
- aos lucros ou perdas	X					
B.5 Ganhos cambiais						
B.6 Outros aumentos						
<b>C. Reduções</b>						
C.1 Vendas						
C.2 Amortização e perdas por imparidade						
- Amortização	X			(9973)		<b>(9973)</b>
- Perdas por imparidade				(1103)		<b>(1103)</b>
+ Capitais próprios	X					
+ Lucros ou perdas				(1103)		<b>(1103)</b>
C.3 Reduções ao justo valor						
- no património líquido	X					
- aos lucros ou perdas	X					
C.4 Transferências para ativos não correntes detidos para venda						
C.5 Perdas cambiais						
C.6 Outras alterações						
<b>D. Saldos finais líquidos</b>				<b>36 142</b>		<b>36 142</b>
D.1 Total das perdas líquidas por imparidade				(7163)		<b>(7163)</b>
<b>E. Saldos finais brutos</b>				<b>43 305</b>		<b>43 305</b>
F. Mensuração ao custo				<b>43 305</b>		<b>43 305</b>

**Legenda:**

DEF: vida útil definida

INDEF: vida útil indefinida

## Secção 10 - Ativo e passivo por impostos - Rubrica 100 de ativos e Rubrica 60 de passivos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos e passivos por impostos correntes ascendem a 53 243 mil euros e 128 840 mil euros, respetivamente, e incluem o saldo líquido das posições fiscais da empresa-mãe relativamente às autoridades fiscais, de acordo com o disposto na IAS 12. Em particular, estes elementos incluem o saldo líquido dos passivos por impostos correntes do ano, calculado de acordo com uma estimativa prudencial do encargo fiscal devido para o exercício, determinado com base no código fiscal corrente, e os ativos por impostos correntes representados por pré-pagamentos efetuados no decurso do exercício. Os impostos correntes correspondem à quantia de impostos sobre o rendimento devidos para o exercício.

Recorde-se que, em 2021, o valor fiscal e o valor contabilístico relativos ao *goodwill* de Pagamentos Bancários decorrente do DEPObank foram alinhados (ver o que está descrito na rubrica específica 100 «Ativos intangíveis» da Posição de balanço de ativos financeiros - Ativos) na sequência do pagamento de um imposto alternativo igual a 2,4 milhões de euros, resultando num efeito positivo líquido de 23,7 milhões de euros nos impostos sobre o rendimento do exercício. Além disso, a rubrica também inclui a quota-parte dos ativos por impostos diferidos decorrentes das demonstrações financeiras do DEPObank relativas ao *goodwill* e à perda fiscal realizada no final de 2020.

### 10.1 Ativos por impostos diferidos: desagregação

55 243 mil euros

As principais componentes dos ativos por impostos diferidos incluem a parte de quantias dedutíveis em anos futuros de correções a empréstimos concedidos e valores a receber, o acréscimo para obrigações de benefícios a funcionários diferidos e a depreciação e amortização, cujo reconhecimento é diferido para efeitos de imposto.

### 10.2 Passivos por impostos diferidos: composição

106 292 mil euros

Os passivos por impostos diferidos dizem sobretudo respeito às taxas sobre os juros de mora do BFF Bank, reconhecidos nas demonstrações financeiras num regime de acréscimo, mas que farão parte do lucro tributável em anos futuros posteriormente à cobrança, em conformidade com o artigo 109.º, n.º 7, do Decreto Presidencial italiano n.º 917 de 1986, bem como à provisão para perdas por imparidade de anos anteriores.

### 10.3 Alterações nos ativos por impostos diferidos (por via dos resultados)

54 840 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>1. Saldo inicial</b>	55 188	6 739
<b>2. Aumentos</b>		
2.1 Ativos por impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) reversões de perdas por imparidade		
d) outros	8 457	32 106
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos		36 072
<b>3. Reduções</b>		
3.1 Ativos por impostos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões	(8 805)	(19 729)
b) imparidade por elementos não recuperáveis		
c) alterações nas políticas contabilísticas		
d) outros		
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções:		
a) transformação em créditos fiscais ao abrigo da Lei italiana no. 214/2011		
b) outros		
<b>4. Saldo final</b>	<b>54 840</b>	<b>55 188</b>

### 10.3 bis Alteração nos ativos por impostos diferidos ao abrigo da Lei italiana n.º 214/2011

15 187 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>1. Saldo inicial</b>	17 400	496
<b>2. Aumentos</b>	-	18 918
<b>3. Reduções</b>		
3.1 Reversões	(2,213)	(2014)
3.2 Transformação em créditos fiscais		
a) decorrente de perdas no exercício		
b) decorrente de perdas fiscais		
3.3 Outras reduções		
<b>4. Saldo final</b>	<b>15,187</b>	<b>17 400</b>

### 10.4 Alteração nos passivos por impostos diferidos (por via dos resultados)

106 180 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>1. Saldo inicial</b>	96 255	78 340
<b>2. Aumentos</b>		
2.1 Passivos por impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros	11 529	30 487
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos		5019
<b>3. Reduções</b>		
3.1 Passivos por impostos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões	(1604)	(17 591)
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros		
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções		
<b>4. Saldo final</b>	<b>106 180</b>	<b>96 255</b>

### 10.5 Alteração nos ativos por impostos diferidos (registados nos capitais próprios)

403 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>1. Saldo inicial</b>	451	586
<b>2. Aumentos</b>		
2.1 Ativos por impostos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros		
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos	261	657
<b>3. Reduções</b>		
3.1 Ativos por impostos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões		
b) imparidade por elementos não recuperáveis		
c) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
d) outros	(308)	(793)
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções		
<b>4. Saldo final</b>	<b>403</b>	<b>451</b>



## 10.6 Alteração nos passivos por impostos diferidos (registados nos capitais próprios)

112 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>1. Saldo inicial</b>	168	33
<b>2. Aumentos</b>		
2.1 Passivos diferidos reconhecidos durante o exercício		
a) relativos a exercícios anteriores		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros		17 726
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de tributação		
2.3 Outros aumentos	26	120
<b>3. Reduções</b>		
3.1 Passivos diferidos cancelados durante o exercício		
a) reversões		
b) devidos a alterações nas políticas contabilísticas		
c) outros	(83)	(17 711)
3.2 Reduções nas taxas de tributação		
3.3 Outras reduções		
<b>4. Saldo final</b>	<b>112</b>	<b>168</b>

## Secção 12 - Outros ativos - Rubrica 120

### 12.1 Outros ativos: desagregação

389 016 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos de títulos	4 060	3 816
Faturas emitidas e a emitir	13 003	16 509
Fluxos de pagamento a creditar	86 970	110 638
Outras exposições	44 787	28 867
Rendimento acumulado e despesas pré-pagas	18 723	28 352
Ativos por impostos Ecobonus	221 474	17 678
<b>Total</b>	<b>389 016</b>	<b>205 860</b>

Os «Fluxos de pagamento a creditar» referem-se a contas provisórias com saldo devedor que se enquadram no âmbito da intermediação de pagamentos bancários e incluem liquidações que foram suspensas nos primeiros dias úteis após a data de relato das presentes demonstrações financeiras separadas.

«Rendimento acumulado e despesas pré-pagas» refere-se sobretudo ao diferimento de custos relativos a despesas administrativas.

«Outros ativos de exposições» referem-se principalmente a contas não comerciais a receber de diversos devedores, elementos pendentes e encargos legais a recuperar.

Os ativos por impostos Ecobonus referem-se a ativos por impostos adquiridos com operações de *factoring* sem recurso e resultantes de incentivos fiscais existentes. Tal como estabelecido pela regulamentação fiscal em vigor, os ativos por impostos em questão são utilizados para compensar o pagamento de impostos e contribuições e são classificados na rubrica 130 «Outros ativos» do Ativo, de acordo com o que foi definido pelo Banco de Itália.

Em comparação com o ano anterior, esta rubrica aumentou significativamente em consequência das aquisições significativas de ativos por impostos ecobonus efetuadas pela Empresa-mãe no decurso de 2022.

## PASSIVO

### Secção 1 - Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - Rubrica 10

11 933 207 mil euros

Desde 1 de janeiro de 2018 (e com base nas diretrizes fornecidas pela IFRS 9) esta rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

- ▶ Montantes devidos a bancos no valor de 1 165 557 mil euros;
- ▶ Montantes devidos a clientes no valor de 10 728 674 mil euros;
- ▶ Títulos de dívida emitidos no valor de 38 976 mil euros.

### Montantes devidos a bancos

1 165 557 mil euros

#### 1.1 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de montantes devidos a bancos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021				
	QE	Justo valor			QE	Justo valor		
		N1	N2	N3		N1	N2	N3
<b>1. Montantes devidos a bancos centrais</b>	<b>4141</b>	X	X	X	<b>3888</b>	X	X	X
<b>2. Montantes devidos a bancos</b>	<b>1 161 416</b>	X	X	X	<b>778 071</b>	X	X	X
2.1 Contas correntes e depósitos à ordem	716 230	X	X	X	626 707	X	X	X
2.2. Depósitos a prazo	444 571	X	X	X	150 819	X	X	X
2.3 Empréstimos concedidos		X	X	X		X	X	X
2.3.1 Acordos de recompra - valores a pagar		X	X	X		X	X	X
2.3.2 Outros		X	X	X		X	X	X
2.4 Dívidas por compromissos de recompra de instrumentos de capital próprio		X	X	X		X	X	X
2.5 Passivo de locação		X	X	X		X	X	X
2.6 Outros valores a pagar	616	X	X	X	545	X	X	X
<b>Total</b>	<b>1 165 557</b>				<b>781 959</b>			

#### Legenda:

QE = Quantia Escriturada

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

Esta rubrica consiste sobretudo em «contas correntes e depósitos à ordem» no valor de 716 230 mil euros, provenientes sobretudo de operações de serviços de pagamento, e inclui os saldos das contas dos clientes bancários.

A rubrica também inclui «Depósitos a prazo», que estão sobretudo relacionados com depósitos necessários para os serviços prestados aos bancos clientes, tais como o cumprimento indireto dos requisitos de reservas obrigatórias.

## Montantes devidos a clientes

10 728 674 mil euros

### 1.2 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação por tipo de montantes a pagar a clientes

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021				
	QE	Justo valor			QE	Justo valor		
		N1	N2	N3		N1	N2	N3
1. Contas correntes e depósitos à ordem	4 134 789	X	X	X	6 840 879	X	X	X
2. Depósitos a prazo	1 263 096	X	X	X	154 942	X	X	X
3. Empréstimos concedidos	4 575 103	X	X	X		X	X	X
3.1 Acordos de recompra	4 441 292	X	X	X	1 118 527	X	X	X
3.2 outros	133 811	X	X	X	59 994	X	X	X
4. Passivo relacionado com compromissos de recompra de instrumentos de capital próprio		X	X	X		X	X	X
5) Passivo de locação	10 679	X	X	X	13 939	X	X	X
6) Passivos diversos	745 007	X	X	X	718 518	X	X	X
<b>Total</b>	<b>10 728 674</b>				<b>8 906 799</b>			

**Legenda:**

QE = Quantia Escriturada

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica consistia sobretudo em «contas correntes e depósitos à ordem», num montante de 4134 milhões de euros, relativos a saldos de contas operacionais, ou seja, contas abertas para os clientes (por exemplo, fundos, sociedades de gestão de ativos, clientes empresariais e outras instituições) relacionadas com a atividade principal do banco depositário, e empréstimos concedidos de «acordos de recompra», num montante de 4441 milhões de euros.

A rubrica inclui 1 283 120 milhões de euros relativos às contas de depósito online («conto facto») disponibilizadas em Itália, Espanha e Alemanha, Países Baixos, Irlanda e Polónia (depósitos restritos e contas correntes), face aos 230 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021.

«Outros passivos» referem-se sobretudo a cobranças de exposições geridas a pagar a clientes, bem como cheques de caixa pendentes emitidos como parte do serviço que permite aos bancos afiliados disponibilizar instrumentos de crédito emitidos pelo BFF Bank como banco de custódia aos seus clientes, com base num acordo de mandato.

Os passivos de locação, que perfazem um total de 11 milhões de euros, dizem respeito ao reconhecimento de passivos de locação resultantes de ativos sob direito de uso, incluídos na rubrica de linha go «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» na demonstração da situação financeira, no seguimento da aplicação da nova IFRS 16, em vigor a 1 de janeiro de 2019.

O montante corresponde principalmente ao efeito da aplicação da norma às locações dos imóveis arrendados pela empresa-mãe, e os contratos de locação têm uma duração entre 3 e 6 anos. Para mais informações, ver a Parte M - «Relato por locações» das Notas às demonstrações financeiras separadas.

## Títulos emitidos

38 976 mil euros

### 1.3 Passivos financeiros ao custo amortizado: desagregação por tipo de títulos emitidos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de títulos/Montantes	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021				
	QE	Justo valor			QE	Justo valor		
		N1	N2	N3		N1	N2	N3
<b>A. Títulos</b>								
1. Obrigações	38 976	38 648			186 285	188 861		
1.1 estruturadas								
1.2 outras	38 976	38 648			186 285	188 861		
2. Outros títulos								
2.1 estruturados								
2.2 outros								
<b>Total</b>	<b>38 976</b>	<b>38 648</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>186 285</b>	<b>188 861</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### Legenda:

QE = Quantia Escriturada

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

Os títulos de dívida emitidos são compostos por obrigações emitidas pela empresa-mãe, com um montante nominal total de 38,6 milhões de euros (181,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), reconhecidas nas demonstrações financeiras separadas no valor de 38,9 milhões de euros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

As principais alterações registadas durante o exercício são as seguintes:

- ▶ o reembolso da obrigação subordinada não garantida e não objeto de notação de nível 2 no valor de 100 milhões de euros (ISIN XS1572408380) emitida pelo BFF Bank em março de 2017 através do exercício da opção de compra reservado ao emitente no quinto ano, em março de 2022.
- ▶ o reembolso no vencimento de obrigações prioritárias não garantidas e não objeto de notação (ISIN XS1639097747) no valor de 42,8 milhões de euros emitidas pelo BFF Bank em junho de 2017;

Em virtude do acima exposto, a partir de 31 de dezembro de 2022, a rubrica inclui a obrigação prioritária não garantida (ISIN XS2068241400), com notação «Ba1» atribuída pela agência de notação Moody's, emitida pelo BFF Bank em outubro de 2019, no valor de 300 milhões de euros, em dívida na presente data por um montante nominal remanescente de 38,6 milhões de euros, com vencimento em maio de 2023. As obrigações pagam um cupão anual de 1,75 %.

## Secção 2 - Passivos financeiros detidos para negociação - Rubrica 20

950 mil euros

### 2.1 Passivos financeiros detidos para negociação: desagregação por mercadorias

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Montantes	Total 31.12.2022				Total 31.12.2021				
	VN	Justo valor			VN	Justo valor			Justo valor (*)
		N1	N2	N3		N1	N2	N3	
<b>A. Posição de balanço de passivos financeiros</b>									
1. Montantes devidos a bancos									
2. Montantes devidos a clientes									
3. Títulos de dívida									
3.1. Obrigações									
3.1.1 Estruturadas								X	
3.1.2 Outras obrigações								X	
3.2. Outros títulos									
3.2.1 Estruturados								X	
3.2.2 Outros								X	
<b>Total (A)</b>									
<b>B. Derivados</b>									
1. Derivados financeiros									
1.1 Detidos para negociação	X				X			X	
1.2 Ligados à opção de justo valor	X				X			X	
1.3 Outros	X				X			X	
2. Derivados de crédito									
2.1 Detidos para negociação	X				X			X	
2.2 Ligados à opção de justo valor	X				X			X	
2.3 Outros	X				X			X	
<b>Total (B)</b>	X				X			X	
<b>Total (A + B)</b>	X				X			X	

**Legenda:**

VN = Valor nominal

N1 = Nível 1

N2 = Nível 2

N3 = Nível 3

(\*) *Justo valor* = *Justo valor* calculado excluindo as alterações ao valor devido à alteração da solvabilidade do emitente em relação à data de emissão.

A rubrica inclui o justo valor negativo em 31 de dezembro de 2022 dos instrumentos derivados classificados como ativos para negociação, mas utilizados para as coberturas operacionais do risco cambial a que o Banco está exposto.

## Secção 4 - Derivados de cobertura - Rubrica 40

14 314 mil euros

### 4.1 Derivados de cobertura: desagregação por tipo de cobertura e nível hierárquico

(Montantes em milhares de euros)

	JV			VN	JV			VN
	31.12.2022			31.12.2022	31.12.2021			31.12.2021
	N1	N2	N3		N1	N2	N3	
<b>A. Derivados financeiros</b>		14 314		255 298		4 814		671 505
1) Justo valor								
2) Fluxos de caixa		14 314		255 298		4 814		671 505
3) Investimentos estrangeiros								
<b>B. Derivados de crédito</b>								
1) Justo valor								
2) Fluxos de caixa								
<b>Total</b>		14 314		255 298		4 814		671 505

#### Legenda:

JV = Justo valor  
 VN = Valor nominal  
 N1 = Nível 1  
 N2 = Nível 2  
 N3 = Nível 3

A rubrica inclui o justo valor negativo em 31 de dezembro de 2022 relativo a coberturas de *swap* de taxa de juro com notional em zlotis definido com o objetivo de cobrir os empréstimos desembolsados em zlotis às subsidiárias polacas ao abrigo dos atuais acordos entre empresas.

#### 4.1 Derivados de cobertura: desagregação por carteiras cobertas e tipo de cobertura

(Montantes em milhares de euros)

Transações/Tipo de cobertura	Justo valor							Fluxos financeiros			Investimentos estrangeiros
	Micro cobertura							Macro cobertura	Micro cobertura	Macro cobertura	
	títulos de dívida e taxas de juro	Títulos de capital próprio e índices de ações	divisas e ouro	crédito	mercadorias (commodities)	outros					
1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral					X	X		X		X	X
2. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		X			X	X	X	14 314		X	X
3. Carteira	X	X	X	X	X	X		X		X	X
4. Outras transações								X		X	
<b>Total de ativos</b>								<b>14 314</b>		<b>X</b>	
1. Passivos financeiros		X						X		X	X
2. Carteira	X	X	X	X	X	X		X			X
<b>Total de passivos</b>											
1. Transações esperadas	X	X	X	X	X	X		X		X	X
2. Carteira de ativos e passivos financeiros	X	X	X	X	X	X		X			

### Secção 6 - Passivos por impostos - Rubrica 60

128 840 mil euros

Ver a «Secção 10 - Ativos e passivos por impostos - Rubrica 100» da demonstração da situação financeira de ativos



## Secção 8 - Outros passivos - Rubrica 8o

382 204 mil euros

### 8.1 Outros passivos: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Dívidas comerciais a pagar	9727	16 478
Faturas a receber	27 452	19 716
Pagamentos às autoridades fiscais	8837	4855
Pagamentos a organismos de segurança social e assistência social	2072	2178
Pagamentos a funcionários	20 025	25 022
Cobranças com afetação pendente	49 594	48 878
Fluxos de pagamento recebidos a cobrar	201 922	202 696
Passivos diversos	56 997	89 232
Despesas acrescidas e rendimentos diferidos	5578	6700
<b>Total</b>	<b>382 204</b>	<b>415 755</b>

As «dívidas comerciais a pagar» e as «faturas a receber» referem-se a valores a pagar por compras de bens e serviços, que se mantiveram alinhados com o valor registado no exercício anterior.

As «cobranças com afetação pendente» referem-se a pagamentos recebidos até 31 de dezembro de 2022, mas ainda pendentes, uma vez que não foram liquidados e registados até essa data.

Os «passivos diversos» incluem partes de cobranças a transferir, impostos de selo a pagar, pagamentos a administradores e outros elementos pendentes.

Os «Fluxos de pagamento a debitar» referem-se a contas provisórias com saldo devedor que se enquadram no âmbito da intermediação de pagamentos bancários e incluem liquidações que foram suspensas nos primeiros dias úteis após a data de relato das presentes demonstrações financeiras.

## Secção 9 - Benefícios pós-emprego - Rubrica 90

3 118 mil euros

### 9.1 Benefícios pós-emprego: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
A. Saldo inicial	3710	667
B. Aumentos	2227	4899
B.1 Dotação para o exercício	2227	1601
B.2 Outras alterações		3298
C. Reduções	(2818)	(1856)
C.1 Liquidações	(136)	(280)
C.2 Outras alterações	(2683)	(1576)
D. Saldo final	3118	3710
<b>Total</b>	<b>3118</b>	<b>3710</b>

O passivo registado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 relativo aos benefícios pós-emprego da empresa-mãe é igual ao valor atual da obrigação estimado por um atuário independente com base em pressupostos demográficos e económicos.

Os pressupostos atuariais utilizados para determinar o passivo em 31 de dezembro de 2022 são apresentados abaixo.

#### Pressupostos atuariais

##### Taxa de desconto anual

A base financeira utilizada para apurar o valor presente da obrigação foi determinada, em conformidade com o parágrafo 83 da IAS 19, por referência ao Índice iBoxx Eurozone Corporate AA 7-10 (em linha com a duração das rubricas mensuradas).

##### Taxa de aumento anual dos benefícios pós-emprego

Em conformidade com o artigo 2120.º do Código Civil italiano, essa taxa é igual a 75 % da inflação acrescida de 1,5 pontos percentuais.

Os pressupostos demográficos utilizados foram os seguintes:

- ▶ Falecimento: tabelas de mortalidade RG48 publicadas pelo Gabinete de Contabilidade Geral do Estado italiano (Ragioneria Generale dello Stato);
- ▶ Incapacidade: tabelas INPS 2000 discriminadas por idade e sexo;
- ▶ Reforma: 100 % após alcançar os requisitos AGO, conforme atualizado pelo Decreto Legislativo italiano n.º 4/2019.

##### Frequência anual de rotatividade e adiantamentos

Executivos: 1 % de frequência de adiantamento e 0,50 % de frequência de rotatividade.

Gestores: 2,5 % de frequência de adiantamento e 3,0 % de frequência de rotatividade.

Funcionários: 2,5 % de frequência de adiantamento e 3,0 % de frequência de rotatividade.

## Secção 10 - Provisões para riscos e encargos - Rubrica 100

32 351 mil euros

### 10.1 Provisões para riscos e encargos: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Provisões para riscos de crédito relativas a compromissos e garantias financeiras concedidos	225	58
2. Provisões para outros compromissos e garantias concedidos		
3. Pensões e obrigações similares	7712	5901
4. Outras provisões para riscos e encargos		
4.1 Litígios jurídicos e fiscais		
4.2 Gastos com o pessoal		
4.3 Outros	24 414	15 482
<b>Total</b>	<b>32 351</b>	<b>21 441</b>

Desde 1 de janeiro de 2018, esta rubrica também inclui provisões para risco de crédito associado a compromissos/garantias financeiras concedidos pelo BFF Polska aos seus clientes, com base nos requisitos de imparidade previstos pela nova IFRS 9.

O aumento significativo diz respeito a provisões contra o risco provável de uma decisão desfavorável no valor de 10 milhões de euros.

## 10.2 Provisões para riscos e encargos: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Provisões para outros compromissos e garantias concedidos	Fundos de pensões/ reforma	Outra s provisões para riscos e encargos	Total
<b>A. Saldo inicial</b>	22	5901	15 482	21 405
<b>B. Aumentos</b>	203	3541	10 397	14 141
B.1 Dotação para o exercício	64	2357	10 397	11 645
B.2 Alterações devido à passagem do tempo		1185		
B.3 Alterações devido a variações na taxa de desconto				
B.4 Outras alterações	140			140
<b>C. Reduções</b>		(1730)	(1465)	(3195)
C.1 Uso no exercício		(1084)	(1365)	(2449)
C.2 Alterações devido a variações na taxa de desconto				
C.3 Outras alterações		(646)	(100)	(746)
<b>D. Saldo final</b>	225	7712	24 414	32 351

## 10.3 Provisões para risco de crédito em compromissos e garantias financeiras concedidos

(Montantes em milhares de euros)

	Provisões para risco de crédito em compromissos e garantias financeiras concedidos				Total
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	
Compromissos de empréstimos	208				208
Garantias financeiras concedidas	17				17
<b>Total</b>	225				225

## 10.5 Fundos de pensões com benefício definido

O fundo de pensões refere-se sobretudo ao acordo de não concorrência celebrado com os gestores do BFF, no valor de 3,7 milhões de euros (incluindo a parte atribuída à reserva de capital próprio da empresa-mãe no valor de cerca de 380 mil euros) e às provisões relativas ao regime de incentivos e de retenção de pagamentos diferidos previstos para trabalhadores específicos do BFF Bank, no valor de 4,2 milhões de euros. Ambas as obrigações para com o pessoal são demonstradas ao seu valor atual estimado por um atuário independente com base em pressupostos demográficos e económicos.

A 31 de dezembro de 2022, a provisão em questão inclui também a provisão para o compromisso assumido pelo DEPObank com alguns funcionários que abandonaram o banco, no valor de 155 mil euros.

Concretamente, o sistema que envolve o diferimento de uma parte dos bônus anuais prevê, para os responsáveis pela assunção de riscos, restrições a médio prazo, de acordo com as quais 30 % do bônus anual será pago ao fim de 3 anos, desde que a empresa-mãe alcance metas específicas relativas à sua rentabilidade, os requisitos de capital regulamentares estabelecidos pelos regulamentos existentes, bem como o emprego contínuo do funcionário na empresa-mãe. Em conformidade com as disposições da IAS 19, os acréscimos foram quantificados com base num cálculo atuarial efetuado externamente por uma empresa especializada. As obrigações da empresa-mãe foram apuradas utilizando o «Método da Unidade de Crédito Projetada», que trata cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional do direito do benefício e mensura cada unidade separadamente para apurar a obrigação final, em conformidade com os parágrafos 67 a 69 da IAS 19. Este método atuarial implica uma valoração destinada a determinar o valor presente médio das obrigações do Banco.

Os pressupostos técnicos e demográficos utilizados estão indicados abaixo.

## 10.6 Provisões para riscos e encargos - Outras provisões

Outras provisões no valor de 24,4 milhões de euros referem-se a:

- ▶ passivos litigiosos para os quais o Banco estimou um risco provável de perda de aproximadamente 22,7 milhões de euros;
- ▶ provisão relacionada com possíveis perdas por erros operacionais, de acordo com o contrato com os clientes, no montante de aproximadamente 1,7 mil euros.

Os principais pressupostos apresentados pela empresa externa ao efetuar o desconto são os seguintes:

### Acordo de não concorrência

A taxa de desconto anual utilizada para determinar o valor atual da obrigação foi deduzida, em conformidade com o parágrafo 83 da IAS 19, do Índice iBoxx Corporate AA com duração superior a 10, tal como comunicada em 31 de dezembro de 2022 e igual a 3,77 %. Para este efeito, foi escolhido o rendimento com uma duração comparável à do coletivo a ser valorizado.

Falecimento	Tabelas de mortalidade RG48 publicadas pelo Gabinete de Contabilidade Geral do Estado italiano
Reforma	100 % após alcançar os requisitos AGO
Frequência da demissão voluntária	10,60 %
Frequência de reembolso	0,00 %
Frequência de levantamento (se previsto)	3,00 %
Frequência de revogação de mandato para a Comissão Executiva	0,00 %
Aumento da remuneração anual de Executivos	2,00 %
Aumento da remuneração anual de Supervisores	2,00 %
Taxa de contribuição	27,40 %
Taxa de inflação	2,30 %

## Bônus diferidos

### Taxa de desconto

A base financeira utilizada para calcular o valor presente da obrigação foi determinada, em conformidade com o parágrafo 83 da IAS 19, por referência ao Índice iBoxx Eurozone Corporate AA (em linha com a duração do plano). A taxa de desconto utilizada foi igual a 3,34 %.

### Mortalidade e incapacidade

Para uma estimativa do fenômeno da mortalidade, foi utilizada a tabela de sobrevivência RG48 usada pelo Gabinete de Contabilidade Geral do Estado italiano para a estimativa das despesas de reforma da população italiana. Para a probabilidade de incapacidade total e permanente, foram utilizadas as tabelas adotadas no modelo INPS para as previsões de 2010.

### Frequência de demissões e despedimentos

Igual a 3,7 % (MBO diferido de 2021) e igual a zero (MBO diferido de 2020).

## Secção 12 - Capitais próprios - Rubricas 110, 130, 140, 150, 160, 170 e 180

734 201 mil euros

### 12.1 «Capital social» e «Ações próprias»: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Tipo	31.12.2022	31.12.2021
<b>1. Capital social</b>	<b>142 870</b>	<b>142 691</b>
1.1 Ações ordinárias	142 870	142 691
<b>2. Ações próprias</b>	<b>(3884)</b>	<b>(7132)</b>

Relativamente à recompra de ações próprias e à divulgação nos termos do artigo 78.º, parágrafo 1.º-*bis* do Regulamento dos Emitentes, faz-se referência à informação fornecida no Relatório relativo às Operações, na secção relativa às «Ações próprias».

## 12.2 Capital - Número de ações: alterações anuais

(Montantes em unidades)

Rubricas/Tipo	Ordinárias	Outros
<b>A. Ações no início do exercício</b>	<b>185 312 690</b>	
- integralmente realizadas	185 312 690	
- não integralmente realizadas		
A.1 Ações próprias (-)	(974 461)	
<b>A.2 Ações não executadas: saldo inicial</b>	<b>184 338 229</b>	
<b>B. Aumentos</b>	<b>636 995</b>	
B.1 Novas emissões		
- a título de contrapartida:		
- concentrações de atividades empresariais		
- conversões de obrigações		
- exercício de garantias		
- outros		
- sem contrapartida:		
- a funcionários	233 262	
- a administradores		
- outros		
B.2 Alienação de ações próprias		
B.3 Outras alterações	403 733	
<b>C. Reduções</b>		
C.1 Cancelamento		
C.2 Recompra de ações próprias		
C.3 Alienação de empresas		
C.4 Outras alterações		
<b>D. Ações não executadas: saldo final</b>	<b>184 975 224</b>	
D.1 Ações próprias (+)	(570 728)	
D.2 Ações existentes no final do exercício		
- integralmente realizadas	185 545 952	
- não integralmente realizadas		



#### 12.4 Reserva de resultados transitados: outras informações

Em conformidade com os termos do artigo 2427.º, parágrafo 7.º-bis do Código Civil italiano, os quadros seguintes apresentam uma desagregação dos componentes individuais de capitais próprios de acordo com a respetiva possibilidade de uso, o montante disponível para distribuição e o uso passado nos exercícios anteriores (o período de três anos prévio à data de elaboração das presentes demonstrações financeiras separadas).

(Montantes em milhares de euros)

	31.12.2022	Possibilidade de uso (a)	Montante disponível	Resumo do uso nos três últimos exercícios (*)	
				Para cobrir perdas	Por outros motivos
<b>Capital social</b>	<b>142 870</b>				
<b>Reservas</b>	<b>180 628</b>				
- Reserva legal (**)	28 539	B			
- Reserva extraordinária	89	A, B, C	89		
- Resultados transitados (***)	141 581	A, B, C	141 581		303 089
- Opção de compra de ações e reservas de instrumentos financeiros	10 630	A			
- Outras reservas	(211)				
<b>Reservas de avaliação</b>	<b>5421</b>				
- Títulos HTCS	1045				
- Outros	4376				
<b>Reserva de ações próprias</b>	<b>(3884)</b>				
<b>Reserva de prémios de emissão</b>	<b>66 277</b>	A, B, C	66 277		
<b>Total de capital social e de reservas</b>	<b>391 313</b>		<b>207 947</b>		<b>303 089</b>

(a) Possibilidade de uso: A = para aumentos do capital social; B = para absorção de perdas; C = para distribuição aos acionistas.

(\*) Os montantes utilizados durante os últimos três exercícios, num total de 303 089 mil euros, incluem principalmente 5306 mil euros para o exercício de opções de compra de ações por determinados beneficiários no decurso de 2020, 2021 e 2022, 3195 mil euros (líquidos do efeito fiscal) para o pagamento do cupão de juros e 801 mil euros (líquidos do efeito fiscal) para despesas de estruturação relacionadas com o instrumento financeiro de Nível 1 Adicional (AT1), bem como os montantes utilizados durante os últimos três exercícios relativos ao pagamento de dividendos distribuídos de acordo com as deliberações das assembleias de acionistas no montante de 293 787 mil euros.

(\*\*) Incluindo 26 196 mil euros em suspensão de impostos nos termos do artigo 110.º do Decreto Legislativo italiano 104/2020;

(\*\*\*) Incluindo 50 387 mil euros em suspensão de impostos nos termos do artigo 110.º do Decreto Legislativo italiano 104/2020.

As alterações nas reservas são as seguintes:

(Montantes em milhares de euros)

	Reserva legal	Resultados transitados	Outros	Total
<b>A. Saldo inicial</b>	26 197	111 322	8733	146 251
<b>B. Aumentos</b>	2342	36 667	3537	42 546
B.1 Afetação dos lucros	2342	36 667		39 009
B.2 Outras alterações			3537	3537
<b>C. Reduções</b>		(6408)	(1762)	(8169)
C.1 Usos				
- cobertura de perdas				
- distribuição				
- transferência para o capital social				
C.2 Outras alterações		(6408)	(1762)	(8169)
<b>D. Saldo final</b>	28 539	141 581	10 508	180 628

## Resultados transitados

O aumento no valor de 37 milhões de euros deve-se sobretudo à afetação do lucro do exercício anterior, líquido de 125 milhões de euros distribuído em abril de 2022.

Os montantes utilizados dos resultados transitados estão sobretudo relacionados com o pagamento do cupão de juros do novo instrumento de Nível 1 Adicional no valor de 3195 mil euros (líquidos do efeito fiscal).

## Outras reservas

As alterações dizem respeito, em grande medida, aos seguintes eventos ocorridos durante o ano 2022:

- ▶ aumentos para provisões mais elevadas de 700 mil euros relacionados com as partes da remuneração variável do «Pessoal-chave» (Responsáveis pela assunção de riscos), em conformidade com as disposições estabelecidas na Primeira parte, título IV, capítulo 2, secção III, parágrafos 2.1, 3 da Circular n.º 285/2013 do Banco de Itália, com a última redação que lhe foi conferida, de acordo com a qual uma parte tem de ser paga em instrumentos financeiros;
- ▶ Aumento para atribuições no decurso de 2022 relacionadas com o plano de opções de compra de ações não executadas no valor de aproximadamente 2,8 milhões de euros, e
- ▶ Redução relativa a exercícios de opções de compra de ações ou outorgas de ações relacionadas com o regime de incentivos da empresa-mãe e com o acordo de não concorrência no montante de aproximadamente 1,7 milhões de euros.

## Restrição da suspensão de impostos

Como já foi referido anteriormente, a empresa-mãe aproveitou o mecanismo proporcionado pelo art. 110.º do Decreto-lei italiano n.º 104, de 14 de agosto de 2020, e procedeu ao reajustamento entre a quantia escriturada e a quantia do imposto da rubrica de *goodwill* presente nas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2019 e 2020 do DEPObank, que foi fundido no BFF Bank em 5 de março de 2021. Esta transação, que foi aprovada pelo Conselho de Administração da empresa-mãe em 30 de junho de 2021, implicou (i) o ajustamento da rubrica de *goodwill* igual a cerca de 79 milhões de euros, (ii) o pagamento resultante do imposto substituto no valor de 2,4 milhões de euros e (iii) a necessidade de aplicar uma restrição da suspensão de impostos

sobre as reservas de 76,6 milhões de euros, igual à diferença entre o montante ajustado e o imposto substituto, tal como estabelecido no n.º 8 do artigo 110.º do Decreto-lei italiano n.º 104/2020.

Considerando que a operação foi realizada após a aprovação das demonstrações financeiras separadas relativas ao exercício, a 31 de dezembro de 2020, do DEPObank e a sua fusão no BFF Bank, a restrição da suspensão de impostos é aplicada sob a forma de uma «Ação condicionada nos termos do parágrafo 8 do art. 110.º do Decreto-lei italiano n.º 104/2020» sobre as seguintes reservas:

- ▶ «Resultados transitados» no valor de 50 387 mil euros;
- ▶ «Reserva legal» no valor de 26 196 mil euros.

### 13.5 Instrumentos de capital próprio: composição e alterações anuais

Em 19 de janeiro de 2022, foi finalizada a emissão, ao par, de um instrumento de Nível 1 Adicional Perpétuo NC2027 (ISIN XS2404266848) no montante de 150 milhões de euros, com um cupão de taxa fixa de 5,875 % por ano a ser pago semestralmente.

Em julho de 2022, como mencionado acima, a empresa-mãe pagou o primeiro cupão de juros de 3195 mil euros (líquidos do efeito fiscal).

## Outras informações

### 1. Compromissos e garantias financeiras concedidos (diferentes dos designados ao justo valor)

	Montante nominal de compromissos e garantias financeiras concedidos			Total	Total
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	31.12.2022	31.12.2021
<b>1. Compromissos de empréstimo</b>	<b>979 363</b>			<b>979 363</b>	<b>2 225 537</b>
a) Bancos Centrais					
b) Organismos de administração pública					
c) Bancos					
d) Outras sociedades financeiras	916 228			<b>916 228</b>	2 210 335
e) Sociedades não financeiras	63 135			<b>63 135</b>	15 200
f) Agregados familiares					2
<b>2) Garantias financeiras concedidas</b>	<b>4 002</b>			<b>4 002</b>	<b>16 311</b>
a) Bancos Centrais					
b) Organismos de administração pública					
c) Bancos					
d) Outras sociedades financeiras	4 002			<b>4 002</b>	16 311
e) Sociedades não financeiras					
f) Agregados familiares					

Os compromissos de empréstimo e as garantias financeiras concedidas relativas a Sociedades financeiras referem-se a linhas de crédito não utilizadas por empresas do Grupo e garantias concedidas pelo banco em apoio a empréstimos obtidos pelo BFF Polska Group junto de instituições de crédito locais.

### 3. Ativos dados em garantia de passivos e compromissos próprios

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras	Montante 31.12.2022	Montante 31.12.2021
1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados		
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
3. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	4 538 043	1 222 366
4. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento dos quais: Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento detidos como inventários		

Os «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado» são compostos por títulos de dívida pública utilizados como garantias em operações com o BCE e «repos».

### 4. Gestão de ativos e negociação por conta de outrem

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de serviços	Montante
<b>1. Execução de ordens por conta de clientes</b>	
a) Aquisições	
1. liquidadas	
2. não liquidadas	
b) Vendas	
1. liquidadas	
2. não liquidadas	
<b>2. Gestão da carteira</b>	
a) individual	
b) coletiva	
<b>3. Guarda e administração de títulos</b>	<b>150 482 775</b>
a) títulos de terceiros depositados: relativos a atividades dos bancos depositários (excluindo a gestão da carteira)	22 001 758
1. Títulos emitidos por empresas consolidadas	1860
2. Outros títulos	21 999 897
b) títulos de terceiros depositados (excluindo a gestão da carteira): outros	122 342 406
1. Títulos emitidos por empresas consolidadas	12 776
2. Outros títulos	122 329 630
c) títulos de terceiros depositados junto de terceiros	142 411 232
d) títulos detidos depositados junto de terceiros	6 138 611
<b>4. Outras transações</b>	

## Parte C - Informação sobre a Demonstração de Resultados

Todos os montantes indicados nas tabelas são expressos em milhares de euros.

### Secção 1 - Juros - Rubricas 10 e 20

#### 1.1 Juros e rendimentos similares: desagregação

293 808 mil euros (dos quais rendimentos de juros calculados utilizando o método da taxa de juro efetiva: 266 749 mil euros)

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Formulários técnicos	Títulos de dívida	Empréstimos concedidos	Outras transações	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>1. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados:</b>					
1.1. Ativos financeiros detidos para negociação	1			1	1
1.2. Ativos financeiros designados ao justo valor					
1.3. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor					
<b>2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral</b>			X		
<b>3. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>					
3.1 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos		8908	X	8908	5469
3.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	42 787	217 158	X	259 945	143 417
<b>4. Derivados de cobertura</b>	X	X			
<b>5. Outros ativos</b>	X	X	2328	2328	417
<b>6. Passivos financeiros</b>	X	X	X	22 627	17 439
<b>Total</b>	<b>42 787</b>	<b>226 066</b>	<b>2328</b>	<b>293 808</b>	<b>166 742</b>
dos quais: rendimentos de juros sobre ativos financeiros objeto de imparidade					
dos quais: rendimentos de juros sobre locações financeiras	X		X		

#### 1.2 Juros e rendimentos similares: outras informações

Os rendimentos de juros relativos a «Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos» referem-se sobretudo a saldos credores temporários na conta da Empresa-mãe e das suas subsidiárias, rendimentos acumulados sobre o montante de cheques bancários emitidos em nome de clientes bancários e rendimentos de juros sobre a média dos depósitos negativos de contas correntes recíprocas detidas por clientes bancários.

Os rendimentos de juros sobre valores «A receber de clientes» para empréstimos ascendeu a 217,2 milhões de euros e são compostos sobretudo por comissões de vencimento cobradas aos cedentes para a aquisição de valores a receber sem recurso e juros de mora para o exercício.

No que diz respeito aos empréstimos e valores a receber de clientes resultantes da atividade de *factoring*, a atualização das séries cronológicas confirmou uma percentagem de cobrança estimada muito superior a 45 %. Por conseguinte, a percentagem utilizada para preparar as demonstrações financeiras de 2022 foi aumentada de 45 % para 50 %.

Por outro lado, para ter em consideração o prazo de cobrança da totalidade da provisão para juros de mora, a estimativa dos dias até à cobrança foi prudentemente aumentada de 1800 para 2100 dias. Para informação mais detalhada, consultar a rubrica 40 b) da Posição de balanço de ativos financeiros «Ativos mensurados ao custo amortizado - empréstimos concedidos e valores a receber de clientes».

Os rendimentos de juros relativos a empréstimos concedidos e valores a receber de clientes, perfazendo um total aproximado de 42,7 milhões de euros, derivam de títulos de dívida pública adquiridos pelo BFF Bank para cobrir o risco de liquidez e otimizar o custo do dinheiro relativos à carteira HTC («Detida para cobrança»). O aumento significativo está relacionado com o aumento das taxas de mercado, que conduziu a rendimentos mais elevados dos títulos de taxa variável detidos pela empresa-mãe.

Por último, a rubrica inclui rendimentos de juros acumulados sobre passivos financeiros no valor de 22,7 milhões de euros, devido às taxas de juro negativas no mercado, até ao primeiro semestre de 2022.

### 1.3 Despesas com juros e encargos similares: desagregação

91 494 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Formulários técnicos	Dívida	Títulos	Outras transações	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
1.1 Montantes devidos a bancos centrais	2486	X	X	2486	3277
1.2 Montantes devidos a bancos	11 690	X	X	11 690	3614
1.3 Montantes devidos a clientes	36 705	X	X	36 705	8038
1.4 Títulos emitidos	X	3496	X	3496	13 667
2. Passivos financeiros detidos para negociação				-	-
3. Passivos financeiros escriturados ao justo valor				-	-
4. Outros passivos e provisões	X	X	8	8	8
5. Derivados de cobertura	X	X	33 379	33 379	4547
6. Ativos financeiros	X	X	X	3731	4780
<b>Total</b>	<b>50 880</b>	<b>3496</b>	<b>33 387</b>	<b>91 494</b>	<b>37 931</b>
dos quais: gastos com juros relativos a passivos de locação	354	X	X	354	373

Os gastos com juros aumentaram de 37,9 milhões de euros em 2021 para 91,5 milhões de euros no exercício em curso. Este aumento significativo está ligado principalmente ao aumento das despesas financeiras relacionadas com transações de derivados de cobertura que, além disso, foram reclassificadas da rubrica 90 «Ganhos/perdas em operações de cobertura» para a rubrica em questão, em conformidade com o disposto na Circular n.º 262/2005 do Banco de Itália, bem como ao aumento dos gastos com juros sobre os saldos de clientes bancários e empresariais devido à inversão e ao aumento das taxas de juro no mercado, a partir do segundo semestre de 2022.

As despesas com juros relativas a «Montantes devidos a bancos centrais» referem-se aos juros acumulados sobre os montantes depositados na conta no Banco de Itália.

As despesas com juros relativas a «Montantes devidos a bancos» referem-se principalmente aos juros acumulados sobre contas correntes detidas no BFF Bank e em nome de uma contraparte bancária.

As despesas com juros relativas a «Montantes devidos a clientes» referem-se principalmente aos juros das contas de depósito online do BFF Bank («Conto Facto» em Itália, «Cuenta Facto» oferecida em Espanha pela sucursal espanhola do BFF Bank e «Lokata Facto» oferecida pela sucursal na Polónia), aos juros acumulados sobre os saldos das contas de clientes empresariais e aos juros relativos aos contratos regidos pelo Acordo principal global de recompra (GMRA), tendo como contraparte a Cassa di Compensazione Garanzia.

Por último, a rubrica inclui também despesas com juros relativas a «Títulos emitidos» no montante de aproximadamente 3,5 milhões de euros, que diminuíram devido ao encerramento ou vencimento de algumas obrigações. Para informação mais detalhada sobre as transações relativas a obrigações não executadas, consultar a rubrica 10 c) da Posição de balanço de passivos financeiros «Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado».

## Secção 2 - Encargos e comissões - Rubricas 40 e 50

### 2.1 Rendimento de encargos e comissões: desagregação

127 458 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de serviço/Montantes	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>a) Instrumentos financeiros</b>		
1. Colocação de títulos		
1.1 Com firme compromisso e/ou com base num compromisso irrevogável		
1.2 Sem compromisso irrevogável		
2. Receção e transmissão de ordens e execução de ordens por conta de clientes		
2.1 Receção e transmissão de ordens de um ou mais instrumentos financeiros		
2.2 Execução de ordens por conta de clientes		
3. Outras comissões relacionadas com atividades associadas a instrumentos financeiros das quais: negociação por conta própria dos quais: gestão da carteira individual		
<b>b) Financiamento às empresas</b>		
1. Consultoria em fusões e aquisições		
2. Serviços de tesouraria		
3. Outras comissões relacionadas com serviços de financiamento às empresas		
<b>c) Atividades de consultoria relacionadas com investimentos</b>	55	59
<b>d) Compensação e liquidação</b>		
<b>e) Gestão coletiva de carteiras</b>		
<b>f) Guarda e administração</b>	50 089	45 224
1. Banco de custódia	39 546	36 895
2. Outras comissões relacionadas com atividades de guarda e administração	10 542	8 329
<b>g) Serviços administrativos centrais para a gestão coletiva de carteiras</b>		
<b>h) Atividades fiduciárias</b>		
<b>i) Serviços de pagamento</b>	73 552	57 752
1. Contas correntes		120
2. Cartões de crédito	1408	1806
3. Cartões de débito e outros cartões de pagamento	7892	5704
4. Transferências bancárias e outras ordens de pagamento	23 385	15 779
5. Outras comissões relacionadas com serviços de pagamento	40 867	34 343
<b>j) Distribuição de serviços de terceiros</b>		
1. Gestão coletiva de carteiras		
2. Produtos de seguros		
3. Outros produtos dos quais: gestão da carteira individual		
<b>k) Financiamento estruturado</b>		
<b>l) Atividades de serviço para operações de titularização</b>		
<b>m) Compromissos de empréstimos</b>		
<b>n) Garantias financeiras concedidas</b>	168	848
das quais: derivados de crédito		
<b>o) Operações de empréstimo</b>		
das quais: para operações de factoring		
<b>p) Negociação de divisas</b>		
<b>q) Mercadorias (Commodities)</b>		
<b>r) Outro rendimento de encargos e comissões</b>	3595	5530
dos quais: para a gestão de sistemas de negociação multilateral		
dos quais: para a gestão de sistemas de negociação organizados		
<b>Total</b>	<b>127 458</b>	<b>109 413</b>



A rubrica inclui sobretudo encargos e comissões relacionados com os mandatos de gestão e cobrança de valores a receber derivados do *factoring* e da gestão de contas a receber comerciais, bem como encargos e comissões para serviços bancários de custódia e de pagamento.

### 2.3 Despesas com encargos e comissões: desagregação

36 924 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Serviços/Montantes	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>a) Instrumentos financeiros</b>		
dos quais: negociação de instrumentos financeiros		
dos quais: colocação de instrumentos financeiros		
dos quais: gestão da carteira individual		
Detidos		
Delegados a terceiros		
<b>b) Compensação e liquidação</b>	2009	1613
<b>c) Guarda e administração</b>	5515	4561
<b>d) Serviços de cobrança e pagamento</b>	25 696	19 661
dos quais: cartões de crédito, cartões de débito e outros cartões de pagamento	4428	4046
<b>e) Atividades de serviço para operações de titularização</b>		
<b>f) Compromissos para receber fundos</b>		
<b>g) Garantias financeiras recebidas</b>	46	34
das quais: derivados de crédito		
<b>h) Oferta de instrumentos financeiros, produtos e serviços fora do local</b>		
<b>i) Negociação de divisas</b>	3	3
<b>j) Outras despesas com encargos e comissões</b>	3656	2608
<b>Total</b>	<b>36 924</b>	<b>28 480</b>

A rubrica inclui sobretudo os encargos de guarda e administração para a atividade do banco de custódia e os pagos a subcontratados pela utilização de infraestruturas relacionadas com serviços de pagamento.

## Secção 3 - Dividendos e rendimentos similares - Rubrica 70

### 3.1 Dividendos e rendimentos similares: desagregação

85 758 mil euros

*(Montantes em milhares de euros)*

Rubricas/Rendimentos	Total 31.12.2022		Total 31.12.2021	
	Dividendos	Rendimentos similares	Dividendos	Rendimentos similares
A. Ativos financeiros detidos para negociação	18		5	
B. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor	4087			
C. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	5690		3671	
D. Investimentos em capitais próprios	75 963			
<b>Total</b>	<b>85 758</b>		<b>3676</b>	

No que diz respeito a 2022, a rubrica incluiu sobretudo dividendos recebidos do BFF Finance Iberia S.A. e do BFF Polska S.A. no valor de 21,6 e 54,2 milhões de euros, classificados na rubrica 70 «Investimentos em capitais próprios», dividendos recebidos do Banco de Itália no valor de 5,7 milhões de euros, cujas ações subscritas pela empresa-mãe estão classificadas na rubrica 30 de Ativos «Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral», e dividendos recebidos em 2022 do Fondo Italiano di Investimento, no valor de cerca de 4 milhões de euros, cujas Unidades de participação em OIC são classificadas na rubrica 20 de Ativos «Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados».

## Secção 4 - Lucro líquido de negociação - Rubrica 8o

### 4.1 Lucro comercial líquido: composição

9745 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Transações/Componentes de rendimento	Ganhos de capital (A)	Lucros de transações comerciais (B)	Perdas (C)	Perdas de transações comerciais (D)	Lucro líquido [(A+B) - (C+D)]
<b>1. Ativos financeiros detidos para negociação</b>		627	1		626
1.1 Títulos de dívida		627	1		626
1.2 Títulos de capital próprio					
1.3 Unidades de participação em OIC					
1.4 Empréstimos concedidos					
1.5 Outros					
<b>2. Passivos financeiros detidos para negociação</b>					
2.1 Títulos de dívida					
2.2 Passivos					
2.3 Outros					
<b>3. Ativos e passivos financeiros: Diferenças cambiais</b>	X	X	X	X	9118
<b>4. Derivados</b>					
4.1 Derivados financeiros:					
- Sobre títulos de dívida e taxas de juro					
- Sobre títulos de capital próprio e índices de ações					
- Sobre divisas e ouro	X	X	X	X	
- Outros					
4.2 Derivados de empréstimos					
dos quais: cobertura natural relativa à opção de justo valor	X	X	X	X	
<b>Total</b>		627	1		9745

O lucro líquido de negociação decorre principalmente do efeito das diferenças de taxa de câmbio relacionadas com a negociação de divisas funcional à gestão de tesouraria, em particular aos depósitos bancários e de clientes em moeda estrangeira.

## Secção 5 - Lucros (perdas) na cobertura - Rubrica 90

A rubrica é igual a zero

### 5.1 Lucros (perdas) na cobertura: desagregação

o euros

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas de rendimento/Montantes	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>A. Rendimentos relativos a:</b>		
A.1 Derivados de cobertura ao justo valor		
A.2 Ativos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
A.3 Passivos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
A.4 Derivados de cobertura de fluxos de caixa		
A.5 Ativos e passivos denominados em divisas	9145	42 394
<b>Total de rendimentos de cobertura (A)</b>	<b>9145</b>	<b>42 394</b>
<b>B. Encargos relativos a:</b>		
B.1 Derivados de cobertura ao justo valor		
B.2 Ativos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
B.3 Passivos financeiros sujeitos a cobertura (justo valor)		
B.4 Derivados de cobertura de fluxos de caixa		
B.5 Ativos e passivos denominados em divisas	(9145)	(42 394)
<b>Total de encargos de cobertura (B)</b>	<b>(9145)</b>	<b>(42 394)</b>
<b>C. Lucros (perdas) na cobertura (A-B)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
dos quais: resultado de cobertura de posições líquidas		

## Secção 6 - Lucros (perdas) em alienações/recompras - Rubrica 100

166 mil euros

### 6.1 Lucros (perdas) em alienações/recompras: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Componentes de rendimentos	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021		
	Lucros	Perdas	Lucros/perdas líquidos	Lucros	Perdas	Lucros/perdas líquidos
<b>Ativos financeiros</b>						
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
1.1 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos						
1.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	204	(38)	166			
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral						
2.1 Títulos de dívida						
2.2 Empréstimos concedidos						
<b>Total de ativos (A)</b>	<b>204</b>	<b>(38)</b>	<b>166</b>			
<b>Passivos financeiros</b>						
1. Montantes devidos a bancos						
2. Montantes devidos a clientes						
3. Títulos emitidos				(12 650)		(12 650)
<b>Total de passivos (B)</b>				<b>(12 650)</b>		<b>(12 650)</b>

Para informação mais detalhada, consultar a rubrica 10 c) de Passivos da Demonstração da Situação Financeira «Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado».

## Secção 7 - Lucros (perdas) noutros ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados - Rubrica 110

5 154 mil euros

### 7.2 Alteração líquida no valor de outros ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados: desagregação de outros ativos e passivos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor

(Montantes em milhares de euros)

Transações/Componentes de rendimento	Ganhos de capital	Ganhos realizados	Perdas de capital	Perdas na alienação	Lucros/perdas líquidos
	(A)	(B)	(C)	(D)	[(A+B)-(C+D)]
<b>1. Ativos financeiros</b>	<b>5154</b>				<b>5154</b>
1.1 Títulos de dívida					
1.2 Títulos de capital próprio					
1.3 Unidades de participação em OIC	5154				5154
1.4 Empréstimos concedidos					
<b>2. Ativos financeiros em moeda estrangeira: diferenças cambiais</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>Total</b>	<b>5154</b>				<b>5154</b>

A rubrica refere-se à reavaliação das unidades de participação em OIC detidas pela empresa-mãe no último valor líquido do ativo disponibilizado pelos fundos de investimento relevantes.

## Secção 8 - Perdas/ganhos por imparidade líquidos por risco de crédito - Número 130

-180 mil euros

### 8.1 Perdas/ganhos líquidos por imparidade por risco de crédito associados a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Transações/ Componentes de rendimento	Perdas por imparidade						Ganhos por imparidade				Total 31.12.2022	Total 31.12.2021	
	Fase 1	Fase 2	Fase 3		Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito			
			Anulações (write-offs)	Outros	Anulações (write-offs)	Outros							
<b>A. Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos</b>													
	(2)						5					3	5
- Empréstimos concedidos	(2)						5					3	5
- Títulos de dívida							-						
<b>B. Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes</b>													
	(11)	(72)	(133)	(704)			432		104	200		(183)	2600
- Empréstimos concedidos	(11)	(72)	(133)	(704)			417		104	200		(198)	1410
- Títulos de dívida							15					15	1190
<b>Total</b>	<b>(13)</b>	<b>(72)</b>	<b>(133)</b>	<b>(704)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>437</b>	<b>-</b>	<b>104</b>	<b>200</b>	<b>(180)</b>	<b>2606</b>	

As reduções da «Fase 1» são sobretudo imputáveis ao cálculo da imparidade de empréstimos entre empresas concedidos a subsidiárias exclusivamente no âmbito de consolidação.

## 8.2 Perdas/ganhos líquidos por imparidade por risco de crédito associado a ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Transações/ Componentes de rendimento	Perdas por imparidade				Ganhos por imparidade				Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		
									Anulações (write-offs)	Outros (write-offs)
			Anulações (write-offs)	Outros (write-offs)			Anulações (write-offs)	Outros (write-offs)		
A. Títulos de dívida										147
B. Empréstimos concedidos										
- A clientes										
- A bancos										
<b>Total</b>										<b>147</b>



## Secção 10 - Despesas administrativas - Rubrica 160

154 533 mil euros

### 10.1 Gastos com o pessoal: desagregação

65 624 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de despesa/Montante	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1) Funcionários		
a) vencimentos e salários	42 380	43 424
b) contribuições para a Segurança Social	11 102	10 524
c) benefícios pós-emprego		29
d) gastos com pensões		8
e) provisão para benefícios pós-emprego	1967	1424
f) provisão para pensões e obrigações similares:		
- planos de contribuição definida		231
- planos de benefícios definidos		
g) pagamentos a fundos de pensões complementares externos:		
- planos de contribuição definida		
- planos de benefícios definidos	353	328
h) gastos relacionados com pagamentos com base em ações	3874	1,27
i) outros benefícios a funcionários	2891	3244
2) Outro pessoal em serviço	105	91
3) Administradores e revisores oficiais de contas	2952	3600
4) Gastos com reforma antecipada		
<b>Total</b>	<b>65 624</b>	<b>64 330</b>

A rubrica «gastos com o pessoal» inclui, para além do montante das despesas e contribuições pagas aos funcionários, incluindo as provisões do sistema de incentivos do Grupo, as despesas relativas às opções de compra de ações para determinados funcionários do Grupo para 2022, num montante de cerca de 3,9 milhões de euros antes de impostos, compensadas pela respetiva reserva de capital próprio.

## 10.2 Número médio de funcionários por categoria

(Montantes em unidades de trabalho)

Categorias	Número médio 31.12.2022	Número médio 31.12.2021
Executivos/Executivos de topo	23	26
Diretores/Coordenadores/Profissionais	278	252
Especialistas	321	392
<b>Total</b>	<b>622</b>	<b>670</b>

O número de efetivos apresentado no quadro anterior refere-se ao pessoal FTE e foi calculado com base nas instruções da Circular n.º 262 do Banco de Itália.

Note-se que, em 31 de dezembro de 2021, o número médio de funcionários indicado no quadro acima é calculado tendo em conta o pessoal resultante da fusão da empresa DEPObank, a partir de 1 de março de 2021.

## 10.4 Outros benefícios a funcionários

O montante em questão, de 3,9 milhões de euros, refere-se principalmente a despesas incorridas para fins de formação, vales-refeição, donativos e seguros para os funcionários do Banco.

## 10.5 Outras despesas administrativas: desagregação

88 909 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Encargos legais	3010	1637
Serviços de processamento de dados	15 878	16 189
Serviços externos de gestão de crédito	577	705
Comissões da entidade de supervisão	41	42
Encargos legais para empréstimos concedidos e valores a receber sob gestão	258	227
Despesas notariais	355	527
Despesas notariais a recuperar	1584	963
Despesas de entretenimento e donativos	1073	841
Despesas de manutenção	5896	5712
IVA não dedutível	8790	9021
Outros impostos	6441	6027
Serviços de consultadoria	18 098	15 218
Despesas operacionais da sede	2865	2381
Fundo de resolução e FITD	5734	12 970
Outras despesas	18 308	19 242
<b>Total</b>	<b>88 909</b>	<b>91 702</b>

«Outras despesas administrativas» para 2022 ascenderam a 88,9 milhões de euros, em comparação com 91,7 milhões de euros em 2021.

Além disso, no que diz respeito às contribuições para o Sistema de garantia de depósitos, foi registado um custo de cerca de 5,7 milhões de euros antes de impostos para 2022. Este custo estava composto por:

- ▶ Fundo de Resolução no valor de 3,6 milhões de euros a título de contribuição ordinária anual;
- ▶ Fundo Interbancário de Garantia de Depósitos (FITD), no valor de 2,1 milhões de euros a título de contribuição anual, dos quais 700 mil euros relativos à contribuição extraordinária.

Estes montantes são reconhecidos na rubrica «Outras despesas administrativas», tal como indicado na nota do Banco de Itália, de 19 de janeiro de 2016 – «Contribuições para Fundos de resolução: tratamento nas demonstrações financeiras e no relato regulamentar».

«Outras despesas administrativas» incluem maioritariamente serviços terceirizados em 2022, que se encontram listados abaixo.

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 31.12.2022
Encargos pagos a empresas externas para apoio à Auditoria Interna	171
Encargos pagos a empresas externas para processamento de dados	4098
Encargos pagos a empresas externas para verificações de solvência	577

## Secção 11 - Provisões líquidas para riscos e encargos - Rubrica 170

10 740 mil euros

### 11.1 Provisões líquidas para riscos de crédito relativas a compromissos de empréstimos e garantias financeiras concedidas: desagregação

140 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Provisão para riscos relativos a compromissos e garantias	140	(721)
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>(721)</b>

### 11.3 Provisões líquidas para riscos e encargos: desagregação

10 600 mil euros

Os acréscimos às provisões, em comparação com o ano anterior, apresentam a seguinte desagregação:

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Litígios contra a empresa-mãe	10 437	(2037)
Erros operacionais	163	5
<b>Total</b>	<b>10 600</b>	<b>(2032)</b>

## Secção 12 - Depreciação e perdas por imparidade líquidas em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento - Rubrica 180

4130 mil euros

### 12.1 Depreciação e perdas por imparidade líquidas em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento: composição

(Montantes em milhares de euros)

Ativo/Componente de rendimento	Depreciação (a)	Perdas por imparidade (b)	Reversões de perdas por imparidade (c)	Resultado líquido (a+b-c)
A. Ativos fixos tangíveis				
1. Usados na atividade comercial	4130			4130
- Detidos	2030			2030
- Ativos sob direitos de uso	2100			2100
2. Detidos para investimento	X			
- Detidos				
- Ativos sob direitos de uso				
3. Inventários				
<b>Total</b>	<b>4130</b>			<b>4130</b>

A partir de 2019, na sequência da aplicação da Norma Internacional de Contabilidade IFRS 16, a rubrica «Depreciação e perdas por imparidade líquidas em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» inclui também a amortização da depreciação de ativos sob direito de uso no montante de 2100 mil euros, cujo saldo é reconhecido em ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.

## Secção 13 - Amortização e perdas por imparidade líquidas em ativos intangíveis - Rubrica 190

7163 mil euros

### 13.1 Amortização e perdas por imparidade líquidas em ativos intangíveis: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Ativo/Componente de rendimento	Amortização (a)	Perdas por imparidade (b)	Reversões de perdas por imparidade (c)	Resultado líquido (a+b-c)
A. Ativos intangíveis				
dos quais: <i>software</i>				
A.1 Detidos	6061	1102		7163
- Originados internamente pela empresa				
- Outros	6061	1102		7163
A.2 Ativos sob direito de uso				
<b>Total</b>	<b>6061</b>	<b>1102</b>		<b>7163</b>

A rubrica refere-se à amortização para o ano relativa aos ativos intangíveis com vidas úteis definidas, que incluem os «Contratos de Cliente», que foram amortizados em 1,1 milhões de euros em virtude do teste de imparidade.

Para mais pormenores, consultar a rubrica 100 da Posição de balanço de ativos financeiros «Ativos intangíveis».

## Secção 14 - Outras receitas operacionais líquidas - Rubrica 200

128 075 mil euros

### 14.1 Outras despesas operacionais: desagregação

-3532 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Despesas do exercício anterior	(2187)	(2656)
Arredondamentos e provisões	(93)	(8)
Outros encargos	(358)	(17)
Despesas com o sistema de garantia de depósitos		
Despesas com impostos de registo	(893)	(319)
<b>Total</b>	<b>(3532)</b>	<b>(3000)</b>

## 14.2 Outras receitas operacionais: desagregação

131 607 mil euros

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Recuperação de encargos legais para aquisições de contas comerciais a receber sem recurso	1410	1198
Recuperação de encargos legais	127	218
Outras recuperações	1457	1384
Rendimentos do exercício anterior	5544	9059
Recuperação de despesas notariais do cedente	1647	977
Royalties do BFF Finance Iberia	955	
Outros rendimentos	120 467	92 011
<b>Total</b>	<b>131 607</b>	<b>104 847</b>

Em 2022, a rubrica inclui um montante único, bruto do efeito fiscal, relativo a 50 % da provisão de «40 euros», que consiste na totalidade dos valores a receber acumulados para a indemnização em questão, num montante de 94,7 milhões de euros (68,7 milhões de euros líquidos do efeito fiscal). Para mais informações, consultar a Parte A «Políticas contabilísticas».

Recorde-se que, em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica incluía o montante de *badwill* resultante da operação de fusão com o DEPObank em março de 2021, no valor de 76,9 milhões de euros.

## Secção 19 - Impostos sobre o rendimento em operações continuadas - Rubrica 270

83 561 mil euros

### 19.1 Impostos sobre o rendimento em operações continuadas: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Componentes de rendimento/Setores	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
1. Impostos correntes (-)	69 809	12 358
2. Correção nos impostos correntes de exercícios anteriores (+/-)	3447	
3. Redução nos impostos correntes do exercício (+)		
3.A Redução nos impostos correntes do exercício devido ao credito de imposto ao abrigo da Lei n.º 214/2011 italiana (+)		
4. Alteração nos ativos por impostos diferidos (+/-)	381	(33 535)
5. Alteração nos passivos fiscais diferidos (+/-)	9 924	11 792
<b>6. Impostos para o exercício (-) (-1+/-2+3+ 3 A +/-4+/-5)</b>	<b>83 561</b>	<b>(9384)</b>

## 19.2 Reconciliação da carga fiscal teórica com a carga fiscal efetiva

(Montantes em milhares de euros)

Desagregação	IRES	IRAP
Lucro tributável usado para efeitos de cálculos do imposto	345 000	165 872
<b>Carga fiscal teórica: 27,5 % IRES - 5,57 % IRAP</b>	<b>94 875</b>	<b>9239</b>
Diferenças não dedutíveis permanentes	(88 565)	987
IRAP dedutível	(62)	
Diferenças temporárias tributáveis em exercícios futuros	(41 997)	
Diferenças temporárias dedutíveis em exercícios futuros	16 421	1255
Reversão de diferenças temporárias de exercícios anteriores	(9929)	(5267)
<b>Lucro tributável</b>	<b>220 867</b>	<b>162 847</b>
<b>Impostos correntes para o exercício: 27,5 % IRES - 5,57 % IRAP</b>	<b>60 738</b>	<b>9071</b>

## Secção 22 - Rendimentos por ação

### 22.1 Número médio de ações ordinárias com capital diluído

(Montantes em unidades)

Desagregação	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Número médio de ações não executadas	185 545 952	185 312 690
Número médio de ações potencialmente diluidoras	11 447 560	10 175 223
Número médio de ações diluídas	196 993 512	195 487 913

### 22.2 Outras informações

(Montantes em unidades, salvo indicação em contrário)

Desagregação	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Lucro do exercício (em euros)	232 047 606	197 372 423
Número médio de ações não executadas	185 545 952	185 312 690
Número médio de ações potencialmente diluidoras	11 447 560	10 175 223
Número médio de ações diluídas	196 993 512	195 487 913
<b>Resultados básicos por ação (em unidades de euro)</b>	<b>1,25</b>	<b>1,06</b>
<b>Resultados diluídos por ação (em unidades de euro)</b>	<b>1,18</b>	<b>1,01</b>

## Parte D - Rendimento integral

### Demonstração de Rendimento Integral

(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>10. Lucro do exercício</b>	<b>261 438 216</b>	<b>164 289 349</b>
<b>Outros componentes não reclassificados para os resultados</b>		
<b>20. Instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral:</b>		
a) alterações ao justo valor		
b) transferências para outras rubricas de capital próprio		
<b>30. Passivos financeiros designados ao justo valor por via dos resultados (alterações na qualidade de crédito):</b>		
a) alterações ao justo valor		
b) transferências para outras rubricas de capital próprio		
<b>40. Cobertura de instrumentos de capital próprio designados ao justo valor por via de outro rendimento integral:</b>		
integral:		
a) alterações ao justo valor (instrumento sujeito a cobertura)		
b) alterações ao justo valor (instrumento de cobertura)		
<b>50. Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento</b>		
<b>60. Ativos intangíveis</b>		
<b>70. Planos de benefícios definidos</b>	<b>724 064</b>	<b>(47 353)</b>
<b>80. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas</b>		
<b>90. Porção das reservas de avaliação relacionadas com investimentos em capitais próprios</b>		
<b>100. Impostos sobre o rendimento de outro rendimento integral não reclassificados para os resultados</b>	<b>(199 118)</b>	<b>13 022</b>
<b>Outros componentes reclassificados para os resultados</b>		
<b>110. Cobertura de investimentos estrangeiros:</b>		
a) alterações ao justo valor		
b) reclassificação por via dos resultados		
c) outras alterações		
<b>120. Diferenças cambiais:</b>		
a) alterações ao valor	<b>3420</b>	<b>(57 057)</b>
b) reclassificação por via dos resultados		
c) outras alterações		
<b>130. Coberturas de fluxos de caixa:</b>		
a) alterações ao justo valor		
b) reclassificação por via dos resultados		
c) outras alterações		
das quais: resultado de posições líquidas		

(CONT.)



(Montantes expressos em euros)

Rubricas	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>140.</b> Instrumentos de cobertura (elementos não designados):		
a) alterações ao valor		
b) reclassificação por via dos resultados		
c) outras alterações		
<b>150.</b> Ativos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral:		
a) alterações ao justo valor	1 246 162	315 589
b) reclassificação por via dos resultados		
- correções para risco de crédito		
- lucros/perdas nas alienações		
c) outras alterações		
<b>160.</b> Ativos não correntes e grupos de ativos detidos para venda:		
a) alterações ao justo valor		
b) reclassificação por via dos resultados		
c) outras alterações		
<b>170.</b> Porção das reservas de avaliação para investimentos em capitais próprios mensurados utilizando o método de equivalência patrimonial:		
a) alterações ao justo valor		
b) reclassificação por via dos resultados		
- correções por imparidade		
- lucros/perdas nas alienações		
c) outras alterações		
<b>180.</b> Impostos sobre o rendimento de outras componentes reclassificadas para a demonstração de resultados	(413 237)	(85 497)
<b>190. Total de outro rendimento integral</b>	<b>1 361 292</b>	<b>138 704</b>
<b>200. Rendimento integral (Rubricas 10+190)</b>	<b>262 799 507</b>	<b>164 428 053</b>

## Parte E - Informação sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco

### Introdução

O BFF Bank adotou ferramentas adequadas de governo societário e mecanismos adequados de gestão e controlo com vista a mitigar os riscos a que está exposto. Estas medidas fazem parte do governo da organização e do sistema de controlo interno, que visam garantir práticas de gestão assentes na eficiência, eficácia e equidade, cobrindo todos os tipos de risco empresarial, em consonância com as características, dimensões e complexidade das atividades comerciais levadas a cabo pelo Grupo.

Nesta perspetiva, o Banco formalizou as respetivas políticas de gestão de riscos e procede à sua revisão periódica para garantir a sua eficácia ao longo do tempo, além de controlar constantemente o funcionamento dos processos de gestão e controlo dos riscos.

Essas políticas definem:

- ▶ O governo dos riscos e as responsabilidades das Unidades organizacionais envolvidas no processo de gestão;
- ▶ O mapeamento dos riscos a que o Banco está exposto, os métodos de mensuração e de teste de esforço, bem como os fluxos de informação que resumem as atividades de acompanhamento;
- ▶ O processo de avaliação anual da adequação do capital interno e do sistema de governo e gestão do risco de liquidez;
- ▶ As atividades para a avaliação da adequação do capital prospetivo, associada ao processo de planeamento estratégico.

Os órgãos de governo societário do Banco definem o modelo de governo e gestão do risco ao nível do Grupo, tendo em consideração os tipos específicos de operações e os perfis de risco relacionados que caracterizam todas as entidades do Grupo, com o intuito de criar uma política integrada e coerente de gestão do risco.

É neste enquadramento que os órgãos sociais da Empresa-mãe realizam as funções a si confiadas não apenas no que se refere às respetivas atividades comerciais específicas, mas também tendo em conta as operações do Grupo como um todo, bem como os riscos a que este está exposto e envolvendo, se apropriado, os órgãos de governo das subsidiárias nas decisões relativas a procedimentos e políticas de gestão do risco.

A Função de gestão do risco colabora no processo de definição e implementação de políticas de gestão do risco por meio de um processo adequado de gestão do risco. O diretor da função não está envolvido nas atividades de exploração que tem de acompanhar, uma vez que as suas incumbências e responsabilidades são regidas por Regulamentos internos específicos.

Além de outras tarefas, a Função de gestão do risco é responsável por:

- ▶ Colaborar com os órgãos de governo societário na definição do sistema global de gestão do risco e na totalidade do quadro de referência para a assunção e controlo de riscos do Banco (Quadro de apetência pelo risco);
- ▶ Estabelecer processos adequados de gestão do risco através da adoção e manutenção de sistemas adequados de gestão do risco, de modo a cartografar, mensurar, controlar ou mitigar todos os riscos relevantes;

- ▶ Fornecer uma avaliação do capital absorvido, também sob condições de esforço, bem como da relativa adequação do capital presente e prospetivo, definindo processos e procedimentos adequados a cada tipo de risco presente e futuro, que tenha em conta alterações nas estratégias e no contexto;
- ▶ Supervisionar a implementação do processo de gestão do risco e garantir que este está a ser respeitado;
- ▶ Acompanhar a adequação e a eficácia das ações levadas a cabo para solucionar qualquer debilidade detetada no sistema de gestão do risco;
- ▶ Apresentar relatórios periódicos aos órgãos de governo societário relativos às atividades realizadas e dotá-los de suporte de consultadoria sobre questões relativas à gestão do risco.

A Função de gestão do risco comunica perante o Presidente da Comissão Executiva, a pessoa responsável pelo sistema de controlo interno do Banco. Esta é independente da Função de Auditoria interna e está sujeita ao seu controlo.

## Secção 1 - Risco de crédito

### Informação quantitativa

#### 1. Aspetos gerais

A atividade principal do Banco neste domínio é o *factoring*, que, em Itália, é regido pelo Código Civil italiano (Livro IV, título I, capítulo V, artigos 1260.º - 1267.º) e pela Lei italiana n.º 52, de 21 de fevereiro de 1991, e alterações subsequentes, e que consiste numa multiplicidade de serviços financeiros que podem ser estruturados de várias formas, sobretudo através da venda de créditos comerciais. O Banco oferece sobretudo serviços de *factoring* sem recurso com devedores pertencentes à administração pública, para além de outros produtos de empréstimo sempre com foco na administração pública. A partir de março de 2021, com a integração do DEPObank, o Banco começou a conceder crédito como uma atividade instrumental, para além de atividades específicas de tesouraria (geridas através da concessão de limites de exploração) e serviços de títulos (geridos sobretudo através da concessão de facilidades de descoberto na conta).

À data, o *factoring* sem recurso representa cerca de 53 % de todas as posições em risco sobre clientes do Banco, excluindo a componente de títulos.

Em relação às medidas em resposta à COVID-19, o Banco segue as disposições aplicáveis contidas nas Orientações da Autoridade Bancária Europeia («Orientações relativas ao relato e divulgação de informações sobre exposições objeto de medidas aplicadas em resposta à crise da COVID-19» – EBA/GL/2020/07”).

#### Impactos da pandemia de COVID-19

À luz do modelo de negócio do BFF Bank e da natureza das suas contrapartes, a epidemia da COVID-19 não implicou uma alteração dos objetivos e da estratégia de gestão nem dos sistemas de mensuração e controlo dos riscos.

#### Impactos da crise Ucrânia-Rússia

Na sequência da crise entre a Rússia e a Ucrânia, que culminou na intervenção militar iniciada pela Rússia a 24 de fevereiro de 2022, e das contramedidas resultantes aplicadas pela comunidade internacional e pelas partes no setor financeiro internacional (por exemplo, sanções contra pessoas singulares ou coletivas russas, limitações às transações com partes russas e/ou relativas a instrumentos financeiros emitidos por partes russas e/ou denominados em moeda russa), a empresa-mãe efetuou uma análise pormenorizada das posições e transações de risco

que poderiam ser, direta ou indiretamente, afetadas pelas referidas restrições às operações, tomando, sempre que necessário, as medidas adequadas para cumprir integralmente as disposições regulamentares e/ou para evitar situações que possam ser consideradas de risco. As várias funções empresariais da empresa-mãe (por exemplo, Área CFO, Gestão do Risco, Conformidade e CBC) informaram o Conselho de Administração da empresa-mãe sobre a avaliação efetuada pela direção relativa à gestão dos potenciais impactos na empresa-mãe resultantes desta situação e as medidas tomadas. Na primeira parte de abril, o BFF Bank também respondeu ao inquérito conduzido pelo Banco de Itália sobre uma primeira avaliação do impacto que os desenvolvimentos desfavoráveis relacionados com a atual crise poderiam ter no sistema bancário. Os resultados da análise revelaram que a empresa-mãe não está diretamente exposta aos mercados russo e ucraniano e que não existem empresas clientes russas, empresas clientes controladas por empresas russas, beneficiários efetivos ou representantes legais de nacionalidade russa na carteira de clientes do BFF ou das suas subsidiárias no estrangeiro. No que se refere às posições detidas em RUB (rublos) e à eventual exposição ao risco de taxa de câmbio na sequência da forte flutuação da taxa de câmbio da moeda em questão, as posições ativas e passivas denominadas nessa moeda detidas pelo BFF são de montante global muito limitado, relativas exclusivamente a saldos de contas bancárias (saldos de contas bancárias junto do BFF de contrapartes da Linha de Negócio de Serviços de Transação, transferidos para contas detidas pelo BFF junto do Bank of New York, tesoureiro do BFF nessa moeda, e do Euroclear Bank, banco de liquidação internacional, estando as operações à vista, depósitos a prazo e *swaps* de divisas nessa moeda suspensos desde o início da crise) e substancialmente equilibradas.

Após o início da crise entre a Rússia e a Ucrânia, assistiu-se também a uma intensificação da ciberguerra a nível mundial, visando principalmente as redes de infraestruturas. A este respeito, a empresa-mãe aumentou o nível de atenção do SOC (centro de operações de segurança) e reforçou as regras de defesa do perímetro, bem como continuou a acompanhar a situação através de fontes fiáveis, como o CERTFin. No que respeita à continuidade operacional e às cópias de segurança, as recentes atualizações e testes do Plano de Recuperação de Desastres confirmaram a resiliência do BFF Bank. São organizadas internamente campanhas de sensibilização sobre *phishing* e eventos de segurança. Por último, foram contactados os principais subcontratantes e fornecedores, a fim de verificar se também eles tinham aumentado o seu nível de atenção em matéria de cibersegurança e receber mais registos dos sistemas de defesa para efetuar uma monitorização mais extensiva através do SIEM (gestão de informações e eventos de segurança). Até à data, não foram registados quaisquer ataques ou perturbações na sequência da crise na Ucrânia por parte do BFF ou dos seus subcontratantes ou fornecedores.

## 2. Políticas de gestão do risco de crédito

### 2.1 Aspetos organizacionais

A avaliação de uma transação, para os diferentes produtos oferecidos pelo Banco, é realizada analisando uma série de fatores que vão desde o grau de fragmentação do risco até às características da relação comercial subjacentes à qualidade do crédito e à capacidade de reembolso do cliente/devedor.

As orientações e procedimentos de acompanhamento e controlo do risco de crédito encontram-se estabelecidos no «Regulamento de crédito» atual, aprovado pelo Conselho de administração em 30 de junho de 2021, e pelo «Regulamento de crédito» das subsidiárias. O regulamento interno fornece uma medida organizacional adicional para enfrentar o risco de crédito com vista a acompanhar a qualidade do crédito, que descreve o processo de controlo do crédito sobre o devedor e é parte integrante do «Regulamento de crédito» supracitado.

O risco de crédito é, por conseguinte, acompanhado a vários níveis no âmbito do quadro dos múltiplos processos operacionais.

## 2.2 Sistemas de gestão, mensuração e controlo

O sistema de gestão, mensuração e controlo relativo ao risco de crédito foi criado para assegurar o controlo sobre os principais tipos de risco pertencentes à categoria de risco de crédito.

Para o efeito, importa realçar que, conforme referido anteriormente, a atividade essencial levada a cabo pela empresa-mãe consiste na aquisição de contas comerciais a receber sem recurso devidas por devedores pertencentes a organismos da administração pública e que, no que se refere a exposições relacionadas com operações do banco depositário, estas são sobretudo direcionadas para os bancos.

Com base no anteriormente exposto, em especial, o risco de crédito está associado à possibilidade de que uma alteração inesperada na solvabilidade de uma contraparte, a que o Grupo está exposto, possa gerar uma descida correspondente no valor da situação de crédito. Este pode ser decomposto da seguinte forma:

- ▶ Risco de crédito no sentido estrito: o risco de incumprimento por contrapartes a que o Banco está exposto, que é legitimamente limitado tendo em consideração a natureza das contrapartes do Banco, cuja maioria não está sujeita a processos de falência ou outros procedimentos que poderiam afetar a sua solvência material;
- ▶ Risco de diluição: o risco de que os montantes devidos pelo devedor cedido sejam reduzidos devido a provisões ou compensações resultantes de rendimentos e/ou litígios relativos à qualidade do produto ou serviço ou qualquer outra questão;
- ▶ Risco de «factorabilidade»: o risco relacionado com a natureza e as características da relação comercial sujeita a *factoring*/venda, afetando a capacidade de autoliquidação da conta a receber comercial vendida (por exemplo, risco de pagamentos diretos do devedor ao cedente potencialmente insolvente);
- ▶ Risco de atraso de pagamento: o risco de um atraso nos prazos de cobrança dos valores a receber vendidos face aos esperados pelo Banco.

À luz dos riscos descritos em detalhe acima, o Banco dispõe de regulamentos internos que descrevem as fases que os regulamentos do setor identificam como componentes do processo de crédito:

- ▶ Verificação dos antecedentes;
- ▶ Decisão;
- ▶ Desembolso;
- ▶ Acompanhamento e revisão;
- ▶ Litígio.

O *factoring* sem recurso, pela sua própria natureza, representa o serviço que está mais exposto ao risco de crédito. Por esse motivo, a verificação dos antecedentes para o pedido da linha de crédito é realizada com o máximo cuidado.

No que diz respeito à concessão de crédito às contrapartes que utilizam o serviço do banco de custódia, o risco de crédito é muito baixo, uma vez que se concentra principalmente em contrapartes bancárias, sociedades de gestão de ativos e fundos.

O Banco também presta marginalmente estes dois tipos de serviços: «apenas gestão de valores a receber» e «*factoring* com recurso».

No serviço «apenas gestão de empréstimos e valores a receber», o risco de crédito é consideravelmente reduzido porque está limitado à exposição do Banco ao cliente relativamente ao pagamento dos encargos e comissões acordados, ou seja, o reembolso de encargos legais incorridos. A concessão de uma linha de crédito «apenas gestão de empréstimos e valores a receber» segue os procedimentos normais utilizados no processo de crédito, embora a linha de crédito possa ser aprovada por um organismo unipessoal.

O *factoring* com recurso constitui uma atividade residual para o BFF Bank.

No que diz respeito à atribuição de limites de exploração e/ou limites máximos de «intermediação», não há nenhum pedido específico dos clientes e a avaliação é iniciada por iniciativa da Unidade Organizacional (UO) Financeira e do Tesouro ou das unidades organizacionais relevantes.

No âmbito da gestão de contrapartes que prestam serviços de intermediação a retalho, foram estabelecidos limites de exploração específicos, destinados a acompanhar e controlar as operações destas entidades. Em alguns casos, foram solicitadas garantias para mitigar o risco assumido para estas atividades. A exposição ao risco de crédito dos clientes é constantemente acompanhada. A qualidade do crédito de entidades do setor público é analisada no quadro do risco de atraso de reembolso dos passivos.

A avaliação do risco de crédito é parte integrante de uma análise global da adequação dos fundos próprios do Banco em relação aos riscos associados à concessão de empréstimos.

Com isto em mente, o Banco utiliza a abordagem «normalizada» para mensurar o risco de crédito, tal como regida pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 (RRFP) e adotada pela Circular n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e pela Circular n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos» e respetivas alterações subsequentes, do Banco de Itália, datadas de 17 de dezembro de 2013. Esta abordagem inclui a classificação de exposições em diferentes classes («carteiras»), dependendo do tipo de contraparte, bem como a aplicação de rácios ponderados diversificados a cada carteira.

Especificamente, a empresa-mãe aplica os seguintes fatores de ponderação, previstos pelo RRFP:

- ▶ 0 % para exposições sobre organismos do governo e bancos centrais com escritórios num Estado-Membro da União Europeia e financiados na moeda local, bem como para exposições sobre outros organismos da administração pública, em conformidade com requisitos específicos das disposições de supervisão pertinentes. Esta categoria inclui também exposições a entidades do setor público espanhol e outras autoridades locais, tal como previsto nas listas da EBA «Governos regionais e autoridades locais da UE tratadas como exposições a governos centrais em conformidade com o artigo 115.º, n.º 2, do Regulamento (UE) 575/2013» e «Entidades do setor público da UE tratadas em circunstâncias excecionais como exposições ao governo central, governo regional ou autoridade local em cuja jurisdição se encontram estabelecidas em conformidade com o artigo 116, n.º 4 do Regulamento (UE) 575/2013;
- ▶ 20 % para i) exposições sobre organismos das administrações regionais e autoridades locais com escritórios num Estado-Membro da União Europeia denominadas e financiadas na moeda local, ii) exposições sobre entidades do setor público de países com Qualidade do crédito Nível 1, iii) exposições sobre entidades do setor público e intermediários supervisionados com uma duração original de três meses ou menos;
- ▶ 50 % para exposições a organismos da administração pública de países com Qualidade do crédito Nível 2, que incluem a exposição a entidades do setor público polaco e eslovaco;

- ▶ 100 % para i) exposições a organismos da administração pública de países com Qualidade do crédito Nível 3, 4 e 5 (incluindo Itália, Portugal e Grécia – tenha em atenção que, em 3 de maio de 2019, a DBRS subiu a notação da Grécia de «B+» para «BB-», melhorando conseqüentemente a qualidade do crédito do nível 5 para o 4, mas mantendo a percentagem de absorção de capital inalterada em 100%) e ii) exposições a organismos da administração pública de países em que os organismos estatais não são alvo de notação e não se encontram disponíveis níveis de qualidade do crédito (incluindo a Chéquia e a Croácia);
- ▶ 50 % ou 100 % para montantes devidos de intermediários supervisionados, de acordo com o nível de qualidade do crédito do país em que têm estabelecidos os seus escritórios;
- ▶ 75 % para exposições sobre o mercado de retalho e exposições sobre PME;
- ▶ 100 % para exposições sobre devedores privados (ou seja, empresas), Fundos e sociedades de gestão de ativos; para devedores privados com notação, são aplicadas ponderações diferentes com base nas notações de crédito emitidas pela S&P Global Ratings;
- ▶ 100 % para ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, investimentos em capitais próprios, organismos de investimento coletivo e outros;
- ▶ 150 % para exposições improdutivas, se as correções de valor específicas forem 20 % menos do que a porção não caucionada, antes de quaisquer correções;
- ▶ 100 % para exposições improdutivas, se as correções de valor específicas forem 20 % ou mais do que a porção não caucionada, antes de quaisquer correções;
- ▶ 250 % para ativos por impostos diferidos não deduzidos dos fundos próprios.

O Banco mantém constantemente, sob a forma de um requisito de capital para risco de crédito, um montante de capital regulamentar igual a pelo menos 8 % das posições em risco ponderadas para risco de crédito. O Montante ponderado pelo risco é determinado através da soma dos ativos ponderados pelo risco de várias classes.

Com base no método descrito anteriormente, os requisitos de capital para o risco de crédito e de contraparte, em 31 de dezembro de 2022, são de 160,2 milhões de euros para a empresa-mãe.

Além disso, o processo de gestão do risco de crédito cumpre os regulamentos externos (RRFP, Circulares n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos» do Banco de Itália e respetivas alterações subsequentes) relativos à concentração de riscos.

Concretamente:

- ▶ «Grande exposição» significa qualquer posição de risco igual ou superior a 10 % do capital elegível, tal como definido no RRFP (igual ao capital de Nível 1);
- ▶ Para grupos bancários, cada posição de risco não pode ser superior a 25 % do capital elegível.

Considerando o facto de que a exposição do Banco é composta sobretudo por valores a receber adquiridos numa base sem recurso e a receber de entidades individuais da administração pública, o risco da carteira é considerado limitado, uma vez que o desconhecimento de valores a receber implica a afetação da exposição a um maior número de contrapartes (ou seja, os devedores cedidos), que, no caso de determinadas exposições, são alvo de tratamento preferencial em termos de ponderação para grandes exposições.

## Avaliação da qualidade do crédito

O Banco realiza um teste de imparidade sobre a carteira de empréstimos, destinado a identificar qualquer imparidade nos seus ativos, em linha com as disposições das normas aplicáveis e com os critérios prudenciais exigidos pelos regulamentos de supervisão e pelas políticas internas adotadas pelo Banco.

Esta avaliação assenta na distinção entre estas duas categorias de exposição:

- ▶ Exposições sujeitas a correções genéricas («imparidade coletiva»)
- ▶ Exposições sujeitas a correções específicas.

Note-se que a IFRS 9 entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018. Esta norma substitui o conceito de «perdas incorridas» previsto pela IAS 39 pelo de «perdas de crédito esperadas».

A abordagem adotada pelo Banco baseia-se num modelo prospetivo que pode exigir o reconhecimento de perdas esperadas ao longo da vida do valor a receber com base na informação de suporte que se encontra disponível sem custos ou esforços adicionais, e inclui dados históricos, atuais e prospetivos. Neste contexto, foi adotada uma abordagem baseada na utilização de parâmetros de risco de crédito (Probabilidade de incumprimento – PD, Perda em caso de incumprimento – LGD, Exposição em caso de incumprimento – EAD) redefinida com base numa perspetiva assente em vários períodos.

Mais concretamente, de acordo com a IFRS 9, a imparidade de exposições é reconhecida em três fases, cada uma com diferentes métodos de cálculo das perdas a registar.

Relativamente à Fase 1, as perdas de crédito esperadas são mensuradas ao longo de um período de 12 meses. Relativamente à Fase 2 (incluindo ativos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial), as perdas de crédito esperadas são mensuradas ao longo da totalidade da vida do instrumento (perdas esperadas ao longo da vida). A Fase 3 inclui todos os ativos financeiros que apresentam uma imparidade objetiva à data de relato (exposições improdutivas).

## 2.3 Métodos de mensuração das perdas de crédito esperadas

### Exposições sujeitas a perdas por imparidade coletivas («imparidade coletiva»)

O modelo de imparidade caracteriza-se pelos seguintes elementos:

- ▶ A afetação das transações existentes na carteira a diferentes rubricas, com base na avaliação do aumento do nível de risco de exposição/contraparte;
- ▶ A utilização de parâmetros de risco assentes em vários períodos (por exemplo, a PD, LGD e EAD ao longo da vida) para quantificar perdas de crédito esperadas (ECL) para instrumentos financeiros sujeitos a um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial.

Para efeitos de cálculo da imparidade, a IFRS 9 estabelece requisitos gerais para o cálculo de ECLs e a conceção de critérios de afetação de fase, sem fornecer orientações específicas sobre a abordagem de modelação. Por conseguinte, ao analisar os dados fornecidos como *input*, a avaliação e a conceção do projeto para a conversão para a IFRS 9 permitiram desenvolver um quadro metodológico para acomodar as peculiaridades da atividade do Banco em consonância com os ativos que detém, bem como com a informação disponível, em conformidade com as orientações fornecidas na norma.



Os principais conceitos introduzidos pela IFRS 9 e exigidos para efeitos de cálculo da imparidade comparativamente às normas anteriores são os seguintes:

- ▶ Um modelo prospetivo (*forward-looking*) que permita o reconhecimento imediato de todas as perdas de crédito esperadas ao longo da vida da exposição, substituindo, assim, o critério de «perdas incorridas». De acordo com a anterior, as perdas por imparidade apenas eram reconhecidas quando existissem provas da sua existência (com base na identificação de um evento desencadeador).  
De acordo com a IFRS 9, as perdas devem ser reconhecidas com base na informação de suporte que se encontra disponível sem custos ou esforços adicionais, e inclui dados históricos, atuais e prospetivos;
- ▶ As perdas de crédito esperadas (ECL) são recalculadas em cada data de relato de modo a refletir quaisquer alterações no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro
- ▶ Utilização de informação prospetiva e de fatores macroeconómicos para determinar as ECL;
- ▶ introdução de um estatuto adicional relativamente à classificação binária de contrapartes «produtivas» e «improdutivas», para ter em conta o aumento no risco de crédito.

O modelo de cálculo das ECL requer uma avaliação quantitativa de fluxos de caixa futuros e parte do pressuposto de que estas são estimadas de forma fidedigna. Isto requer a identificação de determinados elementos, nomeadamente:

- ▶ Modelos de probabilidade de incumprimento (PD) e pressupostos sobre a distribuição *forward* de eventos de incumprimento, para o cálculo da PD assente em vários períodos utilizados para determinar as perdas de créditos esperadas ao longo da vida;
- ▶ Modelo de perda em caso de incumprimento (LGD);
- ▶ Um modelo de exposição determinístico e estocástico em caso de incumprimento (EAD) que permite definir uma distribuição em vários períodos, bem como num prazo de 12 meses.

Os parâmetros de risco que devem ser modelados de modo a estar em conformidade com a base racional de consideração da totalidade do tempo de vida do instrumento financeiro são os seguintes:

- ▶ PD em vários períodos;
- ▶ LGD em vários períodos;
- ▶ EAD em vários períodos.

Além disso, em conformidade com a IFRS 9, o cálculo da ECL deve incluir correções do Momento específico (*Point-in-Time*) (PIT) e informação prospetiva (*forward-looking*) (FLI).

### Exposições sujeitas a perdas por imparidade individuais («imparidade individual»)

Conforme exigido pela IFRS 9 e em linha com as disposições de supervisão atuais, o Banco realizou uma avaliação dos ativos classificados como objeto de imparidade de modo a identificar qualquer imparidade objetiva de posições individuais.

Importa realçar que, relativamente a exposições vencidas, embora classificadas como ativos financeiros objeto de imparidade e, por conseguinte, sujeitas a imparidade específica, foram realizadas as mesmas avaliações aplicáveis a exposições produtivas referidas nesta secção. Esta decisão é apoiada pelo facto de, dada a atividade central do Banco, as posições objeto de imparidade vencidas, identificadas de acordo com critérios objetivos, não representam necessariamente real deterioração. Contudo, esta abordagem não dispensa as funções competentes de efetuarem uma avaliação analítica/precisa («avaliação caso a caso») das posições classificadas como vencidas se a correção de valor calculada não for adequada.

As exposições objeto de imparidade do BFF são compostas por empréstimos improdutivos (NPL), exposições com probabilidade reduzida de pagamento e vencidas, num valor total de 128 661 mil euros – líquido de imparidades individuais – e têm a seguinte desagregação:

- ▶ Empréstimos improdutivos no valor de 80 722 mil euros (exposição bruta nas demonstrações financeiras separadas de 95 168 mil euros com uma correção no valor de 14 446 mil euros);
- ▶ Exposições com probabilidade reduzida de pagamento no valor de 14 074 mil euros (exposição bruta nas demonstrações financeiras igual a 18 420 mil euros com correções iguais a 4346 mil euros);
- ▶ Exposições vencidas objeto de imparidade no valor de 33 865 mil euros (exposição bruta nas demonstrações financeiras no valor de 33 963 mil euros com uma correção no valor de 98,4 mil euros).

### Alterações devidas à COVID-19

#### **Avaliação do aumento significativo do risco de crédito (SICR)**

À luz do modelo de negócio do Banco e da natureza das suas contrapartes de risco, a epidemia da COVID-19 não implicou alterações ao modelo do aumento significativo do risco de crédito (SICR). Em conformidade com as orientações da EBA, de 2 de dezembro de 2020 «*Orientações que alteram as Orientações EBA/GL/2020/02 sobre moratórias legislativas e não legislativas relativas ao reembolso de empréstimos aplicadas à luz da crise da COVID-19*», a empresa-mãe não concedeu quaisquer moratórias.

#### **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

O modelo para determinar os parâmetros de risco também se manteve inalterado após a propagação da COVID-19.

No entanto, a atualização anual dos parâmetros de risco (PD e LGD) permite ter em conta a evolução dos efeitos da COVID-19 dentro das estimativas das perdas esperadas.

Para o efeito, a 30 de junho de 2022, a empresa-mãe atualizou os cenários macroeconómicos fornecidos pelo fornecedor externo de informações. Estes cenários são elaborados tendo em conta a evolução da taxa de desemprego e do *Spread* de Alto Rendimento, num contexto geopolítico caracterizado pelos efeitos em curso da COVID-19 e pelas tensões do conflito Rússia-Ucrânia, que alterou significativamente o cenário macroeconómico desde fevereiro de 2022.

A Função de gestão do risco, tal como faz todos os trimestres do ano, realizou uma análise de sensibilidade a 31 de dezembro de 2022 entre os cenários macroeconómicos para o quarto trimestre do ano, fornecidos pelo fornecedor de informação externo, e os cenários macroeconómicos atualizados a 30 de junho de 2022. A análise mostra que 2023 será caracterizado por um declínio do crescimento do PIB e por um forte impulso inflacionista gerado pelo conflito Rússia/Ucrânia, que reduz, por um lado, os investimentos das empresas e, por outro, o rendimento disponível dos consumidores. No entanto, o mercado de trabalho não parece estar a sofrer tensões significativas, graças à recuperação das contratações após a COVID-19. O abrandamento económico não será suficiente para causar despedimentos generalizados e o mercado de trabalho continuará a beneficiar de um considerável excesso de procura. Por conseguinte, a estabilidade do mercado de trabalho será um dos principais fatores que poderão impedir a economia de entrar num ciclo recessivo. A análise comparativa dos cenários mostra que o PIB estimado em dezembro de 2022 é pior do que o atualmente utilizado no modelo e, por conseguinte, a Função de Gestão de Riscos está a avaliar os impactos dessa alteração no modelo de estimativa dos parâmetros de risco, a fim de compreender a sua magnitude, tendo também em consideração que o modelo de negócio do Grupo e - nesta área específica - o custo relativo do risco são menos sensíveis às tendências do PIB do que as exposições de crédito concentradas na área das empresas/retalho.

Além disso, a Função de Gestão do Risco comparou as estimativas macroeconómicas divulgadas pelo fornecedor externo de informações com as do Banco Central Europeu (BCE), observando, também neste caso, uma deterioração do PIB em 2023.

As mesmas análises serão igualmente realizadas no final do primeiro trimestre de 2023, a fim de avaliar a possibilidade de atualizar antecipadamente os parâmetros de risco.

## 2.4 Técnicas de redução do risco de crédito

De modo a tornar as exposições sem recurso compatíveis com o princípio de desreconhecimento, as cláusulas de redução do risco que poderiam de alguma forma invalidar a transferência efetiva de riscos e vantagens foram eliminadas dos respetivos contratos.

No que se refere a exposições a contrapartes às quais são oferecidos serviços de tesouraria e de segurança, as técnicas de redução do risco incluem também acordos de compensação (ISDA) e de gestão de garantias (CSA) em consonância com os regulamentos EMIR. Para acordos de recompra para os quais o Banco assinou contratos específicos do tipo Acordo principal global de recompra (GMRA), o risco de crédito é transferido da contraparte para o subjacente do acordo de recompra.

## 2. Exposições de crédito objeto de imparidade

Em conformidade com a Circular n.º 272 do Banco de Itália, os «Ativos objeto de imparidade» do Banco perfaziam um valor total de 251 980 mil euros. Estes incluem:

▶ **Empréstimos improdutivos** que consistem em exposições a partes que se encontram em estado de insolvência ou em situações basicamente semelhantes, independentemente de quaisquer projeções de perdas efetuadas pela empresa-mãe. *Em 31 de dezembro de 2022, o valor total de empréstimos improdutivos, líquido de imparidades, ascendeu a 80 271 mil euros, dos quais 5672 mil euros adquiridos já sujeitos a imparidade. Os empréstimos improdutivos líquidos relativos a municípios italianos e a governos distritais em dificuldades financeiras ascendiam a 79 662 mil euros, representando 99,2 % do total. Este caso é classificado como «improdutivo», em conformidade com as indicações fornecidas pela Autoridade de Supervisão, não obstante o facto de o BFF ter direito a receber 100 % do capital principal e juros de mora no final do processo de insolvência.*

A parte da provisão para juros de mora relativa a exposições improdutivas, reconhecida no momento da alteração nas estimativas em 2014, era igual a 997 mil euros, integralmente sujeito a imparidade. Ao ter em conta também esta quantia, os empréstimos improdutivos brutos ascenderam a 83 358 mil euros e as correções relevantes totalizaram 3087 mil euros.

▶ **A rubrica «Exposições com probabilidade reduzida de pagamento»** reflete o parecer do intermediário sobre a improbabilidade de - excluindo ações como a execução de garantias - o devedor cumprir na íntegra (em termos de capital e/ou juros) as suas obrigações em matéria de crédito. Esta avaliação deve ser realizada independentemente da existência de quaisquer montantes vencidos e em dívida (ou prestações).

A 31 de dezembro de 2022, as exposições brutas classificadas como «com probabilidade reduzida de pagamento» ascendiam a 1593 mil euros, amortizados em 774 mil euros. A exposição líquida ascende, por portanto, a 819 mil euros.

▶ **As exposições** vencidas líquidas totalizaram 170 890 mil euros, dos quais 166 892 mil euros (97,7 %) atribuíveis a contrapartes da administração pública e a empresas do setor público. O valor manteve-se alinhado com o registado a 30 de setembro de 2022, data em que as contas comerciais a receber classificadas como vencidas aumentaram em resultado das interpretações mais rigorosas sobre a nova «Definição de Incumprimento» (ou «Nova DoD», Orientações sobre a aplicação da definição de incumprimento nos termos do Artigo 178.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013) emitido pelo Banco de Itália em 23 de setembro de 2022. No entanto, não se verificou um aumento do perfil de risco efetivo da carteira de empréstimos.

### 3. Ativos financeiros sujeitos a negociações comerciais e exposições reestruturadas

Durante 2022, o Banco não concedeu quaisquer moratórias de carácter estritamente voluntário aos clientes, de acordo com as orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) de 2 de dezembro de 2020 «Orientações que alteram as Orientações EBA/GL/2020/02 relativas a moratórias legislativas e não legislativas sobre reembolsos de empréstimos aplicadas à luz da crise da Covid-19».

#### Informação quantitativa

#### A. Qualidade do crédito

##### A.1 Exposições de crédito produtivas e objeto de imparidade: montantes, correções, tendências e desagregação económica

###### A.1.1 Desagregação de ativos financeiros por carteira e qualidade do crédito (quantias escrituradas)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/qualidade	Empréstimos improdutivos	Exposições com probabilidade reduzida de pagamento	Exposições vencidas objeto de imparidade	Outras posições objeto de imparidade	Exposições produtivas	Total
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	80 271	819	170 890	1 734 997	9 739 554	11 726 530
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral						
3. Ativos financeiros designados ao justo valor						
4. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor						
5. Ativos financeiros detidos para venda						
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>80 271</b>	<b>819</b>	<b>170 890</b>	<b>1 734 997</b>	<b>9 739 554</b>	<b>11 726 530</b>
<b>Total 31.12.2021</b>	<b>65 944</b>	<b>860</b>	<b>17 779</b>	<b>1 506 361</b>	<b>8 165 063</b>	<b>9 756 006</b>

### A.1.2 Desagregação de ativos financeiros por carteira e qualidade do crédito (montantes brutos e líquidos)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/qualidade	Objeto de imparidade				Produtivas			Total (exposição líquida)
	Exposição bruta	Total de correções	Exposição líquida	Total de anulações (write-offs) parciais (*)	Exposição bruta	Total de correções	Exposição líquida	
1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	255 162	3182	251 980		11 475 999	1448	11 474 550	11 726 530
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral								
3. Ativos financeiros designados ao justo valor					X	X		
4. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor					X	X		
5. Ativos financeiros detidos para venda								
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>255 162</b>	<b>3182</b>	<b>251 980</b>		<b>11 475 999</b>	<b>1448</b>	<b>11 474 550</b>	<b>11 726 530</b>
<b>Total 31.12.2021</b>	<b>88 581</b>	<b>3999</b>	<b>84 582</b>		<b>9 673 221</b>	<b>1797</b>	<b>9 671 424</b>	<b>9 756 006</b>

(\*) Valor fornecido para fins informativos.

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/qualidade	Ativos com má qualidade de crédito evidente		Outros ativos
	Perdas de capital cumulativas	Exposição líquida	
1. Ativos financeiros detidos para negociação			210
2. Derivados de cobertura			
<b>Total 31.12.2022</b>			<b>210</b>
<b>Total 31.12.2021</b>			<b>4107</b>

### A.1.3 Desagregação dos ativos financeiros por escalão vencido (quantias escrituradas)

(Montantes em milhares de euros)

Carteiras/fases de risco	Fase 1			Fase 2			Fase 3			Adquiridos ou originados objeto de imparidade		
	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias	Entre 1 e 30 dias	Entre 30 e 90 dias	Mais de 90 dias
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	294 288	154 658	440 124	484	13 060	832 384	4895	8711	198 448			5672
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral												
3. Ativos financeiros detidos para venda												
<b>Total 31.12.2021</b>	<b>294 288</b>	<b>154 658</b>	<b>440 124</b>	<b>484</b>	<b>13 060</b>	<b>832 384</b>	<b>4895</b>	<b>8711</b>	<b>198 448</b>			<b>5672</b>
<b>Total 31.12.2020</b>	<b>204 601</b>	<b>118 888</b>	<b>473 083</b>	<b>1</b>	<b>190</b>	<b>709 598</b>	<b>59</b>	<b>401</b>	<b>77 600</b>			<b>5287</b>

#### A.1.4 Ativos financeiros, compromissos de empréstimos para desembolsar fundos e garantias financeiras concedidas: tendência no total de imparidades e no total de provisões

Descrição/fases de risco	Total de correções											
	Ativos de Fase 1						Ativos de Fase 2					
	Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos e Centrais à vista	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Ativos financeiros detidos para venda	dos quais: objeto de imparidade individual	dos quais: objeto de imparidade coletiva	Empréstimos e valores a receber de bancos e centrais à ordem	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Ativos financeiros detidos para venda	dos quais: objeto de imparidade individual	dos quais: objeto de imparidade coletiva
Correções totais iniciais		1678				1678			118			118
Aumentos em ativos financeiros adquiridos ou originados												
Desreconhecimentos que não anulacões (write-offs)												
Correções de valor líquidas/anulacões (write-offs) para risco de crédito (+/-)	20	(425)			(405)	2	77					79
Alterações contratuais sem desreconhecimentos												
Alterações nos métodos de estimativa												
Anulacões (write-offs) não reconhecidas diretamente na demonstração de resultados												
Outras alterações												
<b>Total de inventários finais</b>	<b>20</b>	<b>1254</b>			<b>1274</b>	<b>2</b>	<b>194</b>					<b>197</b>
Recuperações de receitas de ativos financeiros sujeitos a anulacão (write-offs)												
Anulacões (write-offs) reconhecidas diretamente na demonstração de resultados												

(Montantes em milhares de euros)

Total de correções										Total de provisões para compromissos de empréstimos e garantias financeiras concedidas				Total	
Ativos de Fase 3					Ativos financeiros adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito					Fase 1	Fase 2	Fase 3	Compromissos de empréstimo e garantias financeiras concedidas, adquiridos ou originados objeto de imparidade		
Empréstimos e valores a receber de bancos e bancos centrais à ordem	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Ativos financeiros detidos para venda	dos quais: objeto de imparidade individual	dos quais: objeto de imparidade e coletiva	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral	Ativos financeiros detidos para venda	dos quais: objeto de imparidade individual	dos quais: objeto de imparidade e coletiva					
	3793			3793		206		206			58				5853
						X	X	X	X	X					
	(617)			(617)		(200)		(200)			167				(975)
	3176			3176		6		6			225				4878
	133			133											133

*A.1.5 Ativos financeiros, compromissos de empréstimo para desembolsar fundos e garantias financeiras emitidas: transferências entre as várias fases de risco de crédito (montantes brutos e nominais)*

*(Montantes em milhares de euros)*

Carteiras/fases de risco	Valores brutos / valor nominal					
	Transferências entre a fase 1 e a fase 2		Transferências entre a fase 2 e a fase 3		Transferências entre a fase 1 e a fase 3	
	Da Fase 1 para a Fase 2	Da Fase 2 para a Fase 1	Da Fase 2 para a Fase 3	Da Fase 3 para a Fase 2	Da Fase 1 para a Fase 3	Da Fase 3 para a Fase 1
1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	1714	216	11	5091	12 582	1944
2. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral						
3. Ativos financeiros detidos para venda						
4. Compromissos de empréstimos e garantias financeiras emitidas						
<b>Total 31.12.2021</b>	<b>1714</b>	<b>216</b>	<b>11</b>	<b>5091</b>	<b>12 582</b>	<b>1944</b>
<b>Total 31.12.2020</b>	<b>6671</b>		<b>3350</b>	<b>21 218</b>	<b>10 839</b>	<b>9379</b>



### A.1.6 Exposições de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais na demonstração da Situação Financeira junto de bancos: montantes brutos e líquidos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de exposições/ montantes	Exposição bruta					Total de perdas por imparidade e total de provisões				Exposição líquida	Total de anulações (write-off) parciais (*)
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito		
<b>A. Posição de balanço de exposição de crédito</b>											
<b>A.1 À vista</b>	623 791	618 797	4995		22	20	2			623 769	
a) Objeto de imparidade		X				X					
b) Produtivas	623 791	618 797	4995	X	22	20	2	X		623 769	
<b>A.2 Outras</b>	478 213	399 508	78 705		10	5	5			478 203	
a) Empréstimos improdutivos		X				X					
- das quais: exposições reestruturadas		X				X					
b) Posições com probabilidade reduzida de pagamento		X				X					
- das quais: exposições reestruturadas		X				X					
c) Exposições vencidas objeto de imparidade		X				X					
- das quais: exposições reestruturadas		X				X					
d) Exposições vencidas, mas produtivas				X				X			
- das quais: exposições reestruturadas				X				X			
e) Outras exposições produtivas	478 213	399 508	78 705	X	10	5	5	X		478 203	
- das quais: exposições reestruturadas				X				X			
<b>TOTAL (A)</b>	<b>1 102 004 1 018 305</b>	<b>83 700</b>			<b>32</b>	<b>25</b>	<b>7</b>			<b>1 101 972</b>	
<b>B. Posição fora de balanço de exposição financeira</b>											
a) Objeto de imparidade		X				X					
b) Produtivas	204			X				X		204	
<b>Total (B)</b>	<b>204</b>									<b>204</b>	
<b>Total (A + B)</b>	<b>1 102 208 1 018 305</b>	<b>83 700</b>			<b>32</b>	<b>25</b>	<b>7</b>			<b>1 102 176</b>	

(\*) Valor fornecido para efeitos de divulgação.

### A.1.7 Exposições de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais na demonstração da situação financeira junto de clientes: montantes brutos e líquidos

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de exposições/montantes	Exposição bruta				Total de perdas por imparidade e total de provisões				Ex posição líquida	Total de anulações (write-offs) parciais (*)	
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito			
<b>A. Posição de balanço de exposição de crédito</b>											
a) Empréstimos improdutivos	82 361	X	76 683	5678	2090	X	2083	6	80 271		
- das quais: exposições reestruturadas		X				X					
b) Posições com probabilidade reduzida de pagamento	1593	X	1593		774	X	774		819		
- das quais: exposições reestruturadas	922	X	922		531	X	531		391		
c) Exposições vencidas objeto de imparidade	171 208	X	171 208		318	X	318		170 890		
- das quais: exposições reestruturadas		X			-	X					
d) Exposições vencidas, mas produtivas	1 735 216	889 158	846 059	X	220	89	131	X	1 734 997		
- das quais: exposições reestruturadas	-		X		-		X				
e) Outras exposições produtivas	9 262 569	9 257 326	5243	X	1219	1160	58	X	9 261 350		
- das quais: exposições reestruturadas			X				X				
<b>TOTAL (A)</b>	<b>11 252 948</b>	<b>10 146 484</b>	<b>851 302</b>	<b>249 484</b>	<b>5678</b>	<b>4621</b>	<b>1,249</b>	<b>190</b>	<b>3176</b>	<b>6</b>	<b>11 248 327</b>
<b>B. Posição fora de balanço de exposição financeira</b>											
a) Objeto de imparidade		X				X					
b) Produtivas	989 100	983 365	X		225	209	X		988 874		
<b>TOTAL (B)</b>	<b>989 100</b>	<b>983 365</b>			<b>225</b>	<b>209</b>			<b>988 874</b>		
<b>TOTAL (A+B)</b>	<b>12 242 048</b>	<b>11 129 849</b>	<b>851 302</b>	<b>249 484</b>	<b>5678</b>	<b>4846</b>	<b>1458</b>	<b>190</b>	<b>3176</b>	<b>6</b>	<b>12 237 202</b>

(\*) Valor fornecido para efeitos de divulgação.

A.1.9 Exposições de crédito patrimoniais na demonstração da situação financeira junto de clientes: tendência nas exposições brutas objeto de imparidade

(Montantes em milhares de euros)

Descrições/Categorias	Empréstimos improdutivos	Posições com probabilidade reduzida de pagamento	Exposições vencidas objeto de imparidade
<b>A. Exposição bruta inicial</b>	69 229	1554	17 798
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos			
<b>B. Aumentos</b>	<b>15 999</b>	<b>73</b>	<b>156 851</b>
B.1 influxos provenientes de exposições produtivas	12 219	18	155 982
B.2 transferências provenientes de ativos financeiros adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito			
B.3 transferências provenientes de outras exposições objeto de imparidade			
B.4 Alterações contratuais sem desreconhecimentos			
B.5 Outros aumentos	3780	55	869
<b>C. Reduções</b>	<b>2867</b>	<b>35</b>	<b>3441</b>
C.1 Exfluxos para exposições produtivas	2395		2778
C.2 anulações ( <i>write-offs</i> )			
C.3 cobranças	472	35	
C.4 cobranças resultantes de alienações			
C.5 Perdas na alienação			
C.6 transferências para outras exposições objeto de imparidade			
C.7 alterações contratuais sem desreconhecimentos			
C.8 outras reduções			663
<b>D. Exposição bruta final</b>	<b>82 361</b>	<b>1593</b>	<b>171 208</b>
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos			

*A.1.9 A Exposições patrimoniais na demonstração da situação financeira junto de clientes: alterações nas exposições reestruturadas brutas desagregadas por qualidade do crédito*

*(Montantes em milhares de euros)*

Descrições/Categorias	Exposições reestruturadas: improdutivas	Exposições reestruturadas: produtivas
<b>A. Exposição bruta inicial</b>	929	
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos		
<b>B. Aumentos</b>		
B.1 influxos provenientes de exposições produtivas não reestruturadas		
B.2 influxos provenientes de exposições produtivas reestruturadas		X
B.3 influxos provenientes de exposições improdutivas reestruturadas	X	
B.4 outros aumentos		
<b>C. Reduções</b>		
C.1 transferências para exposições produtivas não sujeitas a medidas de reestruturação	X	
C.2 exfluxos para exposições produtivas reestruturadas		X
C.3 exfluxos para exposições improdutivas reestruturadas	X	
C.4 Anulações ( <i>write-offs</i> )		
C.5 cobranças		
C.6 cobranças resultantes de alienações		
C.7 perdas na alienação		
C.8 outras reduções	7	
<b>D. Exposição bruta final</b>	922	
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos		

*A.1.11 Exposições de crédito patrimoniais objeto de imparidade na demonstração da situação financeira junto de clientes: tendência nas correções totais de valor*

(Montantes em milhares de euros)

Descrições/Categorias	Empréstimos improdutivos		Posições com probabilidade reduzida de pagamento		Exposições vencidas objeto de imparidade	
	Total	das quais: exposições reestruturadas	Total	das quais: exposições reestruturadas	Total	das quais: exposições reestruturadas
<b>A. Total de correções iniciais</b>	3285		695	533	19	
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos						
<b>B. Aumentos</b>						
B.1 correções de ativos adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito						
B.2 outras correções	97					
B.3 perdas na alienação						
B.4 transferências de outras categorias de exposições objeto de imparidade						
B.5 alterações contratuais sem desreconhecimento						
B.6 outros aumentos	18		88		308	
<b>C. Reduções</b>						
C.1 ganhos de justo valor						
C.2 ganhos por imparidade na cobrança	27				6	
C.3 ganhos na alienação						
C.4 anulações (write-offs)						
C.5 transferências para outras categorias de exposições objeto de imparidade						
C.6 alterações contratuais sem desreconhecimento						
C.7 outras reduções	1283		8	2	3	
<b>D. Total de correções finais</b>	2090		774	531	318	
- da qual: ativos vendidos mas não desreconhecidos						

## A.2 Classificação dos ativos financeiros, dos compromissos de empréstimos para desembolsar fundos e garantias financeiras emitidas com base em notações externas e internas

### A.2.1 Distribuição de ativos financeiros, compromissos de empréstimo para desembolsar fundos e garantias financeiras emitidas: por classes de notações externas (montantes brutos)

(Montantes em milhares de euros)

Exposições	Classes de notação externas						Não objeto de notação	Total
	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6		
<b>A. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>	30 208	251 884	9 149 291	126 288			2 173 489	11 731 161
- Fase 1	28 191	225 959	8 056 834	89 667			2 145 340	10 545 991
- Fase 2	2017	25 926	844 989	36 621			20 454	930 007
- Fase 3			241 789				7694	249 484
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito			5678					5678
<b>B. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral</b>								
- Fase 1								
- Fase 2								
- Fase 3								
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito								
<b>C. Ativos financeiros detidos para venda</b>								
- Fase 1								
- Fase 2								
- Fase 3								
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito								
<b>Total (A+B+C)</b>	30 208	251 884	9 149 291	126 288			2 173 489	11 731 161
<b>D. Compromissos de empréstimos e garantias financeiras emitidas</b>								
- Fase 1								
- Fase 2								
- Fase 3								
- Adquiridos ou originados objeto de imparidade de crédito								
<b>Total D</b>								
<b>Total (A+B+C+D)</b>	30 208	251 884	9 149 291	126 288			2 173 489	11 731 161

As notações fornecidas pela agência de notação DBRS (a ECAI de referência) foram utilizadas para atribuir notações de qualidade do crédito aos devedores. Abaixo é apresentada uma conciliação entre as classes de risco e as notações fornecidas pela DBRS.

Classe de qualidade de crédito	ECAI
	<b>DBRS Ratings Limited</b>
1	de AAA para AAL
2	de AH para AL
3	de BBBH para BBBL
4	de BBH para BBL
5	de BH para BL
6	CCC

Para os devedores privados com notação, foram utilizadas as notações fornecidas pela S&P Global Ratings. Abaixo é apresentada uma conciliação entre as classes de risco e as notações fornecidas pela DBRS.

Classe de qualidade de crédito	ECAI
	<b>S&amp;P Global Ratings</b>
1	≥ AA-
2	entre A+ e A-
3	entre BBB+ e BBB-
4	entre BB+ e BB-
5	entre B+ e B-
6	≤ CCC+

### A.3 Desagregação de exposições de crédito garantidas por tipo de garantia

#### A.3.1 Exposições de crédito garantidas patrimoniais e extrapatrimoniais junto de bancos

	Exposição bruta	Exposição líquida	Cauções (1)			
			Imobiliário - hipotecas	Imóveis em locação financeira	Títulos	Outras cauções
<b>1. Posição de balanço de exposições de crédito garantidas:</b>	<b>183 995</b>	<b>183 994</b>			<b>181 972</b>	
1.1 totalmente garantidas	183 995	183 994			181 972	
- das quais objeto de imparidade						
1.2 parcialmente garantidas						
- das quais objeto de imparidade						
<b>2. Exposições de crédito «patrimoniais na demonstração da situação financeira» garantidas:</b>						
2.1 totalmente garantidas						
- das quais objeto de imparidade						
2.2 parcialmente garantidas						
- das quais objeto de imparidade						



(Montantes em milhares de euros)

Garantias pessoais (2)							Total (1)+(2)
Notas de ligação de crédito	Derivados de crédito				Créditos de endosso		
	Contrapartes centrais	Bancos	Outros derivados		Bancos	Outras sociedades financeiras	
Outras sociedades financeiras			Outras entidades	Organismos de administração pública			Outras entidades
							181 972
							181 972

*A.3.2 Exposições de crédito «patrimoniais e extrapatrimoniais na demonstração da situação financeira»  
garantidas junto de clientes*

	Exposição bruta	Exposição líquida	Cauções (1)			
			Imobiliário - hipotecas	Imobiliário - Empréstimos concedidos para locações	Títulos	Outras cauções
<b>1. Posição de balanço de exposições de crédito garantidas:</b>	<b>68 090</b>	<b>68 004</b>	<b>98</b>		<b>66 488</b>	
1.1 totalmente garantidas	68 090	68 004	98		66 488	
- das quais objeto de imparidade	182	98	98			
1.2 parcialmente garantidas						
- das quais objeto de imparidade						
<b>2. Posição fora de balanço de exposição de crédito garantida:</b>	<b>1884</b>	<b>1884</b>			<b>1884</b>	
2.1 totalmente garantidas	1884	1884			1884	
- das quais objeto de imparidade						
2.2 parcialmente garantidas						
- das quais objeto de imparidade						

(Montantes em milhares de euros)

Garantias pessoais (2)							Total (1)+(2)	
Notas de ligação de crédito	Derivados de crédito			Créditos de endosso				
	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades	Organismos de administração pública	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades
							9	66 594
							9	66 594
								98
								1884
								1884

## B. Desagregação e concentração de exposições de crédito

### B.1 Distribuição por setores de exposições de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais na demonstração da situação financeira junto de clientes

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/A contrapartes	Administrações públicas		Sociedades financeiras		Sociedades financeiras (das quais: companhias de seguros)		Sociedades não financeiras		Agregados familiares	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
<b>A. Posição de balanço de exposição de crédito</b>										
A.1 Empréstimos improdutivos	79 861	427					82	596	329	1066
- dos quais: exposições reestruturadas										
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento			391	531			427	243		
- dos quais: exposições reestruturadas			391	531						
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade	166 892	288					2239	22	1760	8
- das quais: exposições reestruturadas										
A.4 Exposições produtivas	8 831 924	1010	1 997 982	315			117 572	99	48 869	14
- das quais: exposições reestruturadas										
<b>Total (A)</b>	<b>9 078 677</b>	<b>1726</b>	<b>1 998 374</b>	<b>846</b>			<b>120 320</b>	<b>960</b>	<b>50 957</b>	<b>1089</b>
<b>B. Posição fora de balanço de exposição de crédito</b>										
B.1 Exposições objeto de imparidade										
B.2 Exposições produtivas			920 021	209			68 853	16		
<b>Total (B)</b>			<b>920 021</b>	<b>209</b>			<b>68 853</b>			
<b>Total (A+B) 31.12.2022</b>	<b>9 078 677</b>	<b>1726</b>	<b>2 918 395</b>	<b>1055</b>			<b>189 173</b>	<b>960</b>	<b>50 957</b>	<b>1089</b>
<b>Total (A+B) 31.12.2021</b>	<b>7 967 901</b>	<b>1 302</b>	<b>3 488 950</b>	<b>2504</b>			<b>100 988</b>	<b>751</b>	<b>36 062</b>	<b>1274</b>

## B.2 Distribuição territorial de exposições de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais na demonstração da situação financeira junto de clientes

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Itália		Outros países europeus		América		Ásia		Resto do mundo	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
<b>A. Posição de balanço de exposição de crédito</b>										
A.1 Empréstimos improdutivos	80 271	2090								
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento	819	774								
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade	170 782	317	107	2						
A.4 Exposições produtivas	9 127 791	1117	1 868 556	321						
<b>Total (A)</b>	<b>9 379 664</b>	<b>4298</b>	<b>1 868 663</b>	<b>323</b>						
<b>B. Posição fora de balanço de exposição financeira</b>										
B.1 Exposições objeto de imparidade										
B.2 Exposições produtivas	424 791	225	564 084	1						
<b>Total (B)</b>	<b>424 791</b>	<b>225</b>	<b>564 084</b>	<b>1</b>						
<b>Total (A+B) 31.12.2022</b>	<b>9 804 454</b>	<b>4522</b>	<b>2 432 747</b>	<b>324</b>						
<b>Total (A+B) 31.12.2021</b>	<b>9 093 248</b>	<b>5187</b>	<b>2 368 232</b>	<b>612</b>	<b>132 417</b>	<b>32</b>				

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Noroeste de Itália		Nordeste de Itália		Região Centro de Itália		Sul de Itália e ilhas		
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	
<b>A. Exposições de crédito patrimoniais na demonstração da situação financeira</b>									
A.1 Empréstimos improdutivos		415	629	196	31	2301	1148	77 360	282
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento		391	563			330	159	97	52
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade		2885	16	8376	2	24 864	82	134 658	217
A.4 Exposições produtivas		247 133	56	186 601	9	7 634 815	893	1 059 244	159
<b>Total (A)</b>		<b>250 824</b>	<b>1265</b>	<b>195 173</b>	<b>41</b>	<b>7 662 310</b>	<b>2282</b>	<b>1 271 359</b>	<b>710</b>
<b>B. Posição fora de balanço de exposição financeira</b>									
B.1 Exposições objeto de imparidade									
B.2 Exposições produtivas		310 518	190	26 482	18	87 791	17		
<b>Total (B)</b>		<b>310 518</b>	<b>190</b>	<b>26 482</b>	<b>18</b>	<b>87 791</b>	<b>17</b>		
<b>Total (A+B) 31.12.2022</b>		<b>561 342</b>	<b>1454</b>	<b>221 655</b>	<b>60</b>	<b>7 750 101</b>	<b>2299</b>	<b>1 271 359</b>	<b>710</b>
<b>Total (A+B) 31.12.2021</b>		<b>1 269 253</b>	<b>2451</b>	<b>153 568</b>	<b>43</b>	<b>6 667 217</b>	<b>2170</b>	<b>1 003 209</b>	<b>523</b>

### B.3 Distribuição territorial de exposições de crédito patrimoniais e extrapatrimoniais na demonstração da situação financeira junto de bancos

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Itália		Outros países europeus		América		Ásia		Resto do mundo	
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções
<b>A. Posição de balanço de exposição de crédito</b>										
A.1 Empréstimos improdutivos										
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento										
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade										
A.4 Exposições produtivas	985 947	15	110 954	17	4 507		564			
<b>Total (A)</b>	<b>985 947</b>	<b>15</b>	<b>110 954</b>	<b>17</b>	<b>4 507</b>		<b>564</b>			
<b>B. Posição fora de balanço de exposição financeira</b>										
B.1 Exposições objeto de imparidade										
B.2 Exposições produtivas										
	10		194							
<b>Total (B)</b>	<b>10</b>		<b>194</b>							
<b>Total (A+B) 31.12.2022</b>	<b>985 956</b>	<b>15</b>	<b>111 148</b>	<b>17</b>	<b>4 507</b>		<b>564</b>			
<b>Total (A+B) 31.12.2021</b>	<b>794 313</b>	<b>30</b>	<b>145 744</b>	<b>61</b>	<b>10 466</b>	<b>2</b>	<b>512</b>			

(Montantes em milhares de euros)

Exposições/Áreas geográficas	Nordeste de Itália		Nordeste de Itália		Região Centro de Itália		Sul de Itália e ilhas			
	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções	Exposição líquida	Total de correções		
<b>A. Posição de balanço de exposição de crédito</b>										
A.1 Empréstimos improdutivos										
A.2 Com probabilidade reduzida de pagamento										
A.3 Exposições vencidas objeto de imparidade										
A.4 Exposições produtivas			70 634	4	64 076	4	832 096	5	19 141	2
<b>Total A</b>			<b>70 634</b>	<b>4</b>	<b>64 076</b>	<b>4</b>	<b>832 096</b>	<b>5</b>	<b>19 141</b>	<b>2</b>
<b>B. Posição fora de balanço de exposição financeira</b>										
B.1 Exposições objeto de imparidade										
B.2 Exposições produtivas										
			10							
<b>Total B</b>			<b>10</b>							
<b>Total (A+B) 31.12.2022</b>			<b>70 643</b>	<b>4</b>	<b>64 076</b>	<b>4</b>	<b>832 096</b>	<b>5</b>	<b>19 141</b>	<b>2</b>
<b>Total (A+B) 31.12.2021</b>			<b>98 150</b>	<b>9</b>	<b>38 577</b>	<b>4</b>	<b>644 573</b>	<b>14</b>	<b>13 012</b>	<b>3</b>

### B.4 Grandes exposições

Em 31 de dezembro de 2022, existiam 7 «grandes exposições», ou seja, exposições iguais ou superiores a 10 % do capital elegível. O montante nominal (não ponderado) dessas posições era de 15 121 624 mil euros, ao passo que o montante ponderado era de 125 616 mil euros.

## E. Transações de alienação

### A. Ativos financeiros vendidos e parcialmente desreconhecidos

#### Informação qualitativa

#### E.1 Ativos financeiros vendidos e totalmente reconhecidos e passivos financeiros associados: quantias escrituradas

(Montantes em milhares de euros)

	Ativos financeiros vendidos e totalmente reconhecidos			Passivos financeiros associados			
	Quantia escriturada	dos quais: sujeitos a transações de titularização	dos quais: sujeitos a acordos de venda com cláusula de recompra	dos quais	Quantia escriturada	dos quais: sujeitos a transações de titularização	dos quais: sujeitos a acordos de venda com cláusula de recompra
<b>A. Ativos financeiros detidos para negociação</b>							
1. Títulos de dívida				X			
2. Títulos de capital próprio				X			
3. Empréstimos concedidos				X			
4. Derivados				X			
<b>B. Outros ativos financeiros mensurados obrigatoriamente ao justo valor</b>							
1. Títulos de dívida							
2. Títulos de capital próprio				X			
3. Empréstimos concedidos							
<b>C. Ativos financeiros designados ao justo valor</b>							
1. Títulos de dívida							
2. Empréstimos concedidos							
<b>D. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral</b>							
1. Títulos de dívida							
2. Títulos de capital próprio				X			
3. Empréstimos concedidos							
<b>E. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>							
1. Títulos de dívida	4 382 848		4 382 848		4 221 778		4 221 778
2. Empréstimos concedidos							
<b>Total (31.12.2022)</b>	<b>4 382 848</b>		<b>4 382 848</b>		<b>4 221 778</b>		<b>4 221 778</b>
<b>Total (31.12.2021)</b>	<b>1 070 465</b>		<b>1 070 465</b>		<b>1 070 721</b>		<b>1 070 721</b>

## Secção 2 - Riscos de mercado

### 2.1 Risco da taxa de juro e risco de preço - carteira de negociação regulamentar

#### Informação qualitativa

#### A. Aspetos gerais

##### Impactos da pandemia de COVID-19

À luz do modelo de negócio do BFF Bank e da natureza das suas contrapartes, a epidemia da COVID-19 não implicou uma alteração dos objetivos e da estratégia de gestão nem dos sistemas de mensuração e controlo dos riscos.

#### Informação quantitativa

### 1. Carteira de negociação regulamentar: distribuição por maturidade (data de reapreçamento) da posição de balanço de ativos e passivos financeiros e de derivados financeiros

(Montantes em milhares de euros)

Tipo/Prazo remanescente	À vista	Até 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Duração não definida
<b>1. Posição de balanço de ativos financeiros</b>					1	1	3	
1.1 Títulos de dívida					1	1	3	
- com opção de reembolso antecipado								
- outros					1	1	3	
1.2 Outros ativos								
<b>2. Passivos patrimoniais na demonstração da situação financeira</b>								
2.1 Acordos de recompra - valores a pagar								
2.2 Outros passivos								
<b>3. Derivados financeiros</b>								
3.1 Com valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								
3.2 Sem valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								



## 2. Carteira de negociação regulamentar: distribuição de exposições a títulos de capital próprio e índices de ações pelos principais países do mercado de cotação

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de transação/Índice de cotação	Cotado		Não cotado
	Itália	Outros	
<b>A. Títulos de capital próprio</b>	<b>1</b>		
- posições longas	1		
- posições curtas			
<b>B. Vendas ainda não liquidadas de títulos de capital próprio</b>			
- posições longas			
- posições curtas			
<b>C. Outros derivados sobre títulos de capital próprio</b>			
- posições longas			
- posições curtas			
<b>D. Derivados sobre índices de ações</b>			
- posições longas			
- posições curtas			

### 2.2 Risco da taxa de juro e risco de preço - carteira bancária

#### Informação qualitativa

#### A. Aspetos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco de taxa de juro e o risco de preço

O risco da taxa de juro da carteira de atividades bancárias é o risco de uma diminuição do valor da carteira devido a potenciais alterações das taxas de juro. A principal fonte deste tipo de risco da taxa de juro é o risco de reapreçamento, ou seja, o risco decorrente de discrepâncias temporais entre o vencimento e o reapreçamento de ativos e passivos, cujos aspetos principais são os seguintes:

- ▶ risco da curva de rendimento, o risco derivado da exposição das posições do Banco a alterações nas inclinações e na forma da curva de rendimento;
- ▶ risco de base, risco derivado da correlação imperfeita nas alterações nas taxas a pagar e a receber em diferentes instrumentos que também podem ter características de reapreçamento semelhantes.

A exposição ao risco de taxa de juro é expressa sob duas perspetivas diferentes: a volatilidade do valor económico e a volatilidade dos lucros (e, em particular, a margem de juros).

Concretamente:

- ▶ a mensuração em termos de valor económico permite quantificar os efeitos a longo prazo das alterações nas taxas de juro. Com efeito, esta mensuração exprime plenamente os efeitos da alteração acima referida nas rubricas sensíveis às variações nas taxas de juro e, por conseguinte, fornece indicações funcionais às decisões estratégicas e aos níveis de capitalização considerados adequados num horizonte temporal de longo prazo;
- ▶ a mensuração em termos de desempenho económico permite quantificar os efeitos a curto prazo sobre a

margem de juros do Banco decorrente de alterações nas taxas de juro e, consequentemente, na adequação do capital.

Por conseguinte, o Banco efetua as seguintes mensurações:

- ▶ *sensibilidade à mudança* através da classificação das rubricas sensíveis às alterações das taxas de juro em intervalos de tempo, com base nas datas de reapreçamento para as rubricas com taxa indexada e na data de vencimento para as rubricas com taxa fixa. A fim de quantificar a exposição ao risco de taxa de juro, os ativos e passivos são multiplicados por fatores de ponderação, obtidos como o produto de uma variação hipotética das taxas e uma aproximação da duração modificada para cada período individual. Esta mensuração é efetuada pelo menos trimestralmente. Através da sensibilidade à mudança, determina-se uma estimativa da alteração do valor atual do capital de forma simplificada, adotando a metodologia estabelecida pelo regulamento de supervisão. A este respeito, especifica-se que esta mensuração é referida para o controlo do capital interno a deter para cobrir o risco de taxa de juro;
- ▶ A variação da taxa de juro ao longo de um período de tempo igual aos 12 meses e 3 anos seguintes, respetivamente, na sequência de uma alteração assumida na curva da taxa de juro (os choques aplicados são os mesmos que os utilizados para a alteração no valor económico). Esta mensuração é efetuada, pelo menos, trimestralmente, adotando a metodologia simplificada estabelecida pelas disposições, com exceção do tratamento das rubricas à vista, que são mensuradas com uma metodologia mais complexa que tem em conta o reapreçamento efetivo das rubricas individuais.

Note-se que a exposição ao risco de taxa de juro expressa em termos de sensibilidade ao valor económico é medida em relação aos ativos e passivos da carteira de serviços bancários (isto inclui, portanto, posições na carteira de negociação - Outros).

Este método é aplicado diariamente com base nas alterações anuais verificadas nas taxas de juro registadas ao longo de um período de observação de seis anos, considerando, em alternativa, o 1.º percentil (descida) ou o 99.º percentil (subida), tal como estabelecido na Circular n.º 285/2012 do Banco de Itália, com a última redação que lhe foi conferida. O capital interno é determinado pelo resultado no pior cenário obtido entre os dois cenários do 1.º/99.º percentil.

O Banco também mede a exposição ao risco de taxa de juro utilizando cenários adicionais de choque de taxa de juro. Concretamente:

- ▶ os cenários paralelos  $\pm 200$  bps, para a determinação do índice de risco, dado pelo rácio de «exposição ao risco de taxa de juro/fundos próprios»;
- ▶ os seis cenários de choque de taxas de juro exigidos pelas Orientações da EBA, utilizados para calcular o capital interno sob stress e para determinar o limite operacional definido pelo rácio de «exposição ao risco de taxa de juro/Nível 1». Para respeitar o limite, é considerado o cenário com o pior resultado.

A empresa-mãe conta com a opção proporcionada pelas atualizações regulamentares da Circular n.º 285/2013 no que diz respeito ao aperfeiçoamento das metodologias simplificadas no que se refere às rubricas de valores a pagar à vista resultantes das atividades de Serviços de Transações, ao passo que para as rubricas de valores a receber à vista se aplica o estabelecido na regulamentação (portanto, são todos classificados no segmento «à vista»). Os modelos comportamentais utilizados têm em conta a identificação da parte central do financiamento, ou seja, o montante que pode representar uma fonte estável de financiamento apesar da curta duração contratual, mesmo na presença de alterações significativas no contexto das taxas de juro. No que se refere aos empréstimos de *factoring*, por outro lado, é aplicada uma curva de cobrança previsional.

## Informação quantitativa

### 1) Carteira de atividades bancárias: distribuição por vencimento (data de reapreçamento) da posição de balanço de ativos e passivos financeiros e de derivados financeiros

Divisa de denominação: EUROS

(Montantes em milhares de euros)

	À vista	Até 3 meses	Mais de 3 meses a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Duração não definida
<b>1. Ativos patrimoniais</b>								
<b>na declaração da situação financeira</b>	<b>3 913 203</b>	<b>2 009 700</b>	<b>4 367 091</b>	<b>109 555</b>	<b>661 853</b>	<b>524 060</b>		
1.1 Títulos de dívida		660 460 4 305 294		99 560	620 127	443 788		
- com opção de reembolso antecipado								
- outros		660 460 4 305 294		99 560	620 127	443 788		
1.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	614 864	445 879						
1.3 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	3 298 339	903 361	61 797	9995	41 727	80 271		
- conta corrente	29 054							
- outros empréstimos	3 269 285	903 361	61 797	9995	41 727	80 271		
- com opção de reembolso antecipado		43	33	36	61			
- outros		903 318	61 765	9959	41 666	80 271		
<b>2. Posição de balanço de passivos financeiros</b>		<b>5 055 916</b>	<b>477 642</b>	<b>171 696</b>	<b>104 537</b>	<b>2899</b>		
2.1 Montantes devidos a clientes		4 630 331	438 666	171 696	104 537	2899		
- conta corrente		188 596	438 222	170 844	99 190			
- outros valores a pagar		4 441 735	444	852	5347	2899		
- com opção de reembolso antecipado								
- outros		222 248 4 441 735	444	852	5347	2899		
2.2 Montantes devidos a bancos	653 407	425 586						
- conta corrente	633 806							
- outros valores a pagar	19 601	425 586						
2.3 Títulos de dívida			38 976					
- com opção de reembolso antecipado								
- outros			38 976					

(CONT.)

Divisa de denominação: EUROS

(Montantes em milhares de euros)

	À vista	Até 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Duração não definida
2.4 Outros passivos								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
<b>3. Derivados financeiros</b>		<b>938 764</b>						
3.1 Com valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								
3.2 Sem valor mobiliário subjacente								
		938 764						
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados		938 764						
+ posições longas		427 425						
+ posições curtas		511 339						
<b>4. Posição fora de balanço de outras transações financeiras</b>		<b>9 689 628</b>	<b>9 689 628</b>					
+ posições longas		9 687 743	1884					
+ posições curtas		1884	9 687 743					

(CONT.)

Divisa de denominação: OUTRAS

(Montantes em milhares de euros)

Tipo/Prazo remanescente	À vista	Até 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Duração não definida
<b>1. Posição de balanço de ativos financeiros</b>	<b>57 271</b>	<b>707 567</b>						
1.1 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
1.2 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	41 229							
1.3 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	16 042	707 567						
- conta corrente	2323							
- outros empréstimos	13 719	707 567						
- com opção de reembolso antecipado								
- outros	13 719	707 567						
<b>2. Posição de balanço de passivos financeiros</b>	<b>553 753</b>	<b>271 032</b>	<b>58 760</b>	<b>13 599</b>	<b>15 115</b>			
2.1 Montantes devidos a clientes	467 189	271 032	58 760	13 599	15 115			
- conta corrente	467 189	271 032	58 760	13 599	15 115			
- outros valores a pagar								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
2.2 Montantes devidos a bancos	86 564							
- conta corrente	86 564							
- outros valores a pagar								
2.3 Títulos de dívida								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								
2.4 Outros passivos								
- com opção de reembolso antecipado								
- outros								

Divisa de denominação: OTRAS

(Montantes em milhares de euros)

Tipo/Prazo remanescente	À vista	Até 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Duração não definida
<b>3. Derivados financeiros</b>		<b>955 372</b>						
3.1 Com valor mobiliário subjacente								
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados								
+ posições longas								
+ posições curtas								
3.2 Sem valor mobiliário subjacente		955 372						
- Opções								
+ posições longas								
+ posições curtas								
- Outros derivados		955 372						
+ posições longas		511 904						
+ posições curtas		443 468						
<b>4. Outras transações extrapatrimoniais na demonstração da situação financeira</b>								
+ posições longas								
+ posições curtas								

## 2.3 Risco cambial

### Informação qualitativa

#### A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco cambial

A exposição ao risco cambial, determinada com base na posição cambial líquida utilizando um método baseado nos regulamentos de supervisão, é controlada em tempo real pelo Departamento de Finanças e Administração e gerida em conformidade com os limites estabelecidos por regras internas específicas.

As posições expostas ao risco cambial só podem ser mantidas dentro de limites muito limitados de exposição global máxima, bem como para uma moeda única e RA.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de cobertura realizados através de instrumentos derivados ascendiam a 14,3 milhões de euros, relacionados com as principais divisas em que o financiamento e os empréstimos da empresa-mãe são expressos.

## B. Cobertura do risco cambial

O risco da taxa de câmbio é mitigado pelo recurso a instrumentos derivados lineares sem componentes opcionais, tais como os *swaps* de divisas, que permitem ao Banco efetuar uma gestão otimizada dos seus investimentos em capitais próprios e empréstimos concedidos em divisas diferentes do euro em que o Banco opera, também através das suas subsidiárias.

### Informação quantitativa

A carteira de ativos da empresa-mãe é expressa em divisas que não o euro; consequentemente, foi adotada uma metodologia para a mensuração e gestão deste risco. O risco cambial é acompanhado pela Função de Gestão do Risco, em linha com os requisitos dos regulamentos europeus (Regulamento UE n.º 575/2013 - RRRP).

### 1. Desagregação por divisa dos ativos, passivos e derivados

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas	Divisas					
	Dólar americano	Libras	lene	Dólar canadiano	Francos suíços	Outras divisas
<b>A. Ativos financeiros</b>	<b>18 247</b>	<b>5542</b>	<b>836</b>	<b>999</b>	<b>752</b>	<b>827 096</b>
A.1 Instrumentos de dívida						
A.2 Instrumentos de capital próprio	1379					87 254
A.3 Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	16 505	3919	836	999	752	18 219
A.4 Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	363	1623				721 622
A.5 Outros ativos financeiros						
<b>B. Outros ativos</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>16</b>
<b>C. Passivos financeiros</b>	<b>277 911</b>	<b>63 589</b>	<b>68 190</b>	<b>25 720</b>	<b>31 198</b>	<b>445 652</b>
C.1 Montantes devidos a bancos	42 941	12 574	1739	4956	9854	14 499
C.2 Depósitos de clientes	234 970	51 015	66 451	20 764	21 343	431 152
C.3 Instrumentos de dívida						
C.4 Outros passivos financeiros						
<b>D. Outros passivos</b>		<b>4</b>				
<b>E. Derivados financeiros</b>	<b>264 067</b>	<b>60 418</b>	<b>80 311</b>	<b>25 021</b>	<b>30 493</b>	<b>495 061</b>
- Opções						
+ Posições longas						
+ Posições curtas						
- Outros derivados	264 067	60 418	80 311	25 021	30 493	495 061
+ Posições longas	263 137	59 469	73 836	25 021	30 474	59 966
+ Posições curtas	929	948	6475		20	435 095
<b>Total de ativos</b>	<b>281 386</b>	<b>65 015</b>	<b>74 673</b>	<b>26 031</b>	<b>31 228</b>	<b>887 078</b>
<b>Total de passivos</b>	<b>278 840</b>	<b>64 542</b>	<b>74 665</b>	<b>25 720</b>	<b>31 217</b>	<b>880 747</b>
<b>Diferença (+/-)</b>	<b>2546</b>	<b>473</b>	<b>7</b>	<b>311</b>	<b>11</b>	<b>6331</b>

## Secção 3 - Instrumentos derivados e políticas de cobertura

### 4.1 Derivados para negociação

#### A. Derivados financeiros

##### A.1 Derivados financeiros para negociação: valores nominais de fim de período

As operações efetuadas principalmente através do recurso a *swaps* de divisas são realizadas pelo Banco para otimizar a gestão da liquidez decorrente dos financiamentos expressos numa divisa diferente do euro e são funcionais à atividade com que a empresa-mãe gere o risco cambial decorrente do investimento em zlotis polacos detido no BFF Polska Group e dos empréstimos expressos numa divisa diferente do euro, nomeadamente em zlotis polacos, coroa checa e kuna croata. Note-se que o BFF Bank não detém produtos financeiros inovadores ou complexos, pelo que a empresa-mãe recorre a instrumentos lineares sem componentes opcionais, tais como os *swaps* de divisas.

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes/Tipos de derivados	31.12.2022				31.12.2021			
	Mercado de balcão		Mercados organiza- dos	Mercado de balcão		Mercados organizados		
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			
		Com acordos de compensação			Sem acordos de compensação		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação
1. Títulos de dívida e taxas de juro								
a) Opções								
b) Swaps								
c) Forwards								
d) Futuros								
e) Outros								
2. Títulos de capital próprio e índices de ações			12				12	
a) Opções			12				12	
b) Swaps								
c) Forwards								
d) Futuros								
e) Outros								
3. Divisas e ouro			389 958				935 711	
a) Opções								
b) Swaps								
c) Forwards			389 958				935 711	
d) Futuros								
e) Outros								
4. Mercadorias (Commodities)								
5. Outros								
<b>Total</b>			<b>389 970</b>				<b>935 723</b>	



## A.2 Derivados financeiros para negociação: justo valor bruto positivo e negativo - desagregação por produtos

(Montantes em milhares de euros)

Tipos de derivados	Total 31.12.2021			Total 31.12.2021		
	Mercado de balcão		Mercados organizados	Mercado de balcão		Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais	
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação
<b>1. Justo valor positivo</b>						
a) Opções						
b) Swaps de taxas de juro						
c) Swaps de divisas cruzadas						
d) Swaps de capitais próprios						
e) Forwards			204			4086
f) Futuros						
g) Outros						
<b>Total</b>			<b>204</b>			<b>4086</b>
<b>2. Justo valor negativo</b>						
a) Opções						
b) Swaps de taxas de juro						
c) Swaps de divisas cruzadas						
d) Swaps de capitais próprios						
e) Forwards			950			2725
f) Futuros						
g) Outros						
<b>Total</b>			<b>950</b>			<b>2725</b>

### A.3 Derivados financeiros para negociação no mercado de balcão - valores nominais, justo valor bruto positivo e negativo por contrapartes

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades
<b>Contratos não abrangidos por acordos de compensação</b>				
<b>1) Títulos de dívida e taxas de juro</b>				
- valor nominal	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>2) Títulos de capital próprio e índices de ações</b>				
- valor nominal	X	12		
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>3) Divisas e ouro</b>				
- valor nominal	X	391 111		
- justo valor positivo	X	389 958		
- justo valor negativo	X	204		
<b>4) Mercadorias (<i>commodities</i>)</b>				
- valor nominal	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>5) Outros</b>				
- valor nominal	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
Contratos abrangidos por acordos de compensação				
<b>1) Títulos de dívida e taxas de juro</b>				
- valor nominal	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades
<b>2) Títulos de capital próprio e índices de ações</b>				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>3) Divisas e ouro</b>				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>4) Mercadorias (commodities)</b>				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>5) Outros</b>				
- valor nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			

#### A.4 Vida residual de derivados financeiros do mercado de balcão: valores nominais

(Montantes em milhares de euros)

Ativo subjacente/Vida residual	Até 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A.1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro				
A.2 Derivados financeiros sobre títulos de capital próprio e índices de ações		12		12
A.3 Derivados financeiros sobre divisas e ouro	389 958			389 958
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias (commodities)				
A.5 Outros derivados financeiros				
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>389 958</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>389 970</b>
<b>Total 31.12.2021</b>	<b>935 723</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>935 723</b>

### 1.3.2 Coberturas de contabilização

#### Informação qualitativa

A empresa-mãe opera em derivados de cobertura através de instrumentos lineares sem componentes opcionais, tais como os *swaps* de divisas, que permitem garantir uma gestão otimizada dos investimentos em capitais próprios e dos empréstimos concedidos em divisas diferentes do euro em que o Banco opera, também através das suas subsidiárias, financiados através de soluções financeiras intragrupo em moedas como o zlóti e a coroa checa.

#### Informação quantitativa

### A. Derivados financeiros detidos para cobertura

#### A.1 Derivados financeiros detidos para cobertura: montantes nominais de fim de período

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes/Tipos de derivados	Total 31.12.2022				Total 31.12.2021			
	Mercado de balcão			Mercados organizados	Mercado de balcão			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	Com acordos de compensação		Sem acordos de compensação		
<b>1. Títulos de dívida e taxas de juro</b>								
a) Opções								
b) Swaps								
c) <i>Forwards</i>								
d) Futuros								
e) Outros								
<b>2. Títulos de capital próprio e índices de ações</b>								
a) Opções								
b) Swaps								
c) <i>Forwards</i>								
d) Futuros								
e) Outros								
<b>3. Divisas e ouro</b>			255 298				688 908	
a) Opções								
b) Swaps								
c) <i>Forwards</i>			255 298				688 908	
d) Futuros								
e) Outros								
<b>4. Mercadorias (<i>Commodities</i>)</b>								
<b>5. Outros subjacentes</b>								
<b>Total</b>	-	-	255 298	-	-	-	688 908	-

## A.2 Derivados financeiros para cobertura: justo valor bruto positivo e negativo - desagregação por produtos

(Montantes em milhares de euros)

Tipos de derivados	Total 31.12.2022			Total 31.12.2021		
	Mercado de balcão		Mercados organizados	Mercado de balcão		Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais	
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação
<b>1. Justo valor positivo</b>						
a) Opções						
b) Swaps de taxas de juro						
c) Swaps de divisas cruzadas						
d) Swaps de capitais próprios						
e) Forwards						13
f) Futuros						
g) Outros						
<b>Total</b>						<b>13</b>
<b>1. Justo valor negativo</b>						
a) Opções						
b) Swaps de taxas de juro						
c) Swaps de divisas cruzadas						
d) Swaps de capitais próprios						
e) Forwards			14 314			4814
f) Futuros						
g) Outros						
<b>Total</b>			<b>14 314</b>			<b>4814</b>

### A.3 Derivados financeiros para cobertura do mercado de balcão: montantes nocionais, justo valor bruto positivo e negativo por contrapartes

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades
Contratos não abrangidos por acordos de compensação				
<b>1) Títulos de dívida e taxas de juro</b>				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>2) Títulos de capital próprio e índices de ações</b>				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>3) Divisas e ouro</b>				
- montante nocional	X	255 298		
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X	14 314		
<b>4) Mercadorias (commodities)</b>				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>5) Outros</b>				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
Contratos abrangidos por acordos de compensação				
<b>1) Títulos de dívida e taxas de juro</b>				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>2) Títulos de capital próprio e índices de ações</b>				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>3) Divisas e ouro</b>				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			

(CONT.)

(Montantes em milhares de euros)

Ativos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades
<b>4) Mercadorias (Commodities)</b>				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			
<b>5) Outros</b>				
- montante nocional	X			
- justo valor positivo	X			
- justo valor negativo	X			

#### A.4 Vida residual de derivados financeiros de cobertura do mercado de balcão: valores nocionais

(Montantes em milhares de euros)

Ativo subjacente/Vida residual	Até 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A.1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro				
A.2 Derivados financeiros sobre títulos de capital próprio e índices de ações				
A.3 Derivados financeiros sobre divisas e ouro	255 298			255 298
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias (commodities)				
A.5 Outros derivados financeiros				
<b>Total 31.12.2022</b>	<b>255 298</b>			<b>255 298</b>
<b>Total 31.12.2021</b>	<b>688 908</b>			<b>688 908</b>

## Secção 4 - Risco de liquidez

### Informação qualitativa

#### A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco de a empresa-mãe ser incapaz de cumprir as suas obrigações no momento da maturidade e/ou de ter de suportar custos de não financiamento no mercado em relação a uma posição financeira líquida desequilibrada devido à incapacidade de angariar fundos ou devido à presença de limites na alienação de ativos, forçando a empresa-mãe a abrandar ou a suspender o desenvolvimento dos seus negócios, ou suportar custos de financiamento excessivos para cumprir as suas obrigações, com impactos negativos significativos na rentabilidade das suas atividades.

Na definição de risco de liquidez, é feita uma distinção entre os riscos a curto prazo («risco de liquidez») e a longo prazo («risco de financiamento») ou «risco de liquidez estrutural»:

- ▶ «risco de liquidez», o risco atual ou potencial de que a entidade seja incapaz de gerir eficazmente os seus requisitos de liquidez a curto prazo;
- ▶ «risco de financiamento», o risco de a entidade não dispor de fontes estáveis de fundos a médio e longo prazo, com o consequente risco atual ou potencial de não ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras, sem um aumento excessivo dos custos de financiamento.

Conforme exigido pelas disposições do regulamento de supervisão prudencial emitido pelo Banco de Itália, a empresa-mãe adotou uma Política de Gestão de Risco do Banco e um Regulamento de Tesouraria e Finanças do Banco, com vista a acompanhar o risco de liquidez e identificar os princípios de governo e controlo, bem como as unidades organizacionais responsáveis pela gestão operacional e estrutural do risco de liquidez.

A política de governo, descrita na «Política de Gestão do Risco de Liquidez do Banco», que incorpora as últimas atualizações regulamentares (ver Circular n.º 285/2013 do Banco de Itália), é aprovada pelo Conselho de Administração e definida de forma coerente com:

- ▶ os objetivos estratégicos da empresa-mãe;
- ▶ o risco/objetivos de recompensa definidos no Quadro de apetência pelo risco;
- ▶ os processos de acompanhamento e as estratégias a adotar em caso de estado de tensão ou de crise de liquidez, tal como definidos no documento «Plano de Financiamento de Contingência».

O estabelecido na «Política de Gestão do Risco de Liquidez do Banco» acima referida é consistente com o estabelecido na «Política de Gestão do Risco do Banco», na qual os âmbitos e responsabilidades das estruturas da empresa são definidos em pormenor a nível global para todos os riscos, incluindo o risco de liquidez.

No âmbito do Quadro de apetência pelo risco foram definidas métricas de liquidez específicas, tanto regulamentares, Rácio de Cobertura da Liquidez - LCR e Rácio de Financiamento Estável Líquido - NSFR, como internas, «saldo acumulado mínimo sobre o total de ativos», calculado como o valor semanal mais baixo no trimestre de referência do rácio do saldo acumulado mínimo registado nos prazos dentro de um mês para o total de ativos do último grupo disponível, a fim de melhor representar a realidade operacional da empresa-mãe.

Para assegurar a implementação dos processos de gestão e controlo do risco de liquidez, o Banco adotou um modelo de governo baseado nos seguintes princípios:

- ▶ Separação de processos para a gestão da liquidez e de processos para o controlo do risco de liquidez;
- ▶ Desenvolvimento de processos de gestão e controlo do risco de liquidez, consistentes com a estrutura hierárquica e através de um processo de delegação de competências;
- ▶ Partilha de decisões e responsabilidades claras entre os órgãos de gestão, de controlo e operacionais;
- ▶ Harmonização dos processos de acompanhamento e gestão do risco de liquidez com os requisitos de supervisão prudencial.

O processo de gestão de liquidez (gestão de liquidez e controlo dos riscos relevantes) do BFF Group está centralizado na empresa-mãe. Neste modelo de governo, a empresa-mãe define a estratégia do Grupo e as orientações que devem ser aplicadas às subsidiárias, assegurando simultaneamente a gestão e o controlo da posição de liquidez a nível consolidado. As subsidiárias participam na gestão da liquidez e no controlo do risco com as funções locais, cada uma tendo em conta a natureza específica da sua atividade principal, mas sempre em conformidade com as orientações definidas pela empresa-mãe. O sistema de gestão e governo do risco de liquidez operacional e estrutural



baseia-se nos princípios gerais que todas as empresas do Grupo devem seguir, em linha com as indicações da Autoridade de Supervisão.

O risco de liquidez também inclui o risco intradiário decorrente do desfasamento temporal entre exfluxos (liquidados nas cessações diárias ou quando são recebidas ordens dos clientes) e os influxos (liquidados em diferentes cessações intradiários), o que pode impossibilitar o Banco de cumprir as suas obrigações de pagamento quando estas são exigidas devido a uma falta temporária de fundos. Para cobrir o risco de liquidez intradiária, são definidas regras para a manutenção de uma carteira mínima de títulos elegíveis necessária para satisfazer os requisitos de refinanciamento intradiário e periódico dos bancos centrais.

O acompanhamento da liquidez, que é realizado de acordo com o limiar máximo de tolerância em termos de risco e, portanto, também com a natureza, os objetivos e a complexidade operacional do Banco, visa assegurar a capacidade de cumprir os compromissos de pagamento em numerário esperados ou imprevistos.

A empresa-mãe efetua igualmente testes de esforço de risco de liquidez para avaliar os impactos prospetivos dos cenários de *stress* nas condições de solvência da empresa-mãe.

A Função de Gestão do Risco identifica os cenários que podem ter impacto no perfil de risco de liquidez atual ou prospetivo da empresa-mãe. A título de exemplo, descrevem-se os seguintes diferentes fatores, que são tidos em consideração na definição de cenários de *stress*:

- ▶ os cenários de mercado referem-se a eventos de *stress* exógenos à empresa-mãe, tais como situações de incerteza nos mercados financeiros e/ou políticos que conduzam a dificuldades de acesso ao mercado;
- ▶ cenários específicos dos bancos, que dizem respeito a eventos de *stress* endógenos à empresa-mãe, tipicamente associados a uma perda de reputação com uma possível deterioração da solvabilidade;
- ▶ cenários combinados, ou os cenários de mercado e idiossincráticos desenvolvidos num quadro único para avaliar o efeito global do *stress* na empresa-mãe.

A situação de liquidez da empresa-mãe, saudável e constantemente acompanhada, manteve-se sólida graças à extensa disponibilidade de reservas líquidas provenientes de financiamentos, de modo que os indicadores de liquidez de curto e médio/prazo - Rácio de Cobertura da Liquidez (LCR) e Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) - em 31 de dezembro de 2022, apresentam valores de 161,143 % e 297,856 %, respetivamente, muito acima dos limites regulamentares.

### **Impactos da pandemia de COVID-19**

À luz do modelo de negócio, a epidemia da COVID-19 não implicou uma alteração dos objetivos e da estratégia de gestão nem dos sistemas para mensurar e controlar os riscos.

## Informação quantitativa

### 1. Desagregação temporal por vencimento contratual residual dos ativos e passivos financeiros

Divisa de denominação: EUROS

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Períodos de tempo	À vista	Mais de 1 a 7 dias	Mais de 7 a 15 dias	Mais de 15 dias a 1 mês	Mais de 1 a 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Duração não definida
<b>A. Ativos patrimoniais na demonstração da situação financeira</b>	<b>3 425 501</b>	<b>78 267</b>	<b>168 870</b>	<b>264 824</b>	<b>1 259 209</b>	<b>322 639</b>	<b>372 879</b>	<b>1 818 174</b>	<b>3 377 645</b>	<b>173 636</b>
A.1 Títulos de dívida pública	44		484		589 084	260 214	362 639	1 769 501	3 281 002	
A.2 Outros títulos de dívida								4500	2	
A.3 Unidades de participação em OIC	90 225									
A.4 Empréstimos concedidos	3 335 231	78 267	168 387	264 824	670 125	62 425	10 241	44 173	96 641	173 636
- Bancos	132 411	40 168	110 382		121 702					173 636
- Clientes	3 202 821	38 098	58 005	264 824	548 423	62 425	10 241	44 173	96 641	
<b>B. Passivos patrimoniais na demonstração da situação financeira</b>	<b>5 187 772</b>	<b>4 573 737</b>	<b>3758</b>	<b>4569</b>	<b>494 198</b>	<b>483 059</b>	<b>175 502</b>	<b>104 537</b>	<b>2899</b>	
B.1 Depósitos e contas correntes	4 307 645	132 447	3752	4556	493 771	443 369	174 632	99 190		
- Bancos	634 163	128 966			315 265					
- Clientes	3 673 482	3482	3752	4556	178 506	443 369	174 632	99 190		
B.2 Instrumentos de dívida						39 242				
B.3 Outros passivos	880 127	4 441 290	5	13	428	448	869	5347	2899	
<b>C. Transações extrapatrimoniais na demonstração da situação financeira</b>	<b>9 689 628</b>	<b>10 186 468</b>	<b>161 981</b>	<b>279 943</b>			<b>45</b>			
C.1 Derivados financeiros com permuta de capital		496 840	161 981	279 943						
- Posições longas		161 789	72 548	193 087						
- Posições curtas		335 051	89 432	86 857						
C.2 Derivados financeiros sem permuta de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.3 Depósitos e empréstimos a receber	9 687 743	9 687 743								
- Posições longas	9 687 743									
- Posições curtas		9 687 743								
C.4 Compromissos de empréstimos	1884	1884								
- Posições longas		1884								
- Posições curtas	1884									
C.5 Garantias financeiras concedidas							45			
C.6 Garantias financeiras recebidas										
C.7 Derivados de crédito com permuta de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.8 Derivados de crédito sem permuta de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										

## Divisa de denominação: OUTRAS DIVISAS

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/Períodos de tempo	À vista	Mais de 1 a 7 dias	Mais de 7 a 15 dias	Mais de 15 dias a 1 mês	Mais de 1 a 3 meses	Mais de 3 a 6 meses	Mais de 6 meses a 1 ano	Mais de 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Duração não definida
<b>A. Ativos patrimoniais na demonstração da situação financeira</b>			82 465	276 969	349 727					
<b>39 795</b>										
A.1 Títulos de dívida pública										
A.2 Outros títulos de dívida										
A.3 Unidades de participação em OIC										
A.4 Empréstimos concedidos	39 795		82 465	276 969	349 727					
- Bancos	33 896									
- Clientes	5900		82 465	276 969	349 727					
<b>B. Passivos patrimoniais na demonstração da situação financeira</b>	550 606	32 125	30 795	48 893	163 935	61 173	14 546	15 115		
B.1 Depósitos e contas correntes	550 606	32 125	30 795	48 893	163 935	61 173	14 546	15 115		
- Bancos	86 564									
- Clientes	464 042	32 125	30 795	48 893	163 935	61 173	14 546	15 115		
B.2 Instrumentos de dívida										
B.3 Outros passivos										
<b>C. Transações extrapatrimoniais na demonstração da situação financeira</b>	3742	498 533	165 128	291 711						
C.1 Derivados financeiros com permuta de capital		498 533	165 128	291 711						
- Posições longas		336 009	89 277	86 618						
- Posições curtas		162 524	75 850	205 093						
C.2 Derivados financeiros sem permuta de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.3 Depósitos e empréstimos a receber										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.4 Compromissos de empréstimos										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.5 Garantias financeiras concedidas	3742									
C.6 Garantias financeiras recebidas										
C.7 Derivados de crédito com permuta de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										
C.8 Derivados de crédito sem permuta de capital										
- Posições longas										
- Posições curtas										

## Secção 5 - Riscos operacionais

### Informação qualitativa

#### A. Aspectos gerais, processos de gestão e métodos para mensurar o risco operacional

O risco operacional é o risco de incorrer em perdas por inadequação ou falhas de procedimentos, recursos humanos e sistemas internos ou como resultado de eventos externos. Esta categoria inclui, entre outras rubricas, as perdas causadas por fraude, erro humano, interrupção do negócio, falha de sistema, quebra de contratos e desastres naturais; o risco operacional inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos e reputacionais.

No que diz respeito ao Banco, a exposição a esta categoria de risco é gerada predominantemente por falhas nos processos de trabalho, na organização e governo – erros humanos, mau funcionamento dos programas informáticos, medidas de organização e controlo inadequadas – bem como por qualquer perda em termos de recursos humanos em posições-chave da gestão societária. A exposição a riscos operacionais derivados de fontes externas parece ser de importância negligenciável, em parte devido às ferramentas de redução adotadas para fazer face a tais acontecimentos adversos (como, por exemplo: o plano de continuidade do negócio, os processos de armazenamento de dados, as ferramentas de *back-up*, as apólices de seguro, etc.).

O processo adotado pelo Banco para a gestão e o controlo dos riscos operacionais assenta no princípio da promoção de uma cultura corporativa de gestão do risco e na definição de normas e incentivos adequados, com o objetivo de fomentar a adoção de comportamentos profissionais e responsáveis a todos os níveis operacionais, bem como na conceção, implementação e gestão de um sistema integrado de gestão do risco operacional adequado à natureza, atividades, dimensão e perfil de risco.

O modelo de avaliação do risco operacional adotado pela empresa-mãe é composto por cinco fases: i) identificação, ii) mensuração, iii) acompanhamento, iv) gestão e v) relato.

A fase de identificação dos riscos operacionais envolve a recolha de informações sobre riscos operacionais através do tratamento coerente e coordenado de todas as fontes de informações relevantes. O objetivo consiste em estabelecer uma base de informações completa. As informações necessárias são dados relativos a perdas internas acompanhados de todas as informações relevantes para efeitos de gestão e avaliações subjetivas adquiridas através de processos de autoavaliação e controlo do risco. Esta informação é recolhida com base em modelos de classificação específicos, concebidos para assegurar uma representação uniforme dos dados. A fase de identificação é composta pelos seguintes processos:

- ▶ Identificação de riscos operacionais dentro dos procedimentos da empresa (mapa de riscos operacionais para controlos): esta atividade consiste em identificar o risco operacional através de uma análise aprofundada dos processos organizacionais da empresa e do mapeamento de potenciais riscos. A abordagem de avaliação é expressa pelo proprietário da atividade/do processo - especificado nos procedimentos - através de uma análise predominantemente qualitativa, que permite identificar as atividades em risco, os controlos, o nível de risco associado a cada atividade em risco mapeada nos procedimentos operacionais e, por conseguinte, as ações a tomar para tornar o processo o mais estreitamente possível acompanhado;
- ▶ Recolha de dados sobre perdas (LDC): o sistema de mensuração e gestão do risco operacional definido pela Função de Gestão do Risco da Empresa-Mãe também permite à empresa-mãe dispor de uma base de dados de perdas operacionais geradas por eventos de risco (Tipo de Evento), útil para identificar fatores de risco, ações de mitigação e estratégias de retenção e transferência, bem como para o possível desenvolvimento ao longo do tempo de sistemas internos de medição do risco operacional;
- ▶ Autoavaliação do Risco (RSA): a empresa-mãe efetua uma avaliação global anual do nível de exposição a Riscos Operacionais utilizando o processo RSA. A Autoavaliação do Risco (RSA) é uma autoavaliação anual da exposição prospetiva ao risco operacional inerente aos processos empresariais, destinada a melhorar a

perceção do risco pelas figuras-chave (Peritos de Negócios) que regem a execução destes processos, tendo em conta a evolução esperada da atividade e as medidas organizacionais e de controlo já em vigor;

- ▶ Identificação dos riscos operacionais relacionados com o risco em matéria de TI: além disso, anualmente, a fim de determinar a exposição ao risco das TIC, o Banco definiu um modelo específico de avaliação do risco em matéria de TI que está de acordo com a legislação nacional e europeia que responde às necessidades de identificação dos riscos específicos inerentes à esfera das TIC, internos ou dependentes dos subcontratados, e de melhor qualificação dos riscos operacionais através da avaliação dos elementos específicos envolvidos no processamento automático da informação;
- ▶ Identificação de riscos operacionais relacionados com a introdução de novos produtos, atividades, processos e sistemas relevantes. A empresa-mãe avalia também os riscos operacionais relacionados com a introdução de novos produtos, atividades, processos e sistemas relevantes e reduz o conseqüente risco operacional que possa surgir através do envolvimento preventivo das Funções de Controlo Societário e da definição de políticas e regulamentos específicos sobre diversos temas e tópicos.
- ▶ Identificação de riscos operacionais associados às Principais Transações (MT): o risco resultante de uma MT é avaliado através da avaliação da consistência do perfil de risco da MT com a apetência pelo risco definida no Quadro de Apetência pelo Risco (QAR).

A fase de mensuração consiste no cálculo dos requisitos de capital relativos ao risco operacional, utilizando o Método do Indicador Básico (BIA, sigla em inglês), segundo o qual os requisitos de capital são calculados aplicando um coeficiente regulamentar a um indicador do volume da atividade de negócio (Indicador Relevante). Além disso, para uma melhor avaliação da exposição ao risco, a empresa-mãe implementou um processo de avaliação do risco operacional quantitativo (OpVaR) que acompanha o risco operacional da empresa-mãe calculado até ao percentil 99,9.

A fase de acompanhamento consiste na adoção de um sistema de controlo articulado que prevê a análise das causas de eventos de perda e o acompanhamento da tendência de eventos de perda, em termos de avaliação da tendência de perdas derivadas dos processos LDC e RSA. No âmbito do quadro de medidas adotadas relativamente à exposição ao risco operacional, os riscos específicos indicados de seguida também são alvo de acompanhamento pelo Banco:

- ▶ Risco de branqueamento de capitais: o risco de que as contrapartes financeiras e comerciais do Banco, fornecedores, parceiros, sócios e consultores possam ser parte integrante em transações que possivelmente possam facilitar o branqueamento de capitais oriundos de atividades ilegais ou criminosas.
- ▶ Risco de *compliance*, risco de penalizações legais e administrativas, perdas financeiras significativas e danos reputacionais devido ao incumprimento das leis e regulamentos mas também das normas internas e de conduta aplicáveis às atividades societárias. Relativamente a este tipo de risco, é realizada uma atualização periódica da metodologia de avaliação pertinente. A referida metodologia é desenvolvida para todas as atividades que se enquadrem no quadro regulamentar da empresa-mãe, de acordo com uma abordagem baseada no risco. Concretamente, no que se refere às disposições pertinentes que não preveem o estabelecimento de medidas de controlo especializadas (isto é, privacidade e saúde e segurança no trabalho), a Função de *Compliance* presta apoio em termos de consultadoria às funções do Banco (ex-ante) e avalia a adequação das medidas organizacionais e das atividades de controlo adotadas (ex-post). Relativamente às leis e regulamentos acompanhados por funções especializadas, a Função de *Compliance* leva a cabo um controlo indireto colaborando com as funções especializadas na definição de métodos de avaliação do risco de *compliance*, além de cartografar os riscos e as medidas de controlo correspondentes (Matriz de controlo do risco de *compliance*).

A fase de gestão do risco operacional procura avaliar continuamente as estratégias de controlo e de redução do risco, decidindo, com base na natureza e na dimensão do risco e em relação à propensão para o risco expressa pelos gestores de topo, se o aceita e, portanto, o assume, por parte do responsável pelo processo, se o recusa e, portanto, reduz as atividades, se implementa políticas de mitigação ou se o transfere para terceiros

através de apólices de seguro. Adicionalmente, de forma a controlar os riscos acima mencionados, a empresa-mãe adota Modelos de Organização específicos para a gestão dos riscos de branqueamento de capitais, saúde e segurança no trabalho e segurança da informação e serviços de pagamento.

Finalmente, a fase de relato visa assegurar uma comunicação oportuna e adequada em apoio às decisões de gestão dos órgãos sociais e funções organizacionais.

### *Impactos da pandemia de COVID-19*

À luz do modelo de negócio, a epidemia da COVID-19 não implicou uma alteração dos objetivos e da estratégia de gestão nem dos sistemas para mensurar e controlar os riscos.

## Parte F - Informações sobre os capitais próprios

### Secção 1 - Os capitais próprios da empresa-mãe

#### *A. Informação qualitativa*

Os capitais próprios do Banco incluem o capital social agregado, prêmios de emissão, reservas, dividendos provisórios, instrumentos de capital próprio, ações próprias, reservas de avaliação e resultados do exercício.

Para efeitos de supervisão, a base de capital relevante para este fim é determinada de acordo com as atuais disposições do Banco de Itália, e constitui o regulador de referência para as disposições de supervisão prudencial.

## B. Informação quantitativa

### B.1 Capitais próprios: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Rubricas/quantias	Montante 31.12.2022	Montante 31.12.2021
1. Capital social	142 870	142 691
2. Reserva de prémios de emissão	66 277	66 493
3. Reservas	180 628	146 251
- relacionadas com os resultados	170 209	137 607
a) legais	28 539	26 197
b) estatutárias		
c) ações próprias		
d) outros	141 670	111 411
- relacionadas com os resultados	10 419	8644
3.5 Dividendos provisórios (-)	(68 550)	
4. Instrumentos de capital próprio	150 000	
5. (Ações próprias)	(3884)	(7132)
6. Reservas de avaliação:	5421	4060
- Instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
- Cobertura de instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral		
- Ativos financeiros (que não instrumentos de capital próprio) ao justo valor por via de outro rendimento integral	1045	211
- Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		
- Ativos intangíveis		
- Cobertura de investimentos estrangeiros		
- Coberturas de fluxos de caixa		
- Instrumentos de cobertura (elementos não designados)		
- Diferenças cambiais	3	1
- Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		
- Passivos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados (alterações na qualidade de crédito)		
- Ganhos (perdas) atuariais relativos a planos de benefícios definidos	335	(190)
- Porção das reservas de avaliação para investimentos em capitais próprios mensurados utilizando o método de equivalência patrimonial		
- Leis especiais de reavaliação	4038	4038
7. Lucros (perdas) do exercício	261 438	164 289
<b>Total</b>	<b>734 201</b>	<b>516 652</b>



## B.2 Reservas de avaliação dos ativos financeiros mensurados ao justo valor por via dos resultados: desagregação

(Montantes em milhares de euros)

Ativos/Montantes	Total 31.12.2022		Total 31.12.2021	
	Reserva positiva	Reserva negativa	Reserva positiva	Reserva negativa
1. Títulos de dívida				
2. Títulos de capital próprio	1045		211	
3. Empréstimos concedidos				
<b>Total</b>	<b>1045</b>	<b>-</b>	<b>211</b>	<b>-</b>

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral (HTC&S) são reconhecidos ao justo valor. No final do exercício, a quantia escriturada dos títulos deve ser comparada com as variações do justo valor do exercício anterior, sendo qualquer diferença reconhecida nas reservas de avaliação da posição de balanço.

A 31 de dezembro de 2022, esta reserva refere-se a interesses minoritários detidos pela empresa-mãe e mensurados ao justo valor em determinadas sociedades financeiras e não financeiras, num montante total de cerca de 3 milhões de euros.

Para mais pormenores, consultar o quadro específico na parte B da Posição de balanço de ativos financeiros «Ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral».

### B.3 Reservas de avaliação dos ativos financeiros mensurados ao justo valor por via de outro rendimento integral: alterações anuais

(Montantes em milhares de euros)

	Títulos de dívida	Títulos de capital próprio	Empréstimos concedidos
<b>1. Saldos iniciais</b>	-	211	-
<b>2. Alterações positivas</b>			
2.1 Aumentos no justo valor		136	
2.2 Correções para risco de crédito		X	
2.3 Transferência para a demonstração de resultados de reservas negativas após alienação		X	
2.4 Transferências para outras rubricas de capital próprio (títulos de capital próprio)			
2.5 Outras alterações		2876	
<b>3. Alterações negativas</b>			
3.1 Reduções ao justo valor			
3.2 Correções para risco de crédito			
3.3 Reclassificação de reservas positivas por via dos resultados: após alienação		X	
3.4 Transferências para outras rubricas de património líquido (títulos de capital próprio)			
3.5 Outras alterações		(2179)	
<b>4. Saldos finais</b>		<b>1045</b>	-

### B.4 Reservas atuariais em planos de benefícios definidos: alterações anuais

A IAS 19 prevê o registo dos ganhos e perdas atuariais na demonstração do rendimento integral para o exercício aplicável.

Os resultados da avaliação atuarial refletem o impacto das disposições da Lei italiana 296/2006 e o cálculo, para efeitos da IAS 19, refere-se apenas aos benefícios pós-emprego acumulados não transferidos para fundos de pensões complementares ou para o Fundo de Tesouraria do INPS.

Em 31 de dezembro de 2022, esta reserva atuarial ascende a 335 mil euros.

## Secção 2 - Fundos próprios e rácios regulamentares

### Âmbito de aplicação do regulamento

A partir de 1 de janeiro de 2014, os fundos próprios são calculados, de acordo com a Circular n.º 285 «Disposições de supervisão para bancos» e com a Circular n.º 286 «Instruções para a elaboração de relatórios de supervisão por bancos e intermediários de títulos», do Banco de Itália, ambas datadas de 17 de dezembro de 2013, com base no Regulamento (UE) n.º 575/2013, relativo aos novos regulamentos harmonizados para bancos e sociedades de investimento, incluídos no Regulamento Requisitos Fundos Próprios da UE (RRFP) e na Diretiva de Requisitos de Fundos Próprios da UE (DRFP IV), de 26 de junho de 2013.

Estes regulamentos incluem normas estabelecidas pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (quadro 3 de Basileia), cuja aplicação, nos termos da Lei consolidada da atividade bancária, é da responsabilidade do Banco de Itália, e definem as formas como foram exercidos os poderes concedidos por regulamentos da UE às autoridades nacionais.

### 2.1 Fundos próprios

#### A. Informação qualitativa

Os fundos próprios representam a primeira linha de defesa contra riscos associados à complexidade das atividades financeiras e constituem o principal parâmetro de referência para a avaliação da adequação de capital da empresa-mãe.

A finalidade dos regulamentos de supervisão prudencial consiste em assegurar que todos os intermediários de crédito tenham uma capitalização mínima obrigatória em relação aos riscos assumidos.

A empresa-mãe avalia constantemente a sua estrutura de capital, desenvolvendo e empregando técnicas de acompanhamento e gestão dos riscos regulados, também através de uma Comissão de risco e de controlo criada no seio do Conselho de Administração.

Os fundos próprios são a soma dos fundos próprios principais de Nível 1 (CET<sub>1</sub>), dos capitais adicionais de Nível 1 (AT<sub>1</sub>) e Nível 2 (T<sub>2</sub>), líquidos de elementos a deduzir e dos filtros prudenciais da IAS/IFRS.

Os principais componentes dos fundos próprios da empresa-mãe são calculados em fundos próprios principais de Nível 1 (CET<sub>1</sub>), e são os seguintes:

- ▶ Capital social realizado;
- ▶ Reservas (reserva legal, reserva extraordinária, reserva de resultados transitados, reserva de opções de compra de ações e reserva de instrumentos financeiros);
- ▶ Qualquer parte não distribuída do lucro do período;
- ▶ Reservas de avaliação (Reserva de transição IAS/IFRS 9, reserva atuarial e reserva de reavaliação de títulos HTC&S);
- ▶ Todos os interesses minoritários elegíveis para inclusão no cálculo do CET<sub>1</sub>.

Os ativos intangíveis, incluindo qualquer *goodwill* e certas categorias de ativos por impostos, devem ser deduzidos destas rubricas de acordo com os requisitos do RRFP II bem como os efeitos da calendarização de provisões.

O capital de Nível 1 (AT<sub>1</sub>) inclui instrumentos de Nível 1 emitidos.

Em 2022, os fundos próprios foram influenciados principalmente por:

- ▶ a emissão no primeiro trimestre de 2022 pela empresa-mãe, com vista a otimizar o financiamento e a estrutura de capital do Grupo, de um instrumento subordinado de Nível 1 Adicional Perpétuo NC 2027 com um montante nominal de 150 milhões de euros, e o exercício da opção de compra para o resgate do instrumento subordinado Nível 2 10YNC5 emitido em março de 2017 com um montante nominal de 100 milhões de euros.
- ▶ a inclusão da porção do lucro do período referente principalmente à contabilidade de exercício dos direitos a receber custos de cobrança e a modificação da taxa de cobrança de juros de mora de 45 % para 50 %.

## B. Informação quantitativa

(Montantes em milhares de euros)

	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
<b>A. Capitais próprios comuns de nível 1 (CET1) antes da aplicação de filtros prudenciais</b>	<b>500 726</b>	<b>391 372</b>
dos quais instrumentos CET1 sujeitos a disposições transitórias		
B. Filtros prudenciais CET1 (+/-)	(386)	
C. CET1 bruto de elementos a deduzir e efeitos das regras transitórias (A +/- B)	500 341	391 372
D. Elementos a deduzir de CET1	(59 894)	-61 162
E. Regras transitórias - Impacto em CET1 (+/-)		
<b>F. Capitais próprios totais comuns de nível 1 (CET1) (C - D +/- E)</b>	<b>440 447</b>	<b>330 210</b>
G. Nível 1 (Nível 1 adicional - AT1) incluindo elementos a deduzir e efeitos das regras transitórias	150 000	
dos quais instrumentos AT1 sujeitos a disposições transitórias		
H. Elementos a deduzir de AT1		
I. Regras transitórias - Impacto em AT1 (+/-)		
L. Total de Nível 1 adicional (AT1) (G - H +/- I)	150 000	
M. Nível 2 (T2) incluindo os elementos a deduzir e os efeitos das regras transitórias		
dos quais instrumentos T2 sujeitos a disposições transitórias		
N. Elementos a deduzir de T2		
O. Regras transitórias - Impacto em T2 (+/-)		
P. Total do capital de nível 2 (T2) (M - N +/- O)		98 224
<b>Q. Total de fundos próprios (F + L + P)</b>	<b>590 447</b>	<b>428 434</b>

## 2.2 Adequação do capital

### A. Informação qualitativa

O cumprimento dos limites de adequação de capital do Banco referentes ao Rácio de Capital CET<sub>1</sub>, Rácio de Capital de nível 1 e Rácio de Capital Total é constantemente monitorizado pelos órgãos sociais competentes.

O Rácio de Capital CET<sub>1</sub> é o rácio entre os fundos próprios principais de nível 1 e os ativos ponderados pelo risco. O rácio de capital de nível 1 é o rácio entre o capital de nível 1 e os ativos ponderados pelo risco.

O rácio de capital total é o rácio entre os fundos próprios totais e os ativos ponderados pelo risco.

Em conformidade com as disposições da Circular n.º 262 do Banco de Itália, de 22 de dezembro de 2005, intitulada «Demonstrações financeiras dos bancos: organização e elaboração», a quantidade de ativos ponderados pelo risco foi determinada como o produto do total dos requisitos prudenciais de fundos próprios e 12,5 (inverso do rácio mínimo obrigatório igual a 8 %).

A exposição total do Banco aos riscos, a 31 de dezembro de 2022, em relação à sua atividade, é adequada de acordo com o nível de capitalização e com o perfil de risco identificado.

Relativamente ao Banco, o Rácio de Capital CET<sub>1</sub> é de 11,7 % e o Rácio de Capital de Nível 1 e o Rácio de Capital Total são de 15,7 %.

#### *Pilar I - Adequação do capital para fazer face aos riscos típicos associados a operações financeiras*

Do ponto de vista operacional, a absorção de riscos é calculada utilizando vários métodos: «Abordagem normalizada» para risco de crédito;

- ▶ «Abordagem normalizada» para risco da contraparte;
- ▶ «Abordagem de base» para risco operacional;
- ▶ «Abordagem normalizada» para risco do mercado.

#### **Risco de crédito**

Este risco encontra-se descrito em pormenor na Parte E deste documento.

#### **Risco de contraparte**

O risco de contraparte representa um tipo específico de risco de crédito, caracterizado pelo facto de a exposição, devido à natureza financeira do contrato celebrado entre as partes, ser incerta e poder variar ao longo do tempo em função da evolução dos fatores de mercado subjacentes.

No caso do BFF, o risco de contraparte pode ser gerado por acordos de recompra e derivados. O risco de contraparte é mensurado utilizando o método da exposição original.

## Risco operacional

O risco operacional é o risco de incorrer em perdas por inadequação ou falha de procedimentos, recursos humanos e sistemas internos ou como resultado de eventos externos. Esta categoria inclui, entre outras rubricas, as perdas causadas por fraude, erro humano, interrupção do negócio, falha de sistema, quebra de contratos e desastres naturais; o risco operacional inclui o risco legal, mas exclui os riscos estratégicos e reputacionais.

Assim, o risco operacional refere-se a vários tipos de eventos que não seriam significativos, a não ser que sejam analisados em conjunto e quantificados para toda a categoria de risco.

O Banco mensura o risco operacional utilizando a abordagem «de base»: o requisito de capital próprio é determinado aplicando um coeficiente de 15 % à média trienal do indicador relevante, calculada com base nos elementos das demonstrações financeiras dos últimos três anos, nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Dando continuidade à trajetória de desenvolvimento do quadro de Gestão de Risco Operacional do Grupo, lançada nos últimos anos, em 2018, o Banco centrou a sua atenção no fortalecimento dos componentes de identificação e avaliação prospetiva («forward-looking»), bem como na introdução de um modelo interno de gestão estatística para quantificar a exposição ao risco operacional. Tal foi feito com o objetivo de verificar se o método utilizado para fins regulamentares avaliou adequadamente o capital em função do risco assumido e presumível. As ações desenvolvidas no âmbito do BFF, do BFF Finance Iberia e do BFF Polska Group (e respetivas filiais) centraram-se na evolução metodológica do processo de Autoavaliação de Risco, de forma a utilizar o resultado deste processo para quantificar a exposição ao risco operacional em termos económicos e de capital. Os resultados obtidos no processo de avaliação prospetiva (*forward-looking*) do risco operacional foram também utilizados para quantificar a adequação do capital interno ao risco operacional para efeitos do ICAAP. As perdas operacionais referentes a 2022 foram significativamente inferiores ao requisito de capital em termos de risco operacional e ao requisito calculado a nível operacional no ICAAP 2020.

## Risco de mercado

O risco de mercado é o risco associado a posições detidas para negociação, ou seja, posições detidas intencionalmente para venda a curto prazo, adquiridas com o objetivo de aproveitar as diferenças entre o preço de compra e venda, ou outras variações nos preços ou nas taxas de juro.

O regulamento identifica e regula o tratamento dos vários tipos de risco de mercado com referência à carteira de negociação regulamentar. O Banco mensura o risco de mercado utilizando a abordagem «normalizada».

### **Pilar II - O Relatório ICAAP/ILAAP**

Os regulamentos de supervisão exigem que os intermediários adotem estratégias e processos de controlo para determinar a adequação do capital atual e futuro. Compete à Autoridade de supervisão verificar a fiabilidade e a exatidão dos resultados obtidos e, se necessário, tomar as medidas corretivas adequadas.

O BFF Banking Group apresenta anualmente o «Relatório ICAAP/ILAAP» ao Banco de Itália, fornecendo assim uma atualização sobre os processos internos para determinar a adequação de fundos próprios e de sistemas de governo e gestão do risco de liquidez do Grupo. Em conformidade com as disposições de supervisão prudencial, o Grupo elaborou o «Relatório ICAAP/ILAAP» aprovado pelo Conselho de Administração do BFF em 29 de abril de 2022. O Relatório foi elaborado em conformidade com os requisitos previstos na Circular n.º 285 do Banco de Itália.

Em relação ao «Processo de Revisão e Avaliação da Supervisão» (SREP), o Grupo deve cumprir um rácio de CET<sub>1</sub> de 9,00 %, um rácio de Nível 1 de 10,50 % e um Rácio de Capital Total de 12,50 %.

## B. Informação quantitativa

(Montantes em milhares de euros)

Categorias/montantes	Montantes não ponderados		Montantes ponderados / requisitos	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<b>A. ATIVOS DE RISCO</b>				
<b>A.1 Risco de crédito e de contraparte</b>				
1. Metodologia normalizada	12 949 671	11 008 349	3 047 238	2 212 578
2. Metodologia baseada em notações internas				
2.1 De base				
2.2 Avançada				
3. Titularizações				
<b>B. REQUISITOS DE CAPITAL REGULAMENTAR</b>				
<b>B.1 Risco de crédito e de contraparte</b>			243 779	177 006
<b>B.2 Risco de correção da avaliação de crédito</b>			25	1207
<b>B.3 Riscos de liquidação</b>				
<b>B.4 Riscos de mercado</b>				
1. Metodologia normalizada				262
2. Modelos internos				
3. Risco de concentração				
<b>B.5 Risco operacional</b>				
1. Abordagem de base			56 531	45 309
2. Metodologia normalizada				
3. Método avançado				
<b>B.6 Outros fatores de cálculo</b>				
<b>B.7 Total de requisitos prudenciais</b>			300 336	223 785
<b>C. ATIVOS DE RISCO E RÁCIOS REGULAMENTARES</b>				
C.1 Ativos ponderados pelo risco			3 754 197	2 797 306
C.2 CET 1/Ativos ponderados pelo risco (Rácio de capital CET1) (%)			11,73 %	11,80 %
C.3 Capital de nível 1/Ativos ponderados pelo risco (rácio de capital de nível 1) (%)			15,73 %	11,80 %
C.4 Total de fundos próprios/Ativos ponderados pelo risco (Rácio de capital total) (%)			15,73 %	15,32 %

## Parte G - Concentrações de atividades empresariais de empresas ou unidades de negócios

### Secção 1 - Transações concluídas durante o exercício

Em 3 de outubro de 2022, o BFF Bank adquiriu a empresa MC3 Informatica S.r.l., que a partir da mesma data alterou a sua denominação social para BFF Techlab S.r.l. Esta nova transação deu origem a um laboratório de inovação tecnológica do Grupo. A nova subsidiária BFF Techlab nasceu da aquisição pelo BFF Bank de 100 % do capital social da MC3 Informatica Srl, empresa de consultoria informática que ao longo dos últimos anos tem apoiado a empresa-mãe na implementação do atual sistema central de *factoring* e na definição de outras arquiteturas aplicacionais.

A transação foi concluída com o pagamento de um preço de 384,2 mil euros.

A BFF Techlab é uma empresa criada em 1997 por um grupo de profissionais com uma vasta experiência no domínio da análise de conceção e da programação e, graças ao seu *know-how* na área da inteligência artificial, oferece aos seus clientes serviços de conceção e desenvolvimento de sistemas operativos, gerindo todas as fases do processo: conceção e análise, codificação e verificação de aplicações.

Em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições da IFRS 3 revista («Concentrações de atividades empresariais»), a empresa-mãe realizou a Afetação do Preço de Compra definitiva da empresa recém-adquirida (PPA) à luz das investigações realizadas tanto na fase de diligência devida e preliminar realizada antes da aquisição, como com base nas avaliações posteriores realizadas após a aquisição da empresa.

Concretamente, o reconhecimento de concentrações de atividades empresariais é regido pelas IFRS emitidas pelo IASB e aprovadas pela Comissão Europeia, e especificamente pela IFRS 3 «Concentrações de atividades empresariais».

Em conformidade com a IFRS 3, cada concentração de atividades empresariais exige a identificação de um adquirente. Este último tem de ser identificado na entidade que obtém o controlo de outra entidade ou grupo de empresas. A aquisição e, portanto, a primeira consolidação da adquirida, é contabilizada na data em que o adquirente obtém o controlo efetivo da empresa ou dos ativos adquiridos. Quando a aquisição ocorre por meio de uma transação de permuta simples, geralmente a data de permuta coincide com a data de aquisição. No entanto, é sempre necessário verificar a existência de quaisquer acordos entre as partes que possam envolver uma transferência de controlo antes da data de permuta. A contrapartida transferida numa concentração de atividades empresariais é mensurada como a soma do justo valor, à data de permuta, dos ativos vendidos, dos passivos incorridos ou assumidos, e dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo adquirente em troca do controlo.

As concentrações de atividades empresariais são contabilizadas utilizando o «método de aquisição», que requer que os ativos identificáveis adquiridos (incluindo quaisquer ativos intangíveis não reconhecidos anteriormente pela adquirida) e os passivos assumidos (incluindo passivos contingentes) sejam mensurados aos seus justos valores à data de aquisição.

A contabilização de uma concentração de atividades empresariais pode ser efetuada numa base provisória no final do exercício em que a concentração é efetivada, mas tem de ser aperfeiçoada no prazo de 12 meses a contar da data de aquisição.

Tal como definido acima, regra geral, a IFRS 3 requer que as concentrações de atividades empresariais sejam contabilizadas utilizando o método de aquisição. Para aplicar este método, o BFF Bank passou pelas seguintes fases:

- ▶ identificação do adquirente;



- ▶ determinação da data de aquisição;
- ▶ reconhecimento e mensuração ao justo valor, dos ativos adquiridos identificáveis, dos passivos assumidos e de quaisquer interesses minoritários na adquirida;
- ▶ determinação da contrapartida pela concentração de atividades empresariais;
- ▶ reconhecimento e mensuração do *goodwill* ou dos ganhos resultantes de um negócio favorável.

Além disso, nos termos do parágrafo 8 da IFRS 3, a adquirente deve identificar a data de aquisição, ou a data em que obtém efetivamente o controlo sobre a empresa adquirida. A data em que a adquirente obtém o controlo sobre a empresa adquirida é geralmente a data de encerramento do contrato, ou a data em que a adquirente transfere legalmente a contrapartida, adquire os ativos e assume os passivos da adquirida.

No caso em apreço, o contrato de compra e venda da antiga MC3 Informatica foi celebrado em 3 de outubro de 2022, data que, na ausência de outros acordos escritos entre as partes, foi identificada como o momento em que a empresa-mãe adquiriu o controlo. Consequentemente, para efeitos da concentração de atividades, 30 de setembro de 2022 (último dia útil anterior à data de aquisição) foi considerada a data de referência da PPA.

A comparação entre o custo de aquisição de 384,2 mil euros e o capital próprio a 30 de setembro de 2022 da antiga MC-3, igual a 301,5 mil euros, gerou uma diferença de 82,7 mil euros a afetar ao *goodwill*.

As demonstrações financeiras da BFF Techlab em 30 de setembro de 2022 são apresentadas abaixo, preparadas de acordo com os princípios GAAP italianos e comparadas com a mensuração do justo valor na mesma data:

(Montantes em milhares de euros)

	Quantias escrituradas em 30 de setembro de 2022	Mensuração ao justo valor
<b>Posição de balanço - Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	0,4	0,4
Empréstimos concedidos e valores a receber de clientes	355,5	355,5
Empréstimos concedidos e valores a receber de bancos	217,2	217,2
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	5,6	5,6
Ativos por impostos	11,8	11,8
Outros ativos	9,9	9,9
<b>Total de ativos</b>	<b>600,4</b>	<b>600,4</b>
<b>Posição de balanço - Passivos</b>		
Pagamentos a funcionários	188,3	188,3
Passivos por impostos	14,9	14,9
Outros passivos	95,7	95,7
<b>Total de passivos</b>	<b>298,9</b>	<b>298,9</b>
<b>Total dos ativos líquidos adquiridos</b>	<b>301,5</b>	<b>301,5</b>
<b>Custo de aquisição</b>		<b>384,2</b>
<b>Goodwill</b>		<b>82,7</b>

De acordo com o disposto na IFRS 3 revista, o preço de aquisição deve ser imputado aos ativos (tanto a ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento como a ativos intangíveis) e passivos das demonstrações financeiras consolidadas do BFF que não estejam já reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras da subsidiária. Qualquer montante residual remanescente após a mensuração das rubricas individuais da demonstração financeira pelo justo valor é reconhecido indistintamente como «*Goodwill*» em «Ativos Intangíveis».

Consequentemente, esta diferença positiva de 82,7 mil euros foi reconhecida no *goodwill*, também em resultado da competência técnica e do *know-how* adquiridos pela administração da empresa recém-adquirida.

## Parte H - Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas, conforme definido pela IAS 24, incluem:

- ▶ A empresa-mãe;
- ▶ Subsidiárias;
- ▶ Administradores e pessoal com responsabilidades chave de gestão e familiares próximos.

O quadro seguinte apresenta os montantes da demonstração de resultados e da demonstração da situação financeira resultantes de transações com partes relacionadas realizadas pelo Banco em 31 de dezembro de 2022, desagregadas por tipo de parte relacionada de acordo com a IAS 24, e a percentagem da respetiva rubrica da demonstração financeira.

(Montantes em milhares de euros)

	Empresa-mãe	Diretores e Executivos com responsabilidades relacionadas chave de gestão (1)	Outras partes relacionadas	Total de partes relacionadas	Rubrica da demonstração financeira	% da rubrica da demonstração financeira	Rubricas da demonstração de fluxos de caixa	% da rubrica de demonstração de fluxos de caixa
<b>Impacto das transações na posição de balanço</b>								
<b>Investimentos em capitais próprios</b>								
2022			8564	8564	151 876	5,6 %	(1384)	N/A
<b>Montantes devidos a clientes</b>								
2022		(386)		(386)	(10 728 674)	0,0 %	2 058 164	0,0 %
<b>Provisão para riscos e encargos:</b>								
<b>a) pensões e obrigações similares</b>								
2022		(1057)		(1057)	(7712)	13,7 %	(75 371)	1,4 %
<b>Outros passivos</b>								
2022		(577)		(577)	(382 205)	0,2 %	(75 371)	0,8 %
<b>Reservas</b>								
2022		(5190)		(5190)	(180 628)	2,9 %	(75 371)	6,9 %
<b>Impacto das transações na demonstração de resultados</b>								
<b>Juros e encargos similares</b>								
2022		(575)		(575)	(91 494)	0,6 %		
<b>Despesas administrativas:</b>								
<b>a) gastos com o pessoal</b>								
2022		(9629)		(9629)	(65 624)	14,7 %		

(1) Incluindo membros do Conselho de Administração.

A 31 de dezembro de 2022, os direitos de opção relacionados com o plano de opções de compra de ações não executadas eram de 16 169 288 opções outorgadas: se o preço das ações atingisse 15 euros, a diluição seria de 2,21 %.

Concretamente, em 31 de dezembro de 2022, em relação ao plano de opções de compra de ações de 2016 (segundo o qual tinha sido atribuído um total de 8 358 640 direitos de opção), o número de opções atribuídas e não exercidas ascendia a 1 086 788 (2 534 684 a 31 de dezembro de 2021). Para 854 788 destes (1 581 684 em 31 de dezembro de 2021), foi atingida a maturidade do período de aquisição.

Em relação ao plano de opções sobre ações para 2020, foram atribuídas 8 384 500 opções até 31 de dezembro de 2022 (em comparação com 8 615 000 opções atribuídas até 31 de dezembro de 2021), exercíveis a partir de 2023.

Por último, no que diz respeito ao plano de opções de compra de ações para 2022, foram concedidas 6 698 000 opções em 31 de dezembro de 2022, das quais 2 547 000 sem envolver numerário e 4 151 000 sob a forma de ações fantasma, exercíveis a partir de 2025.

Com o objetivo de otimizar as atividades de financiamento do Grupo, a empresa-mãe celebrou contratos de empréstimo entre empresas com subsidiárias, regulamentados em condições normais de mercado.

Mais concretamente, os saldos das posições entre as empresas a 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

- ▶ BFF Finance Iberia (através da sucursal espanhola do BFF Bank): 526,9 milhões de euros.
- ▶ BFF Polska: 2872 milhões de PLN, dos quais 1305,5 milhões de PLN através da sucursal polaca do BFF Bank, o que equivale a 12,3 milhões de euros.
- ▶ BFF Central Europe: 221,3 milhões de euros.
- ▶ BFF MedFinance: 401,5 milhões de PLN, dos quais 331,5 milhões de PLN através da sucursal polaca do BFF Bank.
- ▶ BFF Česká Republika: 44 milhões de CZK.
- ▶ BFF Immobiliare: 27,3 milhões de euros.

O BFF Bank tem em vigor os seguintes acordos de licença:

- ▶ Com o BFF Finance Iberia, que permite a utilização, sob licença, do software, dos métodos organizacionais e das linhas de comunicação do BFF Bank (direitos de TI), bem como a assistência, manutenção e acompanhamento desses direitos. A contraprestação é baseada em *royalties*, que, em 31 de dezembro de 2022, ascendiam a cerca de 955 mil euros.
- ▶ Com o BFF Central Europe, que permite a utilização, sob licença, do software, dos métodos organizacionais e das linhas de comunicação do BFF (direitos de TI), bem como a assistência, manutenção e acompanhamento desses direitos. A contraprestação é baseada em *royalties*, que, em 31 de dezembro de 2022, ascendiam a cerca de 652 mil euros.
- ▶ Com o BFF Česká Republika, que permite a utilização, sob licença, do software, dos métodos organizacionais e das linhas de comunicação do BFF (direitos de TI), bem como a assistência, manutenção e acompanhamento desses direitos. A contraprestação é baseada em *royalties* que, em 31 de dezembro de 2022, ascendiam a cerca de 4 mil euros.

Existe um acordo Intragrupo de Serviço e de partilha de custos que se centra na prestação de serviços e na otimização da partilha de custos entre todas as empresas do Grupo e as sucursais da Empresa-mãe, entre o BFF Bank e:

- ▶ as suas sucursais no estrangeiro por um montante de cerca de 452 mil euros em 31 de dezembro de 2022;
- ▶ BFF Polska S.A. por cerca de 591 mil euros em 31 de dezembro de 2022;
- ▶ BFF Finance Iberia S.A.U. por cerca de 298 mil euros em 31 de dezembro de 2022;
- ▶ BFF Medfinance S.A. por um montante de cerca de 80 mil euros a 31 de dezembro de 2022;
- ▶ Kancelaria Karnowski por um montante de cerca de 71 mil euros em 31 de dezembro de 2022;
- ▶ BFF Central Europe s.r.o. por um montante, em 31 de dezembro de 2022, igual a 85 mil euros;
- ▶ BFF Česká Republika s.r.o. por um montante, em 31 de dezembro de 2022, igual a 20 mil euros.

Em 2016, o BFF Finance Iberia adquiriu à empresa-mãe exposições no setor da saúde italiano por cerca de 82 milhões de euros. No final do período de relato, já tinham sido cobrados dessas exposições cerca de 80,9 milhões de euros com um saldo por liquidar de cerca de 0,9 milhões de euros.

- ▶ Importa referir que o BFF Bank fornece o seguinte:
- ▶ Atividades de gestão do risco para a subsidiária BFF Finance Iberia, no valor de 12 mil euros por ano;
- ▶ Atividades de auditoria interna para a subsidiária BFF Finance Iberia, no valor de 6400 euros por ano;
- ▶ Serviços de apoio administrativo à Fondazione Farmafactoring, no valor de 15 mil euros por ano;
- ▶ Serviços de administração, auditoria interna, *compliance*, gestão de riscos, secretariado de assuntos empresariais e informáticos para a subsidiária BFF Immobiliare S.r.l., no valor de 44 mil euros por ano;
- ▶ Serviços de administração, auditoria interna, *compliance*, gestão de risco, secretariado de assuntos corporativos e informática para a subsidiária BFF Techlab S.r.l., no valor de 33 mil euros por ano.

A empresa-mãe também celebrou acordos com os seus acionistas relativamente a serviços de *factoring* e à gestão e cobrança de exposições em condições normais de mercado.

Por último, importa referir que as condições das contas de depósito relativas a administradores da empresa-mãe e outras partes relacionadas correspondem às registadas no prospeto relevante no momento da abertura das contas de depósito.

## Parte I - Pagamentos com base em ações

### A. Informação qualitativa

#### Plano de opções de compra de ações de 2016

A 5 de dezembro de 2016, a assembleia ordinária de acionistas do Banco aprovou a adoção de um plano de opções de compra de ações para funcionários e membros dos órgãos sociais. O plano apresenta as seguintes características:

- ▶ *Finalidade* do plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias da empresa-mãe recentemente emitidas ou ações já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira da empresa-mãe quando a opção é exercida;
- ▶ *Beneficiários*: a identificação dos beneficiários e a concessão de opções são decididas pelos seguintes elementos:
  - a) O Conselho de Administração, após consulta da Comissão de Remunerações, no que se refere a administradores, executivos de topo e executivos que reportam diretamente ao Presidente da Comissão Executiva;
  - b) O Presidente da Comissão Executiva, dentro dos limites dos poderes que lhe incumbem, no que se refere a outros beneficiários cuja remuneração se enquadre no âmbito das suas obrigações;
- ▶ *Tipo de exercício*: exercício ordinário ou escritural. Em 28 de março de 2019, a assembleia ordinária de acionistas aprovou a introdução de um método alternativo para exercício de opções ao abrigo do plano, adicional à opção ordinária (designado «escritural»). De acordo com a nova opção de exercício, aos beneficiários autorizados que a tenham solicitado pode ser afetado um número de ações determinado com base no valor de mercado das ações à data do exercício, sem que estes estejam obrigados a pagar o preço de exercício.

De acordo com os regulamentos em vigor, as opções atribuídas ao abrigo do Plano de 2016 contribuem para a determinação da remuneração variável paga através da utilização de instrumentos financeiros; por conseguinte, o plano está sujeito a todas as restrições estabelecidas na política de remuneração e incentivos dos membros dos órgãos estratégicos de administração, fiscalização e controlo e do pessoal da empresa-mãe, nos termos da lei.

As condições de aquisição de direitos das opções incluídas no plano são as seguintes:

- ▶ as opções atribuídas em cada parcela serão liberadas a partir do décimo segundo mês seguinte ao da concessão, sob reserva de uma série de condições especificadas no plano, e assumindo:
  - (a) A manutenção da relação de trabalho com a empresa-mãe e/ou do cargo exercido no Conselho de Administração; e
  - (b) Níveis de capital e de recursos de liquidez adequados para cobrir as atividades desenvolvidas e o cumprimento de outros parâmetros, também de natureza regulamentar.

Note-se que o plano está sujeito a condições de redução (*malus*) e de recuperação (*clawback*): as opções estão sujeitas a mecanismos de correção *ex post* [redução (*malus*) e/ou recuperação (*clawback*)] que, quando ocorrem as circunstâncias pré-estabelecidas, resultam na perda e/ou na restituição dos direitos atribuídos pelo plano.

A 31 de dezembro de 2022, o número de opções de compra de ações atribuídas e não exercidas ascendia a 1 086 788. Para 854 788 destas foi atingida a maturidade do período de aquisição, pelo que são exercíveis.

### Plano de Opção de Compra de Ações de 2020

Em 2 de abril de 2020, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo Plano de Opção de Compra de Ações («Plano 2020») para funcionários e diretores que ocupam cargos executivos na empresa-mãe e em/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características:

- ▶ *Finalidade:* o plano envolve a outorga de um máximo de 8 960 000 opções em três tranches; cada uma destas confere ao beneficiário o direito de subscrever ações ordinárias da empresa-mãe recentemente emitidas ou ações que já tenham sido emitidas e que estão incluídas na carteira da empresa-mãe quando a opção é exercida.
- ▶ *Destinatários:* os beneficiários são identificados pelo Conselho de Administração e/ou pelo CEO, a seu exclusivo critério - dentro dos limites previstos pela legislação aplicável e pelo plano - entre os funcionários e/ou Administradores com cargos executivos no Banco e/ou nas suas subsidiárias;
- ▶ *Tipo de exercício:* exercício ordinário ou escritural.

As opções atribuídas dentro de cada tranche acumulam-se após a conclusão do período de aquisição de direitos, ou seja, após 3 anos a partir da data de atribuição relativa. A aquisição de direitos está sujeita ao cumprimento das seguintes condições: i) A manutenção da relação laboral com o Banco e/ou do cargo exercido no Conselho de Administração e ausência de pré-aviso em caso de demissão ou despedimento; e ii) níveis de capital e de recursos de liquidez necessários para cobrir as atividades desenvolvidas e o cumprimento de outros parâmetros, também de natureza regulamentar.

Em 31 de dezembro de 2022, foram atribuídas 8 384 500 opções sem envolver numerário, exercíveis a partir de 2023.

### Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022 do BFF Bank

Em 31 de março de 2022, a Assembleia Ordinária de Acionistas aprovou um novo «Plano de Incentivos a Longo Prazo 2022» para os funcionários e administradores que ocupam cargos executivos na empresa-mãe e em/ou nas suas subsidiárias, com as seguintes características.

- ▶ *Assunto:* o plano prevê a atribuição de um máximo de 9 700 000 opções divididas em três parcelas. As opções podem ser de dois tipos: (i) Opções da Classe A, que conferem o direito a receber novas ações ordinárias emitidas pela Empresa, «liquidadas de capital próprio», e (ii) Opções da Classe B, que conferem o direito a receber ações fantasma, a serem convertidas em dinheiro de acordo com as disposições do plano, «liquidadas em dinheiro».
- ▶ *Condições de aquisição (exercício):* as opções concedidas ao abrigo de cada parcela são adquiridas após a conclusão do período de três anos a partir da data de concessão relevante. A aquisição de direitos está também sujeita ao cumprimento das seguintes condições: (i) manutenção do vínculo laboral com a empresa-mãe e/ou cargo no Conselho de Administração e ausência de comunicação de demissão ou despedimento; e (ii) cumprimento de KPIs (isto é, indicadores de desempenho da empresa), sem prejuízo das disposições de diferimento e *lock-up* aplicáveis aos funcionários mais significativos (isto é, Responsáveis pela Assunção de Riscos) do Banco e das demais previsões detalhadas do plano, já divulgadas ao mercado nos termos da regulamentação aplicável.

Em 31 de dezembro de 2022, tinham sido concedidas 6 698 000 opções, das quais 2 547 000 sem envolver numerário e 4 151 000 sob a forma de ações fantasma, exercíveis a partir de 2025.

## Parte M - Relato por locações

A 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor a nova norma IFRS 16 com a nova definição e o novo modelo de contabilização para «locações». Esta norma baseia-se na transmissão do direito de uso de um ativo em regime de locação e aplica-se a todas as locações com exceção das locações com um prazo de locação de 12 meses ou menos, ou as locações cujo ativo subjacente tenha um valor contratual inferior a 5 mil euros.

Com base neste modelo contabilístico, o «direito de uso» é reconhecido na posição de balanço como um ativo, e os futuros pagamentos referentes a esse mesmo ativo em regime de locação serão introduzidos sob a forma de um passivo. Qualquer depreciação relacionada com o ativo sob direito de uso, bem como quaisquer gastos com juros, são reconhecidos na demonstração de resultados.

A aplicação da IFRS 16 alterou substancialmente a contabilização para locatários, uma vez que elimina a classificação de locações de um locatário como locações operacionais ou locações financeiras.

Nomeadamente, os locatários estão obrigados a cumprir as seguintes disposições principais:

- ▶ O ativo identificado é classificado como um ativo sob direito de uso e apresentado na posição de balanço como se fosse detido. Também deve ser reconhecido o passivo financeiro pertinente;
- ▶ À data de entrada em vigor, um locatário deve mensurar o passivo financeiro ao valor presente dos pagamentos de locação acordados pelas partes para utilização do ativo ao longo do período de validade do contrato que é razoavelmente determinado. A mensuração inicial do direito de uso deve ser equivalente ao valor do passivo financeiro, subtraindo algumas rubricas específicas, por exemplo, as relativas a custo diretos incorridos na obtenção da locação;
- ▶ Relativamente à mensuração subsequente do ativo e durante o prazo de locação, o ativo é sujeito a uma depreciação numa base sistemática, ao passo que o passivo financeiro inclui quaisquer gastos com juros, calculados com base na taxa de juro implícita na locação, nos casos em que é expressamente indicada, ou com base no custo de financiamento para o período, bem como quaisquer pagamentos de locação periódicos.

### Secção 1 - Locatário

#### Informação qualitativa

Ao longo de 2018, o BFF Bank lançou um projeto destinado a compreender e definir o impacto em termos qualitativos e quantitativos da adoção pela primeira vez da nova IFRS 16. Na sequência deste projeto, foi definido um novo modelo de contabilização para utilização em relação a todas as locações, excetuando as locações em que o ativo subjacente tenha pouco valor (menos de 5000 euros) ou que possuam um prazo de locação curto (12 meses ou menos).

Para efeitos da adoção pela primeira vez (FTA - *first time adoption*) da norma, a 29 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração decidiu que o BFF e todas as empresas pertencentes ao BFF Banking Group devem adotar a «Abordagem retrospectiva alterada». Consequentemente, a empresa-mãe não necessita de aplicar a norma retrospectivamente (portanto, considerando informação comparativa complexa), e o montante relativo a ativos sob direito de uso em «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» é igual ao montante do passivo financeiro.



## Informação quantitativa

Os ativos sob direito de uso contabilizados como «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» na adoção pela primeira vez e em 31 de dezembro de 2022 são apresentados abaixo.

(Montantes em milhares de euros)

	Ativos sob direitos de uso 31.12.2022	Ativos sob direitos de uso 31.12.2021
BFF Bank	10 675	13 793
<b>Total</b>	<b>10 675</b>	<b>13 793</b>

Para informação mais detalhada sobre os impactos contabilísticos relacionados com os «Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento» e «Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado», consultar a secção específica da Parte B das Notas às demonstrações financeiras separadas.

## Outras informações

### Honorários de auditoria aos auditores independentes e a outras sociedades da sua rede.

A tabela seguinte, elaborada de acordo com o artigo 149.º-duodécimas do Regulamento dos Emitentes do CONSOB (Resolução n.º 11971, de 14 de maio de 1999, alterada e complementada posteriormente), mostra os honorários referentes ao exercício de 2021 por serviços de auditoria e serviços não relacionados com a auditoria prestados pela sociedade de revisores oficiais de contas e outras empresas da sua rede. Tais honorários representam os custos incorridos e registados nas demonstrações financeiras consolidadas, líquidos do reembolso das despesas e do IVA não dedutível e da contribuição do CONSOB.

(Montantes em milhares de euros)

Tipo de serviços	BFF Bank S.p.A.			
	KPMG S.p.A.		KPMG S.p.A. KPMG	
	Itália	Fora de Itália	Itália	Fora de Itália
Revisão legal de contas	189	92		
Serviços de certificação (*)	58			
Serviços de consultadoria fiscal				16
Outros serviços (**)	595		94	15
	<b>842</b>	<b>92</b>	<b>94</b>	<b>31</b>

(\*) Os montantes referem-se às certificações relativas à Divulgação não financeira. (\*\*) Os montantes referem-se a procedimentos de auditoria acordados e a atividades de diligência devida.

1493





# 03

Certificação pelo  
Responsável de  
Relato Financeiro

Relatório relativo às Operações

Demonstrações financeiras  
separadas relativas ao exercício a  
31 de dezembro de 2022

  
**Certificação pelo  
Responsável de  
Relato Financeiro**

Relatório do Conselho  
dos Revisores Oficiais  
de Contas

Relatório dos Auditores  
Independentes

## CERTIFICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 81.º-TER DO REGULAMENTO CONSOB N.º 11971 DE 14 DE MAIO DE 1999, E SUCESSIVOS ADITAMENTOS E ALTERAÇÕES

### 1. Os abaixo assinados

▶ Massimiliano Belingheri, agindo na qualidade de Presidente da Comissão Executiva;

▶ Giuseppe Manno, na qualidade de Responsável de Relato Financeiro do BFF Bank S.p.A.,

certificam, pelo presente, tendo em conta o disposto no artigo 154.º-Anúmeros 3 e 4, do decreto-lei n.º 58, de 24 de fevereiro de 1998:

ã a adequação no que respeita às características do Banco, e

ã a aplicação efetiva dos procedimentos administrativos e contabilísticos utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras de 2022.

### 2. A adequação e efetiva aplicação do processo administrativo e contabilístico utilizado na elaboração das demonstrações financeiras de 2022 foram verificadas com base no método definido internamente adotado pelo BFF Bank S.p.A., de acordo com o *modelo de Controlo Interno – Enquadramento Integrado emitido pelo «Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission» [Comité das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway] (COSO)* das normas de referência para o sistema de auditoria interna geralmente aceites a nível internacional.

### 3. Além disso, os abaixo assinados certificam que:

#### 3.1 As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022:

- a) foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis e aprovadas pela Comunidade Europeia, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002;
- b) correspondem aos resultados dos livros e registos contabilísticos;
- c) são adequadas para apresentar de forma verídica e legítima a situação financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do emitente.

#### 3.2 O Relatório relativo às Operações inclui uma análise fidedigna dos acontecimentos importantes e do respetivo impacto sobre as demonstrações financeiras, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas a que estão expostos. Além disso, o Relatório relativo às Operações inclui uma análise fidedigna das informações relativas às principais transações com partes relacionadas.

Milão, 8 de março de 2023

**Massimiliano Belingheri**  
Presidente da Comissão

[rubrica]

**Giuseppe Manno**  
Responsável de Relato

[rubrica]

# 04

Relatório do  
Conselho dos  
Revisores  
Oficiais de  
Contas







**BFF BANK S.P.A.**RELATÓRIO DO CONSELHO DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS À ASSEMBLEIA DE  
ACIONISTAS DO BFF BANK S.P.A., NOS TERMOS DO ART. 153.º DO DECRETO  
LEGISLATIVO ITALIANO N.º 58/1998**À Assembleia de Acionistas do BFF Bank S.p.A.**

Senhores(as) Acionistas,

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas [«o **Conselho**»], também na qualidade de Comissão de Controlo Interno e Auditoria [«**ICAC**»], é chamado a reportar à Assembleia de Acionistas do BFF Bank S.p.A., Empresa-mãe do BFF Banking Group [doravante também «**BFF**» ou «o **Banco**» ou «a **Empresa**», e o «**Grupo**»], convocada para a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sobre as atividades de supervisão realizadas durante o exercício e sobre as outras atividades previstas por lei.

A atividade de supervisão foi levada a cabo pelo Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, em conformidade com o Código Civil italiano, as regras dos Estatutos, o Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 24 de fevereiro de 1998 («**Lei Consolidada das Finanças**»), o Decreto Legislativo italiano n.º 385 de 1 de setembro de 1993 («**Lei Consolidada da Banca**») e as leis especiais sobre a matéria, bem como nos termos dos artigos 17.º e 19.º do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010, e teve em conta os regulamentos impostos pelas Autoridades que exercem atividades de supervisão e controlo para os bancos e as empresas cotadas, em conformidade com as Regras de Conduta do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas de Empresas Cotadas em Bolsa, elaboradas pelo *Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti e degli Esperti Contabili* (Conselho Nacional dos Revisores Oficiais de Contas e dos Especialistas em Contabilidade).

A auditoria é confiada aos Auditores Independentes KPMG S.p.A. [«**KPMG**»], cuja auditoria externa para os anos 2021- 2029 foi adjudicada sob proposta do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas pela Assembleia Ordinária de Acionistas de 2 de abril de 2020.

A função da Entidade de Supervisão nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001 [«**SB**»] não foi transferida para o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, mas é desempenhada por um órgão coletivo separado, nomeado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2021.

[rubricas]



No presente relatório, prestamos contas do que realizámos para cumprir os nossos deveres em conformidade com a lei.

a) Nomeação, autoavaliação e atividades do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas

O mandato do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas em funções à data do presente relatório terminará com a Assembleia de Acionistas convocada para aprovar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

No decurso de 2022, ocorreram várias alterações, tal como descrito em pormenor no Relatório de Governo, na função de Presidente do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, até se chegar à sua composição atual:

- Nicoletta Paracchini, membro permanente nomeada na assembleia de acionistas de 22 de junho de 2022, a quem foi atribuída a presidência;
- Fabrizio Riccardo Di Giusto, membro permanente nomeado na assembleia de acionistas de 25 de março de 2021;
- Paolo Carbone, membro permanente nomeado na assembleia de acionistas de 25 de março de 2021.

A fim de regular a composição, os métodos operacionais e as responsabilidades do órgão de controlo, em conformidade com os princípios estabelecidos pelas leis e regulamentos aplicáveis, bem como pelo Código de Governo Societário que a Empresa segue, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas adotou o seu «Regulamento do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas» atualizado mais recentemente em 21 de julho de 2021.

Para o exercício financeiro de 2022, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas avaliou, sempre que se tornou necessário, a idoneidade dos seus membros e a composição adequada do órgão - relativamente aos requisitos de profissionalismo, competência, integridade, imparcialidade, independência e inexistência de causas de incompatibilidade estabelecidas por lei -, bem como a disponibilidade de tempo e recursos adequados à complexidade do cargo e ao seu bom funcionamento, tendo em conta a dimensão, a complexidade e a natureza das atividades exercidas pelo intermediário. Os membros do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas respeitaram o número máximo de cargos que podem ser exercidos de acordo com o art. 144.º-terdecies do Regulamento dos Emitentes italiano e do Decreto Ministerial italiano n.º 169/2020.

A autoavaliação do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas para 2022 foi efetuada no

no final do exercício, nos termos e para os efeitos do art. 26, n.º 5, da Lei Consolidada da Banca e a Secção VI das Disposições em matéria de Governo Societário contidas na Circular n.º 285 de 2013, na sua versão atualizada, que - recordando os objetivos do processo de autoavaliação estabelecido para a entidade de supervisão estratégica - prevê que «*o organismo com função de controlo realiza igualmente uma autoavaliação da sua composição e funcionamento, inspirada nos objetivos acima enumerados e com base em critérios e métodos coerentes com as suas características*».

A autoavaliação teve ainda em conta o estabelecido nos Estatutos e nos «Regulamentos do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas», bem como as melhores práticas disseminadas ao longo do tempo, incluindo o Código de Governo Societário de 2020, e foi realizada com o apoio de um consultor independente, resultando numa avaliação globalmente positiva e identificando pontos de atenção e melhoria considerados adequados para reforçar o funcionamento efetivo do Órgão.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas participou em sessões de formação organizadas pelo Banco ou pelas associações comerciais e/ou pelas associações profissionais de referência, sobre temas relacionados com o papel e as responsabilidades do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, o governo societário, os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, as demonstrações financeiras do Banco, as normas internacionais de contabilidade, as áreas de negócio do Banco, o combate ao branqueamento de capitais e a regulamentação do setor bancário e financeiro.

#### § § §

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas confirma que, apesar de uma pequena fase de emergência decorrente da pandemia da COVID-19, o Banco continuou a respeitar todas as salvaguardas para evitar a propagação da doença e, no decurso do ano, permitiu a normalização das atividades, em conformidade com regulamentos especiais e com atividades remotas e presenciais.

As atividades do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas foram exercidas de formas que não diminuíram ou prejudicaram o grau de fiabilidade da informação recebida e a eficácia das suas atividades, incluindo através da aquisição de dados e informações em formato eletrónico e da realização de reuniões maioritariamente por vídeo ou audioconferência.

Durante o ano em análise, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas realizou as atividades no âmbito das suas competências, realizando 61 reuniões, com base num Plano Anual de Auditoria partilhado com as Funções de Controlo de segundo e terceiro nível, bem como reuniões adicionais

sobre temas extraordinários.

Com ausências justificadas de vários membros, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, de acordo com a sua composição ao longo do tempo durante 2022, participou nas 22 reuniões com o Conselho de Administração e nas 16 reuniões da Comissão de Controlo e Risco, bem como nas Assembleias de Acionistas de 31 de março de 2022 e de 22 de junho de 2022.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, representado por pelo menos um dos seus membros, participou igualmente em todas as reuniões do Comité de Avaliação das Transações com Partes Relacionadas e Entidades Associadas, da Comissão de Remunerações e da Comissão de Nomeações.

No que respeita aos aspetos no âmbito das suas competências, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas supervisionou igualmente

- A observância da lei e dos estatutos,
- O respeito pelos princípios da boa administração,
- A adequação da estrutura organizacional, do sistema de controlo interno, do sistema administrativo-contabilístico e a fiabilidade deste último para proporcionar uma representação correta das operações da empresa,
- As modalidades de aplicação concreta das regras de governo societário constantes dos códigos de conduta que a Empresa declarou seguir, assegurando igualmente a sua divulgação junto do público,
- A adequação das instruções fornecidas às Subsidiárias nos termos do artigo 114.º, n.º 2, da Lei Consolidada das Finanças.

Durante o ano em análise, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas – que é também a Comissão de Controlo Interno e Auditoria prevista no Decreto Legislativo italiano n.º 39 de 27 de janeiro de 2010 – realizou as verificações que lhe foram atribuídas nos termos do art. 19.º do referido Decreto e do Regulamento (UE) n.º 537/2014.

*b) Observância da lei e dos estatutos*

No exercício das suas atividades de supervisão e controlo, o Conselho de Administração reuniu com a Alta Direção, com as funções de controlo interno (Auditoria Interna, Compliance e Combate ao Branqueamento de Capitais e Gestão de Riscos), com o Responsável de Relato Financeiro e com os Diretores das diversas Divisões e Unidades Organizacionais do Banco, e trocou informações com os Auditores Independentes e com a Entidade de Supervisão.

A participação nas reuniões do Conselho de Administração e na análise de

fluxos de informação elaborados por cada uma das funções operacionais permitiram ao Conselho de Administração obter informações necessárias e úteis em vários setores relativamente ao desempenho operacional geral e à sua evolução previsível, à organização, ao sistema de controlo interno e de gestão de riscos, bem como ao sistema administrativo e contabilístico, a fim de avaliar a sua adequação às necessidades da Empresa e a sua fiabilidade operacional, bem como as transações mais significativas do ponto de vista económico, de capital e financeiro.

Por último, a sua presença nas reuniões do Conselho de Administração e das Comissões do Conselho de Administração e os fluxos de informação enviados aos órgãos sociais permitem confirmar que os atos de gestão praticados, e de que o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas foi informado, estão em conformidade com a lei e com os Estatutos.

*c) Operações e eventos significativos durante o exercício financeiro*

O projeto de Demonstrações Financeiras do BFF Bank S.p.A. submetido à aprovação de V. Exas. é acompanhado pelo Relatório relativo às Operações e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresenta um lucro de 261 438 216 euros em comparação com os 164 289 349 euros no exercício anterior, cuja desagregação exaustiva consta do Relatório relativo às Operações dos Administradores e das Notas às demonstrações financeiras, que devem ser consultados para mais detalhes.

Ao remeter para a descrição das transações mais significativas contidas no Relatório relativo às Operações e no presente relatório, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas destaca alguns acontecimentos significativos ocorridos durante o exercício abaixo:

- i) Em 19 de janeiro de 2022, foi criada a BFF Immobiliare S.r.l., detida a 100 % pelo Banco, como veículo que gere e desenvolve todos os ativos imobiliários detidos pelo Grupo;
- ii) Em 2022, teve início o projeto de construção da «Casa BFF», o edifício que será a nova sede do Banco, situado na zona de Fiera di Milano, reunindo os mais de 500 funcionários que operam atualmente em três locais diferentes;
- iii) Em agosto, pela primeira vez, foi distribuído um dividendo intercalar com base nos resultados semestrais, aprovados pelo Conselho de Administração, e após parecer positivo dos Auditores Independentes;

[rubricas]

- iv) Em outubro, foi adquirido 100 % da MC3 Informatica S.r.l., atualmente BFF TechLab S.r.l., uma empresa de consultoria informática que apoiou o Banco na implementação do sistema central de *factoring* e que irá agora contribuir para a integração vertical das atividades de desenvolvimento relacionadas com a gestão e a evolução do sistema informático do Grupo;
- v) No final do ano, foram concluídas as migrações dos clientes Arca e Anima, após o que o Banco registou uma redução da atividade relativa à Unidade de Negócios de Serviços de Títulos. O Banco adotou novas estratégias para compensar a redução da liquidez e redefiniu a nova estrutura organizacional, implementando um novo processo de reestruturação, que envolve atualmente 19 pessoas.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas salienta também que o Banco continuou em 2022 a contribuir para o Fundo de Garantia de Depósitos (Fundo Interbancário de Proteção de Depósitos, introduzido pela Diretiva 2014/49/UE – Sistemas de Garantia de Depósitos – DGS) no montante de 1415 mil euros numa base obrigatória, bem como para o Fundo Único de Resolução estabelecido pelo Regulamento Europeu n.º 806/2014 (em vigor desde 1 de janeiro de 2016) no montante de 3607 mil euros.

A 16 de julho de 2021, o Banco de Itália, na sua qualidade de Autoridade de Resolução, adotou o Plano de Resolução 2020 para o BFF Banking Group, identificando a resolução como uma estratégia de gestão de crises. Neste contexto, o Banco de Itália, a autoridade de referência para os bancos nacionais menos significativos como o BFF, anunciou, por carta de 18 de agosto de 2022, o início do procedimento MREL para a determinação dos requisitos mínimos de fundos próprios e de passivos elegíveis adicionais relativamente aos determinados pela Autoridade de Supervisão no âmbito do processo de supervisão SREP (cujo resultado sobre a decisão de capital foi formalizado com uma medida a 7 de agosto de 2022).

Em 19 de outubro de 2022, o processo MREL foi concluído e, por carta do Banco de Itália, os parâmetros já propostos foram confirmados e, para completar o quadro do plano de resolução, foram definidos objetivos adicionais.

Em 23 de setembro de 2022, o Banco de Itália emitiu orientações de interpretação mais rigorosas sobre a nova «Definição de incumprimento» [«DoD»] nos termos do Regulamento da UE n.º 575/2013, tal como atualizado, cuja aplicação prática teve um impacto nas exposições vencidas objeto de imparidade, aumentando assim a absorção de capital para cobrir o risco de crédito, mas sem afetar o perfil de risco real. A este respeito, a Empresa, depois de

analisar todos os empréstimos em carteira, iniciou um projeto que permite a adoção de um modelo interno que, de acordo com a Autoridade, pode ser mais representativo do risco de crédito real do Grupo.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas destaca que a percentagem estimada de cobrança de juros de mora a incluir no custo amortizado foi aumentada para 50 % na sequência da atualização das séries cronológicas, realizada observando também que as cobranças no ano de 2022 confirmaram uma percentagem estimada de recuperação muito superior a 45 %, a percentagem utilizada em 2021.

Por outro lado, os prazos médios de cobrança para a totalidade da provisão de juros foram estimados em 2100 dias (1800 em 2021), a fim de ter em conta, de forma prudente, o prazo de cobrança mais longo da totalidade da provisão de juros de mora, que abrandou na sequência da pandemia da COVID-19 devido ao bloqueio das atividades judiciais e à suspensão das medidas de execução.

As duas alterações foram contabilizadas de acordo com a IFRS 15, respeitando os requisitos nela estabelecidos, e geraram um impacto global positivo, líquido da carga fiscal, na demonstração de resultados no valor de 18,6 milhões de euros.

Além disso, o Conselho observa que um acórdão recente do Tribunal Europeu, que constitui a interpretação vinculativa também para as decisões nacionais, confirmou que o montante mínimo de 40 euros a reconhecer aos credores, com base na Diretiva 2011/7/UE, a título de compensação pelas despesas de cobrança, se refere à fatura individual da Administração Pública caducada [«AP»], independentemente de o pedido, incluindo judicial, dos credores incluir várias faturas. O montante desta indemnização, que tem vindo a ser solicitado desde 2018, é normalmente incluído nos acordos de liquidação que o Banco celebra com os seus devedores. Considerando que as percentagens de recuperação destas despesas estão alinhadas com as dos juros de mora, com base nas análises realizadas sobre as séries cronológicas de cobrança, o Grupo decidiu modificar a abordagem da estimativa contabilística nos termos da IAS 8, alinhando-a com a aplicada aos juros de mora, gerando assim um impacto positivo na demonstração de resultados, líquido de impostos, de 68,5 milhões de euros no resultado do exercício de 2022, contra o reconhecimento da provisão constituída ao longo do tempo com base nas taxas de 40 euros a que o direito foi acrescido nessa data.

Nas demonstrações financeiras, os Administradores informaram sobre a adequação de capital do Grupo descrita a nível individual e a nível do Grupo, bem como as razões subjacentes às alterações em relação a 2021.

[rubricas]

Os Capitais Próprios do Banco em 31 de dezembro de 2022 ascendiam a 734,2 milhões de euros, comparado com 516,7 milhões de euros no ano anterior.

Os Fundos Próprios na mesma data e ao nível das demonstrações financeiras separadas, ascendiam a 590,4 milhões de euros, comparado com 428,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021, com uma exposição global aos riscos, em relação à atividade desenvolvida, que é adequada à base de capital e ao perfil de risco identificado.

O rácio de capital CET 1 foi de 11,73 %, comparado com 11,80 % em 2021; o rácio de capital de Nível 1 foi de 15,73 %, comparado com 11,80% em 2021 e o rácio de capital total foi de 15,73 %, comparado com 15,32 % em 2021.

A nível consolidado, os Fundos Próprios ascenderam a 611,9 milhões de euros (em comparação com 481,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021); o Rácio de Capital CET 1 foi de 16,86 %, comparado com 17,63 % em 2021; o Rácio de Capital de Nível 1 foi de 22,33 %, comparado com 17,63 % em 2021 e o Rácio de Capital Total foi de 22,33 %, comparado com 22,16 % em 2021.

*d) Transações atípicas ou invulgares*

O Relatório relativo às Operações dos Administradores, bem como as informações adquiridas durante a participação nas reuniões do Conselho de Administração e as informações recebidas do Presidente e do Presidente da Comissão Executiva [«CEO»], bem como da Administração e das Funções de Controlo e dos auditores independentes, não revelaram a existência de transações atípicas e/ou invulgares.

*e) Transações intra-grupo ou transações com partes relacionadas*

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas fiscalizou o cumprimento das políticas, regulamentos e procedimentos em uso no Banco, bem como a observância dos mesmos.

Os principais documentos de referência para as transações com partes relacionadas consistem nas «Políticas relativas aos controlos internos adotados pelo BFF Group para gestão de conflitos de interesses», atualizadas pela última vez em 30 de dezembro de 2021, e no «Regulamento do Banca Farmafactoring Banking Group para a gestão de transações com pessoas em situação de conflito de interesses», atualizado pela última vez em 27 de outubro de 2022, com o parecer favorável do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, a fim de incluir entre as transações ordinárias as realizadas pelas subsidiárias BFF Immobiliare S.r.l. e BFF TechLab S.r.l.

Durante o exercício em apreço, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas não detetou a existência de transações atípicas ou invulgares realizadas com partes relacionadas,

intragruppo ou com entidades diferentes, nem recebeu indicações nesse sentido do Conselho de Administração ou dos Auditores Independentes.

Na secção específica das Demonstrações Financeiras, encontram-se disponíveis informações relativas às transações com partes relacionadas.

*f) Atividades de supervisão e controlo conduzidas pelo Conselho dos Revisores Oficiais de Contas em relação às tarefas que lhe foram atribuídas na sua qualidade de «Comissão de Controlo Interno e Auditoria».*

De acordo com o art. 19.º, n.º 1, do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto Legislativo italiano n.º 135/2016, bem como pelo Regulamento (UE) n.º 537, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, na sua qualidade de ICAC, realizou avaliações autónomas sobre estruturas organizacionais destinadas a implementar plenamente as disposições regulamentares que visam, em particular, reforçar a qualidade da auditoria e a independência dos auditores independentes, a fim de melhorar a confiança do mercado e dos investidores nos relatórios financeiros.

Durante o ano, a ICAC manteve uma interação contínua com os auditores independentes, atribuindo particular ênfase à verificação do cumprimento continuado do requisito de independência por parte dos auditores independentes e à troca de informações com o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, relativamente às várias responsabilidades e tipos de controlo.

No que diz respeito à atividade de auditoria contabilística, durante as inúmeras reuniões realizadas com a KPMG, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas:

- (i) obteve informações sobre as auditorias realizadas, bem como sobre a escrituração contabilística adequada das contas da Empresa e sobre os relatórios adequados das operações de gestão nos registos contabilísticos;
- (ii) recebeu dos auditores independentes, nos termos do art. 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, o Relatório Adicional para a ICAC, que revelou um potencial aumento dos riscos de erros significativos relacionados com as perdas de crédito esperadas e o justo valor dos instrumentos financeiros devido ao maior grau de incerteza decorrente do conflito Rússia-Ucrânia, que foram avaliados com a participação de especialistas em riscos financeiros, resultando numa extensão dos procedimentos de auditoria; este descreve a importância, o plano de auditoria e o âmbito de consolidação, a metodologia utilizada, o resumo dos riscos e os principais



aspectos da auditoria. A partir destas considerações, concluiu-se que: i) não existem deficiências significativas no sistema de controlo interno relativamente ao processo de relato financeiro; ii) não foram comunicados ao CICV casos de fraude ou de suspeita de fraude; iii) não foram identificadas questões consideradas significativas relativamente a casos de incumprimento, real ou alegado, de leis, regulamentos ou disposições estatutárias; iv) não foram encontradas dificuldades significativas no decurso da auditoria; v) não foram identificados erros significativos; vi) não existiam aspetos a comunicar relativamente à contabilidade da empresa e ao relato adequado das operações de gestão;

- (iii) Reconhecendo que não surgiram aspetos significativos a comunicar no que respeita às disposições do Regulamento Delegado da UE 2019/815 «Normas técnicas de regulamentação sobre a especificação de um formato eletrónico único de comunicação de informações» (ESEF).

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas recebeu dos auditores independentes, nos termos do art. 6.º, n.º 2, alínea a) do Regulamento (UE) n.º 537/2014 e do parágrafo 17 da ISA Itália 260, a confirmação da sua independência, na qual os auditores declaram ter respeitado os princípios éticos nos termos dos arts. 9 e 9-A do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010 e que não identificaram situações que comprometessem a sua independência, nem o Banco identificou situações suscetíveis de a comprometer.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas também examinou os relatórios elaborados pelos auditores independentes KPMG S.p.A. emitidos a 23 de março de 2023. A atividade dos auditores independentes integra o quadro geral das Funções de Controlo estabelecidas pelos regulamentos com referência ao processo de relato financeiro.

O texto do Relatório de Auditoria inclui igualmente os Aspetos Principais da auditoria, ou seja, os aspetos considerados mais significativos no contexto da auditoria das demonstrações financeiras separadas e das demonstrações financeiras consolidadas.

No que diz respeito aos pareceres e certificações, os Auditores Independentes procederam da seguinte forma no Relatório de Auditoria às demonstrações financeiras:

- Emitiram um parecer em que as demonstrações financeiras separadas e as demonstrações financeiras consolidadas do BFF Bank S.p.A. e do BFF Banking Group, respetivamente, apresentam de forma verídica e legítima a situação financeira do Banco e do Grupo em 31 de dezembro de 2022, os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com

as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, bem como as medidas tomadas em aplicação do artigo 9.º do Decreto Legislativo italiano n.º 38/2005 e art. 43.º do Decreto Legislativo italiano n.º 136/2015.

- Emitiram um parecer sobre a consistência, demonstrando que os Relatórios dos Administradores relativos às Operações que acompanham as demonstrações financeiras separadas e as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022, e algumas informações específicas contidas no «Relatório sobre a Governação Corporativa e a Estrutura de Propriedade» indicado no art. 123.º-A, n.º 4, da Lei Consolidada das Finanças, cuja responsabilidade cabe aos administradores, foram elaborados em conformidade com a lei;
- Emitiram uma avaliação da conformidade com as disposições do Regulamento Delegado (EU) 2019/815 das demonstrações financeiras separadas e das demonstrações financeiras consolidadas em formato XHTML e a marcação das demonstrações financeiras consolidadas, em todos os seus aspetos significativos;
- Com referência a quaisquer erros importantes no Relatório relativo às Operações dos Administradores, com base no conhecimento e compreensão da Empresa e respetiva informação adquirida durante a auditoria, declararam que não tinham nada de digno de nota a relatar.

Por seu lado, relativamente à identificação dos Aspetos Chave, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas pode comprovar a sua relação com: i) o reconhecimento de juros de mora sobre empréstimos produtivos e valores a receber deteriorados adquiridos a título definitivo; ii) o reconhecimento da indemnização de montante fixo de cobrança de dívidas (40 euros); iii) a recuperabilidade do valor dos investimentos em capitais próprios em subsidiárias reconhecidos nas demonstrações financeiras; iv) a avaliação de ativos intangíveis com uma vida útil definida e indefinida.

A este respeito, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas tomou nota dos procedimentos de auditoria delineados pelos auditores independentes em resposta aos Aspetos Chave, acordando as medidas a serem tomadas para mitigar quaisquer riscos associados aos mesmos.

Os Auditores Independentes também emitiram, nos termos do art. 3.º, n.º 10, do Decreto Legislativo Italiano n.º 254/2016 e art. 5.º da Resolução 20267/2018 do Regulamento da Consob, o «Relatório dos auditores independentes sobre a divulgação não financeira consolidada», no qual declaram, com base no trabalho realizado, que não tiveram conhecimento de quaisquer indícios que sugiram que a Divulgação Não Financeira Consolidada

relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi elaborada, em todos os aspetos significativos, de acordo com os requisitos dos art. 3.º e 4.º do Decreto Legislativo italiano n.º 254/2016 e das Normas de Relatórios de Sustentabilidade da Iniciativa GRI definidas pela GRI - Global Reporting Initiative.

g) Independência do auditor

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas fiscalizou a independência dos auditores independentes através de um acompanhamento constante das atividades dos auditores, quer no que se refere aos Serviços de Auditoria, quer no que se refere aos Serviços não relacionados com a Auditoria, preventivamente sujeitos a avaliações e à emissão de parecer pela ICAC, de forma a excluir, entre estes, a presença de serviços considerados proibidos pelo art. 5.º do regulamento supracitado.

No decurso de 2022, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas realizou as suas próprias avaliações independentes sobre os riscos potenciais para a independência dos auditores independentes e as salvaguardas aplicadas nos termos do art. 22.º ter da Diretiva 2006/43/CE, fazendo também referência ao «Regulamento do Grupo para a Aprovação dos chamados "Serviços não relacionados com a auditoria" a serem concedidos à empresa encarregada da auditoria externa das contas», atualizado pela última vez em 28 de julho de 2021, que define os princípios gerais e os procedimentos operacionais em relação à atribuição de Serviços não relacionados com a auditoria, conferidos aos Auditores Independentes do Grupo e à respetiva Rede, e que determinam, sobretudo:

- Que os Serviços não relacionados com a Auditoria não fazem parte dos serviços proibidos, tal como definidos no art. 5.º, n.º 1, do Regulamento da UE, salvo disposição em contrário dos Estados-Membros;
- As razões para a nomeação da KPMG ou entidades da sua rede pela direção da Entidade de Interesse Público (o Banco, nos termos do art. 16.º do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010);
- que os honorários solicitados pareciam ser determinados de modo a garantir a qualidade e fiabilidade do trabalho, e eram de molde a não dar azo a possíveis riscos para a independência do auditor.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas examinou o Relatório sobre a independência dos auditores independentes, nos termos do art. 6.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) 537/2014 e nos termos do parágrafo 17 do ISA Italia 260, emitido por este último a 23 de março de 2023, o que demonstra que nenhuma situação comprometeu a sua

independência e que não existem causas de incompatibilidade, nos termos dos art. 10.º e 17.º do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010 e dos art. 4.º e 5.º do Regulamento Europeu 537/2014.

As demonstrações financeiras especificam, em conformidade com o artigo 149º-*duodecies* do Regulamento dos Emitentes do CONSOB (resolução n.º 11971 de 14 de maio de 1999, conforme alterada) os honorários para o ano de 2022 por serviços de auditoria e não relacionados com a auditoria prestados pelos auditores independentes e outras empresas da sua rede.

Importa também recordar que o Banco contratou a KPMG S.p.A.(i) para efetuar uma auditoria limitada da Divulgação Não Financeira Consolidada [«NFD»], nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 254/2016 relativo ao ano de 2022, uma atividade categorizada como um serviço de auditoria; (ii) realizar atividades de auditoria e de garantia sobre os dados disponibilizados por uma empresa terceira sujeita a uma eventual aquisição. Na opinião da ICAC, estas atividades não influenciaram a independência do auditor.

Em relação ao acima exposto, em relação às tarefas atribuídas à KPMG e à sua rede pelo BFF Bank S.p.A. e pelas empresas do Grupo, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas não acredita que existam quaisquer aspetos críticos relativamente à independência do Auditor.

*h) Respeito pelos princípios da boa administração*

Os elementos obtidos durante o exercício e descritos de forma resumida no presente relatório permitem ao Conselho dos Revisores Oficiais de Contas afirmar que as operações realizadas foram inspiradas no respeito pelos princípios da boa administração, aprovadas e realizadas em conformidade com a lei e os estatutos e, ainda, excluir que quaisquer operações realizadas tenham sido manifestamente imprudentes ou arriscadas, contrárias às resoluções aprovadas pela Empresa ou suscetíveis de comprometer a integridade do seu património.

*i) Processo administrativo, contabilístico e de informação financeira*

O art. 19.º do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010 prevê que a ICAC é responsável pelo acompanhamento do processo de informação financeira e pela elaboração de recomendações ou propostas para assegurar a sua integridade, bem como pelo acompanhamento da eficácia dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos no que diz respeito à informação financeira.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas tomou nota de que o Conselho de Administração do BFF Bank S.p.A., em conformidade com as disposições da Lei italiana n.º 262 de 28 de dezembro de 2005 e do art. 154.º-A da Lei Consolidada das Finanças, estabeleceu na sua estrutura de governação a função de Responsável de Relato Financeiro e aprovou o Regulamento de Funcionamento do Responsável de Relato Financeiro e a Nota Metodológica do Responsável de Relato Financeiro.

Devido à subsequente expiração, em 30 de setembro de 2022, do mandato do Responsável de Relato Financeiro, Claudio Rosi, o Conselho de Administração nomeou Giuseppe Manno para o substituir, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2022, após obter o parecer favorável da Comissão de Controlo e Risco, da Comissão de Nomeações e do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, obtendo a confirmação da sua aptidão para o cargo por parte do Banco de Itália, numa carta datada de 8 de agosto de 2022.

Quanto às tarefas atribuídas ao Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, durante o ano monitorizou o trabalho da Função do Responsável de Relato Financeiro com quem realizou reuniões regulares, examinando o modelo de referência estruturado de acordo com as melhores práticas de mercado (Relatório COSO) capaz de proporcionar uma certeza razoável sobre a fiabilidade do processo de relato financeiro, bem como sobre a eficácia e eficiência das operações, em conformidade com as leis e regras internas.

Em particular, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas mostrou como o Banco escolheu o modelo de controlo «misto» como adequado para garantir o acompanhamento do Sistema de Controlo Interno em relatórios financeiros periódicos baseados nas características do Grupo, com uma aplicação diversificada destes às Subsidiárias que, para a realização das atividades planeadas, exigem:

- A identificação preliminar do âmbito das atividades («delimitação do âmbito») com controlos diretos para a Empresa-mãe e para o BFF Finance Iberia S.A.U. [« BFF ES»] e controlos indiretos sobre a subsidiária BFF Polska S.A. [« BFF PL»] através de um recurso local que reporta hierarquicamente ao Diretor Financeiro da subsidiária e funcionalmente à estrutura do Responsável de Relato Financeiro da empresa-mãe;
- A identificação das auditorias ao sistema de controlo interno [«SCI»], avaliado como um todo ao nível da governação e da Entidade [«**Controlos a nível da entidade**» ou «**ELCs**»], salientando que, ao nível da empresa, todos os aspetos a melhorar sugeridos anteriormente foram corrigidos e que, em termos de conformidade geral

com os requisitos estabelecidos pelo modelo de controlo, o nível global de adequação é «Médio Alto»;

- A realização de controlos de adequação e eficácia do SCI ao nível dos processos («abordagem direta»);
- A análise dos resultados das atividades de auditoria realizadas pelas Funções de Controlo do Grupo, a fim de identificar quaisquer elementos úteis para a avaliação fornecida pelo SCI sobre os riscos de distorção financeira;
- A identificação de quaisquer questões críticas, avaliadas com base no seu impacto em termos de risco residual e de potenciais impactos nos resultados, e o início de medidas corretivas para colmatar quaisquer lacunas identificadas;
- O controlo e o acompanhamento das medidas corretivas, sob reserva de um relatório específico ao Presidente da Comissão Executiva.

As atividades acima descritas são preparatórias para a emissão da certificação nos termos do artigo 81.º-ter do Regulamento Consob n.º 11971, de 14 de maio de 1999, alterado, assinada pelo Presidente da Comissão Executiva e pelo Responsável de Relato Financeiro, e deve garantir a adequação e a aplicação efetiva dos procedimentos administrativos e contabilísticos para a preparação das demonstrações financeiras, com o objetivo de confirmar a correspondência dos documentos contabilísticos da empresa com os resultados dos livros contabilísticos e a sua adequação para representação de forma verídica e legítima da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas teve oportunidade de analisar o resultado das auditorias em que se verificou, em diversos domínios, que a situação foi, na generalidade, acompanhada, não existindo aspetos críticos ou insuficiências suscetíveis de afetar o juízo sobre a adequação e a aplicação efetiva dos procedimentos administrativos e contabilísticos, embora existam áreas a melhorar em relação às quais devem ser tomadas medidas corretivas.

Além disso, no que diz respeito às subsidiárias adquiridas em 2022, a BFF Immobiliare S.r.l. não foi considerada no âmbito dos controlos devido ao seu baixo grau de importância, enquanto a BFF Techlab S.r.l., consolidada linha a linha nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2022, será testada no segundo trimestre de 2023.

Por conseguinte, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, no que se refere à estrutura e ao conteúdo dos relatórios periódicos elaborados pelo Responsável de Relato Financeiro, quando o Relatório Financeiro Semestral, as Demonstrações Financeiras Separadas e das Demonstrações

Financeiras Consolidadas foram elaborados, considera que as atividades desenvolvidas para avaliar a adequação e a aplicação efetiva dos processos e procedimentos funcionais ao relato financeiro do Grupo são adequadas para justificar a certificação solicitada ao Presidente da Comissão Executiva e ao Responsável de Relato Financeiro, nos termos do art. 154.º-A da Lei Consolidada das Finanças.

*j) Divulgação não financeira consolidada*

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas supervisionou o cumprimento das disposições estabelecidas pelo Decreto Legislativo italiano n.º 254/2016 e examinou a Divulgação Não Financeira relativa ao exercício financeiro de 2022, verificando a sua conformidade com as disposições que regem a sua elaboração nos termos do referido Decreto.

Em particular, reconhece que, em conformidade com as novas Normas de Relato de Sustentabilidade da GRI emitidas em 2021 e aplicáveis a partir da Divulgação Não Financeira de 2022, o Banco elaborou o documento «de acordo» com todos os requisitos de relato estabelecidos, fornecendo uma divulgação completa para cada tópico material.

O Banco atualizou a sua análise de materialidade de acordo com a GRI 3, iniciando a adoção do conceito de dupla materialidade estabelecido pelo EFRAG, de modo a incluir tanto a Materialidade de Impacto como a Materialidade Financeira, e aumentou a divulgação sobre a conformidade regulamentar e as consequentes melhorias a implementar, reportando também informações relativas à Elegibilidade para a Taxonomia.

Em 28 de julho de 2022, o Conselho de Administração aprovou a criação de um Comité ESG, enquanto órgão de gestão com funções de proposta e aconselhamento do CEO. Iniciou também um processo de envolvimento com as principais agências de notação financeira ESG, a fim de incentivar uma melhoria do desempenho graças a iniciativas substanciais e não apenas formais. O Grupo aprovou a Política de Diversidade e Inclusão em dezembro de 2022.

Tal como mencionado acima, os auditores independentes KPMG emitiram um parecer positivo. Para todas as questões não abordadas, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas remete o leitor para a Divulgação Não Financeira de 2022.

*k) Adequação da estrutura organizacional*

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas supervisionou a adequação da estrutura organizacional.

Verificou que é adequadamente acompanhada pelo órgão de gestão e pelo Conselho de Administração, bem como sujeita a atualizações periódicas para a tornar mais eficiente e eficaz em relação às necessidades emergentes devido a tendências económicas, requisitos empresariais, dinâmicas de mercado e desenvolvimentos regulamentares.

O organograma da Empresa identifica claramente as linhas de responsabilidade, desagregando-as até às funções mais operacionais, e é periodicamente revisto e atualizado pelo Órgão de Administração com o apoio dos gabinetes responsáveis. O organograma representa ainda as funções das estruturas individuais que se refletem na representação das delegações e poderes atribuídos a um nível adequado de competências e responsabilidades, com o objetivo de uma separação de funções adequada.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas constatou que, durante o ano de 2022, prosseguiu o processo de integração do antigo DEPOBank Banca Depositaria Italiana S.p.A., nomeadamente no que se refere aos aspetos relacionados com a simplificação da estrutura organizacional, a regulamentação interna e a harmonização e implementação do sistema informático.

Tendo ainda em conta o exposto em secções anteriores deste Relatório, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas entende que a estrutura organizacional do Banco é, de uma forma geral, substancialmente adequada em termos de dimensão e de características operacionais e requer acompanhamento contínuo e a realização de medidas de melhoria em consonância com as complexidades decorrentes do crescimento do Grupo em termos de dimensão e diversificação operacional e dos riscos a que está exposto.

*l) Instruções fornecidas às subsidiárias*

O Banco, como Empresa-mãe e ponto de referência para a Autoridade de Controlo, no exercício das suas atividades de gestão e coordenação, emitiu as várias instruções às Subsidiárias necessárias para a aplicação das instruções gerais e especiais emitidas pelo Banco de Itália no interesse da estabilidade do Grupo, nos termos do art. 61, n.º 4 da Lei consolidada da atividade bancária e da Circular n.º 285/2013.

As relações com as subsidiárias são definidas nos «Regulamentos Intragruppo» e as instruções são fornecidas pelas Funções individuais, a fim de atualizar as subsidiárias sobre os regulamentos internos que lhes são aplicáveis e as informações necessárias para o pacote de relato, cujas principais atividades são realizadas de forma



centralizada.

Recordando que não existem órgãos de controlo equivalentes nas empresas estrangeiras do Grupo, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas procedeu sempre a uma análise aprofundada no âmbito de reuniões periódicas com as funções de controlo das empresas do Banco. A este respeito, é importante recordar que as funções de controlo têm responsabilidade direta pelas suas respetivas estruturas análogas em relação ao BFF Finance Iberia S.A.U., na medida em que são destinatários de relatórios funcionais pelas funções similares correspondentes do BFF Polska Group.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas considera que as instruções emitidas pelo Banco às suas subsidiárias são, no geral, adequadas, inclusive para efeitos de fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações de divulgação exigidas por lei, nos termos do art. 114.º, n.º 2, da Lei Consolidada das Finanças.

*m) Adequação do sistema de controlo interno e de gestão de riscos*

O sistema de controlo interno é definido como o conjunto de diretivas, procedimentos e práticas operacionais adotados pela empresa para atingir os objetivos que se seguem, através de um processo adequado de identificação, mensuração, gestão e acompanhamento dos principais riscos:

- Objetivos estratégicos, para garantir a conformidade das decisões do Órgão de Administração com as diretivas recebidas e com o objetivo que a Empresa e o Grupo pretendem atingir, bem como com a proteção dos interesses das partes interessadas;
- Objetivos operacionais, destinados a garantir a eficácia e a eficiência das atividades da empresa;
- Objetivos de informação, destinados a garantir a fiabilidade e a credibilidade dos dados;
- Objetivos de conformidade, para garantir a conformidade das atividades empresariais com as leis e regulamentos em vigor.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas confirma ainda que manteve reuniões periódicas com o Presidente da Comissão Executiva responsável pelo SCI e com as Funções de Controlo Corporativo - Auditoria Interna, Compliance e CBC, Gestão de Riscos, a Função do Responsável de Relato Financeiro e dos auditores independentes KPMG -, para além da sua participação constante nos trabalhos da Comissão de Controlo e Risco.

Reconhece a extensa divulgação prestada ao Conselho de Administração pelo Presidente da Comissão Executiva sobre o estado de implementação das resoluções do Conselho de Administração e os progressos realizados nas atividades destinadas a atingir os objetivos estratégicos. O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas verificou que cada empresa do Grupo tinha adotado um sistema de controlo interno coerente com a estratégia e a política do Grupo, especialmente no que diz respeito às filiais estrangeiras, para as quais, em conformidade com as restrições locais, foram postas em prática iniciativas para assegurar, em geral, normas e controlos organizacionais adequados. Já foram realizadas novas iniciativas de reforço, incluindo como resultado das inspeções da Autoridade de Supervisão realizadas no decurso de 2021, bem como à luz da maior complexidade decorrente do crescimento e da diversificação operacional do Grupo.

A este respeito, importa uma vez mais recordar que, na qualidade de Empresa-mãe do BFF Banking Group, o BFF Bank S.p.A. desempenha as funções de gestão e coordenação, bem como de controlo unitário do BFF Finance Iberia S.A.U., BFF Polska S.A., BFF Immobiliare S.r.l. E BFF TechLab S.r.l., em conformidade com os «Regulamentos Intragrupo», que definem a arquitetura organizacional, os objetivos e o conteúdo das atividades de gestão, coordenação e controlo, e outros Regulamentos do Grupo destinados a reger melhor a aplicação da legislação relevante.

Com efeito, no sistema de controlo interno, assume particular importância a estrutura regulamentar do Banco e do Grupo e a constante atualização das políticas e regulamentos; nomeadamente em 2022: i) o Modelo de Organização, Gestão e Controlo nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001 e o Código deontológico foram atualizados; ii) o regulamento do Grupo relativo à luta contra o branqueamento de capitais e o terrorismo foi atualizado; iii) a política de gestão dos riscos de compliance foi atualizada; iv) a política de Diversidade e Inclusão foi atualizada; v) o Regulamento do Comité de Gestão ESG foi aprovado; vi) o Regulamento Intragrupo foi atualizado; viii) o procedimento de negociação interna foi atualizado; viii) o Procedimento de manutenção e atualização dos registos das pessoas com acesso a informações significativas e privilegiadas foi atualizado; ix) o Procedimento interno de gestão e divulgação externa de informações privilegiadas foi atualizado; x) a Política de remuneração e incentivos para 2022 foi aprovada; xi) o Regulamento de gestão de transações com pessoas em situação de conflito de interesses foi atualizado; xii) o Regulamento de Crédito foi atualizado; xiii) o Regulamento do Comité de Crédito foi atualizado; xiv) o Regulamento da Função de Gestão do Risco do Grupo foi atualizado; xv) a Política de

Divulgação de Informação do Pilar 3 do Grupo foi atualizada; xvi) o Regulamento-Quadro relativo aos Testes de Esforço foi atualizado.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas tomou igualmente conhecimento das atividades desenvolvidas pelo Órgão de Fiscalização designado para garantir a adequação, a observância e a atualização do modelo de organização e de gestão nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/01 e, no decurso das reuniões periódicas, confirmou o cumprimento dos requisitos de eficácia e de independência por parte dessa entidade, trocou informações sobre os mecanismos de supervisão do Banco, os controlos realizados e os resultados obtidos, e obteve a confirmação da exatidão e da periodicidade dos fluxos de informação que lhe devem ser enviados.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas também verificou o cumprimento por parte do Banco das suas obrigações de correspondência e de envio de informações aos Órgãos de Fiscalização.

As atividades resultantes das inspeções realizadas pela Autoridade de Supervisão durante o ano e com base no Plano de Remediação consequentemente elaborado no final de 2021 foram constantemente acompanhadas, atualizadas e comunicadas trimestralmente ao Conselho de Administração. Os objetivos previstos no plano estão em fase de conclusão, sem prejuízo de algumas atividades que devem ser replaneadas no âmbito do desenvolvimento do sistema informático, mas também na sequência de aditamentos e de implementações tornados necessários por desenvolvimentos previstos pelo Banco, por alterações regulamentares ou por discussões posteriores com a Autoridade.

Com base nas atividades desenvolvidas e nas informações obtidas, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas considera que, globalmente, não existem questões críticas suscetíveis de afetar a estrutura do SCI, salientando, em todo o caso, o contexto alargado em que devem ser aplicadas as avaliações, ainda em curso, do sistema de governo societário e dos mecanismos de controlo e equilíbrio sujeitos à observação do Banco de Itália.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas fiscalizou a adequação do sistema de gestão de riscos, examinando os relatórios periódicos das Funções de Controlo e as informações periódicas fornecidas, bem como os resultados das atividades de controlo e as medidas tomadas para implementar as medidas corretivas identificadas e através da participação nas reuniões do Comité de Controlo e Riscos.

O Grupo adotou um quadro de referência estruturado, através da implementação de um processo regulado por regulamentos internos específicos do quadro de apetência pelo risco [«RAF»].”]

que é avaliado pelo Conselho de Administração de acordo com o modelo de negócio e o Plano Estratégico e prevê a aprovação de objetivos de risco, limites de desencadeamento do risco e limites de tolerância.

A este respeito, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas supervisionou, dentro dos limites do seu mandato, a exaustividade, adequação, funcionalidade e fiabilidade do RAF, avaliando também as alterações ao quadro durante o ano em análise em relação à evolução em termos de métrica e calibração dos limites de risco, a fim de incorporar alterações iguais nos modelos de negócio do Banco, ou em consideração das indicações regulamentares.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas verificou que o Conselho de Administração definiu as diretrizes para o sistema de controlo interno (SCI), assegurando que os principais riscos corporativos são identificados, geridos e acompanhados de forma adequada. Em particular, avaliou os tipos de riscos a um nível consolidado e aprovou a sua assunção de forma estruturada para todas as entidades do Grupo e para todos os países em que o Grupo opera.

Globalmente, o sistema de controlo e gestão de riscos parece ser consistente com o quadro legal e regulamentar e com a estrutura organizacional do Grupo. Com base no Plano de Remediação acima referido, o Banco identificou medidas corretivas que tiveram impacto nas atividades e metodologias adotadas pelas funções de controlo, com particular referência à Função de Gestão do Risco e à Função de Auditoria Interna. Estas medidas foram necessárias para assegurar o alinhamento do SCI com as complexidades decorrentes do crescimento em termos de dimensão e da diversificação das atividades do Grupo.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas tem acompanhado constantemente, inclusive para o ano 2022, as atividades levadas a cabo pelas Funções de Controlo, dando conta dos aspetos mais importantes e dos resultados dos controlos efetuados, em relação aos quais devem ser observados os seguintes aspetos.

A 29 de abril de 2022, o Conselho de Administração do BFF Bank S.p.A. aprovou o Relatório «ICAAP/ILAAP 2021», analisando as várias considerações das Funções de Controlo e da Comissão de Controlo e Riscos.

Para o efeito, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas avaliou o processo ICAAP/ILAAP adotado pelo Banco, tal como estruturado em conformidade com as disposições regulamentares sobre a matéria. Este concordou com as observações tecidas pelas Funções de Controlo sobre as iniciativas propostas que, sob reserva de um aperfeiçoamento dos cenários de *stress*, do acompanhamento dos impactos e riscos associados aos novos regulamentos ESG e da inclusão destes

riscos associados ao quadro do ICAAP, se destinam a estabelecer uma estrutura sólida e segura de apoio aos processos de controlo e governação do risco baseados na nova configuração do Grupo.

No decurso da sua análise aprofundada, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas verificou a coerência com o modelo empresarial do Grupo, o RAF, o processo ICAAP, bem como a estrutura geral do Banco.

Em 29 de abril de 2022, o Conselho de Administração do Banco aprovou o «Plano de Recuperação do BFF Banking Group» [*«Plano de Recuperação»*], conforme exigido pelo Banco de Itália.

O Conselho de Administração expressou igualmente as suas considerações sobre o Relatório Anual de 2021 sobre «Funções críticas ou importantes externalizadas» [*«CIF»*] elaborado pela Função de Auditoria Interna, manifestando parecer favorável à sua aprovação na reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2022.

No contexto das atividades realizadas pela Função de Luta contra o Branqueamento de Capitais, com referência à legislação de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas tem acompanhado constantemente as referidas atividades, bem como o resultado das verificações *ex post*, em relação às quais não foram relatadas situações particularmente críticas. O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas analisou igualmente a autoavaliação dos riscos relacionados com o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

A este respeito, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas observou que, na opinião do Diretor da Função, a avaliação global do risco residual de branqueamento de capitais do Grupo deve ser considerada «baixa».

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas verificou ainda a exaustividade, adequação, funcionalidade e fiabilidade do Plano de Continuidade do Negócio, cujos riscos residuais considerados «Médios Altos» são inerentes às questões críticas ligadas às soluções tecnológicas de continuidade operacional de um fornecedor. O Conselho de Administração aprovou o Plano de continuidade operacional em 22 de dezembro de 2022, aceitando esse risco residual e identificando as medidas a tomar com urgência, a fim de acompanhar e reduzir o risco residual.

Na mesma data, foi aprovado o «*documento de orientação estratégica das TIC*», que define os métodos de gestão e de melhoria do sistema informático da empresa para cobrir as necessidades atuais e futuras do Grupo, documento atualizado à luz das alterações

que ocorreram, bem como as prioridades e os objetivos, também com referência ao plano estratégico para as TIC 2021-2023.

À luz da 40.ª atualização da Circular 285/2013, publicada em 2 de novembro de 2022, o ano em curso será fundamental para definir a infraestrutura de TIC e obter as competências especializadas necessárias para desempenhar as funções de garantia.

À data de relato, no que se refere à atual crise geopolítica Rússia-Ucrânia, que representa um fator de instabilidade e influencia a situação macroeconómica europeia e mundial, note-se que o Grupo tem vindo a acompanhar constantemente os riscos a que pode estar exposto.

A Parte E das demonstrações financeiras separadas e consolidadas inclui «Informação sobre riscos e políticas de cobertura relacionadas com o risco».

Ao realizar as auditorias relevantes, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas prosseguiu o seu diálogo constante com a Função de Auditoria Interna, inclusive durante o ano em análise, partilhando os resultados das atividades de verificação realizadas, tanto no que diz respeito à Empresa-mãe como às sociedades participadas individuais.

A este respeito, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas pôde constatar que as atividades planeadas pela Função de Auditoria Interna para o ano de 2022 abrangiam o âmbito das atividades que a Função se tinha comprometido a realizar.

O Plano de Auditoria, preparado numa base trienal para o período 2022-2024, prevê um planeamento de atividades orientado para o processo de acordo com uma abordagem baseada na avaliação de riscos. Este é revisto e/ou complementado anualmente e submetido à aprovação do Conselho de Administração, após exame pela Comissão de Controlo e Riscos, com partilha prévia com o Presidente do Conselho de Administração, o Presidente da Comissão Executiva, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas e o Órgão de Fiscalização 231/2001.

O Conselho de Revisores Oficiais de Contas analisou o Plano de Auditoria do Grupo para o triénio 2022-2024, observando, em particular no que diz respeito às subsidiárias estrangeiras, que:

i) para o BFF Polska Group, os relatórios relativos às auditorias – cujos resultados estão incluídos no *Tableau de Bord* da Função de Auditoria Interna da Empresa-mãe – são partilhados pela Função de Auditoria Interna local com os órgãos sociais do BFF Polska S.A. e transmitidos à Função de Auditoria Interna da Empresa-mãe, que envolve, quando necessário, e para assuntos dentro da sua área de competência, as Funções da Empresa em questão; ii) para o BFF Finance Iberia S.A.U., os resultados das verificações realizadas pela Função de Auditoria Interna da Empresa-mãe

com base num contrato de prestação de serviços específico, são enviados antecipadamente ao Conselho de Administração da subsidiária e incluídos no *Tableau de Bord* da Função de Auditoria Interna da Empresa-mãe.

Com um resultado positivo, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas analisou a atualização do «*Manual da Auditoria Interna*» do Grupo, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2022.

Importa salientar que a Função de Auditoria Interna também é responsável pelo sistema interno de denúncia de irregularidades, matéria em que não foram recebidas denúncias durante o exercício de 2022.

n) *Políticas de remuneração*

As políticas de remuneração do Grupo são regidas pela Política de Remuneração e Incentivos para os membros dos órgãos de supervisão estratégica, gestão e controlo, bem como para os funcionários [a «**Política**»], elaborada em conformidade com as disposições do Título IV, Capítulo 2 das Disposições de Supervisão para bancos, com o objetivo de incorporar as inovações introduzidas neste domínio pela Diretiva 2019/878/UE (DRFP V) e as Diretrizes da Autoridade Bancária Europeia em aplicação da Diretiva (EBA/GL/2021/04). O Banco também teve em conta na sua Política as atualizações do Código de Governo Societário, com exceção das disposições sobre a propriedade de ações, considerando mais adequado aplicar o estabelecido nas Disposições de Supervisão.

A Política atualmente em vigor, disponível no sítio Web do Banco, e que deve ser consultada para mais detalhes, foi aprovada pela Assembleia de Acionistas em 31 de março de 2022 com as fórmulas predefinidas para a determinação dos montantes reconhecidos no âmbito dos acordos com os funcionários.

Em conformidade com as Disposições de Supervisão, em janeiro e fevereiro de 2022, a Função de Auditoria Interna realizou uma auditoria específica para verificar a conformidade das práticas de remuneração e de incentivos com as políticas adotadas pelo Grupo, bem como com as diretrizes sobre a matéria fornecidas pela Assembleia de Acionistas. Com base nas suas conclusões, a Função de Auditoria Interna considerou que as políticas de remuneração para o ano de 2021 foram corretamente aplicadas, embora tenham continuado a ser identificadas algumas áreas de melhoria no respetivo processo.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas verificou o procedimento que caracterizou a

preparação do Relatório Anual sobre a política de remuneração e os honorários pagos aos órgãos de supervisão estratégica, gestão e controlo e ao pessoal do BFF Banking Group, como parte da divulgação exigida nos termos do art. 123.º-B do Decreto Legislativo italiano n.º 58 de 1998 e do art. 84.º-C do Regulamento dos Emitentes, que está dividido em duas secções:

- A primeira contém a política de remuneração do BFF Banking Group para o ano 2023 e será submetida a aprovação na próxima Assembleia de Acionistas;
- A segunda descreve os métodos com que a política de remuneração em vigor em 2022 foi implementada durante esse ano, fornecendo um saldo final da remuneração efetivamente paga.

*o) Relatórios, petições, omissões ou ações censuráveis, pareceres emitidos e iniciativas tomadas*

Durante 2022, e até à data de preparação deste relatório, não foram recebidas quaisquer denúncias nos termos do art. 2408.º do Código Civil italiano.

O Grupo recebeu queixas e denúncias durante o ano, que foram geridas e periodicamente comunicadas pela Função de Conformidade e CBC. O número de queixas aceites é marginal em relação à atividade desenvolvida. Não foram recebidas quaisquer denúncias de acontecimentos censuráveis.

Os acontecimentos e relatos realizados pelo Conselho dos Revisores Oficiais de Contas na sua anterior composição foram já descritos no Relatório do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021, para o qual o Conselho remete para mais informações.

De qualquer modo, o Conselho refere que:

- A CONSOB deu início a um procedimento por alegadas violações das obrigações de divulgação de informações ao mercado previstas no art. 17.º do MAR e art. 114.º, n.º 1, da Lei Consolidada das Finanças. Em 20 de março de 2023, após a apresentação pelo Banco dos seus memorandos e contra-argumentos, a Consob notificou o Banco da aplicação de uma coima de 15 000,00 euros. O Banco dispõe de 30 dias, a contar da data de notificação, para recorrer desta medida;
- no segundo semestre de 2022, o Banco de Itália (i) iniciou um processo de sanções nos termos do art. 145.º da Lei Consolidada da Atividade Bancária relativa à alegada



violação das políticas e práticas de remuneração e incentivos nos termos do art. 53, n.º 1, alíneas b) e d), da Lei Consolidada da Atividade Bancária, (ii) divulgou as suas observações relativas a questões críticas incluídas a) no contrato do Diretor Executivo aprovado em 2022, que enfraquecem o mecanismo de controlo e equilíbrio na governação do Banco e b) nas estruturas de governação, em especial no que diz respeito ao funcionamento dos Órgãos Sociais e à conduta dos respetivos membros. No que se refere ao ponto i), a questão crítica foi eliminada através da supressão da cláusula do contrato do Diretor Executivo; o processo de sanções ainda está em curso e o Banco aguarda as decisões do Órgão de Fiscalização. No que se refere ao ponto ii), alínea a), foram elaboradas alterações ao contrato do Diretor Executivo, que já foram partilhadas com a Autoridade. Por último, as observações formuladas nos termos do ponto ii), alínea b), suscitaram extensas considerações por parte do Conselho de Administração, também com o apoio de um consultor externo, tal como sugerido pela Autoridade, gerando mudanças positivas, como o restabelecimento de um ambiente de trabalho equitativo tanto no seio do Conselho de Administração como nas interações entre o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas e o Conselho de Administração, e gerando avaliações para eventuais mudanças e melhorias futuras nas estruturas de governação.

*p) Pareceres do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas*

Durante o ano, e até à data de elaboração do presente Relatório, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas emitiu os pareceres e formulou as observações que lhe foram atribuídas ao abrigo dos regulamentos em vigor e das Disposições de Supervisão para bancos e empresas cotadas.

No decurso das atividades realizadas e com base nas informações obtidas, não foram encontradas omissões, ações censuráveis, outras irregularidades ou, em qualquer caso, circunstâncias significativas que exigissem a comunicação às Autoridades de Supervisão ou a menção no presente Relatório, para além das acima referidas.

*q) Governação*

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas reconhece que o «Relatório sobre a Governação Corporativa e a Estrutura de Propriedade» ilustra o modelo de governação adotado e a sua conformidade com o Código de Governo Societário promovido pela *Borsa Italiana*,

aprovado pela última vez em 2020, e descreve o cumprimento das recomendações constantes da carta da Presidente da Comissão do Governo Societário, Lucia Calvosa, de 1 de fevereiro de 2023.

Durante o exercício de 2022, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas também realizou uma auditoria sobre a correta aplicação dos critérios e procedimentos para avaliar os requisitos de independência dos membros do Conselho de Administração, nos termos da Lei Consolidada das Finanças, o Código de Governo Societário e o Decreto de Aptidão e Adequação. Para esse efeito, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas reconhece que, com base na documentação e declarações fornecidas por cada Administrador, tanto a Comissão de Nomeações como o Conselho de Administração realizaram auditorias sobre a independência dos Administradores.

O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas reconhece que, em 2022, foi lançada a atividade de elaboração do «Regulamento dos administradores independentes», que foi aprovado durante o mesmo ano.

No último trimestre de 2022, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas acompanhou o processo de autoavaliação do Conselho de Administração, realizado com o apoio de um consultor externo e concluído em fevereiro de 2023, identificando o rigor formal das atividades realizadas e o respetivo procedimento, cujos pormenores constam do Relatório de Governação, para o qual o Conselho remete igualmente para informação sobre os respetivos resultados.

No que se refere às alterações efetuadas no Conselho de Administração e no Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, o Relatório relativo às Operações e o Relatório de Governação enumeram os acontecimentos ocorridos no primeiro semestre de 2022. O Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, reconhecendo o momento específico que o Banco atravessa, confirma que foram tomadas medidas para melhorar ainda mais a estrutura de governo societário e promover uma interação fluida entre os órgãos de governo e a máxima eficácia das suas ações, elementos necessários para alcançar os objetivos do Banco.

#### Conclusões

Com base nas atividades de supervisão levadas a cabo pelo Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, tal como descrito acima, podemos afirmar razoavelmente que as atividades societárias foram realizadas em 2022 em conformidade com legislação e com os dos Estatutos e que

a estrutura organizacional, administrativa e contábilística, bem como o seu funcionamento prático, eram adequados.

A Direção leu os relatórios emitidos a 23 de março de 2023 pelos Auditores Independentes, nos termos dos art. 14.º e 16.º do Decreto Legislativo italiano 39/2010, sobre as Demonstrações Financeiras Separadas do Banco e sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banking Group a 31 de dezembro de 2022, que expressam um parecer positivo sem quaisquer observações ou comentários, ou pedidos de informação adicional. Estes também emitem um parecer sobre a consistência e a conformidade do Relatório relativo às Operações dos Administradores com as demonstrações financeiras de acordo com o art. 14.º, parágrafo 2, alínea e), do Decreto Legislativo italiano n.º 39/2010.

Na mesma data, os Auditores Independentes emitiram o seu relatório sobre a Divulgação Consolidada Não Financeira, que não continha observações dignas de registo.

Tendo em conta o que precede, e recordando que a assembleia de acionistas será realizada por meio de telecomunicação, o Conselho dos Revisores Oficiais de Contas, no âmbito das suas competências, não encontra qualquer razão para não aprovar o projeto de Demonstrações Financeiras Separadas em 31 de dezembro de 2022 e a afetação dos lucros formulada pelo Conselho de Administração.

Milão, 23 de março de 2023

Conselho dos Revisores Oficiais de

Contas

[rubrica] ii

Fabrizio Di Giusto

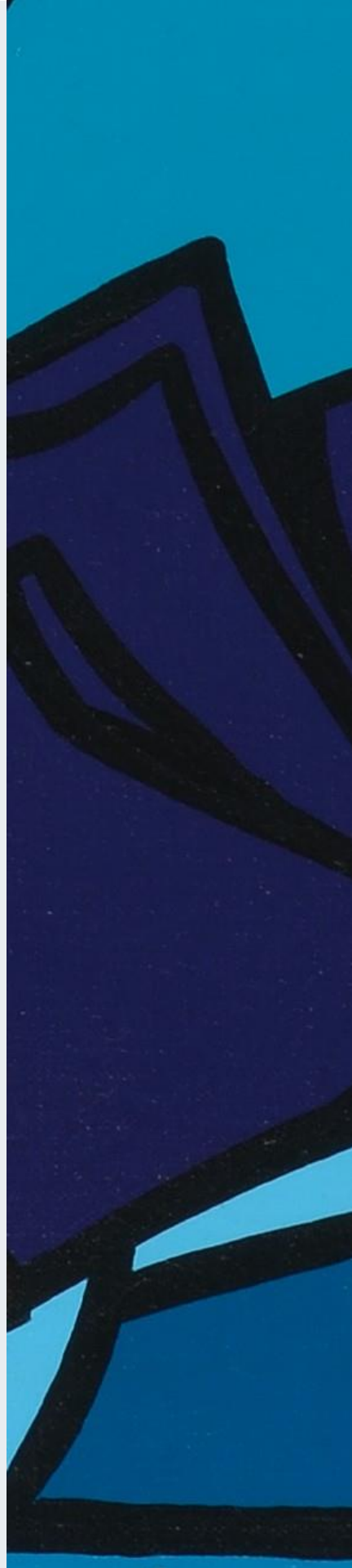
[rubrica]

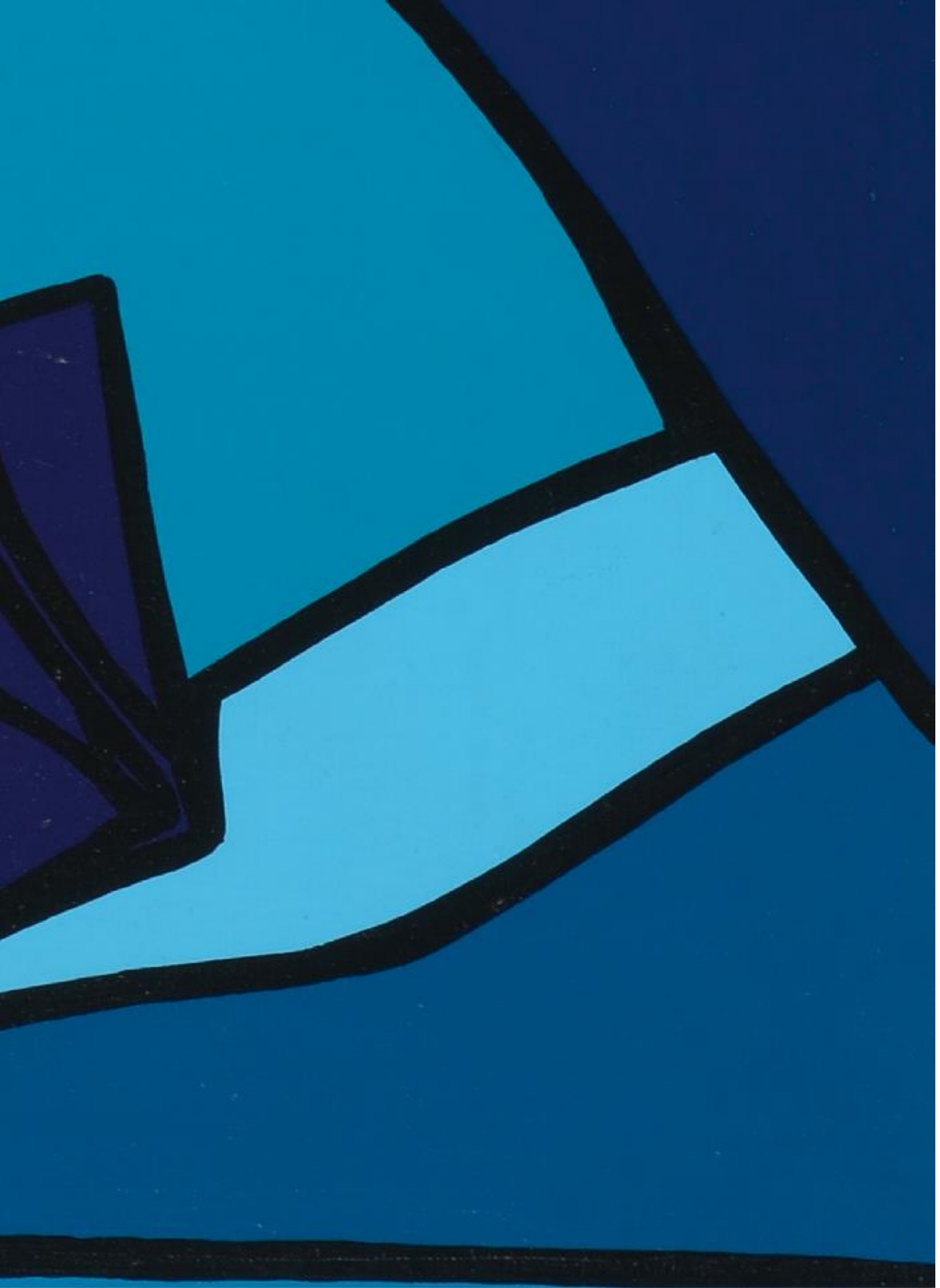
Paolo Carbone

[rubrica]

05

Relatório dos  
Auditores  
Independentes







KPMG S.p.A.  
Revisione e organizzazione contabile  
Via Vittor Pisani, 25  
20124 MILANO MI  
Telefono +39 02 6763.1  
E-mail it-fmauditaly@kpmg.it  
PEC kpmgspa@pec.kpmg.it

(As demonstrações financeiras separadas traduzidas do BFF Bank S.p.A. constituem uma versão não oficial que não está em conformidade com as disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão. Este relatório dos auditores independentes foi traduzido para inglês exclusivamente para efeitos de conveniência dos leitores internacionais. Consequentemente, apenas a versão original italiana é autorizada).

## Relatório dos auditores independentes nos termos do artigo 14.º do Decreto Legislativo n.º 39 de 27 de janeiro de 2010 e do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537 de 16 de abril de 2014

Aos acionistas do BFF Bank S.p.A.

### Relatório da auditoria às demonstrações financeiras separadas

#### Parecer

Procedemos à auditoria das demonstrações financeiras separadas do BFF Bank S.p.A. (o «banco»), que incluem a demonstração da situação financeira a 31 de dezembro de 2022, a demonstração de resultados e as demonstrações do rendimento integral, as alterações no capital próprio e fluxos de caixa para o exercício findo nessa data e as notas correspondentes, que incluem um resumo de políticas contabilísticas significativas.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas apresentam de forma verídica e legítima a situação financeira do BFF Bank S.p.A. a 31 de dezembro de 2022, bem como o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa para o exercício findo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aprovadas pela União Europeia e os regulamentos italianos de aplicação do artigo 9.º do Decreto Legislativo n.º 38/05 e do artigo 43.º do Decreto Legislativo n.º 136/15.

#### Fundamento para o parecer

Conduzimos a auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA Itália). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas com mais pormenor na secção «Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras separadas» do nosso relatório. Somos independentes do banco de acordo com as regras e normas de ética e independência aplicáveis à auditoria das demonstrações financeiras em Itália. Somos da opinião de que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e adequadas para servirem de base ao nosso parecer sem ressalvas.

#### Questões-chave da auditoria

As questões-chave de auditoria são aquelas que, segundo a nossa apreciação profissional, foram as mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras separadas do exercício corrente. Estas questões foram tratadas como um todo no contexto da nossa auditoria às demonstrações financeiras [separadas], e na formulação do nosso parecer sobre as mesmas, e não proferimos um parecer separado sobre as mesmas.

A KPMG S.p.A. é uma sociedade anónima italiano e membro da rede KPMG de entidades independentes afiliadas à KPMG International Limited, uma sociedade inglesa.

Ancona Bari Bergamo  
Bolonha Bolzano Brescia  
Catânia Como Florença Génova  
Lecce Milão Nápoles Novara  
Pádua Palermo Parma Perugia  
Pescara Roma Turim Treviso  
Trieste Varese Verona

Sociedade anónima  
Capital social  
10.415.500,00 i.r.  
Registo Comercial Milão Monza Brianza Lodi  
e Código Fiscal N.º 00709600159  
R.E.A. Milão N.º 512867  
Número IVA 00709600159  
VAT number IT00709600159  
Sede social: Via Vittor Pisani, 25  
20124 Milão MI ITALIA



**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores  
Independentes  
31 de dezembro de 2022

**Reconhecimento de juros de mora sobre empréstimos produtivos e valores a receber adquiridos sem recurso**

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte A - Políticas contábilísticas»: parágrafo A.2.3 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações separadas «Parte A - Políticas contábilísticas»: parágrafo A.2.15 «Outras informações - Critério de reconhecimento do rédito»

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte B - Informações sobre a demonstração da situação financeira - Ativos»: seção 4 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações separadas «Parte C - Demonstração de resultados»: parágrafo 1.2 «Receitas de juros e rendimentos similares: outras informações»

**Questão-chave da auditoria**

Na mensuração dos empréstimos concedidos e dos valores a receber de clientes adquiridos sem recurso, o banco incluiu os juros de mora estimados considerados recuperáveis, de acordo com o Documento n.º 7 relativo ao tratamento dos juros de mora ao abrigo do Decreto Legislativo n.º 231/2002 sobre empréstimos concedidos e valores a receber adquiridos sem recurso, emitido conjuntamente pelo Banco de Itália, pela Consob (a Comissão italiana para as empresas cotadas e a bolsa de valores) e pelo IVASS (o organismo italiano de supervisão dos seguros privados) em 9 de novembro de 2016.

Concentramo-nos nesta questão porque:

- a quantia escriturada de juros de mora não cobrados é significativa;
- os parâmetros utilizados para estimar essa compensação exigem a utilização de valores históricos estatisticamente fiáveis, com base nos fluxos de caixa e nos prazos de cobrança observados à data de relato;
- exige a apreciação por parte dos administradores.

A complexidade do processo de estimativa dos administradores aumentou em resultado das incertezas geopolíticas causadas pelo conflito na Ucrânia e da persistência da emergência da COVID-19 em 2022. Estas incertezas agravaram fortemente as condições económicas atuais e as perspetivas de cenários macroeconómicos futuros e tiveram um forte impacto no mercado energético, nas cadeias de abastecimento, na pressão inflacionista e no seu efeito nas políticas monetárias, levando os bancos centrais a aumentar as taxas de juro nas principais economias.

Pelas razões expostas, somos da opinião que o reconhecimento dos juros de mora de empréstimos produtivos e valores a receber adquiridos sem recurso é uma questão-chave da auditoria.

**Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- obter uma compreensão dos processos e do ambiente informático do banco em relação à estimativa dos juros de mora;
- analisar os modelos de estimativa de juros de mora utilizados e verificar a razoabilidade dos principais pressupostos e variáveis neles incluídos;
- avaliar a adequação das divulgações sobre os juros de mora.



**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores  
Independentes  
31 de dezembro de 2022

### Reconhecimento da indemnização de montante fixo por custos de recuperação («40 euros»)

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.3 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte B - Informações sobre a demonstração da situação financeira - Ativos»: secção 4 «Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado»

Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte C - Informação sobre a demonstração de resultados»: secção 14.2 «Outras receitas operacionais: desagregação»

#### — Questão-chave da auditoria

Em conformidade com a Diretiva 2011/7/EU do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transações comerciais, que estabelece que o credor tem o direito de obter do devedor, no mínimo, um montante fixo de 40 euros a título de indemnização pelos custos de recuperação, desde 2018, o banco reclama aos seus devedores 40 euros por cada fatura vencida a título de indemnização de montante fixo por custos de recuperação.

Na sua recente decisão de 20 de outubro de 2022, o Tribunal de Justiça da União Europeia confirmou o direito do banco a recuperar 40 euros por cada fatura.

O banco estimou a recuperabilidade dos juros de mora com base nas tendências históricas das cobranças, a fim de obter uma estimativa fiável da compensação a cobrar. Por conseguinte, a partir das demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022, decidiu reconhecer a compensação acima referida numa base de acréscimo, com base na percentagem de cobrança inferida a partir de valores históricos e das análises efetuadas. Tal está em conformidade com o modelo já adotado para o reconhecimento de juros de mora.

À data de relato, o banco reconheceu compensações acrescidas no valor de 95 milhões de euros (69 milhões de euros sem impostos).

Concentrámo-nos nesta questão porque:

- o impacto da alteração na estimativa é significativo;
- os parâmetros utilizados para estimar essa compensação exigem a utilização de valores históricos estatisticamente fiáveis, com base nos fluxos de caixa e nos prazos de cobrança observados à data de relato;
- exige a apreciação por parte dos administradores.

Pelas razões acima expostas, consideramos que o reconhecimento da indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros) numa base de acréscimo é uma questão fundamental de auditoria.

#### — Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Compreender os processos e o ambiente informático do banco em relação à estimativa dos juros de mora e à indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros);
- Analisar os modelos utilizados para estimar os juros de mora e a indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros) e verificar a razoabilidade dos principais pressupostos e variáveis neles incluídos;
- Verificar, com base numa amostra, a exatidão dos registos contabilísticos;
- avaliação da adequação das informações sobre o reconhecimento da indemnização de montante fixo por custos de recuperação (40 euros).





**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores  
Independentes  
31 de dezembro de 2022

#### **Recuperabilidade da quantia escriturada dos investimentos nas filiais**

*Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.5 «Investimentos em capitais próprios»*

*Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte B - Notas à demonstração da situação financeira - Ativos»: secção 7 «Investimentos em capitais próprios»*

#### **— Questão-chave da auditoria**

— As demonstrações financeiras separadas a 31 de dezembro de 2022 incluem investimentos nas subsidiárias BFF Polska Group, BFF Finance Iberia, Unione Fiduciaria, BFF Immobiliare S.r.l. E BFF Techlab S.r.l. reconhecidos a um custo de 109,2 milhões de euros, 32,7 milhões de euros, 8,6 milhões de euros, 1 milhão de euros e 0,4 milhões de euros, respetivamente, representando 1,1 % do ativos totais.

À data de cada relatório, os administradores verificam a existência de provas de que estes investimentos em capitais próprios podem ser objeto de imparidade.

Se forem identificados indicadores de imparidade, os administradores sujeitam estes investimentos em capitais próprios a um teste de imparidade, comparando a quantia escriturada com a quantia recuperável da unidade geradora de caixa («UGC»), calculada utilizando métodos de avaliação adequados às circunstâncias, com a assistência de consultores externos.

A complexidade do processo de estimativa dos administradores aumentou em resultado das incertezas geopolíticas causadas pelo conflito na Ucrânia e da persistência da emergência da COVID-19 em 2022. Estas incertezas agravaram fortemente as condições económicas atuais e as perspetivas de cenários macroeconómicos futuros e tiveram um forte impacto no mercado energético, nas cadeias de abastecimento, na pressão inflacionista e no seu efeito nas políticas monetárias, levando os bancos centrais a aumentar as taxas de juro nas principais economias.

Considerando a materialidade da rubrica das demonstrações financeiras e o elevado nível de estimativa necessário para mensurar a quantia recuperável dos investimentos em capitais próprios, somos da opinião que a recuperabilidade da quantia escriturada dos investimentos em filiais é uma questão-chave da auditoria.

#### **Mensuração de ativos intangíveis com vida útil finita**

*Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte A - Políticas contabilísticas»: parágrafo A.2.7 «Ativos intangíveis»*

*Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte B - Informações sobre a demonstração da situação financeira - Ativos»: Secção 9 «Ativos intangíveis»*

#### **— Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria**

— Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Compreender o processo adotado para mensurar os investimentos nas filiais e identificar quaisquer indicadores de imparidade relacionados;
- Compreender o processo adotado para preparar os testes de imparidade aprovados pelos administradores do banco;
- Analisar os principais pressupostos utilizados pelos administradores para determinar a quantia recuperável dos investimentos em capitais próprios. As nossas análises incluíram, para cada investimento em capitais próprios, a verificação dos indicadores de imparidade e dos pressupostos subjacentes aos modelos de avaliação e a comparação dos principais pressupostos utilizados com a informação externa, quando disponível; realizámos estes procedimentos com o auxílio de peritos da rede KPMG;
- Avaliar a adequação das divulgações sobre investimentos em filiais e o respetivo teste de imparidade.



**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores  
Independentes  
31 de dezembro de 2022

*Notas às demonstrações financeiras separadas «Parte C - Informação sobre a demonstração de resultados»: secção 13  
«Amortização e perdas líquidas (?) por imparidade em ativos intangíveis»*

Questão-chave da auditoria	Procedimentos de auditoria que abordam a questão-chave da auditoria
<p>Durante 2021, para além da concentração de atividades empresariais com o DEPOBank S.p.A. e da conclusão do procedimento de PPA, o banco reconheceu um ativo intangível com uma vida útil definida de 25,7 milhões de euros relativo a contratos com clientes.</p> <p>Os contratos com clientes ascendem a 21,8 milhões de euros nas demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>As amortizações e perdas líquidas por imparidade relacionadas com ativos intangíveis com uma vida útil definida reconhecida nos resultados durante o ano totalizam 3,9 milhões de euros e incluem uma amortização de 2,8 milhões de euros e perdas por imparidade de 1,1 milhões de euros reconhecidas em resultado do teste de imparidade.</p> <p>Os administradores testaram a imparidade das quantias escrituradas à data de relato.</p> <p>Estimaram a quantia recuperável com base no valor de uso calculado utilizando o modelo de fluxos de caixa descontados.</p> <p>Os testes de imparidade requerem avaliações complexas e uma capacidade elevada de apreciação, especialmente em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aos fluxos de caixa esperados, calculados ao ter em conta os fluxos de caixa históricos, o desempenho económico geral e do setor do grupo e as previsões dos administradores sobre o seu desempenho futuro;</li> <li>• Aos parâmetros financeiros a utilizar para descontar os fluxos de caixa.</li> </ul> <p>A complexidade do processo de estimativa dos administradores aumentou em resultado das incertezas geopolíticas causadas pelo conflito na Ucrânia e da persistência da emergência da COVID-19 em 2022. Estas incertezas agravaram fortemente as condições económicas atuais e as perspectivas de cenários macroeconómicos futuros e tiveram um forte impacto no mercado energético, nas cadeias de abastecimento, na pressão inflacionista e no seu efeito nas políticas monetárias, levando os bancos centrais a aumentar as taxas de juro nas principais economias.</p> <p>Pelas razões expostas, somos da opinião que a mensuração de ativos intangíveis com uma vida útil definida é uma questão-chave da auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• compreender o processo adotado para preparar os testes de imparidade aprovados pelos administradores;</li> <li>• obter uma compreensão do processo utilizado para elaborar o plano a longo prazo do banco, aprovado pelos administradores;</li> <li>• verificar quaisquer discrepâncias entre os valores históricos do exercício anterior e os do plano de negócios, a fim de verificar a exatidão do processo de previsão;</li> <li>• analisar os critérios utilizados para identificar as UGC e rastrear as quantias escrituradas dos ativos e passivos afetados às demonstrações financeiras separadas;</li> <li>• avaliar os principais pressupostos utilizados pelos administradores para determinar o valor de uso das UGC e compará-los com a informação adquirida externamente, quando disponível; realizámos estes procedimentos com o auxílio de peritos da rede KPMG;</li> <li>• avaliar a adequação das divulgações sobre bens intangíveis com uma vida útil definida e os respetivos testes de imparidade.</li> </ul>



**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores  
Independentes  
31 de dezembro de 2022

### **Responsabilidades dos administradores do banco e do conselho dos revisores oficiais de contas («Collegio Sindacale») para as demonstrações financeiras separadas**

Os administradores são responsáveis pela elaboração de demonstrações financeiras separadas que dão uma visão verdadeira e justa em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aprovadas pela União Europeia e os regulamentos italianos de aplicação do artigo 9.º do Decreto Legislativo n.º 38/05 e o artigo 43.º do Decreto Legislativo n.º 136/15 e, nos termos estabelecidos pela lei italiana, para o controlo interno que determinarem ser necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade do banco para assegurar a continuidade das operações e, pela utilização adequada do princípio da continuidade das operações na elaboração das demonstrações financeiras separadas e pela adequação das divulgações relacionadas. A utilização deste princípio de contabilidade é apropriada, a menos que os administradores sejam da opinião que existem condições para liquidar o banco ou cessar as operações, ou que não têm outra alternativa realista senão fazê-lo.

O *Collegio Sindacale* é responsável por supervisionar, dentro dos termos estabelecidos pela lei italiana, o processo de informação financeira do banco.

### **Responsabilidades dos auditores na auditoria das demonstrações financeiras separadas**

Os nossos objetivos consistem em obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras separadas, consideradas em conjunto, estão isentas de distorções materiais, independentemente se causadas por fraude ou erro, bem como emitir um relatório de auditoria que contenha o nosso parecer. Uma garantia razoável é um nível elevado de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com a ISA Itália detetará sempre uma distorção material, caso exista.

As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou em conjunto, for razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras separadas.

Como parte de uma auditoria em conformidade com a ISA Itália, exercemos uma apreciação profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo da auditoria. Também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras separadas, independentemente se causadas por fraude ou erro, planeamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos, e obtemos evidências de auditoria suficientes e apropriadas para fundamentar o nosso parecer. O risco de não deteção de uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de uma distorção material resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou a anulação dos controlos internos;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de conceber procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar um parecer sobre a eficácia do controlo interno do banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e das divulgações conexas feitas pelos administradores;



**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores  
Independentes  
31 de dezembro de 2022

- retiramos conclusões sobre a adequação do uso, por parte dos administradores, do princípio da continuidade das operações e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do banco para assegurar a continuidade das operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar à atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras separadas ou, se essas divulgações forem inadequadas, alterar o nosso parecer. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtidas até à data do nosso relatório de auditoria. Contudo, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o banco deixe de conseguir assegurar a continuidade das operações;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo gerais das demonstrações financeiras separadas, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras separadas representam as transações e eventos subjacentes de uma forma que permita uma apresentação justa.

Comunicamos com os responsáveis pela governação, identificados ao nível adequado de acordo com o exigido pela ISA Itália, relativamente, entre outras questões, ao âmbito e calendário previstos para a auditoria e às conclusões significativas da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Também fornecemos aos responsáveis pela governação uma declaração de que cumprimos as regras e normas de ética e independência aplicáveis em Itália e comunicamos-lhes todas as relações e outras questões que possam razoavelmente ser consideradas como afetando a nossa independência e, quando aplicável, as medidas tomadas para eliminar essas ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Das questões comunicadas com os responsáveis pela governação, determinamos as que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras separadas do exercício em curso e que são, portanto, as questões-chave da auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório de auditoria.

#### **Outras informações exigidas pelo artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/14**

A 2 de abril de 2020, os acionistas do banco nomearam-nos para realizar a revisão legal das suas demonstrações financeiras separadas e consolidadas em e para o período de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2029.

Declaramos que não prestamos serviços proibidos não relacionados com a auditoria referidos no artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 537/14 e que permanecemos independentes do banco na realização da revisão legal de contas.

Confirmamos que o parecer sobre as demonstrações financeiras separadas aqui expresso é coerente com o relatório adicional ao *Collegio Sindacale*, na sua qualidade de comissão de auditoria, elaborado em conformidade com o artigo 11.º do Regulamento acima mencionado.

## **Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Parecer sobre o cumprimento das disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão**

Os administradores do banco são responsáveis pela aplicação das disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão no que diz respeito às normas técnicas regulamentares relativas à especificação de um formato de relatório eletrónico único (ESEF) às demonstrações financeiras separadas a serem incluídas no relatório financeiro anual.



**BFF Bank S.p.A.**  
Relatório dos Auditores  
Independentes  
31 de dezembro de 2022

Realizamos os procedimentos exigidos pela Norma de Auditoria (SA Itália) N.º 700B a fim de emitir um parecer sobre a conformidade das demonstrações financeiras separadas com o Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas no formato XHTML em conformidade com as disposições do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão.

***Parecer nos termos do artigo 14.º, n.º 2, alínea e), do Decreto Legislativo n.º 39/10 e do artigo 123.º-A, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/98***

Os administradores do banco são responsáveis pela elaboração dos relatórios relativos às operações e sobre o governo societário e estrutura de propriedade a 31 de dezembro de 2022 e pela coerência de tais relatórios com as respetivas demonstrações financeiras e a sua conformidade com a lei aplicável.

Realizamos os procedimentos exigidos pela Norma de Auditoria (SA Itália) N.º 720B para emitirmos um parecer sobre a coerência do relatório relativos às operações e as informações específicas apresentadas no relatório sobre o governo societário e estrutura de propriedade referido no artigo 123.º-A, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/98 com as demonstrações financeiras separadas do grupo em 31 de dezembro de 2022 e a sua conformidade com a lei aplicável, bem como declarar se identificámos distorções materiais.

Na nossa opinião, o relatório relativo às operações e as informações específicas incluídas no relatório de governo societário e estrutura de propriedade acima referido são consistentes com as demonstrações financeiras separadas do banco em 31 de dezembro de 2022 e foram elaborados em conformidade com a lei aplicável.

Relativamente à declaração acima referida exigida pelo artigo 14.º, n.º 2, alínea e), do Decreto Legislativo n.º 39/10, com base no nosso conhecimento e entendimento da entidade e do seu ambiente obtidos durante a nossa auditoria, nada temos a relatar.

Milão, 23 de março de

2023

KPMG S.p.A.

(assinado no original)

Roberto Spiller  
Diretor de Auditoria

## Resoluções da Assembleia Ordinária de Acionistas

«A Assembleia de acionistas do BFF Bank S.p.A., tendo considerado o Relatório relativo às Operações apresentado pelo Conselho de Administração, o Relatório do Conselho dos Revisores Oficiais de Contas e o Relatório dos Auditores Independentes, e tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e tendo considerado as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo,

**decidiu**

- i) aprovar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, juntamente com o Relatório relativo às Operações apresentado pelo Conselho de Administração, as quais reportam um lucro líquido do exercício no valor de 261 438 216 euros.»





Valerio Adami, Paracelso, 1997

92 x 73 cm, acrílico sobre tela

Coleção Fondazione Farmafactoring





The works of art reproduced in this report were created by the artist Valerio Adami, and they are part of Farmafactoring Foundation's contemporary art collection.

The entire collection of about 250 works from the post-war period to the early 2000s created by artists such as Valerio Adami, Enrico Baj, Alberto Burri, Hsiao Chin, Mario Schifano, Arnaldo Pomodoro and Joe Tilson is permanently on display at BFF's Italian offices in Milan and Rome.

The first half of 2021 saw the distribution of the art book, in English, published by Skira editore Milan Genève Paris, "**Art Factor. The Pop Legacy in Post-War Italian Art**", which recounts the Italian journey towards Pop Art through the works of Valerio Adami, Franco Angeli, Enrico Baj, Lucio Del Pezzo, Gianfranco Pardi, Mario Schifano and Emilio Tadini.

The art volume represents the first step in a more extensive project involving the promotion of the collection abroad, in a travelling exhibit throughout Europe, which will end in 2023.

[www.art-factor.eu](http://www.art-factor.eu)

**BFF Bank S.p.A.**

Parent of the BFF Banking Group  
Registered Office in Milan - Via Domenichino 5  
Share Capital €142,851,591.88 (fully paid-in)  
Milan Company Register no.,  
Tax Code and VAT no. 07960110158

Annual Report

2022

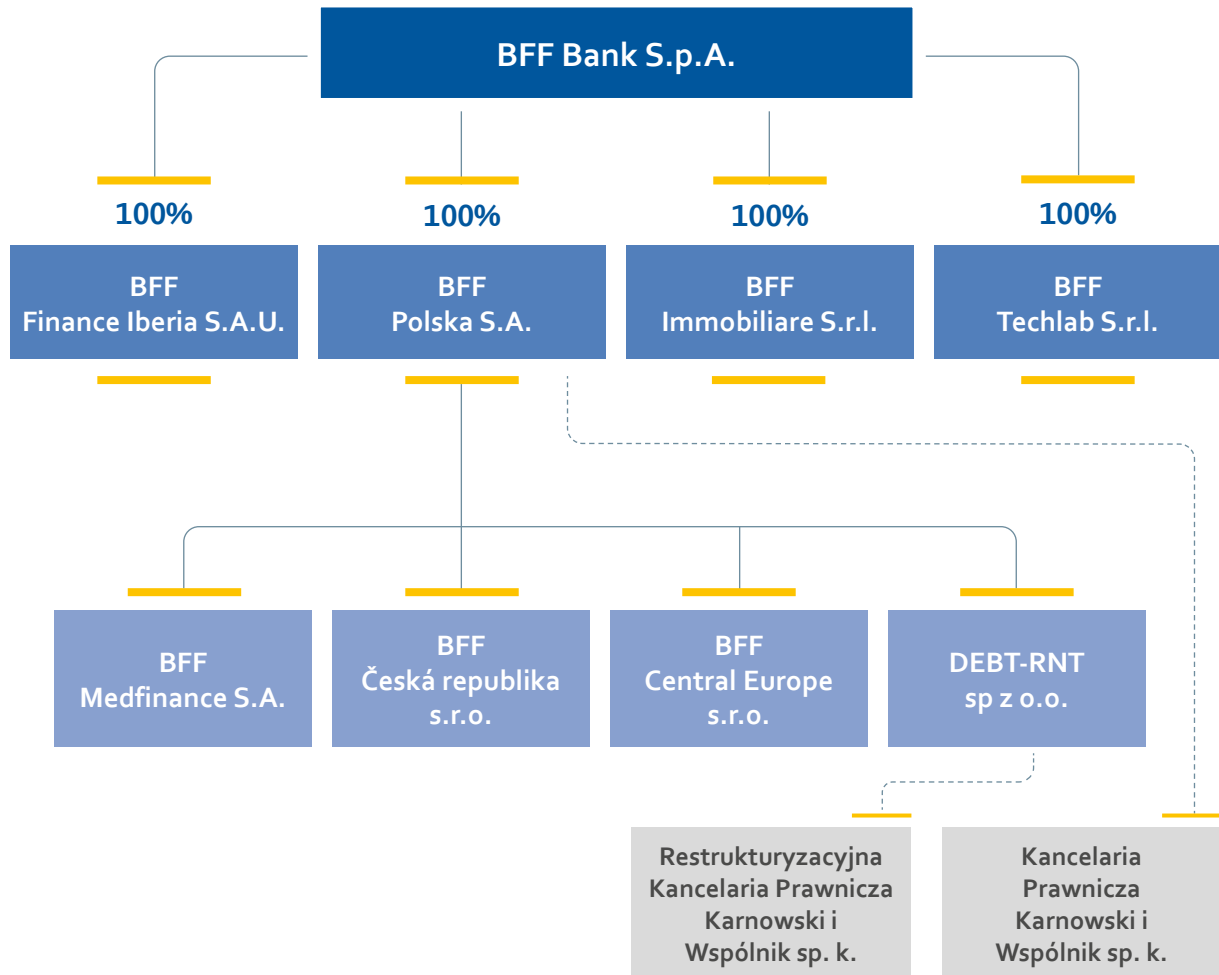


# Contents

Group Structure	4
Corporate Bodies at December 31, 2022	5
Letter from the Chairman of the Board of Directors	8
<b>01 Report on Operations</b>	<b>12</b>
1. Evolution of BFF: Sustainable leader in specialized finance	14
2. Operational context and significant events	23
3. Operating performance	34
4. Bank's Objectives and Policies on the Assumption, Management and Hedging of Risks	65
5. Internal Control System	70
6. Other information	74
7. Share capital, Shareholder structure and other performance indicators	78
8. Business outlook	82
9. Distribution of BFF Bank S.p.A.'s profit	83
10. Proposal to the Shareholders' Meeting	84
<b>02 Financial statements</b>	<b>86</b>
Statement of Financial Position	88
Income Statement	90
Statement of Comprehensive Income	91
Statement of Changes in Equity	92
Statement of Cash Flows	94
Notes to the Financial Statements	96
Part A - Accounting policies	97
Part B - Information on the Statement of financial position	146
Part C - Information on the Income Statement	195
Part D - Comprehensive income	210
Part E - Information on risks and related hedging policies	212
Part F - Information on Equity	265

Part G - Business combinations of companies or business units	274
Part H - Transactions with related parties	277
Part I - Share-Based Payments	280
Part M - Lease reporting	282
Other information	283
<b>03 Certification by the Financial Reporting Officer</b>	<b>285</b>
<b>04 Report of the Board of Statutory Auditors</b>	<b>288</b>
<b>05 Report of the Independent Auditors</b>	<b>318</b>
<b>Resolutions of the Ordinary Shareholders' Meeting</b>	<b>328</b>

## Group Structure



## Corporate Bodies at December 31, 2022

### BOARD OF DIRECTORS

<b>Chairman</b>	Salvatore Messina	
<b>Chief Executive Officer</b>	Massimiliano Belingheri	
<b>Vice Chairman</b>	Federico Fornari Luswergh	
<b>Directors</b>	Anna Kunkl (*)	Domenico Gammaldi
	Michaela Aumann	Monica Magri (**)
	Piotr Henryk Stępnia	Giovanna Villa

The Board of Directors will remain in office until the Shareholders' Meeting that will approve the Financial Statements at December 31, 2023.

### ROLE OF MEMBERS OF THE BOARD OF DIRECTORS AND INDEPENDENCE REQUIREMENTS

NAME	OFFICE IN BFF	EXECUTIVE	NON-EXECUTIVE	INDEPENDENCE
Salvatore Messina	Chairman		✓	
Federico Fornari Luswergh	Vice Chairman		✓	
Massimiliano Belingheri	Chief Executive Officer	✓		
Anna Kunkl	Director		✓	✓
Michaela Aumann	Director		✓	✓
Piotr Henryk Stępnia	Director		✓	
Domenico Gammaldi	Director		✓	✓
Monica Magri	Director		✓	✓
Giovanna Villa	Director		✓	✓

The composition of BFF's Board of Directors meets the diversity and gender criteria recommended by the Corporate Governance Code as set out in the Corporate By-laws, the Board of Directors' Regulations and the Board of Directors' Diversity Policy, most recently approved by the Board on July 28, 2021.

(\*) Appointed by co-option by the Board of Directors on March 1, 2022, to replace Ms. Amélie Scaramozzino, who resigned as of February 24, 2022, whose appointment was confirmed by the Shareholders' Meeting of March 31, 2022.

(\*\*) Appointed by co-option by the Board of Directors on February 10, 2022, to replace Ms. Barbara Poggiali, who resigned on February 3, 2022, whose appointment was confirmed by the Shareholders' Meeting of March 31, 2022.

## **BOARD OF STATUTORY AUDITORS**

<b>Chairwoman</b>	Nicoletta Paracchini
<b>Standing Auditors</b>	Fabrizio Riccardo Di Giusto Paolo Carbone
<b>Alternate Auditors</b>	Carlo Carrera Francesca Masotti

The Board of Statutory Auditors will remain in office until the Shareholders' Meeting that will approve the Financial Statements at December 31, 2023.

## **INDEPENDENT AUDITORS**

KPMG S.p.A.

## **FINANCIAL REPORTING OFFICER**

Giuseppe Manno



## Composition of the Committees at December 31, 2022

### REMUNERATION COMMITTEE

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Giovanna Villa	Independent Director	Chairperson
Domenico Gammaldi	Independent Director	Committee Member
Piotr Henryk Stepniak	Non-Executive Director	Committee Member

### COMMITTEE FOR THE EVALUATION OF TRANSACTIONS WITH RELATED PARTIES AND ASSOCIATED ENTITIES

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Anna Kunkl	Independent Director	Chairperson
Giovanna Villa	Independent Director	Committee Member
Michaela Aumann	Independent Director	Committee Member

### NOMINATIONS COMMITTEE

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Domenico Gammaldi	Independent Director	Chairperson
Monica Magri	Independent Director	Committee Member
Federico Fornari Luswergh	Non-Executive Director	Committee Member

### CONTROL AND RISKS COMMITTEE<sup>(\*)</sup>

NAME	QUALIFICATIONS	POSITION
Michaela Aumann	Independent Director	Chairperson
Domenico Gammaldi	Independent Director	Committee Member
Federico Fornari Luswergh	Non-Executive Director	Committee Member

(\*) As of 2020, the Board of Directors assigned the following responsibilities in the Environment, Social and Governance ("ESG") area to the Control and Risk Committee: investigative, advisory and propositional functions, and more generally support to the Board of Directors on sustainability issues, including the periodic review of updates on the progress of sustainability measures and the consequent impact on the NFS.

## Letter from the Chairman of the Board of Directors

Dear Shareholders,

The events of the last twelve months have in general brought to light the need to evaluate and seek out new balances.

In the first part of the year, our country had managed to curb the original violent spread of the pandemic that began in 2020, but in February the invasion of Ukraine threw the entire planet into a state of global uncertainty, characterized by rising energy costs, soaring inflation and stricter lending conditions.

The crises are also multiplying at regional and local level, and a situation packed with risks has started, requiring an immediate resumption of international collaboration.

However the Russia-Ukraine conflict ends, it will have - and has already started to have - a bitter and lasting effect on development processes, growth, public debt and inflation all over the world.

The most authoritative scholars have noted that never, prior to these last few years, has the planet found itself facing such radical choices, representing veritable turning points that will be capable of reshaping the future of the next generations.

These ongoing crises are converging and combining, giving rise to a global framework of stark change, with new developments in international logistics and the search for new energy balances at its heart, also in order to take the necessary steps for the ecological transition.

Setting aside what has been described above about the new global order, in terms of financial stability it is worth noting that economic activity slowed on the whole in the second half of 2022.

The risk of a recession, especially in manufacturing countries such as Germany and Italy, is concrete, although the most recent economic indicators point to a short and not very deep recession.

The global economic cycle remains highly conditioned by inflation and difficulties in energy and food procurement caused by the ongoing conflict in Ukraine, which has only been exacerbated by the drought and the economic slowdown in China.

Conditions in the global markets have deteriorated since last spring, and the risks for financial stability have increased in Italy as well, although the banking system, households and businesses are more solid overall than in previous periods of turbulence. In particular, banks are benefiting from the recovery in net interest income and improved credit quality, with all-time lows in their NPL ratios.

As for other Eurozone countries, the increase in risks is primarily caused by continuing geopolitical instability, inflationary pressure and more restrictive lending conditions.

Public finance conditions benefited from the 2021 and 2022 economic recovery.

In this framework, it will be important to maintain control over public expenditure and achieve a significant and stable increase in growth potential, also leveraging the effective and prompt implementation of the National Recovery and Resilience Program (NRRP).

The risks for financial stability linked to the situation of households remain limited, although outlooks dimmed in the second half of the year due to continued high inflation.

The financial conditions of businesses are impacted by slowing economic activity, higher energy prices and rising interest rates.

The situation of banks is solid overall, although weaker macroeconomic conditions, inflationary pressures and certain effects of higher interest rates could negatively affect intermediary financial statements.

The degree of liquidity has remained high relative to prior periods.

In any event, the global economy has entered an undecided phase, with some positive factors leading to forecasts of progressive normalization: energy prices have fallen considerably, inflation has started to decline in major countries and the central banks have completed the majority of their interest rate hikes.

In recent months, our production system demonstrated its great capacity for resistance: exports are showing their resilience, and the job market is showing positive signs of stability, so that the feared risk of a recession must be seen with the required prudence. In the third quarter of last year, employment and hours worked stabilized at the high levels of the period prior to the pandemic crisis. Growth in permanent jobs continued. Demand for labor started rising again to a limited extent in the October-November period. Although wages are recovering, trends remained moderate.

While this phase of uncertainty is certainly having repercussions on business competitiveness, it is also worth recalling that in the past we witnessed virtuous investment and technological improvement processes that helped to overcome moments of difficulty.

To do this, businesses will need to look to international megatrends such as, first and foremost, technological innovation and the environmental transition.

Households, which in 2022 faced declining buying power caused by high inflation thanks to the considerable savings accumulated during the pandemic, will necessarily have to reduce demand in 2023.

The actions of the government should be guided by the goal of increasing productivity, combined with the management of the energy emergency, and the implementation of the National Recovery and Resilience Program, which constitutes the greatest opportunity to really reignite the economy and embark upon a path of sustainable growth and structural transformation of our economic and productive system.

Italy cannot avoid this challenge, which is also an opportunity, not only due to the extremely high costs that a country like ours would be forced to bear in the case of inaction, but also because we are one of the top manufacturing countries in the world, and we can make a significant contribution to a more sustainable economy.

Looking at our operating sectors, the year 2022 was once again rich with gratification, with record consolidated net profit and an upward revision of the adjusted net profit target for the year 2023.

In market conditions characterized by high uncertainty and volatility, factoring is positioned as one of the preferred financial solutions of companies for managing business risk and optimizing working capital.

BFF has managed to take advantage of the many opportunities generated by the economic context, confirming its pan-European leadership as an operator supporting suppliers of the healthcare system and the Public Administration, and recording strong growth in its loan portfolio to €5.4 billion: a new all-time high for the Group.

Underlying this achievement is the ability to rapidly respond to changes in the reference context and the evolution of customer needs, also through new solutions aimed at strengthening market share.

This is also the meaning of the birth of *BFFTechlab*, born from the acquisition of MC3 Informatica, our traditional partner in the implementation of the core-factoring system, which will enable us to vertically integrate all development activities linked to the management and continuous evolution of the Group's IT system, in order to boost the speed of response to market stimuli, constantly improve the customer experience and expand our competitive advantage.

It is precisely our mission of remaining close to our customers that was recognized in 2022 with the renewal and strengthening of current collaborations with our largest customers, a sign of the profound relationship of trust we have built over the years.

At the same time, the current context is forcing the Bank to meet significant challenges, to which it will need to respond rapidly and flexibly: current interest rate growth is requiring significant strategic and commercial considerations to protect our and our customers' profitability; the regulatory context constitutes a further element for attention, which will require the Bank to continue to adapt its operating processes and risk management policies.

We continue to be a Group with high asset quality and a very solid capital position, with a Common Equity Tier 1 ratio of 16.9% and a Total Capital Ratio of 22.3%.

2022 also marks the transition to the half-yearly dividend distribution, in April based on the results for the financial year, and in August based on the results for the first half of the year, further accelerating the return of capital to shareholders.

At year-end, the total return from the IPO placement was 153%, compared to the total return of 40% of the FTSE Italia All-Share Index.

The year that just closed was also positive for the payments sector. BFF marked the entry of a range of new important customers belonging to the Italian banking and financial landscape, reinforced its partnerships and enhanced its value added services.

In 2023, we will find ourselves facing new challenges, in light of the continuous evolutions that the sector is experiencing at European and global level: we expect an increasing spread of Instant Payments, following amendments to European regulations, and we are striving to support them; we will continue to aim for payment sector innovation and digitalization by focusing, for example, on the proper and effective transition to T2-T2s Consolidation; we will continue to support our customers by acting as a service bank to optimize investments.

In Securities Services, the 2022 results were certainly influenced by both equity and bond market performance. However, in the course of the year that just ended, our Bank expanded the offer of value added services, standing out as a reference benchmark due to its offer quality and innovation.

In 2022, we increasingly consolidated our market share in the Closed-End Pension Funds segment, which today makes us the top custodian in Italy, with a market share of 37.4%.

Looking at the year that has just begun, we would like to continue to work on value added and lending services to offer our customers the best level of personalization and innovation, while also keeping pace with continuous regulatory developments. We intend to continue to grow in the alternative funds area by taking advantage of the significant opportunities afforded by the market, and as far as pension funds are concerned by consolidating and boosting our market leadership.

We are carefully monitoring the future issue of the decree on Pension Funds, which will also guide these entities in their choice of a custodian. The potential in this area is very significant, and would enable BFF to become the reference custodian in this sector as well.

Looking beyond the core business of BFF, the parent continues to be committed to supporting culture, in line with the Group's social and sustainability policies.

From this perspective, it purchased a 1.25% stake in Istituto dell'Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani [Institute of the Italian Encyclopedia founded by Giovanni Treccani]. This initiative enables our Group to enhance its cultural policies, engaging alongside one of the major Italian centers for the production and dissemination of knowledge.

At the same time, the continuous blossoming of BFF's artistic and cultural initiatives is a point of pride for us, and responds to a sense of responsibility, which leads us to return part of the assets in our possession back to the general public.

In keeping with this approach, we decided to exhibit the works of Italian contemporary art that the parent has been collecting since the 1980s. The international tour already mentioned in the last annual report, and which would like to conclude in 2024 at "Casa BFF", the Group's new head office in Milan, is continuing, with the creation of a museum space planned in order to host a permanent exhibition of the works.

Our desire is to share and return to the environment around us part of the wealth we generate, with a view to responsibility to the common good, values which inspire us, and which also gave rise to our other sustainability initiatives, which we will describe in the Non-Financial Disclosure.

In light of all of this, again this year we can look with satisfaction at the future of BFF, whose growth is the fruit of the work and commitment of its human resources, its management and its directors. To them, I express my most heartfelt thanks.

**Salvatore Messina**

Chairman of the Board of Directors of BFF  
Bank S.p.A.







01

Report  
on Operations

# 1. Evolution of BFF: Sustainable leader in specialized finance

## 1985-2009

### BFF is born and establishes itself in the market

Founded by a group of **pharmaceutical companies** to respond to their needs of managing and collecting trade receivables from the healthcare system, BFF immediately became a **leader in the market**.

## 2010-2014

### Resilient during the crisis, the process of internationalization and transformation begins

Expansion into **new European countries**: in **Spain** in 2010; in **Portugal** in 2014.

BFF products and services are offered to **all suppliers of public bodies**, always in line with the needs of their customers.

It becomes a bank in 2013.

## 2015-2020

### Listing and European leadership

BFF grows in **Central and Eastern Europe** through a major acquisition in **Poland** (2016), and is listed on the **Italian stock exchange** (2017).

The international offer is also present in **Greece, Croatia** and **France**.

The business in Spain is consolidated with the acquisition of **IOS Finance** (2019).

## TODAY

### Leader in specialized finance

BFF is the only pan-European platform – **present in nine countries** – specialized in the management and non-recourse purchase of trade receivables from the Public Administration and national health systems.

**In 2021** the merger with DEPObank extends the scope of activity and expertise to **Securities Services and banking payment services, for which it is a leader in Italy**.





## BFF 2023: a bank *like no other*

BFF is the largest specialized finance operator in Italy, as well as one of the leaders in Europe in the management and non-recourse factoring of trade receivables due from Public Administrations, Securities Services and payment services.



## OFFER

## OPPORTUNITY

Non-Recourse Factoring

Financing for the public sector and healthcare

Credit Management

> €400 billion  
in trade receivables  
per year

< 10%  
market penetration

Custodian

Global custody

Fund accounting

Transfer agent

Long-term growth  
in assets under  
management and  
administration in Italy

Payment intermediary

Corporate payments

Cheques and bills

Epochal transition  
from cash payments  
to digital payments  
in Italy

**ORGANIC  
GROWTH**

## Business Model

The Group operates in Italy, Croatia, France, Greece, Spain and Portugal, where it engages in non-recourse factoring and credit management activities with respect to the Public Administration. It also has operations in Poland, the Czech Republic and Slovakia, offering a diversified range of financial services designed for ensuring access to credit as well as providing liquidity and solvency support to the private system of companies that interface with the Public Administration.

As well as providing the Factoring & Lending services mentioned above the Group is a leader in Italy in Securities Services and banking payment services. It provides these services to more than 400 clients including investment funds, banks, payment and money institutions, large corporations and Public Administrations.

### BFF manages operational complexity, facilitates cost reduction and eliminates risks for customers, including through:

#### FACTORING & LENDING

- ▶ **The optimization of liquidity** and the management of working capital of private businesses operating with the Public Administration.
- ▶ **Planning and maintenance of a target collection time**, irrespective of the actual payment times of the Public Administrations.
- ▶ **Improvement in financial statement ratios**, thanks to the possibility of definitively deconsolidating exposure to public agencies.
- ▶ **Reduction in operating costs**, thanks to revolving agreements for the assignment of trade receivables and an integrated business model that combines non-recourse factoring and credit management services to guarantee the best possible performance on loans and receivables.
- ▶ **Direct funding of public bodies** in Central and Eastern Europe, with vendor finance solutions and loans for medium/long-term investments.
- ▶ **Multi-country operations**, for a better and more efficient management of country risk and the exposure of multinationals to the nine European countries that the Group operates in.

The business model described above is based on core values, such as:

- ▶ honesty,
- ▶ transparency,
- ▶ respect for people,
- ▶ enhancement of resources,

ensuring leadership in innovation and execution in BFF's target markets.



## Our Mission

Be the leaders in innovation, customer service and execution in our reference markets, with a low risk profile and high operational efficiency, aligned with the best corporate governance practices for public companies.

## Our Vision

Be a leader in specialty finance niches in Europe, leveraging on our leadership position in financial services to the suppliers of the Public Administrations.

## Our Values



### People

We value our people and invest in them, promoting merit and inclusion.



### Integrity

We operate with honesty and transparency.



### Excellence

We ensure timely execution and completion to our clients.

## Sustainability in the BFF Banking Group business model

BFF Banking Group - aware of the growing importance of ESG factors - turns its gaze every day to topics linked to sustainability, in order to screen the impacts that the Bank's business and conduct generate in terms of environmental, social and good governance aspects.

Since 2019, BFF has prepared a Consolidated Non-Financial Disclosure, which supplements the Group's Financial Statements with the main non-financial data and information.

The Group has identified and evaluated the impacts within its everyday operations and through discussions with its stakeholders, also in compliance with the new GRI reporting standard, relating to the definition of the material topics which need to be addressed in the 2022 Consolidated Non-Financial Disclosure.

The new analysis, which represents an initial application of double materiality, governed by soon to be implemented European regulations (CSRD - Corporate Sustainability Reporting Directive), considered, unlike what was done in the past, both an assessment of the impacts generated by the Group and the financial implications for it, to be enacted already starting from the 2022 Consolidated Non-Financial Disclosure.

The Board of Directors - supported by the Control and Risks Committee and the ESG Committee - supervised the process and reviewed and approved the material topics identified.

## ESG targets achieved in the course of 2022

In line with the objectives declared during the publication of the 2021 Consolidated Non-Financial Disclosure, BFF continued on its path towards the integration of ESG factors into its strategy, with actions aimed at creating long-term value for the benefit of its internal and external stakeholders.

On July 28, 2022, BFF Bank's Board of Directors established and approved the Regulation of the ESG Committee, as a managerial body with proposal and advisory functions in favor of the Chief Executive Officer regarding assessments and decisions concerning sustainability issues, connected to the Bank's and the Group's business operations and its dynamics of interaction with all stakeholders.

More specifically, the Committee has investigative duties vis-à-vis sustainability matters to be submitted to the CEO, supporting the latter in managing all social responsibility issues and ensuring the Group's positioning on these matters in the various reference areas.

The establishment of a Sustainability Committee:

- ▶ Testifies to the importance BFF attaches to integrating sustainability issues into its business operations, and to promoting a culture of sustainability within the organization.
- ▶ Enables the cross-sectoral management and integration of sustainability issues within the business, ensuring the commitment and participation of all functions.
- ▶ Allows the effective, homogeneous and coordinated management of sustainability-related processes and initiatives.
- ▶ Enables the development of a defined and shared governance for the identification of strategic management priorities, so that they are measurable and verifiable for all functions.

In the course of 2022, BFF embarked upon a path to engage in dialog with the main ESG (“Environment, Social, Governance”) rating agencies with a view to continuously improving its performance in the most accredited ESG ratings.

This approach which led to an upgrade in the following ESG risk ratings represents further encouragement for BFF to continue on its path of sustainable growth.

On September 5, 2022, the rating agency Sustainalytics, as part of an independent assessment relating to the entire BFF Group, assigned BFF an ESG (Environmental, Social, Governance) risk rating of 18.1 and recorded an evident improvement over the past, placing the company in the “Low Risk” category.

The rating assigned by Sustainalytics contributes towards increasing transparency and the visibility of BFF’s sustainable growth path, and measures the company’s exposure to the material ESG risks specific to the sector, as well as the level and quality of the management of such risks.

Therefore, BFF has transitioned from “Medium Risk” to “Low Risk” and is in the 9th percentile of the “Regional Banks” sub-industry, in the 17th percentile of the “Banks” category and in the 19th percentile of the entire Sustainalytics universe. Furthermore, BFF came in second place in the reference sub-industry of companies with a market cap of USD 1.1-1.2 billion.

Lastly, on December 22, 2022, the Board of Directors approved the Diversity & Inclusion (D&I) Policy with a view to defining the principles inspiring the actions of BFF, aimed at:

- i) promoting and constantly and progressively supporting diversity and inclusion within the Group and
- ii) continuously favoring an inclusive work environment for all Bank and Group company employees.

The above is based on the assumption that diversity and inclusion are to be considered values that have concretely positive effects with respect to all Bank stakeholders.

BFF recognizes the above-mentioned values as veritable key resources aimed at innovation and the growth of the productivity and sustainability of the Bank and its Subsidiaries.

With regard to the goal connected with the further development of the Farmafactoring Foundation’s activities, in 2022 it redefined its strategic impact, in line with community requirements.

In this context, the Foundation developed a new purpose: “To be a driver of sustainable and inclusive transformation in individual and community welfare and protection systems.”

The purpose, validated by intense stakeholder engagement activity, meets a new need: to work in an integrated manner in the areas of health, social security and financial inclusion.

On its company intranet - which is available to the entire Group - BFF has created a new “Sustainability” section entirely dedicated to ESG topics (available in English and Italian) with the goal of spreading a culture which is attentive and sensitive to the use of resources. More specifically, some of the elements that have been made available in that section include: i) a tool for monitoring personal printer use over time, to obtain greater awareness of one’s corresponding negative impact on the environment (consumption of CO<sub>2</sub>, use of natural resources and energy) and help the Group limit paper use as much as possible and ii) an area dedicated to sharing awareness messages and spreading best practices, which each employee can freely suggest to all colleagues.



## 2. Operational context and significant events

### International Economic Landscape

The year 2022 was marked at geopolitical level by Russia's invasion of Ukraine, the ensuing tensions between Russia and Western countries and, at economic level, a surge in inflation across all of the major countries and the resulting generalized increase in interest rates.

Consumer prices were driven upwards especially by higher energy costs, caused by interruptions in global supply chains due to the pandemic and accentuated after the outbreak of the war in Ukraine, as well as the recovery in demand post-Covid and the strengthening job market. Indeed, unemployment rates fell to all-time lows in the United States as well as the Eurozone, causing an increase in core inflation (i.e., net of the more volatile food and energy components) to the highest levels seen in more than forty years in the USA and since the start of the single currency on the Old Continent.

In order to limit demand-pull inflation, the Central Banks made their orientation more restrictive, increasing official interest rates on multiple occasions. Specifically, the Federal Reserve raised its federal funds rates from 0.00%-0.25% to 4.25%-4.50%, and the ECB increased its rate on refinancing operations from 0.00% to 2.50%.

The inflationary shock triggered a decisive slowdown in the main economies and there is a high risk of a recession is on the horizon. The cycle's leading indicators are moving in that sense.

However, energy prices have fallen considerably, after the peaks reached by gas in August and oil in June, foreshadowing a significant decline in inflation in 2023.

### The European economy

#### THE MAIN MACROECONOMIC INDICATORS OF THE EUROPEAN UNION

Indicators	2020	2021	2022	2023
Real GDP (annual change)	-5.5%	5.4%	3.4%*	0.4%*
Inflation rate (annual change)	0.6%	2.7%	8.9%	6.4%*
Unemployment rate	7.6%	7.4%	6.7%	6.9%*
Balance of payments (% of GDP)	<b>1.9%</b>	<b>2.3%</b>	<b>1.0%*</b>	<b>1.3%*</b>
Public Budget Balance (% of GDP)	<b>-6.9%</b>	<b>-4.8%</b>	<b>-3.4%*</b>	<b>-3.5%*</b>

(\*) Consensus estimates from Bloomberg, updated at February 20, 2023.

In 2022, European economic growth slowed, impacted by higher energy and food prices. Industrial output remained stable, but orders declined and in the second half of the year manufacturers became pessimistic. Consumption halted, influenced by household confidence which had slipped to all-time lows as a result of surging inflation and although the unemployment rate had fallen to its lowest level ever, at 6.1%. The conditions were therefore created for a sharp economic slowdown in 2023. In this sense, consensus estimates point to a slowdown in GDP growth this year to 0.4%, from 3.4% in 2022.

Inflation in December reached 10.4%, from 5.3% in December 2021 and after reaching the record level of 11.5% in October, with the core figure (excluding the volatile components of food, energy, alcohol and tobacco) at 6.2% (from 3.0%).

In order to cope with growth in inflation well above its target (2%), the European Central Bank made monetary policy less accommodative, ending quantitative easing and starting the reversal of the interest rate cycle in July. All three reference rates were hiked by 2.5 percentage points: the rate on deposits was brought to 2.00%, that on main refinancing operations to 2.50% and that on marginal refinancing operations to 2.75%. As a result, traders decisively revised their expectations of European short-term rates upwards, with forward rates on the three-month Euribor rising from 0.06% basis points at the end of 2021 to 3.65% at the end of 2022 for the December 2023 maturity.

Soaring inflation, expectations for a tighter monetary policy and the sharp rise in US rates (by 236 basis points on the 10-year Treasury from the end of 2021 to the end of 2022) caused European bond yields to rise substantially on three- and ten-year German benchmark bonds, by 322 and 275 basis points respectively. Furthermore, the fear that the credit crunch enacted by the ECB could weigh down on interest expenditures drove up the spreads of higher debt countries, such as Italy and Greece. In particular, the yield differential between Btp and Bund on the ten-year maturity from the end of 2021 to the end of 2022 rose by 79 basis points to 214. The combination of a sharp rise in international interest rates and a somewhat higher risk premium for holding BTPs thus led to a sharp drop in the Italian bond market, which lost 14.8% (based on the overall MTS index) during the year, driven downwards by BTPs with maturities over 6 years (-24.4%).

The European public deficit reduction trend continued, benefiting from the increase in revenue generated by higher nominal growth and the phasing out of the measures temporarily taken in response to the pandemic, and despite the measures taken to contain the impact of rising energy prices on households and businesses and to help Ukrainians fleeing the war. Based on consensus estimates, the deficit is expected to decrease to 3.4% of GDP in 2022 (from 4.8% last year), to then rise slightly to 3.5% in 2023.

After the stimulus received in 2020-2021 to deal with the pandemic, public expenditure as a percentage of GDP should reduce to 49.8% in 2022 and to 49.7% in 2023 (according to European Commission estimates), from the peak of 52.8% reached in 2020 (and 51.5% in 2021). Moreover, thanks to the significant growth in nominal GDP, in 2022 the increase in public expenditure in the EU is expected to have been nearly 5%, and for the coming year the Commission expects an increase of 5.8%.

## PUBLIC EXPENDITURE OUTLOOKS IN THE COUNTRIES WHERE BFF OPERATES

Countries	2021 Public Expenditure (billion euros)	2021 Public Expenditure (% of GDP)	Chg 2021/2020	2022 Public Expenditure (billion euros)	2022 Public Expenditure (% of GDP)	Chg 2022/2021	2023 Public Expenditure (billion euros)	2023 Public Expenditure (% of GDP)	Chg 2023/2022
European Union (27 countries)	7,480	51.5	5.2%	7,847	49.8	4.9%	8,302	49.7	5.8%
France	1,476	59.0	3.8%	1,525	57.9	3.3%	1,613	58.1	5.8%
Italy	985	55.3	4.4%	1,031	54.1	4.6%	1,052	53.3	2.1%
Spain	611	50.6	5.1%	635	48.7	3.9%	657	47.9	3.6%
Poland	254	44.2	0.1%	296	44.1	16.5%	345	46.3	16.5%
Czech Republic	111	46.5	8.7%	120	45.2	8.6%	132	46.0	10.1%
Portugal	103	47.8	3.8%	108	45.9	5.8%	114	45.5	5.0%
Greece	104	57.4	5.6%	114	54.4	9.0%	117	52.4	2.7%
Slovakia	46	46.3	9.1%	48.5	45.0	6.3%	57.2	47.1	18.0%
Croatia	33	48.5	20.7%	35.7	47.2	8.5%	38.4	47.4	7.8%

Source: BFF calculations based on European Economic Forecast, Autumn 2022 and Eurostat data.

The trend of public expenditure on goods and services has to date been significantly more lively than that of overall public expenditure. The annual cumulative figures to the third quarter of the year (i.e., the sum of the data between the fourth quarter of 2021 and the third quarter of 2022) indeed show year on year growth of 7.2%. Looking at the countries in which BFF operates, growth is particularly consistent in Greece (+12.7%), Poland (+12.1%) and Croatia (+11.6%), while it is more limited in France (+4.9%), where however the weight on GDP is already relatively high (11.6%), albeit not higher than that observed overall in the European Union.

In Italy, public expenditure on goods and services in relation to GDP amounted to 8.8%, a decline of 2.8% compared to what was recorded overall by the EU; as the figure on intermediate consumption was basically aligned (at 6%), the difference lies in social benefits in kind, which account for roughly half (2.7%) of that observed in the European Union (5.6%). With the budget law approved at year end, the Italian government intends to bring public expenditure on goods and services to €170.9 billion in 2023 (from 166.9 in 2022), compared to 165.6 in the absence of financial measures.

## THE TREND OF PUBLIC EXPENDITURES FOR GOODS AND SERVICES IN THE COUNTRIES WHERE BFF OPERATES

Countries	Intermediate Consumption Q3 2022 <sup>(*)</sup> (billion euros)	Intermediate Consumption Q3 2022 <sup>(*)</sup> (% of GDP)	Chg yoy	Social Benefits in Kind Q3 2022 <sup>(*)</sup> (billion euros)	Social Benefits in Kind Q3 2022 <sup>(*)</sup> (% of GDP)	Chg yoy	Public Expenditure for Goods and Services Q3 2022 <sup>(*)</sup> (billion euros)	Public Expenditure for Goods and Services Q3 2022 <sup>(*)</sup> (% of GDP)	Chg yoy
European Union (27 countries)	930.7	6.0	7.2%	859.3	5.6	7.2%	1,789.9	11.6	7.2%
France	136.1	5.2	8.2%	165.4	6.4	2.3%	301.4	11.6	4.9%
Italy	113.2	6.1	5.3%	50.3	2.7	7.3%	163.5	8.8	5.9%
Spain	74.7	5.8	6.8%	37.5	2.9	7.6%	112.2	8.6	7.1%
Poland	37.5	5.9	14.1%	12.0	1.9	6.4%	49.5	7.8	12.1%
Czech Republic	15.5	5.8	15.7%	9.1	3.4	8.7%	24.6	9.2	13.0%
Portugal	12.9	5.5	7.0%	4.6	2.0	11.7%	17.5	7.5	8.2%
Greece	11.5	5.8	14.4%	5.8	2.9	9.4%	17.3	8.7	12.7%
Slovakia	6.4	6.1	14.4%	3.7	3.5	13.8%	10.1	9.6	14.2%
Croatia	5.0	7.8	13.5%	1.4	2.1	5.3%	6.4	9.9	11.6%

Source: BFF calculations based on Eurostat data.

(\*) Annual cumulative figures.

Public expenditure on goods and services includes intermediate consumption and social benefits in kind acquired in the market. Intermediate consumption is all goods and services destined to be transformed into production processes for the direct provision of health and welfare services and the provision of welfare and social security benefits in cash. The social benefits in kind acquired in the market regard goods and services produced by parties that are not part of Public Administrations and made available directly to households; spending on those goods and services regards the Healthcare (expense for pharmaceutical assistance and for healthcare services provided under agreement) and Social Protection functions for the acquisition of welfare services.

## The factoring market in Europe

In the first half of 2022, with total turnover of €1,144 billion and accounting for 12.5% of GDP, **factoring in Europe** marked record annual growth of 21.5%, doubling the increase recorded in the first half of 2021 (11%). This trend is the result of multiple factors: a recovery in demand after the strong contraction caused by the pandemic, the need for liquidity to repay state loans, the impact of inflation on the nominal amount of business turnover and the volumes transferred and the effect of the Russia-Ukraine crisis on the formation of new financial requirements in Eastern European countries, connected to the financing of cost items caused by the management of migratory flows and humanitarian interventions.

The turnover recorded in June 2022 by the countries in which the BFF Group operates was more than €546 billion, marking average growth higher than the European trend.

This result was driven in absolute terms by France (€203.5 billion) and Italy (€139.8 billion), but also influenced in relative terms by the Czech Republic, Greece and Poland, which recorded an annual growth rate significantly higher than the average of European countries<sup>1</sup>.

Specifically, looking at the factoring market in Italy, 2022 turnover amounted to €287 billion, recording year-on-year growth of 14.6%, against total outstanding loans at year-end of €69.5 billion, up by 5.9% compared to the end of 2021.

Restricting the analysis only to factoring for the public administration, in December 2022 there was a 30.3% reduction of turnover year-on-year, with a total value of €19.3 billion, equal to 6.8% of total factoring turnover.

The trend observed is linked to the growing complexity of the reference regulatory context, following the entry into force of the new definition of default set forth in the European Regulation relating to prudential requirements for credit institutions and investment firms, which privileges highly specialized operators and, at the same time, drives the assessment of alternative solutions in relation to the structured finance sector.

With reference to outstanding loans to public entities, there was a reduction of 1.7% compared to the previous year, for a total value of €8.5 billion in December 2022<sup>2</sup>, due to lower turnover volumes and the increase in average payment days.

The composition of outstanding loans changed slightly compared to 2021, with healthcare sector receivables up from 34% to 36% and those claimed from the central and local administrations and other public entities declining from 66% to 64%.

---

1 Source: EU Federation - Half Year Figures June 30, 2022.

2 Source: Assifact - February 2023.

## The Italian Securities Services market

BFF is the main independent player in Italy in the field of custodian banking, fund accounting, transfer agent and security custody and settlement services.

The performance of the Bank's **Fund Services** and **Global Custody** businesses, which are highly correlated with each other, was influenced by the downward trend in the equivalent value of assets under management in Italy, which decreased by 14.6% to €2,216 billion during the year. This decrease was caused by the strong market downturn - in both the equity and bond markets - and took place although net inflows were positive by nearly €20 billion.

### THE ITALIAN MANAGED SAVINGS INDUSTRY

Management	2022 Net inflows <sup>(*)</sup> (A)	(A)/Assets under management Dec. 2021	Net inflows Jan.- Sep.2022 <sup>(*)</sup> (B)	(B)/Assets under management Dec. 2021	Assets under management Dec. 2022 <sup>(*)</sup>	Assets under management Dec. 2022/ Dec. 2021	Assets under management Sep. 2022 <sup>(*)</sup>	Assets under management Sep. 2022/ Dec. 2021	Assets under management Dec. 2021 <sup>(*)</sup>
<b>Collective management</b>	<b>15,477</b>	<b>1.1%</b>	<b>14,646</b>	<b>1.1%</b>	<b>1,160,158</b>	<b>-14.1%</b>	<b>1,150,159</b>	<b>-14.9%</b>	<b>1,351,254</b>
Open funds	9,338	0.7%	10,028	0.8%	1,074,708	-15.5%	1,066,725	-16.2%	1,272,588
Italian-law funds			-566	-0.2%			223,413	-13.7%	258,969
Funds under foreign law			10,594	1.0%			843,312	-16.8%	1,013,619
Closed funds	6,139	7.8%	4,619	5.9%	85,449	8.6%	83,435	6.1%	78,666
Italian-law funds			1,299	2.0%			68,516	3.2%	66,409
Funds under foreign law			3,319	27.1%			14,919	21.7%	12,257
<b>Portfolio management</b>	<b>4,288</b>	<b>0.3%</b>	<b>-7,274</b>	<b>-0.6%</b>	<b>1,055,458</b>	<b>-15.1%</b>	<b>1,040,900</b>	<b>-16.3%</b>	<b>1,242,988</b>
Management of insurance products			-4,034	-0.5%			663,890	-17.5%	804,388
Management of retail assets	7,316	4.5%	5,336	3.3%	144,428	-12.0%	141,739	-13.6%	164,097
Management of social security assets			1,709	1.5%			99,191	-13.0%	114,017
Open pension funds			1,285	5.0%			22,255	-12.6%	25,475
Negotiated pension funds			1,355	2.4%			50,256	-9.8%	55,742
Pre-existing pension funds			17	0.1%			12,312	-13.5%	14,236
Pension funds			-214	-3.1%			5,487	-19.4%	6,806
Other forms of social security			-734	-6.2%			8,881	-24.5%	11,759
Other management			-10,285	-6.4%			136,080	-15.2%	160,486
<b>Total managed savings</b>	<b>19,765</b>	<b>0.8%</b>	<b>7,372</b>	<b>0.3%</b>	<b>2,215,616</b>	<b>-14.6%</b>	<b>2,191,059</b>	<b>-15.5%</b>	<b>2,594,242</b>

(\*) Values in € million.

Source: BFF Bank calculation based on Assogestioni data.

In detail, net inflows grew by €9.3 billion for open-end funds, €6.1 billion for closed-end funds and €7.3 billion for retail asset management, while they declined by €3.0 billion for institutional portfolio management; moreover, as concerns the latter, the data at the end of September show that pension funds - and specifically negotiated pension funds, which are important for BFF's business - went against the trend, rising by €1.7 billion (with negotiated pension funds up by €1.4 billion). In collective management, the increase in net inflows, on the basis of data for the first nine months of the year, was nearly entirely attributable to foreign funds (+€13.9 billion) and only to a modest extent (+€0.7 billion) to Italian funds.

Assets under management thus rose at the end of December to €1,075 billion for open-end funds (48.5% of the total), €85.4 billion for closed-end funds (3.9%), €144.4 billion for retail portfolio management (6.5%) and €911.0 billion for institutional portfolio management (41.1%). Specifically, at the end of September the assets of the negotiated pension funds amounted to €50.3 billion, equal to around half of the total of the social security assets under management.

## The payment market in Italy

2022 represented another year of progress for digital payments. The payment cards market is the main driver of this expansion: pending consolidated figures for 2022, the first half of the year saw an increase in transactions using prepaid cards by +19% and using debit cards by +24%, while the category of credit cards - after a 2021 with still very limited growth due to the medium-term effects of Covid - benefited from the recovery in high-amount consumption for services, tourism and business travel, with growth of +21%.

Although to a lesser extent, cash withdrawal transactions using a card at ATMs grew for a total of €85 billion (+14%).

In physical stores, the contactless card is confirmed as the most utilized payment method, representing 64% of digital transactions (a percentage which rises to 69% if we also consider transactions using mobile phones, smartwatches and other NFC devices) and is up by 49% compared to the first half of 2021, for a total of €79 billion.

As concerns bank payments, according to the Bank of Italy's half-year report, there was an increase in SEPA instruments starting with bank transfers (+6.1% in the first half of 2022 compared to the first half of 2021) and SDDs (+6.5%); on the other hand, other forms of domestic collection, Ribas (cash order) or MAVs (payment against notice), were down slightly (-1.5%).

Other "traditional" payment instruments such as bank checks and drafts (-6.8%) and bills (-6.9%) were also down in the first half of 2022 compared to 2021.

From the perspective of payment initiatives, the entry into force of the T2-T2S Consolidation in March 2023 is challenging banks both operationally and in terms of investments, while instant payments, although starting to be accepted by many banks, are still struggling to become established as a leading payment service. Its mandatory application, determined in November 2022 by the European Commission, will continue to spread over the next two years.

The evolution and digitalization of the European Payment System continues to be the focus of attention of the European Commission and the European Central Bank (ECB), which are engaged in defining strategic lines for the coming years. Particular attention is being paid by both institutions to both the development of instant payments and the realization of a Digital Euro. The year 2022 also marked the beginning of the PSD revision process that will lead, probably by 2023-2024, to a new update of the Payments Directive ("PSD3"), which could open up the market even more to competition.



## Key events

This section shows the main events that occurred in 2022.

On February 2, 2022, BFF announced the agreement with Fondazione Fiera Milano for the acquisition of the area where the Bank's new headquarters will be built.

The building will be completed in 2024 and will accommodate the more than 500 employees currently working in Milan in three different locations. The new headquarters, which will be called "**Casa BFF**", is part of a process of progressive renovation of the Group's working environments, as has already been done for the offices in Madrid (2020) and Poland, in Łódź (2019), at the Brama Miasta complex.

In preparation for the execution of the project, on January 19, 2022 **BFF Immobiliare S.r.l.** was established, a company which manages the development and enhancement of Casa BFF and, in the future, all of the Group's owned real estate assets.

On March 9, 2022, following the conclusion of the Accelerated Book-Building procedure on approximately 14 million BFF ordinary shares held by Equinova UK HoldCo Limited<sup>3\*</sup>, the Bank's free float, already over 80% on December 31, 2021, reached nearly 100% of the share capital, thus making BFF **one of the few Italian listed companies with a broad shareholder base.**

On March 31, 2022 a Shareholders' Meeting was held that approved a **Long-Term Incentive Plan** that will contribute to the creation of future value by, among other things, strengthening retention and the pursuit of sustainability goals. The Shareholders' Meeting also approved the **Remuneration Policy Report**, and cast a favorable advisory vote on the **Remuneration Paid Report**.

On April 21, 2022, following the shareholders' resolution of March of the same year, BFF distributed a gross dividend per share of €0.679 for a total of €125,280,399.

2022 also marks the transition to the **half-yearly dividend distribution**, in August, based on the results of the first half of the year, further accelerating the return of capital to shareholders. Therefore a payment of €68,549,894 was made on August 24, 2022.

Moreover, during the year BFF optimized its capital structure in order to have greater flexibility, as well as a wider margin in terms of leverage and large exposure limits. Therefore:

- ▶ On January 19, 2022 the issue of a subordinated Additional Tier1 Perpetual NC 2027 instrument with a nominal amount of €150 million was finalized, and
- ▶ on March 2, 2022, the call option to redeem the Tier2 10YNC5 subordinated instrument issued in March 2017 with a nominal amount of €100 million was exercised.

On June 29, 2022, the residual amount of €42 million of the senior preferred bond of an original amount of €200 million, issued in 2017 and subject to cash buyback and subsequent repurchases as of June 2021, was repaid at maturity.

<sup>3</sup> Equinova is the holding company of Advent International Corporation, Bain Capital Private Equity Europe LLP and Clessidra SGR S.p.A., which was the main shareholder of DEPObank (as of March 1, 2021 it held a 91.6% stake in its share capital).

In the second half of the year, in order to cool inflation, the European Central Bank initiated a restrictive monetary policy cycle, thus bringing the era of negative rates to an end. Between July and December, the official interest rates were raised four times (in July, September, October and December) for a total of 250 basis points and an additional 50 basis point hike was enacted in February 2023. In detail, key rates on deposits and on main and marginal refinancing operations were increased to 2.50%, 3.00% and 3.25%, respectively. Furthermore, on December 15 the ECB announced the launch of Quantitative Tightening, or the reduction in the asset portfolio starting from March 2023 at the pace of €15 billion per month (amount which the Frankfurt institution reserves the right to change starting in July).

On September 5, 2022, the rating agency Sustainalytics, as part of an independent assessment relating to the entire BFF Group, assigned BFF an ESG risk rating of 18.1. The Group thus transitioned from the "Medium Risk" category to the "Low Risk" category and is in the 9th percentile of the "Regional Banks" sub-industry, in the 17th percentile of the "Banks" category and in the 19th percentile of the entire Sustainalytics universe. Furthermore, BFF came in second place in the reference sub-industry of companies with a market cap of USD 1.1-1.2 billion.

On September 23, 2022, the Bank of Italy issued several more stringent interpretations about the new "Definition of Default" (or "New DoD", Guidelines on the application of the definition of default pursuant to Art. 178 of Regulation (EU) no. 575/2013) which resulted in the registration as at September 30, 2022 of an increase in the level of impaired past due exposures, although not symptomatic of an increase in the actual credit risk profile of the portfolio.

On October 20, 2022, as a result of the ruling of the Court of Justice of the European Union, which constitutes the binding interpretation for the national rulings of all Member States as well, BFF obtained confirmation of its right to recover at least €40 for each past-due invoice with respect to the Public Administration.

Also in October 2022, **BFF Techlab** was born, from the acquisition by BFF of 100% of the share capital of MC3 Informatica Srl, a consulting firm which over the last few years has supported BFF in the implementation of the current core factoring system and in the definition of other application architectures. The transaction is consistent with the growth path outlined by the Bank in the 2023 Business Plan, as it allows for the vertical integration of all MC3's development activities related to the management and evolution of the Group's information system.

Following the exit of Arca and Anima, whose cancellations were communicated in 2021 and whose outgoing migrations were completed in the course of 2022, due to which there was a significant reduction in several activities within the Security Services BU, the bank initiated actions aimed at redefining the organizational structure, readjusting it to updated business needs. In particular, please note that a restructuring procedure is ongoing, which currently involves 23 positions.

Therefore, on November 4 the trade union Information and Consultation Procedure began, pursuant to Art. 22 of the Credit National Collective Labor Agreement, concerning the management of the resulting redundant employees. Please note that in January 2023, following what was described above, a collective dismissal procedure was initiated, pursuant to Arts. 4 and 24 of law no. 223 of July 23, 1991 on a reduced number of positions (from the 49 originally planned to 23 positions), as a result of voluntary departures and internal re-placements. This procedure is still in the discussion phase with the trade unions.

On December 22, 2022, BFF entered the shareholding structure of the **Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.P.A.** by subscribing a 1.25% stake, as part of the share capital increase approved by the Company.

This transaction is one of BFF's sustainability and public commitment initiatives and strategies, and allows the Bank to support other prestigious representatives - public and private - of the country's cultural and economic fabric, engaging alongside one of the major Italian centers for the production and dissemination of culture.

Lastly, please note that with respect to the changes that took place in the corporate bodies:

1. following the resignation of Directors (i) Ms. Barbara Poggiali, on February 3, 2022, and (ii) Amélie Scaramozzino, on February 24, 2022, the parent's Board of Directors appointed via the urgent co-opting procedure - pursuant to Art. 2386 of the Italian Civil Code on February 10, 2022 and March 1, 2022, respectively - Ms. Monica Magri and Ms. Anna Kunkl, to replace the outgoing Directors, subsequently confirmed by the Shareholders' Meeting of March 31, 2022.
2. on February 18, 2022, Ms. Paola Carrara, Chairwoman of the Board of Statutory Auditors, resigned effective as of the earlier of (i) the date of the Shareholders' Meeting called to approve the Group's financial statements at December 31, 2021 and (ii) March 31, 2022.

Following the above-mentioned resignations, the Bank's Board of Directors called the Ordinary Shareholders' Meeting to i) appoint new members to the Board of Statutory Auditors for the remainder of the 2021-2023 three-year period and ii) appoint the new Chairperson of that corporate body. On March 31, 2022, the Shareholders' Meeting approved the appointment of Ms. Francesca Sandrolini as Chairwoman of the Board of Statutory Auditors appointed on the basis of a "single" candidacy proposal submitted by Studio Legale Trevisan & Associati on behalf of a group of shareholders, as the provisions of the Articles of Association and the law requiring the use of the list voting mechanism did not apply.

On April 22, 2022, Ms. Francesca Sandrolini resigned from the position of Standing Auditor and Chairwoman of the Board of Statutory Auditors with immediate effect, for strictly personal reasons. As a result, pursuant to the law and the Articles of Association, starting from the same date, Ms. Mezzabotta – formerly Alternate Auditor of the Bank, elected from the only list presented at the Ordinary Shareholders' Meeting of March 25, 2021 – took over the position of Standing Auditor and Chairwoman of the Board of Statutory Auditors pursuant to the law and the Articles of Association following the resignation on the same date of Ms. Francesca Sandrolini, appointed by the Shareholders' Meeting of March 31, 2022.

After she automatically took over as Standing Auditor, Ms. Mezzabotta also became Chairwoman. On May 6, 2022, Ms. Mezzabotta - as in the meantime she had been appointed as a standing auditor of the Board of Statutory Auditors of another listed issuer, and having reconsidered the number of significant roles held at that date - submitted her irrevocable resignation from the office of Standing Auditor and Chairwoman of the Board of Statutory Auditors with immediate effect.

Pursuant to law and the Articles of Association, on the same date Mr. Carlo Carrera, formerly Alternate Auditor also elected from the single list submitted to the Ordinary Shareholders' Meeting on March 25, 2021, took over the position of Standing Auditor and Chairman of the Board of Statutory Auditors;

After Mr. Carlo Carrera became Standing Auditor and Chairman of the Board of Statutory Auditors, this corporate body a) consisted of members of the same gender, and b) had no Alternate Auditor. Therefore, the Board of Directors called the Ordinary Shareholders' Meeting, as it was necessary to: i) add to the Board of Statutory Auditors, which did not respect gender balance, as it consisted of representatives of the same gender and, therefore, appoint a Standing Auditor to replace Mr. Carlo Carrera; ii) appoint the Chairperson of that control body and, at the same time, iii) appoint two Alternate Auditors, with the right to confirm Mr. Carlo Carrera in the role of Alternate Auditor.

Lastly, on June 22, 2022 the Ordinary Shareholders' Meeting of BFF Bank S.p.A. completed the Board of Statutory Auditors by appointing Ms. Nicoletta Paracchini as Standing Auditor and Chairwoman of the Board of Statutory Auditors, and Ms. Francesca Masotti and Mr. Carlo Carrera as Alternate Auditors.

## 3. Operating performance

### KEY HIGHLIGHTS

#### BFF Bank

- ▶ Profit for the year of €261.4 million and Normalized Profit of €117.0 million (+27.2% year on year).
- ▶ Growth in loans and receivables with customers of +56% year on year.
- ▶ Significant increase in interest rates in terms of loans not yet factored.

#### LPIs + "Recovery Costs" rights

- ▶ Increase in the late payment interest rate from 8% to 10.50% as of January 1, 2023. Additional increase starting from July 2023.
- ▶ Since December 31, 2022:
  - (i) "lump-sum compensation for recovery costs ("40 euros")" accounted for on an accrual basis based on the collection estimates consistent with those of late payment interest, and
  - (ii) change in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50%.
- ▶ Positive one-off on capital for €80 million at December 31, 2022.

#### Capital & Dividends

- ▶ CET1 ratio at 11.7% and TCR at 15.7%.
- ▶ 2022 Dividends of €146.0 million, €68.5 million already paid in August 2022, €77.5 million (roughly €0.42 per share) to be paid in April 2023, based on a shareholders' resolution. Additional Interim Dividend on 2023 profit to be paid in August 2023 on the basis of the results for the first half of 2023.
- ▶ >€615 million in dividends paid to shareholders from the 2017 IPO, roughly 77% of the IPO market cap.

## INCOME STATEMENT BY BUSINESS UNIT

(€ million)

	FY 2022					FY 2021				
	Net Revenues	OPEX incl. D&A	Cost/Income (%)	Provisions	PBT	Net Revenues	OPEX incl. D&A	Cost/Income (%)	Provisions	PBT
<b>Factoring &amp; Lending P&amp;L</b>	108.5	(23.8)	22%	(0.8)	83.8	100.8	(21.2)	21%	1.0	80.7
+										
<b>Securities Services P&amp;L</b>	52.5	(24.7)	47%	-	27.8	57.8	(28.8)	50%	-	29.0
+										
<b>Payments P&amp;L</b>	63.3	(32.1)	51%	-	31.3	62.1	(30.9)	50%	-	31.1
+										
<b>Corporate Center incl. synergies</b>	96.8	(70.1)	-	(0.1)	26.6	50.7	(81.4)	-	5.7	(25.0)
=										
<b>BFF Bank Adj. P&amp;L</b>	321.2	(150.7)	47%	(0.9)	169.5	271.4	(162.3)	60%	6.7	115.8
<b>Adjustments*</b>	200.6	(15.1)	-	(10.0)	175.5	43.0	(2.5)	-	(1.5)	39.1
<b>BFF Bank reported P&amp;L</b>	521.7	(165.8)	32%	(10.9)	345.0	314.4	(164.7)	52%	5.2	154.9

(\*) Non-recurring items in 2022 referred to: the recognition of 50% of the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") for €94.5 million, the combined effect of the increase in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% and the increase in expected days for the relative collection for €27.4 million, extraordinary provisions against a likely risk of a negative ruling for €10.0 million, intra-group dividends for €76.0 million, other non-recurring items for €12.3 million (costs for stock options, non-recurring costs, costs for special projects, capital gain from disposal of real estate, amortization of customer contracts, extraordinary contributions to the "FITD" and changes in the foreign exchange difference covered by the translation reserve).

2021 non-recurring items refer: to the adjusted DEPObank PBT amounting to €5.1 million, expenses referring to the "Stock Option Plan" of €4.2 million, exchange gains covered by the translation reserve in equity of €0.2 million, badwill of €76.9 million, costs related to liability management initiatives amounting to €13.4 million, other transaction and restructuring costs of €10.2 million, expenses relating to the extraordinary contribution to the National Resolution Fund for €2.8 million and the amortization of DEPObank's customer contract amounting to €2.4 million.

The separate financial statements at December 31, 2022 show the equity and economic elements of BFF Bank S.p.A., including, as of 2021, the newly acquired and merged DEPObank.

The merger with DEPObank produced accounting effects from March 1, 2021, and therefore it is only from that date that the accounting data of the two companies were consolidated.

Starting from that date, BFF Bank's results include the dynamics of the sectors it operates in through the Business Units that offer services to customers (Factoring & Lending, Securities Services, Payments) and through the Corporate Center Business Unit that offers support to other BUs, manages the Group's funding (regulated internally by a transfer pricing mechanism), and the use of liquidity in excess of the needs of the Factoring and Lending Business Unit through investments in government bonds, repurchase agreements and deposits with the ECB.

In 2022 the Bank focused on consolidating the newly acquired DEPObank businesses (Securities Services and Payments) and relaunching Factoring & Lending thanks to sales efforts and a gradual return to normalcy in the countries where it operates, despite the fact that they are still managing the long wave of the effects of the Covid-19 pandemic crisis that arose in the first quarter of 2020 and despite the weakness of the financial markets affected by the Russia/Ukraine crisis. Furthermore, the Bank focused on continuously refining and monitoring initiatives to generate the synergies envisaged in the integration plan with DEPObank in terms of both funding and costs.

On the funding front, efforts were focused on using the funding made available by the Securities Services and Payments BUs to finance its loans and, with a view to diversifying funding sources as well as optimizing the cost of funding, on relaunching the funding of Lokata Facto in zloty and, towards the end of the half-year, of Cuenta Facto in euros.

BFF continued its policy of investing in HTC securities backed by Italian government bonds with medium-long term horizons aimed at restoring an average duration consistent with those recorded in the past. Specifically, also in relation to the expected dynamics of interest rates in the euro area, the activity was aimed at variable-rate instruments.

Lastly, note that BFF Bank has no commercial exposure to the Russian and Ukrainian markets and is committed to strictly monitoring the processing activities of the Payments Business Unit to ensure compliance with the restrictions imposed on Russia.

## Financial Performance

### Profit for the year

In terms of overall profitability, the cumulative performance of the Bank's BUs, influenced by the phenomena indicated above, led to a reported profit of €261.4 million, including the non-recurring items that influenced the profit for the year, the details of which are shown in the table below.

### Normalized profit

Eliminating the non-recurring items that affected the profits at December 31, 2022 and December 31, 2021, and adding to these the two missing months of DEPObank (January and February), for comparative purposes only, the normalized profit would stand at €117.0 million (up 27.2% year-on-year).

The main elements affecting the normalized performance can be summarized as follows:

- ▶ higher net interest income essentially due to higher net yields on loans, also thanks to the initiatives implemented to realise the funding synergies envisaged in the plan, and for the higher value of HTC securities and loans to customers in the portfolio;
- ▶ commissions of the Securities Services and Payments BU down compared to 2021 despite commercial performance and also following negative market performance;
- ▶ lower costs thanks to careful monitoring and the initiatives taken to achieve the cost synergies envisaged in the plan.

All of this was achieved in a year characterized by:

- ▶ the war in Ukraine and an energy shock;
- ▶ the sharpest rise in interest rates of recent decades;
- ▶ the highest level of inflation since the 1980s;
- ▶ the restrictions enacted in monetary policy and the end of the period of "negative rates";
- ▶ the volatility of sovereign spreads;
- ▶ negative equity market performance.

The table below explains the transition from the reported profit to the normalized data.

(Values in € million)

Adjustments	12.31.2021	12.31.2022	YoY %
<b>BFF Bank - Reported profit</b>	<b>164.3</b>	<b>261.4</b>	<b>+59.1%</b>
<b>Pre-acquisition normalized profit of DEPObank</b>	<b>5.1</b>		
Exchange differences covered by Translation Reserve in Equity	(0.1)	(1.7)	
Stock Options & Stock Grants	3.0	2.8	
Badwill & transaction and restructuring & M&A costs	(70.5)	3.9	
Liability Management one-off costs	9.5		
DEPObank Goodwill tax relief	(23.7)		
Extraordinary Resolution Fund and FITD	2.0	0.5	
Distribution of dividends from subsidiaries		(73.2)	
Amortization of DEPObank's customer contracts	2.4	3.1	
Changes in asset values, including those relating to late payment interest and the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros")		(79.9)	
<b>BFF Bank – Normalized profit</b>	<b>91.9</b>	<b>117.0</b>	<b>+27.2%</b>

On the following pages, in order to provide a precise presentation of the performance of the various BUs, the comments will refer to normalized income statement data, eliminating the non-recurring elements that influenced the results at December 31, 2022 and December 31, 2021 and including the 2 missing months of DEPObank (January and February 2021).

In this regard, please note that in the course of 2021, the most significant non-recurring item was the badwill resulting from the merger with DEPObank amounting to €76.9 million, which impacted the income statement item Other operating income, net, and in 2022 the Bank i) accounted for 50% of the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") and ii) increased the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% as well as the days expected for the relative collection from 1800 to 2100 days. These effects, identified as non-recurring in 2022 and amounting to €121.9 million, impacted the income statement items Other operating income, net and Interest and similar income and the statement of financial position item Loans and receivables with customers.



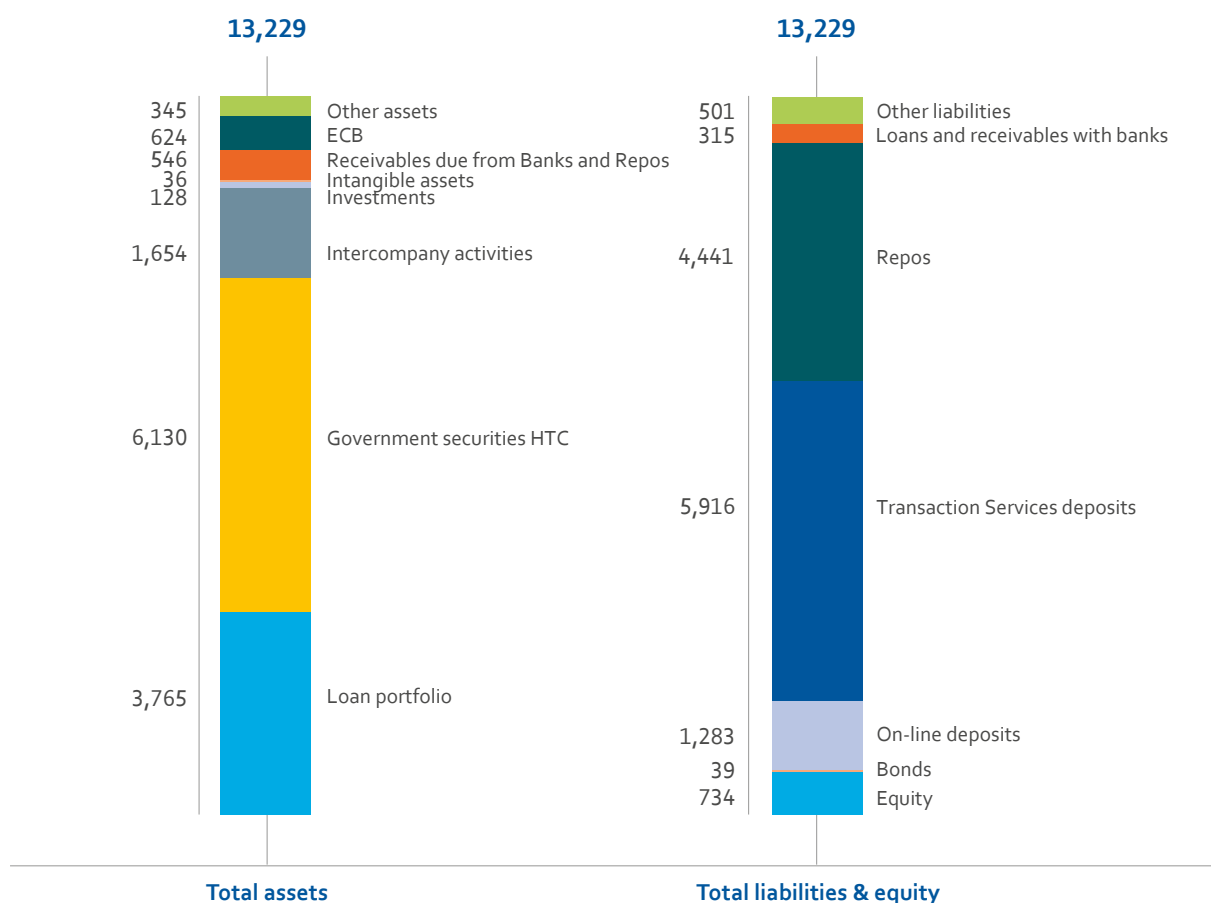
## Statement of financial position

On the Statement of Financial Position front, as it did starting from the second quarter of 2021, during 2022 the Bank continued to focus on optimizing the forms of funding generated by the businesses of the former DEPObank, rationalizing their levels and closing or limiting the most expensive historical forms of financing of BFF while maintaining a certain diversification.

On the other hand, the Bank focused on better managing the forms of use, resuming investments in government bonds and eliminating excess liquidity, with improved effects on both leverage and profitability.

The effect of all of this, which manifested itself from the first half of 2021, continuing also in 2022, was a statement of financial position that, despite the merger of the two banks, was basically aligned with that of the former DEPObank, especially thanks to the refinancing of the forms of funding of BFF Bank “pre-acquisition”.

(€m)



## Lending

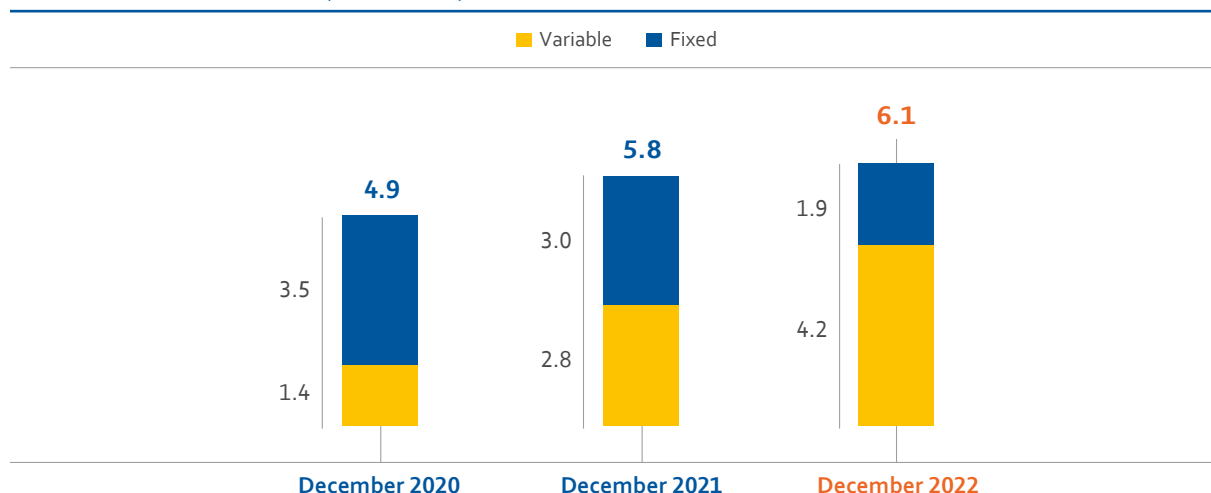
The Factoring & Lending Loan Portfolio was €3.8 billion, up by 56% compared to 2021: the level reached by loans and receivables with customers marks an all-time high, also thanks to a favorable context and confirming the rebound in the post-pandemic period, and an increase compared to the previous year was recorded across all countries.

Loan Portfolio (€m)	12.31.2021(*)	12.31.2022(*)
Italy	2,123	3,383
Portugal	207	239
Greece	70	131
Others Countries (Croatia and France)	11	13
<b>Total</b>	<b>2,410</b>	<b>3,765</b>

(\*) Including "Ecobonus" tax assets for €221 million in 2022 (€18 million in 2021), accounted for under Other assets in the Statement of Financial Position, and "on-statement of financial position" provisions relating to late payment interest and the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") for 412 million.

The portfolio of government bonds reached €6.1 billion, €0.3 billion higher than at December 31, 2021. Indeed, in this area the parent continued with its investment policy to invest and optimize available liquidity. Specifically, also in relation to the expected interest rate trend in the Euro Area, activities were focused on variable rate instruments.

### HTC SECURITIES PORTFOLIO (billion euros)



Cash and cash equivalents were equal to €0.6 billion and Loans and receivables with Banks & Repos equal to €0.5 billion: in this area, ALM actions were taken to optimize the liquidity deposited with the ECB, also in relation to the evolution of monetary policy maneuvers enacted by the ECB starting from the second half of the year.

## Funding

On the liabilities side, the rationalization of funding sources continued through the re-launch of online deposits, the new Additional Tier1 bond issue, the call option redemption of the Tier2 bond issue and the redemption at maturity of the senior unsecured preferred bond issue.

The Transaction Services department, with its Securities Services and Payments BUs, raised approximately €6.0 billion compared to €8.5 billion in 2021, with a decrease in the share of Securities Services of €2.9 billion (€6.1 billion v €3.2 billion) due to the loss of the customer Arca and a change in the funds' investment policies, and with an increase in the amount generated by Payments of around €0.5 billion (from €2.4 billion to €2.9 billion) thanks to the sales efforts with existing customers aimed at boosting liquidity.

The parent continued to offer the online deposit account solution aimed at retail and corporate customers and guaranteed by the Interbank Deposit Protection Fund in Italy with Conto Facto, in Spain, the Netherlands, Ireland and Germany with Cuenta Facto and lastly in Poland with Lokata Facto.

At December 31, 2022 total nominal takings of Conto Facto, Cuenta Facto and Lokata Facto amounted to a total of €1.3 billion, up by approximately €1 billion from December 31, 2021.

In particular, the growth recorded compared to December 31, 2021 benefited from the campaigns promoted across all geographical areas, and specifically in Poland already starting in early 2022 and in the rest of the Eurozone starting from the second half of the year.

With regard to capital market activities, on January 19, 2022 a subordinated Additional Tier1 Perpetual NC2027 instrument in the amount of €150 million was issued at par with a fixed-rate coupon of 5.875% per annum to be paid on a half-yearly basis.

On March 2, 2022 the option for early redemption of the €100 million Tier 2 bonds was exercised following the authorization received from the Bank of Italy.

On June 29, 2022 the senior bond with a residual amount of €42.3 million were repaid at maturity.

With regard to the parent's senior preferred unsecured issues, note that, also as a result of additional marginal repurchases made during 2022 and the repayment at maturity mentioned above, securities outstanding as of December 31, 2022 amounted to €38.6 million, compared to €82 million as of December 2021.

In light of what is described above, the nominal amount of the bond issues outstanding at December 31, 2022 totals €188.6 million (inclusive of AT1), compared to €181.8 million in the previous year (inclusive of TIER II).

Lastly, BFF has no loans to be refinanced with the European Central Bank (ECB), neither ordinary (OMA) nor extraordinary (PELTRO, TLTRO etc).

## Equity, Own Funds and Equity Ratios

BFF Bank continues to maintain its capital soundness, also in consideration of the fact that the capital ratios and own funds do not include €146 million relating to the normalized profit for the year.

Recall that already at the time of the 2021 Financial Statements BFF Bank had committed to implement all possible initiatives to pay dividends twice a year from 2022; therefore, in August 2022 BFF Bank distributed an interim dividend of €68.5 million while in April 2023, it is preparing to distribute an additional €77.5 million, based on a shareholders' resolution, for a total amount equal to €146 million, as noted above.

Equity amounted to €734 million at December 31, 2022, up compared to €517 million at December 31, 2021.

BFF Bank's own funds at December 31, 2022 amounted to €590 million and included the €150 million unsecured and rated subordinated Additional Tier 1 bond placed on January 19, 2022 and €115 million in undistributed profit for the year; the overall exposure to risks, in relation to the business carried out, is more than adequate in relation to the level of capitalization and the identified risk profile.

Indeed, the capital ratios CET1, Tier 1 Capital Ratio and Total Capital Ratio are 11.7%, 15.7% and 15.7%, respectively.

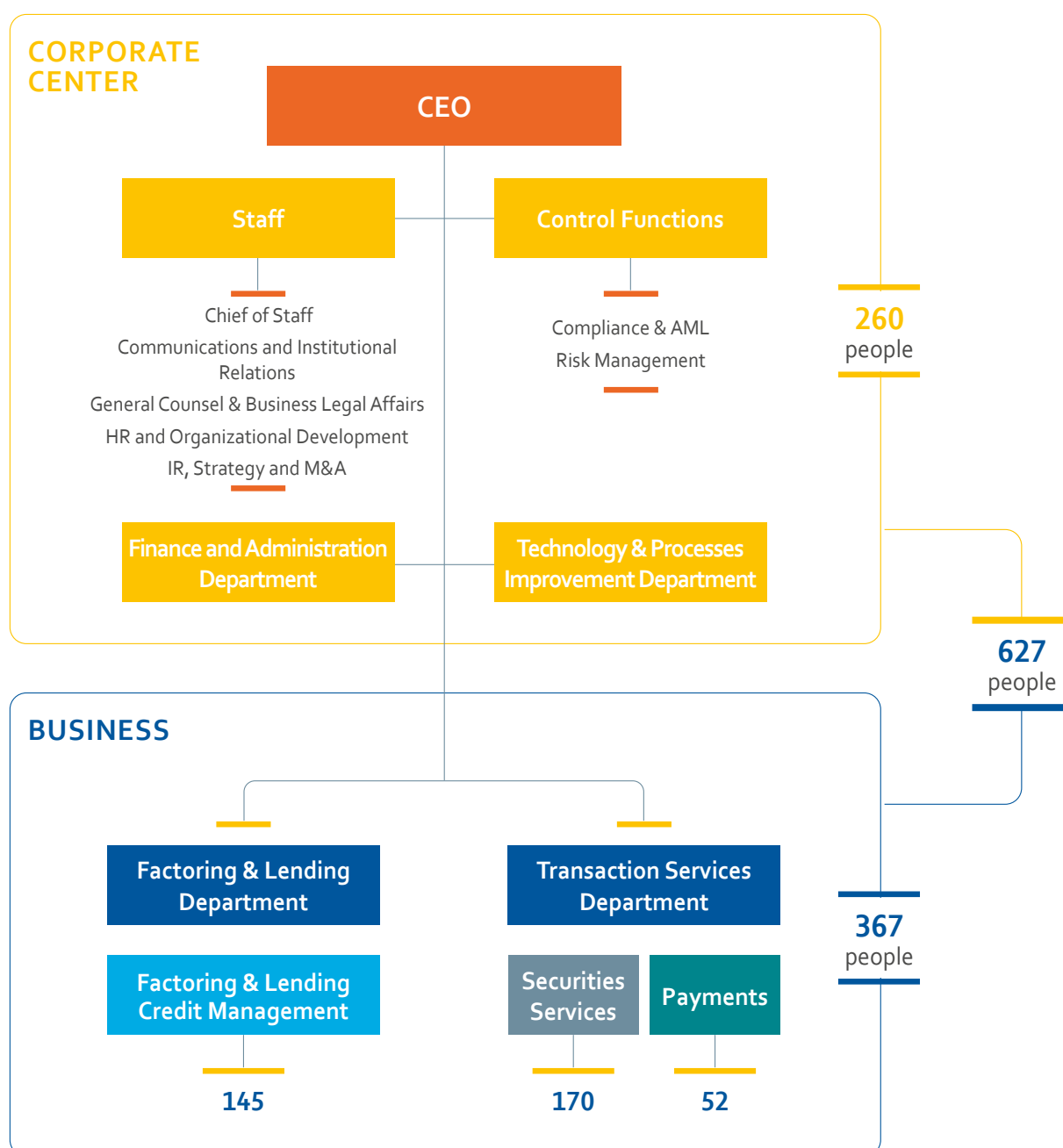
Furthermore, it is recalled that the Bank did not need to apply the emergency measures made available by the ECB, the EBA or the European Commission's COVID-19 banking package.

Finally, recall that on October 19, 2022 the Bank of Italy, as Resolution Authority, adopted the 2021 resolution plan for BFF Banking Group, identifying resolution as a crisis management strategy for the BFF Bank Group.

	BFF Bank	
	12.31.2021	12.31.2022
Own Funds	428.4	590.4
<i>CET1 Capital Ratio</i>	11.8%	11.7%
<i>Tier 1 Capital Ratio</i>	11.8%	15.7%
<i>Total Capital Ratio</i>	15.3%	15.7%

## Organizational structure

As of December 31, 2022 the parent is organized along three business lines, **Factoring & Lending** (within the department of the same name), **Securities Services** and **Payments**, within the Transaction Services Department, supported by the **Corporate Center**.



## Changes in the workforce

At December 31, 2022 the total number of BFF employees amounted to 627 persons, of whom 42 joined the parent in 2022: 31 in Italy, 1 in Greece, 3 in Spain, 2 in Portugal, 5 in Poland.

The distribution of personnel within the various countries shows a reduction in personnel of 19 resources, mainly concentrated in Italy, following the loss of the customers Arca and Anima (as mentioned previously).

Below is the breakdown by country:

December 31, 2021	Italy and FOS	Spanish Branch	Polish Branch	Greece	Portugal	Total
Senior Executives/Executives	21	0	0	0	1	22
Manager/Coordinator	93	3	7	3	1	107
Specialists/Professionals	466	6	32	5	8	517
<b>HEADCOUNT DECEMBER 31, 2021</b>	<b>580</b>	<b>9</b>	<b>39</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>646</b>

December 31, 2022	Italy and FOS	Spanish Branch	Polish Branch	Greece	Portugal	Total
Senior Executives/Executives	23	0	0	0	1	24
Manager/Coordinator	97	5	8	3	2	115
Specialists/Professionals	442	4	29	6	7	488
<b>HEADCOUNT DECEMBER 31, 2022</b>	<b>562</b>	<b>9</b>	<b>37</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>627</b>

The breakdown of the workforce by gender as at December 31, 2022 basically remained unchanged from December 31, 2021, with 52% women and 48% men.

Below is a breakdown by country as of December 31, 2022:

<b>December 31, 2021</b>	<b>Women</b>		<b>Men</b>		<b>Total</b>
Italy	294	51%	286	49%	580
Spanish Branch	5	56%	4	44%	9
Polish Branch	23	59%	16	41%	39
Greece	4	50%	4	50%	8
Portugal	3	30%	7	70%	10
<b>Total Country</b>	<b>329</b>	<b>51%</b>	<b>317</b>	<b>49%</b>	<b>646</b>

<b>December 31, 2022</b>	<b>Women</b>		<b>Men</b>		<b>Total</b>
Italy	288	51%	274	49%	562
Spanish Branch	5	56%	4	44%	9
Polish Branch	24	65%	13	35%	37
Greece	4	44%	5	56%	9
Portugal	3	30%	7	70%	10
<b>Total Country</b>	<b>324</b>	<b>52%</b>	<b>303</b>	<b>48%</b>	<b>627</b>

## Factoring & Lending BU

### Main KPIs and Economic Results

The Factoring & Lending BU carries out its lending and offers its services through products such as non-recourse factoring, lending and credit management to public administration bodies and private hospitals.

Currently, the parent carries out these activities in 5 countries (Italy, Croatia, France, Greece, Portugal), all of which have been deeply affected in recent years by the Covid-19 pandemic crisis and which to this day continue to deal with the long wave of its effects, together with the implications of the Russia/Ukraine conflict.

Despite the injections of liquidity made by national governments, and thanks to rising interest and inflation rates, which are causing companies to reconsider their working capital strategies, and strong commercial performance, compared to 2021 the main indicators of the Factoring & Lending BU showed strong signs of recovery.

The loan portfolio was up 56% compared to the same period last year (€3.8 billion v €2.4 billion), while volumes of loans and receivables acquired and disbursed were up significantly compared to last year (€5,211 million v €3,447 million) in nearly all countries, thanks to the strong commercial drive enacted within a favorable macroeconomic context, which confirmed a rebound with respect to the pandemic period.

DSO recorded by BFF on factoring activities showed an extension of collection times across almost all countries, with the exception of Portugal (following higher remittances, especially towards year-end, by the central government), Slovakia and Croatia and France (where the figure is however influenced by the size of the business).

#### DSO – days (BFF data, Acquisitions and Management, Public and Private):

	12.31.2021	12.31.2022
Italy	119	132
Portugal	299	175
Greece	210	248
Croatia	282	52
France	107	79

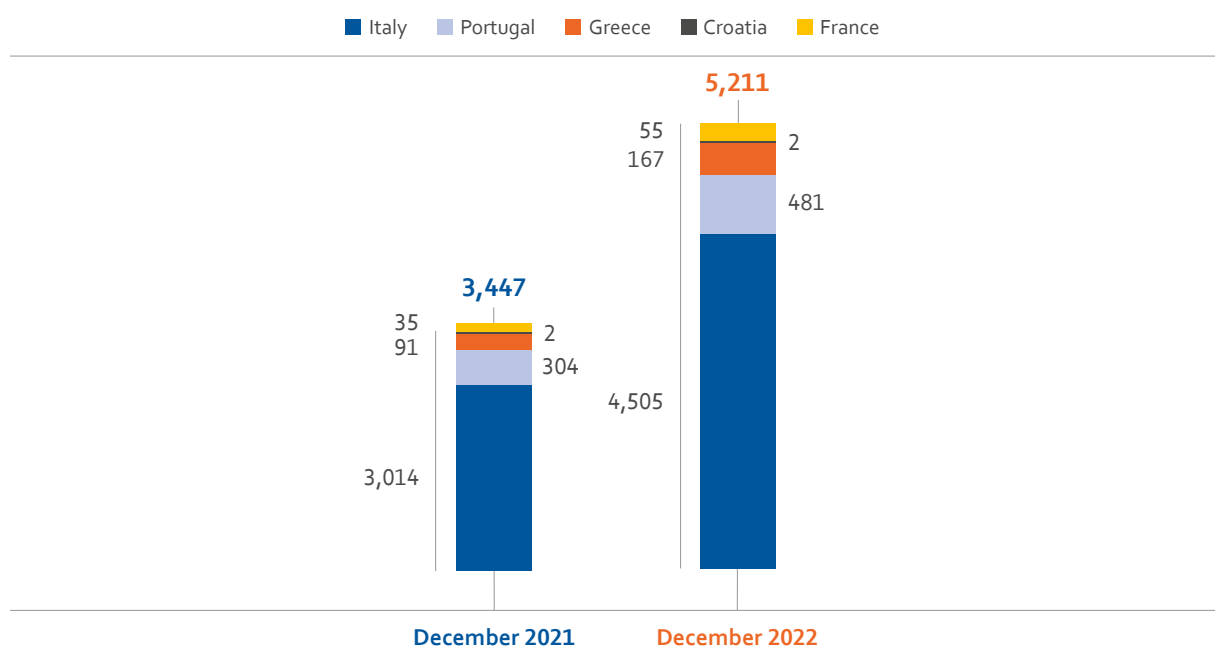
The provision for late payment interest and the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") as well as the relative amounts not transferred to the Income Statement continued to grow compared to 2021 (reaching respectively €686 and €191 million, and €368 million and €96 million), while the relative receipts amounted to €61 million and €10 million, respectively, despite the delay recorded in finalizing agreements with debtors.



(Values in € million)

	12.31.2021	12.31.2022
Turnover acquired	3,447	5,211
Loan Portfolio	2,410	3,765
Late payment interest collected	51	61
Lump-sum indemnity ("40 euros") collected	5	10
Provision for late payment interest	642	686
Lump-sum indemnity provision	187	191
Provision for late payment interest not transferred to the income statement	371	368
Lump-sum indemnity provision not transferred to the income statement	187	96

## VOLUMES BY COUNTRY



Normalized net interest income amounted to €93.0 million, compared to €88.5 million in 2021, and was positively affected by the "rescheduling/capital gains" spread and negatively by the temporal delay, with respect to funding, of the repricing of loans, the positive effects of which (both on the interest rate used for late payment interest and the price applied to customers) will instead be seen in the course of 2023 and 2024.

The "rescheduling/capital gains" spread included in net interest income, i.e. the differential between capital gains generated by the receipts of late payment interest exceeding 45% accounted for on an accruals basis and rescheduling, i.e., the effects related to the discounting of receivables not collected according to internal estimates and therefore reprojected forward over time, was positive when compared to the same period last year. The result benefited from an excellent final quarter, although still below pre-Covid levels.

Normalized other operating income, net benefited from an amount of receipts relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") double that recorded in 2021 (roughly 10 million in 2022 and around 5 million in 2021).

Normalized direct costs amounted to €23.8 million, up by roughly 12% compared to 2021 due to higher volumes, increased operations and higher legal costs.

Normalized net impairment losses for credit risk, although higher than in 2021 as a result of higher collective impairment losses (due to the larger portfolio in place) and individual impairment losses mainly in Poland on several positions with a private counterparty, continued to remain at limited levels thanks to the careful monitoring of credit, both in origination and management.

Normalized profit before tax from continuing operations therefore amounted to €83.8 million, up €3.1 million compared to the same period last year, due to the phenomena described previously.

€M (normalized values)

	12.31.2021	12.31.2022
<b>Net interest income</b>	<b>88.5</b>	<b>93.0</b>
<i>of which "rescheduling/capital gains" spread</i>	<i>(0.6)</i>	<i>7.8</i>
Net fee and commission income	5.5	3.1
Other operating income, net	6.8	12.4
<b>Total net revenue</b>	<b>100.8</b>	<b>108.5</b>
Direct costs and Amortisation, depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(21.2)	(23.8)
Net impairment losses/gains for credit risk and net provisions for risks and charges	1.0	(0.8)
<b>Profit before tax from continuing operations</b>	<b>80.7</b>	<b>83.8</b>

## Securities Services BU

### Main KPIs and Economic Results

Securities Services is the BU which deals with custodian banking for investment funds and related services such as global custody, fund accounting and transfer agents for national managers and various investment funds – such as pension funds, mutual funds and alternative funds – as well as banks and other financial institutions (i.e., stock brokerage firms): this business is focused on the Italian market.

During 2022 the BU witnessed good commercial performance. This continued to be possible thanks to the launch of strategic initiatives aimed at i) further expansion and improvement of the commercial experience (through new services such as settlement processing in the various markets, securities lending for medium to small-sized Pension Funds; expansion of the activities of Paying Agents to foreign currencies as well; ii) an expansion of the customer base (through the offer of custodian bank services to Pension Funds, Religious Bodies and Banking Foundations as well and participation in the calls for tenders of Pension Funds in addition to the offer of Paying Agent, Account and Custodian Bank services to Corporate customers) and iii) seizing the opportunities deriving from regulatory interventions (such as T2-T2S Consolidation, ECMs, CSDR, SHRD II, Spanish FT), which on one hand represent an opportunity to strengthen in the market the role of correspondent bank and reference partner as part of Global Custody, and on the other hand make it possible to offer new value added products and services which will be able to contribute to a further increase in BFF's revenues.

Business development mitigated the drop in revenues due to the weakness of the financial markets affected first by the effects of Covid-19 and then by the Russia/Ukraine crisis.

On the other hand, the second half of the year was characterized by the exit of two leading customers, the economic impact of which will be fully reflected in the course of 2023.

The main indicators of the Securities Services BU showed negative trends compared to 2021 although there is a considerable amount of new legislation that in the future will lead to further developments for the business, particularly as concerns contributions to supplementary pension funds for public administration employees and within mandatory services for Pension Funds.

The Custodian's Assets under Deposit (AuD) amounted to €49.5 billion, a decrease compared to 2021. The negative performance of the financial markets was only partly offset by the positive effects of initiatives related to the development of new business opportunities as well as a positive balance between inflows and outflows. In this context, BFF Bank still maintained its leading position in the Italian closed-end pension fund segment.

Global Custody's Assets under Custody (AuC) of €153.1 billion, down 11% from 2021 but with growth of 9% excluding the effects of Arca, were impacted by negative financial market performance.

The balance of customer deposits was influenced by the change in investment policies adopted by many funds (due to the new scenario for market interest rates, which have transitioned from negative to positive) and decreased compared to 2021 by €2.9 billion (of which €1 billion deriving from the loss of Arca), reaching €3.2 billion.

	12.31.2021	12.31.2022
Custodian Bank (AuD, €M)	83,573	49,524
Global Custody (AuC, €M)	172,625	153,065
Deposits - Final Balance (€M)	6,092	3,167

Normalized net interest income amounted to €8.8 million (compared to €10.8 million in 2021) and was negatively impacted by lower deposits and the trend in market interest rates, which became positive during the year.

The level of normalized Net fee and commission income was 8% lower than in the same period last year and was negatively impacted by the departure of Arca on November 1, 2022.

The amount of normalized Direct Costs decreased, as evidenced by the efficient monitoring of costs in place and the renegotiation of some contracts with suppliers, to be continued in 2023 as well.

€M (normalized values)

	12.31.2021	12.31.2022
<b>Net interest income</b>	<b>10.8</b>	<b>8.8</b>
Net fee and commission income	46.1	42.4
Other operating income, net	0.9	1.2
<b>Total net revenue</b>	<b>57.8</b>	<b>52.5</b>
Direct costs and Amortisation, depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(28.8)	(24.7)
Net provisions for risks and charges	-	-
<b>Profit before tax from continuing operations</b>	<b>29.0</b>	<b>27.8</b>

Normalized profit before tax from continuing operations therefore amounted to €27.8 million, down €1.2 million compared to last year thanks mainly to the decrease in net interest income following lower deposits, the decrease in commissions from services and despite cost containment.

## Payments BU

### Main KPIs and Economic Results

The Payments BU is the business unit that deals with payment processing, corporate payments and checks and bills and has as customers medium-small Italian banks and medium-large companies and boasts a partnership with Nexi. The business is concentrated in the domestic market.

As the leading independent operator in Italy in the field of processing services dedicated to PSPs (Payment Service Providers: Banks, IMELs, Payment Institutions) and in structured collection and payment services for companies and the Public Administration, BFF is benefiting from a growing payments market thanks to the recovery in consumption and the progressive digitalization of payment instruments. For the time being, no negative effects can be seen from either rising inflation or the war in Ukraine.

Throughout 2022, the BU witnessed good business performance which had positive effects on the area of interbank processing, corporate payments and the settlements sector, while the decline continues for the checks and bills area (an area in structural decline and still trending in the market), in which in any event the negative effect of drops in volume was limited with dedicated repricing policies.

As seen in 2021, the market is showing the effects of the evolution and digitalization of the Payment System and the ongoing aggregation of banks, not to mention potential increased competitiveness in the Payments sector, also led by the ECB and the European Commission, along with the entry of many new operators into the payments market, such as Payment Institutions, IMELs, TPPs and Fintech operators. Precisely these last two phenomena have meant that during 2022 with the full implementation of PSD2 BFF saw growing demand for payment intermediation services, a trend which BFF expects to continue in 2023. The start of the Directive revision process may lead to a further enlargement of the market, developing more competition but also new opportunities.

The main indicators of the Payments BU, in terms of the number of transactions executed compared to 2021, showed positive trends.

The number of collection and transfer processing transactions grew by 6%, reaching 331 million. There was good growth in instant payments, although still very low numbers due to the difficulty of many small and medium-sized banks to find a space for this service.

The card settlement business grew by 35%, surpassing pre-Covid levels due to increased activity from bank customers and competitive pressure from the contactless segment.

The balance of deposits amounting to €2,852 million was up compared to €2,408 million in 2021 thanks to the commercial efforts made with existing customers in order to boost liquidity.

	12.31.2021	12.31.2022
Interbank processing (no. trans. #M)	312	331
Settlements (no. transactions #M)	191	257
Deposits - Final Balance (€M)	2,408	2,852

Normalized net interest income amounted to €6.6 million in 2022 (compared to €7.2 million in 2021).

The level of normalized Net Fee and Commission Income and Direct Costs was higher than in 2021 and amounted to €45.4 million and €32.1 million, respectively, primarily as a result of increased operations.

€M (normalized values)

	12.31.2021	12.31.2022
<b>Net interest income</b>	7.2	6.6
Net fee and commission income	43.8	45.4
Other operating income, net	11.1	11.3
<b>Total net revenue</b>	<b>62.1</b>	<b>63.3</b>
Direct costs and Amortisation, depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(30.9)	(32.1)
Net provisions for risks and charges	-	-
<b>Profit before tax from continuing operations</b>	<b>31.1</b>	<b>31.3</b>

As a result, the normalized profit before tax from continuing operations was €31.3 million, up €0.2 million compared to 2021, mainly due to higher fees and commissions.

## Corporate Center BU

### Main KPIs and Economic Results

The Corporate Center BU manages the parent's treasury and the reallocation of funding between the various BUs and any other forms of use. It incorporates all the staff and control functions as well as the Technology & Processes Improvement and Finance and Administration departments to support the business. Its results include everything not directly attributable to the other BUs. This is the area in which cost synergies were achieved due to the integration with DEPObank and where, through the internal transfer pricing mechanism, funding synergies were consolidated.

The Corporate Center BU handles, inter alia, the management of positions in currencies other than euros in order to contain open positions within overall values below regulatory limits so as to avoid, on an ongoing basis, the absorption of capital which could originate from funding and the lending of other BUs.

As concerns recourse to bonds and capital instruments, please note that:

- ▶ On January 19 the issue at par of an Additional Tier 1 Perpetual NC2027 instrument (ISIN XS2404266848) in the amount of €150 million was finalized, with a fixed-rate coupon of 5.875% per annum to be paid on a half-yearly basis and a Ba1 rating.
- ▶ On March 2, 2022, the call option was exercised and the €100 million subordinated Tier2 instrument issued in 2017 was redeemed.
- ▶ On June 29, 2022, the Bond (ISIN XS1639097747) issued for an original amount of €200 million in June 2017 and outstanding at the redemption date in the amount of €42.3 million were redeemed at maturity.

In light of the above, the situation of bond issues as of December 31, 2022 is as follows:

ISIN code	Issue date	Maturity	Bond type	Nominal amount (€ million)	Coupon	Moody's Ratings
<b>Rated and listed bonds</b>						
XS2068241400	23-Oct-19	23-May-23 3,5Y	Senior Preferred Unsecured	38.6	1.75%	Ba1
XS2404266848	19-Jan-22	Perpetual NC 2027 <sup>(*)</sup>	Additional Tier1	150	5.875%	B2
<b>TOTAL AMOUNT OF OUTSTANDING BONDS AS OF JUNE 30, 2022</b>				<b>188.6</b>		

(\*) First Call Option January 19, 2027 - July 19, 2027.

The BU Income Statement was affected by the rise in interest rates generated by the Russia/Ukraine conflict as well as the negative impact of lower revenue from the former DEPObank securities portfolio as a result of the fair value valuation carried out at the closing date.

Normalized net interest income, to be considered together with the cost of hedging derivatives used to finance and hedge assets in Zloty, and trading derivatives, used to hedge exposures to interest rates and currencies, amounted to €73.8 million (compared to €34.2 million in 2021) and showed a very positive trend thanks to the funding synergies envisaged in the integration plan with DEPObank.

The parent also aimed to improve yields in the area relative to government bonds through new purchases of government bonds issued by the Italian Republic, operating through an investment policy aimed at returning the size of the portfolio and the relative duration to pre-closing levels, when they were respectively higher than €6 billion and in the order of about three years on average. Moreover, in order to take into account the new interest rate trends, investment activity in 2022 was directed more towards variable-rate securities.

Normalized other revenue, which rose by around €6.0 million compared to 2021, was positively influenced by the dividends received as well as the return on other forms of lending.

Normalized costs showed a significant reduction compared to 2021, reflecting the careful control to which they are subject, the prerogative of all parent BUs, and the effects of the initiatives taken to achieve the synergies envisaged in the plan in order to increase the operational efficiency of the BU.

The above costs include the contributions the Bank pays annually to the Deposit Guarantee Fund and the Resolution Fund.

With regard to the Deposit Guarantee Fund, note that EU Directive 2014/49 (Deposit Guarantee Schemes Directive - DGS) introduced in 2015 a new mixed funding mechanism, based on ordinary (*ex-ante*) and extraordinary (*ex-post*) contributions on the basis of the amount of the covered deposits and the degree of risk incurred by the respective member bank.

The ordinary contribution for the year 2022 came to €1,415 thousand, while for the year 2021 it amounted to €1,451 thousand, and for the year 2020 it amounted to €1,856 thousand for BFF and €399 thousand for the merged bank DEPObank.

With regard to the Resolution Fund, recall that Regulation (EU) 806/2014 governing the Single Resolution Mechanism, which came into force on January 1, 2016, has established the European Single Resolution Fund (SRF), managed by the new European resolution authority, the Single Resolution Board. Starting from that date, the National Resolution Funds (NRF) set up by Directive (EU) 2014/59 (Bank Recovery and Resolution Directive - BRRD) and implemented in 2015, became part of the new European Resolution Fund.

The ordinary annual contribution quota requested from BFF Bank by the Bank of Italy for the year 2022 with a note dated April 27, 2022 and payment made in May 2022 amounted to €3,607 thousand compared to €8,688 thousand in 2021 (€2,963 thousand quota relating to the ex-BFF and €5,725 thousand quota relating to DEPObank).



Below is a representation of the results of the Corporate Center BU:

*€M (normalized values)*

	<b>12.31.2021</b>	<b>12.31.2022</b>
<b>Net interest income<sup>(*)</sup></b>	<b>34.2</b>	<b>73.8</b>
Net fee and commission income	(1.0)	(0.4)
Other Revenue	17.5	23.5
<b>Total Net Revenue</b>	<b>50.7</b>	<b>96.8</b>
Direct costs and Amortisation, depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property/intangible assets	(81.4)	(70.1)
Net impairment losses/gains for credit risk and net provisions for risks and charges	5.7	(0.1)
<b>Profit before tax from continuing operations</b>	<b>(25.0)</b>	<b>26.6</b>

(\*) Including the Profit on trading in derivatives used to hedge exposures to interest rates and currencies.

Therefore, normalized profit before tax from continuing operations came to €26.6 million, a clear increase over last year when a loss of €25.0 million was recorded, thanks to the achievement of the funding and cost synergies envisaged in the plan.

## Main items in the statement of financial position

Brief comments are provided below on the key items in the statement of financial position.

### Cash and cash equivalents

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
a) Cash	190	206	16
b) Current accounts and sight deposits at Central Banks	360,142	489,810	129,668
c) Current accounts and sight deposits at banks	182,895	133,959	(48,936)
<b>Total</b>	<b>543,227</b>	<b>623,975</b>	<b>80,748</b>

Starting from December 31, 2021, in line with what is set forth in the 7th update of Bank of Italy circular 262/205, the item in question, aside from cash and sight deposits at Central Banks, with the exception of the mandatory reserve, also includes current accounts, as well as sight loans and receivables (current accounts and sight deposits) with banks.

As of December 31, 2022, this item mainly includes unrestricted deposits with the Bank of Italy, amounting to €490 million, as well as current accounts held by the Bank at third-party banks, amounting to €134 million.

### Financial assets measured at fair value through profit or loss

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
a) Financial assets held for trading	4,095	211	(3,884)
c) Other financial assets subject to mandatory fair value measurement	32,504	90,330	57,826
<b>Total</b>	<b>36,598</b>	<b>90,541</b>	<b>53,942</b>

The item consists essentially of i) Financial assets held for trading of €211 thousand, which includes the positive fair value of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of interest rate risk that the parent is exposed to and ii) Other financial assets subject to mandatory fair value measurement of €90.3 million, which mainly include the "UCI units". In particular, "Other financial assets subject to mandatory fair value measurement" recorded a significant increase following the subscription of units of an investment fund for a total at December 31, 2022 of €60 million, partially offset by repayments relating to the units of other funds held by the Bank.

## Financial assets measured at fair value through other comprehensive income

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Government securities - (HTC&S)			
Equity investments			
Equity securities	83,506	128,098	44,592
<b>Total</b>	<b>83,506</b>	<b>128,098</b>	<b>44,592</b>

The item consists essentially of the stake in the Bank of Italy of €125 million, as well as some shares and equity investments for an amount of €3 million. With respect to minor investments in equity securities, please note that the Bank has sold a portion of "Visa" shares (for €1,183 thousand) and "Ausilia S.r.l." shares (for €306 thousand) and, in the course of the final quarter of 2022, purchased a shareholding in the company "Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.p.A." amounting to €1 million (1.17%).

## Financial assets measured at amortized cost

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Government securities - (HTC)	5,792,627	6,129,228	336,601
Loans and receivables with banks	403,898	478,203	74,305
Loans and receivables with customers	3,559,481	5,119,099	1,559,619
<b>Total</b>	<b>9,756,006</b>	<b>11,726,530</b>	<b>1,970,524</b>

The amount relating to the item Government Securities – (HTC) consists entirely of government securities classified in the Held to Collect (HTC) portfolio and purchased to hedge liquidity risk, for a total value of €6.1 billion.

"Loans and receivables with banks" includes the item "Loans and receivables with central banks - Mandatory reserve" relating to the deposit of Mandatory reserves, including the amounts deposited in compliance with the reserve requirement of the client banks, for which BFF provides the service indirectly, as well as the amounts deposited with Banco de España as CRM (*Coeficiente de Reservas Mínimas*) in relation to the deposit-taking activities carried out by the Spanish branch of the Bank through "Cuenta Facto", and with the National Bank of Poland (Narodowy Bank Polski) for the deposit-taking activities carried out by the Polish branch through "Lokata Facto". The item also includes "Loans and receivables with banks – Reverse repurchase agreements" relating to contracts governed by the Global Master Repurchase Agreement (GMRA) as well as "Loans and receivables with banks – Others" which derive from the provision of activities and services offered.

With regard to "Loans and receivables with customers", the item mainly includes trade receivables referring to factoring activities and loans made to subsidiaries. Note that, as indicated by the Bank of Italy, the ecobonus tax assets are recognized under "Other Assets" in the amount of approximately €221 million.

As noted previously, the item "Loans and receivables with customers" increased in 2022 also following i) the recognition of 50% of the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros") and ii) the increase in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% as well as the days expected for the relative collection from 1800 to 2100 days: both elements had an impact of €119.1 million.

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Factoring activities (outright purchases, late payment interest and recovery expenses)	2,186,305	2,988,971	802,666
Trade receivables purchased below nominal amount	23,347	28,451	5,103
Other exposures	1,349,829	2,101,678	751,849
<b>Total</b>	<b>3,559,481</b>	<b>5,119,099</b>	<b>1,559,618</b>

## Credit quality

With regard to credit quality, total net impaired exposures increased by €252.0 million at December 31, 2022 compared to €84.6 million at December 31, 2021.

In order to analyze its credit exposures, aimed among other things at identifying any impairment losses on financial assets in accordance with IFRS 9, the parent classifies exposures as Performing and Non-Performing.

Non-Performing exposures, whose overall gross amount was €255.2 million at December 31, 2022 with impairment losses totaling €3.2 million, are divided into the following categories.

## Non-performing loans

These are exposures to parties that are in a state of insolvency or in basically similar situations, regardless of any loss projections recognized by the Bank.

At December 31, 2022, the total non-performing loans, net of impairment, amounted to €80.3 million. Among these non-performing exposures, €79.7 million (99.2% of the total) concerned regional authorities in financial distress.

Gross non-performing loans amounted to €82.4 million and related adjustments amounted to €2.1 million.

Please note that, as for the exposures to Local Authorities (Municipalities and Provincial Governments), in accordance with the Bank of Italy Circular no. 272 the portion subject to the relevant settlement procedure, the claims included in OSL's liabilities, are classified as non-performing, even though all claims can be collected under the law at the end of the insolvency procedure.

## Unlikely-to-pay positions

Unlikely to pay exposures reflect the judgment made by the intermediary about the unlikelihood, excluding such actions as the enforcement of guarantees, that the debtor will fully fulfill (for principal and/or interest) its credit obligations. This assessment should be arrived at independently of the existence of any past due and unpaid amounts (or installments). Therefore, it is not necessary to wait for an explicit sign of anomaly (e.g., failure to repay) when there are factors that signal a default risk situation for the debtor.

At December 31, 2022, gross exposures classified as unlikely to pay totaled €1.6 million and related adjustments amounted to €0.8 million, a net amount of €0.8 million.

## Impaired past due exposures

Impaired past due exposures consist of positions vis-à-vis entities with a past-due situation, where the overall amount of past-due and/or overdue exposures has been higher than, for at least 90 consecutive days, (i) the relative materiality threshold (relative limit of 1% given by the ratio between the total past-due and/or overdue amount and the total amount of all credit exposures to the same Debtor) and (ii) the absolute materiality threshold (absolute limit equal to €100 for retail exposures and €500 for non-retail exposures). With reference to the assigned debtors of the Public Administration with regard to non-recourse factoring transactions, the count of 90 consecutive days past due generally begins from the 181st day past due from the due date of the assigned invoice.

At December 31, 2022, total net past due exposures amounted to €170.9 million.

Gross exposures totaled €171.2 million and relevant adjustments amounted to around €0.3 million.

The increase in the level of impaired past-due exposures compared to December 31, 2021 can be attributed to the adoption of new and more stringent interpretation criteria on the definition of default, published by the Bank of Italy on September 23, 2022. However, this alignment is not symptomatic of an increase in the portfolio's actual credit risk profile.

The following table shows the amount of loans and receivables with customers, with an indication of any adjustment, broken down into "Performing exposures" and "Impaired assets".

(Values in thousand euros)

Type	12.31.2021			12.31.2022		
	Gross value	Impairment losses gains	Net value	Gross amount	Impairment losses gains	Net value
Purchased performing Impaired exposures (Stage 3)	83,088	(3,793)	79,295	249,484	(3,176)	246,308
Purchased non-performing Impaired exposures (Stage 3)	5,493	(206)	5,287	5,678	(6)	5,672
Performing exposures (Stage 1 and 2)	3,476,064	(1,164)	3,474,899	4,867,749	(630)	4,867,119
<b>Total</b>	<b>3,564,645</b>	<b>(5,163)</b>	<b>3,559,481</b>	<b>5,122,911</b>	<b>(3,812)</b>	<b>5,119,099</b>

Furthermore, besides classifying exposures as performing and non-performing, the parent also measures exposures as forborne in compliance with relevant Implementing Technical Standards.

## Property, equipment and investment property and intangible assets

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Property, equipment and investment property	33,138	27,763	(5,374)
Intangible assets	34,308	36,142	1,835
- of which goodwill			
<b>Total</b>	<b>67,445</b>	<b>63,906</b>	<b>(3,540)</b>

At December 31, 2022, the item "Property, equipment and investment property" amounted to a total of €27,763 thousand.

The amount includes primarily: i) land amounting to €6,325 thousand, ii) buildings (including capitalized extraordinary maintenance) of €9,631 thousand including the Rome property at Via Elio Chianesi 110/d and the real estate at Via Domenichino 5, iii) rights of use relating to the application of IFRS 16 on leases of €10,675 thousand.

Intangible assets largely consist of the Customer Relationships recognized following the acquisition of DEPObank.

With respect to the Customer Relationship of the Securities Services BU emerging during the PPA, connected to the business combination with DEPObank, the cancellation received from the customer Arca Fondi SGR (received in November 2021 as of 2023) constituted a trigger event pursuant to the IFRS. Therefore the parent, with the support of an independent expert, as required by IAS 36, performed the impairment test, which found that it was necessary to recognize an impairment loss of roughly €1.1 million.

Lastly, the item includes other intangible assets with a finite life that refer to investments in new multi-year software, amortized on a straight-line basis over their estimated useful lives (four years).

## Hedging derivatives, equity investments and financial liabilities held for trading

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Hedging derivative assets	13		(13)
Equity investments	150,491	151,876	1,384
Financial liabilities held for trading	2,725	950	(1,775)
Hedging derivative liabilities	4,814	14,314	9,500

The items Hedging derivative assets and liabilities respectively include the positive and negative fair values as of December 31, 2022 related to the use of currency swap contracts to hedge loans disbursed in zloty to Polish subsidiaries under existing intercompany agreements and the Transaction Service BU's funding in currencies other than the euro.

The item Equity investments, amounting to €152 million, represents the value of investments in BFF Polska Group, BFF Finance Iberia, BFF Immobiliare S.r.l. (established in January 2022) and BFF Techlab S.r.l. (acquired in October 2022), all of which were exclusively controlled by the Bank which holds 100% of the capital, as well as Unione Fiduciaria, with an equity investment amounting to 26.46% of the share capital and resulting from the merger of DEPObank in March 2021, recognized in the amount of €8.6 million in the financial statements. All investments are recorded according to the cost method.

The item includes the negative fair value at December 31, 2022 of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of interest rate risk that the Bank is exposed to.

## Tax assets and liabilities

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
<b>Tax assets</b>	<b>93,417</b>	<b>55,243</b>	<b>(38,173)</b>
current	37,778		(37,778)
deferred	55,638	55,243	(395)
<b>Tax liabilities</b>	<b>96,424</b>	<b>128,840</b>	<b>32,416</b>
current		22,548	22,548
deferred	96,424	106,292	9,868

As at December 31, current tax assets and liabilities amount to €55,243 thousand and €128,840 thousand, respectively, and include the net balance of the parent's tax positions with respect to tax authorities, in accordance with the provisions of IAS 12.

The main components of deferred tax assets include the portion of amounts deductible in future years of adjustments to loans and receivables, the accrual for deferred benefit employee obligations, and depreciation and amortization the recognition of which is deferred for tax purposes.

Recall that in 2021 the tax value and carrying amount relating to Banking Payments goodwill deriving from DEPObank were aligned (see what is described in the specific item 100 "Intangible Assets" of the Statement of Financial Position Assets) following the payment of substitute tax equal to €2.4 million, resulting in a net positive effect of €23.7 million on income taxes for the year. Furthermore, the item also includes the share of deferred tax assets deriving from the financial statements of DEPObank relating to goodwill and the tax loss realized at the end of 2020.

Deferred tax liabilities mainly refer to the taxes on late payment interest, recognized in the financial statements on an accrual basis but which will form part of the taxable profit in future years subsequent to collection, in accordance with Article 109, paragraph 7, of Presidential Decree no. 917 of 1986.

## Other assets and liabilities

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Other assets	205,860	389,016	183,156
Other liabilities	415,755	382,205	(33,551)

The Other assets and liabilities items include the transitory items and the items to be settled with a debit and credit balance that fall within the scope of bank payment intermediation and include settlements that were suspended in the first business days after the date of reference.

Other assets also include ecobonus tax assets acquired through non-recourse factoring transactions of €221.5 million at December 31, 2022.

## Financial liabilities measured at amortized cost

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Amounts due to banks	781,959	1,165,557	383,598
Amounts due to customers	8,906,799	10,728,674	1,821,875
- of which to financial institutions	-	-	-
Securities issued	186,285	38,976	(147,309)
<b>Total</b>	<b>9,875,043</b>	<b>11,933,207</b>	<b>2,058,164</b>

The item "Amounts due to banks" mainly consists of "current accounts and demand deposits", mainly deriving from payment service operations, and includes the balances of accounts of bank customers.

Payables to customers mainly refer to "current accounts and demand deposits" relating to balances on operational accounts, i.e. accounts opened for customers (e.g. funds, asset management companies, corporate customers and other institutions) related to the custodian bank core business.

The item includes €1.3 billion for online deposit accounts ("conto facto") offered in Italy, Spain and Germany, the Netherlands, Ireland and Poland for a total of €1.3 billion between restricted deposits and unrestricted deposits, compared to €230 million at December 31, 2021.

Debt securities issued consist of bonds issued by the parent, with a total nominal amount of €38.6 million (€181.8 million at December 31, 2021), recognized in the financial statements in the amount of €38.9 million at amortized cost using the effective interest rate method.

The decrease with respect to December 31, 2021 is attributable to the redemption on March 2, 2022 of the subordinated Tier2 instrument in the amount of €100 million issued in 2017 and on June 29, 2022 of the Bond (ISIN XS1639097747) issued for an original amount of €200 million in June 2017 and outstanding at the redemption date in the amount of €42.3 million.

As of December 31, 2022, the item includes only the senior unsecured bond (ISIN XS2068241400), with a "Ba1" rating assigned by the Moody's rating agency, issued in October 2019, for a remaining nominal amount of €38.6 million, maturing in May 2023. The bonds pay an annual coupon of 1.75%.

## Provisions for risks and charges

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Commitments and other guarantees provided	58	225	167
Employee benefits	5,901	7,712	1,811
Other provisions	15,482	24,414	8,931
<b>Total</b>	<b>21,441</b>	<b>32,351</b>	<b>10,910</b>

At December 31, 2022 "Provisions for risks and charges" mainly include allocations to "Pension and similar obligations" and allocations to "Other Provisions" to cover contingent liabilities.



## Main items in the Income Statement

The parent realized a profit of €261.4 million for the year ended December 31, 2022, compared to €164.3 million realized at the end of the previous year. Normalizing both results, i.e. eliminating all non-recurring items that affected the results of both periods and adjusting the 2021 result to include the first two months of DEPObank (this is necessary to include the months of January and February, months in which DEPObank had not yet been acquired and merged), the normalized result for 2022 stands at €116.9 million compared to €91.9 million realized in 2021.

### Total income

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Late payment interest on non-recourse trade receivables	113,724	157,272	43,548
Interest income on securities	10,268	42,787	32,519
Other interest income	42,750	93,750	50,999
<b>Interest and similar income</b>	<b>166,742</b>	<b>293,808</b>	<b>127,066</b>
<b>Interest expense</b>	<b>(37,931)</b>	<b>(91,494)</b>	<b>(53,563)</b>
<b>Net interest income</b>	<b>128,811</b>	<b>202,314</b>	<b>73,503</b>
<b>Net fee and commission income</b>	<b>80,933</b>	<b>90,534</b>	<b>9,601</b>
Dividends and similar income	3,676	85,758	82,082
<b>Net trading income</b>	<b>6,747</b>	<b>9,744</b>	<b>2,997</b>
<b>Net hedging income</b>			
<b>Profits (losses) on disposal or repurchase of:</b>	<b>(12,650)</b>	<b>166</b>	<b>12,816</b>
a) financial assets measured at amortized cost		166	166
b) financial assets measured at fair value through other comprehensive income			
c) financial liabilities	(12,650)		12,650
<b>Profits on other financial assets and liabilities at fair value through profit or loss</b>			
b) other financial assets mandatorily measured at fair value	2,734	5,154	2,421
<b>Total income</b>	<b>210,251</b>	<b>393,671</b>	<b>183,420</b>

Net interest income as at December 31, 2022 amounted to €202.3 million, up from €128.8 million last year (normalized values of €174.9 million and €137.2 million, respectively) and benefited from:

- 1) the initiatives put in place to achieve the funding synergies envisaged in the business plan (in fact, starting from Q2 2021 BFF has focused on i) using the funding made available by the Payments and Securities Services BUs to finance its lending and to further diversify its funding sources by closing the more expensive ones, while still maintaining a certain diversification of funding sources, ii) eliminating the economic effects of the negative rates expected from ECB deposits);
- 2) the higher value of loans to customers (thanks to the growth in Factoring & Lending);
- 3) the higher value of HTC securities in the portfolio;
- 4) the combined effect of the increase in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% and the increase in days expected for the relative collection.

The value of net fee and commission income for the year ended December 31, 2022 amounted to €90.5 million, up from €80.9 million in 2021 but not much lower than the normalized €94.4 million in 2021, and was negatively impacted by the exit of Arca on November 1, 2022.

Total income as at December 31, 2022 amounted to €393.7 million, €287.9 million normalized, up from €210.3 million for the previous year (€241.5 million normalized) mainly due to the growth in net interest income.

Finally, remember that the recognition of maturity commissions and late payment interest on purchased non-recourse trade receivables in the income statement reflects the effective return from the application of the “amortized cost” criterion for measuring non-recourse trade receivables purchased, in accordance with IFRS 9. This implies that the income is recognized in relation to the return deriving from the expected cash flows. Please note that, in 2022, the item was influenced by the increase in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% as well as the days expected for the relative collection from 1800 to 2100 days, for an overall amount of €27.4 million.

As far as the loans and receivables with customers recognized in the financial statements are concerned, the updating of the time series confirmed an estimated collection percentage much higher than 45%. Therefore, the percentage used to prepare the 2022 Financial Statements was increased from 45% to 50%.

On the other hand, to take into consideration the collection timing of the entire provision for late payment interest, the estimate of days to collection was prudently increased from 1800 to 2100 days. This extension was also implemented to take into account external impacts that influenced the age of the provision, such as payment slowdowns due to the Covid-19 pandemic crisis, the relative blocking of courts and the suspension of enforcement actions in healthcare, which influenced the suspension of the terms of legal and procedural activities and therefore collection timing.

Both changes mentioned above were accounted for at year-end and generated a total positive “one off” amount of €27.4 million.

## Administrative costs

(Values in thousand euros)

Items	12.31.2021	12.31.2022	Changes
Personnel expenses	64,330	65,624	1,294
Other administrative expenses	91,702	88,909	(2,793)
<b>Total administrative expenses</b>	<b>156,032</b>	<b>154,533</b>	<b>(1,499)</b>

Administrative expenses as at December 31, 2022 amounted to approximately €154.5 million, €144.0 million normalized, and were down with respect to €156.0 million (which does not include the first two months of costs of DEPObank) and €153.2 million normalized in 2021 thanks to the initiatives implemented to realize the cost synergies established in the plan.

## Other operating income, net

At December 31, 2022, under “Other operating income, net”, the parent recorded an amount equal to €94.7 million relating to the one-off effect of the recognition of 50% of the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection (“40 euros”) and in the same item in 2021, the definitive amount of goodwill resulting from the merger transaction with DEPObank, totaling €76.9 million, was recognized.

This item, net of non-recurring items, therefore showed normalized values of €30.7 million in 2022 and €28.2 million in 2021.

## 4. Bank's Objectives and Policies on the Assumption, Management and Hedging of Risks

### Disclosure regarding the going concern assumption

In accordance with IAS 1, paragraph 24, the parent assesses its ability to continue as a going concern by taking into account the trend of its main core indicators and available information about the future, covering at least 12 months after the reporting date.

In view of the aforementioned considerations, associated with the historical and prospective review of its earnings and its ability to access financial resources, the Bank will continue its operating activities on a going concern basis. Consequently, these Financial Statements are drawn up based on this assumption.

A performance review of the last few years shows a continuing positive trend. The data can be summarized as follows:

- ▶ growing trend in Equity;
- ▶ capital adequacy in relation to the risks connected with lending activities;
- ▶ sufficient availability of financial resources;
- ▶ positive commercial prospects related to the trend in demand;
- ▶ high credit quality.

A quantitative summary of this analysis can be found below.

Items	12.31.2021	12.31.2022
Net interest income	133.4	202.3
Total income	210.3	393.7
EBTDA (gross of provisions)	161.2	356.5
<b>Profit</b>	<b>164.3</b>	<b>261.4</b>
<b>R.O.E. (Return On Equity) (%)</b>	<b>31.8%</b>	<b>35.6%</b>
R.O.T.E. (Return on Tangible Equity) (%)	34.1%	37.5%
Net interest income/Interest and similar income (%)	80.0%	68.9%
NPLs (net of impairment)/Loans and receivables with customers (%)	1.9%	1.6%
Own funds/Loans and receivables with customers (%)	26.8%	24.2%
<b>Leverage Ratio</b>	<b>3.1%</b>	<b>4.45%</b>
<b>Equity</b>	<b>516.7</b>	<b>734.2</b>
<b>Own Funds</b>	<b>428.4</b>	<b>590.4</b>

## Risk Management and Compliance with Prudential Supervision Regulations

The prudential supervision regulations are mainly governed by the Bank of Italy Circular no. 285 “Supervisory provisions for banks” and Circular no. 286 “Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries”, both dated December 17, 2013, which adopt the harmonized regulation for banks and investment firms contained in the EC CRR regulation (Capital Requirements Regulation) and in the European Directive CRD IV (Capital Requirement Directive) of June 26, 2013.

These regulations include the standards set forth by the Basel Committee on Banking Supervision (Basel 3 framework), whose implementation, pursuant to the Consolidated Law on Banking, is the responsibility of the Bank of Italy, and define the ways in which the powers attributed by EU regulations to national authorities were exercised.

The above circulars outline a complete, organic and rational regulatory framework, integrated with the directly applicable EU provisions, which is completed with the issue of the implementation measures contained in the regulatory technical standards and implementing technical standards adopted by the European Commission based on the EBA’s proposal.

The regulation applicable at December 31, 2022 is based on three pillars.

### Pillar I – Capital adequacy to meet the typical risks associated with financial operations

From the standpoint of operations, the absorption of risks is calculated using various methods:

- ▶ “Standardized approach” for credit risk;
- ▶ “Original exposure approach” for counterparty risk;
- ▶ “Basic approach” for operational risk;
- ▶ “Standardized approach” for market risk.

### Pillar II – The ICAAP/ILAAP Report

In accordance with prudential supervisory provisions, and in order to allow the Supervisory Authority to carry out an accurate and comprehensive assessment of the fundamental qualitative characteristics of the equity and financial planning process, the risk exposure and the consequent calculation of total internal capital and relevant liquidity reserves, the Bank - as Parent of the Banking Group - has prepared the “ICAAP/ILAAP 2022 Report” on internal processes for determining adequacy of capital and of liquidity risk governance and management systems.

### Pillar III - Disclosure to the public

Pursuant to Article 433 of the CRR, banks shall publish the disclosures required by EU regulations at least on an annual basis, in conjunction with the date of publication of the financial statements. Pillar III provisions establish specific periodic disclosure obligations concerning capital adequacy, risk exposure and the general features of the related systems for the identification, measurement and management of such risks. BFF Banking Group draws up public disclosures in accordance with the provisions in effect, on a consolidated basis. To this end, the Board of Directors of BFF has approved a dedicated procedure named “Disclosure to the Public (Pillar III)”.

Pursuant to this procedure, the disclosure should be:

- ▶ Approved by the Board of Directors before it is made public;
- ▶ Published on the website [www.bff.com](http://www.bff.com) at least once a year by the deadline for the publication of the Financial Statements, and therefore within 21 days of the date of approval of the Financial Statements by the Shareholders' Meeting.

With regard to the provisions of the Bank of Italy Circular no. 285 of December 17, 2013, and subsequent updates, the BFF Group will publish on its website [www.bff.com](http://www.bff.com), once a year, within the deadlines established for the publication of the Financial Statements, a country-by-country reporting document, which contains information inherent to the business, turnover, and the number of staff in the various countries in which the Group is present.

The information to be published is defined by Appendix A, first part, Title III, Chapter 2 of the above Circular.

## Disclosure regarding Calendar Provisioning and Past Due

With the aim of adopting an increasingly prudent approach to the classification and coverage of NPEs, in April 2019 the European Commission approved an update of EU Regulation 575/2013 (CRR) regarding the minimum coverage of non-performing loans. For the purposes of evaluating prudential provisions, the legislation in question provides that loans disbursed and classified as impaired after April 26, 2019 are subject to "calendar provisioning". Exposures disbursed earlier and subsequently classified as NPEs will not be subject to the provisions contained in the amendment to Regulation no. 575 (CRR). This update requires banks to maintain an adequate provision level, deducting from their CET 1 any positive difference between prudential provisions (identified by weighting the gross value of guaranteed and unsecured NPEs by certain percentages) and amending funds and other assets (provisions, prudent valuation, other deductions of CET1).

This rule is based on the principle that the prudential definition of default (i.e. past due, unlikely to pay and non-performing) effectively defines a state of deterioration of the credit quality of the exposure, not providing for any discretion and not ensuring that certain cases not representative of a worsening of credit risk (as for most Group exposures) are treated differently.

Thanks to the credit management processes established by the BFF Group, as of December 31, 2022 the impact on CET 1 deriving from the application of calendar provisioning was limited to roughly €178 thousand, compared to 2021 when it amounted to zero.

Regarding the classification to NPE, note that on June 27, 2019 the Bank of Italy introduced certain amendments to Circular No. 272 concerning credit quality and the rules on the new definition of default, and on February 15, 2021 it updated its note containing the guidelines of the Supervisory Body on the application of Delegated Regulation (EU) No. 171/2018 on the materiality threshold of overdue credit obligations pursuant to Art. 178, para. 2, letter d) CRR (RD), and more generally on the application of the RD regulations. Lastly, the parent aligned itself with the new interpretation criteria on the definition of default, published by the Bank of Italy on September 23, 2022.

Moreover, note that the parent has implemented a series of actions and interventions aimed at further improving the credit selection and management process, initiatives that have made it possible to avoid particular negative impacts of the new legislation on the business model.

Finally, note that BFF is also conducting the most careful assessments with respect to the opportunity to undertake the path of adopting the method based on internal ratings (IRB) for credit risk. This is a method that, especially with respect to exposures to the Public Administration, would allow i) a more adequate representation of BFF's low actual risk profile, since, beyond the definition of default – and probability of default (PD) – that can be adopted, BFF's recovery processes would show Loss Given Default (i.e. LGD), which is known to be substantially nil, as well as ii) to adopt approaches that are more representative of the actual risk in the context of credit activities arising from the purchase of trade receivables, such as the adoption of the Facility Level Approach (FLA), which to date has only been permitted for banks and groups using internal models.

## Monitoring and control of Liquidity

Despite the current macroeconomic scenario, characterized by the continuation of the COVID-19 pandemic and strong geopolitical tensions, the parent has always been able to count on an adequate level of liquidity, largely respecting regulatory requirements and positioning itself on values in line with the internal levels of reporting indicators (LCR, NSFR).

The parent adopts solid oversight mechanisms for monitoring and governing the liquidity position and carries out (i) when deemed necessary, more frequent and more detailed stress analyses as well as with increasing and variable impacts, (ii) maintains an important share of assets freely available to meet unforeseen liquidity needs, verifying their level of adequacy with respect to future cash flows, (iii) monitors the markets through banks it has relationships with, and (iv) monitors changes in the collection trends of debtors, particularly of the Public Administration. In this context, also by monitoring more specific indicators, the parent did not identify particular liquidity tensions, thanks to its capacity to handle potential stress situations deriving from its funding structure and the levers it is able to activate if required.

Moreover, each year the parent updates its Contingency Funding Plan ("CFP"), which is approved by the BFF Bank Board of Directors and implemented by the Subsidiaries. The document was updated in January 2023. This document illustrates indicators and related thresholds in order to trigger the appropriate actions and escalation and decision processes, with a view to preventing and managing a possible liquidity crisis.

## The main accounting issues dealt with during the epidemic and the Russia/Ukraine conflict

With regard to the main accounting actions aimed at a correct representation of the effects of the items in the financial statements, the following is noted.

The annual update of the risk parameters (PD and LGD) takes into consideration the evolution of the effects of COVID-19 within the estimates of expected credit losses, and starting from March 2022, the effects of the Russia/Ukraine conflict.

The Baseline, High Growth and Mild Recession forecasts supplied by the external infoprovider were updated in June 2022 and provide the forecast default rates for the 20 quarters following the updating date. In February 2022, the outbreak of the Russia/Ukraine conflict significantly changed the geo-political scenario with direct consequences on the European and global macro economy. The Risk Management Function, as it does every quarter of the year, performed a sensitivity analysis at December 31, 2022 between the macroeconomic scenarios for the fourth quarter of the year, provided by the external infoprovider, and the macroeconomic scenarios updated at June 30, 2022. The analysis shows that 2023 will be characterized by a decline in GDP growth and a strong inflationary drive generated by the Russia/Ukraine conflict, which reduces on one hand business investments and on the other the disposable income of consumers. However, the job market does not seem to be experiencing significant tensions, thanks to the recovery in hirings post-Covid-19. The economic slowdown will not be sufficient to cause widespread dismissals and the job market will continue to benefit from considerable excess demand. Therefore, job market stability will be one of the main factors that could prevent the economy from entering a recessive cycle. The comparative analysis of the scenarios shows that estimated GDP in December 2022 is worse than that currently in use in the model and therefore, the Risk Management Function is evaluating the impacts of that change on the model for estimating risk parameters in order to understand its magnitude, while also taking into consideration that the parent's Business Model and - in this specific area - the relative cost of risk are less sensitive to GDP trends than credit exposures concentrated in the corporate/retail area.

Moreover, the Risk Management Function compared the macroeconomic estimates released by the external infoprovider with those of the European Central Bank (ECB), observing, also in this case, a deterioration of GDP in 2023. The same analyses will be performed at the end of the first quarter of 2023 as well in order to evaluate the possibility of updating the risk parameters early.

At December 31, 2022, the newly acquired *BFFTechlab* was consolidated line-by-line. Furthermore, the purchase price allocation ("PPA") process was concluded, which resulted in the recognition of goodwill at consolidated Group level of €83 thousand. For more information refer to Part G "Business combinations" of the Notes.

At December 31, 2022, lastly, the impairment test was performed on the "Customer Contracts" intangible asset of the Securities Services BU, resulting from the finalization of the PPA subsequent to the merger of DEPObank in 2021, and in light of the significant changes taking place in the customer portfolio composition, it was deemed appropriate to recognize an impairment loss through profit or loss. For more information refer to Part B of the Notes in item "Intangible Assets".

## 5. Internal Control System

To guarantee sound and prudent management, the parent combines business profitability with a knowledgeable assumption of risks and with operational conduct inspired by criteria of fairness.

Therefore, in line with legal and supervisory regulations and consistent with the instructions of the Corporate Governance Code for listed companies, BFF has set up an internal control system suitable to identify, measure and continuously verify the risks typical of its corporate activities.

The CEO is the director responsible for the Internal Control system, as envisaged by the Corporate Governance Code.

Described below are the organizational framework of the internal control system, based on the following three control levels, and the main activities carried out by control functions during the first half of the year:

- ▶ **First-level controls** (line controls) aim to ensure that transactions are carried out correctly, and are performed by the same operating structures that execute the transactions, also with the support of IT procedures and constant monitoring by the heads of such operating structures.
- ▶ **Second-level controls** aim to ensure the correct implementation of the risk management process and compliance with the regulatory framework, including the risk of money laundering and terrorist financing. The functions responsible for such controls, Risk Management and Compliance & AML, are distinct from business functions and contribute to the definition of risk governance policies and the risk management process. The Risk Management Function and the Compliance and AML Function - organizationally and functionally autonomous and distinct - report to the Chief Executive Officer and are independent of the internal audit function, as it performs audits on them. The duties and respective responsibilities are governed within the pertinent internal regulations of the same functions.
- ▶ **Third-level controls** and **internal audit** activities are instead carried out by the parent's Internal Audit Function, reporting directly to the Board of Directors.

## Control Functions

### Risk Management

In terms of second-level controls, the function ensures the consistency of the risk measurement and control systems with the processes and methodologies of company activities by coordinating with the relevant company structures; oversees the realization of the internal process for determining adequacy of capital and liquidity risk governance and management systems ("ICAAP/ILAAP"); monitors the controls over the management of risks, in order to define methods to measure those risks; assists corporate bodies in designing the Risk Appetite Framework (RAF); verifies that the limits assigned to the various operating functions are being observed; and checks that the operations of the individual areas are consistent with the assigned risk and return objectives.

In particular, during the first half of the year the Function mainly worked on the ICAAP/ILAAP process, the review of the risk management thresholds and metrics, the update of the Contingency Funding Plan and the Recovery Plan, and finally the report on operational and security risks in payment services. Furthermore, as of March 1, 2022 a Validation & Credit Monitoring Area was established within the parent Risk Management Function with the aim of strengthening internal controls and ensuring greater independence of validation activities from



development activities. As part of the impairment process, the Function worked on re-estimating the IFRS 9 risk parameters with a view to making them more consistent with the specific features of the parent's Business Model. Lastly, in 2022 the Bank started to conduct a series of careful assessments with regard to the possibility of adopting the internal rating based (IRB) method for credit risk, in which the Risk Management Function is involved with regard to a number of topics.

## Compliance and Anti-Money Laundering (AML)

This function supervises, according to a risk-based approach, the management of the risk of non-compliance with regulations, with regard to all the activities falling within the regulatory framework for the parent - also through its reference persons/local functions at its subsidiaries and/or branches - continuously verifying whether internal processes and procedures are adequate in preventing such risk; the function also has the duty of preventing and combating money laundering and terrorist financing transactions, moreover identifying on an ongoing basis the regulations applicable in that area.

During the year the Function assessed the impact of the military conflict between Russia and Ukraine on BFF by regularly updating all relevant structures on the: i) sanctions regime as envisaged at EU level for parties/entities involved in the conflict and ii) calls for attention by the competent Authorities.

The monitoring of the risk of non-compliance, money laundering and financing of terrorism has continued on a regular basis in accordance with the annual program of the department's activities approved by the Board of Directors on March 31, 2022.

The Function also continued updating the body of internal rules – including for instance the Non-Compliance Risk Management Policy and the Anti-Money Laundering and Anti-Terrorism Policy – and provided support on an ongoing basis to the organizational units in the interpretation of regulatory provisions and their application with respect to company operations.

Furthermore, activities continued with the goal of strengthening the oversight mechanisms enacted by the parent through the implementation of corrective actions and the adaptation actions identified by the same Function.

## Internal Audit Function

Internal audits are carried out by the parent's *Internal Audit* function, directly reporting to the Board of Directors. The Internal Audit function performs independent controls for the Bank. The regulation approved by the Board of Directors specifies that the Internal Audit function, within the third-level controls, evaluates the overall functioning of the internal control system, bringing to the attention of the corporate bodies any possible improvements.

The Head of the Internal Audit function has the necessary autonomy and is independent of the operating structures, in compliance with Bank of Italy's regulation on Internal Controls, the Corporate Governance Code and internal regulations.

In 2022, the Internal Audit function performed audits in line with the multi-year 2022-2024 Audit Plan prepared according to a risk-based approach, approved by the Board of Directors in March 2022, following up on the recommendations issued and reporting quarterly on the work done to the Bank's governance and control bodies, through its dashboard.

More specifically, the audits were performed on the internal structures of the Bank and on the foreign branches. Moreover, such function carried out the audits provided for by the regulations applicable to parent activities, including those relating to remuneration and incentive policies, ICAAP and ILAAP processes, the Recovery Plan and IT system reliability, security and adequacy aspects. The function also drafted the required reporting established by banking regulations represented by the "Annual Internal Audit Report" and the "Audit Report on outsourced critical or important functions" (CIF).

The manager of the Internal Audit Function is also responsible for the whistleblowing system.

## Other Control Functions and Bodies

Finally, under the provisions and terms of the law, Staff reporting to the Financial Reporting Officer evaluate the effectiveness of the oversight being provided by the Internal Control System in regards to Financial Reporting Risk. In particular, it performs assessments and monitoring, evaluating the adequacy of the coverage of the potential risk by performing adequacy and effectiveness tests on key controls on an ongoing basis, identifying possible points of improvement in the Internal Control System in the accounting area. In this context, the Financial Reporting Officer and the Chief Executive Officer of the Parent together certify the following aspects through specific reports attached to the annual separate Financial Statements: the suitability of the accounting procedures used in preparing the Financial Statements; compliance of documentation with applicable international financial reporting standards endorsed by the European Union; whether accounting books and records are suitable for providing a true and fair view of the financial position, financial performance and cash flows of the parent; and the reliability of content, in relation to specific aspects, of the Director's report on operations.

### Supervisory Body pursuant to Italian Legislative Decree 231/2001

The Bank has an Organization, Management and Control Model (hereinafter referred to as the "Model") prepared pursuant to Italian Legislative Decree 231 of June 8, 2001 (hereinafter also referred to as the "Decree"), drafted in compliance with the requirements of such Decree as well as the guidelines of ASSIFACT and ABI. The last revision of the Model, approved by the Board of Directors on December 22, 2022, was carried out in order to incorporate two new types of offense introduced by Law no. 22 of March 9, 2022 "Provisions on offenses against cultural heritage" such as i) "Crimes against cultural heritage" pursuant to Art. 25-septiesdecies of Decree 231 and ii) the crimes of "Recycling of cultural assets and devastation and sacking of cultural and landscape assets" pursuant to Art. 25-duodecimes of the Decree.

The Model includes a General Part, which provides a summary description of the reference regulatory framework, the key characteristics and features of the Model identified within the operations defined as "sensitive" for the purposes of the Decree, the structure and composition of the Supervisory Body as well as the description of the system of sanctions to prevent violation of the provisions contained in the Model. It also includes Special Parts comprising: i) the Matrix of operations at risk of committing a criminal offense, intended to identify the criminal offenses that may potentially be committed as part of the parent's operations; ii) the Protocols of the Departments and Organizational Units of the parent, which detail the operations, audits and reporting mechanisms intended to ensure that the parent's organizational and control system – including the foreign branches in Spain, Portugal, Poland and Greece – complies with the rules in the Decree; iii) Table of Information Flows to the Supervisory Body ("Information Flows to the SB").

The Bank also adopted a Code of Ethics, the most recent update of which was approved by the Board of Directors on November 26, 2021. This document defines the set of ethical values embraced by the Group and that ensure, among other things, the prevention of criminal offenses as per the Decree.

The parent makes sure that all employees receive adequate training, especially in the event of updates to regulations concerning the topics set out in the Decree.

The activity of the Supervisory Body carried out in the course of 2022 was aimed primarily at verifying the adequacy of the Model, checking the information flows received periodically from the organizational structures, analyzing topics linked to IT risks in relation to the current geopolitical climate, updating the activity of the Compliance & AML Function in relation to the preparation of an ad hoc Model for the Italian subsidiaries BFF Immobiliare Srl and *BFFTechlab* Srl and defining the audits under the responsibility of the Internal Audit Function with 231 liability profiles (Market Abuse, Privacy).

Furthermore, the Supervisory Body decided to initiate a quality review of the Model in 2023 with the support of a qualified outside consultant, in order to verify its alignment with best market practices, and also in relation to the evolution and growth of the Bank over the last few years.

The Supervisory Body reported to the Board of Directors on its work during 2022. Specifically, it noted that it had not directly or indirectly received any report relevant for the proper application of the Model.

## 6. Other information

### Transactions with related parties

With regard to relations with related parties and associated parties, on November 11, 2016 the Board of Directors of BFF SpA approved, with effect subject to the commencement of negotiations on the Mercato Telematico Azionario managed by Borsa Italiana – and therefore from April 7, 2017 - the "Policies on internal controls adopted by the BFF Group for the management of conflicts of interest" (so-called "Conflict of interest management policy") and the "BFF Group Regulation for the management of transactions with parties having conflicts of interest" (the "RPT Regulation") – in implementation of the supervisory provisions of Title V, Chapter 5 of Bank of Italy Circular no. 263 of December 27, 2006 ("Circular 263") and of the Consob Regulation on transactions with related parties, adopted by resolution no. 17221 of March 12, 2010, subsequently amended by resolution no. 17389 of June 23, 2010 – subject to a favorable opinion expressed by the Board of Statutory Auditors and the RPT Committee.

On December 22, 2020 the Bank approved the update of the conflict of interest management policy and the RPT Regulation in order to update the new regulatory references resulting from the integration of Circular no. 263 in the Supervisory Provisions for banks.

On June 30, 2021 the Bank approved the update of the conflict of interest management policy, the RPT Regulation and the RPT Committee Regulation in order to update them in compliance with the amendments made to Consob Regulation no. 17221/2010 with resolution no. 21624 of December 10, 2020, which entered into force on July 1, 2021.

On October 27, 2022, the Bank approved the update only of the RPT Regulation in order to include, in Art. 7.5.1, amongst the "ordinary" transactions carried out by the Bank's subsidiaries, those carried out by *BFF Techlab S.r.l.* and *BFF Immobiliare S.r.l.*, which are wholly-owned by the Bank.

The Policy on the management of conflicts of interest governs the control processes aimed at ensuring the correct measurement, monitoring and management of the risks assumed by the Group with respect to Related Parties.

The RPT Regulation is aimed at overseeing the risk that proximity, if any, of such parties to the Banking Group's decision-making centers may compromise the objectivity and impartiality of the decisions taken on transactions involving those parties, with possible distortions in the resource allocation process, exposure of the parent to risks not adequately measured or supervised, and potential damage for shareholders and stakeholders.

The Regulation for the management of transactions with parties that may be in a conflict of interest and the Group Policy to manage conflicts of interest are communicated to the public via the parent's website under the section Governance > Procedures and Regulations > Related-Party Transactions.

Information on related party transactions is provided in Part H of the Notes on the Financial Statements.

## Derogation from obligations to publish disclosure documents pursuant to Article 70, paragraph 8 and Article 71, paragraph 1-bis of the Issuers' Regulations

The parent complied with the provisions of Article 70, paragraph 8 and Article 71, paragraph 1-bis of the Issuers' Regulations adopted by Consob Resolution no. 11971 of May 14, 1999, as subsequently amended, and therefore derogated from the obligations to publish disclosure documents required in the event of mergers, demergers, capital increases by contribution in kind, acquisitions and disposals.

## Disclosure of compliance with codes of conducts pursuant to Article 89-bis of the Issuers' Regulations

The Bank has signed on to the new Corporate Governance Code (formerly the Code of Conduct) for listed companies as defined by the Corporate Governance Committee established by the business associations (ABI, ANIA, Assonime, Confindustria), the association of professional investors (Assogestioni) and Borsa Italiana, approved on January 31, 2020 and in force as of January 1, 2021.

Already in December 2020, the Bank adopted the new Corporate Governance Code, by updating its internal regulations to incorporate – in the terms represented in the 2021 Report on Corporate Governance – the new features introduced by such Code.

## Research and Development

The projects initiated by the parent during 2022 are mainly aimed at business development, the efficiency of internal processes and the reinforcement of IT systems.

More specifically, the following important projects were carried out:

- ▶ The launch of new factoring services both aimed at existing customers and at a gradual expansion of business with SMEs. A multi-year project for creating a new and innovative platform to support the core factoring & lending business by revising and restructuring the underlying processes and through investments in information systems and in existing processes aimed at managing new types of services ancillary to non-recourse factoring requested by customers in the various countries;
- ▶ Development of new technological solutions for regulatory compliance management, aimed at introducing automation mechanisms (RPA) in back office and administrative processes in order to boost the efficiency of processing times and increase automatic controls, mitigating operational risks linked to manual processing while also improving customer service levels.

## Unusual or atypical transactions

The Bank did not carry out any unusual or atypical transactions, as reported in Consob Communication no. 6064293 of July 28, 2006, during the reporting period.

## Bonds and ratings

As at December 31, 2022, the ratings assigned to BFF in 2022 by the agency Moody's had changed from December 31, 2021:

- ▶ BFF's Baseline Credit Assessment ("BCA") is "ba2"
- ▶ The long-term issuer rating is "Ba2", with Stable outlook,
- ▶ The long-term bank deposit rating is "Baa3" with Negative outlook,
- ▶ The short-term Bank Deposit rating is "P-3".

On November 18, 2022, the agency Moody's (i) confirmed the Issuer Rating, the BCA and the Adjusted BCA of BFF at "ba2", (ii) confirmed the Stable outlook on the long-term issuer and senior unsecured debt ratings and (iii) lowered the BFF long-term bank deposit rating to "Baa3" from "Baa2" with a Negative outlook (previously Stable) and the rating on short-term bank deposits to "P-3" from "P-2".

The confirmation by Moody's of the BFF BCA of "ba2" reflects several positive changes in the Bank's credit profile following the completion of the DEPObank acquisition. At the same time, Moody's confirmed the long-term Issuer rating and the senior unsecured debt rating of "Ba2" in line with the creditworthiness of BFF and the loss severity, which remained unchanged. The rating action on deposits, which changed to "Baa3" from the previous "Baa2", reflects the mechanics of the Moody's Advanced Loss Given Failure (LGF) methodology applied to the BFF liability structure.

On January 12, 2022, following the issuance of Additional Tier 1 bonds in the amount of €150 million intended for institutional investors, Moody's gave the issue a B2 rating.

For further information refer to the Moody's press release published on the agency's website and the [Investors > Debt > Ratings](#) section of the Group website.

## Events after the reporting date

### Loss of qualification as Small/Medium-Sized Enterprise pursuant to Art. 1, paragraph 1, letter *w-quater*. 1) of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 (“Consolidated Law on Finance”)

As of January 1, 2023, BFF Bank S.p.A. lost its qualification as Small/Medium-Sized Enterprise (“SME”) pursuant to Art. 1, paragraph 1, letter *w-quater*. 1) of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 (“Consolidated Law on Finance”), pursuant to Art. 2-*ter* of the regulation adopted by Consob resolution no. 11971 of May 14, 1999 (“Issuers’ Regulations”), as two years had passed since the date of entry into force of Law no. 120/2020, which converted Italian Decree-Law no. 76/2020, which identifies a maximum turnover of €300 million for issuers to be qualified as SMEs.

Please note that the Bank was qualified as an SME on the basis only of the consolidated turnover criterion, as the average market capitalization value was already higher than the regulatory threshold of €500 million.

Therefore, the Bank will no longer be included on the list of listed issuer SMEs published by Consob on its website. Furthermore, the loss of the qualification of SME entails the application of an additional relevant threshold for the purposes of significant equity investment reporting obligations, pursuant to Art. 120 of the Consolidated Law on Finance, equal to 3% of the share capital.

### Authorization to repurchase treasury shares

On February 1, 2023, BFF Bank S.p.A. received, after it initiated the regulatory procedure communicated to the market on November 25, 2022, the Bank of Italy’s authorization pursuant to Arts. 27 et seq. of Delegated Regulation (EU) no. 241 of January 7, 2014, adopted by the European Commission, and Art. 78 of Regulation (EU) no. 575 of June 26, 2013, to repurchase treasury shares of the Bank, in execution of the authorization granted pursuant to Art. 2387 of the Italian Civil Code by the ordinary shareholders’ meeting of March 31, 2022 up to the maximum amount of €2.8 million. The repurchase of treasury shares had been carried out in full at the date on which this document was drafted, and the relative amount had already been deducted from own funds at December 31, 2022.

The treasury share repurchase, as already disclosed to the market, will aim to equip the Bank with sufficient financial instruments in order to meet the requirements of the remuneration and incentive systems as per the current “Remuneration and incentive policy of the Banking Group”.

On February 20, 2023, the treasury share repurchase program concluded. In the period between February 13, 2023 and February 17, 2023, the parent repurchased 291,888 ordinary shares, corresponding to 0.16% of the total shares outstanding and making up the share capital (equal to 185,604,558 shares), for a total equivalent value of €2,794,383.98.

## 7. Share capital, Shareholder structure and other performance indicators

### Share capital

In 2022 the share capital increased from 185,312,690 shares, corresponding to €142,690,771.22 at December 31, 2021 to 185,545,952 shares corresponding to €142,870,382.96 (at the date of the approval of this document), as a result of the partial execution of the delegated free capital increase in the period between January 13, 2022 and December 29, 2022 through the issuance of new BFF ordinary shares equal to 233,973\* for a nominal amount equal to €180,159.21 and assigned to BFF Group personnel for needs related to remuneration and incentive policies (2020 Management by Objectives and 2016 Stock Option Plan).

### Treasury shares

At December 31, 2022, the Bank owned 570,728 treasury shares, accounting for 0.31% of share capital at that date, down from 974,461 on December 31, 2021.

During 2022, the Bank did not repurchase any treasury shares, while 403,733 shares were allotted following the exercise of stock options and the payment of variable remuneration in financial instruments, of which 267,325 to the Chief Executive Officer, 85,622 to other beneficiaries on staff and 50,786 to beneficiaries not on staff.

(\*) Following the resolution of the Extraordinary Shareholders' Meeting of April 2, 2020 - to increase the share capital of the Bank without consideration, in a divisible manner and in several tranches, pursuant to Art. 2349 of the Italian Civil Code, for a total amount not exceeding €5,254,563.16, through the issue of up to 6,824,108 ordinary shares for the purposes connected with the parent's remuneration and incentive policies, including the "2020 Banca Farmafactoring Banking Group Stock Option Plan" (the 2020 Capital Increase) - said 2020 Capital Increase was partially implemented through the issue of 233,262 new ordinary shares in the period between January 1 and December 31, 2022.

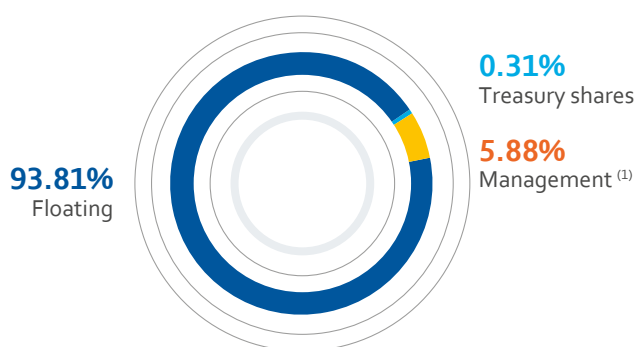


## Shareholder Structure

The composition of BFF's shareholding structure as at December 31, 2022 reflects the outcome of the sale procedure on the market through an Accelerated Book-Building concluded on March 9, 2022 of approximately 14 million ordinary shares of BFF held by Equinova UK HoldCo Limited (see the section "Key Events in the Group"), and the share capital increases to service the stock option plans that took place during the year and were disclosed to the market.

As of December 31, 2022, therefore, the Bank's free float, already over 80% as of December 31, 2021, had reached nearly 100% of the share capital, confirming its position as one of the few truly shareholder-driven listed businesses in Italy.

As of December 31, 2022, Management and their Closely Associated Persons held 5.88% of the share capital, up from 5.59% as of December 31, 2021. Treasury shares held by the Bank – 570,728 – amount to 0.31% of the share capital.



**Total number of shares issued: 185,545,952**

Source: Forms 120A - 120B - 120D and Internal Dealing communications. Percentage is calculated based on the total number of shares issued at 31/12/2022.

(1) As at 12/31/2022 the Chief Executive Officer Massimiliano Belingheri and his Closely Related Persons (Bray Cross Ltd. and Scalve S.à. r.l., The Bomi Trust and Bomi S.a.r.l.) held 10.63 million BFF shares, for a quota equal to 5.73% of the share capital. The remaining quota of the management refers to the BFF shares held by the 4 vice presidents in office at that date and by their respective Closely Related Persons.

With regard to the options granted under the 2016 Stock Option Plan, as at December 31, 2022, 1,086,788 options had been granted, of which 854,788 vested but not yet exercised and 232,000 not yet exercisable. The number of options outstanding and not yet exercised as at December 31, 2021 was 2,524,684.

With regard to the 2020 Stock Option Plan, 8,384,500 options were granted, exercisable starting in 2023, while with regard to the 2022 Stock Option Plan 6,698,000 options had been granted at December 31, 2022, of which 2,547,000 in cash-less form and 4,151,000 in phantom share form, exercisable starting in 2025.

## Shareholders' Meeting Resolutions

On March 31, 2022, the Ordinary Shareholders' Meeting of the Bank resolved:

- ▶ to distribute to Shareholders part of the profit for the year of €125,280,399, equal to approximately €0.679 before tax for each of the 185,315,280 ordinary shares outstanding at coupon date (no. 5) of April 19, 2022 (ex date);
- ▶ to add members to the Board of Directors, confirming:
  1. the appointment of the director Ms. Monica Magri, already co-opted by the Board of Directors on February 10, 2022;
  2. the appointment of the director already co-opted by the Board of Directors on March 1, 2022, Ms. Anna Kunkl, who will remain in office until the Shareholders' Meeting called to approve the Financial Statements for the year 2023;
- ▶ to add a member to the Board of Statutory Auditors by appointing Francesca Sandrolini as its Chairwoman, whose candidature was submitted by the law firm Trevisan & Associati on behalf of a group of shareholders;
- ▶ to approve:
  - the "2022 Remuneration and Incentive Policy for the members of the Strategic Supervision, Management and Control Bodies and Personnel of the BFF Banking Group" included in the first section of the Annual Report on Remuneration Policy and Remuneration Paid, pursuant to Article 123-ter, paragraph 3-bis of Italian Legislative Decree no. 58/1998, as amended;
  - policies for determining compensation in the event of early termination of office or termination of employment, including limits on such compensation;
  - the second section of the Annual Report on the Remuneration Policy and Compensation Paid pursuant to Article 123-ter, paragraph 6 of Italian Legislative Decree no. 58/1998;
  - the BFF Banking Group 2022 Incentive Plan;
  - to revoke the previous authorization to repurchase and dispose of treasury shares granted by the Shareholders' Meeting of March 25, 2020 for the part not executed by the date of March 31, 2022, and therefore without prejudice to the transactions carried out in the meantime, and to authorize the Board of Directors – pursuant to and for the purposes of Art. 2357 of the Italian Civil Code – to repurchase a maximum of 8,294,520 ordinary shares of BFF, taking into account the shares already in stock, for the purposes indicated under "Repurchase of treasury shares".

Most recently, on June 22, 2022, the Ordinary Shareholders' Meeting of the Bank resolved:

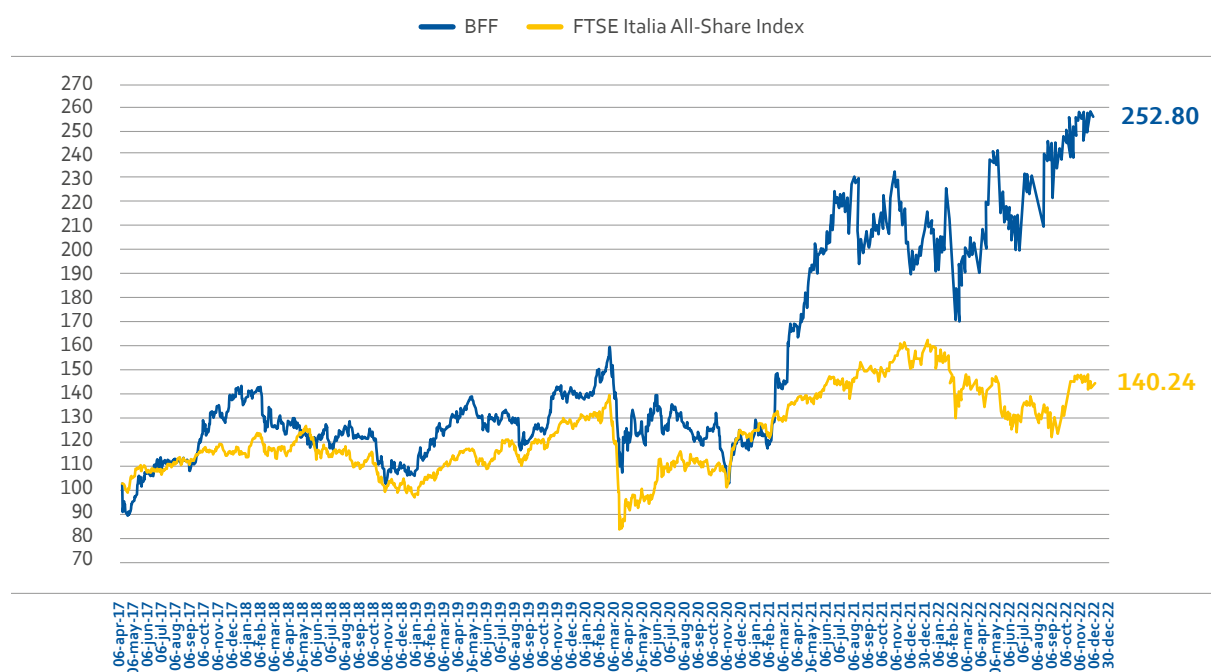
- ▶ to add a member to the Board of Statutory Auditors by appointing Nicoletta Paracchini as Chairwoman of the supervisory body, whose candidature was submitted by the law firm Trevisan & Associati on behalf of a group of shareholders;
- ▶ to appoint Ms. Francesca Masotti as Alternate Auditor, and to confirm Mr. Carlo Carrera – previously Chairman of the Board of Statutory Auditors – in the role of Alternate Auditor.

## Share Performance

The BFF Bank stock (ISIN Code: IT0005244402 – Italian stock exchange ticker: BFF) has been traded on the Euronext Milan market of Borsa Italiana since April 7, 2017, “Finance” Industry and “Financial Services” Super Sector.

The BFF share price at December 30, 2022 was €7.41, up by 58% over the IPO share placement price of €4.70. From listing to December 30, 2022, the Bank distributed a total gross dividend of €2.993 per share. Taking into consideration the distributed dividends, and assuming them to be reinvested in the BFF share on ex coupon, total return for shareholders at December 30, 2022 compared to the IPO placement price was 153%. The FTSE Italia All-Share Index total return was 40%.

### Total Return since IPO, with reinvested dividends\*



(\*) At December 31, 2022, the BFF share is part of the following FTSE indexes: FTSE Italia All-Share Financials; FTSE Italia All-Share Financial Services; FTSE Italia All Share Mid Cap; FTSE Italy SMID Cap Tradable Plus; FTSE Italia MIB Storico; FTSE Italia PIR PMI; FTSE Italia PIR PMI Cap; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small Net; FTSE RAFI Developed Europe Mid Small; FTSE RAFI Developed ex US Mid Small 1500; FTSE RAFI Developed Mid Small ex US 1500; FTSE Italy Small Cap Index - Specialty Finance; and the following STOXX and iSTOXX indices: STOXX Europe Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; EURO STOXX Total Market Value; STOXX Europe Total Market Small Net Return; EURO STOXX Total Market Price; STOXX Global Total Market Price; STOXX Europe Total Market Value; STOXX All Europe Total Market Price; EURO STOXX Total Market Small; iSTOXX Europe Value Factor Net Return; iSTOXX Europe Size Factor Net Return; STOXX Europe ex UK Total Market Small Price; STOXX Italy 45 Price Index; iSTOXX PPF Responsible SDG Net Return; iSTOXX PPF Responsible SDG Gross Return; STOXX Developed Markets Total Market Gross Return; EURO STOXX Total Market Value Small; STOXX Italy Total Market Price. The BFF share is also part of a number of MSCI (including MSCI Europe ex UK Small Cap; MSCI Europe Small Cap Special Tax Gross Return; MSCI ACWI Value Small USD and MSCI AC Europe IMI), Bloomberg (including Bloomberg Italy Large, Mid & Small Cap Price Return; Bloomberg World ex US Small Cap Growth Price Total Return and Bloomberg Eurozone Developed Markets Large, Mid & Small Cap Price Return), S&P (including S&P Developed Net Zero 2050 Carbon Budget (2022 Vintage); S&P Global BMI; S&P Developed Ex-U.S. SmallCap and S&P Pan Europe BMI) and Solactive (including Solactive Global SuperDividend and Solactive ISS ESG Screened Europe Small Cap) indices.

## 8. Business Outlook

As per the five-year strategic plan, approved by the BFF Board of Directors on May 29, 2019 ("BFF 2023" or the "Plan"), the parent's objectives for 2023 – confirmed by the updated 2021-2023 financials set forth in the business plan following the closing of the Transaction with DEPObank on March 1, 2021 and the approval of the combined budgets for 2021, 2022 and 2023 – are:

1. Continue to develop the current core business, i.e. factoring, Securities Services and payments, further improving operating efficiency and strengthening the leadership position in Italy and abroad.
2. Maintain the focus on limiting the cost of funding, leveraging what has already been achieved in 2021 in terms of synergies resulting from the DEPObank operation.
3. Consolidate the existing business and/or expand into other market niches via acquisitions.

In view of the above, and in the face of a gradual reduction in the pandemic effects and despite the Russia/Ukraine crisis, the parent expects, as already took place in 2022, a recovery in terms of business volumes and operations, with growth in intermediation margin, also due to the effect of the synergies of the integration with DEPObank.

With regard to the credit risk, the nature of the parent's loans makes the risk of losses on Financial Assets extremely low, with regard to the existing business model.

Note also that the issuance of the eligible instrument in Tier I allows the parent to optimize the concentration limit on large exposures and leverage.

Lastly, please note that on February 9 during the Presentation to Analysts of the 2022 results, BFF Bank announced that it had increased its target in terms of profit to be realized in 2023, the last year of the Business Plan, bringing the range from the previous €170-180 million to the current €180-190 million, primarily to take into account the impacts deriving from changes in estimates and the recognition of the collection percentages relating to the "40 euros" and late payment interest and, for the latter, the relative timing expected for collection, and despite the loss of the customer Arca and a period characterized by negative elements and instability such as the War in Ukraine and the energy shock, the sharpest rise in interest rates of recent decades, the highest level of inflation since the 1980s, the restrictions enacted in monetary policy and the end of the period of "negative rates", the volatility of sovereign spreads and negative stock market performance.

## 9. Distribution of BFF Bank S.p.A.'s profit

The Bank's profit for the year ended December 31, 2022 amounted to €261,438,215. This result includes, as described above, some non-recurring items, which net of the relative tax impacts amount to €144.5 million: +€73.2 million in intra-group dividends, +€68.5 million relating to the recognition of 50% of the provision relating to the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros"), +€18.6 million relating to the combined effect of the increase in the percentage estimated recovery of late payment interest from 45% to 50% and the increase in expected days for the relative collection, -€7.2 million relating to extraordinary provisions against a likely risk of a negative ruling, -€8.7 million in other non-recurring items (costs for stock options, non-recurring costs, costs for special projects, capital gain from disposal of real estate, amortization of customer contracts, extraordinary contributions to the "FITD" and changes in the foreign exchange difference covered by the translation reserve).

Consistent with the dividend policy approved by the Bank's Board of Directors, which allows paying Shareholders the portion of the Group's normalized consolidated profit for the year not necessary to maintain a minimum Total Capital Ratio of 15% (calculated by considering the scope of the Banking Group, pursuant to the Consolidated Law on Banking and/or the CRR), the intention is to allocate:

- i) €47,410 to the legal reserve (to bring the reserve to 20% of the Share Capital as of today);
- ii) €115,361,074 to Retained earnings;
- iii) €146,029,730 to the Shareholders, of which 77,479,836 to be distributed in April 2023 and €68,549,894 already distributed in August 2022 in the form of an interim dividend.

In relation to the allocation of profits of BFF Bank S.p.A., the proposal that will be presented to the Shareholders' Meeting of the Bank on April 13, 2023 is set forth below.

## 10. Proposal to the Shareholders' Meeting

Shareholders,

The Board of Directors has called you to this ordinary meeting on Thursday, April 13, 2023 at 9:00 a.m. (the "**Shareholders' Meeting**") at the registered office of BFF Bank S.p.A. (the "**Bank**" or "**BFF**") in Milan at Via Domenichino no. 5 (the "**Registered Office**"), in single call, to approve, inter alia, the proposed allocation of profit for the year.

The Bank's Financial Statements at December 31, 2022, to be approved by the Shareholders' Meeting, show a profit of €261,438,215, which it is proposed be allocated as follows:

- i) €47,410 to the legal reserve (to bring the reserve to 20% of the Share Capital as of today);
- ii) €115,361,074 to Retained earnings;
- iii) €146,029,730 to the Shareholders, of which 77,479,836 to be distributed in April 2023 and €68,549,894 already distributed in August 2022 in the form of an interim dividend.

Therefore, the Shareholders will be due a dividend of roughly €0.419 for each of the 185,623,140 shares.

Furthermore, American type option contracts were still admitted to trading on the Derivative Instruments Market (IDEM) with BFF shares as their underlying asset. In light of the foregoing and in compliance with what is set forth in the Instructions to the Regulation of the Markets organized and managed by Borsa Italiana (**Title IA.2, Section IA.2.1, Art. IA.2.1.3**), for the payment date of dividends to be paid by companies issuing shares in the FTSE MIB index or underlying derivative contracts on shares traded in the IDEM market, the reference date needs to coincide with the first day of trading subsequent to the third Friday of each calendar month.

Therefore, in light of the foregoing, the month for the payment of any dividend drawn from the results of the year 2022 will be April 2023 with the coupon date (no. 7) of April 24, 2023 (the ex-coupon). Pursuant to Article 83-*terdecies* of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 as amended (**Consolidated Law on Finance**), entitlement to the dividend payment is established based on the accounts of the intermediary as referred to in Article 83-*quater*, paragraph 3, of the Consolidated Law on Finance, at the end of the accounting day of April 25, 2023 ("record date"). The payment of such dividend, gross of the withholdings required by law, is planned for April 26, 2023 ("payment date").

\* \* \*

Therefore, we submit for your approval the following resolution proposal:

"The Shareholders' Meeting of BFF Bank S.p.A., having examined the illustrative report of the Board of Directors, **resolves**

- i) to distribute to Shareholders part of the profit for the year of €77,479,836, equal to approximately €0.419 before tax for each of the 185,623,140 ordinary shares outstanding at coupon date (no. 7) of April 24, 2023 (ex date). Such dividend includes the portion attributable to any treasury share held by the Company at the record date. Pursuant to Article 83-*terdecies* of Italian Legislative Decree no. 58 of February 24, 1998 (Consolidated Law on Finance), entitlement to the dividend payment is established based on the accounts of the intermediary as referred to in Article 83-*quater*, paragraph 3, of the Consolidated Law on Finance, at the end of the accounting day of April 25, 2023 (record date);
- ii) to allocate €47,410 to the Legal Reserve;
- iii) to allocate the remainder of the profit for the year, equal to €115,361,074, to Retained earnings;
- iv) to pay the above-mentioned dividend as of April 26, 2023 (payment date). Payment will be made through authorized intermediaries with which shares have been registered in the Monte Titoli system.

**For the Board of Directors**  
**The CHAIRMAN**  
(Salvatore Messina)

# 02

Separate  
Financial  
Statements







## Statement of Financial Position

(Values in euro units)

Assets	12.31.2022	12.31.2021
10. Cash and cash equivalents	623,975,086	543,227,039
20. Financial assets measured at fair value through profit or loss	90,540,554	36,598,343
<i>a) financial assets held for trading</i>	210,963	4,094,816
<i>c) other financial assets subject to mandatory fair value measurement</i>	90,329,591	32,503,527
30. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	128,097,995	83,505,780
40. Financial assets measured at amortized cost	11,726,530,357	9,756,005,874
<i>a) loans and receivables with banks</i>	478,203,260	403,898,197
<i>b) loans and receivables with customers</i>	11,248,327,097	9,352,107,677
50. Hedging derivatives	-	13,098
70. Equity investments	151,875,554	150,491,361
80. Property, equipment and investment property	27,763,301	33,137,709
90. Intangible assets	36,142,352	34,307,556
of which		
- <i>goodwill</i>	-	-
100. Tax assets	55,243,454	93,416,525
<i>a) current</i>	-	37,778,093
<i>b) deferred</i>	55,243,454	55,638,432
120. Other assets	389,016,146	205,860,256
<b>TOTAL ASSETS</b>	<b>13,229,184,799</b>	<b>10,936,563,541</b>

(Values in euro units)

<b>Liabilities and equity</b>		<b>12.31.2022</b>	<b>12.31.2021</b>
<b>10.</b>	Financial liabilities measured at amortized cost	11,933,207,079	9,875,042,950
	<i>a) due to banks</i>	1,165,556,841	781,958,910
	<i>b) due to customers</i>	10,728,674,172	8,906,798,878
	<i>c) securities issued</i>	38,976,066	186,285,162
<b>20.</b>	Financial liabilities held for trading	949,790	2,724,511
<b>40.</b>	Hedging derivatives	14,313,592	4,814,350
<b>60.</b>	Tax liabilities	128,840,015	96,423,957
	<i>a) current</i>	22,548,040	-
	<i>b) deferred</i>	106,291,975	96,423,957
<b>80.</b>	Other liabilities	382,204,555	415,755,109
<b>90.</b>	Post-employment benefits	3,117,800	3,709,582
<b>100.</b>	Provision for risks and charges	32,351,133	21,441,439
	<i>a) commitments and guarantees given</i>	225,466	58,051
	<i>b) pensions and similar obligations</i>	7,712,116	5,900,894
	<i>c) other provisions</i>	24,413,551	15,482,494
<b>110.</b>	Valuation reserves	5,421,320	4,060,028
<b>130.</b>	Equity instruments	150,000,000	-
<b>140.</b>	Reserves	180,627,582	146,250,932
<b>145.</b>	Interim dividend	(68,549,894)	-
<b>150.</b>	Share premium reserve	66,277,204	66,492,997
<b>160.</b>	Share capital	142,870,383	142,690,771
<b>170.</b>	Treasury shares	(3,883,976)	(7,132,434)
<b>180.</b>	Profit (Loss) for the year	261,438,216	164,289,349
<b>TOTAL LIABILITIES AND EQUITY</b>		<b>13,229,184,799</b>	<b>10,936,563,541</b>

# Income Statement

(Values in euro units)

Items	12.31.2022	12.31.2021*
<b>10.</b> Interest and similar income	293,808,407	166,742,242
of which: interest income calculated according to the effective interest method	266,749,227	146,194,780
<b>20.</b> Interest and similar expense	(91,494,370)	(37,931,409)
<b>30. Net interest income</b>	<b>202,314,037</b>	<b>128,810,833</b>
<b>40.</b> Fee and commission income	127,458,212	109,413,419
<b>50.</b> Fee and commission expense	(36,924,009)	(28,480,140)
<b>60. Net fee and commission income</b>	<b>90,534,203</b>	<b>80,933,279</b>
<b>70.</b> Dividends and similar income	85,757,800	3,675,911
<b>80.</b> Net trading profit	9,744,486	6,747,278
<b>90.</b> Net hedging profit (loss)	-	-
<b>100.</b> Profits (losses) on disposal or repurchase of:	165,940	(12,649,882)
a) financial assets measured at amortized cost	165,940	(6)
c) financial liabilities	-	(12,649,876)
<b>110.</b> Profits on other financial assets and liabilities measured at fair value through profit or loss	5,154,401	2,733,566
b) other financial assets subject to mandatory fair value measurement	5,154,401	2,733,566
<b>120. Total income</b>	<b>393,670,867</b>	<b>210,250,984</b>
<b>130.</b> Net impairment losses/gains for credit risk associated with:	(180,088)	2,458,923
a) financial assets measured at amortized cost	(180,088)	2,605,512
b) financial assets measured at fair value through other comprehensive income	-	(146,589)
<b>150. Net income from banking activities</b>	<b>393,490,779</b>	<b>212,709,907</b>
<b>160.</b> Administrative expenses:	(154,533,127)	(156,032,243)
a) personnel expenses	(65,624,429)	(64,330,143)
b) other administrative expenses	(88,908,698)	(91,702,100)
<b>170.</b> Net provisions for risks and charges	(10,740,019)	2,752,524
a) commitments and guarantees given	(139,792)	720,920
b) other net provisions	(10,600,227)	2,031,604
Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property	(4,130,270)	(4,046,759)
<b>190.</b> Amortization and net impairment losses on intangible assets	(7,163,491)	(4,670,994)
<b>200.</b> Other net operating income	128,075,729	104,192,287
<b>210. Operating costs</b>	<b>(48,491,178)</b>	<b>(57,805,185)</b>
<b>260.</b> Profit before tax from continuing operations	344,999,601	154,904,722
<b>270. Income taxes on current operations for the year</b>	<b>(83,561,385)</b>	<b>9,384,627</b>
<b>280. Profit after tax from continuing operations</b>	<b>261,438,216</b>	<b>164,289,349</b>
<b>300. Profit (Loss) for the year</b>	<b>261,438,216</b>	<b>164,289,349</b>
Basic earnings per share	1.405	0.879
Diluted earnings per share	1.327	0.840

(\*) Please note that:

- the comparative income statement for the year ended December 31, 2021 does not include the balances of the months of January and February of the same year of the merged DEPObank;
- at December 31, 2022, financial expenses attributable to the year incurred for transactions in derivatives were reclassified from item 90 "Net hedging profit (loss)" to item 20 "Interest and similar expense". For comparative purposes, the reclassification was also performed on the figures at December 31, 2021;
- at December 31, 2022, provisions relating to costs for pensions and similar obligations to employees were reclassified from item 170 b) "Net provisions for risks and charges - other net provisions" to item 160 a) "Personnel expenses", in line with what is set forth in Bank of Italy Circular 262 of 2005 as updated. As a result, for comparative purposes, the reclassification was also performed on the figures at December 31, 2021.

## Statement of Comprehensive Income

(Values in euro units)

Items	12.31.2022	12.31.2021
<b>10. Profit (Loss) for the year</b>	<b>261,438,216</b>	<b>164,289,349</b>
<b>Other components net of taxes that may not be reclassified to profit or loss</b>		
20. Equity instruments designated at fair value through other comprehensive income		
30. Financial liabilities designated at fair value through profit or loss (changes in creditworthiness)		
40. Hedges of equity instruments designated at fair value through other comprehensive income		
50. Property, equipment and investment property		
60. Intangible assets		
70. Defined-benefit plans	524,946	(34,331)
80. Non-current assets held for sale and discontinued operations		
90. Share of valuation reserves connected with equity-accounted investments		
<b>Other income components net of taxes reclassified to profit or loss</b>		
100. Hedging of foreign investments		
110. Foreign exchange differences	2,289	(38,188)
120. Cash flow hedges		
130. Hedging instruments (undesignated elements)		
140. Financial assets (other than equity instruments) measured at fair value through other comprehensive income	834,057	211,224
150. Non-current assets held for sale and discontinued operations		
160. Share of valuation reserves connected with equity-accounted investments		
<b>170. Total other comprehensive income net of tax</b>	<b>1,361,292</b>	<b>138,704</b>
<b>180. Comprehensive income (Items 10+170)</b>	<b>262,799,507</b>	<b>164,428,053</b>

## Statement of Changes in Equity

2022	Balances as at December 31, 2021	Change to opening balances	Balances as at January 01, 2022	Allocation of profit for the previous year	
				Reserves	Dividends and other allocations
Share capital:					
a) ordinary shares	142,690,771		142,690,771		
b) other shares					
Share premium reserve	66,492,997		66,492,997		
Reserves:					
a) retained earnings	137,607,343		137,607,343	39,008,950	
b) other	8,643,589		8,643,589		
Valuation reserves	4,060,028		4,060,028		
Equity instruments					
Interim dividend					
Treasury shares	(7,132,434)		(7,132,434)		
Profit for the year	164,289,349		164,289,349	(39,008,950)	(125,280,399)
Equity	516,651,643		516,651,643		(125,280,399)

2021	Balances as at December 31, 2020	Change to opening balances	Balances as at January 01, 2021	Allocation of profit for the previous year	
				Reserves	Dividends and other allocations
Share capital:					
a) ordinary shares	131,400,994		131,400,994		
b) other shares					
Share premium reserve	693,106		693,106		
Reserves:					
a) earnings-related	161,677,823		161,677,823	140,049,858	
b) other	7,414,381		7,414,381		
Valuation reserves	3,921,324		3,921,324		
Equity instruments					
Treasury shares					
Treasury shares	(3,517,312)		(3,517,312)		
Profit for the year	143,281,246		143,281,246	(140,049,858)	(3,231,388)
Equity	444,871,562		444,871,562	-	(3,231,388)

(Values in euro units)

Changes in the year								Equity December 31, 2022
Change in reserves	Equity transactions							comprehensive income 2022
	Issue of new shares	Repurchase of treasury shares	Interim dividend	Extraordinary distribution of dividends	Changes in equity instruments	Derivatives on treasury shares	Stock options	
	179,612							142,870,383
	(215,793)							-
	(6,407,595)							66,277,204
	(293,900)						2,069,195	170,208,698
								10,418,884
								1,361,292
					150,000,000			5,421,320
			(68,549,894)					150,000,000
								(68,549,894)
	3,248,457							(3,883,976)
								261,438,216
	(3,668,831)	179,612	(68,549,894)		150,000,000		2,069,195	261,438,216
								262,799,507
								734,200,834

(Values in euro units)

Changes in the year								Equity December 31, 2021
Change in reserves	Equity transactions							comprehensive income 2021
	Issue of new shares	Repurchase of treasury shares	Extraordinary distribution of dividends	Changes in equity instruments	Derivatives on treasury shares	Stock options	Changes in equity interests	
	11,289,777							142,690,771
								-
	65,799,891							66,492,997
	1,155,080		(165,275,418)					137,607,342
	1,421,236					(192,028)		8,643,589
								138,704
								4,060,028
								-
	2,363,892	(5,979,014)						(7,132,434)
								164,289,349
	4,940,208	77,089,668	(5,979,014)	(165,275,418)		(192,028)		164,289,349
								164,428,053
								516,651,643

# Statement of Cash Flows

## Indirect method

(Values in euro units)

	12.31.2022	12.31.2021
<b>A. OPERATING ACTIVITIES</b>		
<b>1. Operations</b>	<b>301,467,499</b>	<b>172,220,777</b>
- net profit (loss) for the year (+/-)	261,438,216	164,289,350
- gains/losses on financial assets held for trading and other assets/liabilities measured at fair value through profit or loss (+/-)	530,806	(9,997,854)
- gains/losses on hedging operations (+/-)	14,313,592	(2,576,529)
- net impairment losses/gains for credit risk (+/-)	180,088	(2,605,512)
- depreciation, amortization and net impairment losses on property, equipment and investment property and intangible assets (+/-)	11,293,761	8,857,088
- net allocations to provisions for risks and charges and other costs/income (+/-)	10,740,019	11,885,700
- taxes, duties and unpaid tax credits (+/-)	83,561,385	2,368,535
- net impairment losses/reversals of impairment losses on discontinued operations, net of the tax effect (+/-)		
- other adjustments (+/-)	(80,590,368)	
<b>2. Cash flow absorbed by financial assets</b>	<b>(2,224,732,772)</b>	<b>(4,806,631,374)</b>
- financial assets held for trading	3,353,046	(46,596,197)
- financial assets designated at fair value		
- financial assets subject to mandatory fair value measurement	(52,671,663)	
- financial assets measured at fair value through other comprehensive income	(45,426,272)	(83,341,855)
- financial assets measured at amortized cost	(1,970,704,571)	(4,414,109,363)
- other assets	(159,283,313)	(262,583,959)
<b>3. Cash flow generated by financial liabilities (+/-)</b>	<b>1,981,018,752</b>	<b>5,162,003,917</b>
- financial liabilities measured at amortized cost	2,058,164,129	4,770,197,596
- financial liabilities held for trading	(1,774,721)	2,724,511
- financial liabilities carried at fair value		
- other liabilities	(75,370,656)	389,081,810
<b>Net cash generated by operating activities A (+/-)</b>	<b>57,753,479</b>	<b>527,593,320</b>

(CONT'D)



(Values in euro units)

	12.31.2022	12.31.2021
<b>B. INVESTING ACTIVITIES</b>		
<b>1. Liquidity generated by</b>	<b>75,963,202</b>	<b>3,675,911</b>
- sales of equity investments		
- dividends collected on equity investments	75,963,202	3,675,911
- sales of property, plant and equipment		
- sales of intangible assets		
- disposals of business units		
<b>2. Liquidity absorbed by</b>	<b>(9,138,342)</b>	<b>(70,168,582)</b>
- purchases of equity investments	(1,384,193)	(8,564,073)
- purchases of property, plant and equipment	1,244,138	(27,191,029)
- purchases of intangible assets	(8,998,287)	(34,413,480)
- purchases of business units		
<b>Net cash generated/ bsorbed by investing activities B (+/-)</b>	<b>66,824,860</b>	<b>(66,492,671)</b>
<b>C. FINANCING ACTIVITIES</b>		
- issue / purchase of treasury shares	-	(5,979,014)
- issue / purchase of equity instruments	150,000,000	77,089,668
- distribution of dividends and other purposes	(193,830,293)	(168,506,806)
<b>Net cash generated/absorbed by financing activities C (+/-)</b>	<b>(43,830,293)</b>	<b>(97,396,151)</b>
<b>NET CASH GENERATED/ABSORBED DURING THE YEAR D=A+/-B+/-C</b>	<b>80,748,046</b>	<b>363,704,498</b>

## Reconciliation

(Values in euro units)

<b>Financial statements items</b>	<b>12.31.2022</b>	<b>12.31.2021</b>
Cash and cash equivalents at start of year	543,227,039	179,522,541
Total net cash generated during the year	80,748,046	363,704,498
Cash and cash equivalents: effect of changes in exchange rates		
<b>Cash and cash equivalents at end of year G=E+/-D+/-F</b>	<b>623,975,085</b>	<b>543,227,039</b>

**Key:**

(+) generated

(-) absorbed

## NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Shareholders,

The Notes are broken down into the following parts:

Part A - Accounting policies

Part B - Information on the Statement of financial position

Part C - Information on the Income Statement

Part D - Comprehensive income

Part E - Information on risks and related hedging policies

Part F - Information on equity

Part G - Business combinations of companies or business units

Part H - Transactions with related parties

Part I - Share-Based Payments

Part M - Lease Reporting

## Part A - Accounting policies

### A.1 GENERAL

#### Section 1 - Statement of compliance with International Financial Reporting Standards

The separate financial statements as at December 31, 2022 have been prepared in accordance with the international Financial Reporting standards (IASs/IFRSs) issued by the IASB, endorsed by the European Commission, as provided for by Regulation (EC) No 1606 of July 19, 2002 governing the application of IASs/IFRSs and related interpretations (IFRIC interpretations), endorsed by the European Commission and in force at the end of the reporting period.

The application of IFRSs is done by observing the “systematic framework” for the preparation and presentation of financial statements (the Framework), with particular reference to the fundamental principle of substance over legal form and the concept of materiality or significance of the information.

#### Section 2 - Basis of presentation

The separate financial statements were prepared in accordance with the instructions provided by the Bank of Italy with Circular no. 262 of December 22, 2005 “Banks’ financial statements: layout and preparation”, as subsequently amended.

The financial statements include the statement of financial position, the income statement, the statement of comprehensive income, the statement of cash flows, the statement of changes in equity and the notes to the separate financial statements, and are accompanied by the Directors’ report on operations.

In accordance with the provisions of Article 5, paragraph 2, of Italian Legislative Decree no. 38 of February 28, 2005, the separate financial statements are drafted in euros, when not specified otherwise, and also show the corresponding comparisons with the previous year.

The separate financial statements were prepared based on the general principle of prudence and on an accrual and going concern basis, since, with reference to the operations and the financial and equity position of the Group, and after examining the risks to which it is exposed, the Directors have not identified any issue that could raise doubts on the Bank’s ability to meet its obligations in the foreseeable future.

#### Standards, amendments and interpretations effective from 2022

During 2022, the following standards, amendments and interpretations endorsed by the European Commission came into force and are applicable to the separate financial statements for periods beginning on or after January 1, 2022:

- ▶ Amendments to IAS 16 - Property, plant and equipment;
- ▶ Amendments to IAS 37 - Provisions, contingent liabilities and contingent assets;
- ▶ Amendments to IFRS 3 - Business combinations;

- ▶ Annual improvements to IFRS 2018-2020 cycle (Reg. EU 2021/1080), specifically amendments to IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 and IAS 41.

To the extent applicable, these standards, amendments and interpretations had no impact on the Bank's separate financial statements.

## **Standards, amendments and interpretations effective from 2023 or amended and not yet endorsed**

As of the date of these financial statements, the following standards or amendments thereof have been endorsed and are applicable as of January 1, 2023:

- ▶ IFRS 17 - Insurance Contracts (Reg. EU 2021/2036);
- ▶ Amendments to IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors: Definition of Accounting Estimates (Reg. EU 2022/357);
- ▶ Amendments to IAS 1 Presentation of Financial Statements and IFRS Practice Statement 2: Disclosure of accounting policies (Reg. EU 2022/357).

Finally, the IASB issued the following standards and interpretations or amendments, the application of which is however still subject to the completion of the endorsement process by the competent bodies of the European Union, which has not yet been concluded:

- ▶ Amendments to IAS 1 - Presentation of Financial Statements: Classification of liabilities as current and non-current - Deferral of effective date (January 2020 and July 2020, respectively);
- ▶ Amendments to IAS 12 Income Taxes: Deferred Taxes Related to Assets and Liabilities Arising from a Single Transaction (May 2021);
- ▶ Amendments to IFRS 17 Initial application of IFRS 17 and IFRS 9: Comparative information (December 2021).

The possible effects of the future adoption of these standards, interpretations and amendments, to the extent applicable and relevant to the Bank, are reasonably estimated to be immaterial.

## Section 3 - Events after the reporting date

### Authorization to repurchase treasury shares

On February 1, 2023, BFF Bank S.p.A. received, after it initiated the regulatory procedure communicated to the market on November 25, 2022, the Bank of Italy's authorization pursuant to Arts. 27 et seq. of Delegated Regulation (EU) no. 241 of January 7, 2014, adopted by the European Commission, and Art. 78 of Regulation (EU) no. 575 of June 26, 2013, to repurchase treasury shares of the Bank, in execution of the authorization granted pursuant to Art. 2387 of the Italian Civil Code by the ordinary shareholders' meeting of March 31, 2022 up to the maximum amount of €2.8 million. The repurchase of treasury shares had been carried out in full at the date on which this document was drafted, and the relative amount had already been deducted from own funds at December 31, 2022.

The treasury share repurchase, as already disclosed to the market, will aim to equip the Bank with sufficient financial instruments in order to meet the requirements of the remuneration and incentive systems as per the current "Remuneration and incentive policy of the Banking Group".

On February 20, 2023, the treasury share repurchase program was concluded. In the period between February 13, 2023 and February 17, 2023, the Parent acquired 291,888 ordinary shares, corresponding to 0.16% of the total shares outstanding and making up the share capital (equal to 185,604,558 shares) for an overall equivalent value of €2,794,383.98.

## Section 4 - Other issues

### Risks, uncertainties and impacts of the Covid-19 epidemic and the Russia/Ukraine conflict

Significant events during 2022 include the tensions in the global geopolitical environment arising from the conflict between Russia and Ukraine, which is having serious repercussions on the European and global macroeconomic situation.

Also looking ahead, the conflict represents a factor of instability that, in general, can significantly affect the macroeconomic landscapes of the countries that BFF operates in and their growth prospects. Consequently, at a consolidated level the parent has put in place continuous monitoring of the risks that BFF could possibly be exposed to and carried out the necessary business impact analyses, the results of which are summarized below.

- ▶ With regard to the credit risk arising from impacts on financed companies that have significant commercial operations with Russia, Belarus or Ukraine or that are more exposed to changes in commodity prices, the parent carried out a specific assessment identifying only certain counterparties that could potentially be impacted by commodity price increases. As part of this, additional monitoring was put in place. Furthermore, no customers with significant business operations with Russia, Belarus or Ukraine were identified.
- ▶ With regard to securities trading, the parent does not hold securities issued by issuers particularly exposed to risks arising from the current geo-political environment and conflict.
- ▶ With regard to profitability, note that custodian bank fees are calculated on the basis of the funds' AuM, and therefore the depreciation of these securities in the funds' portfolio had an insignificant impact compared to, for example, normal market volatilities.
- ▶ With regard to operational risks related to cyberattacks, note that the parent has not recorded any attacks of this nature, and moreover there are no operations in the countries affected by the conflict.

Moreover, the Compliance & AML Function, with the involvement and support of the competent functions, continuously (i) monitors regulatory developments with regard to the restrictive and sanctioning regime applied at the EU level to subjects, entities and banks in Russia and Belarus involved in the conflict; (ii) disseminates information alerts to the various BUs whenever there are updates and (iii) supports the various BUs in analyzing the compliance of specific operational requirements.

The continued emergence and spread of COVID-19 (hereinafter referred to as Coronavirus) was also experienced in 2022.

With regard to the parent's operations, note that the impacts for 2022 of both the Russia/Ukraine conflict and the continuing emergency and dissemination of COVID-19 were contained also thanks to development of the business, as discussed in the part relating to commercial aspects.

In light of the Bank's business model and the nature of its risk counterparties, neither the COVID-19 epidemic nor the Russia/Ukraine conflict entailed changes to the model for determining expected losses. However, actions have been taken starting from the second quarter of 2020 that led the parent to update the macroeconomic scenarios in order to include the effects of the pandemic within the ECL estimates, and in the early months of 2022 discussions were initiated with the external infoprovder to monitor the evolution of the risk parameters in light of the evolution of the conflict in order to understand any impact on the determination of the expected credit losses (for more details please see the paragraph "IFRS 9 - Update to reflect the financial crisis due to COVID-19 and the Russia/Ukraine conflict"). Information is provided on the following issues and actions taken in 2022 below:

- ▶ **Business continuity:** the parent has continuously monitored the situation and its operations have been guaranteed without any critical issues. In this context, particular attention has been paid to operational risks and those deriving from the conflict, with appropriate measures to guarantee operations. To date there have not been any business continuity issues. In fact, the IT structure was already reinforced last year.

Staff are now fully operational, working both remotely and in person, and are equipped with the tools needed to telework. The services provided by suppliers and outsourcers have not suffered any deterioration in terms of quality or quantity, nor has service been disrupted. Any deterioration in the quality of the service – which in any case is not able to compromise the Group's operations – is in fact subject to tracking and evaluation/ resolution in a specific internal application.

- ▶ **Commercial aspects:** with regard to the Factoring and Lending BU, a significant rebound in non-recourse factoring and/or customer financing volumes should be noted thanks to the commercial effort and the gradual return to normalcy of the countries the parent operates in.

With regard to the Securities Services BU, business development made it possible to counterbalance the weakness of the financial markets affected by the Russia/Ukraine crisis and the ensuing energy crisis: of particular note was the AIF segment, with multiple initiatives successfully concluded, including by acquiring Funds from other competing custodians.

With regard to the Payment BU, it is finally worth mentioning the good performance of almost all segments, especially that of card settlement and with the exception of checks and bills, which continue to trend downwards.

- ▶ **Liquidity:** despite the current macroeconomic scenario, characterized by the continuation of the COVID-19 pandemic and the Russia/Ukraine conflict, the Bank has maintained the necessary measures to monitor and control the liquidity position. The parent:
  - (i) when deemed necessary, reserves the right to perform stress analyses that are more frequent and more detailed as well as with increasing and variable impacts;
  - (ii) maintains a significant share of assets freely available to meet unforeseen liquidity needs;
  - (iii) monitors the markets, including through continuous comparison with market operators and related banks; and
  - (iv) continues to closely monitor the collection trends of Public Administration debtors.
- ▶ **Capital requirements:** there is no particular impact on Own Funds and regulatory requirements as a result of the current macroeconomic and geopolitical environment; at the end of the year, capital ratios were still well above the minimum requirements set by the Regulator.

On the other hand, the consequences of COVID and the Russia/Ukraine conflict have not particularly affected lease contracts (IFRS 16), actuarial gains/losses related to post-employment benefits (IAS 19) and the vesting conditions of share-based payments (IFRS 2).

## New “Definition of Default”

On September 23, 2022, the Bank of Italy issued a new, stricter “Definition of Default”, which resulted in an increase in Net past-due loans, although the parent’s credit risk remained unchanged thanks to the fact that nearly all exposures are to the Public Administration.

Considering the context of this new regulatory framework, the parent is considering the implementation of a new internal model for the calculation of credit risk (AIRB), which would permit lower impacts on past-due loans and receivables compared to the current standard model.

## Contractual amendments due to COVID-19

In line with the EBA guidance of December 2, 2020 “*Guidelines amending Guidelines EBA/GL/2020/02 on legislative and non legislative moratoria on loan repayments applied in the light of the COVID-19 crisis*”, the parent has not granted any of its counterparties moratoria.

## Statutory audit

The Shareholders' Meeting of Banca Farmafactoring S.p.A. (now BFF Bank S.p.A.) held on April 2, 2020 appointed the audit firm KPMG S.p.A. to audit the financial statements from 2021 to 2029, pursuant to the provisions of Article 2409-bis of the Italian Civil Code and Italian Legislative Decree 39/2010.

## A.2 - MAIN ITEMS OF THE SEPARATE FINANCIAL STATEMENTS

The following describes the accounting policies adopted to prepare the separate financial statements at December 31, 2022, in accordance with IAS 1 and the instructions contained in Bank of Italy Circular no. 262 of December 22, 2005, as amended.

These accounting policies include the main criteria for recognizing, classifying, measuring and derecognizing the main assets and liabilities as well as for recognizing revenue and costs, along with other information.

### Financial assets

IFRS 9 divides financial assets into three categories:

- ▶ Financial assets measured at fair value through profit or loss;
- ▶ Financial assets measured at fair value through other comprehensive income;
- ▶ Financial assets measured at amortized cost.

### 1 - Financial assets measured at fair value through profit or loss

#### Classification criteria

This category includes financial assets other than those classified as financial assets measured at fair value through other comprehensive income or as financial assets measured at amortized cost. Specifically, this item includes:

- ▶ financial assets held for trading;
- ▶ financial assets with obligatory fair value measurement, represented by the financial assets that do not meet the requirements for measurement at amortized cost or fair value through other comprehensive income. These are financial assets whose contractual terms do not provide for solely payment of principal and interest on the principal amount outstanding, or which are not held in connection with a "Hold-to-Collect" business model, or whose objective is a "Held-to-Collect-and-Sell" business model;
- ▶ financial assets carried at fair value, namely financial assets defined in this way at the time of initial recognition and where the requirements are met. In such cases, on recognition an entity can irrevocably designate a financial asset as being measured at fair value through profit or loss if and only if by so doing it would eliminate or significantly reduce a recognition inconsistency.



This item therefore includes:

- ▶ debt instruments and loans that are included in an other/trading model (therefore not related to the "hold-to-collect" or "hold-to-collect-and-sell" business models) or that fail the contractual characteristics test (SPPI test);
- ▶ equity instruments – which cannot be qualified as controlling or connected – for which the designation at fair value through other comprehensive income has not been made upon initial recognition;
- ▶ UCI units.

The item also includes derivatives, recognized among financial assets held for trading, which are represented as assets if the fair value is positive.

In accordance with the general rules in IFRS 9 regarding the reclassification of financial assets (except for equity securities, for which no reclassification is permitted), reclassifications to other categories of financial assets are not permitted unless the entity changes its business model for managing financial assets. In such cases, which are expected to be very infrequent, the financial assets may be reclassified from the category of assets measured at fair value through profit or loss to one of the other two categories permitted by IFRS 9 (Financial assets measured at amortized cost or Financial assets measured at fair value through other comprehensive income). The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects of reclassification apply prospectively from said date. In this case, the effective interest rate of the reclassified asset is determined on the basis of its fair value on the reclassification date. That date is taken to be the date of initial recognition, for credit risk stage assignment for impairment purposes.

## Recognition criteria

The initial recognition of financial assets takes place on the date of settlement for debt instruments and equity instruments, on the date of disbursement for loans, and on the date of subscription for derivatives.

Financial assets at fair value through profit or loss are initially recorded at fair value, normally presented by the price of the transaction, without considering the costs or income of the transaction directly attributable to the instrument itself.

## Measurement criteria

After initial recognition, financial assets measured at fair value through profit or loss are measured at fair value. The effects of applying this measurement criterion are charged to the income statement.

To determine the fair value of financial instruments listed on an active market, market prices are used. In the absence of an active market, commonly adopted estimation and valuation models are used. These take into account all the risk factors related to the instruments and are based on observable market data such as: the valuation of listed instruments with similar characteristics, discounted cash flow calculations, option pricing models, the recorded values of recent comparable transactions, etc.

For equity instruments and derivatives not quoted on an active market, the cost criterion is used to estimate the fair value only on a residual basis and in a limited number of circumstances, namely if none of the above valuation methods can be applied or if there is a wide range of possible fair value valuations, within which the cost is the most significant estimate.

## Derecognition criteria

Financial assets or parts of financial assets are derecognized if and only if disposal entails the substantial transfer of all the related risks and benefits.

Specifically, financial assets sold are derecognized when the entity retains the contractual rights to receive the cash flows of the asset but enters into a simultaneous obligation to pay those cash flows and only those cash flows to third parties, without significant delays.

## 2 - Financial assets measured at fair value through other comprehensive income

### Classification criteria

According to IFRS 9, a financial asset is included in this category if both of the following conditions are met:

- a) The financial asset is held within a business model whose objective is achieved by both collecting contractual cash flows and selling financial assets (HTC&S business model); and
- b) The contractual terms of the financial asset give rise on specified dates to cash flows that are solely payments of principal and interest on the principal amount outstanding (meeting the SPPI test).

In particular, this item includes:

- ▶ debt instruments that are included in a Hold to Collect and Sell Business Model and that pass the contractual characteristics test (SPPI test);
- ▶ equity instruments, which cannot be qualified as controlling, associated or jointly controlled and which are not held for trading, for which the option for designation at fair value through other comprehensive income has been exercised.

In addition, equity instruments for which the Bank has decided to use the FVOCI (Fair Value through Other Comprehensive Income) option are also measured at fair value through OCI. The FVOCI option provides for the recognition in OCI of all income components relating to these instruments, without any impact (even in the event of disposals) on profit or loss.

The Bank has decided to use the FVOCI option for the equity instruments held, whose amount is not significant.

## HTC&S business model

Financial assets classified in the HTC&S business model are held to collect contractual cash flows and to sell the financial assets. Sales are therefore more frequent and significant compared to a hold to collect business model. This is because selling financial assets is integral to achieving the business model's objective instead of being only incidental to it.

These assets can be held for an indefinite period of time and can fulfil the need to access liquidity or respond to fluctuations in interest rates, exchange rates or prices.

Therefore, unlike in the case of financial assets measured at amortized cost (HTC), IFRS 9 does not require defining thresholds in terms of frequency and significance of sales for the HTC&S business model.

That said, taking a prudent approach, the parent defined a maximum annual turnover ratio for the securities portfolio allowing to distinguish this business model from the Other model (i.e., assets held for trading), calculated as the ratio of the total value of sales to the average stock for the year ((opening stock + closing stock)/2).

As far as the reclassification of financial assets is concerned (excluding equity securities, which are not eligible for reclassification), IFRS 9 allows an entity to reclassify its financial assets to other categories of financial assets if and only if the business model for managing those assets changes.

In such cases, which are expected to be very infrequent according to the standard, financial assets can be reclassified from FVOCI to one of the other two categories provided for by IFRS 9 (amortized cost or FVPL).

The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects of reclassification apply prospectively from said date. More specifically, if a financial asset is reclassified to amortized cost, its fair value at the reclassification date is adjusted to reflect the accumulated gains (losses) recognized in the valuation reserve. On the contrary, if a financial asset is reclassified to FVPL, the accumulated gains (losses) previously recognized in the valuation reserve are reclassified from equity to profit (loss) for the period.

Reclassifications to other categories of financial assets are not permitted unless the entity changes its business model for managing financial assets. In such cases, which should be highly infrequent, financial assets can be reclassified from FVOCI to one of the other two categories provided for by IFRS 9 (amortized cost or FVPL). The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects apply prospectively from said date with the following impacts:

- ▶ if a financial asset is reclassified to amortized cost, its fair value at the reclassification date is adjusted to reflect the accumulated gains (losses) recognized in the valuation reserve;
- ▶ on the contrary, if a financial asset is reclassified to FVPL, the accumulated gains (losses) previously recognized in the valuation reserve are reclassified from equity to profit (loss) for the period.

## Recognition criteria

The initial recognition of financial assets takes place on the date of settlement for debt and equity instruments.

On initial recognition, the assets are measured at fair value, including transaction costs or income directly attributable to the instrument.

## Measurement criteria

With regard to debt securities, these assets are subsequently measured at fair value, with the interest recognized at amortized cost in the income statement under item 10 "Interest and similar income". Gains and losses arising from changes in fair value are recognized in equity under item 110 "Revaluation reserves" except for impairment, which is recognized under item 130 "Net impairment losses/gains for credit risks associated with: b) financial assets measured at fair value through OCI".

Gains and losses are recognized in Revaluation reserves until the financial asset is disposed of, when the accumulated gains or losses are recognized in the income statement under item 100 "Profits (losses) on disposal or repurchase of: b) financial assets measured at fair value through OCI".

Fair value changes recognized under item 110 "Valuation reserves" are also reported in the statement of comprehensive income.

Equity instruments (shares) not traded in an active market, whose fair value cannot be determined reliably due to the lack or unreliability of the information needed for fair value measurement, are measured at their last reliably measured fair value.

Equity instruments that were classified in this category are valued at fair value and the amounts recognized as a balancing entry under equity (other comprehensive income) must not then be transferred to the income statement, not even in the case of disposal. The only component referring to the equity instruments in question subject to recognition in the income statement is the relative dividends.

For the purposes of IFRS 9, the impairment of financial assets included in these categories is recognized in three different stages based on the relevant credit risk level.

More specifically, for Stage 1 instruments (financial assets that are not credit-impaired on initial recognition and instruments without significant increase in credit risk since initial recognition), 12-month expected credit losses are recognized at the initial recognition date and at each subsequent reporting date.

For Stage 2 instruments (assets with significant increase in credit risk since initial recognition but not credit-impaired) and Stage 3 instruments (credit-impaired exposures), lifetime expected credit losses are recognized instead.

For debt instruments, any circumstances indicating that the borrower or issuer is experiencing financial difficulties such as to prejudice the collection of principal or interest constitute evidence of impairment.

If there is objective evidence of impairment, the cumulative loss that was initially recognized in equity under item 110 "Revaluation reserves" is transferred to the income statement under item 130 "Net impairment losses/gains for credit risks associated with: b) financial assets measured at fair value through OCI". The amount transferred to the income statement is equal to the difference between the asset's carrying amount (value at initial recognition net of any previous impairment losses already recognized in the income statement) and its current fair value.

If the fair value of a debt instrument increases and such increase can be objectively attributable to an event relating to the improvement in the debtor's creditworthiness, occurring in a period subsequent to the recognition of impairment in the income statement, the impairment gain is recognised and the amount of the gain is recognized in the same income statement item. This does not apply to equity securities, which are not tested for impairment.

After the reinstatement, the carrying amount cannot in any case exceed measurement at amortized cost had the impairment loss not been recognized.

Impairment losses/gains are recognized according to the staging allocation criteria and the following risk parameters: probability of default (PD), loss given default (LGD), and exposure at default (EAD)—defined in accordance with the subsequent paragraph “Measurement of impairment losses on financial assets”.

Equity instruments are not subjected to the impairment process.

### Derecognition criteria

Financial assets measured at fair value through profit or loss are derecognized when the contractual rights expire and when, following disposal, substantially all of the risks and rewards relating to the financial asset sold are transferred. On the other hand, if a significant portion of the risks and rewards relating to the disposed financial assets has been retained, they continue to be recognized in the financial statements, even if legally their ownership has been effectively transferred.

## 3 - Financial assets measured at amortized cost

### Classification criteria

According to IFRS 9, a financial asset is included in this category if both of the following conditions are met:

- a) The financial asset is held within a business model whose objective is to hold financial assets in order to collect contractual cash flows (HTC business model); and
- b) The contractual terms of the financial asset give rise on specified dates to cash flows that are solely payments of principal and interest on the principal amount outstanding (meeting the SPPI test).

On the basis of the accounting statements provided for by the Bank of Italy’s Circular no. 262 of December 22, 2005, as amended, this financial statement item includes:

- ▶ loans and receivables with banks in the various technical forms;
- ▶ loans and receivables with customers, in the various technical forms, which also include debt securities classified in the HTC business model and that passed the SPPI test.

Loans and receivables with banks relate essentially to ordinary current accounts and loans with banking counterparties in the various technical forms.

Loans and receivables with customers are primarily comprised of debt instruments, receivables due from debtors relating to factoring activities and late payment interest, computed based on receivables purchased on a non-recourse basis in accordance with laws in force (Italian Legislative Decree 231/2002 “Implementation of Directive 2000/35/EC on combating late payments in commercial transactions”), as well as loans to customers in the various technical forms.

BFF’s receivables from factoring transactions almost exclusively refer to non-recourse purchase transactions involving the full transfer of all the risks and rewards relating to receivables.

## HTC business model

Financial assets measured at amortized cost are held within a business model whose objective is to obtain contractual cash flows by collecting payments over the lifetime of the instrument.

Not all assets shall necessarily be held to maturity. IFRS 9 provides the following examples of cases in which the sale of financial assets may be consistent with the HTC business model:

- ▶ Sales are attributable to the increased credit risk of a financial asset;
- ▶ Sales are infrequent (even if significant in terms of amount) or insignificant at an individual level and in aggregate form (even if frequent);
- ▶ Sales take place close to the maturity of the financial asset and revenues from the sales are close to the amount of the remaining contractual cash flows.

The Bank identified thresholds of significance for frequency and volumes of sales, required to analyze whether the HTC business model has been maintained.

Therefore, in the event of sales (consistently with the business model concerned), by virtue of common market practice, a percentage of significance for annual sales volumes has been defined, determined as the sum of the value of sales made during the year/the carrying amount of the HTC portfolio at the beginning of the year.

With respect to the frequency of sales, BFF has defined a monthly threshold, as set out in the (RAF) Risk Appetite Framework, which, in line with the maximum acceptable risk, defines the business model and the strategic plan - risk appetite, tolerance thresholds, risk limits, risk governance policies and the processes of reference for designing and implementing them.

As far as the reclassification of financial assets is concerned, IFRS 9 allows an entity to reclassify its financial assets to other categories of financial assets if and only if the business model for managing those assets changes.

In such cases, which are expected to be very infrequent according to the standard, financial assets can be reclassified from amortized cost to one of the other two categories provided for by IFRS 9 (FVOCI or FVPL).

The transfer value is the fair value measured at the reclassification date, and the effects of reclassification apply prospectively from said date. Gains or losses arising from the difference between the amortized cost of a financial asset and its fair value are recognized in the income statement in the case of a reclassification to FVPL, or in equity, as part of the relevant valuation reserve, in the case of a reclassification to FVOCI.

## Recognition criteria

With respect to receivables from factoring transactions, such assets are initially recognized at fair value, which usually corresponds to the consideration paid, including transaction costs and income which are directly attributable to the acquisition and provision of the financial asset, although not yet settled.

Specifically, non-recourse receivables:

- a) purchased on a non-recourse basis, with substantial transfer of all risks and rewards as well as cash flows, are initially recognized at fair value, represented by the nominal amount of the receivable net of fees and commissions charged to the assignor;
- b) if purchased for amounts below the nominal amount, are recognized for the amount actually paid at the time of purchase.

As for financial assets related to loans originated by the Bank, they are initially recognized at the loan date. These assets are initially recognized at fair value inclusive of the sums disbursed, including of transaction costs or income directly attributable to the instrument. With reference to loans in particular, the date of disbursement is usually the date on which the contract is signed. If this is not the case, when the contract is signed a commitment will be included to disburse funds, and this commitment ends on the date the loan is drawn down.

HTC debt securities have fixed or determinable payments and a fixed maturity and may be used for repurchase agreements, loans or other temporary refinancing operations.

These assets are initially recognized at fair value on the settlement date. This amount usually corresponds to the consideration paid, including transaction costs and income.

## Measurement criteria

After initial recognition, financial assets are measured at amortized cost, equal to the original amount, less repayment of principal and impairment losses, and increased by any impairment gains and amortization, calculated using the effective interest rate method, taking into account the difference between the amount disbursed and the amount repayable when due, relating to ancillary costs/income directly attributable to the individual receivable.

Specifically, non-recourse receivables purchased as part of the factoring activities carried out are measured at amortized cost, determined based on the present value of estimated future cash flows, with reference to both the principal and the late payment interest accruing as from the due date of the receivable and deemed recoverable.

By virtue of their nature, the new due date of such receivables is their expected collection date, determined at the time of pricing and formalized with the assignor in the assignment contract.

Interest income (including late payment interest) is recognized in the income statement only if it is probable that positive cash flows will be generated for the entity and their amount can be estimated reliably. In the case in question, consistently with the "Bank of Italy/Consob/Ivass Document no. 7 of November 9, 2016" on the "Treatment in the financial statements of late payment interest under Italian Legislative Decree 231/2002 on non-recourse purchases of performing receivables", BFF also included the estimate of late payment interest deemed recoverable in the calculation of amortized cost, taking into account that:

- ▶ the business model and organizational structure envisage that the systematic recovery of late payment interest on performing receivables purchased on a non-recourse basis is a structural element of the ordinary business activities for the management of such receivables;
- ▶ such late payment interest, due to its impact on the composition of results, does not constitute an ancillary element of non-recourse purchase transactions, and has been considered for a complete analysis of the prospective profitability profiles.

Moreover, the parent has time series of data concerning collection percentages and times—acquired through suitable analysis tools—enabling it to judge that the estimate of late payment interest included in the calculation of amortized cost is sufficiently reliable and complies with the recognition requirements established by IFRS 15. Such time series are updated on an annual basis when the financial statements are prepared, in order to determine the estimated collection percentages and times to be used to calculate late payment interest. The change in collections is then analyzed on a quarterly basis to confirm such percentages in periodic reporting.

As far as the receivables recognized in the separate financial statements are concerned, the updating of the time series confirmed an estimated collection percentage much higher than 45%. Therefore, the percentage used to prepare the 2022 financial statements was increased from 45% to 50%.

On the other hand, to take into consideration the collection timing of the entire provision for late payment interest, the estimate of days to collection was prudently increased from 1800 to 2100 days. This extension was also implemented to take into account external impacts that influenced the age of the provision, such as slower payment times due to the Covid-19 pandemic crisis, the relative blocking of courts and the suspension of enforcement actions in healthcare, which influenced the suspension of the terms of legal and procedural activities and therefore collection timing.



With respect to the treatment in the separate Financial Statements of the right to receive the lump-sum indemnity for debt collection ("40 euros"), the parent has decided to change the accounting estimate. In particular, as of 2018, in accordance with Directive 2011/7/EU of the European Parliament and of the Council on combating late payment in commercial transactions, which establishes a minimum amount of €40 by way of indemnity for debt collection costs (an indemnity which in any event may be increased in light of the fact that the directive says that the reasonable costs incurred to that end may also be charged), the parent has started to request €40 from debtors for each expired invoice, as a lump-sum reimbursement for debt collection expenses incurred, pursuant to the directive.

BFF's interpretation has been confirmed by the recent ruling won by BFF at the Court of Justice of the European Union on October 20, 2022, which constitutes the binding interpretation for the national rulings of all Member States as well, and confirmed the right to recover at least €40 for each past-due invoice with respect to the Public Administration, irrespective of the amount and of whether a certain amount of invoices are part of a single payment agreement.

Until 2021, loans and receivables recognized in the separate Financial Statements against the right to collect the amount of the debt collection cost indemnity (hereinafter, "40 euros" or simply "indemnity") were adjusted in full, within the same statement of financial position asset item "Financial Assets at amortized cost - loans and receivables with customers". The revenue was recognized in the income statement, in the item "Other operating income", when that indemnity was actually received: indeed, the adjustment was derecognized and the amounts received were credited to the income statement.

The amount collected and recognized in the income statement contributed to the determination of the taxable income on which current taxes for the year were calculated. On the basis of the accounting model applied until 2021, no deferred taxation was recognized in the separate financial statements.

To date, on the basis of the analysis tools already in use, which made it possible to define a "40 euros" collection time series, the parent is capable of reliably estimating the amount received in relation to such indemnity. In particular, that estimate applies to the BFF Bank scope, or Italy, the countries in which it operates under the FOS regime and the branches in Portugal and Greece.

Please note that, as occurs with late payment interest and compound interest, the rights to receive the "40 euros" have also been considered since 2018 in settlement agreements with debtors to ensure that they can be recovered. Agreements with debtors consider the entire amount due, as a single amount on which to base the settlement and on which to apply the late payment interest discount percentages. As confirmation of this, on the basis of the analyses performed, the result of the analyses carried out on the time series of late payment interest was also confirmed for the rights to collect the "40 euros", or that the receipts recorded came to an average percentage significantly higher than 50% of the original right, as highlighted by the annual analysis on the collection time series, presented to the Board of Directors at its meeting held on January 27, 2023.

As a result, starting from the separate Financial Statements at December 31, 2022, the parent has decided to account for such indemnity on an accruals basis, based on the collection percentage identified by the time series and the analyses performed in line with those already applied to the late payment interest calculation model.

The trend in collection percentages over the years, constituting the time series considered is, as emphasized above, significantly higher than 50% and, therefore, for reasons of prudence this percentage was used as an estimate of the amount relating to the above-mentioned indemnity which will be collected in the future and which was recognized in item 40 "Financial Assets at amortized cost - loans and receivables with customers".

As a result, in accordance with the accrual principle, the “40 euros” will be considered accrued based on the number of past-due invoices in the reference period multiplied by €40 and subsequently multiplied by a realization percentage of 50% and will not follow measurement at amortized cost to which, instead, late payment interest is subject.

In fiscal terms, the accrual of revenue deriving from the right to collect the “40 euros” directly forms part of taxable profit as set forth in Art. 109, paragraph 1 of the TUIR (Consolidated Income Tax Law), (“Revenue, expenses and other positive and negative components, for which the previous rules of this Section do not establish otherwise, contribute towards forming the profit for the year; however, revenue, expenses and other components for which during the year of accrual the existence is not yet certain or the amount is not yet objectively determinable, will contribute towards forming that revenue in the year in which such conditions are met.”), unlike what is established for late payment interest, the tax treatment of which is subject to paragraph 7 of the same article of the TUIR (“In derogation of paragraph 1, late payment interest contributes to the formation of income in the year in which it is received or paid”). No deferred taxation is recognized in the separate financial statements.

In accordance with what is defined by IAS 8, this decision is seen as a change in accounting estimates, the impact of which should be recognized in the income statement on a prospective basis, and not retroactively. Therefore, this change impacts the 2022 and subsequent Separate Financial Statements, but does not lead to any revision of previous Separate Financial Statements.

At December 31, 2022, the parent recognized a one-off effect, gross of the tax effect, relating to 50% of the “40 euros” provision consisting of all receivables accrued for the indemnity in question for an amount of €94.7 million (€68.7 million net of the tax effect) and as of January 1, 2023 will calculate and recognize in the separate financial statements in a recurring manner revenue equal to 50% of each individual “40 euros” receivable accrued against each new past-due invoice at the reporting date.

After initial recognition at fair value, HTC securities are measured at amortized cost using the effective interest rate method. The amount arising from the application of this method is recognized in the income statement under item 10 “Interest and similar income”.

The Bank carries out the analysis of the receivable and HTC security portfolio to identify any impairment of its financial assets. IFRS 9 introduced the expected credit loss concept for the financial assets included in this financial statement item. Expected credit losses are a probability-weighted estimate of credit losses over the expected life of the financial instrument. According to this concept, a loss does not necessarily have to occur before it is recognized in the financial statements; therefore, generally all financial assets will entail the recognition of a provision.

The approach adopted is represented by the general deterioration model, which envisages a three-stage classification. These stages reflect the deterioration of the credit quality of the financial instruments included within the scope of application of IFRS 9.

At each annual or interim reporting date, the entity assesses whether there has been a significant change in credit risk compared to initial recognition. If so, this will result in a change of stage: the model is symmetrical, and assets can move between different stages.

For assets classified in Stage 1, the loss allowance relating to each individual financial asset is determined on the basis of 12-month expected credit losses (contractual cash flow shortfalls estimated by taking into account potential default in the following 12 months), while for assets classified in Stages 2 and 3 calculations are based on lifetime expected credit losses (contractual cash flow shortfalls estimated by taking into account the potential default over the residual life of the financial instrument).

If there is objective evidence of impairment and the asset is classified in Stage 3, the loss is measured as the difference between the asset's carrying amount and the present value of the estimated future cash flows, discounted using the original effective interest rate of the financial asset.

The amount of the loss is determined on the basis of an individual assessment and then individually attributed to each position, accounting for forward-looking information and potential alternative recovery scenarios. Impaired assets include financial instruments that have been given non-performing status, unlikely to pay or overrun/past-due for more than 90 days according to the Bank of Italy regulations, in line with the IAS/IFRS and European regulations. The expected cash flows take into account the expected recovery times and the presumed realization value of any guarantees.

When recognizing impairment, the carrying amount of the asset is reduced accordingly and the loss is recognized in the income statement under item 130 "Net impairment losses/gains for credit risks associated with: a) financial assets measured at amortized cost".

If, in a subsequent period, the amount of an impairment loss decreases and the decrease can be objectively attributable to an event relating to the improvement in the debtor's creditworthiness occurring after recognition of impairment, an impairment gain is recognised. After the gain, the carrying amount cannot in any case exceed measurement at amortized cost had the impairment loss not been recognized. The amount of the gain is recognized in the same income statement item.

Impairment losses and gains are recognized according to the staging allocation criteria and the following risk parameters: probability of default (PD), loss given default (LGD), and exposure at default (EAD)—defined in accordance with the subsequent paragraph "Measurement of impairment losses on financial assets".

## Derecognition criteria

Derecognition of a financial asset occurs when the contractual rights to cash flows deriving from the financial asset expire or if the entity transfers the financial asset and such transfer meets the eligibility criteria for derecognition.

Receivables sold are derecognized only if all the risks and rewards relating to such receivables were transferred.

On the other hand, if the risks and rewards are retained, the receivables sold will continue to be recognized in the separate financial statements, even though legal title to these assets is effectively transferred.

## 4 - Hedging operations

### Recognition criteria

The Bank has exercised the option under IFRS 9 to continue to apply the IAS 39 rules to hedging operations even after the introduction of IFRS 9.

“Hedging operations” involve designating a financial instrument capable of offsetting part or all of the gain or loss resulting from a change in the fair value or cash flows of the hedged instrument. The intent to hedge must be formally stated, must not be retroactive and must be consistent with the risk hedging strategy espoused by BFF’s management. Pursuant to IAS 39, derivatives may only be accounted for as hedging instruments under certain conditions, i.e. when the hedging relationship is:

- ▶ clearly defined and documented;
- ▶ measurable;
- ▶ currently effective.

Derivative financial instruments designated as hedges are initially recognized at their fair value.

Hedging operations are intended to offset the potential losses associated with certain types of risks.

The possible types of hedges are:

- ▶ Fair value hedges: these are designed to cover the exposure to the change in the fair value of a statement of financial position item;
- ▶ Cash flow hedges: these are designed to cover the exposure to changes in the future cash flows associated with certain statement of financial position items;
- ▶ Hedges of a net investment in a foreign operation.

Hedges may be undertaken using derivative contracts (including the purchase of options) and non-derivative financial instruments (to hedge foreign exchange risk only). In the statement of financial position, hedging derivative instruments are classified to item 50 “Hedging derivatives” on the assets side and 40 “Hedging derivatives” on the liabilities side according to whether they have a positive or negative fair value on the annual or interim reporting date.

### Measurement criteria

Hedging derivative financial instruments are measured at their fair value.

When a financial instrument is classified as a hedge, the Bank, as set out above, formally documents the relationship between the hedging instrument and the hedged item, verifying both at the inception of the relationship and throughout its duration, that the hedging by the derivative is effective in offsetting changes in the fair value or cash flows of the hedged item. A hedge is considered effective if, both at inception and over its life, changes in the fair value or cash flows of the hedged item are offset by changes in the fair value of the hedging derivative.

Accordingly, effectiveness is assessed by comparing the aforementioned changes, taking account of the intent pursued by the entity when entering into the hedge. A hedge is effective (within the limits established by the interval of 80-125%) when the expected, effective changes in the fair value or cash flows of the hedging financial instrument offset changes in the hedged item almost entirely.

Effectiveness is assessed at each annual or interim reporting date using:

- ▶ prospective tests that justify the application of hedge accounting by proving the expectation of hedge effectiveness;
- ▶ retrospective tests that determine the degree of effectiveness of the hedge achieved during the period to which they refer, thus measuring the extent to which the actual results diverged from the perfect hedge.

The accounting treatment for gains and losses on fair value changes varies according to the type of hedge:

- ▶ Fair value hedges: the change in the fair value of the hedged item attributable solely to the hedged risk is taken to the income statement, as is the change in the fair value of the hedging derivative instrument; the difference, if any, which represents the partial ineffectiveness of the hedge, thus determines the net effect on the income statement;
- ▶ Cash flow hedges: changes in the fair value of the derivative are taken to equity, for the effective portion of the hedge, and are only taken to the income statement when, in reference to the hedged item, the change in the cash flows to be offset manifests, or for the portion of the hedge found to be ineffective;
- ▶ Hedges of a net investment in a foreign operation: such hedges are accounted for according to the same method used for cash flow hedges.

The income components are allocated to the relevant items of the income statement as follows:

- ▶ Differentials accrued on derivative instruments hedging interest-rate risk (in addition to the interest on the hedged positions) are allocated to item 10, "Interest and similar income" or item 20, "Interest and similar expense", depending on the sign of the differential, i.e. whether it is positive or negative;
- ▶ Negative or positive changes in fair value resulting from the measurement of the fair value hedging derivative instruments or hedged positions are allocated to item 90, "Fair value adjustments in hedge accounting";
- ▶ Positive or negative changes in fair value arising from the measurement of cash flow hedging derivative instruments are allocated, with regard to the effective portion, to a specific valuation reserve in equity, the "Cash flow hedge reserve", net of the deferred tax effect. With regard to the ineffective portion, such changes are taken to item 90 of the income statement, "Net hedging income (expense)".

## Derecognition criteria

The accounting treatment of hedging operations is discontinued in the following cases: a) a hedge undertaken through a derivative ceases or is no longer highly effective; b) the hedged item has been sold or redeemed; c) the hedging operation is revoked in advance; or d) the derivative expires, is sold, terminated or exercised.

If hedge effectiveness is not confirmed, the portion of the derivative contract no longer designated a hedge ("over-hedging") is reclassified as held for trading. If discontinuation of the hedging relationship is due to the sale or termination of the hedging instrument, the hedged item ceases to be such and is once again measured according to the criteria that apply to the relevant portfolio.

The hedging financial assets and liabilities are derecognized when there are no longer any contractual rights (e.g., expiration of the contract, early closing exercised according to the contractual clauses – so-called “unwinding”) to receive cash flows from the financial instruments, the hedged assets/liabilities, and/or the derivative designated as a hedge or when the financial assets/liabilities are sold thus substantially transferring all the risks and rewards connected thereto.

## 5 – Equity investments

### Recognition criteria

Investments in joint ventures and associates are recorded in the separate financial statements at cost, equal to the fair value of the consideration paid, adjusted for impairment. The initial recognition of equity investments takes place on the settlement date if traded in accordance with market practice (regular way), otherwise on the trade date.

Equity investments are initially stated at cost.

### Classification criteria

The term equity investment refers to investments in the capital of other companies, generally represented by shares or units and classified as investments in subsidiaries and associates. Specifically:

- ▶ **Subsidiary:** an enterprise over which the parent exercises “dominant control”, i.e. the power to determine administrative and operational choices and to obtain the relative benefits;
- ▶ **Associate:** an enterprise over which the investor has significant influence and which is neither a subsidiary nor a joint venture for the investor.

The possession – direct or indirect through subsidiaries – of 20% or more of the votes exercisable in the shareholders' meeting of the investee is a prerequisite for significant influence.

### Measurement criteria

Equity investments in non-consolidated subsidiary companies are measured at cost, adjusted as necessary for impairment losses.

If there is objective evidence that the value of an equity investment may have been reduced, the recoverable amount of the equity investment will be estimated taking into account the discounted value of the future cash flows that the equity investment could generate, including the final disposal value, or considering the market multiples methodology as an alternative to the future cash flows (impairment test).

If it is not possible to gather sufficient information, the value to be used is considered the value of the company's equity.

If the recoverable amount is less than the carrying amount, the difference is recognized in the income statement under item 220 "Profits (Losses) from equity investments".

If the reasons for the impairment cease to apply as a result of a subsequent event occurring after the recognition of the change in value, the related write-backs are allocated to the same item in the income statement but within the limit of the cost of the investment prior to the write-backs.

Dividends of investees are accounted for in the year in which they are resolved in item 70 "Dividends and similar income".

### Derecognition criteria

Equity investments are derecognized when the contractual rights to the cash flows deriving from the assets expire, or when the investment is sold with a substantial transfer of all the related risks and benefits.

## 6 - Property, equipment and investment property

### Classification criteria

Property, plant and equipment include land, instrumental properties, technical plants, furniture, furnishings and equipment of any type.

They also include rights of use acquired with leases and relating to the use of an item of property, equipment and investment property (for lessors), as well as improvements and incremental expenses incurred on items of property, equipment and investment property deriving from lease agreements.

Improvements and incremental expenses incurred on third-party assets deriving from lease agreements pursuant to IFRS 16 from which future benefits are expected are recognized:

- ▶ if independently identifiable and separable, in item "80. Property, equipment and investment property", in the most appropriate category;
- ▶ if not independently identifiable and separable, in item "80. Property, equipment and investment property", as an increase in the rights of use, recognized on the basis of the provisions of IFRS 16, to which they refer.

Improvements and incremental expenses incurred on third-party assets other than those mentioned above are recognized:

- ▶ if independently identifiable and separable, in item "80. Property, equipment and investment property", in the most appropriate category;
- ▶ if not independently identifiable and separable, in item "120. Other assets".

Instrumental properties are those owned properties (or properties held under a finance lease) used in production and the provision of services or for administrative purposes, with a useful life exceeding one year.

## Recognition criteria

Property, equipment and investment property are initially recognized at cost, which includes all costs necessary to bring the asset to working condition for its intended use (transaction costs, professional fees, direct delivery costs incurred to bring the asset to the assigned location, installation costs, dismantling costs).

Costs incurred subsequently are added to the asset's carrying amount or recognized as a separate asset only when it is probable that there will be future economic benefits in excess of those initially foreseen and the cost can be measured reliably (e.g., extraordinary maintenance costs). Other expenses incurred subsequently (e.g., ordinary maintenance costs) are recognized, in the period incurred, in the income statement under item 160 b) "other administrative expenses," if they refer to assets used in the Group's business activities.

This item also includes assets used by the parent as the lessee in lease agreements - "Right-of-Use assets" (RoU) (IFRS 16).

At the commencement date, the Bank, as lessee, shall recognize the "right-of-use (RoU) asset" at cost, which shall comprise: a) the amount of the initial measurement of the lease liability; b) any lease payments made at or before the commencement date, less any lease incentives received; c) any initial direct costs incurred by the lessee, i.e., incremental costs of obtaining a lease that would not have been incurred if the lease had not been obtained, except for costs incurred by a manufacturer or dealer lessor in connection with a lease; and d) an estimate of costs to be incurred by the lessee in dismantling and removing the underlying asset, restoring the site on which it is located or restoring the underlying asset to the condition required by the terms and conditions of the lease, unless those costs are incurred to produce inventories".

The RoU asset referring to leases outstanding at the date of initial application of IFRS 16 was recognized under the "Modified Retrospective Approach".

The Bank does not consider VAT as a component of lease payments for the purposes of calculating IFRS 16 measures (RoU Asset and Lease Liability, for which reference should be made to the line item Financial liabilities measured at amortized cost).

## Measurement criteria

Subsequent to initial recognition, property, equipment and investment property are carried at cost, net of accumulated depreciation and impairment losses, if any.

Such assets are depreciated on a straight-line basis over their estimated useful lives, understood as the period during which an asset or property is expected to contribute to company operations, adopting the straight-line method as the depreciation criterion. The estimate of the useful life is shown below:

- ▶ buildings: 33 years;
- ▶ furniture: 9 years;
- ▶ plants: 5 years;
- ▶ machines: 3 years;
- ▶ other: 4 years.

Land and buildings are treated separately for accounting purposes, even if purchased together. Land is not depreciated since, as a rule, it has an indefinite useful life.



The estimated useful life of property, equipment and investment property is reviewed at the end of each annual or interim reporting period, taking into account the conditions of use of the assets, maintenance conditions, expected obsolescence etc., and, if expectations differ from previous estimates, the depreciation expense for the current and subsequent periods is adjusted.

Artistic assets are not depreciated as their useful life cannot be estimated and their value typically does not decrease over time.

At the date of first-time adoption of the International Accounting Standards (January 1, 2005), the buildings owned by the Group and used in its business activities (Milan and Rome) were measured at fair value, which became the new carrying amount of the assets as of that date.

If there is objective evidence that an asset has been impaired, the asset's carrying amount is compared with its recoverable amount, equal to the higher of its fair value less costs of disposal and its value in use, i.e., the present value of the future cash flows expected to be derived from the asset. Any adjustments to the value of the asset are recognized in the income statement under item 180 "Net adjustments to/reversals of impairment of tangible assets".

If an impairment loss is reversed, the new carrying amount cannot exceed the net carrying amount that would have been attributed to the asset if no impairment loss had been recognized in prior years.

At each annual or interim reporting date, the parent evaluates whether there is any indication of impairment of its items of property, equipment and investment property. If a loss is identified, the carrying amount is compared with the recoverable amount understood as the higher between fair value and value in use.

### **Property, equipment and investment property represented by the right of use of assets under lease contracts**

Under IFRS 16, a lease is a contract or part of a contract that transfers the right to use an asset (the underlying asset) for a period of time in exchange for consideration. A financial lease essentially transfers all the risks and rewards arising from ownership of the asset to the lessee (user). Otherwise, the contract is classified as an operating lease. The inception of a lease is the date from which the lessee is authorized to exercise its right to use the leased asset. It coincides with the date of initial recognition of the lease and even includes rent-free periods, i.e. contractual periods when the lessee uses the asset free of charge. At the inception of a contract, the lessee recognizes:

- ▶ an asset consisting of the right to use of the asset underlying the lease contract. The asset is recognized at cost, calculated as the sum of:
  - the lease liability;
  - lease payments made on or before the effective date of inception of the lease (net of lease incentives already received);
  - initial direct costs, and
  - any (estimated) costs to dispose of or restore the asset underlying the lease;
- ▶ a financial liability arising from the lease contract (lease liability) corresponding to the present value of payments due for the lease. The discount rate used is the implicit interest rate, if determinable; otherwise, the marginal financing interest rate of the lessee is used.

Where a lease contract contains “non-lease components” (e.g., the provision of services, such as routine maintenance, to be accounted for in accordance with IFRS 15), the lessee must separately account for “lease components” and “non-lease components” and distribute the contract price between the various components on the basis of their respective prices.

The lessee may choose to recognize lease payments:

- ▶ directly by expensing them to the income statement, on a straight-line basis throughout the term of the lease contract;
- ▶ according to another systematic method representative of the way in which the economic benefits are received, in the case of short-term leases (equal to or less than 12 months) that do not include an option for the lessee to purchase the leased asset and of leases where the underlying asset is of low value.

The lease term is determined taking into account:

- ▶ periods covered by an extension option, where the exercise of the extension option is reasonably certain;
- ▶ periods covered by an option to terminate the lease, if the exercise of the termination option is reasonably certain.

During the term of the lease contract, the lessee must:

- ▶ measure the right of use asset at cost, net of accumulated depreciation and accumulated value impairment losses determined and accounted for in accordance with the provisions of IAS 36 - Impairment of Assets, adjusted to take account of any restatement of lease liabilities;
- ▶ increase the liability arising from the lease transaction following the accrual of interest expense calculated at the implicit interest rate of the lease, or alternatively at the marginal financing rate and reduce it for payments of principal and interest.

In the event of changes in lease payments, the liability must be restated; the impact of the restatement of the liability is accounted for as a balancing entry to the right of use asset.

## Derecognition criteria

Property, equipment and investment property are derecognized when disposed of or when future economic benefits are no longer expected from their use or disposal.

The right of use assets deriving from lease contracts is derecognized at the end of the lease.

## 7 - Intangible assets

### Classification criteria

Intangible assets are identifiable non-monetary assets without physical substance that are expected to be used for more than one year, controlled by the Bank, and from which future economic benefits are likely to flow.

In the absence of one of the aforementioned characteristics, the cost to acquire or generate the asset internally is recorded as a cost in the period in which it was incurred.

Intangible assets mainly consist of software for long-term use and goodwill, resulting from contracts or new acquisitions.

## Recognition criteria

Intangible assets are recognized in the annual or interim separate financial statements at acquisition cost, including direct costs incurred to bring the asset into use and increased with any costs incurred subsequently to increase initial economic functions, net of accumulated amortization and impairment losses, if any.

Intangible assets also include goodwill, being the positive difference between the purchase cost and the fair value of the assets and liabilities of the acquired company, representative of the investment's capability to produce future profit. Should this difference be negative (badwill) or should the investment not be capable to produce future profit, the difference is immediately recognized in the income statement.

## Measurement criteria

Intangible assets with a finite useful life are systematically amortized on a straight-line basis according to their estimated useful lives. Useful lives are normally estimated as follows:

- ▶ software: maximum 4 years;
- ▶ other intangible assets: maximum 10 years.

If there is objective evidence that an asset has been impaired, the asset's carrying amount is compared with its recoverable amount, equal to the higher of its fair value less costs of disposal and its value in use, i.e., the present value of the future cash flows expected to be derived from the asset. Any impairment of the asset are recognized in the income statement under item 190 "Net adjustments to/reversals of impairment of intangible assets."

If an impairment gain is recognised, the new carrying amount cannot exceed the carrying amount that would have been attributed to the asset if no impairment loss had been recognized in prior years.

In this regard, please note that at December 31, 2022 the impairment test was performed on the "Customer Relationship" intangible asset of the Securities Services BU, resulting from the finalization of the PPA subsequent to the merger of DEPObank in 2021, and in light of the significant changes taking place in the customer portfolio composition. The results of this activity led to the recognition of a partial impairment loss in the carrying amount through profit or loss. For more information refer to Part B of the Notes to the financial statements in item "Intangible Assets".

Assets with an indefinite useful life, such as goodwill, are not systematically amortized but undergo a periodic impairment test when the annual or interim separate financial statements are drafted.

## Derecognition criteria

An intangible asset is derecognized upon its disposal or when no further future economic benefits are expected from its use or sale, and any difference between the sale proceeds or recoverable amount and the carrying amount is recognized in the income statement under item 250 "Gains (losses) on disposal of investments".

## 9 - Current and deferred taxes

Income taxes are computed in accordance with the tax legislation in force in the different countries where the Bank operates.

The tax charge consists of the total amount of current and deferred income taxes, included in the calculation of the profit or loss for the year.

Current tax assets and liabilities include the net balance of the Bank's tax positions in respect of the tax authorities. In particular, these items include the net balance of current tax liabilities for the year, calculated according to a prudential estimate of the tax charge due for the year, determined on the basis of the current tax code, and current tax assets represented by prepayments made in the course of the year. Current taxes correspond to the amount of income taxes due for the year.

Deferred tax liabilities correspond to the amount of income taxes due in future periods and refer to taxable temporary differences which arose in the period or in previous periods. Deferred tax assets correspond to the amount of income taxes recoverable in future periods and refer to deductible temporary differences which arose in the period or in previous periods.

The tax amount of an asset or a liability is the value attributed to that asset or liability according to the tax legislation in force. A deferred tax liability is recognized on all taxable temporary differences in accordance with IAS 12. A deferred tax asset is recognized on all deductible temporary differences in accordance with IAS 12 only to the extent that it is probable that there will be future taxable income against which the deductible temporary difference can be offset.

Deferred tax assets are recorded under item 100 b) of assets. Deferred tax liabilities are recorded under item 60 b) of liabilities. Deferred tax assets and liabilities are constantly monitored and are recorded by applying the tax rates that it is expected will be applicable in the period in which the tax asset will be realized or the tax liability will be extinguished, on the basis of the tax rates and the tax law established by provisions in force.

The accounting contra entry for both current and deferred tax assets and liabilities consists normally of the income statement item 300 "Income taxes on profit (loss) from continuing operations".

In cases where deferred tax assets and liabilities concern transactions that directly concerned equity without impacting profit or loss (such as the adjustments resulting from the first-time adoption of IFRS, and the measurements of financial instruments at fair value through OCI or cash flow hedging derivatives), these are recognized through equity, impacting any relevant reserves (e.g. valuation reserves).

The size of the provision for taxes is adjusted to meet charges that might arise from any assessments already communicated or in any case from outstanding disputes with tax authorities.

## 10 - Provisions for risks and charges

### Registration/classification criteria

Provisions for risks and charges cover costs and expenses of a determinate nature, the existence of which is certain or probable, which, at the end of the year, are uncertain as to amount or timing.

Accruals to the provisions for risks and charges are recognized only when:

- ▶ a present obligation has arisen as a result of a past event;
- ▶ upon its manifestation, the obligation is onerous;
- ▶ a reliable estimate can be made of the amount of the obligation.

### **Provisions for risks and charges for commitments and guarantees provided**

This item includes provisions for credit risk set aside for loan commitments and guarantees provided that fall within the scope of the impairment rules in IFRS 9. In this case the Group adopts the same methods for allocating items to the credit risk stages and calculating expected credit losses as the ones described for financial assets measured at amortized cost or at fair value through OCI.

### **Post-employment benefits and similar obligations**

Post-employment benefits are formed in implementation of company agreements and are qualified as defined benefit plans. The liabilities relating to such plans and the relative current service cost are determined on the basis of actuarial assumptions by applying the Projected Unit Credit Method actuarial method, which involves projecting future outlays on the basis of statistical historical analyses and the demographic curve, as well as the financial discounting of such flows on the basis of a market interest rate. Contributions made in each year are considered to be separate units, recognized and valued individually in order to determine the final obligation. The discount rate is determined on the basis of market returns relating to the valuation dates of leading corporate bonds, taking into account the residual average duration of the liability. The present value of the obligation at the reporting date is also adjusted by the fair value of any assets serving the plan.

Actuarial gains and losses (or changes in the present value of the obligation deriving from changes in actuarial assumptions and adjustments based on past experience) are presented in the statement of comprehensive income.

As required by IAS 19, the provisions for risks and charges include the measurement of post-employment benefit obligations.

The measurement of such obligations in the financial statements is made, when necessary, based on actuarial calculations, by determining the charge at the measurement date based on demographic and financial assumptions.

### **Other provisions**

Provisions for risks and charges are liabilities with an uncertain amount or maturity recognized in the financial statements as:

- ▶ there is a present obligation (legal or implicit) due to a past event;
- ▶ an outlay of financial resources is likely in order to meet the obligation;
- ▶ it is possible to reliably estimate the likely future outlay.

Such provisions include amounts set aside against presumed losses in legal proceedings against the Bank.

When the time element is relevant, the provisions are discounted using current market rates. The provision and increases due to the time factor are recognized in the income statement. In particular, when the present value of the provision has been recognized, the increase in the carrying amount of the provision recorded in the financial statements in each year to reflect the passing of time is recognized under interest expense.

The provisions recognized, as well as contingent liabilities, are reviewed at each annual or interim reporting date and adjusted to reflect the best current estimate. If the need to use resources to meet the obligation is no longer likely, the provision is reversed with a balancing entry in the income statement.

The provisions for risks and charges include also the provisions for credit risk set aside for loan commitments and guarantees provided that fall within the scope of the impairment rules in IFRS 9. Under IFRS 9, expected credit losses on commitments and guarantees provided shall be determined based on the initial credit risk of the commitment, starting from the date on which such commitment was made. As a general rule, in this case the Group adopts the same methods for allocating items to the three credit risk stages and calculating expected credit losses as the ones described for financial assets measured at amortized cost or at fair value through OCI.

The relevant loss allowance shall be recognized as a balance sheet liability under item "100: Provisions for risks and charges: a) commitments and guarantees provided".

## Derecognition criteria

Derecognition occurs when the obligation or contingent liability that generated the recognition of a provision is extinguished.

## 11 - Financial liabilities measured at amortized cost

### Classification criteria

An issued financial instrument is classified as a liability when, on the basis of the substance of the contractual agreement, there is a contractual obligation to provide money or another financial asset to another party.

This item includes "Due to banks", "Due to customers" and "Debt securities issued". Financial instruments (other than trading liabilities and those measured at fair value) representing the different forms of third-party funding are allocated to these items.

In addition, the payables incurred by the Bank as lessee under leases are also included.

Interest expense is recorded in the income statement under item 20 "Interest and similar expense".

### Recognition criteria

Such liabilities are initially recognized at fair value on the settlement date. This amount usually corresponds to the consideration received less transaction costs directly attributable to the financial liability. Structured securities are broken down into their basic elements, which are recorded separately, when the derivative components implicit in them are of an economic nature and present risks different from those of the underlying securities and can be configured as autonomous derivatives.

This line item includes also the payables relating to the assets used by the parent as lessee under leases—the so-called "Lease Liability" (IFRS 16), which comprises the following payments for the right to use the underlying asset: a) fixed payments, less any lease incentives receivable; b) variable lease payments that depend on an index or a rate, initially measured using the index or rate as at the commencement date; c) amounts expected to

be payable by the parent under residual value guarantees; d) the exercise price of a purchase option if the lessee is reasonably certain to exercise that option; and e) payments of penalties for terminating the lease, if the lease term reflects the lessee exercising an option to terminate the lease.

Interest is recorded in income statement item 20 "Interest and similar expense".

### **Measurement criteria**

Amounts due to banks and customers and debt securities issued are measured at amortized cost using the effective interest method.

Debt securities issued are measured at amortized cost using the effective interest method.

During the period of use of the asset, the carrying amount of the Lease Liability is increased by the interest expense accrued and decreased by the payments made to the lessor.

### **Derecognition criteria**

Financial liabilities are derecognized when the obligation specified in the contract is extinguished or following a substantial change in the contractual terms of the liability.

The derecognition of debt securities issued also occurs in the event of repurchase of securities previously issued, even if they are intended for subsequent resale. The gains or losses on the recognition of the repurchase as an extinguishment are recognized in the income statement when the repurchase price of the bonds is higher or lower than their carrying amount. Subsequent disposals of own bonds on the market are treated as the placement of new debt.

## 12 - Financial liabilities held for trading

### Recognition criteria

Recognition and measurement criteria are similar to those described for “Financial assets classified as held for trading”.

### Classification criteria

Financial liabilities held for trading include derivative contracts held for trading with negative values and liabilities related to technical overdrafts on securities.

All trading liabilities are valued at fair value with the allocation of the result of the measurement to the income statement.

### Derecognition criteria

Financial liabilities are derecognized when the obligation specified in the contract is extinguished or following a substantial change in the contractual terms of the liability.

## 14 - Foreign currency transactions

### Recognition criteria

Transactions in foreign currency are translated upon initial recognition into the functional currency by applying the exchange rate in force on the date of the transaction to the amount in foreign currency.

### Measurement criteria

At each balance sheet closure, balance sheet items in foreign currency are valued as follows:

- ▶ monetary items are translated at the current exchange rate at the closing date;
- ▶ non-monetary items measured at historical cost are translated at the exchange rate on the transaction date;
- ▶ non-monetary items measured at fair value are translated using the exchange rate in effect on the date the fair value was determined.

The exchange differences deriving from the settlement of monetary elements or from the translation of monetary elements at rates other than those of initial translation, or of translation of the previous financial statements, are recognized in the Income Statement of the period in which they arise, while those relating to non-monetary elements are recorded in Equity or in the Income Statement in line with the method of recording the profits or losses that include this component.

Costs and revenues in foreign currencies are recognized at the exchange rate when they are accounted for, or, where in the process of accruing, at the exchange rate in effect at the reporting date.



## 15 - Other information

### Treasury shares

The treasury shares held are deducted from equity at the value at which they were repurchased in the market. Similarly, their original cost and the gains or losses from their subsequent sale shall be recognized as changes in equity.

At the time of assignment to employees or directors, the Treasury share reserve is reduced by an amount calculated at the average price for the acquisition of the various tranches, with a balancing entry in financial instrument reserves recognized in the financial statements based on variable remuneration agreements and the "share premium" reserve.

### Post-employment benefits

As a result of the legislative framework introduced by Italian Law no. 296 of 2006, the post-employment benefits vested up to December 31, 2022 (which remain with the Company) under item 90 of liabilities, are computed by estimating the remaining length of the employment relationship, for individual persons or homogeneous groups, based on demographic assumptions:

- ▶ by projecting the accrued post-employment benefits, using demographic assumptions, to estimate the time of termination of employment;
- ▶ by discounting to present value, at the measurement date, the amount of the accrued benefits at December 31, 2022, based on financial assumptions.

IAS 19 (revised) requires actuarial gains and losses to be recognized in other comprehensive income in the year/period they are accrued. Because post-employment benefits accruing starting on January 1, 2007 must be transferred to the Italian social security institute (INPS) or to supplemental pension funds, they qualify as a "defined contribution plan", since the employer's obligation ceases once payment is made and the contribution is recorded in the income statement on an accrual basis.

The costs for servicing the plan are recorded under personnel expenses, item 160 "Administrative expenses: a) personnel expenses" as the net total of contributions paid, contributions accrued in previous periods and not yet recorded and expected revenues from assets servicing the plan. Actuarial gains and losses, as envisaged by IAS 19, are recorded in a revaluation reserve in equity.

## Revenue recognition criterion

The general criterion for the recognition of revenue components is the accruals basis, also taking into account the correlation between costs and revenues.

### Revenues

Revenues is gross flows of economic benefits deriving from the performance of ordinary business activities, when such flows cause increases in equity other than increases deriving from shareholder contributions.

Revenue deriving from contractual obligations with customers is recognized in the financial statements only if all of the following criteria are met:

- a) the parties to the contract have approved the contract and have undertaken to meet their respective obligations;
- b) the entity can identify the rights of each of the parties as regards the goods or services to be transferred;
- c) the entity can identify the conditions of payment of the goods or services to be transferred;
- d) the contract has commercial substance (or the risk, timing or amount of the future cash flows of the entity are destined to change following the contract);
- e) it is likely that the entity will receive the consideration to which it will be entitled in exchange for the goods or services that will be transferred to the customer. In evaluating the likelihood of receiving the amount of the consideration, the entity must take into account only the capacity and intention of the customer to pay the amount of the consideration when it will be due.

## Interest income and expense

Interest income and expense and similar income and expense relate to interest deriving from factoring activity, cash and cash equivalents and non-derivative financial assets and liabilities held for trading, measured at fair value through other comprehensive income and measured at amortized cost.

Interest income and expense are recognized in the income statement for all instruments measured at amortized cost, using the effective interest rate method.

More specifically:

- ▶ Fees and commissions charged to the assignor for the purchase of non-recourse receivables are recognized as transaction revenue and are therefore part of the effective return on the receivable recognized at amortized cost.
- ▶ According to IFRS 15, revenue shall be recognized only when its amount can be reliably estimated when total “control” on the exchanged goods or services is transferred. In the case in question, consistently with the “Bank of Italy/Consob/Ivass Document no. 7 of November 9, 2016” on the “Treatment in the financial statements of late payment interest under Italian Legislative Decree 231/2002 on non-recourse purchases of performing receivables”, BFF also included the estimate of recoverable late payment interest, including that claimed from tax authorities. In fact, BFF has time series of data concerning collection percentages and times—acquired through suitable analysis tools—enabling it to judge that the estimate of late payment interest included in the calculation of amortized cost is sufficiently reliable and complies with the recognition requirements established by IFRS 15. Such time series are updated on an annual basis when the separate financial statements are prepared, in order to determine the estimated collection percentages and times to be used to calculate late payment interest. The change in collections is then analyzed on a quarterly basis in order to monitor the relative trends and check the stability of the model.

With reference to the estimated total late payment interest that is expected to be collected by BFF, the time series were updated with collection amounts for the year 2022. This confirmed an estimated recovery percentage much higher than 45%. Therefore, the percentage used to prepare the 2022 financial statements was increased from 45% to 50%.

On the other hand, to take into consideration the collection timing of the entire provision for late payment interest, the estimate of days to collection was prudently increased from 1800 to 2100 days. This extension was also implemented to take into account external impacts that influenced the age of the provision, such as slower payment times due to the Covid-19 pandemic crisis, the relative blocking of courts and the suspension of enforcement actions in healthcare, which influenced the suspension of the terms of legal and procedural activities and therefore collection timing.

With regard to late payment interest on tax assets, given the particular nature of such interest and the counterparty, as well as the precise evidence obtained, it is believed that the conditions exist to recognize such interest in full.

Interest income on debt securities in portfolio and interest expense on securities issued by BFF are recognized at amortized cost, i.e., by applying to the nominal amount of the securities the effective interest rate of return (IRR), determined as the difference between the coupon rate of interest and the purchase price of the same security and taking into account any issue discount.

The interest thus computed is recognized in the income statement pro-rated over the duration of the financial asset or liability.

Fees and commissions for receivables managed on behalf of assignors are recognized in two successive steps in relation to the timing and nature of the service rendered:

- ▶ when the receivables are entrusted for management (fees and commissions on acceptance, and handling expenses);
- ▶ when the receivables are collected (collection fees and commissions).

## Fees and commissions

Fees and commissions, which primarily derive from the activities carried out by the Securities Services and Payments Business Units and debt collection management activities on behalf of third parties, are recognized when the service is provided. These are primarily revenues linked to periodic fees that could include the provision of multiple services, transaction fees and one-off revenues.

Fees and commissions considered in amortized cost in order to determine the effective interest rate are excluded, as they are recognized as interest.

Starting from the end of 2020, when legal costs incurred for the collection of the receivables acquired without recourse are recognized, the parent recognizes revenue equal to their estimated percentage of recovery based on time series developed internally. Indeed, the above-mentioned legal costs are in part recovered from customers either when bankruptcy proceedings are completed or when settlement agreements are finalized, and therefore they do not fully impact the separate financial statements. Therefore, this accounting treatment results in a greater alignment between costs and revenues, on an accrual basis.

## Dividends

Dividends are recognized in the income statement when their distribution is approved.

## Costs and other comprehensive income

Costs are recognized when they are incurred in compliance with the criterion of correlation between costs and revenue deriving directly and jointly from the same transactions or events. Costs that cannot be associated with revenue are recognized immediately in the Income statement.

Costs directly linked to financial instruments measured at amortized cost and which may be determined from their origin, irrespective of when they are paid, are recognized in the Income statement with the application of the effective interest rate.

Impairment losses are recognized in the Income statement in the year in which they are identified.

## Share-based payment arrangements

The share-based personnel remuneration plans (stock option plans) are recorded in the accounts according to the provisions of IFRS 2. They are recorded by charging to the income statement, with a corresponding increase in equity, a cost set on the basis of the fair value of the financial instruments allocated on the assignment date and divided over the plan's vesting period. The fair value of any options is calculated using a model which considers—besides information such as the exercise price and duration of the option, the current price of the shares and their expected volatility, the expected dividends, and the risk-free interest rate—the specific characteristics of the current plan. In the valuation model, the option and the probability of realization of the conditions under which the options were assigned are assessed separately. The combination of the two values provides the fair value of the assigned instrument.

Any reduction in the number of financial instruments allocated shall be accounted for as cancellation of part of them. This derecognition will have no impact on the income statement, but will take place with a balancing entry in the retained earnings reserve.

In compliance with the provisions as set out in the First Part, Title IV, Chapter 2, Section III, paragraph 2.1, 3 of Bank of Italy's Circular no. 285, Art. 8.4 of the "Remuneration and incentive policy for members of the bodies with strategic supervision, management and control, and personnel of BFF Banking Group" establishes that at least 50% of variable remuneration of so-called "Key Personnel" (Risk Takers) must be paid in financial instruments, specifically:

- (i) BFF's shares and related instruments, including the stock option plan; and
- (ii) where possible, the other instruments identified in Delegated Regulation (EU) No 527 of 12 March 2014.

The definition of "variable remuneration" includes payments which, for various reasons, are connected to and dependent on the activities/performance of the recipients or on other parameters (e.g., length of service) and which may be due in the future from BFF to the Risk Takers,

- i) Both pursuant to the incentive system based on company and individual objectives (so-called "MBO"),
- ii) And in order to meet any payment obligations pursuant to non-competition agreements ("NCAs"), should in the future Risk Takers who have signed such agreements leave the parent.

## 2016 Stock-Option Plan of the Banca Farmafactoring Banking Group

On December 5, 2016, the Bank's Ordinary Shareholders' Meeting approved the adoption of a stock option plan for employees and members of the corporate boards. The plan has the following features:

- ▶ *Purpose*: the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe newly issued ordinary shares of the parent or shares that have already been issued and are included in the parent's portfolio when the option is exercised. At December 31, 2022 the number of stock options assigned and not exercised amounted to 1,086,788. The vesting period has matured for 854,788 of these, which are thus exercisable;
- ▶ *Beneficiaries*: the identification of beneficiaries and the granting of options are decided by:
  - a) The Board of Directors, after consulting with the Remuneration Committee, with reference to directors, senior executives and executives directly reporting to the Chief Executive Officer;
  - b) The Chief Executive Officer, within the limits of his/her powers, with reference to other beneficiaries whose remuneration falls within his/her duties;
- ▶ *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise. On March 28, 2019 the Ordinary Shareholders' Meeting approved the introduction of an alternative method for exercising options under the plan, in addition to the ordinary option (so-called cashless). According to the new exercise option, authorized beneficiaries who requested it can be allocated a number of shares determined based on the market value of the shares at the exercise date, with no obligation for them to pay the exercise price.

## 2020 Stock-Option Plan of the Banca Farmafactoring Banking Group

On April 2, 2020, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new Stock Option Plan ("2020 Plan") for employees and directors holding executive positions in the parent and/or its subsidiaries, having the following characteristics:

- ▶ *Purpose*: the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe for newly issued ordinary shares of the Bank or shares that have already been issued and are included in the Bank portfolio when the option is exercised.
- ▶ *Recipients*: the beneficiaries are identified by the Board of Directors and/or the CEO at their sole discretion – within the limits envisaged by the applicable legislation and the plan – among the employees and/or Directors with executive positions in the Company and/or its subsidiaries;
- ▶ *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise.

At December 31, 2022, the number of options assigned amounted to 8,384,500, of which none yet exercisable.

## BFF Banking Group 2022 Long-Term Incentive Plan

On March 31, 2022, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new "2022 Long-Term Incentive Plan" for employees and directors holding executive positions in the bank and/or its subsidiaries, having the following characteristics.

- ▶ *Subject*: the plan provides for the allocation of a maximum of 9,700,000 options divided into three tranches. The options can be of two types: (i) Class A options, which grant the right to receive newly issued ordinary shares of the Company, "equity settled", and (ii) Class B options, which grant the right to receive phantom shares, to be converted into cash in accordance with the provisions of the plan, "cash settled".

- ▶ *Vesting conditions (exercise)*: options granted under each tranche vest upon completion of the three-year period from the relevant grant date. Vesting is also subject to the fulfilment of the following conditions: (i) continuation of employment with the BFF Group and/or office in the Board of Directors and absence of notice of resignation or dismissal; and (ii) achievement of KPIs (i.e. company performance indicators), without prejudice to the deferral and lock-up provisions applicable to the most significant personnel (i.e. Risk Takers) of the Bank and the other detailed forecasts of the plan, already disclosed to the market in accordance with applicable regulations.

At December 31, 2022, the number of options assigned amounted to 6,698,000 (of which 2,547,000 cash-less and 4,151,000 phantom shares), of which none yet exercisable.

### **Authorization to repurchase and dispose of treasury shares and revocation, for the part not yet executed, of the authorization granted by the Shareholders' Meeting on March 25, 2021**

The parent's Ordinary Shareholders' Meeting of March 31, 2022, after examining the relevant illustrative Report by the Board of Directors, decided to revoke the previous authorization, granted by the Shareholders' Meeting of March 25, 2021, for the part not yet executed, and to authorize the Board of Directors to proceed with the repurchase of BFF ordinary shares, on one or more occasions and for a period of 18 months from the date of the Shareholders' Meeting, in pursuit of the purposes set out in the aforementioned illustrative Report; the maximum number of shares to be purchased is 8,294,520, representative of 5% of the 185,315,280 shares without a nominal amount representing the entire subscribed and paid-up share capital of the parent as of March 10, 2022, amounting to €142,692,765.52 (taking into account the treasury shares already in stock).

### **Use of estimates and assumptions in the preparation of financial reporting**

As part of the preparation of the separate financial statements, the parent had to make valuations and estimates that influence the application of accounting policies and the amounts of assets, liabilities, costs and revenue recognized in the financial statements.

The significant assessments of the parent in the application of the accounting policies and the main sources of estimation uncertainty are unchanged from those already illustrated in the parent's and parent's last annual financial statements, closed at December 31, 2021.

In accordance with IFRS, the elaboration of estimates by management is a prerequisite for the preparation of the separate financial statements at December 31, 2022. This process involves the use of available information and subjective assessments, also based on historical experience, in order to formulate reasonable assumptions for the analysis of operations. These estimates and assumptions may vary from one period to the next, and therefore it cannot be ruled out that in subsequent periods, including in light of the current Covid-19 ("Coronavirus") emergency situation and the Russia/Ukraine conflict, the current values recognized in the financial statements at December 31, 2022 may differ – even significantly – owing to a change in the subjective assessments.

Estimates and assumptions are reviewed on a regular basis. Any changes resulting from such reviews are recognized in the period in which the review is made, provided that the review involves only that period. Should the review involve both current and future periods, the change is recognized in the period in which the review is made, and in the related future periods.

The risk of uncertainty in estimates is essentially related to:

- ▶ The degree of recoverability and estimated collection times for late payment interest accrued on non-recourse trade receivables acquired and lump-sum indemnities ("40 euros"), due to BFF, based on an analysis of historical multi-year company data;
- ▶ Impairment losses on loans and receivables and other financial assets in general;
- ▶ The fair value of financial instruments used for financial disclosure purposes;
- ▶ The fair value of financial instruments not traded in active markets, determined with measurement models;
- ▶ Expenses recorded on the basis of provisional values that are not definitive at the date on which these financial statements were prepared;
- ▶ Employee benefits based on actuarial assumptions, and provisions for risks and charges;
- ▶ The recoverability of deferred tax assets;
- ▶ Any impairment of equity investments, goodwill and intangible assets: in light of the results at December 31, 2022, there are no trigger events that could impact the valuation of equity investments and goodwill recorded at December 31, 2022, with the exception of the Securities Services BU Customer Relationship intangibles, for which an impairment loss was recognized in accordance with the impairment test performed by an independent expert following significant changes in the customer portfolio composition; for further details, see the item "Intangible Assets" in the statement of financial position assets).

## Measurement of impairment losses on financial assets

At each annual or interim reporting date, in accordance with IFRS 9, financial assets other than those measured at fair value through profit or loss are tested to assess whether there is evidence that the carrying amount of the assets may not be fully recoverable. A similar analysis is conducted also for loan commitments and guarantees provided that fall within the scope subject to impairment in accordance with IFRS 9. If such evidence exists (so-called "evidence of impairment"), the financial assets concerned—consistently with any remaining assets of the same counterparty—are considered to be impaired and classified in Stage 3. The Group shall recognize adjustments equal to lifetime expected credit losses for these exposures, consisting in financial assets classified as non-performing loans, unlikely to pay, and exposures past due and/or in arrears as per the Bank of Italy's Circular no. 262/2005.

The impairment model is characterized by:

- ▶ the allocation of the transactions in the portfolio to different stages, based on an assessment of the increase in the level of exposure/counterparty risk, considering the "staging allocation criteria";
- ▶ The use of multi-period risk parameters (e.g., lifetime PD, LGD and EAD) to quantify expected credit losses (ECL) for financial instruments subject to a significant increase in credit risk since initial recognition.

Below are the staging allocation criteria as well as the criteria for determining the parameters that the parent uses as the basis for measuring expected credit losses, i.e., probability of default (PD), loss given default (LGD) and exposure at default (EAD).

## Staging Allocation Criteria

In the case of financial assets for which there is no evidence of impairment (performing financial instruments), the Group shall assess whether there is an indication that the credit risk of the individual transaction has increased significantly since initial recognition.

Such assessment has the following consequences in terms of classification (or, more appropriately, staging) and measurement:

- ▶ If such an indication does not exist, the financial asset is classified in Stage 1. In this case, in accordance with IFRS and even in the absence of apparent impairment losses, the Group shall recognize 12-month expected credit losses on the specific financial instrument. These adjustments shall be reviewed at each subsequent reporting date to regularly assess whether they are consistent with the constantly updated loss estimates as well as account for the change in the forecast horizon for expected credit losses in the event there is an indication that credit risk has "increased significantly";
- ▶ If such an indication exists, the financial asset is classified in Stage 2. In this case, in accordance with IFRS and even in the absence of apparent impairment losses, the parent shall recognize adjustments equal to lifetime expected credit losses. These adjustments shall be reviewed at each subsequent reporting date to regularly assess whether they are consistent with the constantly updated loss estimates as well as account for the change in the forecast horizon for expected credit losses in the event there is no longer an indication that credit risk has "increased significantly".

Therefore, the allocation of an asset to Stage 1 rather than *Stage 2* is not linked to absolute risk (in terms of probability of default), but rather to the (positive or negative) change in credit risk since initial recognition.

To allocate exposures subject to impairment in stages, the parent has adopted the following method, which can be summarized in three fundamental criteria:

- ▶ quantitative criterion: definition of a "delta rating" threshold for transfer to stage 2;
- ▶ qualitative criterion: use of transfer logic triggers, i.e., identification of events triggering transfers between stages;
- ▶ practical expedients: use of the Low Credit Risk Exemption (LCRE) and 30 days of non-payment.

The **qualitative criterion** takes precedence over the quantitative criterion and establishes that the following positions are allocated to stage 2:

- ▶ positions with forbearance measures;
- ▶ in Watchlist: or positions under monitoring for which an assessment of a significant increase in credit risk has been made.

As far as the **quantitative criterion** is concerned:

- ▶ a relative threshold is defined, which has the purpose of measuring the rating downgrade (at the reporting date with respect to the date of origin) for each transaction. If the number of downgrades is higher than what has been established by the threshold, differentiated according to the master rating scale used, the position is allocated to Stage 2. The relative threshold depends on the number of rating classes considered for each segment and is equal to 1 for those segments to which the Sovereign and Financial Institutions external matrices apply (which have 7 rating classes), while it is equal to 2 for the counterparties pertaining to the segments for which the Corporate matrix is used (which has 21 rating classes).



Lastly, as concerns the **practical expedients**:

- ▶ the “Low Credit Risk Exemption” exempts transactions referring to counterparties with investment grade ratings at the date of analysis from the verification of significant deterioration using a relative threshold. Positions defined as low credit risk are not subject to the control of a rating downgrade between the date of analysis and the date of origin of the transaction. In the absence of qualitative triggers, these positions are allocated directly to Stage 1. This exception applies for counterparties referring to the Public Administration and Municipalities, to the technical forms of Repurchase Agreements by virtue of their guaranteed nature and very short term reciprocal accounts. It is excluded for private counterparties;
- ▶ at individual transaction level, the number of days past due is calculated by comparing the analysis date (reporting date) with the “expected original maturity date” (VIP). If the days past due exceed 30, the individual transaction would be classified in Stage 2.

For unrated counterparties in the portfolio, the staging allocation is carried out by applying only qualitative criteria, and the watchlist flag was introduced precisely in order to overcome the lack of rating and therefore the application of quantitative criteria.

## Impairment Criteria

The key concepts introduced by IFRS 9 and required for the purpose of calculating impairment are as follows:

- ▶ a forward-looking model, allowing the immediate recognition of all expected losses over the life of the instrument. According to IFRS 9, losses shall be recognized based on supportable information that is available without undue cost or effort and includes historical, current and forward-looking data;
- ▶ ECL recalculated at each reporting date to reflect changes in credit risk since initial recognition of the financial instrument;
- ▶ ECL measured by incorporating point-in-time and forward-looking information as well as macroeconomic factors;
- ▶ Introduction of an additional status with respect to the binary classification of performing and non-performing counterparties, to take account of the increase in credit risk.

The ECL calculation model requires a quantitative assessment of future cash flows and assumes that they can be reliably estimated. This requires the identification of certain elements, namely:

- ▶ probability of default (PD) models and assumptions about the forward distribution of default events, for the calculation of multi-period PDs used to determine the lifetime expected credit loss;
- ▶ a multi-period LGD model;
- ▶ a deterministic and stochastic EAD model allowing to define a multi-period distribution as well as a 12-month horizon.

In addition, at the reporting date, ECLs shall be discounted using the effective interest rate (“EIR”) of the transaction as at the date of initial recognition.

Starting from September 2022, the parent refined its risk parameter (PD and LGD) methodology for the factoring business, bringing it more into line with the specific characteristics of the business. Below is a description of the Bank’s methodological decisions for the purposes of measuring the above parameters and measures.

## Probability of Default (PD)

The multi-period PD parameter is interpreted by the parent by estimating a term structure of the probability of default starting from a recalibration of internal PD matrices provided by the rating agencies on long-term internal default rates (Long Run Average Default Rate or Central Tendency), the latter appropriately differentiated according to the relevant risk drivers. PD estimates include the effects deriving from the introduction of the New Definition of Default pursuant to Article 178 of Regulation (EU) no. 575/2013 in force as of January 1, 2021. The multi-period PD also incorporates Point-In-Time conversion adjustments and forward-looking information.

The forward-looking requirement means that each of the transactions in the portfolio involving the same counterparty is assigned a probability of default beginning on the reporting date. To this end, the Bank defines PD as the likelihood, over a particular time horizon, that a counterparty will be classified as in default.

The Bank has adopted a model based mainly on external information sources (e.g. Rating agencies). The matrices taken into consideration for rated counterparties relate to the Sovereign, Corporate and Financial Institutions segments. With reference to the parent portfolio:

- ▶ the Sovereign matrix was associated with public counterparties;
- ▶ the Corporate and Financial Institutions matrices were associated with non-public counterparties (the Corporate and Financial Institutions segments, respectively).

After identifying the matrices listed above, the following approach was followed to estimate the PD:

1. **estimation of the 12-month TTC PD** by recalibrating the ECAI external migration matrices for the loan portfolio of BFF Bank S.p.A. and BFF Finance Iberia S.A. This approach makes it possible to refine the PD estimates by making them more compliant with the company's business characteristics. For the securities portfolio and for exposures referring to BFF Polska S.A. and its subsidiaries, the ECAI external migration matrices are adopted as the best methodological approach as, in the first case as they are bond-like financial instruments, the use of the ECAI matrices is already in and of itself representative of the relative risk level and, in the second case, the private segment ratings ("Corporate", "Public companies" and "Retail") are taken at individual counterparty level and, therefore, they provide a more accurate estimate. The recalibration was carried out by determining a differentiated Central Tendency for each cluster, identified, for the estimation, through the time series of internal rates of default, adjusted to take into account the new definition of default;
2. **estimate of the lifetime TTC PD** through the *Markov* approach based on assumptions of uniformity and the absence of memory which makes it possible to estimate the transition matrix until year "n" by raising the matrix at 1 year to the n-th power;
3. **estimation of PIT and Forward Looking PD** through the PIT factor (default rate at 1 year expected in the model) and considering the Forward Looking information given by forecasts on default rates. The macroeconomic scenarios for the definition of forecast rates are given by an external infopvider, weighted by the relative likelihood of occurrence. The external provider provides specific scenarios by **geographical area** and **business segment**, with reference to the type of portfolio to which they should be applied.

With reference to the calculation methodology underlying the creation of these scenarios, the following is taken into account:

- ▶ specific currently observable factors of counterparties in identified clusters (e.g., current rating, outlook/watchlist status);
- ▶ future developments in macroeconomic factors (e.g., GDP growth rate, unemployment rate, credit spread movements).

In particular, the following statistical techniques were used:

- ▶ dynamic equations systems representing aggregate supply and demand components;
- ▶ periodic reassessments of equations to verify model robustness and prediction accuracy;
- ▶ use of econometric techniques for time series and panel data for the estimation process;
- ▶ implementation of Monte Carlo simulations to generate deviations from the baseline and to produce empirical probability distributions.

Three scenarios were chosen to calculate PIT and FLI PD:

- ▶ baseline scenario: this is a probabilistic scenario that corresponds to the average forecast;
- ▶ high growth (upside) scenario: this is the probabilistic improvement scenario;
- ▶ mild recession (downside) scenario: this is the probabilistic worst-case scenario.

A probability of occurrence was associated with each scenario to obtain a weighted point-in-time and forward-looking PD value.

Following the retrieval of the expected default rates, the methodological approach chosen consists in applying scaling factors equal to the shocks on the default rates provided for by the defined scenarios (scaling factor approach) to the estimated multi-period Through the Cycle PDs (conditioned TTCs).

For each rating class, the result is three forward PD curves to which the baseline scenario, the high growth scenario and the mild recession scenario are applied.

To make the curves continuous and eliminate irregularities due to excessively aggressive shocks, the Bank applies a smoothing algorithm using exponential damping to the forward PDs. Therefore, the Bank identifies time dependent weightings to be applied to the TTC PD curve and to the recalculated curve after application of the shocks.

## Loss Given Default (LGD)

In quantifying expected loss, the LGD parameter measures the expected loss in the event of counterparty default. Therefore, LGD is a significant component for calculating the expected loss according to IFRS 9, both for positions classified in Stage 1 (1-year time horizon), and for those that have undergone a significant increase in credit risk and were therefore classified in Stage 2 and assessed on a lifetime basis.

In order to estimate the LGD parameter, as no internal models are available, the parent has decided to use the LGD grids obtained from a specific calculation tool provided by the external infoproducer.

The Bank assigns an LGD value to each transaction on the basis of appropriate portfolio segmentation, taking into account the following risk factors: the probability of default associated with the counterparty, the reference economic sector, and factors specific to the transaction (e.g., type of financing and positioning of the financing within the capital structure). In addition, only for the non-recourse factoring portfolio, given the specific features of the recovery process for that technical form compared to those of other product types, the parent has refined the LGD parameter estimation analysis by calibrating the external grids on long-term internal rates of recovery. This choice was justified by (i) the presence of a sufficiently robust time series depth for the estimation of an LGD model; (ii) the desire to correct ECAI source LGD estimates on recoveries, in the majority of the cases complete, historically experienced by the parent. The calibration methodology is based on the calculation of a

differentiated Central Tendency by customer macro-segment and the subsequent recalibration of the external grids using the constrained optimization Ordinary Least Squares (OLS) model.

## Exposure at Default (EAD)

When defining and modeling the parameters to be used over multiple periods to measure credit risk, the Group considers also the Exposure at Default (EAD).

Similarly to what has already been defined in Basel models, to calculate ECL with credit risk parameters, EAD under IFRS 9 allows the definition of the exposure that a creditor will have at the time of default at a specific time over the life of the financial instrument.

Therefore, the EAD parameter must be aligned with the lifetime forecast horizon envisaged by the impairment model, to allow for the calculation of the allowance also for transactions for which the standard requires lifetime recognition.

The Bank has identified the following factors for the computation of lifetime EAD:

- ▶ type of exposure;
- ▶ due date.

From these distinguishing factors for Exposure at Default modeling, the following cases have been defined:

- ▶ exposures with a deterministic repayment plan (cash flows);
- ▶ exposures without a repayment plan (no cash flows).

With reference to the exposures with deterministic repayment plans, the lifetime EAD is defined using the repayment plan and its real cash flows. Stochastic modeling is therefore not necessary for these transactions.

On the other hand, as concerns exposures with unknown cash flows and/or due date (or exposures with no repayment plan), they are broken down by means of two estimation methodologies to determine the due date:

1. a qualitative methodology, based on which the due date is determined on the basis of the conditions of the contract or the review by the Credit Evaluation O.U.;
2. a quantitative methodology applied if it is not possible to apply the qualitative methodology that estimates the behavioral duration of the individual accounts.

## IFRS 9 - Update to reflect the financial crisis due to COVID-19 and the Russia/Ukraine conflict

The annual update of the risk parameters (PD and LGD) takes into consideration the evolution of the effects of COVID-19 within the estimates of expected credit losses, and starting from March 2022, the effects of the Russia/Ukraine conflict. The Baseline, High Growth and Mild Recession forecasts supplied by the external infoprovider were updated in June 2022 and provide the forecast default rates for the 20 quarters following the updating date. In February 2022, the outbreak of the Russia/Ukraine conflict significantly changed the geopolitical scenario with direct consequences on the European and global macro economy. The Risk Management Function, as it does every year, performed a sensitivity analysis at December 31, 2022 between the macroeconomic scenarios for the fourth quarter of the year, provided by the external infoprovider, and the macroeconomic scenarios updated at June 30, 2022. The analysis shows that 2023 will be characterized by a

decline in GDP growth and a strong inflationary drive generated by the Russia/Ukraine conflict, which reduces on one hand business investments and on the other the disposable income of consumers. However, the job market does not seem to be experiencing significant tensions, thanks to the recovery in hirings post-Covid-19. The economic slowdown will not be sufficient to cause widespread dismissals and the job market will continue to benefit from considerable excess demand. Therefore, job market stability will be one of the main factors that could prevent the economy from entering a recessive cycle. The comparative analysis of the scenarios shows that estimated GDP in December 2022 is worse than that currently in use in the model and therefore, the Risk Management Function is evaluating the impacts of that change on the model for estimating risk parameters in order to understand its magnitude, while also taking into consideration that the parent's Business Model and - in this specific area - the relative cost of risk are less sensitive to GDP trends than credit exposures concentrated in the corporate/retail area.

Moreover, the Risk Management Function compared the macroeconomic estimates released by the external infoprovder with those of the European Central Bank (ECB), observing, also in this case, a deterioration of GDP in 2023.

The same analyses will be performed at the end of the first quarter of 2023 as well in order to evaluate the possibility of updating the risk parameters early.

### **IFRS 3 - Business combinations**

The transfer of control of a business (or an integrated set of activities and assets, conducted and managed by the same party) constitutes a business combination.

In accordance with IFRS 3, each business combination requires the identification of an acquirer. The latter must be identified in the entity that obtains control of another entity or group of businesses.

The acquisition, and therefore the first-time consolidation of the acquiree, must be accounted for on the date in which the acquirer obtains effective control of the business or assets acquired. When the acquisition occurs through a single exchange transaction, the exchange date generally coincides with the acquisition date. However, it is always necessary to verify the existence of any agreements between the parties which could involve a transfer of control before the exchange date.

The consideration transferred in a business combination must be measured as the sum of the fair value, at the exchange date, of the assets sold, the liabilities incurred or assumed, and the equity instruments issued by the acquirer in exchange for control.

In the transactions that provide for payment in cash (or when payment is expected by means of financial instruments similar to cash) the price is the agreed consideration, possibly discounted if an instalment payment is expected in a period longer than the short term. If the payment is made through an instrument other than cash, therefore through the issue of equity instruments, the price is equal to the fair value of the means of payment net of the costs directly attributable to the capital issue transaction.

Adjustments subject to future events are included in the consideration for the business combination at the acquisition date if envisaged by the agreements and only if they are probable, reliably determinable and realized within 12 months of the date of acquisition of control, while compensation for reduction in the value of the assets used is not considered as already considered either in the fair value of the equity instruments or as a reduction in the premium or increase in the discount on the initial issue in the case of issuance of debt instruments.

The costs related to the acquisition are the expenses incurred by the acquirer to complete the business combination.

The acquirer must account for the costs related to the acquisition as expenses in the periods in which these costs are incurred and the services are received, with the exception of the costs of issuing shares or debt instruments that must be recognized in accordance with IAS 32 and IFRS 9.

Business combinations are accounted for using the “acquisition method”, which requires identifiable assets acquired (including any intangible assets not previously recognized by the acquiree) and liabilities assumed (including contingent liabilities) to be measured at their fair values at the acquisition date.

Moreover, for each business combination, any minority stake in the acquired company can be recognized at fair value (with a consequent increase in the consideration transferred) or in proportion to the share of the minority stake in net identifiable assets of the acquired companies.

The excess between the consideration transferred (represented by the fair value of the assets transferred, the liabilities incurred or the equity instruments issued by the acquirer), possibly supplemented by the value of the minority interests (determined as set out above) and the fair value of the interests already held by the acquirer, and the fair value of the assets and liabilities acquired must be recognized as goodwill. However, if the latter are higher than the sum of the consideration, minority interests and fair value of the shares already held, the difference must be charged to the income statement.

The accounting for a business combination can be made on a provisional basis by the end of the year in which the combination is effected, but must be perfected within 12 months of the acquisition date.

Transactions aimed at controlling one or more companies that do not constitute a business activity or temporary control or, finally, if the business combination is carried out for reorganization purposes, therefore between two or more companies or business activities that are already part of BFF, and which does not involve a change in the control structures regardless of the percentage of minority rights before and after the operation (so-called business combinations of companies under common control) do not constitute business combinations.

## A4 - INFORMATION ON FAIR VALUE

### *Qualitative information*

IFRSs require that financial instruments classified as “Financial assets at fair value through profit or loss”, “Financial assets at fair value through other comprehensive income” and “Financial liabilities held for trading” be measured at fair value.

The fair value is the price that would be received for a sale of an asset or which would be paid for the transfer of a liability in a normal transaction between market operators (in other words, not a forced liquidation or sale below cost) on the measurement date. The fair value is a market measurement criterion not specific to the entity. An entity needs to assess the fair value of an asset or liability by adopting the assumptions that the market operators would use when determining the price of the asset or liability, assuming that the market operators act to satisfy their own economic interests in the best possible way.

In determining the fair value of a financial instrument, IFRS 13 establishes a hierarchy of criteria in terms of the reliability of the fair value according to the degree of discretion applied by entities, giving priority to the use of observable market parameters that reflect the assumptions that market participants would use in valuing (pricing) an asset/liability. Three different input levels are identified:

- ▶ Level 1: inputs represented by (unmodified) quoted prices in active markets for identical assets or liabilities, which can be accessed on the measurement date;
- ▶ Level 2: inputs other than quoted prices included in Level 1 that are directly (as in the case of prices) or indirectly (i.e. as derived from prices) observable for the assets or liabilities to be measured;
- ▶ Level 3: unobservable inputs for the asset or liability.

The choice between the aforementioned methods is not optional since they must be applied in hierarchical order. Absolute priority is given to the official prices available in active markets for the assets and liabilities to be measured (Level 1) or for assets and liabilities measured using valuation techniques based on observable market parameters other than the prices of the financial instrument (Level 2), and lower priority is given to assets and liabilities whose fair value is calculated using valuation techniques based on parameters that are not observable in the market and are therefore more discretionary (Level 3).

In compliance with the rules described above, the market price recorded at the end of the reporting period is used for instruments quoted in active markets (Level 1). The fair value of financial instruments not listed on active markets has been determined by using valuation techniques based mainly on the discounting of cash flows. The valuation techniques used incorporate all the factors considered by the market when setting the price and are based mainly on observable market inputs (Level 2).

Specifically:

- ▶ bonds are measured by discounting the future cash flows envisaged in the contractual plan of the security, using the market rates adjusted for counterparty risk;
- ▶ derivative contracts, consisting of overnight interest rate swaps (OISs), are measured based on market valuation models using market rates as the prevailing parameters, adjusted for counterparty risk. Where relevant, this risk includes both changes in the counterparty's creditworthiness and changes in the issuer's creditworthiness (own credit risk);

- ▶ for equities, there is a hierarchy and an order of application of measurement methods that considers, first of all, any transactions in the security recorded over a sufficiently short period of time compared to the valuation period, comparable transactions of companies operating in the same sector and the application of analytical financial, income-based and equity-based valuation methods. The measurement method for a financial instrument is adopted on a continuing basis, and is only changed if there are significant variations in the market or subjective conditions of the issuer of the financial instrument. The Bank does not hold any Level 3 financial instruments, except for those of an immaterial value.

#### **A.4.1 Fair value levels 2 and 3: valuation techniques and input used**

The valuation techniques used are adapted to the specific characteristics of the assets and liabilities being valued. The choice of inputs is aimed at maximizing the use of those that can be observed directly on the market, minimizing the use of internal estimates.

With regard to Level 2 financial instruments, mainly represented by SWAPS and loans to customers and to banks measured at amortized cost, the valuations as at December 31, 2022 were based on interest rates and volatility factors derived from the market. In view of the bank's limited dealings in the over-the-counter derivatives segment and its dealings mainly with the most relevant counterparties based on risk-mitigating collateralization agreements, the adjustments made to the measurement of Level 2 instruments to incorporate counterparty risk were not significant.

With regard to Level 2 UCI units, the value is determined using the official NAV.

The only instrument classified as Level 3 is the amount due from the Interbank Deposit Protection Fund's voluntary scheme.

#### **A.4.2 Processes and sensitivity of valuations**

At December 31, 2022, as mentioned above, the only financial instrument classified as Level 3 is the amount due from the Interbank Deposit Protection Fund's voluntary scheme. The most recent fair value estimate received by the Fund and prepared by a major consulting firm has been adopted.

#### **A.4.3 Fair value hierarchy**

At December 31, 2022, as in 2021, there were no transfers between Level 1, Level 2 and Level 3.



## A.4.5 Fair value hierarchy

### A.4.5.1 Assets and liabilities valued at fair value on a recurring basis: breakdown by levels of fair value

(Values in thousand euros)

Financial assets / liabilities measured at fair value	12.31.2022			12.31.2021		
	Level 1	Level 2	Level 3	Level 1	Level 2	Level 3
1. Financial assets measured at fair value through profit or loss	7	90,429	104	9	36,484	104
a) financial assets held for trading	7	204		9	4,087	
b) financial assets carried at fair value						
c) other financial assets subject to mandatory fair-value valuation		90,225	104		32,400	104
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	225	127,873		167	83,339	
3. Hedging derivatives					13	
4. Property, equipment and investment property						
5. Intangible assets						
<b>Total</b>	<b>232</b>	<b>218,303</b>	<b>104</b>	<b>176</b>	<b>119,838</b>	<b>104</b>
1. Financial liabilities held for trading		950			2,725	
2. Financial Liabilities measured at fair value						
3. Hedging derivatives		14,314			4,814	
<b>Total</b>		<b>15,263</b>			<b>7,539</b>	

#### A.4.5.2 Annual changes in assets measured at fair value on a recurring basis (level 3)

(Values in thousand euros)

	Financial assets measured at fair value through profit or loss;			Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Hedging derivatives	Property, equipment and investment property	Intangible assets
	Total	of which: a) financial assets held for trading	of which: b) financial assets carried at fair value				
<b>1. Opening balances</b>				<b>104</b>			
<b>2. Increases</b>							
2.1 Purchases							
2.2 Gains recognised in:							
2.2.1 Profit or loss							
- of which gains							
2.2.2 Equity		X	X	X			
2.3 Transfers from other levels							
2.4 Other increases							
<b>3. Decreases</b>							
3.1 Sales							
3.2 Repayments							
3.3 Losses recognised in:							
3.3.1 Profit or loss							
- of which losses							
3.3.2 Equity		X	X	X			
3.4 Transfers to other levels							
3.5 Other decreases							
<b>4. Closing balances</b>				<b>104</b>			

A.4.5.4 Assets and liabilities not measured at fair value or measured at fair value on a non-recurring basis: breakdown by levels of fair value

(Values in thousand euros)

Assets and liabilities not valued at fair value or valued at fair value on a non-recurring basis	12.31.2022				12.31.2021			
	CA	L1	L2	L3	CA	L1	L2	L3
1. Financial assets measured at amortized cost	11,726,530	5,946,465		5,597,303	9,756,006	5,839,220		3,963,385
2. Investment property								
3. Non-current assets held for sale and discontinued operations								
<b>Total</b>	<b>11,726,530</b>	<b>5,946,465</b>		<b>5,597,303</b>	<b>9,756,006</b>	<b>5,839,220</b>		<b>3,963,385</b>
1. Financial liabilities measured at amortized cost	11,933,207	38,648		11,894,231	9,875,043	188,861		9,688,758
<b>Total</b>	<b>11,933,207</b>	<b>38,648</b>		<b>11,894,231</b>	<b>9,875,043</b>	<b>188,861</b>		<b>9,688,758</b>

**Key:**

CA = Carrying amount

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

## A.5 INFORMATION ON THE "DAY ONE PROFIT/LOSS"

The Bank does not hold, nor has it held, any financial assets to which this disclosure is applicable, pursuant to IFRS 7, paragraph 28.

## Part B - Information on the Balance Sheet

All amounts in the tables are stated in thousands of euros.

### ASSETS

#### Section 1 - Cash and cash equivalents – Item 10

€623,975 thousand

##### 1.1 Cash and cash equivalents: breakdown

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
a) Cash	206	190
b) Current accounts and sight deposits at Central Banks	489,810	360,142
c) Current accounts and sight deposits at banks	133,959	182,895
<b>Total</b>	<b>623,975</b>	<b>543,227</b>

Starting from December 31, 2021, in line with what is set forth in the 7th update of Bank of Italy circular 262/205, the item in question, aside from cash and sight deposits at Central Banks, with the exception of the mandatory reserve, also includes current accounts, as well as sight loans and receivables (current accounts and sight deposits) from banks.

As of December 31, 2022, this item mainly includes unrestricted deposits with the Bank of Italy, amounting to €490 million (compared to €360 million at December 31, 2021), as well as current accounts held by the parent at third-party banks at the end of 2022, amounting to €134 million.

#### Section 2 - Financial assets measured at fair value through profit or loss - Item 20

€90,541 thousand

This item is broken down as follows:

- ▶ Financial assets held for trading of €211 thousand, which primarily includes the positive fair value of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of interest rate risk that the parent is exposed to;
- ▶ Other financial assets subject to mandatory fair value measurement of €90,226 million, which mainly include the "UCI units" managed in part by the "Italian SGR Investment Fund" and, to a lesser extent, by the "Atlante Fund" and, as of 2022, a fund in which the parent had subscribed units for a value of €60 million at December 31, 2022. The value of UCI units recognized in the separate financial statements has been updated to the latest available NAV made available by these funds.

## 2.1 Financial assets held for trading: breakdown by type

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
<b>A. On statement of financial position assets</b>						
1. Debt securities	6			8		
1.1 Structured securities						
1.2 Other debt securities	6			8		
2. Equity securities	1			1		
3. UCI units						
4. Loans						
4.1 Reverse repurchase agreements						
4.2 Others						
<b>Total (A)</b>	<b>7</b>			<b>9</b>		
<b>B. Derivatives</b>						
1. Financial derivatives		204		4,086		
1.1 held for trading		204		4,086		
1.2 connected to the fair value option						
1.3 others						
2. Credit derivatives						
2.1 held for trading						
2.2 connected to the fair value option						
2.3 others						
<b>Total (B)</b>		<b>204</b>		<b>4,086</b>		
<b>Total (A+B)</b>	<b>7</b>	<b>204</b>		<b>9</b>	<b>4,086</b>	

### Key

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

## 2.2 Financial assets held for trading: breakdown by borrower/issuer/counterparty

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>A. On statement of financial position assets</b>		
<b>1. Debt securities</b>	<b>6</b>	<b>8</b>
a) Central Banks		
b) Public administrations	3	4
c) Banks	2	4
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
<b>2. Equity securities</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
a) Banks		
b) Other financial companies:		
of which: insurance companies		
c) Non-financial companies	1	1
d) Other issuers		
<b>3. UCI units</b>		
<b>4. Loans</b>		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
f) Households		
<b>Total A</b>	<b>7</b>	<b>9</b>
<b>B. Derivatives</b>	<b>204</b>	<b>4,086</b>
a) Central counterparties		
b) Others	204	4,086
<b>Total B</b>	<b>204</b>	<b>4,086</b>
<b>Total (A+B)</b>	<b>211</b>	<b>4,095</b>

## 2.5 Other financial assets subject to mandatory fair value measurement: breakdown by type

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
<b>1. Debt securities</b>						
1.1 Structured securities						
1.2 Other debt securities						
<b>2. Equity securities</b>			104			104
<b>3. UCI units</b>		90,226			32,399	
<b>4. Loans</b>						
4.1 Reverse repurchase agreements						
4.2 Others						
<b>Total</b>		<b>90,226</b>	<b>104</b>		<b>32,399</b>	<b>104</b>

### Key

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

## 2.6 Other financial assets subject to mandatory fair value measurement: breakdown by borrower/ issuer

*(Values in thousand euros)*

	<b>Total 12.31.2022</b>	<b>Total 12.31.2021</b>
<b>1. Equity securities</b>	104	104
of which: banks		
of which: other financial companies	104	104
of which: other non-financial companies		
<b>2. Debt securities</b>		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
<b>3. UCI units</b>	90,226	32,399
<b>4. Loans</b>		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
f) Households		
<b>Total</b>	<b>90,330</b>	<b>32,503</b>



## Section 3 - Financial assets measured at fair value through other comprehensive income - Item 30

€128,098 thousand

At December 31, 2022 this item included:

- ▶ the stake in the Bank of Italy of €125 million;
- ▶ other minor investments worth approximately €3 million.

Compared to last year, the item increased significantly as a result of the acquisition of an additional investment in the Bank of Italy (from €80 million in 2021 to €125 million at December 31, 2022), bringing the parent's equity investment from 1.07% to 1.67%.

With respect to minor investments in equity securities, please note that the Bank has sold a portion of "Visa" shares (for €1,183 thousand) and "Ausilia S.r.l." shares (for €306 thousand) and, in the course of the final quarter of 2022, purchased a shareholding in the company "Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.p.A." amounting to €1 million (1.17%).

### 3.1 Financial assets measured at fair value through other comprehensive income: breakdown by type

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
<b>1. Debt securities</b>						
1.1 Structured securities						
1.2 Other debt securities						
<b>2. Equity securities</b>	225	127,873		167	83,339	
<b>3. Loans</b>						
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>127,873</b>		<b>167</b>	<b>83,339</b>	

**Key**

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

### 3.2 Financial assets measured at fair value through other comprehensive income: breakdown by borrower/issuer

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>1. Debt securities</b>		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
<b>2. Equity securities</b>	<b>128,098</b>	<b>83,506</b>
a) Banks	125,432	80,374
b) Other issuers:	<b>2,666</b>	<b>3,132</b>
- other financial companies	1,379	2,844
of which: insurance companies		
- non-financial companies	287	288
- others	1000	
<b>3. Loans</b>		
a) Central Banks		
b) Public administrations		
c) Banks		
d) Other financial companies		
of which: insurance companies		
e) Non-financial companies		
f) Households		
<b>Total</b>	<b>128,098</b>	<b>83,506</b>

## Section 4 - Financial assets measured at amortized cost - Item 40

€11,726,530 thousand

This item is broken down as follows:

- ▶ Loans and receivables with banks of €478,203 thousand;
- ▶ Loans and receivables with customers of €11,248,327 thousand, which, based on the guidance in the new IFRS 9, from January 1, 2018 also includes the Hold to Collect (HTC) securities portfolio of €6,129,228 thousand.

## Loans and receivables with banks

€478,203 thousand

### 4.1 Financial assets measured at amortized cost: breakdown by type of amounts due from banks

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2022						Total 12.31.2021					
	Carrying Amount			Fair Value			Carrying Amount			Fair Value		
	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3
<b>A. Loans and receivables with Central Banks</b>	<b>185,349</b>			<b>185,349</b>			<b>156,038</b>			<b>156,038</b>		
1 Time deposits	11,714			X	X	X	154			X	X	X
2 Mandatory reserve	173,635			X	X	X	155,885			X	X	X
3 Reverse repurchase agreements				X	X	X				X	X	X
4 Others				X	X	X				X	X	X
<b>B. Loans and receivables with banks</b>	<b>292,854</b>			<b>292,854</b>			<b>247,860</b>			<b>247,860</b>		
1 Loans	292,854			292,854			247,860					
1.1 Current accounts				X	X	X				X	X	X
1.2 Time deposits	2,910			X	X	X	2,643			X	X	X
1.3 Other loans:	289,943			X	X	X	245,217			X	X	X
- Reverse repurchase agreements	183,994			X	X	X	160,438			X	X	X
- Loans for leases				X	X	X				X	X	X
- Others	105,950			X	X	X	84,779			X	X	X
2. Debt securities												
2.1. Structured securities												
2.2. Other debt securities												
<b>Total</b>	<b>478,203</b>			<b>478,203</b>			<b>403,898</b>			<b>403,890</b>		

#### Key

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

As mentioned above, starting from December 31, 2021, in line with what is set forth in the 7th update of Bank of Italy Circular 262/205, all sight deposits at Central Banks, with the exception of the mandatory reserve, as well as current accounts and sight loans and receivables (current accounts and sight deposits) with banks have been reclassified to Statement of Financial Position item 10 "Cash and cash equivalents".

Therefore, at December 31, 2022, the item "Loans and receivables with Central Banks - Mandatory Reserve", amounting to €174 million, also includes the amounts deposited in compliance with the reserve requirement of client banks, for which the parent provides the service indirectly, while "Time deposits" include the balance of the amount deposited with the national bank of Poland (*Narodowy Bank Polski*) for the funding made by the Polish branch through "Lokata Facto", amounting to €11,714 thousand.

"Loans and receivables with banks - time deposits" referred for €2,910 thousand to the amount deposited with Banco de España as CRM (Coeficiente de Reservas Mínimas), in relation to the funding carried out by the Bank's Spanish branch through "Cuenta Facto".

The item "Loans and receivables with banks – Reverse repurchase agreements", amounting to €184 million, refers to contracts governed by Global Master Repurchase Agreements (GMRAs) with other banks.

"Loans and receivables with banks – Other" consist mainly of trade receivables, i.e. trade receivables for transactions connected to the provision of services, and in particular of daily positions connected to the provision of payment card settlement services.

This item does not include any impaired assets.

## Loans and receivables with customers

€11,726,530 thousand, including Hold to Collect securities of €6,130,036 thousand

Starting from January 1, 2018, the item "Financial assets measured at amortized cost – Loans and receivables with customers" includes debt securities in the Hold to Collect (HTC) portfolio in addition to loans to customers, pursuant to the updates of Bank of Italy Circular no. 262, in compliance with the new IFRS 9.

This item mainly includes loans to customers of €5,119.1 million (mainly amounts due from debtors in relation to factoring activities) and €6,129.2 million in debt securities in the HTC portfolio.

BFF's receivables due from customers are measured at amortized cost, determined based on the present value of estimated future cash flows.

The non-recourse receivables include both principal and late payment interest accruing as from the due date of the receivable. In order to compute amortized cost, including late payment interest recognized on an accrual basis, BFF Bank updates the time series of data regarding the late payment interest collection percentages and times on an annual basis, when the financial statements are prepared. After this analysis, as of December 31, 2022, on the basis of the time series the Bank decided to modify its approach to estimating the late payment interest to be included in amortized cost, therefore assuming a collection percentage of 50% in place of the previous 45%, and changing the average collection timing from 1,800 to 2,100 days due to the impacts of the crisis caused by the COVID-19 pandemic, which influenced the suspension of the terms of procedural activities.

The cumulative value of late payment interest to which BFF Bank is entitled and not yet collected for receivables purchased outright (Allowance for late payment interest) amounted to €686.3 million, of which only €317.9 million was recognized in the income statement of the period and in previous periods.

This item also includes collection expenses ("40 euros"). Italian Legislative Decree no. 231 of 10/9/2002, implementing Directive 2000/35/EC on combating late payment in commercial transactions, establishes on

compensation for collection expenses that *"The creditor is due, without any placement in default being required, a lump-sum amount of €40 by way of compensation for damages. This is without prejudice to proof of higher damages, which may include debt collection assistance costs"*.

BFF's interpretation has been confirmed by the recent ruling won by it at the Court of Justice of the European Union on October 20, 2022, which constitutes the binding interpretation for the national rulings of all Member States as well, and confirmed the right to recover at least €40 for each past-due invoice with respect to the Public Administration, irrespective of the amount and whether a certain amount of invoices are part of a single payment agreement.

The parent therefore tracked the collections of collection expenses to develop a time series which currently has a depth of 4 years. Considering recent case law, the rising collection trend and growing collection percentages aligned with those of late payment interest, the decision was made to include this type of revenue in the financial statements by modifying the method for estimating revenue, accounting for 50% at the time of accrual and simultaneously recognizing the relative receivable.

The cumulative value of collection expenses to which BFF Bank is entitled and not yet collected for receivables purchased outright ("40 euros provision") amounted to €190.5 million, of which only €94.5 million recognized in the income statement for the year as a result of the transition from cash accounting to accruals accounting during the year.

Debt securities classified in the HTC portfolio, equal to €6,129 million, are measured at amortized cost. The relevant interest is therefore recognized in the income statement using the effective rate of return.

At December 31, 2022, this portfolio consists exclusively of government securities purchased to hedge liquidity risk and to optimize the cost of money. It has a total nominal amount of €6,125 million and fair value of €5,946 million, with a negative difference (before taxes) of around €183 million compared to the carrying amount on the same date, not recognized in the financial statements.

## 4.2 Financial assets measured at amortized cost: breakdown by type of loans to customers

€11,726,530 thousand

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2022						Total 12.31.2021					
	Carrying Amount			Fair Value			Carrying Amount			Fair Value		
	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3	Stage one and Stage two	Stage three	of which: purchased or originated credit impaired	L1	L2	L3
<b>1. Loans</b>	<b>4,867,119</b>	<b>246,308</b>	<b>5,672</b>			<b>5,119,099</b>	<b>3,474,899</b>	<b>79,295</b>	<b>5,287</b>			<b>3,559,481</b>
1.1 Current accounts	30,986	391		X	X	X	20,498	1,141		X	X	X
1.2 Reverse repos	67,897			X	X	X	127,451			X	X	X
1.3 Mortgages				X	X	X				X	X	X
1.4 Credit cards and personal loans, including salary backed loans	173			X	X	X	469			X	X	X
1.5 Finance leases				X	X	X				X	X	X
1.6 Factoring	2,507,838	224,021	5,672	X	X	X	1,985,606	76,462	5,287	X	X	X
1.7 Other loans	2,260,225	21,896		X	X	X	1,340,875	1,692		X	X	X
<b>2. Debt securities</b>	<b>6,129,228</b>		<b>5,946,465</b>				<b>5,792,627</b>		<b>5,839,220</b>			
2.1 Structured securities												
2.2 Other debt securities	6,129,228		5,946,465				5,792,627		5,839,220			
<b>Total</b>	<b>10,996,347</b>	<b>246,308</b>	<b>5,672</b>	<b>5,946,465</b>		<b>5,119,099</b>	<b>9,267,526</b>	<b>79,295</b>	<b>5,287</b>	<b>5,839,220</b>		<b>3,559,481</b>

### Key

L1 = Level 1  
L2 = Level 2  
L3 = Level 3

This item breaks down as follows:

- ▶ Factoring of performing exposures amounted to a total of €2,507,838 thousand and consisted exclusively of receivables purchased outright, registered under the name of the assigned debtor, with the conditions for derecognition, and measured at amortized cost.

Non-recourse trade receivables are mainly purchased already past due, and their principal portion is deemed collectible. The right to accrued and accruing late payment interest on them and the right to collection expenses when they fall due are acquired upon purchase.

Trade receivables purchased below nominal amount totaled €25,041 thousand in relation to late payment interest and €3,410 thousand for collection expenses.

- ▶ Other performing loans due from customers amounted to €2,260,225 thousand. They mainly include:
  - Accrued late payment interest of about €176,306 thousand; this amount has already been recognized in the income statement in the current and prior years and refers only to late payment interest accrued on principal already collected. Therefore, of the €318 million late payment interest recognized in the income statement, and referring to the provision existing at December 31, 2022, €176 million refers to the item

under review, while the remaining amount of €130 million was recognized under “factoring” and €11 million under receivables in other loans past due;

- Collection expenses of €84,304 thousand; this amount, along with the €7,521 thousand classified under impaired loans, has already been transferred to the income statement and refers to collection expenses already accrued on trade receivables purchased outright.
- Intercompany loans granted to the subsidiary BFF Finance Iberia and the BFF Polska Group for a total of €1,509,172 million;
- Security deposits of approximately €242,176 thousand for settlement activities related to the transactions typical of the Securities Services and Banking Payments business areas;
- Security deposits for transactions in place with Cassa Compensazione e Garanzia for €268,305 million.
- ▶ Reverse repurchase agreements amounting to €67,897 thousand. These are exposures arising from contracts with customers regulated by the Global Master Repurchase Agreement (GMRA).
- ▶ Current account credit facilities amounting to €30,986 thousand are for the use of lines of credit granted to funds and asset management companies using the custodian bank services (as part of the services offered by the Securities Services business unit) or by corporate customers to whom collection and payment services are provided (as part of the services provided by the Banking Payments Department).
- ▶ BFF's net impaired assets amounted to a total of €251,980 thousand. They include:
  - Non-performing loans are exposures to parties that are in a state of insolvency or in basically similar situations, regardless of any loss projections made by the parent.  
At December 31, 2022, the overall total of non-performing loans, net of impairment, amounted to €80,271 thousand, of which €5,672 thousand purchased already impaired. Net non-performing loans relating to Italian municipalities and provincial governments in financial distress amounted to €79,662 thousand, accounting for 99.2% of the total. This case is classified as non-performing in accordance with the indications given by the Supervisory Authority, despite the fact that BFF is entitled to receive 100% of principal and late payment interest at the end of the insolvency procedure.  
The portion of the allowance for late payment interest relating to non-performing exposures, recognized at the time of the change in estimate in 2014, was equal to €997 thousand, entirely impaired. Taking account of this amount, too, gross non-performing loans amounted to €83,358 thousand and relevant adjustments totaled €3,087 thousand.
  - Unlikely-to-pay positions reflect the judgment made by the intermediary about the unlikelihood that – excluding such actions as the enforcement of guarantees – the debtor will fully meet (for principal and/or interest) its credit obligations. This assessment should be arrived at independently of the existence of any past due and unpaid amounts (or instalments).  
At December 31, 2022, gross exposures classified as unlikely to pay amounted to €1,593 thousand, written down by €774 thousand. The net exposure therefore amounts to €819 thousand.
  - Net past due exposures totaled €170,890 thousand, of which €166,892 thousand (97.7%) attributable to public administration counterparties and public sector companies. The figure remained aligned with what was recorded at September 30, 2022, the date on which the trade receivables classified as past due increased as a result of the more stringent interpretations on the new “Definition of Default” (or “New DoD”, Guidelines on the application of the definition of default pursuant to Art. 178 of Regulation (EU) no. 575/2013) issued by the Bank of Italy on September 23, 2022. However, there was no increase in the actual risk profile of the loan portfolio.

## Fair value

The financial statement item “Loans and receivables with customers” mainly refers to non-recourse trade receivables, for which an active and liquid market is not available. In particular, these are past due trade receivables due from public administration agencies, for which the price in a hypothetically independent transaction cannot be easily determined, partly due to difficulties in reasonably assessing the liquidity risk that would be accepted by the market for such transactions.

Consequently, the carrying amount (determined based on the amortized cost and taking into account any individual and collective impairment), in relation to the nature, type, duration of such assets and related collection projections, was deemed to be substantially representative of the fair value of these trade receivables on the reporting date.

### 4.3 Financial assets measured at amortized cost: breakdown by borrower/issuer of loans to customers

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated impaired	Stage one and Stage two	Stage three	Purchased or originated impaired
<b>1. Debt securities</b>	<b>6,129,228</b>			<b>5,792,627</b>		
a) Public administrations	6,129,228			5,792,627		
b) Other financial companies						
of which: insurance companies						
c) Non-financial companies						
<b>2. Loans to:</b>	<b>4,867,119</b>	<b>246,308</b>	<b>5,672</b>	<b>3,474,900</b>	<b>79,295</b>	<b>5,287</b>
a) Public administrations	2,702,696	241,080	5,672	2,092,928	77,056	5,287
b) Other financial companies	1,997,982	391		1,261,221	1,141	
of which: insurance companies	605			4		
c) Non-financial companies	117,572	2,748		85,070	719	
d) Households	48,869	2,088		35,681	379	
<b>Total</b>	<b>10,996,347</b>	<b>246,308</b>	<b>5,672</b>	<b>9,267,526</b>	<b>79,295</b>	<b>5,287</b>

The exposures to financial companies relate mainly to loans granted to the subsidiaries BFF Finance Iberia and BFF Polska Group (for a total of €1,509 million) and Cassa di Compensazione e Garanzia for €268.3 million.



#### 4.4 Financial assets measured at amortized cost: gross amount and total adjustments

(Values in thousand euros)

	Gross value				Total adjustments				Total partial write-offs (*)
	Stage one  of which: instruments with low credit risk	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	
Debt securities	6,130,036				809				
Loans	4,415,955	930,007	249,484	5,678	445	194	3,176	6	
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>10,545,991</b>	<b>-</b>	<b>930,007</b>	<b>249,484</b>	<b>5,678</b>	<b>1,254</b>	<b>3,176</b>	<b>6</b>	
<b>Total 12.31.2021</b>	<b>8,963,223</b>	<b>-</b>	<b>709,997</b>	<b>83,088</b>	<b>5,493</b>	<b>1,679</b>	<b>3,793</b>	<b>206</b>	

(\*) Value presented for informative purposes.

## Section 5 - Hedging derivatives - Item 50

The item is equal to zero.

### 5.1 Hedging derivatives: breakdown by coverage type and level

(Values in thousand euros)

	Fair Value 12.31.2022			NV 12.31.2022	Fair Value 12.31.2021			NV 12.31.2021
	L1	L2	L3		L1	L2	L3	
<b>A. Financial derivatives</b>					<b>13</b>			<b>17,403</b>
1) Fair value								
2) Cash flows					13			17,403
3) Foreign investments								
<b>B. Credit derivatives</b>								
1) Fair value								
2) Cash flows								
<b>Total</b>					<b>13</b>			<b>17,403</b>

#### Key

NV = Notional Value

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

The item includes the positive fair value relating to currency swap hedges with notional in zloty defined with the aim of hedging the loans disbursed in zloty to Polish subsidiaries under current intercompany agreements. This item at December 31, 2022 is equal to zero.

## 5.2 Hedging derivatives: breakdown by portfolios hedged and hedge type

At December 31, 2022 this item in question was equal to zero.

## Section 7 - Equity investments - Item 70

€151,876 thousand

The item totaled €152 million and consisted of investments in BFF Polska Group, BFF Finance Iberia, BFF Immobiliare S.r.l. (established in January 2022) and BFF Techlab S.r.l. (acquired in October 2022), all exclusively controlled by the parent BFF Bank which holds 100% of the capital, as well as Unione Fiduciaria, with an equity investment amounting to 26.46% of the share capital and resulting from the merger of DEPObank in March 2021, recognized in the financial statements for €8.6 million.

All investments are recorded in the separate financial statements according to the cost method.

### 7.1 Equity investments: information on shareholding relationships

Name	Registered office	Operational headquarters	Stake %	Voting rights %
A. Companies held with sole control				
1. BFF Finance Iberia, S.A.	Madrid (Spain)	Madrid (Spain)	100%	100%
2. BFF Polska S.A.	Łódź (Poland)	Łódź (Poland)	100%	100%
3. BFF Immobiliare S.r.l.	Milan (Italy)	Milan (Italy)	100%	100%
4. BFF TechLab S.r.l.	Brescia (Italy)	Brescia (Italy)	100%	100%
B. Companies held with joint control				
C. Companies under significant influence				
1. Unione Fiduciaria	Milan (Italy)	Milan (Italy)	26.46%	26.46%

## 7.5 Equity investments: annual changes

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>A. Opening balance</b>	150,491	141,927
<b>B. Increases</b>		
B.1 Purchases	1,384	
B.2 Impairment gains		
B.3 Revaluations		
B.4 Other changes		8,564
<b>C. Decreases</b>		
C.1 Sales		
C.2 Impairment losses		
C.3 Impairment		
C.4 Other changes		
<b>D. Closing balance</b>	151,876	150,491
<b>E. Total revaluations</b>		
<b>F. Total adjustments</b>		

Increases refer to the 100% stakes in the newly established BFF Immobiliare S.r.l. and the newly acquired BFF TechLab S.r.l. (equal to €1 million and €384 thousand, respectively).

## Section 8 - Property, equipment and investment property - Item 80

€27,763 thousand

### 8.1 Property and equipment with functional use: breakdown of assets measured at cost

(Values in thousand euros)

Assets/Values	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>1. Proprietary assets</b>		
a) land	6,325	6,326
b) buildings	9,361	11,017
c) furniture	165	210
d) electronic systems	925	1,344
e) others	312	448
<b>2. Right-of-use assets</b>		
a) land		
b) buildings	10,188	13,097
c) furniture		
d) electronic systems		
e) others	487	696
<b>Total</b>	<b>27,763</b>	<b>33,138</b>
of which: obtained by enforcement of guarantees received		

### 8.6 Property and equipment with functional use: annual changes

At December 31, 2022, the item "Property, equipment and investment property" amounted to a total of €27,763 thousand. The item was mainly composed of:

- ▶ Land of €6,325 thousand,
- ▶ Buildings (including capitalized extraordinary maintenance) of €9,631 also including the Rome property at Via Elio Chianesi 110/d owned by DEPObank, as well as the property at Via Domenichini 5;
- ▶ Right-of-use assets relating to the application of IFRS 16 on leases of €10,675 thousand, of which €10,188 thousand relating to assets leased by the parent and its foreign branches. For further information on this topic, please refer to Section M of the Notes.

In the course of 2022, the parent sold the property in Rome at via Bertoloni, realizing a capital gain gross of the tax effect of €317 thousand.

In the separate financial statements, with regard to the scope of BFF, the land and building owned in Milan (Via Domenichino 5) were recognized separately based on an appraisal conducted by the same company that determined their value.

## Section 9 - Intangible assets - Item 90

€36,142 thousand

### 9.1 Intangible assets: breakdown by type of asset

(Values in thousand euros)

Assets/Values	Total 12.31.2022		Total 12.31.2021	
	Finite useful life	Indefinite useful life	Finite useful life	Indefinite useful life
A.1 Goodwill	X		X	
A.2 Other intangible assets	36,142		34,308	
of which: software	10,993		7,469	
A.2.1 Assets measured at cost:				
a) intangible assets created internally				
b) other assets	36,142		34,308	
A.2.2 Assets measured at fair value:				
a) intangible assets created internally				
b) other assets				
<b>Total</b>	<b>36,142</b>		<b>34,308</b>	

#### Key

FIN: finite useful life

INDEF: indefinite useful life

Intangible assets are recognized at cost, net of amortization, calculated based on their estimated useful life.

In accordance with IAS 38, paragraph 118, letter a), the amortization rates applied are based on the estimated useful lives of the intangible assets.

The line item largely consists of the amount of Customer Contracts equal to €21,828 thousand (intangible assets with a finite useful life, arising following the finalization of the Purchase Price Allocation on the acquisition of the former DEPObank).

#### Measurement of the fair value of the Customer Contract recognized in the financial statements and relating to the Securities Services BU.

With respect to the Customer Contract of the Securities Services BU emerging during the PPA, connected to the business combination with DEPObank, the cancellation received from the customer Arca Fondi SGR (received in November 2021 as of 2023) constituted a trigger event pursuant to the IFRS. Therefore, already in 2021, its fair value was estimated.

In particular, the event in question resulted in:

- (i) the need to repeat the measurement at December 31, 2021 (pursuant to IAS 36),
- (ii) the need to evaluate if the remaining useful life (pursuant to IAS 38) of the intangible asset (which during the PPA was assumed to be equal to 10.5 years) had changed.

As set forth in the separate financial statements at December 31, 2021, as of that year the estimated value in use that emerged was aligned with the results of the PPA and therefore the stability of the value of the intangible assets recognized in the separate Financial Statements was confirmed.

At December 31, 2022, pursuant to IAS 36, the parent repeated the impairment test in order to verify whether the customer contract in question had retained its value.

In particular, with respect to the assessment performed in 2021, at December 31, 2022:

- a) the use of a rate which does not consider the risk deriving from high customer concentration was confirmed;
- b) revenue (net fee and commission income) estimated for 2023 in relation to existing customers at December 31, 2022 was considered;
- c) a residual life equal to that of the PPA reduced by the time passed since the valuation date was used;
- d) the same margin from customer relationships assumed for the PPA was considered;
- e) an estimated opportunity cost of equity of 11.26% was used. In order to estimate the opportunity cost of equity (cost of equity - "coe") the Capital Asset Pricing Model was used, adjusted to consider the reduced size of BFF and its CGUs, based on which:

$$\text{Coe} = \text{Risk Free}_t + \beta \times (\text{Equity Risk Premium}) + \text{Size Premium}$$

Risk Free  $t$  = in order to consider the effects of the Russia/Ukraine war, as suggested by ESMA and the Italian Valuation Authority, and to incorporate the upward interest rate trend, in partial discontinuity with the method used in the previous year the risk-free rate was estimated on the basis of the yield to maturity of the ten-year Italian government rate, corresponding to the 6-month average at the date of December 31, 2022 (at December 31, 2021 the 1-year average was considered) of the yields to maturity of the benchmark on ten-year government securities from the source Datastream;

$\beta$  = coefficient expressing the risk of a security, estimated for the CGUs as equal to 0.97x and based, in continuity with the method applied in the prior year, on monthly historical yields at 5 years of the securities of comparable companies (operating in the Securities Services sector) and the respective local market indexes.

Equity Risk Premium = market risk premium. With the new rate scenario, the option was chosen to take as the extent of the equity risk premium the historical risk premium estimated by Credit Suisse (Credit Suisse Global Investment Returns Yearbook 2022) of the different EU countries, weighted by the weight of each country, as calculated by the EU agency BEREC (Body of European Regulators for Electronic Communications) in the document dated 06.09.2022 "WACC parameter calculations according to the European Commission's WACC Notice of 6th November 2019 (WACC parameters Report 2022)". This risk premium is aligned at 5.7%.

Size Premium = risk premium for reduced size and aligned with the premium for historical risk surveyed by the academics Fama and French since 1970. This estimate at December 31, 2022 is 1.9%.

This being stated, the estimated fair value of the Customer Relationship at December 31, 2022 was €9.6 million, lower than the carrying amount of the intangible at the same date, thus making it necessary to record an impairment loss (of €1.1 million) in order to adjust the carrying amount to the results of the impairment test.

Lastly, aside from customer contracts, the item also includes other intangible assets with a finite life that refer to investments in new multi-year software, amortized on a straight-line basis over their estimated useful lives (4 years).

## 9.2 Intangible assets: annual changes

(Values in thousand euros)

	Goodwill	Other intangible assets: generated internally		Other intangible assets: others		Total
		FIN	INDEF	FIN	INDEF	
<b>A. Opening balance</b>				<b>38,979</b>		<b>38,979</b>
A.1 Total net impairment losses				(4,671)		(4,671)
A.2 Opening net balances				<b>34,308</b>		<b>34,308</b>
<b>B. Increases</b>						
B.1 Purchases				12,910		<b>12,910</b>
B.2 Increases in internally generated assets	X					
B.3 Reversals of impairment losses	X					
B.4 Increases in fair value						
- to net equity	X					
- to profit or loss	X					
B.5 Exchange rate gains						
B.6 Other increases						
<b>C. Decreases</b>						
C.1 Sales						
C.2 Amortisation and impairment losses						
- Amortization	X			(9,973)		<b>(9,973)</b>
- Impairment losses				(1,103)		<b>(1,103)</b>
+ Equity	X					
+ Profit or loss				(1,103)		<b>(1,103)</b>
C.3 Decreases in fair value						
- to net equity	X					
- to profit or loss	X					
C.4 Transfers to non-current assets held for sale						
C.5 Exchange rate losses						
C.6 Other changes						
<b>D. Closing net balances</b>				<b>36,142</b>		<b>36,142</b>
D.1 Total net impairment losses				(7,163)		<b>(7,163)</b>
<b>E. Closing gross balances</b>				<b>43,305</b>		<b>43,305</b>
F. Measurement at cost				<b>43,305</b>		<b>43,305</b>

**Key**

FIN: finite useful life

INDEF: indefinite useful life



## Section 10 - Tax assets and tax liabilities - Item 100 of assets and Item 60 of liabilities

As at December 31, 2022 current tax assets and liabilities amount to €53,243 thousand and €128,840 thousand, respectively, and include the net balance of the parent's tax positions with respect to tax authorities, in accordance with the provisions of IAS 12. In particular, these items include the net balance of current tax liabilities for the year, calculated according to a prudential estimate of the tax charge due for the year, determined on the basis of the current tax code, and current tax assets represented by prepayments made in the course of the year. Current taxes correspond to the amount of income taxes due for the year.

Recall that in 2021 the tax value and carrying amount relating to Banking Payments goodwill deriving from DEPObank were aligned (see what is described in the specific item 100 "Intangible Assets" of the Statement of Financial Position Assets of the 2021 separate financial statements) following the payment of substitute tax equal to €2.4 million, resulting in a net positive effect of €23.7 million on income taxes for the year. Furthermore, the item also includes the share of deferred tax assets deriving from the financial statements of DEPObank relating to goodwill and the tax loss realized at the end of 2020.

### 10.1 Deferred tax assets: breakdown

€55,243 thousand

The main components of deferred tax assets include the portion of amounts deductible in future years of adjustments to loans and receivables, the accrual for deferred benefit employee obligations, and depreciation and amortization the recognition of which is deferred for tax purposes.

### 10.2 Deferred tax liabilities: composition

€106,292 thousand

Deferred tax liabilities mainly refer to the taxes on BFF Bank's late payment interest, recognized in the financial statements on an accrual basis but which will form part of the taxable profit in future years subsequent to collection, in accordance with Article 109, paragraph 7, of Italian Presidential Decree no. 917 of 1986, as well as prior years' allowance for impairment losses.

**10.3 Changes in deferred tax assets (through profit or loss)**

€54,840 thousand

*(Values in thousand euros)*

	<b>Total 12.31.2022</b>	<b>Total 12.31.2021</b>
<b>1. Initial amount</b>	<b>55,188</b>	<b>6,739</b>
<b>2. Increases</b>		
2.1 Deferred tax assets recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) reversals of impairment losses		
d) others	8,457	32,106
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases		36,072
<b>3. Decreases</b>		
3.1 Deferred tax assets canceled during the year		
a) reversals	(8,805)	(19,729)
b) impairment of non-recoverable items		
c) changes in accounting criteria		
d) others		
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions:		
a) transformation into tax credits, Italian Law 214/2011		
b) other		
<b>4. Final amount</b>	<b>54,840</b>	<b>55,188</b>

### 10.3 bis Changes in deferred tax assets pursuant to Italian Law no. 214/2011

€15,187 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>1. Initial amount</b>	17,400	496
<b>2. Increases</b>	-	18,918
<b>3. Decreases</b>		
3.1 Reversals	(2,213)	(2,014)
3.2 Transformation into tax credits		
a) deriving from losses for the year		
b) deriving from tax losses		
3.3 Other reductions		
<b>4. Final amount</b>	<b>15,187</b>	<b>17,400</b>

### 10.4 Changes in deferred tax liabilities (through profit or loss)

€106,180 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>1. Initial amount</b>	96,255	78,340
<b>2. Increases</b>		
2.1 Deferred tax liabilities recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others	11,529	30,487
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases		5,019
<b>3. Decreases</b>		
3.1 Deferred tax liabilities canceled during the year		
a) reversals	(1,604)	(17,591)
b) due to changes in accounting criteria		
c) others		
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions		
<b>4. Final amount</b>	<b>106,180</b>	<b>96,255</b>

**10.5 Changes in deferred tax assets (recorded in equity)**

€403 thousand

*(Values in thousand euros)*

	<b>Total 12.31.2022</b>	<b>Total 12.31.2021</b>
<b>1. Initial amount</b>	<b>451</b>	<b>586</b>
<b>2. Increases</b>		
2.1 Deferred tax assets recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others		
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases	261	657
<b>3. Decreases</b>		
3.1 Deferred tax assets canceled during the year		
a) reversals		
b) impairment of non-recoverable items		
c) due to changes in accounting criteria		
d) others	(308)	(793)
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions		
<b>4. Final amount</b>	<b>403</b>	<b>451</b>

## 10.6 Changes in deferred tax liabilities (recorded in equity)

€112 thousand

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>1. Initial amount</b>	<b>168</b>	<b>33</b>
<b>2. Increases</b>		
2.1 Deferred liabilities recognized during the year		
a) relating to previous years		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others		17,726
2.2 New taxes or increases in tax rates		
2.3 Other increases	26	120
<b>3. Decreases</b>		
3.1 Deferred liabilities canceled during the year		
a) reversals		
b) due to changes in accounting criteria		
c) others	(83)	(17,711)
3.2 Reductions in tax rates		
3.3 Other reductions		
<b>4. Final amount</b>	<b>112</b>	<b>168</b>

## Section 12 - Other assets - Item 120

### 12.1 Other assets: breakdown

€389,016 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	12.31.2022	12.31.2021
Security deposits	4,060	3,816
Invoices issued and to be issued	13,003	16,509
Payment flows to be credited	86,970	110,638
Other exposures	44,787	28,867
Accrued income and prepaid expenses	18,723	28,352
Ecobonus tax assets	221,474	17,678
<b>Total</b>	<b>389,016</b>	<b>205,860</b>

The "Payment flows to be credited" refer to suspense accounts with a debit balance that fall within the scope of bank payment intermediation and include settlements that were suspended in the first business days after the reporting date of these separate financial statements.

Accrued income and prepaid expenses mainly refer to the deferral of costs relating to administrative expenses.

Other exposures assets refer primarily to non-trade receivables due from sundry debtors, pending items, and legal fees to be recovered.

Ecobonus tax assets relate to tax assets acquired with non-recourse factoring transactions and resulting from existing tax incentives. As set forth by tax regulations in force, the tax assets in question are used to offset the payment of taxes and contributions and are classified in Asset item 130 "Other assets" in line with what has been defined by the Bank of Italy.

Compared to the previous year, this item increased significantly as a result of the Parent's significant purchases of ecobonus tax assets in the course of 2022.

## LIABILITIES

### Section 1 - Financial liabilities measured at amortized cost - Item 10

€11,933,207 thousand

Starting from January 1, 2018 (and based on guidance provided in IFRS 9), this item is broken down as follows:

- ▶ amounts due to banks of €1,165,557 thousand;
- ▶ amounts due to customers of €10,728,674 thousand;
- ▶ debt securities issued of €38,976 thousand.

#### Amounts due to banks

€1,165,557 thousand

#### 1.1 Financial liabilities measured at amortized cost: breakdown by type of amounts due to banks

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2022				Total 12.31.2021			
	CA	Fair Value			CA	Fair Value		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
<b>1. Amounts due to central banks</b>	<b>4,141</b>	X	X	X	<b>3,888</b>	X	X	X
<b>2. Amounts due to banks</b>	<b>1,161,416</b>	X	X	X	<b>778,071</b>	X	X	X
2.1 Current accounts and sight deposits	716,230	X	X	X	626,707	X	X	X
2.2 Time deposits	444,571	X	X	X	150,819	X	X	X
2.3 Loans		X	X	X		X	X	X
2.3.1 Repurchase agreements - payable		X	X	X		X	X	X
2.3.2 Others		X	X	X		X	X	X
2.4 Debts for commitments to repurchase equity instruments		X	X	X		X	X	X
2.5 Lease liabilities		X	X	X		X	X	X
2.6 Other Payables	<b>616</b>	X	X	X	<b>545</b>	X	X	X
<b>Total</b>	<b>1,165,557</b>				<b>781,959</b>			

#### Key

CA = Carrying Amount  
L1 = Level 1  
L2 = Level 2  
L3 = Level 3

The item mainly consists of "current accounts and demand deposits" of €716,230 thousand, mainly deriving from payment service operations, and includes the balances of accounts of bank customers.

The item also includes "Time deposits", which are mainly related to deposits required for the services rendered to client banks, such as indirect compliance with mandatory reserve requirements.

## Amounts due to customers

€10,728,674 thousand

### 1.2 Financial liabilities measured at amortized cost: breakdown by type of amounts due to customers

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021				
	CA	Fair Value			CA	Fair Value		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Current accounts and sight deposits	4,134,789	X	X	X	6,840,879	X	X	X
2. Time deposits	1,263,096	X	X	X	154,942	X	X	X
3. Loans	4,575,103	X	X	X		X	X	X
3.1 repurchase agreements	4,441,292	X	X	X	1,118,527	X	X	X
3.2 others	133,811	X	X	X	59,994	X	X	X
4. Liabilities in respect of commitments to repurchase own equity instruments		X	X	X		X	X	X
5. Lease liabilities	10,679	X	X	X	13,939	X	X	X
6. Sundry liabilities	745,007	X	X	X	718,518	X	X	X
<b>Total</b>	<b>10,728,674</b>				<b>8,906,799</b>			

#### Key

CA = Carrying Amount

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

As at December 31, 2022, the item mainly consisted of "current accounts and demand deposits" for an amount of €4,134 million relating to balances on operational accounts, i.e. accounts opened for customers (e.g. funds, asset management companies, corporate customers and other institutions) related to the custodian bank core business and loans from "repurchase agreements" for €4,441 million.

The item includes €1,283,120 thousand for online deposit accounts ("conto facto") offered in Italy, Spain and Germany, the Netherlands, Ireland and Poland (restricted deposits and current accounts), compared to €230 million at December 31, 2021.

Other liabilities mainly refer to collections of managed exposures due to clients, as well as outstanding cashier's checks issued as part of the service that allows affiliated banks to make available credit instruments issued by BFF Bank as a custodian bank to their customers on the basis of a mandate agreement.

Lease liabilities totaling €11 million refer to the recognition of lease liabilities arising from right-of-use assets, included under line item 90 "Property, equipment and investment property" in the statement of financial position, following the application of the new IFRS 16 effective January 1, 2019.



The amount mainly includes the effect of the application of the standard on the leases of the properties leased by the parent, and the lease contracts have a duration between 3 and 6 years. For more information see Part M - "Lease reporting" of the Notes to the separate financial statements.

## Securities issued

€38,976 thousand

### 1.3 Financial liabilities at amortized cost: breakdown by type of securities issued

(Values in thousand euros)

Type of securities/Values	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021				
	CA	Fair Value			CA	Fair Value		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
<b>A. Securities</b>								
1. bonds	38,976	38,648			186,285	188,861		
1.1 structured								
1.2 others	38,976	38,648			186,285	188,861		
2. other securities								
2.1 structured								
2.2 others								
<b>Total</b>	<b>38,976</b>	<b>38,648</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>186,285</b>	<b>188,861</b>	<b>-</b>	

#### Key

CA = Carrying Amount

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

Debt securities issued consist of bonds issued by the parent, with a total nominal amount of €38.6 million (€181.8 million at December 31, 2021), recognized in the separate financial statements in the amount of €38.9 million at amortized cost using the effective interest rate method.

The following main changes took place during the year:

- ▶ repayment of the €100 million subordinated unsecured and unrated Tier 2 bond (ISIN XS1572408380) issued by BFF Bank in March 2017 through the exercise of the call option reserved to the issuer in the fifth year in March 2022.
- ▶ repayment at maturity of the €42.8 million remaining on senior unsecured and unrated bonds (ISIN XS1639097747) issued by BFF Bank in June 2017;

As a result of the above, as of December 31, 2022, the item includes the senior unsecured bond (ISIN XS2068241400), with a "Ba1" rating assigned by the Moody's rating agency, issued by BFF Bank in October 2019 for €300 million, outstanding at the current date for a remaining nominal amount of €38.6 million, due in May 2023. The bonds pay an annual coupon of 1.75%.

## Section 2 - Financial liabilities held for trading - Item 20

€950 thousand

### 2.1 Financial liabilities held for trading: commodity breakdown

(Values in thousand euros)

Type of operations/Values	Total 12.31.2022					Total 12.31.2021					
	NV	Fair Value			Fair Value (* )	NV	Fair Value			Fair Value (* )	
		L1	L2	L3			L1	L2	L3		
<b>A. On-statement-of-financial-position liabilities</b>											
1. Amounts due to banks											
2. Amounts due to customers											
3. Debt securities											
3.1. Bonds											
3.1.1 Structured					X						X
3.1.2 Other bonds					X						X
3.2. Other securities											
3.2.1 Structured					X						X
3.2.2 Others					X						X
<b>Total (A)</b>											
<b>B. Derivatives</b>					950					2,725	
1. Financial derivatives					950					2,725	
1.1 Held for trading	X				950	X			X	2,725	X
1.2 Connected to the fair value option	X					X			X		X
1.3 Others	X					X			X		X
2. Credit derivatives											
2.1 Held for trading	X					X			X		X
2.2 Connected to the fair value option	X					X			X		X
2.3 Others	X					X			X		X
<b>Total (B)</b>	X				950	X			X	- 2,725	X
<b>Total (A+B)</b>	X				950	X			X	- 2,725	X

**Key**

NV = Nominal Value

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

(\*) *Fair value* = *Fair value* calculated excluding changes in value due to the change in creditworthiness of the issuer with respect to the issue date.

The item includes the negative fair value at December 31, 2022 of derivative instruments classified as trading assets but used for the operational hedges of currency risk that the Bank is exposed to.

## Section 4 - Hedging derivatives - Item 40

€14,314 thousand

### 4.1 Hedging derivatives: breakdown by hedge type and hierarchical level

(Values in thousand euros)

	FV 12.31.2022			NV 12.31.2022	FV 12.31.2021			NV 12.31.2021
	L1	L2	L3		L1	L2	L3	
	<b>A. Financial derivatives</b>		14,314			255,298		4,814
1) Fair value								
2) Cash flows		14,314		255,298		4,814		671,505
3) Foreign investments								
<b>B. Credit derivatives</b>								
1) Fair value								
2) Cash flows								
<b>Total</b>		14,314		255,298		4,814		671,505

#### Key

FV = Fair value

NV = Nominal Value

L1 = Level 1

L2 = Level 2

L3 = Level 3

The item includes the negative fair value at December 31, 2022 relating to interest rate swap hedges with notional in zloty defined with the aim of hedging the loans disbursed in zloty to Polish subsidiaries under current intercompany agreements.

## 4.2 Hedging derivatives: breakdown by portfolios hedged and hedge type

(Values in thousand euros)

Transactions/Hedge type	Fair Value						Financial flows		Foreign investments	
	Microhedge			Macrohedge	Microhedge	Macrohedge				
	debt securities and interest rates	equity securities and stock indices	currency and gold	credit	commodities	others				
1. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income					X	X	X	X	X	
2. Financial assets measured at amortized cost		X			X	X	X	14,314	X	X
3. Portfolio	X	X	X	X	X	X		X	X	X
4. Other transactions							X		X	
<b>Total assets</b>								<b>14,314</b>	<b>X</b>	
1. Financial liabilities		X					X		X	X
2. Portfolio	X	X	X	X	X	X		X		X
<b>Total liabilities</b>										
1. Expected transactions	X	X	X	X	X	X	X		X	X
2. Portfolio of financial assets and liabilities	X	X	X	X	X	X		X		

## Section 6 - Tax liabilities - Item 60

€128,840 thousand

See "Section 10 - Tax assets and liabilities - Item 100" of the statement of financial position assets.

## Section 8 - Other liabilities - Item 80

€382,204 thousand

### 8.1 Other liabilities: breakdown

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
Trade payables	9,727	16,478
Invoices to be received	27,452	19,716
Liabilities to tax authorities	8,837	4,855
Liabilities to social security and welfare bodies	2,072	2,178
Liabilities to employees	20,025	25,022
Collections pending allocation	49,594	48,878
Payment flows received to be charged	201,922	202,696
Sundry liabilities	56,997	89,232
Accrued expenses and deferred income	5,578	6,700
<b>Total</b>	<b>382,204</b>	<b>415,755</b>

"Trade payables" and "invoices to be received" refer to payables for purchases of goods and services, which remained aligned with the figure recorded in the previous year.

"Collections pending allocation" refer to payments received by December 31, 2022 but still outstanding since they had not been cleared and recorded by that date.

"Sundry liabilities" include portions of collections to be transferred, stamp duties to be paid, payables to directors and other pending items.

The "Payment flows to be debited" refer to suspense accounts with a credit balance that fall within the scope of bank payment intermediation and include settlements that were suspended in the first business days after the reporting date of these financial statements.

## Section 9 - Post-employment benefits - Item 90

€3,118 thousand

### 9.1 Post-employment benefits: annual changes

(Values in thousand euros)

	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>A. Opening balance</b>	3,710	667
<b>B. Increases</b>	2,227	4,899
B.1 Provision for the year	2,227	1,601
B.2 Other changes		3,298
<b>C. Decreases</b>	(2,818)	(1,856)
C.1 Payments made	(136)	(280)
C.2 Other changes	(2,683)	(1,576)
<b>D. Closing balance</b>	3,118	3,710
<b>Total</b>	<b>3,118</b>	<b>3,710</b>

The liability recorded in the financial statements at December 31, 2022 in relation to post-employment benefits of the parent is equal to the current value of the obligation estimated by an independent actuary on the basis of demographic and economic assumptions.

Actuarial assumptions used to determine the liability at December 31, 2022 are shown below.

#### Actuarial assumptions

##### Annual discount rate

The financial basis used to calculate the present value of the obligation was determined, in compliance with paragraph 83 of IAS 19, by reference to the iBoxx Eurozone Corporate AA 7-10 Index (in line with the duration of the items measured).

##### Annual increase rate of post-employment benefits

In compliance with Article 2120 of the Italian Civil Code, such rate is equal to 75% of inflation plus 1.5 percentage points.

The demographic assumptions used are as follows:

- ▶ Death: mortality tables RG48 published by the Italian State General Accounting Office (Ragioneria Generale dello Stato);
- ▶ Disability: INPS 2000 tables broken down by age and sex;
- ▶ Retirement: 100% upon reaching AGO requisites, as updated by Italian Legislative Decree 4/2019.

##### Annual frequency of turnover and advances

Executives: 1% advance frequency and 0.50% turnover frequency;

Managers: 2.5% advance frequency and 3.0% turnover frequency;

Employees 2.5% advance frequency and 3.0% turnover frequency.

## Section 10 – Provisions for risks and charges – Item 100

€32,351 thousand

### 10.1 Provisions for risks and charges: breakdown

(Values in thousand euros)

Items/values	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Provisions for credit risk relating to Commitments and financial guarantees given	225	58
2. Provisions for other commitments and guarantees issued		
3. Pension and similar obligations	7,712	5,901
4. Other provisions for risks and charges		
4.1 Legal and tax disputes		
4.2 Personnel costs		
4.3 Others	24,414	15,482
<b>Total</b>	<b>32,351</b>	<b>21,441</b>

Starting from January 1, 2018, this item also includes provisions for credit risk associated with commitments/ financial guarantees provided by BFF Polska to its customers, based on impairment requirements provided for by the new IFRS 9.

The significant increase relates to provisions against a likely risk of an unfavorable ruling in the amount of €10 million.

## 10.2 Provisions for risks and charges: annual changes

(Values in thousand euros)

	Provisions for other commitments and guarantees issued	Pension/ retirement funds	Other provisions for risks and charges	Total
<b>A. Opening balance</b>	22	5,901	15,482	21,405
<b>B. Increases</b>	203	3,541	10,397	14,141
B.1 Provision for the year	64	2,357	10,397	11,645
B.2 Changes due to the passage of time		1,185		
B.3 Changes due to variations in the discount rate				
B.4 Other changes	140			140
<b>C. Decreases</b>		(1,730)	(1,465)	(3,195)
C.1 Utilization for the year		(1,084)	(1,365)	(2,449)
C.2 Changes due to variations in the discount rate				
C.3 Other changes		(646)	(100)	(746)
<b>D. Closing balance</b>	225	7,712	24,414	32,351

## 10.3 Allowances for credit risk relating to commitments and financial guarantees given

(Values in thousand euros)

	Provisions for credit risk relating to Commitments and financial guarantees given				Total
	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	
Loan commitments	208				208
Financial guarantees given	17				17
<b>Total</b>	225				225

## 10.5 Defined-benefit pension funds

The pension fund refers mainly to the non-compete agreement entered into with BFF's managers, amounting to €3.7 million (including the portion allocated to the parent's equity reserve for around €380 thousand) and the provisions relating to the incentive and deferred payment retention scheme envisaged for specific BFF Bank employees, amounting to €4.2 million. Both obligations to personnel are shown at their present value estimated by an independent actuary based on demographic and economic assumptions.

As of December 31, 2022, the provision in question also includes the provision for the commitment made by DEPObank to some employees who have left the bank, amounting to €155 thousand.



Specifically, the system involving deferral of a portion of the annual bonuses envisages, for risk takers, medium-term restrictions, according to which 30% of the annual bonus will be paid after three years, provided that the parent achieves specific targets relating to its profitability, regulatory capital requirements established by existing regulations, and the employee's continued employment at the parent. In accordance with the provisions of IAS 19, accruals were quantified based on an actuarial calculation performed externally by a specialized firm. The parent's obligations were computed using the "Projected Unit Credit Method", which treats each period of service as giving rise to an additional unit of benefit entitlement and measures each unit separately to compute the final obligation, in accordance with paragraphs 67-69 of IAS 19. This actuarial method entails valuation aimed at determining the average present value of the Bank's obligations.

The technical demographic assumptions used are illustrated below.

## 10.6 Provisions for risks and charges - Other provisions

Other provisions of €24.4 million refer to:

- ▶ litigation liabilities for which the Bank has estimated a probable risk of loss for approximately €22.7 million;
- ▶ provision related to possible damages for operational errors as per contract with customers in the amount of approximately €1.7 thousand.

The main assumptions made by the external firm when discounting are as follows:

### Non-competit agreement

The annual discount rate used to determine the present value of the obligation is taken, in accordance with paragraph 83 of IAS 19, from the Iboxx Corporate AA index with a duration of 10+ as recorded at December 31, 2022 and equal to 3.77%. The yield with a comparable duration to that of the collective being valued was chosen for this purpose.

Death	RG48 mortality tables published by the State General Accounting Office
Retirement	100% on reaching the AGO requirements
Frequency of voluntary resignation	10.60%
Clawback frequency	0.00%
Withdrawal frequency (where envisaged)	3.00%
Frequency of revocation of mandate to Chief Executive Office	0.00%
Increase in annual remuneration for Executives	2.00%
Increase in annual remuneration for Supervisors	2.00%
Contribution rate	27.40%
Inflation rate	2.30%

## Deferred bonus

### Discount rate

The financial basis used to calculate the present value of the obligation was determined, in compliance with paragraph 83 of IAS 19, by reference to the iBoxx Eurozone Corporate AA Index (in line with the duration of the plan). Discount rate used was equal to 3.34%.

### Mortality and disability

To estimate the phenomenon of mortality, the RG48 survival table used by the Italian State General Accounting Office to estimate the retirement expenses of the Italian population was used. For the probability of total and permanent disability, the tables adopted in the INPS model for the 2010 forecasts were used.

### Frequency of resignations and dismissals

Equal to 3.7% (deferred 2021 MBO) and equal to zero (deferred 2020 MBO).

## Section 12 - Equity - Items 110, 130, 140, 150, 160, 170 and 180

€734,201 thousand

### 12.1 "Share capital" and "Treasury shares": breakdown

(Values in thousand euros)

Type	12.31.2022	12.31.2021
<b>1. Share capital</b>	<b>142,870</b>	<b>142,691</b>
1.1 Ordinary shares	142,870	142,691
<b>2. Treasury shares</b>	<b>(3,884)</b>	<b>(7,132)</b>

As regards the repurchase of treasury shares and the disclosure pursuant to Article 78, paragraph 1-*bis* of the Issuers' Regulation, reference is made to the information given in the Report on Operations, under the section on "Treasury Shares".

**12.2 Capital - Number of shares: annual changes***(Values in units)*

Items/Type	Ordinary	Others
<b>A. Shares as of the beginning of the year</b>	<b>185,312,690</b>	
- fully paid-in	185,312,690	
- not fully paid-in		
A.1 Treasury shares (-)	(974,461)	
<b>A.2 Shares outstanding: initial balance</b>	<b>184,338,229</b>	
<b>B. Increases</b>	<b>636,995</b>	
B.1 New issues		
- for consideration:		
- business combinations		
- conversion of bonds		
- exercise of warrants		
- others		
- without consideration:		
- to employees	233,262	
- to directors		
- others		
B.2 Sales of treasury shares		
B.3 Other changes	403,733	
<b>C. Decreases</b>		
C.1 Cancellation		
C.2 Repurchase of treasury shares		
C.3 Disposal of companies		
C.4 Other changes		
<b>D. Shares outstanding: closing balance</b>	<b>184,975,224</b>	
D.1 Treasury shares (+)	(570,728)	
D.2 Shares existing at the end of the year		
- fully paid-in	185,545,952	
- not fully paid-in		

## 12.4 Earnings-related reserves: other information

In accordance with the provisions of Article 2427, paragraph 7-bis of the Italian Civil Code, the following tables provide a breakdown of the individual components of equity according to their possibility of use, the amount available for distribution, and past use in the previous years (the three-year period before the date of preparation of these separate financial statements).

(Values in thousand euros)

	12.31.2022	Possibility of use (a)	Portion available	Summary of use in the last three years (*)	
				To cover losses	For other reasons
<b>Share capital</b>	<b>142,870</b>				
<b>Reserves</b>	<b>180,628</b>				
- Legal reserve (**)	28,539	B			
- Extraordinary reserve	89	A, B, C	89		
- Retained earnings (***)	141,581	A, B, C	141,581		303,089
- Stock option and financial instrument reserves	10,630	A			
- Other reserves	(211)				
<b>Valuation reserves</b>	<b>5,421</b>				
- HTCS securities	1,045				
- Others	4,376				
<b>Treasury share reserve</b>	<b>(3,884)</b>				
<b>Share premium reserve</b>	<b>66,277</b>	A, B, C	66,277		
<b>Total share capital and reserves</b>	<b>391,313</b>		<b>207,947</b>		<b>303,089</b>

a) Possibility of use: A = for share capital increases; B = for absorption of losses; C = for distribution to shareholders.

(\*) Uses in the last three financial years amounting to €303,089 thousand include primarily €5,306 thousand for the exercise of stock options by certain beneficiaries in the course of 2020, 2021 and 2022, €3,195 thousand (net of the tax effect) for the payment of the interest coupon and €801 thousand (net of the tax effect) for structuring expenses relating to the Additional Tier 1 (AT1) financial instrument, as well as uses in the last three financial years relating to the payment of dividends distributed as per shareholders' resolutions in the amount of €293,787 thousand.

(\*\*) including €26,196 thousand in tax suspension pursuant to Article 110 of Italian Legislative Decree 104/2020;

(\*\*\*) including €50,387 thousand in tax suspension pursuant to Article 110 of Italian Legislative Decree 104/2020.

Changes in reserves are as follows:

(Values in thousand euros)

	Legal reserve	Retained earnings	Others	Total
<b>A. Opening balance</b>	26,197	111,322	8,733	146,251
<b>B. Increases</b>	2,342	36,667	3,537	42,546
B.1 Allocation of profits	2,342	36,667		39,009
B.2 Other changes			3,537	3,537
<b>C. Decreases</b>		(6,408)	(1,762)	(8,169)
C.1 Uses				
- coverage of losses				
- distribution				
- transfer to share capital				
C.2 Other changes		(6,408)	(1,762)	(8,169)
<b>D. Closing balance</b>	28,539	141,581	10,508	180,628

## Retained earnings

The increase of €37 million is mainly due to the allocation of the profit of the previous year, net of €125 million distributed in April 2022.

Uses of the retained earnings primarily relate to the payment of the interest coupon on the new Additional Tier 1 instrument for €3,195 thousand (net of the tax effect).

## Other reserves

The changes largely refer to the following events that occurred during the year 2022:

- ▶ increases for higher provisions of €700 thousand related to the variable remuneration parts of the "Key Personnel" (Risk Takers), in compliance with the provisions as set out in the First Part, Title IV, Chapter 2, Section III, paragraph 2.1, 3 of Bank of Italy Circular 285/2013, as subsequently updated, according to which a portion must be paid in financial instruments;
- ▶ Increase for assignments in the course of 2022 relating to the outstanding stock option plan for approximately €2.8 million, and
- ▶ decrease for exercises of stock options or for share grants related to the parent's incentive scheme and non-compete agreement in the amount of approximately €1.7 million.

## Tax suspension restriction

As noted previously, the parent took advantage of the facilitation provided under Art. 110 of Italian Decree-Law no. 104 of August 14, 2020 and proceeded with the realignment between the carrying and tax amounts of the item goodwill present in the separate financial statements at December 31, 2019 and 2020 of DEPObank, which was merged into BFF Bank on March 5, 2021. This transaction, which was approved by the parent's Board of Directors on June 30, 2021, entailed (i) the alignment of the item goodwill equal to roughly €79 million, (ii) the resulting payment of substitute tax equal to €2.4 million and (iii) the need to place a tax suspension restriction

on the reserves of €76.6 million, equal to the difference between the aligned amount and the substitute tax, as set forth in paragraph 8 of Art. 110 of Italian Decree-Law 104/2020.

Considering that the transaction was carried out subsequent to the approval of the separate financial statements for the year at December 31, 2020 of DEPObank and its merger into BFF Bank, the tax suspension restriction is placed as a "Restricted share pursuant to paragraph 8 of Art. 110 of Italian Decree-Law 104/2020" on the following reserves:

- ▶ "Retained earnings" for €50,387 thousand;
- ▶ "Legal reserve" for €26,196 thousand.

### 13.5 Equity instruments: composition and annual changes

On January 19, 2022 the issue at par of an Additional Tier 1 Perpetual NC2027 instrument (ISIN XS2404266848) in the amount of €150 million was finalized, with a fixed-rate coupon of 5.875% per annum to be paid on a half-yearly basis.

In July 2022, as mentioned above, the parent paid the first interest coupon of €3,195 thousand (net of the tax effect).

## Other information

### 1. Commitments and financial guarantees given (other than those designated at fair value)

	Nominal amount on commitments and financial guarantees given			Total	Total
	Stage one	Stage two	Stage three	12.31.2022	12.31.2021
<b>1. Loan commitments</b>	<b>979,363</b>			<b>979,363</b>	<b>2,225,537</b>
a) Central Banks					
b) Public administrations					
c) Banks					
d) Other financial companies	916,228			<b>916,228</b>	2,210,335
e) Non-financial companies	63,135			<b>63,135</b>	15,200
f) Households					2
<b>2. Financial guarantees given</b>	<b>4,002</b>			<b>4,002</b>	<b>16,311</b>
a) Central Banks					
b) Public administrations					
c) Banks					
d) Other financial companies	4,002			<b>4,002</b>	16,311
e) Non-financial companies					
f) Households					

Loan commitments and financial guarantees given relating to Financial Companies refer to credit lines not used by Group companies and guarantees given by the bank in support of loans obtained by the BFF Polska Group from local credit institutions.

### 3. Assets given as collateral for own liabilities and commitments

(Values in thousand euros)

Portfolios	Amount 12.31.2022	Amount 12.31.2021
1. Financial assets measured at fair value through profit or loss		
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income		
3. Financial assets measured at amortized cost	4,538,043	1,222,366
4. Property, equipment and investment property		
of which: Property, equipment and investment property held as inventories		

“Financial assets measured at amortized cost” consist of government securities used as collateral in operations with the ECB and repos.

### 4. Administration and brokerage for third parties

(Values in thousand euros)

Type of services	Amount
<b>1. Execution of orders for customers</b>	
a) Purchases	
1. settled	
2. not settled	
b) Sales	
1. settled	
2. not settled	
<b>2. Portfolio management</b>	
a) individual	
b) collective	
<b>3. Custody and administration of securities</b>	<b>150,482,775</b>
a) third-party securities deposited: relating to custodian bank activities (excluding portfolio management)	22,001,758
1. securities issued by consolidated companies	1,860
2. other securities	21,999,897
b) third-party securities deposited (excluding portfolio management): others	122,342,406
1. securities issued by consolidated companies	12,776
2. other securities	122,329,630
c) third party securities deposited with third parties	142,411,232
d) proprietary securities deposited with third parties	6,138,611
<b>4. Other transactions</b>	



## Part C - Information on the Income Statement

All amounts in the tables are stated in thousands of euros.

### Section 1 - Interest - Items 10 and 20

#### 1.1 Interest income and similar income: breakdown

€293,808 thousand (of which interest income calculated using the effective interest rate method: €266,749 thousand)

(Values in thousand euros)

Items/Technical forms	Debt securities	Loans	Other transactions	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>1. Financial assets measured at fair value through profit or loss:</b>					
1.1. Financial assets held for trading	1			1	1
1.2. Financial assets designated at fair value					
1.3. Other financial assets subject to mandatory fair-value valuation					
<b>2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income</b>			X		
<b>3. Financial assets measured at amortized cost</b>					
3.1 Loans and receivables with banks		8,908	X	8,908	5,469
3.2 Loans and receivables with customers	42,787	217,158	X	259,945	143,417
<b>4. Hedging derivatives</b>	X	X			
<b>5. Other assets</b>	X	X	2,328	2,328	417
<b>6. Financial liabilities</b>	X	X	X	22,627	17,439
<b>Total</b>	<b>42,787</b>	<b>226,066</b>	<b>2,328</b>	<b>293,808</b>	<b>166,742</b>
of which: interest income on impaired financial assets					
of which: interest income on finance leases	X		X		

#### 1.2 Interest and similar income: other information

Interest income relating to “Loans and receivables with banks” mainly refers to temporary credit balances in the account of the Parent and its subsidiaries, income accruing on the amount of bank drafts issued on behalf of banking customers and interest income on the average negative deposits of reciprocal current accounts held by banking customers.

Interest income on receivables "Due from customers" for loans amounted to €217.2 million and mostly consists of maturity commissions charged to the assignors for the purchase of non-recourse receivables, and late payment interest for the year.

As far as loans and receivables with customers deriving from the factoring business are concerned, the updating of the time series confirmed an estimated collection percentage much higher than 45%. Therefore, the percentage used to prepare the 2022 financial statements was increased from 45% to 50%.

On the other hand, to take into consideration the collection timing of the entire provision for late payment interest, the estimate of days to collection was prudently increased from 1800 to 2100 days. For more details please refer to item 40 b) of the Statement of Financial Position assets "Assets measured at amortized cost - loans and receivables with customers".

Interest income on debt securities linked to loans and receivables with customers and totaling approximately €42.7 million derive from government securities purchased by BFF Bank to hedge liquidity risk and to optimize the cost of money, relating to the HTC (Held to Collect) portfolio. The significant increase relates to the increase in market rates, which led to higher returns on the variable rate securities held by the parent.

The item lastly includes interest income accrued on financial liabilities for €22.7 million, due to the negative interest rates in the market until the first half of 2022.

### 1.3 Interest expense and similar expenses: breakdown

€91,494 thousand

(Values in thousand euros)

Items/Technical forms	Debt	Securities	Other transactions	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1. Financial liabilities measured at amortized cost					
1.1 Amounts due to central banks	2,486	X	X	2,486	3,277
1.2 Amounts due to banks	11,690	X	X	11,690	3,614
1.3 Amounts due to customers	36,705	X	X	36,705	8,038
1.4 Securities issued	X	3,496	X	3,496	13,667
2. Financial liabilities held for trading				-	-
3. Financial liabilities carried at fair value				-	
4. Other liabilities and provisions	X	X	8	8	8
5. Hedging derivatives	X	X	33,379	33,379	4,547
6. Financial assets	X	X	X	3,731	4,780
<b>Total</b>	<b>50,880</b>	<b>3,496</b>	<b>33,387</b>	<b>91,494</b>	<b>37,931</b>
of which: interest expense relative to leasing liabilities	354	X	X	354	373

Interest expense increased from €37.9 million for 2021 to €91.5 million in the current year. This significant increase is linked primarily to the increase in financial expenses relating to hedging derivative transactions which, furthermore, were reclassified from Item 90 "gains/losses on hedging operations" to the item in question, in line with what is set forth in Bank of Italy Circular no. 262/2005, as well as the increase in interest expense on banking and corporate customer balances due to the inversion and increase in interest rates in the market, starting from the second half of 2022.

Interest expense on "Amounts due to central banks" refers to the interest accrued on the amounts deposited in the account with the Bank of Italy.

Interest expense on "Amounts due to banks" mainly refer to interest accruing on current accounts held with BFF Bank and in the name of a bank counterparty.

Interest expense pertaining to "Amounts due to customers" mainly refers to interest on BFF Bank's online deposit accounts ("Conto Facto" in Italy, "Cuenta Facto" offered in Spain by the Spanish branch of BFF Bank and "Lokata Facto" offered by the branch in Poland), interest accruing on account balances of corporate customers and interest relating to contracts governed by the Global Master Repurchase Agreement (GMRA) with Cassa di Compensazione Garanzia as the customer counterparty.

Finally, the item also includes interest expense for "Securities issued" amounting to approximately €3.5 million, which decreased due to the closure or maturity of some bonds. For more details on transactions involving outstanding bonds, please refer to item 10 c) of the Statement of Financial Position Liabilities "Financial liabilities measured at amortized cost".

## Section 2 - Fees and commissions - Items 40 and 50

### 2.1 Fee and commission income: breakdown

€127,458 thousand

(Values in thousand euros)

Type of service/Amounts	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>a) Financial instruments</b>		
1. Placement of securities		
1.1 With firm commitment and/or on the basis of an irrevocable commitment		
1.2 Without irrevocable commitment		
2. Receipt and transmission of orders and execution of orders for customers		
2.1 Receipt and transmission of orders of one or more financial instruments		
2.2 Execution of orders for customers		
3. Other commissions connected to activities linked to financial instruments		
of which: dealing on own account		
of which: individual portfolio management		
<b>b) Corporate Finance</b>		
1. Mergers and acquisitions consulting		
2. Treasury services		
3. Others commissions connected to corporate finance services		
<b>c) Consulting activities related to investments</b>	55	59
<b>d) Clearing and settlement</b>		
<b>e) Collective portfolio management</b>		
<b>f) Custody and administration</b>	50,089	45,224
1. Custodian bank	39,546	36,895
2. Other commissions linked to custody and administration activities	10,542	8,329
<b>g) Central administrative services for collective portfolio management</b>		
<b>h) Fiduciary activities</b>		
<b>i) Payment services</b>	73,552	57,752
1. Current accounts		120
2. Credit cards	1,408	1,806
3. Debit cards and other payment cards	7,892	5,704
4. Bank transfers and other payment orders	23,385	15,779
5. Other commissions linked to payment services	40,867	34,343
<b>j) Distribution of third-party services</b>		
1. Collective portfolio management		
2. Insurance products		
3. Other products		
of which: individual portfolio management		
<b>k) Structured finance</b>		
<b>l) Servicing activities for securitization transactions</b>		
<b>m) Loan commitments</b>		
<b>n) Financial guarantees given</b>	168	848
of which: credit derivatives		
<b>o) Lending transactions</b>		
of which: for factoring transactions		
<b>p) Currency trading</b>		
<b>q) Commodities</b>		
<b>r) Other fee and commission income</b>	3,595	5,530
of which: for management of multilateral trading systems		
of which: for management of organized trading systems		
<b>Total</b>	<b>127,458</b>	<b>109,413</b>

The item mainly includes fees and commissions relating to the mandates for the management and collection of receivables deriving from the factoring and management of trade receivables, as well as fees and commissions for custodian banking and payment services.

### 2.3 Fee and commission expense: breakdown

€36,924 thousand

(Values in thousand euros)

Service/Values	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>a) Financial instruments</b>		
of which: trading in financial instruments		
of which: placement of financial instruments		
of which: individual portfolio management		
Own		
Delegated to third parties		
<b>b) Clearing and settlement</b>	2,009	1,613
<b>c) Custody and administration</b>	5,515	4,561
<b>d) Collection and payment services</b>	25,696	19,661
of which: credit cards, debit cards and other payment cards	4,428	4,046
<b>e) Servicing activities for securitization transactions</b>		
<b>f) Commitments to receive funds</b>		
<b>g) Financial guarantees received</b>	46	34
of which: credit derivatives		
<b>h) Off-site offer of financial instruments, products and services</b>		
<b>i) Currency trading</b>	3	3
<b>j) Other fee and commission expense</b>	3,656	2,608
<b>Total</b>	<b>36,924</b>	<b>28,480</b>

The item mainly includes the custody and administration fees for the custodian bank business and those paid to outsourcers for the use of infrastructure related to payment services.

## Section 3 - Dividends and similar income - Item 70

### 3.1 Dividends and similar income: breakdown

€85,758 thousand

(Values in thousand euros)

Items/Income	Total 12.31.2022		Total 12.31.2021	
	Dividends	Similar income	Dividends	Similar income
A. Financial assets held for trading	18		5	
B. Other financial assets subject to mandatory fair-value measurement	4,087			
C. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	5,690		3,671	
D. Equity investments	75,963			
<b>Total</b>	<b>85,758</b>		<b>3,676</b>	

With respect to 2022 the item mainly included dividends received from BFF Finance Iberia S.A and BFF Polska S.A. for €21.6 and €54.2 million classified in item 70 "Equity investments", dividends received from the Bank of Italy amounting to €5.7 million, the shares of which subscribed by the parent are classified under item 30 of Assets "Financial assets measured at fair value through other comprehensive income" and dividends received in 2022 from Fondo Italiano di Investimento, amounting to roughly €4 million, whose UCI units are classified under item 20 of Assets "Financial assets measured at fair value through profit or loss".

## Section 4 - Net trading profit - Item 80

### 4.1 Net trading profit: composition

€9,745 thousand

(Values in thousand euros)

Transaction/Income items	Capital gains (A)	Profits from trading (B)	Losses (C)	Losses from trading (D)	Net profit [(A+B) - (C+D)]
<b>1. Financial assets held for trading</b>		<b>627</b>	<b>1</b>		<b>626</b>
1.1 Debt securities		627	1		626
1.2 Equity securities					
1.3 UCI units					
1.4 Loans					
1.5 Others					
<b>2. Financial liabilities held for trading</b>					
2.1 Debt securities					
2.2 Liabilities					
2.3 Others					
<b>3. Financial assets and liabilities: exchange differences</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>9,118</b>
<b>4. Derivatives</b>					
4.1 Financial derivatives:					
- On debt securities and interest rates					
- On equity securities and stock indices					
- On currency and gold	X	X	X	X	
- Others					
4.2 Loan derivatives					
of which: natural hedging related to the fair value option	X	X	X	X	
<b>Total</b>		<b>627</b>	<b>1</b>		<b>9,745</b>

The net trading profit mainly derives from the effect of exchange rate differences related to foreign exchange trading functional to treasury management, in particular to bank and customer deposits in foreign currencies.

## Section 5 - Profits (losses) from hedging - Item 90

The item is equal to zero

### 5.1 Profits (losses) from hedging: breakdown

€0

(Values in thousand euros)

Income items/Values	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>A. Income related to:</b>		
A.1 Fair value hedging derivatives		
A.2. Hedged financial assets (fair value)		
A.3. Hedged financial liabilities (fair value)		
A.4 Cash flow hedging derivatives		
A.5 Assets and liabilities denominated in currency	9,145	42,394
<b>Total income from hedging (A)</b>	<b>9,145</b>	<b>42,394</b>
<b>B. Charges related to:</b>		
B.1 Fair value hedging derivatives		
B.2. Hedged financial assets (fair value)		
B.3. Hedged financial liabilities (fair value)		
B.4 Cash flow hedging derivatives		
B.5 Assets and liabilities denominated in currency	(9,145)	(42,394)
<b>Total charges from hedging (B)</b>	<b>(9,145)</b>	<b>(42,394)</b>
<b>C. Profits (losses) from hedging (A-B)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
of which: result of hedging of net positions		



## Section 6 - Profits (losses) on disposals/repurchases - Item 100

€166 thousand

### 6.1 Profits (Losses) on disposals/repurchases: breakdown

(Values in thousand euros)

Items/Income items	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	Profits	Loss	Net profit/ loss	Profits	Loss	Net profit/ loss
<b>Financial assets</b>						
1. Financial assets measured at amortized cost						
1.1 Loans and receivables with banks						
1.2 Loans and receivables with customers	204	(38)	166			
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income						
2.1 Debt securities						
2.2 Loans						
<b>Total assets (A)</b>	<b>204</b>	<b>(38)</b>	<b>166</b>			
<b>Financial liabilities</b>						
1. Amounts due to banks						
2. Amounts due to customers						
3. Securities issued				(12,650)		(12,650)
<b>Total liabilities (B)</b>				<b>(12,650)</b>		<b>(12,650)</b>

For more details please refer to item 10 c) of the Statement of Financial Position liabilities "Financial liabilities measured at amortized cost".

## Section 7 - Profits (losses) on other financial assets and liabilities measured at fair value through profit or loss - Item 110

€5,154 thousand

### 7.2 Net change of value of other financial assets and liabilities measured at fair value through profit or loss: breakdown of other financial assets and liabilities subject to mandatory fair value measurement

(Values in thousand euros)

Transaction/Income items	Capital gains	Realized gains	Capital losses	Losses on disposal	Net profit/loss
	(A)	(B)	(C)	(D)	[(A+B)-(C+D)]
<b>1. Financial assets</b>	<b>5,154</b>				<b>5,154</b>
1.1 Debt securities					
1.2 Equity securities					
1.3 UCI units	5,154				5,154
1.4 Loans					
<b>2. Financial assets in foreign currency: foreign exchange differences</b>	X	X	X	X	
<b>Total</b>	<b>5,154</b>				<b>5,154</b>

The item refers to the revaluation of the UCI units held by the parent at the last NAV made available by the relevant investment funds.

## Section 8 - Net impairment losses/gains for credit risk - Item 130

-€180 thousand

### 8.1 Net impairment losses/gains for credit risk associated with financial assets measured at amortized cost: breakdown

(Values in thousand euros)

Transaction/Income items	Impairment losses				Impairment gains				Total 12.31.2022	Total 12.31.2021		
	Stage one	Stage two	Stage three		Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired				
			Write-offs	Others							Write-offs	Others
<b>A. Loans and receivables with banks</b>	(2)				5				3	5		
- Loans	(2)				5				3	5		
- Debt securities					-							
<b>B. Loans and receivables with customers</b>	(11)	(72)	(133)	(704)	432		104	200	(183)	2,600		
- Loans	(11)	(72)	(133)	(704)	417		104	200	(198)	1,410		
- Debt securities					15				15	1,190		
<b>Total</b>	<b>(13)</b>	<b>(72)</b>	<b>(133)</b>	<b>(704)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>437</b>	<b>-</b>	<b>104</b>	<b>200</b>	<b>(180)</b>	<b>2,606</b>

Write-backs of "Stage 1" are mainly attributable to the calculation of impairment on intercompany loans granted to subsidiaries exclusively within the scope of consolidation.

## 8.2 Net impairment losses/gains for credit risk associated with financial assets measured at fair value through other comprehensive income: breakdown

(Values in thousand euros)

Transaction/ Income items	Impairment losses				Impairment gains				Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		
			Write- offs	Others	Write- offs	Others	Write- offs	Others		
A. Debt securities										147
B. Loans										
- With customers										
- With banks										
<b>Total</b>										<b>147</b>

## Section 10 - Administrative expenses - Item 160

€154,533 thousand

### 10.1 Personnel expenses: breakdown

€65,624 thousand

(Values in thousand euros)

Type of expense/Amount	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
1) Employees		
a) wages and salaries	42,380	43,424
b) social security contributions	11,102	10,524
c) post-employment benefits		29
d) pension costs		8
e) provision for post-employment benefits	1,967	1,424
f) provision for pensions and similar obligations:		
- defined contribution plans		231
- defined benefit plans		
g) payments to external complementary pension funds:		
- defined contribution plans		
- defined benefit plans	353	328
h) costs related to share-based payments	3,874	1,427
i) other employee benefits	2,891	3,244
2) Other personnel in service	105	91
3) Directors and statutory auditors	2,952	3,600
4) Early retirement costs		
<b>Total</b>	<b>65,624</b>	<b>64,330</b>

The item "personnel expenses" includes, in addition to the amount of expenses and contributions paid to employees, including the provisions of the group incentive system, expenses for stock options for certain employees of the Group for 2022, equal to approximately €3.9 million before taxes, offset by the related equity reserve.

## 10.2 Average number of employees per category

(Values in working units)

Categories	Average number 12.31.2022	Average number 12.31.2021
Executives/Senior Executives	23	26
Managers/Coordinators/Professionals	278	252
Specialists	321	392
<b>Total</b>	<b>622</b>	<b>670</b>

The number of staff shown in the previous table refers to FTE staff and it arises from a calculation based on the instructions of the Bank of Italy Circular no. 262.

Please note that at December 31, 2021, the average number of employees set forth in the table above is calculated considering the personnel of the merged company DEPObank only as of March 1, 2021.

## 10.4 Other employee benefits

The amount in question of €3.9 thousand mainly refers to expenses incurred for training, meal tickets, donations and insurance for Bank employees.

## 10.5 Other administrative expenses: breakdown

€88,909 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
Legal fees	3,010	1,637
Data processing services	15,878	16,189
External credit management services	577	705
Supervisory Body fees	41	42
Legal fees for loans and receivables under management	258	227
Notary fees	355	527
Notary fees to be recovered	1,584	963
Entertainment expenses and donations	1,073	841
Maintenance expenses	5,896	5,712
Non-deductible VAT	8,790	9,021
Other taxes	6,441	6,027
Consulting services	18,098	15,218
Head office operating expenses	2,865	2,381
Resolution Fund and FITD	5,734	12,970
Other expenses	18,308	19,242
<b>Total</b>	<b>88,909</b>	<b>91,702</b>

Other administrative expenses for 2021 amounted to €88.9 million, compared to €91.7 million for 2021.

Furthermore, with regard to contributions to the Deposit Guarantee Scheme, a cost of about €5.7 million before taxes was recorded for 2022. This cost was made up of:

- ▶ Resolution Fund for €3.6 million as the annual ordinary contribution;
- ▶ Interbank Deposit Protection Fund (FITD) for €2.1 million as the annual contribution, of which €700 thousand relating to the extraordinary contribution.

These amounts are recognized under other administrative expenses, as indicated in the Bank of Italy note of January 19, 2016 "Contributions to Resolution Funds: treatment in the financial statements and in regulatory reporting".

"Other administrative expenses" mainly include services outsourced in 2022, which are listed below.

*(Values in thousand euros)*

<b>Breakdown</b>	<b>Total 12.31.2022</b>
Fees paid to external company for support to Internal Audit	171
Fees paid to external companies for Data Processing	4,098
Fees paid to external companies for Credit Checks	577

## Section 11 - Net provisions for risks and charges - Item 170

€10,740 thousand

### 11.1 Net provisions for credit risk relating to loan commitments and financial guarantees given: breakdown

€140 thousand

*(Values in thousand euros)*

<b>Breakdown</b>	<b>Total 12.31.2022</b>	<b>Total 12.31.2021</b>
Provision for risk on commitments and guarantees	140	(721)
<b>Total</b>	<b>140</b>	<b>(721)</b>

**11.3 Net provisions for risks and charges: breakdown**

€10,600 thousand

The accrual to the provisions, compared to the prior year, shows the following breakdown:

*(Values in thousand euros)*

Breakdown	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
Disputes against the parent	10,437	(2,037)
Operating errors	163	5
<b>Total</b>	<b>10,600</b>	<b>(2,032)</b>

**Section 12 - Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property - Item 180**

€4,130 thousand

**12.1 Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property: composition***(Values in thousand euros)*

Asset/Income item	Depreciation (a)	Impairment losses (b)	Reversals of impairment losses (c)	Net result (a+b-c)
A. Property, plant and equipment				
1. Used in the business	4,130			4,130
- Owned	2,030			2,030
- Right-of use assets	2,100			2,100
2. Held for investment	X			
- Owned				
- Right-of use assets				
3. Inventories				
<b>Total</b>	<b>4,130</b>			<b>4,130</b>

As of 2019, following the application of International Accounting Standard IFRS 16, the item "Depreciation and net impairment losses on property, equipment and investment property" also includes the amortization of right-of-use assets depreciation to €2,100 thousand, the balancing entry to which is recognized under property, equipment and investment property.



## Section 13 - Amortisation and net impairment losses on intangible assets - Item 190

€7,163 thousand

### 13.1 Amortisation and net impairment losses on intangible assets: breakdown

(Values in thousand euros)

Asset/Income item	Amortization (a)	Impairment losses (b)	Reversals of impairment losses (c)	Net result (a+b-c)
A. Intangible assets				
of which: software				
A.1 Owned	6,061	1,102		7,163
- Generated internally by the company				
- Others	6,061	1,102		7,163
A.2 Right-of-use assets				
<b>Total</b>	<b>6,061</b>	<b>1,102</b>		<b>7,163</b>

The item refers to amortization for the year relating to intangible assets with finite useful lives, which include the "Customer Contracts", which were written down by €1.1 million as a result of the impairment test.

For more details please refer to item 100 of the Statement of Financial Position assets "Intangible assets".

## Section 14 - Other net operating income - Item 200

€128,075 thousand

### 14.1 Other operating expenses: breakdown

-€3,532 thousand

(Values in thousand euros)

Breakdown	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
Prior year expenses	(2,187)	(2,656)
Rounding and allowances	(93)	(8)
Other charges	(358)	(17)
Deposit guarantee scheme expenses		
Registry tax expenses	(893)	(319)
<b>Total</b>	<b>(3,532)</b>	<b>(3,000)</b>

**14.2 Other operating income: breakdown**

€131,607 thousand

*(Values in thousand euros)*

<b>Breakdown</b>	<b>Total 12.31.2022</b>	<b>Total 12.31.2021</b>
Recovery of legal fees for purchases of non-recourse trade receivables	1,410	1,198
Recovery of legal fees	127	218
Other recoveries	1,457	1,384
Prior year income	5,544	9,059
Recovery of assignor notary expenses	1,647	977
BFF Finance Iberia royalties	955	
Other income	120,467	92,011
<b>Total</b>	<b>131,607</b>	<b>104,847</b>

In 2022, the item includes a one-off amount, gross of the tax effect, relating to 50% of the "40 euros" provision consisting of all receivables accrued for the indemnity in question for an amount of €94.7 million (€68.7 million net of the tax effect). For more information, refer to Part A "Accounting policies".

Please recall that on December 31, 2021, this item included the amount of goodwill deriving from the merger transaction with DEPObank in March 2021 of €76.9 million.

**Section 19 - Income taxes on continuing operations - Item 270**

€83,561 thousand

**19.1 Income taxes on continuing operations: breakdown***(Values in thousand euros)*

<b>Income items/Sectors</b>	<b>Total 12.31.2022</b>	<b>Total 12.31.2021</b>
1. Current taxes (-)	69,809	12,358
2. Adjustment to current tax of prior years (+/-)	3,447	
3. Reduction of current tax for the year (+)		
3.bis Reduction of current taxes for the year for tax credits pursuant to Italian Law no. 214/2011 (+)		
4. Change in deferred tax assets (+/-)	381	(33,535)
5. Change in deferred tax liabilities (+/-)	9,924	11,792
<b>6. Taxes for the year (-) (-1+/-2+3+ 3 bis +/-4+/-5)</b>	<b>83,561</b>	<b>(9,384)</b>

## 19.2 Reconciliation of theoretical tax charge with actual tax charge

(Values in thousand euros)

Breakdown	IRES	IRAP
Taxable profit used for purposes of tax calculations	345,000	165,872
<b>Theoretical tax charge: 27.5% IRES - 5.57% IRAP</b>	<b>94,875</b>	<b>9,239</b>
Permanent non-deductible differences	(88,565)	987
Deductible IRAP	(62)	
Temporary differences taxable in future years	(41,997)	
Temporary differences deductible in future years	16,421	1,255
Reversal of temporary differences from previous years	(9,929)	(5,267)
<b>Taxable profit</b>	<b>220,867</b>	<b>162,847</b>
<b>Current taxes for the year: 27.5% IRES - 5.57% IRAP</b>	<b>60,738</b>	<b>9,071</b>

## Section 22 - Earnings per share

### 22.1 Average number of ordinary shares with diluted capital

(Values in units)

Breakdown	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
Average number of shares outstanding	185,545,952	185,312,690
Average number of potentially dilutive shares	11,447,560	10,175,223
Average number of diluted shares	196,993,512	195,487,913

### 22.2 Other information

(Amounts in units, unless otherwise stated)

Breakdown	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
Profit for the year (in euros)	232,047,606	197,372,423
Average number of shares outstanding	185,545,952	185,312,690
Average number of potentially dilutive shares	11,447,560	10,175,223
Average number of diluted shares	196,993,512	195,487,913
<b>Basic earnings per share (in euro units)</b>	<b>1.25</b>	<b>1.06</b>
<b>Diluted earnings per share (in euro units)</b>	<b>1.18</b>	<b>1.01</b>

## Part D - Comprehensive income

### Statement of Comprehensive Income

(Values in euro units)

Items	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>10. Profit for the year</b>	<b>261,438,216</b>	<b>164,289,349</b>
<b>Other components not reclassified to profit or loss</b>		
<b>20. Equity instruments designated at fair value through other comprehensive income:</b>		
a) fair value changes		
b) transfers to other equity items		
<b>30. Financial liabilities designated at fair value through profit or loss (changes in creditworthiness):</b>		
a) fair value changes		
b) transfers to other equity items		
<b>40. Hedging of equity instruments designated at fair value through other comprehensive income:</b>		
comprehensive:		
a) fair value changes (hedged instrument)		
b) fair value changes (hedging instrument)		
<b>50. Property, equipment and investment property</b>		
<b>60. Intangible assets</b>		
<b>70. Defined-benefit plans</b>	<b>724,064</b>	<b>(47,353)</b>
<b>80. Non-current assets held for sale and discontinued operations</b>		
<b>90. Share of valuation reserves connected with equity-accounted investments</b>		
<b>100. Income taxes on other comprehensive income not reclassified to profit or loss</b>	<b>(199,118)</b>	<b>13,022</b>
<b>Other components reclassified to profit or loss</b>		
<b>110. Hedging of foreign investments:</b>		
a) fair value changes		
b) reclassification through profit or loss		
c) other changes		
<b>120. Foreign exchange differences:</b>		
a) changes in value	<b>3,420</b>	<b>(57,057)</b>
b) reclassification through profit or loss		
c) other changes		
<b>130. Cash flow hedges:</b>		
a) fair value changes		
b) reclassification through profit or loss		
c) other changes		
of which: result of net positions		

(CONT'D)

(Values in euro units)

Items	Total 12.31.2022	Total 12.31.2021
<b>140.</b> Hedging instruments (undesignated elements):		
a) changes in value		
b) reclassification through profit or loss		
c) other changes		
<b>150.</b> Financial assets (other than equity instruments) measured at fair value through other comprehensive income:		
a) fair value changes	1,246,162	315,589
b) reclassification through profit or loss		
- adjustments for credit risk		
- profits/losses on disposals		
c) other changes		
<b>160.</b> Non-current assets and asset groups held for sale:		
a) fair value changes		
b) reclassification through profit or loss		
c) other changes		
<b>170.</b> Share of valuation reserves for equity investments measured at equity:		
a) fair value changes		
b) reclassification through profit or loss		
- adjustments due to impairment		
- profits/losses on disposals		
c) other changes		
<b>180.</b> Income taxes on other components reclassified to profit or loss	(413,237)	(85,497)
<b>190. Total other comprehensive income</b>	<b>1,361,292</b>	<b>138,704</b>
<b>200. Comprehensive income (Items 10+190)</b>	<b>262,799,507</b>	<b>164,428,053</b>

## Part E - Information on risks and related hedging policies

### Introduction

BFF Bank has adopted suitable corporate governance tools and adequate management and control mechanisms in order to mitigate the risks to which it is exposed. These measures are part of the governance of the organization and of the internal control system, aimed at ensuring management practices grounded in efficiency, effectiveness and fairness, covering every type of business risk, consistently with the characteristics, dimensions and complexity of the business activities carried out by the Group.

With this in mind, the Bank formalized its risk management policies and periodically reviews them to ensure their effectiveness over time. It constantly monitors the functioning of the risk management and control processes.

Such policies define:

- ▶ The governance of risks and the responsibilities of the Organizational Units involved in the management process;
- ▶ The mapping of the risks to which the Bank is exposed, the measuring and stress testing methods, and the information flows that summarize the monitoring activities;
- ▶ The annual assessment process on the adequacy of internal capital and of the liquidity risk governance and management system;
- ▶ The activities for the assessment of prospective capital adequacy, associated with the strategic planning process.

The corporate governance bodies of the Bank define the risk governance and management model at the Group level, taking into account the specific types of operations and the related risk profiles characterizing all the Group's entities, with the aim of creating an integrated and consistent risk management policy.

Within this framework, the Parent's corporate bodies perform the functions entrusted to them not only with regard to their specific business activities, but also taking into account the Bank's operations as a whole and the risks to which it is exposed, and involving, as appropriate, the governance bodies of the subsidiaries in the decisions concerning risk management procedures and policies.

The Risk Management Function cooperates in the process of defining and implementing the risk governance policies through an adequate risk management process. The Function Head is not involved in the operating activities he or she has to monitor, and his or her tasks and responsibilities are governed by specific Internal Regulations.

In addition to other tasks, the Risk Management Function is responsible for:

- ▶ Cooperating with the corporate governance bodies in defining the overall risk management system and the entire reference framework relating to the assumption and control of Bank risks (Risk Appetite Framework);
- ▶ Establishing adequate risk management processes through the adoption and maintenance of suitable risk management systems, in order to map, measure, control or mitigate all relevant risks;

- ▶ Providing an assessment of the capital absorbed, also under stress conditions, and of the related present and prospective capital adequacy, by defining processes and procedures to meet every type of present and future risk, which take into account strategies and context changes; overseeing the implementation of the risk management process and ascertaining that it is being complied with;
- ▶ Overseeing the implementation of the risk management process and ascertaining that it is being complied with;
- ▶ Monitoring the adequacy and effectiveness of the actions taken to resolve any weaknesses found in the risk management system;
- ▶ Submitting periodical reports to the corporate governance bodies on the activities carried out and providing them with consulting support on risk management issues.

The Risk Management Function reports to the Chief Executive Officer, the person responsible for the Bank's Internal Control system. It is independent of the Internal Audit Function, and subject to its control.

## Section 1 - Credit Risk

### *Quantitative information*

#### 1. General aspects

The main activity of the Bank in this area is factoring, which is governed, in Italy, by the Italian Civil Code (Book IV - Title I, Chapter V, Articles 1260-1267) and Italian Law No. 52 of February 21, 1991 and subsequent amendments, and which consists of a plurality of financial services that can be structured in various ways, mainly through the sale of trade receivables. The Bank mainly offers non-recourse factoring services with debtors belonging to the public administration, in addition to other lending products always with a focus on the public administration. From March 2021, with the integration of DEPObank, the Bank began to provide credit as an instrumental activity in addition to specific treasury activities (managed through the granting of operating limits) and securities services (mainly managed through the granting of account overdraft facilities).

At this time, non-recourse factoring represents approximately 53% of all the exposures to customers of the Bank excluding the securities component.

With regard to the measures in response to COVID-19, the Bank follows the applicable provisions contained in the EBA Guidelines ("Guidelines on reporting and disclosure of exposures subject to measures applied in response to the COVID-19 crisis - EBA/GL/2020/07").

#### *Impacts of the COVID-19 pandemic*

In light of BFF Bank's business model and the nature of its counterparties, the COVID-19 epidemic did not entail a change to the objectives and management strategy or to the systems for measuring and controlling risks.

#### *Impacts of the Ukraine-Russia crisis*

Following the crisis between Russia and Ukraine, which culminated in the military intervention initiated by Russia on February 24, 2022 and the resulting countermeasures undertaken by the international community and parties in the international financial sector (e.g. sanctions against Russian natural persons or legal entities, limitations on transactions with Russian parties and/or regarding financial instruments issued by Russian parties and/or denominated in Russian currency), the parent has carried out a detailed review of risk positions and transactions

that could be directly or indirectly impacted by the aforementioned restrictions on operations, where necessary taking appropriate actions in order to fully comply with regulatory provisions and/or to avoid situations that could be considered risky. The parent's various corporate functions (e.g. CFO area, Risk Management, Compliance & AML) reported to the Parent's Board of Directors on the management's assessment of the potential impacts on the parent resulting from this and the actions taken. In the first part of April, BFF Bank also responded to the survey conducted by the Bank of Italy on an initial assessment of the impact that unfavorable developments related to the current crisis could have on the banking system. The results of the analysis showed that the parent has no direct exposure to the Russian and Ukrainian markets, and there are no Russian client companies, client companies controlled by Russian companies, beneficial owners or legal representatives of Russian nationality in the client portfolio of either BFF or its foreign subsidiaries. With regard to positions held in RUB (Russian roubles) and the possible exposure to exchange rate risk following the sharp fluctuation in the exchange rate of the currency in question, the asset and liability positions denominated in that currency held by BFF are of a very limited overall amount, relating exclusively to bank account balances (balances of bank accounts with BFF of counterparties of the Transaction Services Business Line, transferred to accounts held by BFF with Bank of New York, BFF's treasurer in that currency, and Euroclear Bank, an international settlement bank, while spot transactions, maturity deposits and currency swaps in that currency have been suspended since the start of the crisis) and substantially balanced.

Following the onset of the crisis between Russia and Ukraine, there was also an intensification of cyber warfare globally, mainly targeting infrastructure networks. In this regard, the parent has raised the level of attention of the SOC (security operation center) and strengthened the perimeter defense rules, as well as continuing to monitor the situation through reliable sources, such as CERTFin. On the business continuity and backup front, recent updates and tests of the Disaster Recovery plan have confirmed BFF Bank's resilience. Awareness-raising campaigns on phishing and security events are provided internally. Finally, primary outsourcers and suppliers were contacted in order to ascertain whether they too had raised their level of attention on the cybersecurity front and to receive more logs from defense systems in order to carry out more extensive monitoring through SIEM (security information and event management). To date, no attacks or disruptions following the Ukraine crisis have been recorded by BFF or its outsourcers or suppliers.

## 2. Credit risk management policies

### 2.1 Organisational aspects

The assessment of a transaction, for the different products offered by the Bank, is conducted through the analysis of a number of factors, ranging from the degree of risk fragmentation to the characteristics of the commercial relationship underlying the credit quality and the customer/ debtor's ability to repay.

The guidelines and procedures to monitor and control credit risk are set forth in the current "Credit Regulation," approved by the Board of Directors on June 30, 2021, and by the "Credit Regulation" of subsidiaries. A further organizational measure tackling credit risk is provided by the internal regulation for monitoring credit quality, which describes the credit control process on the debtor and is an integral part of the aforementioned "Credit Regulation".

Credit risk is therefore monitored at various levels within the framework of the multiple operating processes.



## 2.2 Management, measurement and control systems

The management, measurement and control system relating to credit risk has been created to ensure control over the main types of risks belonging to the credit risk category.

For this purpose, it must be noted that the core business carried out by the parent consists, as mentioned above, of the purchase of non-recourse trade receivables due from debtors belonging to public administration agencies, and that with regard to exposures related to the custodian bank operations, these are mainly towards banks.

Based on the above, in particular, credit risk is linked to the possibility that an unexpected change in the creditworthiness of a counterparty to which the Group is exposed may generate a corresponding decrease in the value of the credit position. It can be broken down as follows:

- ▶ Credit risk in the strict sense: the risk of default of counterparties to which the Bank is exposed, which is fairly limited considering the nature of the Bank's counterparties, the majority of which are not subject to bankruptcy proceedings or other procedures that could undermine their substantial solvency;
- ▶ Dilution risk: the risk that the amounts owed by the assigned debtor are reduced due to allowances or offsets arising from returns and/or disputes concerning the quality of the product or service or any other issue;
- ▶ Factorability risk: the risk related to the nature and characteristics of the commercial relationship subject to factoring/sale, affecting the ability of the trade receivable sold to self-liquidate (e.g., risk of direct payments from the debtor to the potentially insolvent assignor);
- ▶ Risk of late payment: the risk of a delay in the collection times of the receivables sold compared to those expected by the Bank.

In light of the risks detailed above, the Bank has internal regulations that describe the phases that industry regulations identify as components of the credit process:

- ▶ Background check;
- ▶ Decision;
- ▶ Disbursement;
- ▶ Monitoring and review;
- ▶ Dispute.

Non-recourse factoring by its very nature represents the service that is most exposed to credit risk. For this reason, the background check for the credit line application is carried out with the utmost care.

With regard to the granting of credit to counterparties using the custodian bank service, credit risk is very low, as it is mainly concentrated on bank counterparties, asset management companies and funds.

The Bank also marginally offers the following two types of services: "receivables management only" and "recourse factoring".

In the “loans and receivables management only” service, credit risk is considerably reduced because it is limited to the Bank’s exposure to the customer for payment of the agreed fees and commissions, that is, the reimbursement of legal fees incurred. The granting of a credit line for “loans and receivables management only” follows the normal procedures used in the credit process, although the credit line can be approved by a single-person body.

Recourse factoring is a residual activity for BFF Bank.

With regard to the allocation of operating limits and/or “intermediation” caps, there is no specific request from customers and the assessment is initiated at the initiative of the Finance and Treasury OU or the relevant organizational units.

As part of the management of counterparties providing retail intermediation services, specific operating limits have been established, aimed at monitoring and controlling the operations of these entities. In some cases, guarantees have been requested to mitigate the risk assumed for these activities. Exposure to the customers’ credit risk is constantly monitored. The credit quality of public sector entities is analyzed within the framework of the risk of delay in repaying liabilities.

The assessment of credit risk is part of an overall analysis of the adequacy of the Bank’s capital in relation to the risks connected with lending.

With this in mind, the Bank uses the “standardized” approach to measure credit risk, as governed by Regulation (EU) No. 575/2013 (CRR) and adopted by the Bank of Italy Circular No. 285 “Supervisory provisions for banks” and Circular No. 286 “Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries,” both dated December 17, 2013, and subsequent amendments. This approach involves the classification of exposures into different classes (“portfolios”), depending on the type of counterparty, and the application of diversified weighted ratios to each portfolio.

In particular, the parent applies the following main weighting factors, envisaged by the CRR:

- ▶ 0% for exposures to government agencies and central banks with offices in a European Union member state and financed in the local currency, as well as for exposure to other public administration agencies in compliance with specific requirements of relevant supervisory provisions. This category also includes exposures to Spanish public sector entities and other local authorities as provided for by EBA lists “EU regional governments and local authorities treated as exposures to central governments in accordance with Article 115(2) of Regulation (EU) 575/2013” and “EU public-sector entities treated in exceptional circumstances as exposures to the central government, regional government or local authority in whose jurisdiction they are established in accordance with Article 116(4) of Regulation (EU) 575/2013”;
- ▶ 20% for (i) exposures to regional government agencies and local authorities with offices in a European Union member state denominated and financed in the local currency, (ii) exposures to public sector entities of countries with Credit Quality Step 1, (iii) exposures to public sector entities and supervised intermediaries with an original duration of three months or less;
- ▶ 50% for exposures to the public administration agencies of countries with Credit Quality Step 2, which include the exposures to entities of the Polish and Slovakian public sector;

- ▶ 100% for (i) exposures to the public administration agencies of countries with Credit Quality Step 3, 4 and 5 (including Italy, Portugal and Greece—please note that on May 3, 2019 DBRS upgraded Greece from BH to BBL, thus improving the credit quality step from 5 to 4, but leaving the capital absorption percentage unchanged at 100%) and (ii) exposures to the public administration agencies of countries where government agencies are not rated and no credit quality steps are available (including Czech Republic and Croatia);
- ▶ 50% or 100% for amounts due from supervised intermediaries, according to the credit quality step of the country in which they have their offices;
- ▶ 75% for retail exposures and exposures to SMEs;
- ▶ 100% for exposures to private debtors (i.e., businesses), Funds, and asset management companies; for rated private debtors, different weights are applied on the basis of the credit ratings issued by S&P Global Ratings;
- ▶ 100% for property, equipment and investment property, equity investments, collective investment undertakings and other;
- ▶ 150% for non-performing exposures, if the specific adjustments are 20% less than the non-collateralized portion, before any adjustments;
- ▶ 100% for non-performing exposures, if the specific adjustments are 20% or more than the non-collateralized portion, before any adjustments;
- ▶ 250% to deferred tax assets not deducted from own funds.

The Bank constantly maintains, as a capital requirement for credit risk, an amount of regulatory capital equal to at least 8% of the weighted exposures for credit risk. The Risk Weighted Amount is determined by the sum of the risk weighted assets of the various classes.

Based on the method described above, the capital requirement for credit and counterparty risk at December 31, 2022 is €160.2 million for the parent.

Furthermore, the credit risk management process abides by external regulations (CRR, Bank of Italy Circulars No. 285 “Supervisory provisions for banks” and No. 286 “Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries” and subsequent amendments) regarding risk concentration.

Specifically:

- ▶ “Large exposure” means any risk position equal to or greater than 10% of the eligible capital, as defined in CRR II (equal to Tier 1 capital);
- ▶ For banking groups, each risk position must not be greater than 25% of the eligible capital.

Considering the fact that the Bank’s exposure consists almost entirely of receivables purchased on a non-recourse basis and due from individual public administration entities, portfolio risk is considered limited, since the derecognition of receivables entails the allocation of the exposure to a higher number of counterparties (i.e., the assigned debtors), which, in the case of certain exposures, receive preferential treatment in terms of weighting for large exposures.

## Credit quality assessment

The Bank performs an impairment test on the loan portfolio, aimed at identifying any impairment of its assets, in line with the provisions of the applicable standards and the prudential criteria required by supervisory regulations and the internal policies adopted by the Bank.

This assessment is based on the distinction between these two categories of exposures:

- ▶ Exposures subject to generic adjustments ("collective impairment")
- ▶ Exposures subject to specific adjustments.

Note that IFRS 9 entered into force on January 1, 2018. This standard replaces the concept of incurred losses, envisaged by IAS 39, with that of expected credit losses.

The approach adopted by the Bank is based on a prospective model that may require the recognition of expected losses over the lifetime of the receivable on the basis of supportable information that is available without undue cost or effort and includes historical, current and forward-looking data. In this context, an approach based on the use of credit risk parameters (Probability of Default - PD, Loss Given Default - LGD, Exposure at Default - EAD) has been adopted, redefined based on a multi-period perspective.

More specifically, in accordance with IFRS 9, impairment of exposures is recognized in three stages, each with different methods for calculating the losses to be recorded.

As for Stage 1, expected credit losses are measured over a 12-month period. As for Stage 2 (including financial assets whose credit risk increased significantly since initial recognition), expected credit losses are measured over the full lifetime of the instrument (lifetime expected losses). Stage 3 includes all financial assets that show objective impairment at the reporting date (non-performing exposures).

### 2.3 Methods of measuring expected credit losses

#### Exposures subject to collective impairment losses ("collective impairment")

The impairment model is characterized by:

- ▶ The allocation of the transactions in the portfolio to different buckets, based on an assessment of the increase in the level of exposure/counterparty risk;
- ▶ The use of multi-period risk parameters (e.g., lifetime PD, LGD and EAD) to quantify expected credit losses (ECL) for financial instruments subject to a significant increase in credit risk since initial recognition.

For the purposes of calculating impairment, IFRS 9 sets out general requirements for calculating ECLs and designing stage allocation criteria, without providing specific guidelines on the modeling approach. Therefore, by analyzing the data provided as input, the assessment and design of the project for the conversion to IFRS 9 allowed to develop a methodological framework to accommodate the peculiarities of the Bank's business consistently with the assets it owns as well as available information, in accordance with the guidelines in the standard.

The key concepts introduced by IFRS 9 and required for the purpose of calculating impairment compared to previous standards are as follows:

- ▶ A forward-looking model, allowing the immediate recognition of all expected credit losses over the life of the exposure, thus replacing the “incurred loss” criterion. According to the latter, impairment losses were recognized only when there was evidence that they existed (based on the identification of a trigger event). According to IFRS 9, losses shall be recognized based on supportable information that is available without undue cost or effort and includes historical, current and forward-looking data;
- ▶ ECL recalculated at each reporting date to reflect changes in credit risk since initial recognition of the financial instrument;
- ▶ Use of forward-looking information and macroeconomic factors to determine ECL;
- ▶ Introduction of an additional status with respect to the binary classification of performing and non-performing counterparties, to take account of the increase in credit risk.

The ECL calculation model requires a quantitative assessment of future cash flows and assumes that they can be reliably estimated. This requires the identification of certain elements, namely:

- ▶ Probability of default (PD) models and assumptions about the forward distribution of default events, for the calculation of multi-period PDs used to determine the lifetime expected credit loss;
- ▶ LGD model;
- ▶ A deterministic and stochastic EAD model allowing to define a multi-period distribution as well as a 12-month horizon.

The risk parameters that should be modeled to comply with the rationale of considering the full life- time of the financial instrument are as follows:

- ▶ Multi-period PD;
- ▶ Multi-period LGD;
- ▶ Multi-period EAD.

Furthermore, in compliance with IFRS 9, the ECL calculation shall include Point-in-Time (PIT) adjustments and Forward-Looking Information (FLI).

### **Exposures subject to individual impairment losses (“individual impairment”)**

As required by IFRS 9 and in line with current supervisory provisions, the Bank carried out a review of the assets classified as impaired in order to identify any objective impairment of individual positions.

It should be noted that, with reference to past due exposures, although classified as impaired financial assets and therefore subject to specific impairment, the same assessments that apply for the performing exposures referred to in this section were carried out. This decision is supported by the fact that, in consideration of the Bank’s core business, impaired past due positions, identified according to objective criteria, do not necessarily represent actual deterioration in the credit position. However, this approach does not provide an exemption to the competent functions from performing a precise/analytical assessment (“case-by-case assessment”) of positions classified as past due if the adjustment calculated is not adequate.

BFF's impaired exposures consist of NPLs, unlikely to pay and past due exposures, for a total of €128,661 thousand - net of individual impairment - and are broken down as follows:

- ▶ non-performing loans of €80,722 thousand (gross exposure in the separate financial statements of €95,168 thousand with an adjustment of €14,446 thousand);
- ▶ unlikely-to-pay exposures amounting to €14,074 thousand (gross exposure in the separate financial statements equal to €18,420 thousand with adjustments equal to €4,346 thousand);
- ▶ impaired past due exposures of €33,865 thousand (gross exposure in the separate financial statements of €33,963 thousand with an adjustment of €98.4 thousand).

### *Amendments due to COVID-19*

#### *Assessment of the significant increase in credit risk (SICR)*

In light of the Bank's business model and the nature of its risk counterparties, the Covid-19 epidemic did not entail changes to the model of the significant increase in credit risk (SICR). In line with the EBA guidance of December 2, 2020 "*Guidelines amending EBA/GL/2020/02 on legislative and non legislative moratoria on loan repayments applied in the light of the COVID-19 crisis*", the parent has not granted any moratoria.

#### *Measuring expected credit losses*

The model for determining risk parameters was also unchanged following the spread of COVID-19.

However, the annual update of the risk parameters (PD and LGD) allows taking into account the evolution of the effects of COVID-19 within the estimates of expected losses.

To this end, as at June 30, 2022 the parent updated the macroeconomic scenarios provided by the external infoprovider. These scenarios are constructed considering the evolution of the unemployment rate and the High Yield Spread in a geopolitical context characterized by both the ongoing effects of Covid-19 and the tensions of the Russia-Ukraine conflict, which has significantly changed the macroeconomic scenario since February 2022.

The Risk Management Function, as it does every quarter of the year, performed a sensitivity analysis at December 31, 2022 between the macroeconomic scenarios for the fourth quarter of the year, provided by the external infoprovider, and the macroeconomic scenarios updated at June 30, 2022. The analysis shows that 2023 will be characterized by a decline in GDP growth and a strong inflationary drive generated by the Russia/Ukraine conflict, which reduces on one hand business investments and on the other the disposable income of consumers. However, the job market does not seem to be experiencing significant tensions, thanks to the recovery in hirings post-Covid-19. The economic slowdown will not be sufficient to cause widespread dismissals and the job market will continue to benefit from considerable excess demand. Therefore, job market stability will be one of the main factors that could prevent the economy from entering a recessive cycle. The comparative analysis of the scenarios shows that estimated GDP in December 2022 is worse than that currently in use in the model and therefore, the Risk Management Function is evaluating the impacts of that change on the model for estimating risk parameters in order to understand its magnitude, while also taking into consideration that the parent's Business Model and - in this specific area - the relative cost of risk are less sensitive to GDP trends than credit exposures concentrated in the corporate/retail area.

Moreover, the Risk Management Function compared the macroeconomic estimates released by the external infoprovider with those of the European Central Bank (ECB), observing, also in this case, a deterioration of GDP in 2023.

The same analyses will be performed at the end of the first quarter of 2023 as well in order to evaluate the possibility of updating the risk parameters early.

## 2.4 Credit risk mitigation techniques

In order to make non-recourse exposures compatible with the derecognition principle, the risk mitigation clauses that could in some way invalidate the effective transfer of risks and rewards were eliminated from the respective contracts.

With regard to exposures to counterparties to which treasury and security services are offered, risk mitigation techniques also include netting (ISDA) and collateral management (CSA) agreements consistent with EMIR regulations. For repurchase agreements for which the Bank has signed specific GMRA contracts, credit risk is transferred from the counterparty to the underlying of the repurchase agreement.

## 2. Impaired credit exposures

In compliance with Bank of Italy Circular no. 272, the Bank's net "Impaired assets" amounted to a total of €251,980 thousand. They include:

- ▶ **Non-performing loans** consisting of exposures to parties that are in a state of insolvency or in basically similar situations, regardless of any loss projections made by the parent. At December 31, 2022, the overall total of non-performing loans, net of impairment, amounted to €80,271 thousand, of which €5,672 thousand purchased already impaired. Net non-performing loans relating to Italian municipalities and provincial governments in financial distress amounted to €79,662 thousand, accounting for 99.2% of the total. This case is classified as non-performing in accordance with the indications given by the Supervisory Authority, despite the fact that BFF is entitled to receive 100% of principal and late payment interest at the end of the insolvency procedure.  
The portion of the allowance for late payment interest relating to non-performing exposures, recognized at the time of the change in estimate in 2014, was equal to €997 thousand, entirely impaired. Taking account of this amount, too, gross non-performing loans amounted to €83,358 thousand and relevant adjustments totaled €3,087 thousand.
- ▶ **Unlikely-to-pay positions** reflect the judgment made by the intermediary about the unlikelihood that - excluding such actions as the enforcement of guarantees - the debtor will fully meet (for principal and/or interest) its credit obligations. This assessment should be arrived at independently of the existence of any past due and unpaid amounts (or instalments).  
At December 31, 2022, gross exposures classified as unlikely to pay amounted to €1,593 thousand, written down by €774 thousand. The net exposure therefore amounts to €819 thousand.
- ▶ **Net past due exposures** totaled €170,890 thousand, of which €166,892 thousand (97.7%) attributable to public administration counterparties and public sector companies. The figure remained aligned with what was recorded at September 30, 2022, the date on which the trade receivables classified as past due increased as a result of the more stringent interpretations on the new "Definition of Default" (or "New DoD", Guidelines on the application of the definition of default pursuant to Art. 178 of Regulation (EU) no. 575/2013) issued by the Bank of Italy on September 23, 2022. However, there was no increase in the actual risk profile of the loan portfolio.

### 3. Financial assets subject to commercial negotiations and forbore exposures

During 2022, the Bank has not granted any moratoria of a strictly voluntary character to customers, according to the EBA guidelines of December 2, 2020 "Guidelines amending Guidelines EBA/GL/2020/02 on legislative and non legislative moratoria on loan repayments applied in the light of the Covid-19 crisis".

#### Quantitative information

#### A. Credit quality

##### A.1 Impaired and performing credit exposures: amounts, adjustments, trends and economic breakdown

###### A.1.1 Breakdown of financial assets by portfolio and credit quality (carrying amount)

(Values in thousand euros)

Portfolios/quality	Non-performing loans	Unlikely-to-pay exposures	Impaired past due exposures	Other impaired exposures	Performing exposures	Total
1. Financial assets measured at amortized cost	80,271	819	170,890	1,734,997	9,739,554	11,726,530
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income						
3. Financial assets designated at fair value						
4. Other financial assets subject to mandatory fair-value valuation						
5. Financial assets held for sale						
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>80,271</b>	<b>819</b>	<b>170,890</b>	<b>1,734,997</b>	<b>9,739,554</b>	<b>11,726,530</b>
<b>Total 12.31.2021</b>	<b>65,944</b>	<b>860</b>	<b>17,779</b>	<b>1,506,361</b>	<b>8,165,063</b>	<b>9,756,006</b>



### A.1.2 Breakdown of financial assets by portfolio and credit quality (gross and net amounts)

(Values in thousand euros)

Portfolios/quality	Impaired				Performing			Total (net exposure)
	Gross exposure	Total adjustments	Net exposure	Total partial write-offs (*)	Gross exposure	Total adjustments	Net exposure	
1. Financial assets measured at amortized cost	255,162	3,182	251,980		11,475,999	1,448	11,474,550	11,726,530
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income								
3. Financial assets designated at fair value					X	X		
4. Other financial assets subject to mandatory fair value measurement					X	X		
5. Financial assets held for sale								
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>255,162</b>	<b>3,182</b>	<b>251,980</b>		<b>11,475,999</b>	<b>1,448</b>	<b>11,474,550</b>	<b>11,726,530</b>
<b>Total 12.31.2021</b>	<b>88,581</b>	<b>3,999</b>	<b>84,582</b>		<b>9,673,221</b>	<b>1,797</b>	<b>9,671,424</b>	<b>9,756,006</b>

(\*) Value presented for informative purposes.

(Values in thousand euros)

Portfolios/quality	Assets of evident poor credit quality		Other assets
	Cumulative capital losses	Net exposure	Net exposure
1. Financial assets held for trading			210
2. Hedging derivatives			
<b>Total 12.31.2022</b>			<b>210</b>
<b>Total 12.31.2021</b>			<b>4,107</b>

### A.1.3 Breakdown of financial assets by past-due bracket (carrying amounts)

(Values in thousand euros)

Portfolios/risk stages	Stage one			Stage two			Stage three			Purchased or originated credit impaired		
	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days	Between 1 and 30 days	Between 30 and 90 days	More than 90 days
1. Financial assets measured at amortized cost	294,288	154,658	440,124	484	13,060	832,384	4,895	8,711	198,448			5,672
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income												
3. Financial assets held for sale												
<b>Total 12.31.2021</b>	<b>294,288</b>	<b>154,658</b>	<b>440,124</b>	<b>484</b>	<b>13,060</b>	<b>832,384</b>	<b>4,895</b>	<b>8,711</b>	<b>198,448</b>			<b>5,672</b>
<b>Total 12.31.2020</b>	<b>204,601</b>	<b>118,888</b>	<b>473,083</b>	<b>1</b>	<b>190</b>	<b>709,598</b>	<b>59</b>	<b>401</b>	<b>77,600</b>			<b>5,287</b>

*A.1.4 Financial assets, Loan commitments to disburse funds and financial guarantees given:  
trend in total impairment and total provisions*

Description/risk stages	Total adjustments											
	Assets in stage one					Assets in stage two						
	Loans and receivables with banks and Central Banks on demand	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which: collective impairment	Loans and receivables with banks and Central Banks on demand Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which: collective impairment
Opening total adjustments		1,678				1,678		118				118
Increases in purchased or originated financial assets												
Derecognitions other than write-offs												
Net value adjustments/write-backs for credit risk (+/-)	20	(425)			(405)	2	77					79
Contractual amendments without derecognitions												
Changes in estimate methodology												
Write-offs not recognized directly in the income statement												
Other changes												
<b>Total final inventories</b>	<b>20</b>	<b>1,254</b>			<b>1,274</b>	<b>2</b>	<b>194</b>					<b>197</b>
Recoveries from receipts on written-off financial assets												
Write-offs recognized directly on the income statement												

(Values in thousand euros)

Total adjustments										Total provisions on loan commitments and financial guarantees given			Total	
Assets in stage three					Purchased or originated credit impaired financial assets					Stage one	Stage two	Stage three		Loan commitments and financial guarantees given purchased or originated impaired
Loans and receivables with banks and Central Banks on demand Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which: collective impairment	Financial assets measured at amortized cost	Financial assets measured at fair value through other comprehensive income	Financial assets held for sale	of which: individual impairment	of which: collective impairment				
	3,793			3,793		206			206		58			5,853
						X	X	X	X	X				
	(617)			(617)		(200)			(200)		167			(975)
	3,176			3,176		6			6		225			4,878
	133			133										133

*A.1.5 Financial assets, loan commitments to disburse funds and financial guarantees issued: transfers between the various credit risk stages (gross and nominal amounts)*

(Values in thousand euros)

Portfolios/risk stages	Gross values / nominal value					
	Transfers between stage 1 and stage 2		Transfers between stage 2 and stage 3		Transfers between stage 1 and stage 3	
	From Stage 1 to Stage 2	From Stage 2 to Stage 1	From Stage 2 to Stage 3	From Stage 3 to Stage 2	From Stage 1 to Stage 3	From Stage 3 to Stage 1
1. Financial assets measured at amortized cost	1,714	216	11	5,091	12,582	1,944
2. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income						
3. Financial assets held for sale						
4. Loan commitments and financial guarantees issued						
<b>Total 12.31.2021</b>	<b>1,714</b>	<b>216</b>	<b>11</b>	<b>5,091</b>	<b>12,582</b>	<b>1,944</b>
<b>Total 12.31.2020</b>	<b>6,671</b>		<b>3,350</b>	<b>21,218</b>	<b>10,839</b>	<b>9,379</b>

### A.1.6 On and off-statement of financial position credit exposures to banks: gross and net values

(Values in thousand euros)

Type of exposures/ values	Gross exposure				Total impairment losses and total provisions				Net exposure	Total partial write-offs (*)
	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired		
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>										
<b>A.1 On demand</b>	623,791	618,797	4,995		22	20	2		623,769	
a) Impaired		X				X				
b) Performing	623,791	618,797	4,995	X	22	20	2	X	623,769	
<b>A.2 Others</b>	478,213	399,508	78,705		10	5	5		478,203	
a) Non-performing loans		X				X				
- of which: forbore exposures		X				X				
b) Unlikely-to-pay positions		X				X				
- of which: forbore exposures		X				X				
c) Impaired past due exposures		X				X				
- of which: forbore exposures		X				X				
d) Past due performing exposures				X				X		
- of which: forbore exposures				X				X		
e) Other performing exposures	478,213	399,508	78,705	X	10	5	5	X	478,203	
- of which: forbore exposures				X				X		
<b>TOTAL (A)</b>	<b>1,102,004</b>	<b>1,018,305</b>	<b>83,700</b>		<b>32</b>	<b>25</b>	<b>7</b>		<b>1,101,972</b>	
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>										
a) Impaired		X				X				
b) Performing	204			X				X	204	
<b>Total (B)</b>	<b>204</b>								<b>204</b>	
<b>Total (A+B)</b>	<b>1,102,208</b>	<b>1,018,305</b>	<b>83,700</b>		<b>32</b>	<b>25</b>	<b>7</b>		<b>1,102,176</b>	

(\*) Value for disclosure purposes.

### A.1.7 On- and off-statement of financial position credit exposures to customers: gross and net values

(Values in thousand euros)

Type of exposures/ values	Gross exposure				Total impairment losses and total provisions				Net exposure	Total partial write-offs (*)	
	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired	Stage one	Stage two	Stage three	Purchased or originated credit impaired			
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>											
a) Non-performing loans	82,361	X	76,683	5,678	2,090	X	2,083	6	80,271		
- of which: forborne exposures		X				X					
b) Unlikely-to-pay positions	1,593	X	1,593		774	X	774		819		
- of which: forborne exposures	922	X	922		531	X	531		391		
c) Impaired past due exposures	171,208	X	171,208		318	X	318		170,890		
- of which: forborne exposures		X			-	X					
d) Past due performing exposures	1,735,216	889,158	846,059	X	220	89	131	X	1,734,997		
- of which: forborne exposures	-		X		-		X				
e) Other performing exposures	9,262,569	9,257,326	5,243	X	1,219	1,160	58	X	9,261,350		
- of which: forborne exposures			X				X				
<b>TOTAL (A)</b>	<b>11,252,948</b>	<b>10,146,484</b>	<b>851,302</b>	<b>249,484</b>	<b>5,678</b>	<b>4,621</b>	<b>1,249</b>	<b>190</b>	<b>3,176</b>	<b>6</b>	<b>11,248,327</b>
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>											
a) Impaired		X				X					
b) Performing	989,100	983,365	X		225	209		X	988,874		
<b>TOTAL (B)</b>	<b>989,100</b>	<b>983,365</b>			<b>225</b>	<b>209</b>			<b>988,874</b>		
<b>TOTAL (A+B)</b>	<b>12,242,048</b>	<b>11,129,849</b>	<b>851,302</b>	<b>249,484</b>	<b>5,678</b>	<b>4,846</b>	<b>1,458</b>	<b>190</b>	<b>3,176</b>	<b>6</b>	<b>12,237,202</b>

(\*) Value for disclosure purposes.

### A.1.9 On-statement of financial position credit exposure to Customers: trend of the gross impaired exposures

(Values in thousand euros)

Descriptions/Categories	Non-performing loans	Unlikely-to-pay positions	Impaired past due exposures
<b>A. Starting gross exposure</b>	69,229	1,554	17,798
- of which: assets sold but not derecognized			
<b>B. Increases</b>	<b>15,999</b>	<b>73</b>	<b>156,851</b>
B.1 inflows from performing exposures	12,219	18	155,982
B.2 transfers from purchased or originated credit impaired financial assets			
B.3 transfers from other impaired exposures			
B.4 contractual modifications without derecognitions			
B.5 other increases	3,780	55	869
<b>C. Decreases</b>	<b>2,867</b>	<b>35</b>	<b>3,441</b>
C.1 outflows to performing exposures	2,395		2,778
C.2 write-offs			
C.3 collections	472	35	
C.4 collections from disposals			
C.5 losses on disposal			
C.6 transfers to other impaired exposures			
C.7 contractual modifications without derecognitions			
C.8 other decreases			663
<b>D. Final gross exposure</b>	<b>82,361</b>	<b>1,593</b>	<b>171,208</b>
- of which: assets sold but not derecognized			

*A.1.9 bis On-statement of financial position exposures to customers: changes in gross forborne exposures broken down by credit quality*

(Values in thousand euros)

Descriptions/Categories	Forborne exposures: non- performing	Forborne exposures: performing
<b>A. Starting gross exposure</b>	<b>929</b>	
- of which: assets sold but not derecognized		
<b>B. Increases</b>		
B.1 inflows from performing, non forborne exposures		
B.2 inflows from performing, forborne exposures		X
B.3 inflows from non-performing forborne exposures	X	
B.4 other increases		
<b>C. Decreases</b>		
C.1 transfers to performing exposures not subject to forbearance measures	X	
C.2 outflows towards forborne performing exposures		X
C.3 outflows towards non-performing forborne exposures	X	
C.4 write-offs		
C.5 collections		
C.6 collections from disposals		
C.7 losses on disposal		
C.8 other decreases	7	
<b>D. Final gross exposure</b>	<b>922</b>	
- of which: assets sold but not derecognized		



A.1.11 On-statement of financial position impaired credit exposure to customers: trend of total value adjustments

(Values in thousand euros)

Descriptions/Categories	Non-performing loans		Unlikely-to-pay positions		Impaired past due exposures	
	Total	of which: forborne exposures	Total	of which: forborne exposures	Total	of which: forborne exposures
<b>A. Total opening adjustments</b>	<b>3,285</b>		<b>695</b>	<b>533</b>	<b>19</b>	
- of which: assets sold but not derecognized						
<b>B. Increases</b>						
B.1 adjustments to purchased or originated credit impaired assets						
B.2 other adjustments	97					
B.3 losses on disposal						
B.4 transfers from other categories of impaired exposures						
B.5 contractual modifications without derecognition						
B.6 other increases	18		88		308	
<b>C. Decreases</b>						
C.1 fair value gains						
C.2 impairment gains from collection	27				6	
C.3 gains on disposal						
C.4 write-offs						
C.5 transfers to other categories of impaired exposures						
C.6 contractual modifications without derecognition						
C.7 other decreases	1,283		8	2	3	
<b>D. Total final adjustments</b>	<b>2,090</b>		<b>774</b>	<b>531</b>	<b>318</b>	
- of which: assets sold but not derecognized						

## A.2 Classification of financial assets, of loan commitments to disburse funds and financial guarantees issued on the basis of external and internal ratings

A.2.1 Distribution of financial assets, loan commitments to disburse funds and financial guarantees issued: by classes of external ratings (gross values)

(Values in thousand euros)

Exposures	External rating classes						No rating	Total
	Class 1	Class 2	Class 3	Class 4	Class 5	Class 6		
<b>A. Financial assets measured at amortized cost</b>	<b>30,208</b>	<b>251,884</b>	<b>9,149,291</b>	<b>126,288</b>			<b>2,173,489</b>	<b>11,731,161</b>
- Stage one	28,191	225,959	8,056,834	89,667			2,145,340	10,545,991
- Stage two	2,017	25,926	844,989	36,621			20,454	930,007
- Stage three			241,789				7,694	249,484
- Purchased or originated credit impaired			5,678					5,678
<b>B. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income</b>								
- Stage one								
- Stage two								
- Stage three								
- Purchased or originated credit impaired								
<b>C. Financial assets held for sale</b>								
- Stage one								
- Stage two								
- Stage three								
- Purchased or originated credit impaired								
<b>Total (A+B+C)</b>	<b>30,208</b>	<b>251,884</b>	<b>9,149,291</b>	<b>126,288</b>			<b>2,173,489</b>	<b>11,731,161</b>
<b>D. Loan commitments and financial guarantees issued</b>								
- Stage one								
- Stage two								
- Stage three								
- Purchased or originated credit impaired								
<b>Total D</b>								
<b>Total (A+B+C+D)</b>	<b>30,208</b>	<b>251,884</b>	<b>9,149,291</b>	<b>126,288</b>			<b>2,173,489</b>	<b>11,731,161</b>

The ratings supplied by the rating agency DBRS (the reference ECAI) were used to assign credit quality ratings to the public debtors. A reconciliation between the risk classes and the ratings supplied by DBRS is provided below.

Credit quality class	ECAI
	<b>DBRS Ratings Limited</b>
1	from AAA to AAL
2	from AH to AL
3	from BBBH to BBBL
4	from BBH to BBL
5	from BH to BL
6	CCC

For rated private debtors, the ratings provided by S&P Global Ratings were used. A reconciliation between the risk classes and the ratings supplied by DBRS is provided below.

Credit quality class	ECAI
	<b>S&amp;P Global Ratings</b>
1	≥ AA-
2	between A+ and A-
3	between BBB+ and BBB-
4	between BB+ and BB-
5	between B+ and B-
6	≤ CCC+

**A.3 Breakdown of guaranteed credit exposures by guarantee type***A.3.1 Guaranteed on- and off-balance sheet credit exposures to banks*

	Gross exposure	Net exposure	Collateral (1)			
			Real estate - mortgages	Finance lease properties	Securities	Other collateral
<b>1. Guaranteed On-statement of financial position credit exposures:</b>	<b>183,995</b>	<b>183,994</b>			<b>181,972</b>	
1.1 totally secured	183,995	183,994			181,972	
- of which impaired						
1.2 partially secured						
- of which impaired						
<b>2. Guaranteed "Off-statement of financial position" credit exposures:</b>						
2.1 totally secured						
- of which impaired						
2.2 partially secured						
- of which impaired						

(Values in thousand euros)

Personal guarantees (2)							Total (1)+(2)		
Credit link notes	Credit derivatives				Endorsement credits				
	Other derivatives				Public administrations	Banks		Other financial companies	Other entities
	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities					
							181,972		
							181,972		

### A.3.2 Guaranteed on- and off-statement of financial position credit exposures to customers

	Gross exposure	Net exposure	Collateral (1)			
			Real estate - mortgages	Real estate - Loans for leases	Securities	Other collateral
<b>1. Guaranteed On-statement of financial position credit exposures:</b>	<b>68,090</b>	<b>68,004</b>	<b>98</b>		<b>66,488</b>	
1.1 totally secured	68,090	68,004	98		66,488	
- of which impaired	182	98	98			
1.2 partially secured						
- of which impaired						
<b>2. Guaranteed Off-statement of financial position credit exposures:</b>	<b>1,884</b>	<b>1,884</b>			<b>1,884</b>	
2.1 totally secured	1,884	1,884			1,884	
- of which impaired						
2.2 partially secured						
- of which impaired						

(Values in thousand euros)

Personal guarantees (2)							Total (1)+(2)	
Credit derivatives				Endorsement credits				
Credit link notes	Other derivatives			Public administrations	Banks	Other financial companies	Other entities	
	Central counterparties	Banks	Other financial companies					
							9	66,594
							9	66,594
								98
								1,884
								1,884

## B. Breakdown and concentration of credit exposures

### B.1 Distribution by sector of on- and off-statement of financial position credit exposures to customers

(Values in thousand euros)

Exposures/To counterparties	General governments		Financial companies		Financial companies (of which: insurance companies)			Non-financial companies		Households	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>											
A.1 Non-performing loans	79,861	427					82	596	329	1,066	
- of which: forborne exposures											
A.2 Unlikely to pay			391	531			427	243			
- of which: forborne exposures			391	531							
A.3 Impaired past due exposures	166,892	288					2,239	22	1,760	8	
- of which: forborne exposures											
A.4 Performing exposures	8,831,924	1,010	1,997,982	315			117,572	99	48,869	14	
- of which: forborne exposures											
<b>Total (A)</b>	<b>9,078,677</b>	<b>1,726</b>	<b>1,998,374</b>	<b>846</b>			<b>120,320</b>	<b>960</b>	<b>50,957</b>	<b>1,089</b>	
<b>B. Off-statement of financial position credit exposures</b>											
B.1 Impaired exposures											
B.2 Performing exposures			920,021	209			68,853	16			
<b>Total (B)</b>			<b>920,021</b>	<b>209</b>			<b>68,853</b>				
<b>Total (A+B) 12.31.2022</b>	<b>9,078,677</b>	<b>1,726</b>	<b>2,918,395</b>	<b>1,055</b>			<b>189,173</b>	<b>960</b>	<b>50,957</b>	<b>1,089</b>	
<b>Total (A+B) 12.31.2021</b>	<b>7,967,901</b>	<b>1,302</b>	<b>3,488,950</b>	<b>2,504</b>			<b>100,988</b>	<b>751</b>	<b>36,062</b>	<b>1,274</b>	



## B.2 Territorial distribution of on- and off-statement of financial position credit exposures to customers

(Values in thousand euros)

Exposures/Geographic areas	Italy		Other European countries		The Americas		Asia		Rest of the World	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>										
A.1 Non-performing loans	80,271	2,090								
A.2 Unlikely to pay	819	774								
A.3 Impaired past due exposures	170,782	317	107	2						
A.4 Performing exposures	9,127,791	1,117	1,868,556	321						
<b>Total (A)</b>	<b>9,379,664</b>	<b>4,298</b>	<b>1,868,663</b>	<b>323</b>						
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>										
B.1 Impaired exposures										
B.2 Performing exposures	424,791	225	564,084	1						
<b>Total (B)</b>	<b>424,791</b>	<b>225</b>	<b>564,084</b>	<b>1</b>						
<b>Total (A+B) 12.31.2022</b>	<b>9,804,454</b>	<b>4,522</b>	<b>2,432,747</b>	<b>324</b>						
<b>Total (A+B) 12.31.2021</b>	<b>9,093,248</b>	<b>5,187</b>	<b>2,368,232</b>	<b>612</b>	<b>132,417</b>	<b>32</b>				

(Values in thousand euros)

Exposures/Geographic areas	Northwest Italy		Northeast Italy		Central Italy		Southern Italy and Islands			
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments		
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>										
A.1 Non-performing loans			415	629	196	31	2,301	1,148	77,360	282
A.2 Unlikely to pay			391	563			330	159	97	52
A.3 Impaired past due exposures			2,885	16	8,376	2	24,864	82	134,658	217
A.4 Performing exposures			247,133	56	186,601	9	7,634,815	893	1,059,244	159
<b>Total (A)</b>			<b>250,824</b>	<b>1,265</b>	<b>195,173</b>	<b>41</b>	<b>7,662,310</b>	<b>2,282</b>	<b>1,271,359</b>	<b>710</b>
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>										
B.1 Impaired exposures										
B.2 Performing exposures			310,518	190	26,482	18	87,791	17		
<b>Total (B)</b>			<b>310,518</b>	<b>190</b>	<b>26,482</b>	<b>18</b>	<b>87,791</b>	<b>17</b>		
<b>Total (A+B) 12.31.2022</b>			<b>561,342</b>	<b>1,454</b>	<b>221,655</b>	<b>60</b>	<b>7,750,101</b>	<b>2,299</b>	<b>1,271,359</b>	<b>710</b>
<b>Total (A+B) 12.31.2021</b>			<b>1,269,253</b>	<b>2,451</b>	<b>153,568</b>	<b>43</b>	<b>6,667,217</b>	<b>2,170</b>	<b>1,003,209</b>	<b>523</b>

### B.3 Territorial distribution of on- and off-statement of financial position credit exposures to banks

(Values in thousand euros)

Exposures/Geographic areas	Italy		Other European countries		The Americas		Asia		Rest of the World	
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>										
A.1 Non-performing loans										
A.2 Unlikely to pay										
A.3 Impaired past due exposures										
A.4 Performing exposures	985,947	15	110,954	17	4,507		564			
<b>Total (A)</b>	<b>985,947</b>	<b>15</b>	<b>110,954</b>	<b>17</b>	<b>4,507</b>		<b>564</b>			
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>										
B.1 Impaired exposures										
B.2 Performing exposures	10		194							
<b>Total (B)</b>	<b>10</b>		<b>194</b>							
<b>Total (A+B) 12.31.2022</b>	<b>985,956</b>	<b>15</b>	<b>111,148</b>	<b>17</b>	<b>4,507</b>		<b>564</b>			
<b>Total (A+B) 12.31.2021</b>	<b>794,313</b>	<b>30</b>	<b>145,744</b>	<b>61</b>	<b>10,466</b>	<b>2</b>	<b>512</b>			

(Values in thousand euros)

Exposures/Geographic areas	Northwest Italy		Northeast Italy		Central Italy		Southern Italy and Islands			
	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments	Net exposure	Total adjustments		
<b>A. On-statement of financial position credit exposures</b>										
A.1 Non-performing loans										
A.2 Unlikely to pay										
A.3 Impaired past due exposures										
A.4 Performing exposures			70,634	4	64,076	4	832,096	5	19,141	2
<b>Total A</b>			<b>70,634</b>	<b>4</b>	<b>64,076</b>	<b>4</b>	<b>832,096</b>	<b>5</b>	<b>19,141</b>	<b>2</b>
<b>B. Off-statement of financial position exposures</b>										
B.1 Impaired exposures										
B.2 Performing exposures			10							
<b>Total B</b>			<b>10</b>							
<b>Total (A+B) 12.31.2022</b>			<b>70,643</b>	<b>4</b>	<b>64,076</b>	<b>4</b>	<b>832,096</b>	<b>5</b>	<b>19,141</b>	<b>2</b>
<b>Total (A+B) 12.31.2021</b>			<b>98,150</b>	<b>9</b>	<b>38,577</b>	<b>4</b>	<b>644,573</b>	<b>14</b>	<b>13,012</b>	<b>3</b>

### B.4 Large exposures

At December 31, 2022 there were 7 "large exposures", i.e. exposures equal to or higher than 10% of eligible capital. The nominal (unweighted) amount of these positions was €15,121,624 thousand, while the weighted amount was €125,616 thousand.

## E. Disposal transactions

### A. Financial assets sold and partially derecognized

#### Qualitative information

##### E.1 Financial assets sold and fully recognized and associated financial liabilities: carrying amounts

(Values in thousand euros)

	Financial assets sold and fully recognized				Associated financial liabilities		
	Carrying Amount	of which: subject to securitization transactions	of which: subject to sale agreements with repurchase clause	of which impaired	Carrying Amount	of which: subject to securitization transactions	of which: subject to sale agreements with repurchase clause
<b>A. Financial assets held for trading</b>							
1. Debt securities				X			
2. Equity securities				X			
3. Loans				X			
4. Derivatives				X			
<b>B. Other financial assets subject to mandatory fair value measurement</b>							
1. Debt securities							
2. Equity securities				X			
3. Loans							
<b>C. Financial assets at fair value</b>							
1. Debt securities							
2. Loans							
<b>D. Financial assets measured at fair value through other comprehensive income</b>							
1. Debt securities							
2. Equity securities				X			
3. Loans							
<b>E. Financial assets measured at amortized cost</b>	<b>4,382,848</b>		<b>4,382,848</b>		<b>4,221,778</b>		<b>4,221,778</b>
1. Debt securities	4,382,848		4,382,848		4,221,778		4,221,778
2. Loans							
<b>Total (12.31.2022)</b>	<b>4,382,848</b>		<b>4,382,848</b>		<b>4,221,778</b>		<b>4,221,778</b>
<b>Total (12.31.2021)</b>	<b>1,070,465</b>		<b>1,070,465</b>		<b>1,070,721</b>		<b>1,070,721</b>

## Section 2 - Market Risks

### 2.1 Interest rate risk and price risk - regulatory trading portfolio

#### Qualitative information

#### A. General aspects

##### Impacts of the COVID-19 pandemic

In light of BFF Bank's business model and the nature of its counterparties, the COVID-19 epidemic did not entail a change to the objectives and management strategy or to the systems for measuring and controlling risks.

#### Quantitative information

### 1. Regulatory trading portfolio: distribution by maturity (repricing date) of on-statement of financial position financial assets and liabilities and financial derivatives

(Values in thousand euros)

Type/Unexpired term	On demand	Up to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 year to 10 years	More than 10 years	Indefinite duration
<b>1. On-statement of financial position assets</b>				1	1	3		
1.1 Debt securities				1	1	3		
- with option of advance repayment								
- others				1	1	3		
1.2 Other assets								
<b>2. On-statement of financial position liabilities</b>								
2.1 Repurchase agreements - payable								
2.2 Other liabilities								
<b>3. Financial derivatives</b>								
3.1 With underlying security								
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives								
+ long positions								
+ short positions								
3.2 Without underlying security								
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives								
+ long positions								
+ short positions								

## 2. Regulatory trading portfolio: distribution of exposures to equity securities and stock indices by the main listing market countries

(Values in thousand euros)

Transaction type/Listing index	Listed		Unlisted
	Italy	Others	
<b>A. Equity securities</b>	<b>1</b>		
- long positions	1		
- short positions			
<b>B. Sales not yet settled on equity securities</b>			
- long positions			
- short positions			
<b>C. Other derivatives on equity securities</b>			
- long positions			
- short positions			
<b>D. Derivatives on stock indices</b>			
- long positions			
- short positions			

### 2.2 Interest rate risk and price risk - banking book

#### Qualitative information

#### A. General aspects, management processes and measurement methods for interest rate risk and price risk

Banking portfolio interest rate risk is the risk of a decrease in the value of the portfolio due to potential changes in interest rates. The main source of this type of interest rate risk is repricing risk, i.e. the risk deriving from time mismatches between the maturity and repricing of assets and liabilities, the main aspects of which are:

- ▶ yield curve risk, the risk deriving from the exposure of the Bank's positions to changes in the slopes and shape of the yield curve;
- ▶ basis risk, risk deriving from the imperfect correlation in changes in the rates payable and receivable on different instruments that may also have similar repricing characteristics.

Exposure to interest rate risk is expressed from two different perspectives: volatility of economic value and volatility of profits (and, in particular, the interest margin).

Specifically:

- ▶ measurement in terms of economic value makes it possible to quantify the long-term effects of changes in interest rates. Indeed, this measurement fully expresses the effects of the above-mentioned change on items sensitive to shifts in interest rates and, therefore, provides indications functional to the strategic decisions and levels of capitalization deemed adequate over a long-term time horizon;
- ▶ measurement in terms of economic performance makes it possible to quantify the short-term effects on the

Bank's interest margin deriving from changes in interest rates and, as a result, on capital adequacy.

The Bank therefore performs the following measurements:

- ▶ *shift sensitivity* by classifying items sensitive to the changes in interest rates in time bands, on the basis of repricing dates for items at an index-linked rate and the maturity date for fixed-rate items. In order to quantify the exposure to interest rate risk, assets and liabilities are multiplied by weighting factors, obtained as the product of a hypothetical variation in rates and an approximation of the modified duration for each single period. This measurement is performed at least quarterly. Through shift sensitivity, an estimate is determined of the change in the present value of capital in simplified form, by adopting the methodology established by the supervisory regulations. In this regard, it is specified that this measurement is referred to for the monitoring of internal capital to be held to cover interest rate risk;
- ▶ The change in the interest rate over a time span equal to the subsequent 12 months and 3 years, respectively, following an assumed change in the interest rate curve (the shocks applied are the same as those used for the change in economic value). This measurement is performed at least quarterly, adopting the simplified methodology established by the provisions, with the exception of the treatment of on demand items, which are measured with a more complex methodology that takes into account the actual repricing of the individual items.

Note that the exposure to interest rate risk expressed in terms of economic value sensitivity is measured with respect to the banking portfolio assets and liabilities (this therefore excludes positions in the trading portfolio - Other).

This method is applied based on the annual changes in interest rates on a daily basis, recorded during an observation period of six years, considering alternatively the 1st percentile (decrease) or the 99th percentile (increase), as laid out in Bank of Italy Circular 285/2013 as updated. Internal capital is determined by the worst-case result obtained between the two 1st/99th percentile scenarios.

The Bank also measures the exposure to interest rate risk using additional interest rate shock scenarios. Specifically:

- ▶ the parallel  $\pm$  200 bps scenarios, for the determination of the risk index, given by the "interest rate risk exposure/own funds" ratio;
- ▶ the six interest rate shock scenarios required by the EBA Guidelines, used to calculate internal capital under stress and to determine the operating limit defined by the "interest rate risk exposure/Tier 1" ratio. To respect the limit, the scenario with the worst result is considered.

The parent relies on the option provided by the regulatory updates of Circular 285/2013 with respect to the refinement of the simplified methodologies as regards payable on demand items resulting from Transaction Services activities, while for receivable on demand items, what is set forth in regulations is applied (therefore, they are all classified in the "on demand" segment). The behavioral models used take into account the identification of the core share of funding, or the amount that could represent a stable source of funding despite the short contractual duration, even in the presence of significant changes in the interest rate context. As regards factoring loans, on the other hand, a forecast collection curve is applied.

## Quantitative information

### 1. Banking book: distribution by maturity (repricing date) of on-statement of financial position financial assets and liabilities and financial derivatives

Currency of denomination: EUROS

(Values in thousand euros)

	On demand	Up to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 year to 10 years	More than 10 years	Indefinite duration
<b>1. On-statement of financial position assets</b>	<b>3,913,203</b>	<b>2,009,700</b>	<b>4,367,091</b>	<b>109,555</b>	<b>661,853</b>	<b>524,060</b>		
1.1 Debt securities		660,460	4,305,294	99,560	620,127	443,788		
- with option of advance repayment								
- others		660,460	4,305,294	99,560	620,127	443,788		
1.2 Loans and receivables with banks	614,864	445,879						
1.3 Loans and receivables with customers	3,298,339	903,361	61,797	9,995	41,727	80,271		
- current account	29,054							
- other loans	3,269,285	903,361	61,797	9,995	41,727	80,271		
- with option of advance repayment		43	33	36	61			
- others	3,269,285	903,318	61,765	9,959	41,666	80,271		
<b>2. On-statement of financial position liabilities</b>	<b>4,550,994</b>	<b>5,055,916</b>	<b>477,642</b>	<b>171,696</b>	<b>104,537</b>	<b>2,899</b>		
2.1 Amounts due to customers	3,897,587	4,630,331	438,666	171,696	104,537	2,899		
- current account	3,675,339	188,596	438,222	170,844	99,190			
- other payables	222,248	4,441,735	444	852	5,347	2,899		
- with option of advance repayment								
- others	222,248	4,441,735	444	852	5,347	2,899		
2.2 Amounts due to banks	653,407	425,586						
- current account	633,806							
- other payables	19,601	425,586						
2.3 Debt securities			38,976					
- with option of advance repayment								
- others			38,976					

(CONT'D)

Currency of denomination: EUROS

(Values in thousand euros)

	On demand	Up to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 year to 10 years	More than 10 years	Indefinite duration
2.4 Other liabilities								
- with option of advance repayment								
- others								
<b>3. Financial derivatives</b>		<b>938,764</b>						
3.1 With underlying security								
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives								
+ long positions								
+ short positions								
3.2 Without underlying security		938,764						
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives		938,764						
+ long positions		427,425						
+ short positions		511,339						
<b>4. Other off-statement of financial position transactions</b>	<b>9,689,628</b>	<b>9,689,628</b>						
+ long positions	9,687,743	1,884						
+ short positions	1,884	9,687,743						

(CONT'D)



Currency of denomination: OTHERS

(Values in thousand euros)

Type/Unexpired term	On demand	Up to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 year to 10 years	More than 10 years	Indefinite duration
<b>1. On-statement of financial position assets</b>	<b>57,271</b>	<b>707,567</b>						
1.1 Debt securities								
- with option of advance repayment								
- others								
1.2 Loans and receivables with banks	41,229							
1.3 Loans and receivables with customers	16,042	707,567						
- current account	2,323							
- other loans	13,719	707,567						
- with option of advance repayment								
- others	13,719	707,567						
<b>2. On-statement of financial position liabilities</b>	<b>553,753</b>	<b>271,032</b>	<b>58,760</b>	<b>13,599</b>	<b>15,115</b>			
2.1 Amounts due to customers	467,189	271,032	58,760	13,599	15,115			
- current account	467,189	271,032	58,760	13,599	15,115			
- other payables								
- with option of advance repayment								
- others								
2.2 Amounts due to banks	86,564							
- current account	86,564							
- other payables								
2.3 Debt securities								
- with option of advance repayment								
- others								
2.4 Other liabilities								
- with option of advance repayment								
- others								

Currency of denomination: OTHERS

(Values in thousand euros)

Type/Unexpired term	On demand	Up to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 year to 10 years	More than 10 years	Indefinite duration
<b>3. Financial derivatives</b>		<b>955,372</b>						
3.1 With underlying security								
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives								
+ long positions								
+ short positions								
3.2 Without underlying security		<b>955,372</b>						
- Options								
+ long positions								
+ short positions								
- Other derivatives		<b>955,372</b>						
+ long positions		<b>511,904</b>						
+ short positions		<b>443,468</b>						
<b>4. Other off-statement of financial position transactions</b>								
+ long positions								
+ short positions								

## 2.3 Currency risk

### Qualitative information

#### A. General aspects, management processes and measurement methods for currency risk

Exposure to currency risk - determined on the basis of the net foreign exchange position using a method based on the supervisory regulations - is monitored in real time by the Finance and Administration Department and managed in compliance with the limits established by specific internal rules.

Positions exposed to currency risk may only be maintained within very limited limits of maximum overall exposure, as well as for single currency and RA.

At December 31, 2022, hedging liabilities realized through derivative instruments amounted to €14.3 million, relating to the main currencies in which the parent's funding and lending are expressed.

## B. Currency risk hedging

Exchange rate risk is mitigated by making recourse to linear derivative instruments lacking optional components, such as currency swaps, which allow the Bank to perform optimized management of its equity investments and loans provided in currencies other than the euro in which the Bank operates, also through its subsidiaries.

### Quantitative information

The portfolio the parent's assets is expressed in currencies other than the euro; as a result a methodology for the measurement and management of this risk has been adopted. Currency risk is monitored by the Risk Management Function, in line with the requirements of European regulations (EU Regulation No. 575/2013 - CRR).

### 1. Breakdown by currency of assets, liabilities and derivatives

(Values in thousand euros)

Items	Currencies					
	US Dollar	Pounds	Yen	Canadian Dollar	Swiss francs	Other currencies
<b>A. Financial assets</b>	<b>18,247</b>	<b>5,542</b>	<b>836</b>	<b>999</b>	<b>752</b>	<b>827,096</b>
A.1 Debt instruments						
A.2 Equity instruments	1,379					87,254
A.3 Loans and receivables with banks	16,505	3,919	836	999	752	18,219
A.4 Loans and receivables with customers	363	1,623				721,622
A.5 Other financial assets						
<b>B. Other assets</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>16</b>
<b>C. Financial liabilities</b>	<b>277,911</b>	<b>63,589</b>	<b>68,190</b>	<b>25,720</b>	<b>31,198</b>	<b>445,652</b>
C.1 Amounts due to banks	42,941	12,574	1,739	4,956	9,854	14,499
C.2 Deposits from customers	234,970	51,015	66,451	20,764	21,343	431,152
C.3 Debt instruments						
C.4 Other financial liabilities						
<b>D. Other liabilities</b>		<b>4</b>				
<b>E. Financial derivatives</b>	<b>264,067</b>	<b>60,418</b>	<b>80,311</b>	<b>25,021</b>	<b>30,493</b>	<b>495,061</b>
- Options						
+ Long positions						
+ Short positions						
- Other derivatives	264,067	60,418	80,311	25,021	30,493	495,061
+ Long positions	263,137	59,469	73,836	25,021	30,474	59,966
+ Short positions	929	948	6,475		20	435,095
<b>Total assets</b>	<b>281,386</b>	<b>65,015</b>	<b>74,673</b>	<b>26,031</b>	<b>31,228</b>	<b>887,078</b>
<b>Total liabilities</b>	<b>278,840</b>	<b>64,542</b>	<b>74,665</b>	<b>25,720</b>	<b>31,217</b>	<b>880,747</b>
<b>Difference (+/-)</b>	<b>2,546</b>	<b>473</b>	<b>7</b>	<b>311</b>	<b>11</b>	<b>6,331</b>

## Section 3 - Derivative instruments and hedging policies

### 4.1 Trading derivatives

#### A. Financial derivatives

##### A.1 Trading financial derivatives: notional end-of-period values

Transactions carried out primarily through recourse to currency swaps are carried out by the Bank to optimize the management of liquidity deriving from funding expressed in a currency other than the euro and are functional to the activity with which the parent manages the currency risk deriving from the investment in Polish zloty held in BFF Polska Group and the loans expressed in a currency other than the euro, and particularly those in Polish zloty, Czech koruna and Croatian kuna. Note that BFF Bank does not hold innovative or complex financial products, so the parent makes recourse to linear instruments lacking optional components such as currency swaps.

(Values in thousand euros)

Underlying assets/Derivative types	12.31.2022			12.31.2021		
	Over the counter		Organized markets	Over the counter		Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties		Central counterparties	Without central counterparties	
		With netting agreements	Without netting agreements		With netting agreements	Without netting agreements
<b>1. Debt securities and interest rates</b>						
a) Options						
b) Swaps						
c) Forwards						
d) Futures						
e) Others						
<b>2. Equity securities and stock indices</b>			12		12	
a) Options			12		12	
b) Swaps						
c) Forwards						
d) Futures						
e) Others						
<b>3. Currency and gold</b>			389,958		935,711	
a) Options						
b) Swaps						
c) Forwards			389,958		935,711	
d) Futures						
e) Others						
<b>4. Commodities</b>						
<b>5. Others</b>						
<b>Total</b>	-	-	389,970	-	935,723	-

## A.2 Trading financial derivatives: positive and negative gross fair value - breakdown by products

(Values in thousand euros)

Derivative types	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	Over the counter		Organized markets	Over the counter		Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties		Central counterparties	Without central counterparties	
		With netting agreements	Without netting agreements		With netting agreements	Without netting agreements
<b>1. Positive fair value</b>						
a) Options						
b) Interest rate swaps						
c) Cross currency swaps						
d) Equity swaps						
e) Forwards			204			4,086
<b>f) Futures</b>						
g) Others						
<b>Total</b>			<b>204</b>			<b>4,086</b>
<b>2. Negative fair value</b>						
a) Options						
b) Interest rate swaps						
c) Cross currency swaps						
d) Equity swaps						
e) Forwards			950			2,725
<b>f) Futures</b>						
g) Others						
<b>Total</b>			<b>950</b>			<b>2,725</b>

### A.3 OTC trading financial derivatives - notional values, positive and negative gross fair value by counterparties

(Values in thousand euros)

Underlying assets	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities
<b>Contracts not falling under netting agreements</b>				
<b>1) Debt securities and interest rates</b>				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>2) Equity securities and stock indices</b>				
- notional value	X	12		
- positive fair value	X	12		
- negative fair value	X			
<b>3) Currency and gold</b>				
- notional value	X	391,111		
- positive fair value	X	389,958		
- negative fair value	X	204		
<b>4) Commodities</b>				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>5) Others</b>				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
Contracts falling under netting agreements				
<b>1) Debt securities and interest rates</b>				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			

(Values in thousand euros)

Underlying assets	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities
<b>2) Equity securities and stock indices</b>				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>3) Currency and gold</b>				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>4) Commodities</b>				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>5) Others</b>				
- notional value	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			

#### A.4 Residual life of OTC financial derivatives: notional values

(Values in thousand euros)

Underlying asset/Residual Life	Up to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Total
A.1 Financial derivatives on debt securities and interest rates				
A.2 Financial derivatives on equity securities and stock indices		12		12
A.3 Financial derivatives on currencies and gold	389,958			389,958
A.4 Financial derivatives on commodities				
A.5 Other financial derivatives				
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>389,958</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>389,970</b>
<b>Total 12.31.2021</b>	<b>935,723</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>935,723</b>

### 1.3.2 Accounting hedges

#### Qualitative information

The parent operates in hedging derivatives through linear instruments lacking optional components, such as currency swaps, which make it possible to guarantee optimized management of equity investments and loans provided in currencies other than the euro in which the Bank operates, also through its subsidiaries, financed through intra-group finance solutions in currencies such as the zloty and the Czech koruna.

#### Quantitative information

### A. Financial derivatives held for hedging

#### A.1 Financial derivatives held for hedging: notional end-of-period amounts

(Values in thousand euros)

Underlying assets/Derivative types	Total 12.31.2022				Total 12.31.2021			
	Over the counter			Organized markets	Over the counter			Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties			Central counterparties	Without central counterparties		
		With netting agreements	Without netting agreements	With netting agreements		Without netting agreements		
<b>1. Debt securities and interest rates</b>								
a) Options								
b) Swaps								
c) Forwards								
d) Futures								
e) Others								
<b>2. Equity securities and stock indices</b>								
a) Options								
b) Swaps								
c) Forwards								
d) Futures								
e) Others								
<b>3. Currency and gold</b>			255,298				688,908	
a) Options								
b) Swaps								
c) Forwards			255,298				688,908	
d) Futures								
e) Others								
<b>4. Commodities</b>								
<b>5. Other underlying</b>								
<b>Total</b>	-	-	255,298	-	-	-	688,908	-



## A.2 Hedging financial derivatives: positive and negative gross fair value - breakdown by products

(Values in thousand euros)

Derivative types	Total 12.31.2022			Total 12.31.2021		
	Over the counter		Organized markets	Over the counter		Organized markets
	Central counterparties	Without central counterparties		Central counterparties	Without central counterparties	
		With netting agreements	Without netting agreements		With netting agreements	Without netting agreements
<b>1. Positive fair value</b>						
a) Options						
b) Interest rate swaps						
c) Cross currency swaps						
d) Equity swaps						
e) Forwards						13
f) Futures						
g) Others						
<b>Total</b>						<b>13</b>
<b>1. Negative fair value</b>						
a) Options						
b) Interest rate swaps						
c) Cross currency swaps						
d) Equity swaps						
e) Forwards					14,314	4,814
f) Futures						
g) Others						
<b>Total</b>					<b>14,314</b>	<b>4,814</b>

### A.3 OTC hedging financial derivatives: notional amounts, positive and negative gross fair value by counterparties

(Values in thousand euros)

Underlying assets	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities
Contracts not falling under netting agreements				
<b>1) Debt securities and interest rates</b>				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>2) Equity securities and stock indices</b>				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>3) Currency and gold</b>				
- notional amount	X	255,298		
- positive fair value	X			
- negative fair value	X	14,314		
<b>4) Commodities</b>				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>5) Others</b>				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
Contracts falling under netting agreements				
<b>1) Debt securities and interest rates</b>				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>2) Equity securities and stock indices</b>				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>3) Currency and gold</b>				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			

(CONT'D)

(Values in thousand euros)

Underlying assets	Central counterparties	Banks	Other financial companies	Other entities
<b>4) Commodities</b>				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			
<b>5) Others</b>				
- notional amount	X			
- positive fair value	X			
- negative fair value	X			

#### A.4 Residual life of OTC hedging financial derivatives: notional values

(Values in thousand euros)

Underlying asset/Residual Life	Up to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Total
A.1 Financial derivatives on debt securities and interest rates				
A.2 Financial derivatives on equity securities and stock indices				
A.3 Financial derivatives on currencies and gold	255,298			255,298
A.4 Financial derivatives on commodities				
A.5 Other financial derivatives				
<b>Total 12.31.2022</b>	<b>255,298</b>			<b>255,298</b>
<b>Total 12.31.2021</b>	<b>688,908</b>			<b>688,908</b>

## Section 4 - Liquidity risk

### Qualitative information

#### A. General aspects, management processes and measurement methods for liquidity risk

Liquidity risk is defined as the risk that the parent will be unable to meet its obligations at maturity and/or that it will have to bear non-market financing costs in relation to an unbalanced net financial position due to the inability to raise funds or due to the presence of limits on the disposal of assets, forcing the parent to slow or halt the development of its business, or sustain excessive funding costs to meet its obligations, with significant negative impacts on the profitability of its activities.

In defining liquidity risk, a distinction is drawn between short-term ("liquidity risk") and long-term ("funding risk" or "structural liquidity risk") risks:

- ▶ "liquidity risk", the current or potential risk that the entity is incapable of effectively managing its liquidity requirements in the short term;
- ▶ "funding risk", the risk that the entity does not have stable sources of funds in the medium and long term, with the resulting current or potential risk of not being able to meet its financial obligations, without an excessive increase in funding costs.

As required by the provisions of the prudential supervision regulation issued by the Bank of Italy, the parent adopted a Bank Risk Management Policy and a Bank Treasury and Finance Regulation, with a view to monitoring liquidity risk, and identifying the governance and control principles and the organizational units responsible for the operational and structural management of liquidity risk.

The governance policy, described in the "Bank Liquidity Risk Management Policy", which incorporates the latest regulatory updates (see Bank of Italy Circular 285/2013), is approved by the Board of Directors and defined in a manner consistent with:

- ▶ the parent's strategic objectives;
- ▶ the risk/reward objectives defined in the Risk Appetite Framework;
- ▶ the monitoring processes and strategies to be adopted in the event of a state of tension or liquidity crisis, as defined in the "Contingency Funding Plan" document.

What is set forth in the above-mentioned "Bank Liquidity Risk Management Policy" is consistent with what is set forth in the "Bank Risk Management Policy", in which the scopes and responsibilities of the company structures are set forth in detail at global level for all risks, including liquidity risk.

As part of the Risk Appetite Framework specific liquidity metrics have been defined, both regulatory, Liquidity Coverage Ratio - LCR and Net Stable Funding Ratio - NSFR, and internal, "minimum cumulative balance on total assets", calculated as the lowest weekly value in the quarter of reference of the ratio of the minimum cumulative balance recorded in the time periods within one month to the total assets of the last available group, in order to better represent the parent's operational reality.

To ensure the implementation of the liquidity risk management and control processes, the Bank adopted a governance model based on the following principles:

- ▶ Separation of processes for the management of liquidity and processes for the control of liquidity risk;
- ▶ Development of processes to manage and control liquidity risk, consistent with the hierarchical structure and through a process for the delegation of powers;
- ▶ Sharing of decisions and clear responsibilities among management, control and operational bodies;
- ▶ Making liquidity risk management and monitoring processes consistent with prudential supervisory requirements.

The liquidity management process (liquidity management and control of the relevant risks) of the BFF Group is centralized in the Parent. In this governance model, the Parent defines the Group strategy and the guidelines that must be applied to the subsidiaries, at the same time ensuring the management and control of the liquidity position at consolidated level. The subsidiaries participate in liquidity management and risk control with the local functions, each taking into account the specific nature of its core business, but always in compliance with the guidelines defined by the Parent. The operational and structural liquidity risk governance and management

system is based on the general principles that all Group companies must pursue, aligned with the indications of the Supervisory Authority.

Liquidity risk also includes the intraday risk deriving from the temporal mismatch between outflows (settled at daily cut-offs or when orders are received from customers) and inflows (settled at different intraday cut-offs), which may render it impossible for the Bank to discharge its payment obligations when they are called in due to a temporary lack of funds. To hedge intraday liquidity risk, rules are defined for the maintenance of a minimum portfolio of eligible securities necessary to meet requirements for intraday and periodic refinancing from central banks.

Liquidity monitoring, which is carried out in accordance with the maximum risk tolerance threshold, and therefore also with the nature, objectives and operational complexity of the Bank, aims to ensure the ability to meet expected or unforeseen cash payment commitments.

The parent also conducts liquidity risk stress tests to assess the prospective impacts of stress scenarios on the parent's solvency conditions.

The Risk Management Function identifies the scenarios that may impact the parent's current or forward-looking liquidity risk profile. By way of example, the following different drivers are described, which are taken into consideration in the definition of stress scenarios:

- ▶ market-driven scenarios refer to stress events exogenous to the parent, such as situations of uncertainty in the financial and/or political markets that lead to difficulties in accessing the market;
- ▶ bank-specific scenarios, which concern stress events endogenous to the parent typically linked to a reputational loss with possible deterioration of creditworthiness;
- ▶ combined scenarios, or the market and idiosyncratic scenarios developed in a single framework to evaluate the overall effect of stress on the parent.

The parent's liquidity position, which is healthy and constantly monitored, has remained solid thanks to the extensive availability of liquid reserves deriving from funding, so that short- and medium/long-term liquidity indicators - Liquidity Coverage Ratio (LCR) and Net Stable Funding Ratio (NSFR) - show values as at December 31, 2022 of 297.856% and 161.143%, respectively, well above the regulatory limits.

### ***Impacts of the COVID-19 pandemic***

In light of the business model, the COVID-19 epidemic did not entail a change to the objectives and management strategy or to the systems for measuring and controlling risks.

## Quantitative information

### 1. Time breakdown by contractual residual maturity of financial assets and liabilities

Currency of denomination: EUROS

(Values in thousand euros)

Items/Time bands	On demand	More than 1 day to 7 days	More than 7 days to 15 days	More than 15 days to 1 month	More than 1 month to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Indefinite duration
<b>A. On-statement of financial position assets</b>	<b>3,425,501</b>	<b>78,267</b>	<b>168,870</b>	<b>264,824</b>	<b>1,259,209</b>	<b>322,639</b>	<b>372,879</b>	<b>1,818,174</b>	<b>3,377,645</b>	<b>173,636</b>
A.1 Government Securities	44		484		589,084	260,214	362,639	1,769,501	3,281,002	
A.2 Other debt securities								4,500	2	
A.3 Units of UCIs	90,225									
A.4 Loans	3,335,231	78,267	168,387	264,824	670,125	62,425	10,241	44,173	96,641	173,636
- Banks	132,411	40,168	110,382		121,702					173,636
- Customers	3,202,821	38,098	58,005	264,824	548,423	62,425	10,241	44,173	96,641	
<b>B. On-statement of financial position liabilities</b>	<b>5,187,772</b>	<b>4,573,737</b>	<b>3,758</b>	<b>4,569</b>	<b>494,198</b>	<b>483,059</b>	<b>175,502</b>	<b>104,537</b>	<b>2,899</b>	
B.1 Deposits and current accounts	4,307,645	132,447	3,752	4,556	493,771	443,369	174,632	99,190		
- Banks	634,163	128,966			315,265					
- Customers	3,673,482	3,482	3,752	4,556	178,506	443,369	174,632	99,190		
B.2 Debt instruments						39,242				
B.3 Other liabilities	880,127	4,441,290	5	13	428	448	869	5,347	2,899	
<b>C. Off-statement of financial position transactions</b>	<b>9,689,628</b>	<b>10,186,468</b>	<b>161,981</b>	<b>279,943</b>			<b>45</b>			
C.1 Financial derivatives with exchange of capital		496,840	161,981	279,943						
- Long positions		161,789	72,548	193,087						
- Short positions		335,051	89,432	86,857						
C.2 Financial derivatives without exchange of capital										
- Long positions										
- Short positions										
C.3 Deposits and loans to be collected	9,687,743	9,687,743								
- Long positions	9,687,743									
- Short positions		9,687,743								
C.4 Loans commitments	1,884	1,884								
- Long positions		1,884								
- Short positions	1,884									
C.5 Financial guarantees given							45			
C.6 Financial guarantees received										
C.7 Credit derivatives with exchange of capital										
- Long positions										
- Short positions										
C.8 Credit derivatives without exchange of capital										
- Long positions										
- Short positions										

Currency of denomination: OTHER CURRENCIES

(Values in thousand euros)

Items/Time bands	On demand	More than 1 day to 7 days	More than 7 days to 15 days	More than 15 days to 1 month	More than 1 month to 3 months	More than 3 months to 6 months	More than 6 months to 1 year	More than 1 year to 5 years	More than 5 years	Indefinite duration
<b>A. On-statement of financial position assets</b>	<b>39,795</b>		<b>82,465</b>	<b>276,969</b>	<b>349,727</b>					
A.1 Government Securities										
A.2 Other debt securities										
A.3 Units of UCIs										
A.4 Loans	39,795		82,465	276,969	349,727					
- Banks	33,896									
- Customers	5,900		82,465	276,969	349,727					
<b>B. On-statement of financial position liabilities</b>	<b>550,606</b>	<b>32,125</b>	<b>30,795</b>	<b>48,893</b>	<b>163,935</b>	<b>61,173</b>	<b>14,546</b>	<b>15,115</b>		
B.1 Deposits and current accounts	550,606	32,125	30,795	48,893	163,935	61,173	14,546	15,115		
- Banks	86,564									
- Customers	464,042	32,125	30,795	48,893	163,935	61,173	14,546	15,115		
B.2 Debt instruments										
B.3 Other liabilities										
<b>C. Off-statement of financial position transactions</b>	<b>3,742</b>	<b>498,533</b>	<b>165,128</b>	<b>291,711</b>						
C.1 Financial derivatives with exchange of capital		498,533	165,128	291,711						
- Long positions		336,009	89,277	86,618						
- Short positions		162,524	75,850	205,093						
C.2 Financial derivatives without exchange of capital										
- Long positions										
- Short positions										
C.3 Deposits and loans to be collected										
- Long positions										
- Short positions										
C.4 Loan commitments										
- Long positions										
- Short positions										
C.5 Financial guarantees given	3,742									
C.6 Financial guarantees received										
C.7 Credit derivatives with exchange of capital										
- Long positions										
- Short positions										
C.8 Credit derivatives without exchange of capital										
- Long positions										
- Short positions										

## Section 5 - Operational Risks

### *Qualitative information*

#### **A. General aspects, management processes and methods used to measure operational risk**

Operational risk is the risk of incurring a loss due to inadequacy or failures of procedures, human resources and internal systems or as a result of external events. This category includes, amongst other items, losses caused by fraud, human error, business interruption, system failure, breach of contracts and natural disasters; operational risk includes legal risk but excludes strategic and reputational risks.

With regard to the Bank, exposure to this category of risk is generated predominantly by failure in work processes, in organization and governance - human errors, computer software malfunctions, inadequate organization and control measures - as well as by any loss of human resources in key corporate management positions. Exposure to operational risks deriving from external sources appears to be of negligible importance, partly due to the mitigation tools adopted to address such adverse events (such as, by way of example: the business continuity plan, data storage processes, back up tools, insurance policies, etc.).

The process adopted by the Bank to manage and control operational risks is founded on the principle of promoting a corporate culture for managing risk and defining the appropriate standards and incentives with the aim of fostering the adoption of professional and responsible behavior at all operational levels, as well as designing, implementing and managing an integrated system for operational risk management that is adequate in relation to the nature, activities, size and risk profile.

The operational risk assessment model adopted by the parent consists of five stages: (i) identification, (ii) measurement, (iii) monitoring, (iv) management and (v) reporting.

The stage of identifying operational risks involves collecting operational risk information through the consistent, coordinated treatment of all relevant sources of information. The goal is to establish a complete information base. The necessary information is internal loss data accompanied by all information relevant for management purposes and subjective assessments acquired through risk self-assessment and control processes. This information is collected based on specific classification models, designed to ensure a uniform representation of the data. The Identification stage consists of the following processes:

- ▶ Identification of operational risks within company procedures (operational risk map for controls): this activity consists in identifying operational risk through an in-depth analysis of company organizational processes and the mapping of potential risks. The assessment approach is expressed by the process/activity owner - specified within the procedures - through a predominantly qualitative analysis, which allows the identification of the activities at risk, the controls, the level of risk associated with each activity at risk mapped in the operating procedures, and thus the actions to be taken in order to make the process as closely monitored as possible;
- ▶ Loss data collection (LDC): the operational risk measurement and management system defined by the Parent's Risk Management Function also allows the parent to have a database of operational losses generated by risk events (Event Type), useful for identifying risk factors, mitigation actions and retention and transfer strategies, as well as for the possible development over time of internal operational risk measurement systems;
- ▶ Risk Self-Assessment (RSA): the parent performs an annual overall assessment of the level of exposure to Operational Risks using the RSA process. The Risk Self-Assessment (RSA) is an annual self-assessment of the prospective exposure to the operational risk inherent in business processes, aimed at enhancing the



perception of risk by the key figures (Business Experts) who govern the execution of these processes, taking into account the expected evolution of the business and the organizational and control measures already in place;

- ▶ Identification of operational risks related to IT risk: furthermore, on an annual basis, in order to determine the exposure to ICT risk, the Bank has defined a specific model for the evaluation of IT risk that is in accordance with national and European legislation that responds to the needs for the identification of the specific risks inherent in the ICT sphere, internal or dependent on the outsourcers, and for the better qualification of operational risks through the evaluation of the specific elements involved in the automatic processing of information;
- ▶ Identification of operational risks in connection with the introduction of relevant new products, activities, processes and systems. The parent also assesses operational risks in connection with the introduction of relevant new products, activities, processes and systems, and mitigates the consequent operational risk that may arise through the preventive involvement of the corporate Control Functions and the definition of specific policies and regulations on various subjects and topics.
- ▶ Identification of operational risks associated with Major Transactions (MT): the risk resulting from an MT is assessed by assessing the consistency of the MT's risk profile with the risk appetite defined in the RAF.

The measurement phase consists of computing the capital requirements for operational risk using the Basic Indicator Approach (BIA), according to which capital requirements are computed by applying a regulatory coefficient to an indicator of the volume of business activity (Relevant Indicator). Moreover, for a better assessment of risk exposure, the parent has implemented a quantitative operational risk assessment process (OpVaR) that monitors the parent's operational risk calculated to the 99.9th percentile.

The monitoring stage consists of the adoption of an articulated control system that provides for the analysis of the causes of loss events and the monitoring of the trend of loss events, in terms of evaluating the trend of losses deriving from the LDC and RSA processes. Within the framework of the measures adopted regarding the exposure to operational risk, the following specific risks are also monitored by the Bank:

- ▶ Money laundering risk: the risk that the Bank's financial and commercial counterparties, suppliers, partners, associates and consultants may be parties to transactions that might potentially facilitate the laundering of money coming from illegal or criminal activities.
- ▶ Compliance risk, concerning the risk of legal and administrative penalties, significant financial losses or reputational damage due to failure to comply not only with laws and regulations but also with internal and conduct standards applicable to corporate activities. For this type of risk, a periodic update of the relevant assessment methodology is performed. Such methodology is developed for all activities falling within the parent's regulatory framework, in accordance with a risk-based approach. More specifically, as for the relevant provisions that do not envisage the establishment of specialized control measures (i.e., privacy and occupational health and safety), the Compliance Function provides consulting support to the Bank's functions (ex ante) and assesses the adequacy of the organizational measures and control activities adopted (ex post). As for laws and regulations monitored by specialized functions, the Compliance Function carries out an indirect control by cooperating with the specialized functions in defining compliance risk assessment methods in addition to mapping risks and the corresponding control measures (Compliance Risk Control Matrix).

The stage of managing operational risk seeks to continually assess the risk control and reduction strategies, deciding - based on the nature and scale of the risk and in relation to the risk propensity expressed by senior managers - whether to accept it and therefore assume it, on the part of the person in charge of the process, to refuse it and therefore reduce activities, to implement mitigation policies or to transfer it to third parties by

way of insurance policies. In addition, in order to control the above mentioned risks, the parent adopts specific Organization Models for the management of the risks regarding money laundering, occupational health and safety, information security and payment services.

Finally, the reporting stage aims to ensure timely and appropriate communication in support of management decisions of corporate bodies and organizational functions.

### *Impacts of the COVID-19 pandemic*

In light of the business model, the COVID-19 epidemic did not entail a change to the objectives and management strategy or to the systems for measuring and controlling risks.

## Part F - Information on Equity

### Section 1 - The parent's equity

#### *A. Qualitative information*

The equity of the Bank includes the aggregated share capital, share premium, reserves, interim dividends, equity instruments, treasury shares, valuation reserves and profit for the year.

For supervisory purposes, the capital base relevant for this purpose is determined in accordance with the current provisions of the Bank of Italy, and constitutes the regulator of reference for prudential supervision provisions.

## B. Quantitative information

### B.1 Equity: breakdown

(Values in thousand euros)

Items/values	Amount 12.31.2022	Amount 12.31.2021
1. Share capital	142,870	142,691
2. Share premium reserve	66,277	66,493
3. Reserves	180,628	146,251
- earnings-related	170,209	137,607
a) legal	28,539	26,197
b) statutory		
c) treasury shares		
d) others	141,670	111,411
- earnings-related	10,419	8,644
3.5 Interim dividends (-)	(68,550)	
4. Equity instruments	150,000	
5. (Treasury shares)	(3,884)	(7,132)
6. Valuation reserves:	5,421	4,060
- Equity instruments measured at fair value through other comprehensive income		
- Hedging of equity instruments measured at fair value through other comprehensive income		
- Financial assets (other than equity instruments) at fair value through other comprehensive income	1,045	211
- Property, equipment and investment property		
- Intangible assets		
- Hedging of foreign investments		
- Cash flow hedges		
- Hedging instruments (undesignated elements)		
- Foreign exchange differences	3	1
- Non-current assets held for sale and discontinued operations		
- Financial liabilities measured at fair value through profit or loss (changes in creditworthiness)		
- Actuarial gains (losses) relating to defined benefit plans	335	(190)
- Share of valuation reserves for equity investments measured at equity		
- Special revaluation laws	4,038	4,038
7. Profit (Loss) for the year	261,438	164,289
<b>Total</b>	<b>734,201</b>	<b>516,652</b>

## B.2 Valuation reserves of the financial assets measured at fair value through profit or loss: breakdown

(Values in thousand euros)

Assets/Values	Total 12.31.2022		Total 12.31.2021	
	Positive reserve	Negative reserve	Positive reserve	Negative reserve
1. Debt securities				
2. Equity securities	1,045		211	
3. Loans				
<b>Total</b>	<b>1,045</b>	<b>-</b>	<b>211</b>	<b>-</b>

Financial assets measured at fair value through OCI (HTC&S) are recognized at fair value. At the end of the year, the carrying amount of securities must be compared with the previous year's fair value changes, and any difference is recognized in the valuation reserves of the statement of financial position.

At December 31, 2022, this reserve refers to non-controlling interests held by the Parent and measured at fair value in certain financial and non-financial companies for a total amount of roughly €3 million.

For more details, please refer to the specific table in part B of the Statement of Financial Position Asset Item 30 "Financial assets measured at fair value through other comprehensive income".

### B.3 Valuation reserves of the financial assets measured at fair value through other comprehensive income: annual changes

(Values in thousand euros)

	Debt securities	Equity securities	Loans
<b>1. Opening balances</b>	-	211	-
<b>2. Positive changes</b>			
2.1 Increases in fair value		136	
2.2 Adjustments for credit risk		X	
2.3 Transfer to income statement of negative reserves following disposal		X	
2.4 Transfers to other equity items (equity securities)			
2.5 Other changes		2,876	
<b>3. Negative changes</b>			
3.1 Decreases in fair value			
3.2 Adjustments for credit risk			
3.3 Reclassification through profit or loss of positive reserves: following disposal		X	
3.4 Transfers to other net equity items (equity securities)			
3.5 Other changes		(2,179)	
<b>4. Closing balances</b>		<b>1,045</b>	-

### B.4 Actuarial reserves for defined benefit plans: annual changes

IAS 19 envisages the booking of actuarial gains and losses in the statement of comprehensive income for the applicable year.

The results of the actuarial valuation reflect the impact of the provisions of Italian Law 296/2006 and the computation, for IAS 19 purposes, refers solely to accrued post-employment benefits not transferred to supplementary pension funds or to the INPS Treasury Fund.

At December 31, 2022, this actuarial reserve amounts to €335 thousand.

## Section 2 - Own funds and regulatory ratios

### Scope of application of the regulation

Own funds are computed - starting from January 1, 2014, in accordance with Bank of Italy Circular no. 285 "Supervisory provisions for banks" and Circular no. 286 "Instructions for the preparation of supervisory reporting by banks and securities intermediaries", both dated December 17, 2013 - based on Regulation (EU) no. 575/2013, relating to the new harmonized regulations for banks and investment companies, included in the EU Capital Requirements Regulation (CRR) and in the EU Capital Requirements Directive (CRD IV) of June 26, 2013.

These regulations include the standards set forth by the Basel Committee on Banking Supervision (Basel 3 framework), whose implementation, pursuant to the Consolidated Law on Banking, is the responsibility of the Bank of Italy, and define the ways in which the powers attributed by EU regulations to national authorities were exercised.

### 2.1 Own funds

#### A. Qualitative information

Own funds represent the first line of defense against risks associated with the complexity of financial activities and constitute the main reference parameter for the assessment of the parent's capital adequacy.

The purpose of prudential supervision regulations is to ensure that all credit intermediaries have a minimum mandatory capitalization in relation to the risks assumed.

The parent constantly assesses its capital structure by developing and employing techniques for monitoring and managing regulated risks, also through a Control and Risks Committee created within the Board of Directors.

Own funds are the sum of Common Equity Tier 1 (CET1), Additional Tier 1 (AT1) and Tier 2 (T2) capital, net of items to be deducted and IAS/IFRS prudential filters.

The main components of the parent's own funds are computed in Common Equity Tier 1 (CET1), and are the following:

- ▶ Paid-in share capital;
- ▶ Reserves (legal reserve, extraordinary reserve, retained earnings, stock option reserve, and financial instruments reserve);
- ▶ Any undistributed portion of profit for the period;
- ▶ Valuation reserves (IASs/IFRS 9 transition reserve, actuarial reserve, and revaluation reserve for HTC&S securities);
- ▶ Any non-controlling interests eligible for inclusion in the computation of CET1.

Intangible assets, including any goodwill, and certain categories of tax assets should be deducted from these items in accordance with the requirements of CRR II, as well as the effects of calendar provisioning.

Tier 1 (AT1) capital includes Tier 1 instruments issued.

In 2022 Own funds were influenced primarily by:

- ▶ the issuance in the first quarter of 2022 by the Parent, with a view to optimizing funding and the Group's capital structure, of a subordinated Additional Tier 1 Perpetual NC 2027 instrument with a nominal amount of €150 million, and the exercise of the call option for the redemption of the subordinated Tier2 10YNC5 instrument issued in March 2017 with a nominal amount of €100 million.
- ▶ the inclusion of the share of profit for the period referring primarily to the accrual accounting of rights to receive collection costs and the modification of the late payment interest collection rate from 45% to 50%.

## B. Quantitative information

*(Values in thousand euros)*

	<b>Total 12.31.2022</b>	<b>Total 12.31.2021</b>
<b>A. Common Equity Tier 1 (CET1) pre-application of prudential filters</b>	<b>500,726</b>	<b>391,372</b>
of which CET1 instruments subject to transitional provisions		
B. Prudential CET1 filters (+/-)	(386)	
C. CET1 gross of elements to be deducted and effects of transitional rules (A +/- B)	500,341	391,372
D. Elements to be deducted from CET1	(59,894)	(61,162)
E. Transitional rules - Impact on CET1 (+/-)		
<b>F. Total Common Equity Tier 1 (CET1) (C - D +/- E)</b>	<b>440,447</b>	<b>330,210</b>
G. Tier 1 (Additional Tier 1 - AT1) inclusive of elements to be deducted and effects of transitional rules	150,000	
of which AT1 instruments subject to transitional provisions		
H. Elements to be deducted from AT1		
I. Transitional rules - Impact on AT1 (+/-)		
L. Total Additional Tier 1 (AT1) (G - H +/- I)	150,000	
M. Tier 2 (T2) inclusive of elements to be deducted and effects of transitional rules		
of which T2 instruments subject to transitional provisions		
N. Elements to be deducted from T2		
O. Transitional rules - Impact on T2 (+/-)		
P. Total Tier 2 (T2) capital (M - N +/- O)		98,224
<b>Q. Total own funds (F + L + P)</b>	<b>590,447</b>	<b>428,434</b>



## 2.2 Capital adequacy

### A. Qualitative information

Compliance with Bank capital adequacy limits for the CET1 Capital Ratio, Tier 1 Capital Ratio, and Total Capital Ratio is constantly monitored by the relevant corporate bodies.

The CET1 Capital Ratio is the ratio of Common Equity Tier 1 capital to Risk-Weighted Assets.

The Tier 1 Capital Ratio is the ratio of Tier 1 Capital to Risk-Weighted Assets.

The Total Capital Ratio is the ratio of Total Own Funds to Risk-Weighted Assets.

In accordance with the provisions of Bank of Italy Circular No. 262 of December 22, 2005 "Banks' financial statements: layout and preparation", the amount of risk-weighted assets was determined as the product of the total of prudential capital requirements and 12.5 (inverse of the minimum obligatory ratio equal to 8%).

The Bank's total exposure to risks at December 31, 2022, in relation to its business, is adequate according to the level of capitalization and the risk profile identified.

With regard to the Bank, the CET1 is 11.7% and the Tier 1 Capital Ratio and Total Capital Ratio are 15.7%.

### *Pillar I - Capital adequacy to meet the typical risks associated with financial operations*

From the standpoint of operations, the absorption of risks is calculated using various methods: "Standardized approach" for credit risk

- ▶ "Standardized approach" for counterparty risk;
- ▶ "Basic approach" for operational risk;
- ▶ "Standardized approach" for market risk.

#### **Credit risk**

This risk is thoroughly described in Part E of this document.

#### **Counterparty risk**

Counterparty risk represents a particular type of credit risk, characterized by the fact that the exposure, owing to the financial nature of the contract executed between the parties, is uncertain and can change over time in relation to the evolution of the underlying market factors.

For BFF, counterparty risk can be generated by repurchase agreements and derivatives. Counterparty risk is measured using the original exposure method.

## Operational risk

Operational risk is the risk of incurring a loss due to inadequacy or failure of procedures, human resources and internal systems or as a result of external events. This category includes, amongst other items, losses caused by fraud, human error, business interruption, system failure, breach of contracts and natural disasters; operational risk includes legal risk but excludes strategic and reputational risks.

Operational risk, therefore, refers to various types of events that would not be significant unless analyzed together and quantified for the entire risk category.

The Bank measures operational risk using the "Basic" approach: the capital requirement is determined by applying a 15% coefficient to the three-year average of the relevant indicator, calculated on the financial statement items of the last three years, in accordance with Regulation (EU) no. 575/2013.

Continuing the developmental path of the Group's Operational Risk Management framework that was launched in recent years, in 2018 the Bank focused attention on strengthening the identification and forward-looking assessment components, along with introducing an internal statistical management model for quantifying exposure to operational risk. This was done for the purpose of verifying that the method used for regulatory purposes did value capital adequately against assumed and assumable risk. Actions carried out in regards to the scope of BFF, BFF Finance Iberia, and BFF Polska Group (and of its subsidiaries) focused on the methodological evolution of the Risk Self-Assessment process, in order to use the output from this process to quantify the exposure to operational risk in economic and capital terms. The operational risk results obtained from the forward-looking assessment process have also been used for quantifying the adequacy of internal capital against operational risk for ICAAP purposes. Operating losses referring to 2022 were significantly lower than the capital requirement for operational risk and the requirement calculated at operational level in the 2020 ICAAP.

## Market risk

Market risk is the risk relating to positions held for trading, that is, positions intentionally held for sale in the short term, acquired in order to take advantage of purchase and sale price differences, or other changes in prices or interest rates.

The regulation identifies and regulates the treatment of the various types of market risk in reference to the regulatory trading portfolio. The Bank measures market risk using the "Standardized" approach.

### *Pillar II - The ICAAP/ILAAP Report*

The supervisory regulations require intermediaries to adopt control strategies and processes for determining the adequacy of current and future capital. It is the Supervisory Authority's responsibility to verify the reliability and accuracy of the results generated and, where necessary, to take appropriate corrective action.

BFF Banking Group annually submits the "ICAAP/ILAAP Report" to the Bank of Italy, thus providing an update on the internal processes for determining adequacy of capital and of liquidity risk governance and management systems of the Group. In accordance with prudential supervisory provisions, the Group has prepared the "ICAAP/ILAAP Report" approved by the BFF Board of Directors on April 29, 2022. The Report has been prepared in compliance with the requirements envisaged in Circular no. 285 of the Bank of Italy.

In relation to the "Supervisory Review and Evaluation Process" (SREP), the Group must comply with a CET1 Ratio of 9.00%, a Tier 1 Ratio of 10.50% and a Total Capital Ratio of 12.50%.

## B. Quantitative information

(Values in thousand euros)

Categories/values	Non-weighted amounts		Weighted amounts / requirements	
	12.31.2022	12.31.2021	12.31.2022	12.31.2021
<b>A. RISK ASSETS</b>				
<b>A.1 Credit and counterparty risk</b>				
1. Standardized methodology	12,949,671	11,008,349	3,047,238	2,212,578
2. Methodology based on internal ratings				
2.1 Basic				
2.2 Advanced				
3. Securitizations				
<b>B. REGULATORY CAPITAL REQUIREMENTS</b>				
<b>B.1 Credit and counterparty risk</b>			243,779	177,006
<b>B.2 Credit valuation adjustment risk</b>			25	1,207
<b>B.3 Settlement risks</b>				
<b>B.4 Market risks</b>				
1. Standard methodology				262
2. Internal models				
3. Concentration risk				
<b>B.5 Operational risk</b>				
1. Basic approach			56,531	45,309
2. Standardized methodology				
3. Advanced method				
<b>B.6 Other calculation factors</b>				
<b>B.7 Total prudential requirements</b>			<b>300,336</b>	<b>223,785</b>
<b>C. RISK ASSETS AND REGULATORY RATIOS</b>				
C.1 Risk-weighted assets			3,754,197	2,797,306
C.2 CET 1/Risk-weighted assets (CET1 capital ratio) (%)			11.73%	11.80%
C.3 Tier 1 Capital/Risk-weighted assets (Tier 1 capital ratio) (%)			15.73%	11.80%
C.4 Total Own Funds/Risk-weighted assets (Total capital ratio) (%)			15.73%	15.32%

## Part G - Business combinations of companies or business units

### Section 1 - Transactions completed during the year

On October 3, 2022, BFF Bank acquired the company MC3 Informatica S.r.l., which as of the same date changed its company name to BFF Techlab S.r.l. This new transaction gave rise to a laboratory for the Group's technological innovation. The new subsidiary BFF Techlab was born from the acquisition by BFF Bank of 100% of the share capital of the IT consulting firm MC3 Informatica Srl, which over the last few years has supported the parent in the implementation of the current core factoring system and in the definition of other application architectures.

The transaction was finalized with the payment of a price of €384.2 thousand.

BFF Techlab is a company established in 1997 by a group of professionals with extensive experience in the field of design analysis and programming, and thanks to its know-how accrued in the area of artificial intelligence offers customers operating system design and development services, managing every phase of the process: design and analysis, coding and checking of applications.

At December 31, 2022, in accordance with the provisions of IFRS 3 revised ("Business Combinations"), the parent carried out the definitive Purchase Price Allocation of the newly acquired company (PPA) in light of the investigations performed both in the due diligence and preliminary phase conducted prior to the acquisition and based on the further assessments performed following the acquisition of the company.

Specifically, the recognition of business combinations is governed by the IFRS issued by the IASB and endorsed by the European Commission, and specifically by IFRS 3 Business Combinations.

In accordance with IFRS 3, each business combination requires the identification of an acquirer. The latter must be identified in the entity that obtains control of another entity or group of businesses. The acquisition, and therefore the first-time consolidation of the acquiree, is accounted for on the date in which the acquirer obtains effective control of the business or the assets acquired. When the acquisition occurs through a single exchange transaction, the exchange date generally coincides with the acquisition date. However, it is always necessary to verify the existence of any agreements between the parties which could involve a transfer of control before the exchange date. The consideration transferred in a business combination is measured as the sum of the fair value, at the exchange date, of the assets sold, the liabilities incurred or assumed, and the equity instruments issued by the acquirer in exchange for control.

Business combinations are accounted for using the "acquisition method", which requires identifiable assets acquired (including any intangible assets not previously recognized by the acquiree) and liabilities assumed (including contingent liabilities) to be measured at their fair values at the acquisition date.

The accounting for a business combination can be made on a provisional basis by the end of the year in which the combination is effected, but must be perfected within 12 months of the acquisition date.

As defined above, as a general rule IFRS 3 requires business combinations to be accounted for using the acquisition method. To apply this method, BFF Bank worked through the following stages:

- ▶ identification of the acquirer;

- ▶ determination of the acquisition date;
- ▶ recognition and measurement at fair value of the identifiable assets acquired, the liabilities assumed and any non-controlling interest in the acquiree;
- ▶ determination of the consideration for the business combination;
- ▶ recognition and measurement of goodwill or a gain from a favorable deal.

Furthermore, pursuant to paragraph 8 of IFRS 3, the acquirer must identify the acquisition date, or the date on which it effectively obtains control over the acquired company. The date on which the acquirer obtains control over the acquired company is generally the contract closing date, or the date on which the acquirer legally transfers the consideration, acquires the assets and assumes the liabilities of the acquiree.

In the case in question, the sale and purchase agreement of the former MC3 Informatica was entered into on October 3, 2022, the date which, lacking other written agreements between the parties, was identified as the moment in which the parent acquired control. As a result, for the purposes of the business combination, September 30, 2022 (last business day prior to the acquisition date) was considered to be the reference date of the PPA.

The comparison between the acquisition cost of €384.2 thousand and equity at September 30, 2022 of the former MC-3, equal to €301.5 thousand, generated a difference of €82.7 thousand to be allocated to goodwill.

The financial statements of BFF Techlab at September 30, 2022 are provided below, prepared in accordance with Italian GAAP and compared with the fair value measurement at the same date:

*(Values in thousand euros)*

	Carrying amounts at September 30, 2022	Fair value measurement
<b>Statement of Financial Position - Assets</b>		
Cash and cash equivalents	0.4	0.4
Loans and receivables with customers	355.5	355.5
Loans and receivables with banks	217.2	217.2
Property, equipment and investment property	5.6	5.6
Tax assets	11.8	11.8
Other assets	9.9	9.9
<b>Total assets</b>	<b>600.4</b>	<b>600.4</b>
<b>Statement of Financial Position - Liabilities</b>		
Liabilities to employees	188.3	188.3
Tax liabilities	14.9	14.9
Other liabilities	95.7	95.7
<b>Total liabilities</b>	<b>298.9</b>	<b>298.9</b>
<b>Total net assets acquired</b>	<b>301.5</b>	<b>301.5</b>
<b>Acquisition cost</b>		<b>384.2</b>
<b>Goodwill</b>		<b>82.7</b>

In keeping with the provisions of IFRS 3 revised, the purchase price must be allocated to the assets (both property, equipment and investment property and intangible assets) and liabilities of BFF's consolidated financial statements that were not already recognized at fair value in the subsidiary's financial statements. Any residual amount remaining after measuring the individual financial statement items at fair value is recognized indistinctly as "Goodwill" in "Intangible Assets".

As a result, this positive difference of €82.7 thousand was recognized in goodwill, also as a result of the technical skill and know-how acquired by the management of the newly acquired company.

## Part H - Transactions with related parties

Related parties, as defined by IAS 24, include:

- ▶ The parent;
- ▶ Subsidiaries;
- ▶ Directors and key management personnel and their close family.

The following table provides the income statement and statement of financial position amounts arising from related party transactions performed by the Bank at December 31, 2022, broken down by type of related party pursuant to IAS 24, and the percentage to their respective financial statement item.

(Values in thousand euros)

	Parent company	Directors and Executives with key management responsibilities (1)	Other related parties	Total related parties	Financial statement item	% of financial statement item	Statement of cash flows items	% of cash flow statement item
<b>Impact of transactions on the statement of financial position</b>								
<b>Equity investments</b>								
2022			8,564	8,564	151,876	5.6%	(1,384)	N/A
<b>Amounts due to customers</b>								
2022		(386)		(386)	(10,728,674)	0.0%	2,058,164	0.0%
<b>Provision for risks and charges:</b>								
<b>a) pension and similar obligations</b>								
2022		(1,057)		(1,057)	(7,712)	13.7%	(75,371)	1.4%
<b>Other liabilities</b>								
2022		(577)		(577)	(382,205)	0.2%	(75,371)	0.8%
<b>Reserves</b>								
2022		(5,190)		(5,190)	(180,628)	2.9%	(75,371)	6.9%
<b>Impact of transactions on the income statement</b>								
<b>Interest and similar expense</b>								
2022		(575)		(575)	(91,494)	0.6%		
<b>Administrative expenses:</b>								
<b>a) personnel expenses</b>								
2022		(9,629)		(9,629)	(65,624)	14.7%		

(1) Including members of the Board of Directors.

At December 31, 2022 the option rights relating to the outstanding stock option plans were equal to 16,169,288 options awarded: if the price of the shares reached €15, the dilution would be 2.21%.

Specifically, at December 31, 2022, with regard to the 2016 stock option plan (according to which a total of 8,358,640 option rights had been assigned), the number of options assigned and not exercised amounted to 1,086,788 (2,534,684 at December 31, 2021). The vesting period has matured for 854,788 of these (1,581,684 at December 31, 2021).

With regard to the 2020 stock option plan, 8,384,500 options were assigned as of December 31, 2022 (compared to 8,615,000 options assigned as of December 31, 2021), exercisable starting from 2023.

Lastly, with regard to the 2022 Stock Option Plan, 6,698,000 options had been granted at December 31, 2022, of which 2,547,000 in cash-less form and 4,151,000 in phantom share form, exercisable starting in 2025.

In order to optimize the Group's funding activities, the Parent has entered into intercompany loan agreements with subsidiaries, regulated at arm's length.

More specifically, the balances of the intercompany positions at December 31, 2022 are as follows:

- ▶ BFF Finance Iberia (through the Spanish branch of BFF Bank): €526.9 million.
- ▶ BFF Polska: PLN 2,872 million, of which PLN 1,305.5 million through the Polish branch of BFF Bank and equal to €12.3 million.
- ▶ BFF Central Europe: €221.3 million.
- ▶ BFF MedFinance: PLN 401.5 million, of which PLN 331.5 million through the Polish branch of BFF Bank.
- ▶ BFF Česká Republika: CZK 44 million.
- ▶ BFF Immobiliare: €27.3 million.

BFF Bank has the following license agreements in place:

- ▶ With BFF Finance Iberia, which allows the use, under license, of the software, organizational methods and communication lines of BFF Bank (IT rights), as well as the assistance, maintenance and monitoring of such rights. The consideration is based on royalties, which at December 31, 2022 amounted to about €955 thousand.
- ▶ With BFF Central Europe, which allows the use, under license, of the software, organizational methods and communication lines of BFF (IT rights), as well as the assistance, maintenance and monitoring of such rights. The consideration is based on royalties, which at December 31, 2022 amounted to about €652 thousand.
- ▶ With BFF Česká Republika, which allows the use, under license, of the software, organizational methods and communication lines of BFF (IT rights), as well as the assistance, maintenance and monitoring of such rights. The consideration is based on royalties, which at December 31, 2022 amounted to about €4 thousand.



There is an Intragroup Service and cost sharing agreement in place which focuses on service provision and optimal cost sharing between all Group companies and the branches of the Parent, between BFF Bank and:

- ▶ its foreign branches for an amount of about €452 thousand as of December 31, 2022;
- ▶ BFF Polska S.A. for about €591 thousand as at December 31, 2022;
- ▶ BFF Finance Iberia S.A.U. for about €298 thousand as at December 31, 2022;
- ▶ BFF Medfinance S.A. for an amount of about €80 thousand as of December 31, 2022;
- ▶ Kancelaria Karnowski for an amount of about €71 thousand as of December 31, 2022;
- ▶ BFF Central Europe s.r.o. for an amount as of December 31, 2022 equal to €85 thousand;
- ▶ BFF Ceska Republika s.r.o. for an amount as of December 31, 2022 equal to €20 thousand.

During 2016, BFF Finance Iberia purchased Italian healthcare exposures from the Parent for about €82 million. At the end of the reporting period, these exposures were already collected for about €80.9 million with an outstanding balance of about €0.9 million.

- ▶ It should be noted that BFF Banks provides the following:
- ▶ Risk management activities for the subsidiary BFF Finance Iberia, for €12,000 per year;
- ▶ Internal audit activities for the subsidiary BFF Finance Iberia, for €6,400 per year;
- ▶ Administrative support services for Fondazione Farmafactoring, for consideration of €15 thousand per year;
- ▶ Administration, internal audit, compliance, risk management, corporate affairs secretariat and IT services for the subsidiary BFF Immobiliare S.r.l., amounting to €44 thousand per year;
- ▶ Administration, internal audit, compliance, risk management, corporate affairs secretariat and IT services for the subsidiary BFF Techlab S.r.l., amounting to €33 thousand per year.

The parent has also entered into agreements with its shareholders in relation to factoring services and the management and collection of exposures at arm's length.

Lastly, it should be noted that the conditions of deposit accounts relating to parent directors and other related parties correspond to those recorded in the relevant prospectus at the time the deposit accounts were opened.

## Part I - Share-Based Payments

### A. Qualitative information

#### 2016 Stock Option Plan

On December 5, 2016, the Bank's Ordinary Shareholders' Meeting approved the adoption of a stock option plan for employees and members of the corporate boards. The plan has the following features:

- ▶ *Purpose*: the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe for newly issued ordinary shares of the parent or shares that have already been issued and are included in the parent's portfolio when the option is exercised;
- ▶ *Beneficiaries*: the identification of beneficiaries and the granting of options are decided by:
  - a) The Board of Directors, after consulting with the Remuneration Committee, with reference to directors, senior executives and executives directly reporting to the Chief Executive Officer;
  - b) The Chief Executive Officer, within the limits of his/her powers, with reference to other beneficiaries whose remuneration falls within his/her duties;
- ▶ *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise. On March 28, 2019 the Ordinary Shareholders' Meeting approved the introduction of an alternative method for exercising options under the plan, in addition to the ordinary option (so-called cashless). According to the new exercise option, authorized beneficiaries who requested it can be allocated a number of shares determined based on the market value of the shares at the exercise date, with no obligation for them to pay the exercise price.

In line with current regulations, the options granted under the 2016 Plan contribute to the determination of the variable remuneration paid through the use of financial instruments; therefore, the plan is subject to all the restrictions established under the remuneration and incentive policy for members of the strategic supervision, management and control bodies, and personnel of the parent, and in accordance with the law.

The vesting conditions of the options included in the plan are as follows:

- ▶ The options awarded in each tranche will vest starting from the twelfth month following the award, which is subject to a series of conditions detailed in the plan, and assuming:
  - (a) Continuation of employment relationship with the parent and/or of the office held in the Board of Directors; and
  - (b) Levels of capital and liquidity resources suitable to cover the activities undertaken and compliance with other parameters, also of a regulatory nature.

Note that the plan is subject to malus and clawback conditions: options are subject to ex post correction mechanisms (malus and/or clawback) which, when the pre-set circumstances arise, result in the loss and/or the restitution of the rights attributed by the plan.

At December 31, 2022 the number of stock options assigned and not exercised amounted to 1,086,788. The vesting period has matured for 854,788 of these, which are thus exercisable.

### 2020 Stock Option Plan

On April 2, 2020, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new Stock Option Plan ("2020 Plan") for employees and directors holding executive positions in the parent and/or its subsidiaries, having the following characteristics:

- ▶ *Purpose*: the plan involves the award of a maximum of 8,960,000 options in three tranches; each one provides the beneficiary with the right to subscribe newly issued ordinary shares of the parent or shares that have already been issued and are included in the parent's portfolio when the option is exercised.
- ▶ *Recipients*: the beneficiaries are identified by the Board of Directors and/or the CEO at their sole discretion - within the limits envisaged by the applicable legislation and the plan - among the employees and/or Directors with executive positions in the Bank and/or its subsidiaries;
- ▶ *Type of exercise*: ordinary or cashless exercise.

The options assigned within each tranche accrue upon completion of the vesting period, i.e. after 3 years from the relative assignment date. Vesting is subject to the following conditions being met: (i) The continuation of the employment relationship with the Bank and/or of the office held in the Board of Directors and absence of notice due to resignation or dismissal; and (ii) Levels of capital and liquidity resources necessary to cover the activities undertaken and compliance with other parameters, also of a regulatory nature.

As of December 31, 2022, 8,384,500 cash-less options were assigned, exercisable starting from 2023.

### BFF Bank 2022 Long-Term Incentive Plan

On March 31, 2022, the Ordinary Shareholders' Meeting approved a new "2022 Long-Term Incentive Plan" for employees and directors holding executive positions in the parent and/or its subsidiaries, having the following characteristics.

- ▶ *Subject*: the plan provides for the allocation of a maximum of 9,700,000 options divided into three tranches. The options can be of two types: (i) Class A options, which grant the right to receive newly issued ordinary shares of the Company, "equity settled", and (ii) Class B options, which grant the right to receive phantom shares, to be converted into cash in accordance with the provisions of the plan, "cash settled".
- ▶ *Vesting conditions (exercise)*: options granted under each tranche vest upon completion of the three-year period from the relevant grant date. Vesting is also subject to the fulfilment of the following conditions: (i) continuation of employment with the parent and/or office in the Board of Directors and absence of notice of resignation or dismissal; and (ii) achievement of KPIs (i.e. company performance indicators), without prejudice to the deferral and lock-up provisions applicable to the most significant personnel (i.e. Risk Takers) of the Bank and the other detailed forecasts of the plan, already disclosed to the market in accordance with applicable regulations.

At December 31, 2022, 6,698,000 options had been granted of which 2,547,000 in cash-less form and 4,151,000 in phantom share form, exercisable starting in 2025.

## Part M - Lease Reporting

On January 1, 2019, the new standard IFRS 16 with the new definition and accounting model for “leases” came into effect. This standard is based on conveying the right to use for a leased asset, and applies to all leases with the exception of leases with a lease term of 12 months or less or those for which the underlying asset has a contractual value below €5,000.

Based on this accounting model, the “right of use” is recognized in the statement of financial position as an asset, and future payments relating to the same leased asset shall be entered as a liability. Any depreciation relating to the right-of-use asset, and any relevant interest expenses, is recognized in the income statement.

The application of IFRS 16 changed the accounting substantially for lessees, as it eliminates a lessee’s classification of leases as either operating leases or finance leases.

In particular, lessees are required to comply with the following main provisions:

- ▶ The identified asset is classified as a right-of-use asset and presented in the statement of financial position as if it was owned. The relevant financial liability shall also be recognized;
- ▶ At the commencement date, a lessee shall measure the financial liability at the present value of the lease payments agreed by the parties to use the asset over the term of the contract that is reasonably certain. The initial measurement of the right-of-use shall be equal to the value of the financial liability, less some specific items, e.g. those relating to the direct costs incurred in obtaining the lease;
- ▶ For subsequent measurement of the asset and over the lease term, the asset is depreciated on a systematic basis, while the financial liability includes any interest expense, calculated based on the interest rate implicit in the lease where expressly stated or on the cost of funding for the period, and any periodic lease payments.

### Section 1 - Lessee

#### *Qualitative information*

During 2018, BFF Bank launched a project aimed at understanding and defining the qualitative and quantitative impact of first-time adoption of the new IFRS 16. Following on from this project, a new accounting model has been defined for use in relation to all leases with the exception of those for which the underlying asset is of low value (less than €5,000) or that have a short lease term (12 months or less).

For the purposes of the first adoption of the standard (first-time adoption or FTA), on January 29, 2019 the Board of Directors resolved that BFF and all companies belonging to BFF Banking Group shall adopt the “Modified Retrospective Approach”. As a result, the parent does not need to apply the standard retrospectively (therefore considering complex comparative information), and the amount relating to right-of-use assets under “Property, equipment and investment property” is equal to the financial liability amount.

## Quantitative information

The right-of-use assets accounted for as “Property, equipment and investment property” at first- time adoption and at December 31, 2022 are shown below.

(Values in thousand euros)

	Right-of-use assets 12.31.2022	Right-of-use assets 12.31.2021
BFF Bank	10,675	13,793
<b>Total</b>	<b>10,675</b>	<b>13,793</b>

For more details on the accounting impacts related to Property, equipment and investment property and Financial liabilities measured at amortized cost, please refer to the specific section of Part B of the Notes to the separate financial statements.

## Other information

### Audit fees to the independent auditors and other companies in their network.

The following table, prepared in accordance with Article 149-duodecies of the CONSOB Issuers’ Regulation (resolution no. 11971 of May 14, 1999, as subsequently amended and supplemented), shows the fees pertaining to 2021 for audit and non-audit services provided by the audit firm and other companies in its network. Such fees represent the costs incurred and recorded in the consolidated financial statements, net of the reimbursement of expenses and non-deductible VAT and the CONSOB contribution.

(Values in thousand euros)

Type of services	BFF Bank S.p.A.			
	KPMG S.p.A.		KPMG S.p.A. Network	
	Italy	Outside Italy	Italy	Outside Italy
Statutory audit	189	92		
Certification services (*)	58			
Tax consultancy services				16
Other services (**)	595		94	15
	<b>842</b>	<b>92</b>	<b>94</b>	<b>31</b>

(\*) The amounts refer to the certifications regarding the Non-Financial Disclosure.

(\*\*) Amounts refer to agreed-upon audit procedures and due diligence activities.

1493





# 03

Certification by the  
Financial Reporting  
Officer

Report on Operations

Separate Financial Statements  
for the year at December 31, 2022



**Certification by the  
Financial Reporting  
Officer**

Report of the Board of  
Statutory Auditors

Report of the  
Independent Auditors



## CERTIFICATION OF THE FINANCIAL STATEMENTS IN ACCORDANCE WITH ARTICLE 81-TER OF CONSOB REGULATION N. 11971 OF 14 MAY 1999 AS AMENDED AND SUPPLEMENTED

1. The undersigned

- ▶ Massimiliano Belingheri, in his capacity as Chief Executive Officer,
- ▶ Giuseppe Manno, as Financial Reporting Officer of BFF Bank S.p.A.,

hereby certify, having taken into account the provisions of art. 154-bis, paragraphs 3 and 4, of legislative decree no. 58 of 24 February 1998:

- the suitability as regards the characteristics of the Bank, and
- the effective implementation of the administrative and accounting procedures employed to draw up the 2022 financial statements.

2. The suitability and effective application of the administrative and accounting process employed to draw up the 2022 financial statements was verified based on internally defined method adopted by BFF Bank S.p.A., in accordance with the *Internal Control – Integrated Framework model issued by Committee of Sponsoring Organizations of Tradeway Commission (COSO)* of the reference standards for the internal audit system generally accepted on an international level.

3. Moreover, the undersigned hereby certify that:

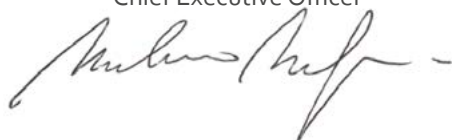
3.1 the financial statements at 31 December 2022:

- a) were drafted in accordance with the applicable International Financial Reporting Standards endorsed by the European Community, pursuant to regulation (EC) no. 1606/2002 of the European Parliament and of the Council of 19 July 2002;
- b) correspond to the results of the accounting books and records;
- c) are suitable for providing a true and fair view of the financial position, financial performance and cash flows of the issuer.

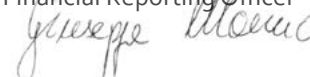
3.2 the Report on Operations includes a reliable analysis of the important events and their impact on the financial statements, together with a description of the main risks and uncertainties to which they are exposed. The Report on Operations includes, moreover, a reliable analysis of the information concerning major transactions with related parties.

Milan, 8 March 2023

**Massimiliano Belingheri**  
Chief Executive Officer



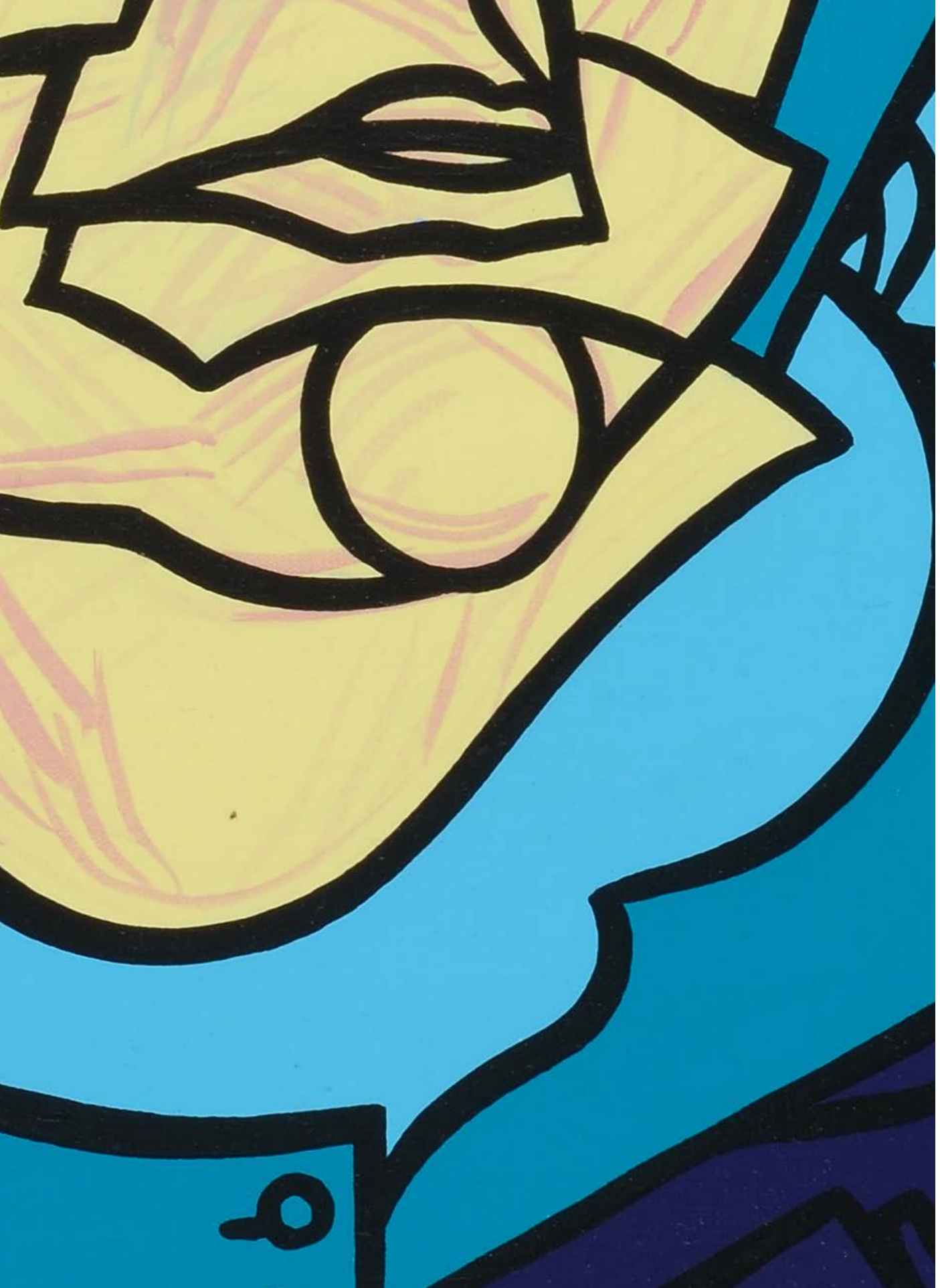
**Giuseppe Manno**  
Financial Reporting Officer



# 04

Report of  
the Board  
of Statutory  
Auditors





**BFF BANK S.P.A.**

## REPORT OF THE BOARD OF STATUTORY AUDITORS

## TO THE SHAREHOLDERS' MEETING OF

BFF BANK S.P.A., PURSUANT TO ART. 153 OF ITALIAN LEGISLATIVE DECREE NO.  
58/1998

**To the Shareholders' Meeting of BFF Bank S.p.A.**

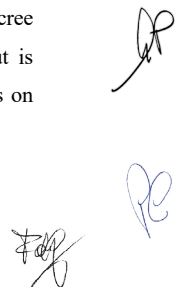
Shareholders,

The Board of Statutory Auditors [“the **Board**”], also in its capacity as Internal Control and Audit Committee [“**ICAC**”], is called upon to report to the Shareholders' Meeting of BFF Bank S.p.A., Parent Company of the BFF Banking Group [hereinafter also “**BFF**” or “**the Bank**” or “**the Company**”, and the “**Group**”], convened for the approval of the Financial Statements for the year ended December 31, 2022, on the supervisory activities carried out during the year and on the other activities established by law.

The supervisory activity was carried out by the Board of Statutory Auditors in accordance with the Italian Civil Code, the rules of the By-laws, Italian Legislative Decree No. 58 of February 24, 1998 [“**Consolidated Law on Finance**”], Italian Legislative Decree No. 385 of September 1, 1993 [“**Consolidated Law on Banking**”] and special laws on the matter, as well as pursuant to Arts. 17 and 19 of Italian Legislative Decree No. 39/2010, and took into account the regulations imposed by the Authorities that exercise supervisory and control activities for banks and listed companies, in accordance with the Rules of Conduct of the Board of Statutory Auditors of Listed Companies prepared by the Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti e degli Esperti Contabili (National Council of Chartered Accountants and Accounting Experts).

Auditing is entrusted to the Independent Auditors KPMG S.p.A. [“**KPMG**”], whose external audit for the years 2021-2029 was assigned at the proposal of the Board of Statutory Auditors by the Ordinary Shareholders' Meeting of April 2, 2020.

The function of the Supervisory Body pursuant to Italian Legislative Decree 231/2001 [“**SB**”] was not transferred to the Board of Statutory Auditors, but is carried out by a separate collective body, appointed by the Board of Directors on May 10, 2021.



In this Report we provide an account of what we have done to fulfill our duties in accordance with the law.

*a) Appointment and self-assessment, activities of the Board of Statutory Auditors*

The term of office of the Board of Statutory Auditors in office at the date of this Report will expire with the Shareholders' Meeting convened to approve the financial statements at December 31, 2023.

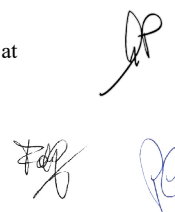
In the course of 2022 a number of changes took place, as set forth in detail in the Governance Report, in the role of Chairman of the Board of Statutory Auditors, until reaching its current composition:

- Nicoletta Paracchini, standing member appointed at the shareholders' meeting of June 22, 2022, who was assigned the chairmanship;
- Fabrizio Riccardo Di Giusto, standing member appointed at the shareholders' meeting of March 25, 2021;
- Paolo Carbone, standing member appointed at the shareholders' meeting of March 25, 2021.

In order to govern the composition, operating methods and responsibilities of the control body, in accordance with the principles set forth by the applicable laws and regulations, as well as by the Corporate Governance Code which the Company follows, the Board of Statutory Auditors adopted its "Regulations of the Board of Statutory Auditors", updated most recently on July 13, 2021.

For the 2022 financial year, the Board of Statutory Auditors assessed, any time the need arose, the suitability of its members and the adequate composition of the body – with reference to the requirements of professionalism, competence, integrity, fairness and independence and the non-existence of causes of incompatibility established by law –, as well as the availability of adequate time and resources for the complexity of the office and its proper functioning, taking into account the size, intricacy and nature of the activities carried out by the intermediary. The members of the Board of Statutory Auditors have observed the maximum number of offices that can be held pursuant to Art. 144-terdecies of the Italian Issuers' Regulation and Italian Ministerial Decree No. 169/2020.

The self-assessment of the Board of Statutory Auditors for 2022 was carried out at



the end of the year, pursuant to and for the purposes of Art. 26, paragraph 5 of the Consolidated Law on Banking and Section VI of the Provisions on Corporate Governance contained in Circular 285 of 2013 as updated, which – recalling the purposes of the self-assessment process established for the strategic supervisory body – provides that “*the body with a control function also carries out a self-assessment of its composition and functioning, inspired by the purposes listed above and on the basis of criteria and methods consistent with its characteristics*”.

The self-assessment also took into account what is set forth in the By-laws and the “Regulations of the Board of Statutory Auditors”, as well as best practices disseminated over time, including the Corporate Governance Code of 2020, and was conducted with the support of an independent advisor, resulting in an overall positive evaluation and identifying points for attention and improvement deemed suitable to strengthen the Body’s effective functioning.

The Board of Statutory Auditors took part in training sessions organized by the Bank or trade associations and/or the reference professional associations, concerning issues relating to the role and responsibilities of the Board of Statutory Auditors, corporate governance, internal control and risk management systems, the bank’s financial statements, international accounting standards, the Bank’s business areas, anti-money laundering and the regulation of the banking and financial sector.

§ § §

The Board of Statutory Auditors confirms that despite a minor emergency phase deriving from the COVID-19 pandemic, the Bank continued to respect all safeguards in order to avoid the spread of the disease and, in the course of the year, permitted the normalization of activities, in compliance with special regulations and with remote and in-person activities.

The activities of the Board of Statutory Auditors were performed in manners, including with the acquisition of data and information in electronic format and by holding meetings for the most part by video or audio conference, which did not decrease or jeopardies the degree of reliability of the information received and the effectiveness of its activities.

During the year under review, the Board of Statutory Auditors carried out the activities within its remit, holding 61 meetings, on the basis of an Annual Audit Plan shared with the second and third level Control Functions, and additional meetings

on extraordinary matters.

With justified absences of several members, the Board of Statutory Auditors, as composed over time during 2022, participated in all of the 22 meetings with the Board of Directors and all of the 16 meetings of the Control and Risks Committee, as well as the Shareholders' Meeting of March 31, 2022 and the Shareholders' Meeting of June 22, 2022.

As represented by at least one of its members, the Board of Statutory Auditors also attended all meetings of the Committee for the evaluation of transactions with related parties and associated entities, the Remuneration Committee and the Appointments Committee.

For the aspects within its remit, the Board of Statutory Auditors also supervised

- observance of the law and the By-laws,
- respect for the principles of proper administration,
- the adequacy of the organizational structure, the internal control system, the administrative-accounting system and the reliability of the latter to provide a correct representation of the Company's operations,
- the methods for concretely implementing the corporate governance rules set forth in the codes of conduct which the Company has stated that it follows, also providing disclosure to the public,
- the adequacy of the instructions given to the Subsidiaries pursuant to Art. 114, paragraph 2 of the Consolidated Law on Finance.

During the year under review, the Board of Statutory Auditors – which is also the Internal Control and Audit Committee provided for under Italian Legislative Decree No. 39 of January 27, 2010 – carried out the verifications entrusted to it pursuant to Art. 19 of the aforementioned Decree and Regulation (EU) No. 537/2014.

*b) Observance of the law and the By-laws*

In carrying out its supervisory and control activities, the Board held meetings with the Top Management, the internal control functions (Internal Audit, Compliance and Anti Money Laundering and Risk Management), the Financial Reporting Officer and the Managers of various Divisions and Organizational Units of the Bank, and exchanged information with the Independent Auditors and the SB.

Participation in meetings of the Board of Directors and the examination of







information flows prepared by individual operating functions allowed the Board to gain necessary, useful information in various sectors regarding the general operating performance and its foreseeable developments, the organization, the internal control and risk management system, as well as the administrative and accounting system, in order to evaluate its suitability with respect to the Company's needs and its operational reliability, and the most significant transactions from the economic, capital and financial perspective.

Lastly, its presence at meetings of the Board of Directors and the Board Committees and information flows sent to the corporate bodies make it possible to confirm that the management actions carried out and of which the Board of Statutory Auditors was informed are compliant with the law and the By-laws.

*c) Significant operations and events during the financial year*

The draft Financial Statements of BFF Bank S.p.A. submitted for your approval are accompanied by the Report on Operations and, for the year ended December 31, 2022, show a profit of €261,438,216 compared to €164,289,349 in the previous year, an exhaustive breakdown of which is given in the Directors' Report on Operations and in the Notes to the financial statements, which should be referred to for the details.

In referring you to the description of the most significant transactions contained in the Report on Operations and in this report, the Board of Statutory Auditors highlights some significant events during the year below:

- i) on January 19, 2022 BFF Immobiliare S.r.l., wholly-owned by the Bank, was established, as a vehicle which manages and develops all of the Group's owned real estate assets;
- ii) in 2022, the "Casa BFF" construction project began on the building that will be the Bank's new headquarters located in the Fiera di Milano area, bringing together the over 500 employees operating today across three different locations;
- iii) in August, for the first time, an interim dividend was distributed on the basis of the half-yearly results, approved by the Board of Directors, and after obtaining the positive opinion of the Independent Auditors;





- iv) in October, 100% of MC3 Informatica S.r.l, now BFF TechLab S.r.l., was acquired, an IT consulting firm that supported the Bank in the implementation of the core factoring system and which will now contribute to the vertical integration of development activities relating to the management and evolution of the Group's IT system;
- v) at year-end, the migrations of the customers Arca and Anima were completed, after which the Bank recorded a reduction in activities relating to the Security Services BU. The Bank enacted new strategies to offset the decline in liquidity and redefined the new organizational structure, putting into place a new restructuring procedure, which currently involves 19 people.

The Board of Statutory Auditors also notes that the Bank continued in 2022 to contribute to the Deposit Guarantee Fund (Interbank Deposit Protection Fund, introduced by Directive 2014/49/EU - Deposit Guarantee Schemes - DGS) in the amount of €1,415 thousand on a mandatory basis, as well as to the Single Resolution Fund established by European Regulation No. 806/2014 – in force since January 1, 2016 – in the amount of €3,607 thousand.

On July 16, 2021, the Bank of Italy, in its capacity as Resolution Authority, adopted the 2020 Resolution Plan for the BFF Banking Group, identifying resolution as a crisis management strategy. In this context, the Bank of Italy, the reference authority for less significant national banks like BFF, in a letter dated August 18, 2022, announced the initiation of the MREL procedure for the determination of the minimum requirements of own funds and additional eligible liabilities with respect to those determined by the Supervisory Authority as part of the SREP supervision process (the result of which on the capital decision was formalized with a measure dated August 7, 2022).

On October 19, 2022, the MREL process was concluded and by Bank of Italy letter, the parameters already proposed were confirmed and, to complete the framework of the resolution plan, additional objectives were defined.

On September 23, 2022, the Bank of Italy issued more stringent interpretation guidelines on the new “Definition of Default” [“DoD”] pursuant to EU Regulation No. 575/2013 as updated, the practical application of which had an impact on impaired past due exposures, thus increasing the capital absorption to cover credit risk, but without affecting the actual risk profile. In this regard, the Company, after





analyzing all loans in the portfolio, initiated a project to allow for the adoption of an internal model that, in accordance with the Authority, may be more representative of the Group's actual credit risk.

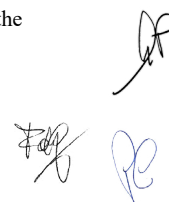
The Board of Statutory Auditors highlights that the estimated percentage of collection of default interest to be included in the amortized cost was increased to 50% following the update of the time series, carried out also observing that collections in the year 2022 confirmed an estimated percentage recovery much higher than 45%, the percentage used in 2021.

On the other hand, the average collection times for the entire interest provision were estimated at 2100 days (1800 in 2021) in order to prudently take into consideration the longer collection timing of the entire default interest provision, which slowed following the COVID-19 pandemic due to the blocking of court activities and the suspension of enforcement actions.

The two changes were accounted for in accordance with IFRS 15, respecting the requirements set forth therein, and generated an overall positive impact net of the tax burden in the income statement of €18.6 million.

Furthermore, the Board notes that a recent ruling of the European Court, which constitutes the binding interpretation for national rulings as well, confirmed that the minimum amount of €40 to be recognized to creditors, on the basis of Directive 2011/7/EU, by way of compensation for collection expenses, refers to the individual expired Public Administration ["PA"] invoice, irrespective of whether the demand, including judicial, of the creditors includes multiple invoices. The amount of such indemnity, which has been requested since 2018, is normally included in the settlement agreements that the Bank enters into with its debtors. Considering that the percentages of recovery of these expenses are aligned with those of default interest, on the basis of the analyses performed on the collection time series, the Group has decided to modify the accounting estimate approach pursuant to IAS 8, aligning it with that applied to default interest, therefore generating a positive impact in the income statement net of tax of €68.5 million on the profit for the year 2022, against the recognition of the provision established over time on the basis of the €40 fees to which the right has been accrued at that date.

In the financial statements, the Directors reported on the Group's capital adequacy described at individual and Group level, as well as the underlying reasons for the changes with respect to 2021.



The Bank's Equity at December 31, 2022 amounted to €734.2 million, compared to €516.7 million in the previous year.

Own Funds at the same date and at the level of separate financial statements amounted to €590.4 million compared to €428.4 million at December 31, 2021, with an overall exposure to risks, in relation to the activity carried out, that is adequate for the capital base and the risk profile identified.

The CET 1 Capital Ratio stood at 11.73%, compared to 11.80% in 2021; the Tier 1 Capital Ratio stood at 15.73%, compared to 11.80% in 2021 and the Total Capital Ratio was 15.73%, compared to 15.32% in 2021.

At consolidated level, Own Funds amounted to €611.9 million (compared to €481.1 million at December 31, 2021); the CET 1 Capital Ratio stood at 16.86%, compared to 17.63% in 2021; the Tier 1 Capital Ratio stood at 22.33%, compared to 17.63% in 2021 and the Total Capital Ratio was 22.33%, compared to 22.16% in 2021.

*d) Atypical or unusual transactions*

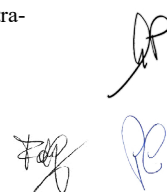
The Directors' Report on Operations, as well as the information acquired during participation in meetings of the Board of Directors and information received from the Chairperson and the Chief Executive Officer ["CEO"], as well as from management and the Control Functions and the independent auditors, did not reveal the existence of atypical and/or unusual transactions.

*e) Intra-group transactions or related party transactions*

The Board of Statutory Auditors monitored compliance of the policies, regulations and procedures in use at the Bank, as well as observance thereof.

The main reference documents for transactions with related parties consist of the "Policies on internal controls adopted by the BFF Group for the management of conflicts of interest" most recently updated on December 30, 2021 and the "BFF Banking Group Regulations for the management of transactions with persons in conflict of interest" most recently updated on October 27, 2022, with the favorable opinion of the Board of Statutory Auditors, in order to include amongst ordinary transactions those carried out by the subsidiaries BFF Immobiliare S.r.l. and BFF TechLab S.r.l.

During the year under review, the Board of Statutory Auditors did not detect the existence of atypical or unusual transactions carried out with related parties, intra-



group, or with different entities, nor did it have indications to that effect from the Board of Directors or the Independent Auditors.

Information regarding related-party transactions are outlined in detail in the special section of the Financial Statements.

*f) Supervisory and control activities conducted by the Board of Statutory Auditors in relation to the tasks assigned to it in its capacity as "Internal Control and Audit Committee"*

Pursuant to Art. 19, paragraph 1, of Italian Legislative Decree No. 39/2010, as amended by Italian Legislative Decree 135/2016, as well as Regulation (EU) No. 537, the Board of Statutory Auditors, in its role as ICAC, has conducted autonomous assessments on organizational structures targeted at fully implementing the regulatory provisions which aim, in particular, to strengthen the quality of auditing and the independence of the independent auditors, in order to improve market and investor confidence in financial reporting.

During the year, the ICAC maintained continuous interaction with the independent auditors, attributing particular emphasis to verifying the continued fulfillment of the independence requirement by the independent auditors and the exchange of information with the Board of Statutory Auditors, in relation to the various responsibilities and types of control.

With regard to accounting auditing activity, during the numerous meetings held with KPMG, the Board of Statutory Auditors:

- (i) acquired information on the audits conducted, as well as on the proper bookkeeping of the Company's accounts and proper reporting of management operations in the accounting records;
- (ii) received from the independent auditors, pursuant to Art. 11 of EU Regulation No. 537/2014, the Additional Report for the ICAC, which showed a potential increase in the risks of significant errors relating to expected credit losses and the fair value of financial instruments due to the higher degree of uncertainty deriving from the Russia-Ukraine conflict, which were evaluated with the involvement of specialists on financial risks, resulting in an extension of the auditing procedures; this describes the significance, audit plan and scope of consolidation, the methodology used, the summary of risks and the key



aspects of the audit. From these considerations, it emerged that: i) there are no significant deficiencies in the internal control system in relation to the financial reporting process; ii) no cases of fraud or suspicion of fraud were brought to the attention of the ICRC; iii) no issues considered significant concerning cases of non-compliance, actual or alleged, with laws, regulations or provisions of the by-laws were identified; iv) no significant difficulties were encountered in the course of the audit; v) no significant errors were identified; vi) there were no aspects to be reported with respect to the company's bookkeeping and the proper reporting of management operations;

(iii) acknowledging that no significant aspects emerged to be reported with regard to the provisions of EU Delegated Regulation 2019/815 "Regulatory technical standards on the specification of a single electronic reporting format" (ESEF).

The Board of Statutory Auditors received from the independent auditors, pursuant to Art. 6, paragraph 2, letter a) of EU Regulation 537/2014, and pursuant to paragraph 17 of ISA Italia 260, confirmation of their independence, in which the auditors declare that they respected the ethical principles pursuant to Arts. 9 and 9-bis of Italian Legislative Decree 39/2010 and that they have not identified situations that compromised their independence, nor did the Bank identify situations capable of compromising it.

The Board of Statutory Auditors also examined the reports drawn up by the independent auditors KPMG S.p.A. issued on March 23, 2023. The activity of the independent auditors integrates the general framework of the Control Functions established by the regulations with reference to the financial reporting process.

The text of the Audit Report also includes the Key Aspects of the audit, i.e. those aspects considered most significant in the context of the audit of the separate financial statements and the consolidated financial statements.

With respect to opinions and certifications, the Independent Auditors proceeded as follows in their Audit Report on the Financial Statements:

- They issued an opinion showing that the separate financial statements and the consolidated financial statements of BFF Bank S.p.A. and the BFF Banking Group, respectively, provide a true and fair representation of the financial position of the Bank and the Group as at December 31, 2022, the results of operations and cash flows for the year ended on that date in accordance with



the International Financial Reporting Standards adopted by the European Union, as well as the measures issued in implementation of Art. 9 of Italian Legislative Decree No. 38/2005 and Art. 43 of Italian Legislative Decree No. 136/15;

- They issued an opinion on consistency, showing that the Directors' Reports on Operations accompanying the separate financial statements and the consolidated financial statements as at December 31, 2022, and some specific information contained in the “Report on Corporate Governance and Ownership Structures” indicated in Art. 123-*bis*, paragraph 4, of the Consolidated Law on Finance, responsibility for which lies with the directors, were drawn up in accordance with the law;
- They issued an assessment on compliance with the provisions of Delegated Regulation (EU) 2019/815 of the separate financial statements and consolidated financial statements in XHTML format and the mark-up of the consolidated financial statements, in all their significant aspects;
- With reference to any major errors in the Directors' Report on Operations, based on the knowledge and understanding of the Company and respective information acquired during the course of the audit, they declared that they had nothing worthy of note to report.

Instead, as for identifying Key Aspects, the Board of Statutory Auditors was able to ascertain how they pertain to: i) the recognition of default interest on performing loans and receivables that were acquired outright; ii) the recognition of the lump-sum debt collection indemnity (€40); iii) the recoverability of the value of equity investments in subsidiaries recognized in the financial statements; iv) the valuation of intangible assets with a definite and indefinite useful life.

In this regard, the Board of Statutory Auditors has taken note of the audit procedures outlined by the independent auditors in response to the Key Aspects, by agreeing on the measures to be taken to mitigate any risks associated with them.

The Independent Auditors also issued, pursuant to Art. 3, paragraph 10, of Italian Legislative Decree No. 254/2016 and Art. 5 of Consob Regulation Resolution No. 20267/2018, the “Report of the independent auditors on the consolidated non-financial disclosure” in which they state, on the basis of the work carried out, that no evidence had come to their attention to suggest that the Consolidated Non-Financial



Disclosure relating to the year ended December 31, 2022 was not drawn up, in all significant aspects, in accordance with the requirements of Arts. 3 and 4 of Italian Legislative Decree No. 254/2016 and the GRI Reporting Initiative Sustainability Reporting Standards defined by the GRI – Global Reporting Initiative.

*g) Independence of the auditor*

The Board of Statutory Auditors supervised the independence of the independent auditors through constant monitoring of auditor activities, with reference to both Audit Services and Non-Audit Services, preventively subject to assessments and the expression of an opinion by the ICAC, in order to exclude, among these, the presence of services considered prohibited by Art. 5 of the aforementioned Regulation.

In the course of 2022, the Board of Statutory Auditors carried out its own independent assessments on the potential risks to the independence of the independent auditors and the safeguards applied pursuant to Art. 22 ter of Directive 2006/43/EC, also making reference to the “Group Regulations for the Approval of the so-called “Non-Audit Services” to be granted to the firm assigned the external audit of the accounts”, most recently updated on July 28, 2021, which define the general principles and operating procedures in relation to the assignment of Non-Audit Services, conferred on the Group Independent Auditors and their Network, and ascertaining, mainly:

- that Non-Audit Services are not part of prohibited services, as defined in Art. 5, paragraph 1 of the EU Regulation, unless otherwise provided for by Member States;
- the reasons for the appointment of KPMG or entities of its network by the management of the Public Interest Entity (the Bank, pursuant to Art. 16 of Italian Legislative Decree 39/2010);
- that the fees requested appeared to be determined in such a way as to guarantee the quality and reliability of the work, and were such as not to give rise to possible risks to the independence of the auditor.

The Board of Statutory Auditors examined the Report on the independence of the independent auditors pursuant to Art. 6, paragraph 2, letter a) of EU Regulation 537/2014 and pursuant to paragraph 17 of ISA Italia 260, issued by the latter on March 23, 2023, which shows that no situations have compromised their



independence and that there are no causes of incompatibility, pursuant to Arts. 10 and 17 of Italian Legislative Decree No. 39/2010 and Arts. 4 and 5 of European Regulation 537/2014.

The Financial Statements specify, in accordance with Article 149-*duodecies* of the CONSOB Issuers' Regulation (resolution No. 11971 of May 14, 1999, as amended) the fees for the year 2022 for audit and non-audit services provided by the independent auditors and other companies in their network.

It should also be noted that the Bank engaged KPMG S.p.A.(i) to perform a limited audit of the Consolidated Non-Financial Disclosure ["NFD"], pursuant to Italian Legislative Decree No. 254/2016 relating to the year 2022, an activity categorized as an audit service; (ii) to perform auditing and assurance activities on the data made available by a third-party company subject to a possible acquisition. In the view of the ICAC, these activities did not influence auditor independence.

With regard to the above, in relation to the tasks assigned to KPMG and its network by BFF Bank S.p.A. and the Group companies, the Board of Statutory Auditors does not believe that there are any critical aspects concerning the independence of the Auditor.

*h) Respect for the principles of proper administration*

The information obtained during the year and described in brief in this report enable the Board of Statutory Auditors to affirm that the transactions carried out were inspired by respect for the principles of proper administration, approved and carried out in compliance with the law and the by-laws and also to rule out that any transactions carried out were clearly imprudent or risky, conflicting with resolutions passed by the Company or such so as to compromise the integrity of its assets.

*i) Administrative, accounting and financial reporting process*

Art. 19 of Italian Legislative Decree No. 39/2010 provides that the ICAC is responsible for monitoring the financial reporting process and making recommendations or proposals to ensure its integrity, as well as for monitoring the effectiveness of internal control and risk management systems with regard to financial reporting.





The Board of Statutory Auditors has taken note that the Board of Directors of BFF Bank S.p.A., in compliance with the provisions of Italian Law No. 262 of December 28, 2005 and Art. 154 bis of the Consolidated Law on Finance, established in its governance structure the role of Financial Reporting Officer, and approved the Financial Reporting Officer Functioning Regulations and the Methodological Note of the Financial Reporting Officer.

Due to the subsequent expiry at September 30, 2022 of the term of office of the Financial Reporting Officer Mr. Claudio Rosi, the Board of Directors appointed Mr Giuseppe Manno to replace him effective as of October 1, 2022, after obtaining the favorable opinion of the Control and Risks Committee, the Appointments Committee and the Board of Statutory Auditors, obtaining confirmation of his suitability for the role from the Bank of Italy in a letter dated August 8, 2022.

As for the tasks assigned to the Board of Statutory Auditors, during the year it monitored the work of the Function of the Financial Reporting Officer with whom it held regular meetings, examining the reference model structured according to market best practices (COSO Report) capable of providing reasonable certainty on the reliability of the financial reporting process, as well as on the effectiveness and efficiency of operations, in compliance with laws and internal rules.

In particular, the Board of Statutory Auditors showed how the Bank chose the “mixed” control model as a suitable one for guaranteeing the monitoring of the Internal Control System on periodic financial reports based on the characteristics of the Group, with a diversified application of these to the Subsidiaries which, for the purposes of carrying out the planned activities, call for:

- the preliminary identification of the scope of activities (“scoping”) with direct controls for the Parent Company and for BFF Finance Iberia S.A.U. [“**BFF ES**”] and indirect controls on the subsidiary BFF Polska S.A. [“**BFF PL**”] through a local resource who reports hierarchically to the Chief Financial Officer of the subsidiary and functionally to the structure of the Financial Reporting Officer of the Parent Company;
- the identification of audits on the Internal Control System [“**ICS**”], evaluated as a whole at governance and Entity level [“**Entity Level Controls**” or “**ELCs**”], highlighting that at corporate level all aspects for improvement suggested previously were remedied and that in terms of general compliance




- with the requirements set forth by the control model, the overall level of adequacy is “Medium High”;
- the performance of adequacy and effectiveness checks on the ICS at process level (“direct approach”);
  - the review of the results of the audit activities performed by the Group Control Functions in order to identify any elements useful for the evaluation provided by the ICS on financial misstatement risks;
  - the identification of any critical issues, evaluated based on their impact in terms of residual risk and potential impacts on profit and loss, and corrective actions initiated to remedy any gaps identified;
  - the monitoring of and follow-up on corrective actions subject to specific reporting to the Chief Executive Officer.

The activities described above are preparatory to the issue of the certification pursuant to Art. 81-ter of Consob Regulation No. 11971 of May 14, 1999 as amended, signed by the Chief Executive Officer and the Financial Reporting Officer, and must ensure the adequacy and effective application of the administrative and accounting procedures for the preparation of the financial statements, instrumental to confirming the correspondence of the company accounting documents with the results of the accounting books and their suitability to provide a true and fair representation of the financial position, profit and loss and cash flows.

The Board of Statutory Auditors was able to examine the outcome of the audits in which it was revealed, in various areas, that the situation was, on the whole, monitored, and that there were no critical aspects or shortcomings such as to affect the judgment of the adequacy and effective application of the administrative and accounting procedures, although there were areas for improvement on which corrective action should be taken.

Furthermore, with regard to the subsidiaries acquired in 2022, BFF Immobiliare S.r.l. was not considered within the scope of controls due to its low degree of significance, while BFF Techlab S.r.l., consolidated line-by-line in the Consolidated financial statements as at December 31, 2022, will be tested in the second quarter of 2023.

Therefore, the Board of Statutory Auditors, with regard to the structure and content of the periodic reports drawn up by the Financial Reporting Officer when the Half-Yearly Financial Report, the Separate Financial Statements and the Consolidated

Financial Statements were drafted, believes that the activities carried out to assess the adequacy and effective application of the processes and procedures functional to the financial reporting of the Group are adequate to justify the certification requested from the Chief Executive Officer and the Financial Reporting Officer, pursuant to Art. 154 bis of the Consolidated Law on Finance.

*j) Consolidated Non-Financial Disclosure*

The Board of Statutory Auditors supervised compliance with the provisions established by Italian Legislative Decree No. 254/2016 and examined the NFD relating to the 2022 financial year, ascertaining its compliance with the provisions governing its drafting pursuant to the aforementioned Decree.

In particular, it acknowledges that, in line with the new GRI – Sustainability Reporting Standards issued in 2021 and applicable as of the 2022 NFD, the Bank has drafted the document “in accordance” with all of the reporting requirements established, providing a full disclosure for each material topic.

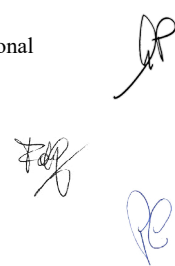
The Bank updated its materiality analysis pursuant to GRI 3, initiating the adoption of the concept of double materiality established by the EFRAG, to include both Impact Materiality and Financial Materiality, and increased the disclosure on regulatory compliance and the resulting improvements to be enacted, also reporting information concerning Taxonomy Eligibility.

On July 28, 2022, the Board of Directors approved the establishment of an ESG Committee, as a managerial body with proposal and advisory functions in favor of the CEO. It also began a process of engaging with the main ESG rating agencies in order to incentivize performance improvement thanks to substantial and not only formal initiatives. The Group approved the Diversity & Inclusion Policy in December 2022.

As mentioned above, the independent auditors KPMG expressed a positive opinion. For all matters not addressed, the Board of Statutory Auditors refers the reader to the 2022 NFD.

*k) Adequacy of the organizational structure*

The Board of Statutory Auditors supervised the adequacy of the organizational structure.



It found it to be adequately monitored by the management body and the Board of Directors, as well as subject to periodic updates to make it more efficient and effective in relation to the needs emerging due to economic trends, business requirements, market dynamics and regulatory developments.

The Company's organizational chart clearly identifies lines of responsibility, breaking them down until the more operational functions, and is periodically reviewed and updated by the Administrative Body with the support of the responsible offices. The organizational chart also represents the functions of the individual structures that are reflected in the representation of the delegations and powers attributed to an appropriate level of skill and responsibility, with the objective of an adequate separation of duties.

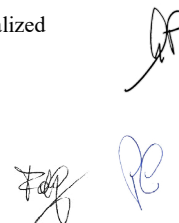
The Board of Statutory Auditors noted that, during 2022, the integration process of the former DEPOBank Banca Depositaria Italiana S.p.A. continued, particularly with regard to aspects relating to the streamlining of the organizational structure, internal regulations and the harmonization and implementation of the IT system.

Also in view of what has been stated in previous sections of this Report, the Board of Statutory Auditors is of the opinion that the Bank's organizational structure is on the whole substantially adequate based on its size and operating characteristics, and requires continuous monitoring and the performance of improvement actions in line with the complexities arising from the Group's growth in size and operational diversification and the associated risks to which it is exposed.

*l) Instructions given to the subsidiaries*

The Bank, as Parent Company and point of reference for the Supervisory Authority, in exercising its management and coordination activities, issued the various instructions to the Subsidiaries required to implement the general and special instructions issued by the Bank of Italy in the interests of Group stability, pursuant to Art. 61, paragraph 4 of the Consolidated Law on Banking and Circular No. 285/2013.

Relationships with the subsidiaries are defined in the "Intra-group Regulations" and the instructions are given by the individual Functions in order to update the subsidiaries on internal regulations applicable to them and the information needed for the reporting package, the main activities of which are performed in a centralized



manner.

Recalling that there are no equivalent control bodies in the Group's foreign Companies, the Board of Statutory Auditors in any event carried out its own in-depth analysis during periodic meetings with the Bank's company control functions. In this regard, it should be recalled that the control functions have direct responsibility for their respective analogous structures in relation to BFF Finance Iberia S.A.U., while they are recipients of functional reporting from the corresponding similar functions of the BFF Polska Group.

The Board of Statutory Auditors considers the instructions issued by the Bank to its subsidiaries to be adequate on the whole, including for the purpose of providing all the information necessary to fulfill the disclosure obligations required by law, pursuant to Art. 114, paragraph 2, of the Consolidated Law on Finance.

*m) Adequacy of the internal control and risk management system*

The internal control system is defined as the set of directives, procedures and operating practices adopted by the company in order to reach the following objectives through an adequate process for identifying, measuring, managing and monitoring the main risks:

- strategic objectives, to ensure the compliance of the Administrative Body's decisions with the directives received and the purpose that the Company and the Group aim to achieve, as well as with the protection of stakeholder interests;
- operating objectives, aimed at guaranteeing the effectiveness and efficiency of company activities;
- reporting objectives, aimed at guaranteeing data reliability and trustworthiness;
- compliance objectives, to ensure the compliance of business activities with laws and regulations in force.

The Board of Statutory Auditors also confirms that it held periodic meetings with the Chief Executive Officer responsible for the ICS and with the Corporate Control Functions - Internal Audit, Compliance and AML, Risk Management, the Function of the Financial Reporting Officer and the independent auditors KPMG -, in addition to its constant participation in the work of the Control and Risks Committee.




It acknowledges the extensive disclosure provided to the Board of Directors by the Chief Executive Officer about the implementation status of Board of Directors resolutions and the progress made in activities intended to reach strategic objectives. The Board of Statutory Auditors verified that each company of the Group had adopted an internal control system consistent with the Group's strategy and policy, especially with regard to the foreign subsidiaries, for which, in compliance with local restrictions, initiatives have been put in place to ensure, overall, adequate standards and organizational controls. Further strengthening initiatives have already been carried out, including as a result of the inspections of the Supervisory Authority carried out in the course of 2021, as well as in light of the greater complexity deriving from the growth and operational diversification of the Group.

In this regard, it is once again recalled that, in its capacity as Parent Company of the BFF Banking Group, BFF Bank S.p.A. performs the functions of management and coordination, as well as unitary control, of BFF Finance Iberia S.A.U., BFF Polska S.A., BFF Immobiliare S.r.l. and BFF TechLab S.r.l., complying with the "Intra-group Regulations", which define the organizational architecture, objectives and content of the management, coordination and control activities, and other Group Regulations aimed at better governing the application of the relevant legislation.

Indeed, in the internal control system, the regulatory structure of the Bank and the Group and the constant updating of policies and regulations are particularly important; specifically, in 2022: i) the Organization, Management and Control Model pursuant to Italian Legislative Decree No. 231/2001 and the Code of Ethics were updated; ii) the Group anti-money laundering and anti-terrorism regulation was updated; iii) the Compliance risk management policy was updated; iv) the Diversity & Inclusion Policy was approved; v) the ESG Managerial Committee Regulation was approved; vi) the Intra-group Regulation was updated; viii) the Internal dealing procedure was updated; viii) the Procedure for the maintenance and updating of registers of people with access to significant and inside information was updated; ix) the Internal procedure for the management and external disclosure of inside information was updated; x) the 2022 Remuneration and incentive policy was approved; xi) the Regulation for the management of transactions with persons in conflict of interest was updated; xii) the Credit regulation was updated; xiii) the Credit Committee Regulation was updated; xiv) the Group Risk Management Function Regulation was updated; xv) the Group Pillar 3 Reporting Disclosure

Policy was updated; xvi) the Stress Test Framework Regulation was updated.

The Board of Statutory Auditors also acknowledged the activities carried out by the Supervisory Body appointed to guarantee the adequacy, observance and updating of the organization and management model pursuant to Italian Legislative Decree 231/01 and, during periodic meetings, confirmed the fulfillment of the requirements of efficiency and independence by that body, exchanged information concerning the Bank's oversight mechanisms, the controls performed and the ensuing results, and obtained confirmation of the accuracy and frequency of the information flows to be sent to it.

The Board of Statutory Auditors also ascertained the Bank's compliance with its obligations to correspond with and send disclosures to the Supervisory Bodies.

The activities resulting from the inspections carried out by the Supervisory Authority during the year and on the basis of the Remediation Plan consequently prepared at the end of 2021 were constantly monitored, updated and reported on a quarterly basis to the Board of Directors. The objectives set forth in the plan are in the conclusion phase, without prejudice to a few activities that need to be replanned linked to the development of the IT system, but also as a result of additions and implementations made necessary by developments planned by the Bank, regulatory amendments or subsequent discussions with the Authority.

Based on the activities carried out and the information acquired, the Board of Statutory Auditors hence believes that overall there are no critical issues such so as to affect the structure of the ICS, in any event highlighting the extensive context to which the assessments, still ongoing, on the corporate governance system and on the check and balance mechanisms subject to Bank of Italy observation must be applied.

The Board of Statutory Auditors monitored the adequacy of the risk management system by examining the periodic reports of the Control Functions and the periodic information provided, as well as the results of monitoring activities and actions taken to implement corrective measures identified and through participation in meetings of the Control and Risks Committee.

The Group has adopted a structured reference framework, through the implementation of a process regulated by specific risk appetite framework ["RAF"]



internal regulations, which is evaluated by the Board according to the business model and the Strategic Plan and provides for the approval of risk objectives, risk trigger thresholds and tolerance thresholds.

In this regard, the Board of Statutory Auditors has supervised, within the limits of its remit, the comprehensiveness, adequacy, functionality and reliability of the RAF, also evaluating the changes to the framework during the year under review in relation to developments in terms of metrics and calibration of risk limits, in order to incorporate equal changes in the Bank's business models, or in consideration of regulatory indications.

The Board of Statutory Auditors confirms that the Board of Directors has defined ICS guidelines, ensuring that the main corporate risks are identified, managed and monitored in an appropriate manner. In particular, it assessed the types of risks at a consolidated level and approved the assumption thereof in a structured manner for all entities of the Group and for all the countries in which the Group operates.

Overall, the control and risk management system appears to be consistent with the legal and regulatory framework and the Group's organizational structure. On the basis of the above-mentioned Remediation Plan, the Bank has identified remedial actions that have had impacts on the activities and methodologies adopted by the control functions, with particular reference to the Risk Management Function and the Internal Audit Function. These actions were necessary to ensure the alignment of the ICS with the complexities deriving from the growth in size and diversification of the Group's activities.

The Board of Statutory Auditors has constantly monitored, including for the year 2022, the activities carried out by the Control Functions, reporting on the most important aspects and on the outcome of checks carried out, with regard to which the following should be observed.

On April 29, 2022, the Board of Directors of BFF Bank S.p.A. approved the 2021 ICAAP/ILAAP Report, analyzing the considerations of the Control Functions concerned and of the Control and Risks Committee.

To that end, the Board of Statutory Auditors evaluated the ICAAP/ILAAP process adopted by the Bank as structured in compliance with regulatory provisions on the matter. It agreed with the remarks made by the Control Functions on the proposed initiatives which, subject to a refinement of stress scenarios, monitoring of the impacts and risks connected to the new ESG regulations and the inclusion of these





risks connected with the ICAAP framework, are intended to establish a solid and secure structure in support of risk governance and control processes based on the new Group configuration.

In the course of its in-depth analysis, the Board of Statutory Auditors ascertained the consistency with the Group's business model, the RAF, the ICAAP process, as well as the general structure of the Bank.

On April 29, 2022, the Board of Directors of the Bank approved the "Recovery Plan of BFF Banking Group" [***Recovery Plan***], as requested by the Bank of Italy.

The Board also expressed its considerations on the 2021 Annual Report on "Outsourced Critical or Important Functions" [***CIF***] drafted by the Internal Audit Function, expressing its opinion in favor of its approval during the Board of Directors meeting of April 29, 2022.

In the context of the activities carried out by the Anti-Money Laundering Function, with reference to legislation to combat money laundering and terrorist financing, the Board of Statutory Auditors has constantly monitored the aforementioned activities as well as the outcome of the *ex post* verifications, in respect of which no particularly critical situations have been reported. The Board of Statutory Auditors also examined the self-assessment on risks related to money laundering and terrorist financing.

In this regard, the Board of Statutory Auditors noted that, in the opinion of the Manager of the Function, the overall assessment of the residual risk of Group money laundering should be considered "low".

The Board of Statutory Auditors also verified the comprehensiveness, adequacy, functionality and reliability of the Business Continuity Plan, the residual risks of which deemed "Medium High" are inherent in the critical issues linked to a supplier's operational continuity technological solutions. The Board of Directors approved the Operational continuity plan at December 22, 2022, accepting that residual risk and identifying the actions to be carried out urgently, in order to monitor and reduce residual risk.

On the same date, the "*ICT strategic guidance document*" was approved, which defines the methods for managing and improving the company's IT system to cover the Group's current and future needs, a document updated in light of the changes




that have taken place and priorities and objectives, also with reference to the 2021-2023 ICT strategic plan.

In light of the 40th update of Circular 285/2013 published on November 2, 2022, the current year will be fundamental to define the ICT infrastructure and obtain the specialized skills required to perform assurance duties.

At the reporting date, with reference to the current Russia-Ukraine geopolitical crisis, which represents a factor of instability and influences the European and global macroeconomic situation, note that the Group has enacted constant monitoring of the risks to which it may be exposed.

Part E of the separate and consolidated financial statements includes “Information on risks and related hedging policies”.

In conducting the relevant audits, the Board of Statutory Auditors continued its constant dialog with the Internal Audit Function, including for the year under review, sharing the results of the verification activities carried out, both with regard to the Parent Company and individual investees.

In this regard, the Board of Statutory Auditors was able to note that the activities planned by the Internal Audit Function for the year 2022 covered the scope of activities that the Function had undertaken to perform.

The Audit Plan, prepared on a three-year basis for the 2022-2024 period, provides for a process-oriented planning of activities according to a risk-assessment based approach. It is reviewed and/or supplemented annually and submitted for approval to the Board of Directors, after examination by the Control and Risks Committee, with prior sharing with the Chairman of the Board of Directors, the Chief Executive Officer, the Board of Statutory Auditors and the 231/2001 Supervisory Body.

The Board of Statutory Auditors examined the Group Audit Plan for the 2022-2024 three-year period, noting, in particular with regard to the foreign subsidiaries, that: i) for the BFF Polska Group, the reports relating to the audits – the results of which are included in the Tableau de Bord of the Internal Audit Function of the Parent Company – are shared by the local Internal Audit Function with the corporate bodies of BFF Polska S.A. and transmitted to the Internal Audit Function of the Parent Company, which involves, where necessary, and for matters within their field of competence, the Company Functions concerned; ii) for BFF Finance Iberia S.A.U., the results of the checks carried out by the Parent Company’s Internal Audit function

on the basis of a specific service contract are forwarded in advance to the Board of Directors of the subsidiary and included in the Tableau de Bord of the Parent Company's Internal Audit Function.

With a positive outcome, the Board of Statutory Auditors examined the update to the Group's "*Internal Audit Manual*", approved by the Board of Directors on January 28, 2022.

It must be noted that the Internal Audit Function is also responsible for the internal reporting system ("whistleblowing"), in relation to which there were no reports received during the year 2022.

*n) Remuneration policies*

The remuneration policies of the Group are governed by the Remuneration and Incentive Policy for members of the strategic supervision, management and control bodies, as well as employees [the "**Policy**"], drawn up in accordance with the provisions of Title IV, Chapter 2 of the Supervisory Provisions for banks, aimed at incorporating the innovations introduced in this area by Directive 2019/878/EU (CRD V) and the Guidelines of the European Banking Authority in implementation of the Directive (EBA/GL/2021/04). The Bank has also taken into account in its Policy the updates of the Corporate Governance Code, with the exception of the provisions on share ownership, considering it more appropriate to apply what is established in the Supervisory Provisions.

The Policy currently in force, available on the Bank's website, which should be referred to for the details, was approved by the Shareholders' Meeting on March 31, 2022 with the predefined formulas for the determination of the amounts recognized within the scope of agreements with employees.

Consistent with the Supervisory Provisions, in January and February 2022 the Internal Audit Function performed a specific audit to check the compliance of remuneration and incentive practices with the policies adopted by the Group, as well as the guidelines on the matter provided by the Shareholders' Meeting. On the basis of its findings, the Internal Audit Function deemed that the remuneration policies for the year 2021 were properly applied, although some areas for improvement continued to be identified in the relative process.

The Board of Statutory Auditors checked the procedure that characterized the




preparation of the Annual Report on the remuneration policy and the fees paid to the strategic supervision, management and control bodies and to personnel of the BFF Banking Group, as part of the disclosure required pursuant to Art. 123-ter of Italian Legislative Decree No. 58 of 1998 and Art. 84-quarter of the Issuers' Regulation, which is divided into two sections:

- The first contains the remuneration policy of the BFF Banking Group for the year 2023 and will be submitted for approval to the next Shareholders' Meeting;
- The second describes the methods with which the remuneration policy in force in 2022 was implemented during that year, providing a final balance of the remuneration actually paid out.

*o) Reports, petitions, omissions or objectionable actions, opinions given and initiatives taken*

During 2022, and up to the date of preparation of this report, no reports were received pursuant to Art. 2408 of the Italian Civil Code.

Complaints and reports were received by the Group during the year which were managed and periodically reported by the Compliance & AML Function. The number of complaints accepted is marginal with respect to the activity carried out.

No reports of objectionable events were received.

The events and reports made by the Board of Statutory Auditors in its previous composition were already described in the Report of the Board of Statutory Auditors to the Financial Statements at December 31, 2021, to which the Board refers for further information.

The Board in any event reports that:

- CONSOB has initiated a procedure for alleged breaches of the market disclosure obligations set forth in Art. 17 of the MAR and Art. 114, par. 1 of the Consolidated Law on Finance. On March 20, 2023, after the Bank's submission of its briefs and counter-arguments, Consob notified the Bank that it was applying a fine of €15,000.00. The Bank has 30 days, as of the notification date, to appeal that measure;
- in the second half of 2022, the Bank of Italy (i) launched penalty proceedings pursuant to Art. 145 of the Consolidated Law on Banking for the alleged

violation of remuneration and incentive policies and practices pursuant to Art. 53, par. 1, letters b) and d) of the Consolidated Law on Banking, (ii) disclosed its observations relating to critical issues included *a)* in the CEO contract approved in 2022, which weaken the check and balance mechanism in Bank governance and *b)* in the governance structures, particularly with regard to the functioning of the Corporate Bodies and the conduct of the relative members. With reference to point (i), the critical issue was removed by eliminating the clause from the CEO contract; the penalty procedure is still ongoing and the Bank is waiting for the decisions of the Supervisory Body. With reference to point (ii) *a)*, amendments to the CEO contract were developed and have already been shared with the Authority. Lastly, the observations pursuant to point (ii) *b)* triggered extensive considerations by the Board of Directors, also with the support of an external advisor, as suggested by the Authority, generating positive changes such as reinstating a fair working environment both within the Board of Directors and in interactions between the Board of Statutory Auditors and the Board of Directors, and generating assessments for any future changes and improvements in the governance structures.

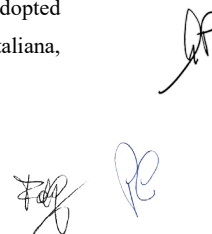
*p) Opinions of the Board of Statutory Auditors*

During the year, and up to the date of preparation of this Report, the Board of Statutory Auditors gave the opinions and made the observations assigned to it under regulations in force and under the Supervisory Provisions for banks and listed companies.

In the course of the activities carried out and based on the information obtained, no omissions, objectionable actions, other irregularities or in any case significant circumstances were found that would require reporting to the Supervisory Authorities or mention in this Report, in addition to the above.

*q) Governance*

The Board of Statutory Auditors acknowledges that the “Report on Corporate Governance and Ownership Structures” illustrates the governance model adopted and its compliance with the Corporate Governance Code promoted by Borsa Italiana,



most recently approved in 2020, and describes compliance with the recommendations set forth in the letter of the Chair of the Corporate Governance Committee, Ms. Lucia Calvosa, of February 1, 2023.

During the year 2022, the Board of Statutory Auditors also conducted an audit on the proper application of the criteria and procedures to assess the independence requirements of members of the Board of Directors pursuant to the Consolidated Law on Finance, the Corporate Governance Code and the Fit and Proper Decree. To that end, the Board of Statutory Auditors acknowledges that, based on the documentation and statements provided by each Director, both the Appointments Committee and the Board of Directors conducted audits on the independence of the Directors.

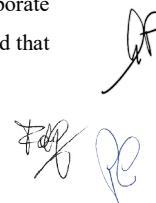
The Board of Statutory Auditors acknowledge that in 2022 the activity was launched for the drafting of the “Independent directors regulation”, which was approved during the year.

In the final quarter of 2022, the Board of Statutory Auditors monitored the Board of Directors self-assessment process, which was performed with the support of an external advisor and completed in February 2023, identifying the formal accuracy of the activities carried out and the relative procedure, the details of which are provided in the Governance Report, to which the Board also refers for information about the relative results.

With reference to the changes made in the Board of Directors and the Board of Statutory Auditors, the Report on Operations and the Governance Report list the events that took place in the first part of 2022. The Board of Statutory Auditors, acknowledging this specific moment being experienced by the Bank, confirms that actions have been taken to further improve the corporate governance structure and foster both fluid interactions between the governance bodies and the utmost effectiveness of their actions, both elements necessary to reach the Bank’s objectives.

#### Conclusions

On the basis of the supervisory activities carried out by the Board of Statutory Auditors, as described above, we can therefore reasonably affirm that corporate activities were carried out in 2022 in compliance with law and the By-laws and that



the organizational, administrative and accounting structure, as well as its practical functioning, were adequate.

The Board has read the reports issued on March 23, 2023 by the Independent Auditors pursuant to Arts. 14 and 16 of Italian Legislative Decree 39/2010, on the Bank's Separate Financial Statements and on the Consolidated Financial Statements of the Banking Group at December 31, 2022, which express a positive opinion without any remarks or comments, or requests for further information. They also express an opinion on the consistency and compliance of the Directors' Report on Operations with the financial statements pursuant to Art. 14, paragraph 2, letter e) of Italian Legislative Decree No. 39/2010.

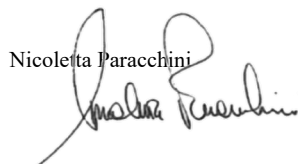
On the same date, the Independent Auditors issued their report on the Non-Financial Consolidated Disclosure, which contained no remarks worthy of note.

Taking into account all of the above, recalling that the shareholders' meeting will be held by means of telecommunication, the Board of Statutory Auditors, to the extent of its remit, does not find any reason not to approve the draft Separate Financial Statements as at December 31, 2022 and the allocation of the profit formulated by the Board of Directors.

Milan, March 23, 2023

The Board of Statutory Auditors

Nicoletta Paracchini



Fabrizio Di Giusto

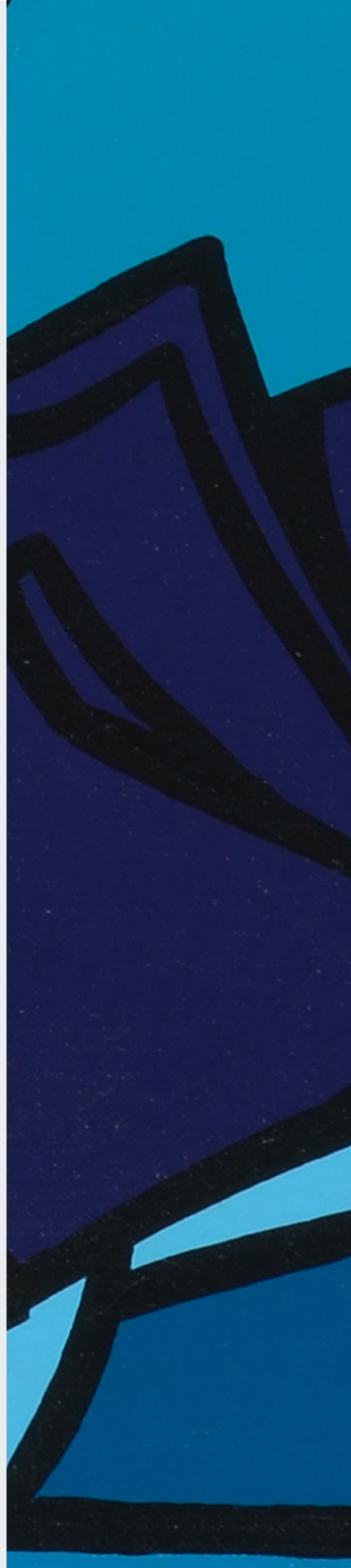


Paolo Carbone

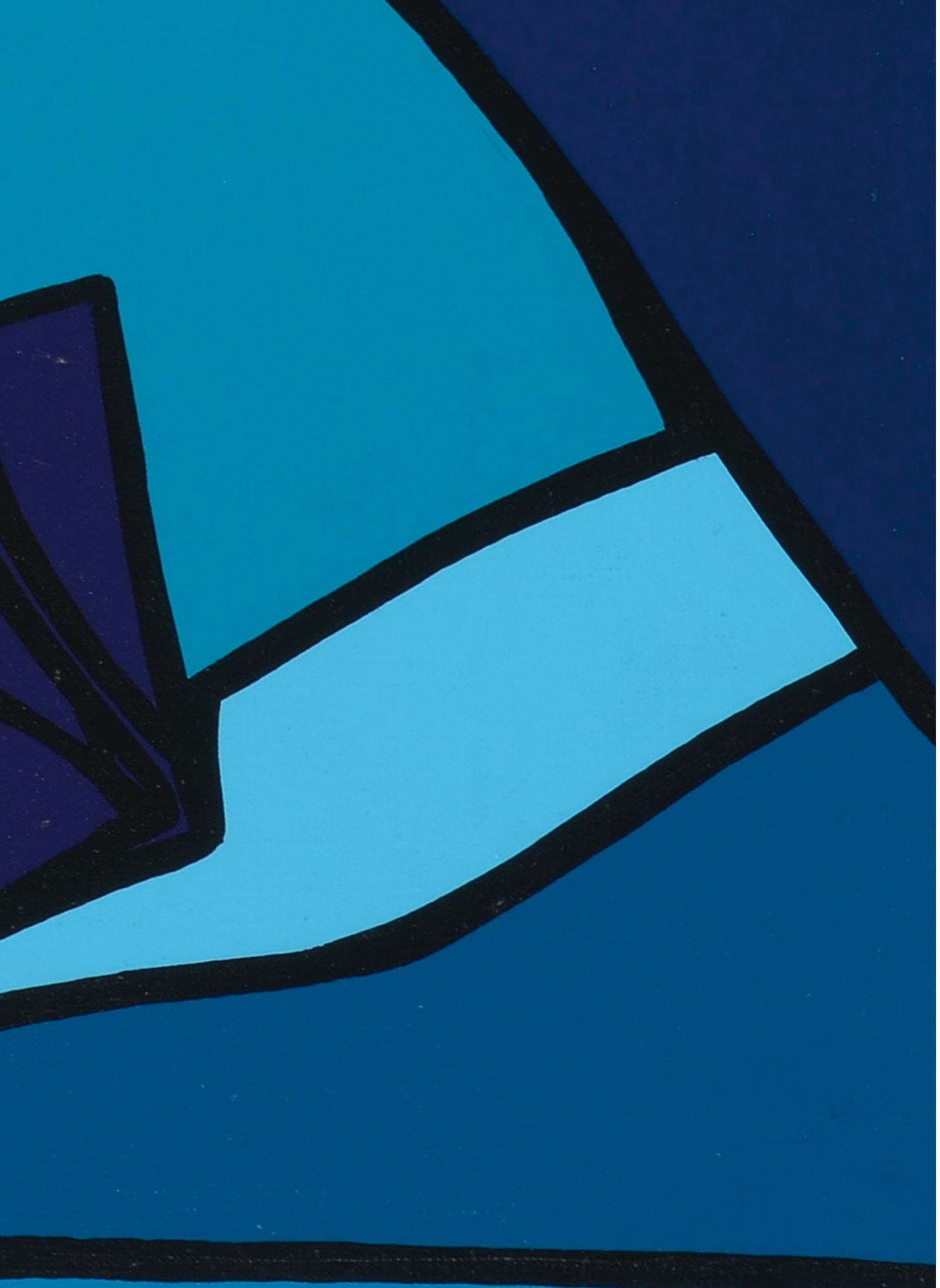


# 05

Report  
of the  
Independent  
Auditors









KPMG S.p.A.  
Revisione e organizzazione contabile  
Via Vittor Pisani, 25  
20124 MILANO MI  
Telefono +39 02 6763.1  
Email it-fmauditaly@kpmg.it  
PEC kpmgspa@pec.kpmg.it

(The accompanying translated separate financial statements of BFF Bank S.p.A. constitute a non-official version which is not compliant with the provisions of the Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815. This independent auditors' report has been translated into English solely for the convenience of international readers. Accordingly, only the original Italian version is authoritative.)

## Independent auditors' report pursuant to article 14 of Legislative decree no. 39 of 27 January 2010 and article 10 of Regulation (EU) no. 537 of 16 April 2014

To the shareholders of BFF Bank S.p.A.

### Report on the audit of the separate financial statements

#### Opinion

We have audited the separate financial statements of BFF Bank S.p.A. (the "bank"), which comprise the statement of financial position as at 31 December 2022, the income statement and the statements of comprehensive income, changes in equity and cash flows for the year then ended and notes thereto, which include a summary of the significant accounting policies.

In our opinion, the separate financial statements give a true and fair view of the financial position of BFF Bank S.p.A. as at 31 December 2022 and of its financial performance and cash flows for the year then ended in accordance with the International Financial Reporting Standards endorsed by the European Union and the Italian regulations implementing article 9 of Legislative decree no. 38/05 and article 43 of Legislative decree no. 136/15.

#### Basis for opinion

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing (ISA Italia). Our responsibilities under those standards are further described in the "Auditors' responsibilities for the audit of the separate financial statements" section of our report. We are independent of the bank in accordance with the ethics and independence rules and standards applicable in Italy to audits of financial statements. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion.

#### Key audit matters

Key audit matters are those matters that, in our professional judgement, were of most significance in the audit of the separate financial statements of the current year. These matters were addressed in the context of our audit of the [separate] financial statements as a whole, and in forming our opinion thereon, and we do not provide a separate opinion on these matters.

KPMG S.p.A. è una società per azioni di diritto italiano e fa parte del network KPMG di entità indipendenti affiliate a KPMG International Limited, società di diritto inglese.

Ancona Bari Bergamo  
Bologna Bolzano Brescia  
Catania Como Firenze Genova  
Lecce Milano Napoli Novara  
Padova Palermo Parma Perugia  
Pescara Roma Torino Treviso  
Trieste Varese Verona

Società per azioni  
Capitale sociale  
Euro 10.415.500,00 i.v.  
Registro Imprese Milano Monza Brianza Lodi  
e Codice Fiscale N. 00709600159  
R.E.A. Milano N. 512867  
Partita IVA 00709600159  
VAT number IT00709600159  
Sede legale: Via Vittor Pisani, 25  
20124 Milano MI ITALIA



**BFF Bank S.p.A.**  
*Independent auditors' report*  
 31 December 2022

**Recognition of late payment interest on performing loans and receivables acquired without recourse**

*Notes to the separate financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.3 "Financial assets at amortised cost"*

*Notes to the separate statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.15 "Other information - Revenue recognition criterion"*

*Notes to the separate financial statements "Part B - Information on the statement of financial position - Assets": section 4 "Financial assets measured at amortised cost"*

*Notes to the separate statements "Part C - Income statement: paragraph 1.2 "Interest income and similar revenue: other information"*

Key audit matter	Audit procedures addressing the key audit matter
<p>When measuring loans and receivables with customers acquired without recourse, the bank includes the estimated late payment interest that is deemed to be recoverable, in line with Document no. 7 on the treatment of late payment interest under Legislative decree no. 231/2002 on performing loans and receivables acquired without recourse issued jointly by Bank of Italy, Consob (the Italian Commission for listed companies and the stock exchange) and IVASS (the Italian supervisory body for private insurance) on 9 November 2016.</p> <p>We focused on this issue because:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• the carrying amount of uncollected late payment interest is significant;</li> <li>• the parameters used to estimate such interest income require the use of statistically-reliable historical figures, based on cash flows and collection times observed at the reporting date;</li> <li>• it requires judgement by the directors.</li> </ul> <p>The complexity of the directors' estimation process has increased as a result of the geopolitical uncertainties caused by the conflict in Ukraine and the persisting Covid-19 emergency in 2022. These uncertainties have severely worsened current economic conditions and the outlook for future macroeconomic scenarios and have had a strong impact on the energy market, supply chains, inflationary pressure and its effect on monetary policies, leading central banks to raise interest rates in the main economies.</p> <p>For the above reasons, we believe that the recognition of late payment interest on performing loans and receivables acquired without recourse is a key audit matter.</p>	<p>Our audit procedures included:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• gaining an understanding of the bank's processes and IT environment in relation to the estimation of default interest;</li> <li>• analysing the late payment interest estimation models used and checking the reasonableness of the main assumptions and variables included therein;</li> <li>• assessing the appropriateness of the disclosures about late payment interest.</li> </ul>



**BFF Bank S.p.A.**  
Independent auditors' report  
31 December 2022

### **Recognition of the lump-sum compensation for recovery costs ("40 euros")**

*Notes to the separate financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.3 "Financial assets measured at amortised cost"*

*Notes to the separate financial statements "Part B - Information on the statement of financial position - Assets": section 4 "Financial assets measured at amortised cost"*

*Notes to the separate financial statements "Part C - Information on the income statement": sections 14.2 "Other operating income: breakdown"*

<b>Key audit matter</b>	<b>Audit procedures addressing the key audit matter</b>
<p>In accordance with Directive 2011/7/EU of the European Parliament and of the Council on combating late payment in commercial transactions, which established that a creditor is entitled to obtain from the debtor, as a minimum, a fixed sum of 40 euros as compensation for recovery costs, since 2018, the bank has been claiming 40 euros from its debtors for each past-due invoice as lump-sum compensation for recovery costs.</p> <p>In its recent decision of 20 October 2022, the Court of Justice of the European Union confirmed the bank's right to recover 40 euros for each invoice.</p> <p>The bank estimated the recoverability of late payment interest based on collections' historical trends, in order to obtain a reliable estimate of the collectable compensation. Therefore, starting from the separate financial statements at 31 December 2022, it decided to recognise the above compensation on an accruals basis, based on the collection percentage inferred from historical figures and the analyses carried out. This is in line with the model already adopted for the recognition of late payment interest.</p> <p>At the reporting date, the bank recognised accrued compensation of €95 million (€69 million excluding taxes).</p> <p>We focused on this issue because:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>the impact of the change in estimation is significant;</li> <li>the parameters used to estimate such compensation require the use of statistically-reliable historical figures, based on cash flows and collection times observed at the reporting date;</li> <li>it requires judgement by the directors.</li> </ul> <p>For the above reasons, we believe that the recognition of the lump-sum compensation for recovery costs (40 euros) on an accruals basis is a key audit matter.</p>	<p>Our audit procedures included:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>gaining an understanding of the bank's processes and IT environment in relation to the estimation of late payment interest and the lump-sum compensation for recovery costs (40 euros);</li> <li>analysing the models used to estimate late payment interest and the lump-sum compensation for recovery costs (40 euros) and checking the reasonableness of the main assumptions and variables included therein;</li> <li>checking, on a sample basis, the accuracy of the accounting records;</li> <li>assessing the appropriateness of the disclosures about the recognition of the lump-sum compensation for recovery costs (40 euros).</li> </ul>



**BFF Bank S.p.A.**  
Independent auditors' report  
31 December 2022

### **Recoverability of the carrying amount of investments in subsidiaries**

*Notes to the separate financial statements "Part A – Accounting policies": paragraph A.2.5 "Equity investments"*

*Notes to the separate financial statements "Part B - Notes to the statement of financial position - Assets": section 7 "Equity investments"*

<b>Key audit matter</b>	<b>Audit procedures addressing the key audit matter</b>
<p>The separate financial statements at 31 December 2022 include investments in the subsidiaries BFF Polska Group, BFF Finance Iberia, Unione Fiduciaria, BFF Immobiliare S.r.l. and BFF Techlab S.r.l. recognised at a cost of €109.2 million, €32.7 million, €8.6 million, €1 million and €0.4 million, respectively, accounting for 1.1% of total assets.</p> <p>At each reporting date, the directors check whether there is evidence that these equity investments may be impaired.</p> <p>If indicators of impairment are identified, the directors test these equity investments for impairment by comparing their carrying amount to the cash-generating unit's ("CGU") recoverable amount, calculated using appropriate valuation methods under the circumstances, including with the assistance of external consultants.</p> <p>The complexity of the directors' estimation process has increased as a result of the geopolitical uncertainties caused by the conflict in Ukraine and the persisting Covid-19 emergency in 2022. These uncertainties have severely worsened current economic conditions and the outlook for future macroeconomic scenarios and have had a strong impact on the energy market, supply chains, inflationary pressure and its effect on monetary policies, leading central banks to raise interest rates in the main economies.</p> <p>Considering the materiality of the financial statements caption and the high level of estimate required to measure the equity investments' recoverable amount, we believe that the recoverability of the carrying amount of investments in subsidiaries is a key audit matter.</p>	<p>Our audit procedures included:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• understanding the process adopted to measure investments in subsidiaries and to identify any related indicators of impairment;</li> <li>• understanding the process adopted to prepare the impairment tests approved by the bank's directors;</li> <li>• analysing the key assumptions used by the directors to determine the equity investments' recoverable amount. Our analyses included, for each equity investment, checking the indicators of impairment and the assumptions underlying the valuation models and comparing the key assumptions used to external information, where available; we carried out these procedures with the assistance of experts of the KPMG network;</li> <li>• assessing the appropriateness of the disclosures about investments in subsidiaries and the related impairment test.</li> </ul>

### **Measurement of intangible assets with a finite useful life**

*Notes to the separate financial statements "Part A - Accounting policies": paragraph A.2.7 "Intangible assets"*

*Notes to the separate financial statements "Part B - Information on the statement of financial position - Assets": Section 9 "Intangible assets"*



**BFF Bank S.p.A.**  
Independent auditors' report  
31 December 2022

*Notes to the separate financial statements "Part C - Information on the income statement": section 13  
"Amortisation and net (?) impairment losses on intangible assets"*

Key audit matter	Audit procedures addressing the key audit matter
<p>During 2021, further to the business combination with DEPOBank S.p.A. and the completion of the PPA procedure, the bank recognised an intangible asset with a finite useful life of €25.7 million relating to customer contracts.</p> <p>Customer contracts amount to €21.8 million in the separate financial statements at 31 December 2022.</p> <p>Amortisation and net impairment losses relating to intangible assets with a finite useful life recognised in profit or loss during the year total €3.9 million and comprise amortisation of €2.8 million and impairment losses of €1.1 million recognised as a result of the impairment test.</p> <p>The directors tested the reporting-date carrying amounts for impairment.</p> <p>They estimated the recoverable amount based on value in use calculated using the discounted cash flow model.</p> <p>Impairment testing requires complex valuations and a high level of judgement, especially in relation to:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>the expected cash flows, calculated by taking into account historical cash flows, the general economic performance and that of the bank's sector and the directors' forecasts about its future performance;</li> <li>the financial parameters to be used to discount the cash flows.</li> </ul> <p>The complexity of the directors' estimation process has increased as a result of the geopolitical uncertainties caused by the conflict in Ukraine and the persisting Covid-19 emergency in 2022. These uncertainties have severely worsened current economic conditions and the outlook for future macroeconomic scenarios and have had a strong impact on the energy market, supply chains, inflationary pressure and its effect on monetary policies, leading central banks to raise interest rates in the main economies.</p> <p>For the above reasons, we believe that the measurement of intangible assets with a finite useful life is a key audit matter.</p>	<p>Our audit procedures included:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>understanding the process adopted to prepare the impairment tests approved by the directors;</li> <li>gaining an understanding of the process used to draft the bank's long-term plan approved by the directors;</li> <li>checking any discrepancies between the previous year historical and business plan figures, in order to check the accuracy of the forecasting process;</li> <li>analysing the criteria used to identify the CGUs and tracing the carrying amounts of the assets and liabilities allocated thereto to the separate financial statements;</li> <li>assessing the main assumptions used by the directors to determine the CGUs' value in use and comparing them to the information acquired externally, where available; we carried out these procedures with the assistance of experts of the KPMG network;</li> <li>assessing the appropriateness of the disclosures about intangible assets with a finite useful life and the related impairment tests.</li> </ul>



**BFF Bank S.p.A.**  
*Independent auditors' report*  
 31 December 2022

### **Responsibilities of the bank's directors and board of statutory auditors ("Collegio Sindacale") for the separate financial statements**

The directors are responsible for the preparation of separate financial statements that give a true and fair view in accordance with the International Financial Reporting Standards endorsed by the European Union and the Italian regulations implementing article 9 of Legislative decree no. 38/05 and article 43 of Legislative decree no. 136/15 and, within the terms established by the Italian law, for such internal control as they determine is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

The directors are responsible for assessing the bank's ability to continue as a going concern and for the appropriate use of the going concern basis in the preparation of the separate financial statements and for the adequacy of the related disclosures. The use of this basis of accounting is appropriate unless the directors believe that the conditions for liquidating the bank or ceasing operations exist, or have no realistic alternative but to do so.

The *Collegio Sindacale* is responsible for overseeing, within the terms established by the Italian law, the bank's financial reporting process.

### **Auditors' responsibilities for the audit of the separate financial statements**

Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the separate financial statements as a whole are free from material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditors' report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with ISA Italia will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these separate financial statements.

As part of an audit in accordance with ISA Italia, we exercise professional judgement and maintain professional scepticism throughout the audit. We also:

- identify and assess the risks of material misstatement of the separate financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control;
- obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the bank's internal control;
- evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by the directors;





**BFF Bank S.p.A.**  
Independent auditors' report  
31 December 2022

- conclude on the appropriateness of the directors' use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the bank's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditors' report to the related disclosures in the separate financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditors' report. However, future events or conditions may cause the bank to cease to continue as a going concern;
- evaluate the overall presentation, structure and content of the separate financial statements, including the disclosures, and whether the separate financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation.

We communicate with those charged with governance, identified at the appropriate level required by ISA Italia, regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal control that we identify during our audit.

We also provide those charged with governance with a statement that we have complied with the ethics and independence rules and standards applicable in Italy and communicate with them all relationships and other matters that may reasonably be thought to bear on our independence, and where applicable, the measures taken to eliminate those threats or the safeguards applied.

From the matters communicated with those charged with governance, we determine those matters that were of most significance in the audit of the separate financial statements of the current year and are, therefore, the key audit matters. We describe these matters in our auditors' report.

#### ***Other information required by article 10 of Regulation (EU) no. 537/14***

On 2 April 2020, the bank's shareholders appointed us to perform the statutory audit of its separate and consolidated financial statements as at and for the years ending from 31 December 2021 to 31 December 2029.

We declare that we did not provide the prohibited non-audit services referred to in article 5.1 of Regulation (EU) no. 537/14 and that we remained independent of the bank in conducting the statutory audit.

We confirm that the opinion on the separate financial statements expressed herein is consistent with the additional report to the *Collegio Sindacale*, in its capacity as audit committee, prepared in accordance with article 11 of the Regulation mentioned above.

### **Report on other legal and regulatory requirements**

#### ***Opinion on the compliance with the provisions of Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815***

The bank's directors are responsible for the application of the provisions of Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815 with regard to regulatory technical standards on the specification of a single electronic reporting format (ESEF) to the separate financial statements to be included in the annual financial report.





**BFF Bank S.p.A.**  
*Independent auditors' report*  
31 December 2022

We have performed the procedures required by Standard on Auditing (SA Italia) 700B in order to express an opinion on the compliance of the separate financial statements with Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815.

In our opinion, the separate financial statements at 31 December 2022 have been prepared in XHTML format in compliance with the provisions of Commission Delegated Regulation (EU) 2019/815.

***Opinion pursuant to article 14.2.e) of Legislative decree no. 39/10 and article 123-bis.4 of Legislative decree no. 58/98***

The bank's directors are responsible for the preparation of the reports on operations and on corporate governance and ownership structure at 31 December 2022 and for the consistency of such reports with the related financial statements and their compliance with the applicable law.

We have performed the procedures required by Standard on Auditing (SA Italia) 720B in order to express an opinion on the consistency of the report on operations and the specific information presented in the report on corporate governance and ownership structure indicated by article 123-bis.4 of Legislative decree no. 58/98 with the bank's separate financial statements at 31 December 2022 and their compliance with the applicable law and to state whether we have identified material misstatements.

In our opinion, the report on operations and the specific information presented in the report on corporate governance and ownership structure referred to above are consistent with the bank's separate financial statements at 31 December 2022 and have been prepared in compliance with the applicable law.

With reference to the above statement required by article 14.2.e) of Legislative decree no. 39/10, based on our knowledge and understanding of the entity and its environment obtained through our audit, we have nothing to report.

Milan, 23 March 2023

KPMG S.p.A.

(signed on the original)

Roberto Spiller  
Director of Audit

## Resolutions of the Ordinary Shareholders' Meeting

"The Shareholders' Meeting of BFF Bank S.p.A., having considered the Report on Operations presented by the Board of Directors, the Report of the Board of Statutory Auditors and the Report of the Independent Auditors, and having examined the Financial Statements for the year ended December 31, 2022, and having considered the Group's Consolidated Financial Statements,

**resolved**

i) to approve the Financial Statements for the year ended December 31, 2022, along with the Report on Operations presented by the Board of Directors, which report a net profit for the financial year of Euro 261,438,216."

Graphic design and layout  
**Red Point Srl**

Printing  
**Arti Grafiche Baratelli**



**Valerio Adami, Paracelso, 1997**

*92x73 cm, acrylic on canvas*

*Fondazione Farmafactoring Collection*